

**Convento de Santana de Leiria: história, vivências e cultura material.
(Cerâmicas dos Séculos XVI a XVIII)**

Ana Rita Rodrigues Baptista de Palma Trindade

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Setembro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Rosa Varela Gomes.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 24 de Setembro de 2012

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 24 de Setembro de 2012

Para o Augusto.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Doutora Rosa Varela Gomes tudo o que aprendi consigo e todo o apoio dado no longo processo da minha formação, não apenas neste Mestrado, mas desde a Licenciatura, quer nas aulas, quer nos projectos arqueológicos desta Faculdade, por si dirigidos em que tive oportunidade de participar. O método de estudo da cerâmica arqueológica e o gosto pela Arqueologia Moderna são elementos do meu percurso que a si devo em primeiro lugar. Este trabalho não teria resultado sem a sua orientação, apoio burocrático, as suas revisões, correcções e compreensão dos aspectos idiossincráticos da mestranda.

Ao Dr. João Paulo Carvalho agradeço a disponibilização dos materiais da sua intervenção arqueológica e as informações fornecidas. Aos técnicos da Câmara Municipal de Leiria, na pessoa da Dr. Susana Carvalho, Dr. Pedro Ferreira, Dr. Anabela Carvalho e Dr. Vânia Carvalho, agradeço o acesso aos mesmos, o apoio logístico, fornecimento de documentação, sugestão e empréstimo de bibliografia. O estágio profissional que realizei na Oficina de Arqueologia do Município, entre 2007 e 2008, foi uma aprendizagem enriquecedora a vários níveis que se repercutiu neste trabalho.

Agradeço aos funcionários da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal de Leiria, e, muito em especial, do Arquivo Distrital de Leiria, casa que me acolheu diariamente durante muitos meses de trabalho de identificação, leitura e transcrição da grande maioria do corpo documental estudado. Esta componente do trabalho deveu-se, em boa parte, à sugestão dada pelo Professor Doutor Saul António Gomes, que me alertou para o potencial informativo de alguns fundos.

Ao consórcio do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor – ACE, onde me encontro presentemente a trabalhar, agradeço todo o apoio logístico para a realização deste Mestrado, desde a autorização para deslocações para aulas e investigação, à impressão dos exemplares da tese, permitindo a conciliação das actividades profissional e académica, mutuamente enriquecedoras. O apoio do Dr. António Monteiro, Eng.^a Augusta Fernandes, Eng^o João Aleixo, Pedro Sarzedas foi fundamental. Ao Dr. Paulo Dordio Gomes agradeço semelhante apoio, bem como o método de trabalho multidisciplinar que ali desenvolvo sob a sua coordenação, espírito que deixou a sua marca neste trabalho.

Não podia deixar de assinalar o Arquitecto Mário Varela Gomes, que, de certa, forma, é o responsável por estar hoje a apresentar uma tese na área da Arqueologia. Como sua aluna, ainda no curso de História, descobri o interesse na referida área, e que poderia abordar os temas que sempre me interessaram, ligados à história social, cultura e mentalidades, partindo das realidades arqueológicas, o que culminou na presente Dissertação. Agradeço o que consigo aprendi nos referidos projectos arqueológicos desta Faculdade, e o interesse que demonstrou pelos temas e carácter dos meus trabalhos de Mestrado, fornecendo ideias, incentivos e críticas.

Os meus amigos Rui e Manuela foram duas presenças absolutamente inspiradoras e contagiantes. A procura de um conhecimento do passado, partindo das pessoas na sua singularidade, quase sempre esquecida, é uma das mais importantes bases do caminho de investigação que tento seguir, e que também devo a estes companheiros de viagens históricas.

A Inês foi das pessoas que mais se interessou por este trabalho e que mais me ouviu nos últimos tempos. A ela devo uma tarde deste Verão, em que decidi que ia levar isto até ao fim sem mais demoras. Cá estou.

O Augusto acompanhou a fase mais criativa do projecto, em que o seu caminho finalmente se definiu. O seu sentido do belo, do contraditório e do irónico que existe no Mundo serão sempre inspiradores.

O Mauro embarcou nesta viagem, já quando ela estava a terminar, mas foi quem aguentou comigo o caminho mais difícil, com amor, confiança e paciência. Mais do que me acompanhares nesta viagem, agradeço estares comigo à chegada, para que comecemos a próxima. A nossa.

Os meus pais, Teresa e Zé, e a minha avó Dora ajudaram-me em tudo, desde sempre, para sempre.

CONVENTO DE SANTANA DE LEIRIA: HISTÓRIA, VIVÊNCIAS E CULTURA MATERIAL (CERÂMICAS DOS SÉCULOS XVI A XVIII)

Ana Rita Trindade

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Leiria, convento, freiras, faiança portuguesa, porcelana chinesa, cerâmica comum fina decorada, Época Moderna

Fundado em 1494 por D. Catarina, Condessa de Loulé, viúva de D. João Coutinho morto na Batalha de Arzila em 1471, o Convento de Santana estabeleceu-se em Leiria como comunidade de Dominicanas, na zona do antigo Rossio, junto ao Rio Lis. A sua comunidade foi extinta em 1880, após a morte da última religiosa, Soror Joaquina do Rosário, e o seu edifício demolido em 1916, para a construção do actual Mercado de Santana no mesmo local. A população conventual foi constituída por mulheres de origens nobres e burguesas locais e regionais que entraram no convento como religiosas ou como recolhidas, sendo servida por criados e escravas. A tutela da casa ficou a cargo de frades dominicanos do Mosteiro da Batalha. Vivendo permanentes dificuldades económicas, a casa sobreviveu essencialmente de uma economia rentista, de doações, e, ainda da propriedade individual das religiosas e recolhidas. A casa terá vivido o seu auge entre o século XVII e início do século XVIII, entrando posteriormente em decadência. O espólio arqueológico cerâmico recolhido aquando da intervenção arqueológica ocorrida entre 1999 e 2000 no Mercado de Santana, poderá ser um reflexo de toda esta realidade. Apresentamos uma análise da sua colecção de faiança portuguesa, datada entre os séculos XVI e XVIII, de cerâmica fina decorada, bem como de porcelana chinesa, das dinastias Ming e Qing.

ABSTRACT

KEYWORDS: Leiria, convent, nuns, Portuguese faience, decorated Portuguese modern *Terra Sigillatta*, Chinese porcelain, Modern Age

The Convent of Santana in Leiria was founded by D. Catarina, Countess of Loulé, after her husband's death in the Battle of Arzila, in 1471. The convent established as a Dominican community in the former Rossio area, near the Lis River. The community was extinguished in 1880, after the last nun's death, Soror Joaquina do Rosário. The building was demolished in 1916, giving place to the modern Santana Market. Women with origins in the noble and bourgeois local and regional families entered in the community as nuns, or as seculars who looked for shelter. Servants and slaves completed the permanent population. The house supervision was made by Dominican monks from the Batalha Monastery. In continuous economical difficulties, the convent lived, basically, on collective rents and donations, as well as nuns's and sheltered women's private property. Between the 17th and the first half of the 18th centuries, the convent must have lived its golden age, falling in decadence towards the community extinction. The ceramic assemblage recollected by the archaeological excavation that took place in 1999/2000 in Santana Market may reflect that reality. This work analyses Portuguese faience from 16th to 18th centuries, Portuguese decorated *Terra Sigillatta*, from 17th and 18th centuries, as well as Chinese porcelain, from Ming and Qing dynasties.

ÍNDICE

Introdução.....	1
1- Luxo e cultura material secular de conventos femininos portugueses em Época Moderna.....	5
1.1- Espaços, usos e evidências da cultura material secular	7
1.1.1- A cela: artefactos e as suas vivências.....	9
1.1.2- Lavoros e fabrico de artefactos e troca de presentes	15
1.1.3- Vestuário, adornos e cuidados corporais.....	17
1.1.4- Uma cultura material feminina de elite, entre o século e o convento.....	18
1.1.5- As evidências arqueológicas.....	19
1.2- Contextos e vivências seculares da cultura material.....	24
1.2.1- Composição social dos conventos e motivações de carácter secular para o ingresso religioso.....	24
1.2.2- Sociabilidade e cultura conventual em interacção com o mundo secular.....	30
2- Convento de Santana de Leiria	34
2.1- Da fundação à extinção: breve sinopse.....	34
2.1.1- A fundação (1493-1498).....	34
2.1.2- A época dos mitos (Século XV e XVI).....	36
2.1.3- O auge de uma casa em permanente dificuldade (século XVII e primeira metade do século XVIII).....	38
2.1.4- O início da decadência (Século XVIII).....	42
2.1.5- As invasões francesas e o acelerar da decadência (1810-1811).....	45
2.1.6- O período pós-invasões e o longo processo de extinção (1811-1916).....	46
2.2- O espaço e a sua vivência.....	51
2.2.1- Localização e enquadramento.....	51
2.2.2- O conjunto edificado, áreas e funções.....	52
2.3- A população conventual.....	58
2.3.1- Religiosas.....	61
2.3.2- Recolhidas	67
2.3.3- Serviçais	68
2.3.4- Tutela masculina.....	70
2.4- A economia conventual.....	72
2.4.1- Exploração dominial de propriedades.....	73
2.4.2- Protecção régia.....	74
2.4.3- Patrocinadores.....	75
2.4.4- Dotes e propinas.....	76
2.4.5- Rendimentos de capital a juros e pedidos de empréstimo.....	77
2.4.6- Foros a retro aberto.....	78
2.4.7- A propriedade individual.....	78
2.5- Amparo espiritual e assistência	79
2.5.1- Obrigações e legados pios.....	79
2.5.2- O culto de religiosas exemplares	80
2.5.3- A igreja aberta aos fieis: confrarias e festas.....	81
2.5.4- A assistência a pobres e doentes.....	82
3- Intervenção Arqueológica no Mercado de Santana.....	84
3.1- Objectivos e metodologia.....	84
3.2- Resultados.....	84
4- Cultura Material: Cerâmica dos séculos XVI a XVIII.....	86
4.1- Faiança Portuguesa.....	86
4.1.1 – Século XVI.....	88
4.1.2- Primeiro quartel do século XVII.....	89
4.1.3- Segundo / terceiro quartel do século XVII	91
4.1.4- Segunda metade do século XVII	95
4.1.5 - Segunda metade do século XVII / Século XVIII	98
4.1.6- Último quartel do século XVII, inícios do primeiro quartel do século XVIII.....	100

4.1.7- Último quartel do século XVII / século XVIII.....	102
4.1.8- Segundo / terceiro quartel do século XVIII.....	102
4.1.9- Último quartel do século XVIII.....	103
4.1.10- Segunda metade do século XVIII	103
4.1.11 - Século XVIII.....	104
4.1.12- Século XVII / XVIII	105
4.2- Cerâmica comum fina decorada	106
4.2.1- Cerâmicas engobadas com decoração incisa.....	109
4.2.2- Cerâmicas engobadas com decoração incisa e pintada.....	110
4.2.3- Cerâmicas engobadas com decoração incisa, empedrada e plástica	110
4.2.4 - Cerâmicas brunidas com decoração incisa e modelada.....	111
4.3- Porcelana Chinesa.....	111
4.3.1- Dinastia Ming, reinado de Zhengde (1506-1521) / inícios do reinado de Jiajing (1522-1566).....	112
4.3.2- Dinastia Ming, reinado de Jiajing (1522-1566)	113
4.3.3- Dinastia Ming, segunda metade século XVI: fins do reinado de Jiajing (1522-1566), reinado de Longqing (1567-1572), inícios do reinado de Wanli (1573-1619).....	114
4.3.4 – Dinastia Ming, reinado de Wan Li (1572-1619).....	115
4.3.5 – Últimos Ming: reinado de Wan Li (1572-1619), Taichang (1620), Tianqui (1621-1627), Chongzhen (1628-1644).....	116
4.3.6 – Dinastia Qing, reinado de Kangxi (1672-1722).....	117
4.3.7 – Dinastia Qing, reinado de Qianlong (1736-1795).....	117
Conclusão.....	118
Fontes e bibliografia.....	125
ANEXO I – CATÁLOGO.....	154
1-Faiança Portuguesa.....	155
1.1- Século XVI.....	155
1.2- Primeiro quartel do século XVII.....	156
1.3- Segundo / Terceiro quartel do século XVII.....	167
1.4- Segunda metade do século XVII.....	188
1.5- Segunda metade do século XVII / Século XVIII.....	198
1.6- Último quartel do século XVII / inícios do primeiro quartel do século XVIII.....	203
1.7- Último quartel do século XVII / século XVIII.....	207
1.8- Segundo / terceiro quartel do século XVIII.....	209
1.9- Último quartel do século XVIII.....	212
1.10- Segunda metade do século XVIII.....	213
1.11- Século XVIII.....	223
1.12- Século XVII / XVIII.....	226
2- Cerâmica comum fina decorada	228
2.1- Cerâmicas engobadas com decoração incisa.....	228
2.2- Cerâmicas engobadas com decoração incisa e pintada.....	238
2.3- Cerâmicas engobadas com decoração incisa, empedrada e plástica.....	242
2.4- Cerâmicas brunidas com decoração incisa e modelada.....	245
3- Porcelana chinesa.....	247
3.1- Dinastia Ming, reinado de Zhengde (1506-1521) / inícios do reinado de Jiajing (1522-1566).....	247
3.2- Diastia Ming, reinado de Jiajing (1522-1566).....	249
3.3- Segunda metade século XVI: Dinastia Ming, fins do reinado de Jiajing (1522-1566), reinado de Longqing (1567-1572, inícios do reinado de Wanli (1573-1619).....	262
3.4 – Dinastia Ming, reinado de Wan Li (1572-1619).....	273
3.5 – Últimos Ming: reinado de Wan Li (1572-1619), Taichang (1620), Tianqui (1621-1627), Chongzhen (1628-1644).....	279
3.6 – Dinastia Qing, reinado de Kangxi (1672-1722).....	280
3.7 – Dinastia Qing, reinado de Qianlong (1736-1795).....	280

ANEXO II – LISTAGENS.....	282
1- População conventual.....	283
1.1- Religiosas.....	283
1.2- Recolhidas.....	364
1.3- Serviçais.....	373
1.3.1- Criadas.....	373
1.3.2- Escravas.....	378
1.3.3- Criados e outros serventes masculinos.....	379
1.4 – Tutores.....	383
1.4.1- Vigários.....	383
1.4.2- Capelães.....	387
1.4.3- Procuradores.....	389
1.4.4- Sacristães.....	391
2- Cargos de Religiosas.....	393
2.1-Prioresas.....	393
2.2- Vigaria e Governadora.....	394
2.3- Subprioresas.....	394
2.4- Depositárias.....	396
2.5- Escrivãs.....	398
2.6- Celeireiras.....	398
2.7- Dispenseira.....	398
2.8- Procuradeiras.....	398
2.9- Mestra de noviças.....	398
2.10 - Porteiras.....	399
2.11- Rodeiras.....	399
3- Unidades estratigráficas que forneceram o material em estudo.....	400
3.1– Sondagem 1.....	400
3.2– Sondagem 2.....	400
3.3- Sondagem 3.....	401
3.4- Sondagem 4.....	401
3.5- Sondagem 6.....	401
3.6- Sondagem 7.....	401
3.7- Sondagem 10.....	402
3.8- Gerais.....	402
 ANEXO III- QUADROS.....	 403
1- População por anos de referência.....	404
2- Dotes de religiosas.....	411
3- Foros de propriedades agrícolas.....	413
4- Rendimentos de capitais a juros.....	439
5- Pedidos de empréstimo.....	449
6- Aquisições de foros a retro aberto.....	451
7- Protecção régia.....	453
8- Legados pios.....	461
9- Áreas funcionais do convento.....	464
 ANEXO IV- GRÁFICOS.....	 471
1- População média anual do Convento de Santana de Leiria, por quartéis de século.....	472
2- Faiança Portuguesa.....	473
2.1- Cronologias.....	473
2.2- Formas.....	473
2.3- Pastas e centros de produção.....	474
3- Cerâmica Comum Fina.....	475
3.1- Grupos de fabrico.....	475
3.2- Formas.....	475
4- Porcelana Chinesa.....	476
4.1- Reinados.....	476
4.2- Formas.....	476
5- Total da cerâmica.....	477
5.1- Total de grupos.....	477

5.2- Total de formas.....	477
5.3- Total de períodos.....	478
ANEXO V- PLANTAS E CARTOGRAFIA.....	479
1-Mapa topográfico de Leiria (1791).....	480
2-Planta da Cidade de Leiria (1809).....	481
3-Planta da Cidade de Leiria (1816).....	482
4-Planta do convento e cerca de Santana (1903).....	483
5-Planta do mercado de Santana e área da intervenção arqueológica.....	484
ANEXO VI- FOTOGRAFIA.....	485
1- Convento de Santana de Leiria (1880).....	486
2- Convento de Santana de Leiria (1903).....	487
3- Estruturas do Convento de Santana (1999).....	487
4- Mercado de Santana de Leiria.....	488
5- Mercado de Santana de Leiria na malha urbana actual.....	488
6- Assinaturas em escritura de arrendamento (1701).....	489
ANEXO VII- ICONOGRAFIA.....	490
1- Vista da cidade de Leiria, por Jeam Noel (1780).....	491
2- <i>Natureza morta: Flores, frutos e legumes</i> , Josefa d'Óbidos (c.1660-1670).....	491
3- <i>Ceia de Santa Clara e S. Francisco</i> , Bento Coelho da Silveira.....	492
4- <i>Sala de Arte</i> , Frans Francken II, (1636).....	493
5- <i>Natureza-morta</i> , Jan Jansz van de Velde, (1647).....	494
6- <i>Natureza Morta</i> , Willem Kalf (1662).....	494
ANEXO VIII- EXCERTOS DOCUMENTAIS.....	495
1- Luxo e cultura material secular de conventos femininos portugueses em Época Moderna.....	496
1.1- A cela: artefactos e as suas vivências.....	496
1.1.1- O mobiliário luxuoso das celas religiosas.....	496
1.1.2- Comparação entre celas de religiosas e aposentos seculares e igrejas enfeitadas.....	496
1.1.3- Advertências às religiosas para o uso de objectos mais modestos e a proibição da posse de coisas temporais.....	497
1.1.4- Os aposentos de Madre Paula, paradigma da cultura freirática.....	497
1.1.5- Condenação do espelho.....	499
1.1.6- A cela como lugar de evasão aos actos em comunidade.....	499
1.1.7- A prática da música na cela.....	499
1.1.8- As sociabilidades nas celas.....	500
1.1.9- Criadas particulares.....	500
1.1.10- Animais de companhia.....	500
1.2- Lavoros e fabrico de artefactos.....	500
1.2.1- Os labores como actividades tipicamente femininas.....	500
1.2.2- Os labores como actividades apropriadas à vida religiosa feminina, quando destinados a fins pios.....	501
1.2.3- Quando os labores exprimem desejos e saudades da vida secular.....	501
1.2.4- Críticas aos labores não destinados a fins pios.....	501
1.3- Trocas de presentes.....	502
1.4- Vestuário, adornos e cuidados corporais.....	502
1.4.1- Secularização do hábito religioso, acessórios, cosméticos e expressão corporal.....	502
1.4.2- O calçado secularizado das religiosas.....	503
1.4.3- Os perfumes e os óleos como cuidado corporal das religiosas.....	503
1.4.4- O travestismo, uso de roupas seculares e máscaras em representações dramáticas e procissões conventuais.....	504
1.5- Uma cultura material feminina de elite entre o século e o convento.....	504
1.6- As filhas: encargo pesado e fonte de preocupações morais nas casas de família.....	505
1.7- O celibato e o ingresso religioso forçado das filhas secundogénitas.....	505
2- Convento de Santana de Leiria.....	506
2.1- A ausência de uma cultura cronística.....	506
2.2- Uma permanente debilidade económica.....	506
2.3- Incêndios de 1746 e o terramoto de 1755.....	506

2.4- As Invasões Francesas.....	507
2.5- A difícil recuperação das Invasões Francesas	508
2.6- A extinção de uma comunidade em decadência.....	509
2.7- Depois da extinção.....	510
2.8- As qualidades de uma noviça.....	510
2.9- O padroado da Casa do Infantado.....	511
2.10- O Convento em festa.....	511
2.11- O papel do convento no auxílio a pobres e doentes.....	511
3- Cerâmica portuguesa de Época Moderna em descrições coevas.....	512
3.1- Cerâmica fina.....	512

Introdução

Este trabalho assume-se como um ensaio de estudo monográfico da comunidade feminina dominicana do Convento de Santana de Leiria, durante a Idade Moderna. Partindo da informação que os materiais arqueológicos, as fontes escritas e os registos de imagem e cartografia puderam fornecer, tentou-se definir, em termos gerais, a dinâmica histórica da casa e as suas vivências, dando um enfoque especial à cultura material, na perspectiva da suas relações com este particular contexto de utilização.

A cultura material foi o ponto de partida para este trabalho, tendo-se definido como objecto de estudo os conjuntos de faiança, cerâmica comum fina decorada e porcelana chinesa datáveis entre os séculos XVI e XVIII. Os materiais são provenientes da intervenção arqueológica ocorrida do Mercado de Santana de Leiria entre 1999 e 2000. A definição do objecto de estudo prendeu-se com o interesse pela área da Arqueologia Moderna, muito em particular, o universo monástico feminino, na vertente da cultura material de carácter secular, a que se juntou a nossa ligação afectiva à cidade de Leiria. Entre as dezenas de milhares de peças arqueológicas que este arqueossítio deu a conhecer, maioritariamente correspondentes a cerâmicas comuns, optou-se por aqueles três conjuntos, pois afirmavam-se como os mais expressivos para a abordagem pretendida centrada nas “*secularidades*”, e além disso, o seu número total de 3026 peças era o que se afigurava passível de estudo praticável no tempo de que dispusemos.

Depois de umas primeiras abordagens parciais à faiança e porcelana chinesa durante a licenciatura em História / Variante de Arqueologia nesta mesma Faculdade, quando decidimos dar continuidade ao estudo como tese de Mestrado, apercebemo-nos que estudar os materiais apenas não bastava para conhecer o contexto e que esse estudo sobreviveria, principalmente, dos paralelos com realidades externas ao convento (contextos arqueológicos e colecções) uma vez que as condições estratigráficas do local são pouco expressivas. Ou seja, face ao que nos sentíamos capazes de realizar, o estudo estritamente centrado nestes materiais não parecia que trouxesse nada de novo, a não ser a identificação das conhecidas tipologias, em mais um ponto, no cada vez mais completo mapa da sua distribuição em contextos arqueológicos, fruto dos importantes trabalhos que se têm desenvolvido nos últimos anos.

Intuí-se, pela qualidade dos materiais, que as habitantes deste espaço seriam certamente pertencentes às elites locais e os fragmentos de memória que subsistiam na historiografia local e na literatura hagiográfica ainda davam eco dessa realidade. Uma realidade quase anónima: depois do grupo de fundadoras, no século XV e de algumas religiosas virtuosas dadas como existentes entre o século XVI e inícios do XVIII, a comunidade mergulhava no esquecimento quebrado pela lembrança da última religiosa da comunidade, falecida em 1880. Intuí-se, pelo modelo espacial dos conventos femininos, que áreas funcionais constituíam esta casa, que actividades lá se desenvolviam e quais as cerâmicas identificadas passíveis de utilização nas mesmas, mas desconhecíamos a sua referência, pois o edifício foi demolido em 1916, as escavações foram parciais e as fotografias retratam apenas o exterior do conjunto edificado. Entre estas e muitas outras intuições, decidimos passar das mesmas para a comprovação documental.

Tratando-se de um contexto de Idade Moderna, e tendo conhecimento da disponibilidade de vários acervos documentais com informação relativa ao Convento de Santana de Leiria, pensámos que o estudo só teria a ganhar com a sua complementaridade com os dados arqueológicos. A cultura material ganhava, assim, uma nova vida, humanizava-se. Os utilizadores saíam do anonimato e ganhavam nome, e por vezes até família, propriedades, e a marca individual física perpetuada nas centenas de assinaturas de documentos que foram um dos mais importantes dados para este estudo. Tentar perceber um pouco melhor o valor social destas peças no seu particular contexto assumiu-se um objectivo.

Além do valor social, importaria, concomitantemente, entender o seu valor moral, uma vez que se trata de uma cultura material de carácter secular de uma comunidade religiosa feminina sujeita aos valores e votos inerentes ao seu estado, como a *obediência*, a *castidade*, e, sobretudo, a *pobreza*. Tentámos, através de literatura de Época Moderna, captar as manifestações de *secularidades* nos espaços conventuais, pelas descrições de ambientes, objectos, vivências, aspirações e sentimentos das religiosas, bem como o espírito moralista de quem as condenava, relacionando tudo isso com factores históricos e sociais e dados de escavações arqueológicas em espaço nacional.

Uma vez que a primeira abordagem foi aos materiais, começou-se por separar os conjuntos a ser estudados, o que foi seguido de colagem, estudo estatístico, identificando-se pastas, formas e grupos decorativos. A primeira fase deste trabalho foi executada na Reserva Arqueológica do Município de Leiria, local de depósito deste espólio. Depois de encontrados os exemplares mais representativos, estes foram objecto de desenho e catálogo descritivo. Passou-se, em seguida, à sua análise tendo em conta aspectos de estilo, de centros de produção, cronologia, evolução e contextos sociais de utilização, comparando os exemplares com peças paralelas publicadas em trabalhos arqueológicos, bem como em estudos e catálogos de colecção privadas e públicas. Cada conjunto foi apresentado dividido em subgrupos, tendo em conta critérios cronostilísticos ou tecnológicos.

As fontes manuscritas foram levantadas, por ordem decrescente de quantidade, no Arquivo Distrital de Leiria, Torre do Tombo e Biblioteca Nacional. O trabalho foi, ainda, completado com fontes impressas, maioritariamente provenientes da Biblioteca Nacional, bem como disponíveis na Internet, através da ferramenta *Google Books*. Este estudo histórico em torno da casa conventual teve, necessariamente, como ponto de partida, as obras historiográficas locais. A amplitude cronológica deste levantamento cobriu todo o período decorrido entre a fundação, em 1494, e as Invasões Francesas de 1810, acontecimento que, embora extemporâneo à produção da cerâmica em estudo, marca, de forma definida, o fim de todo um longo período histórico da casa, e, além disso, é possível que algumas peças ainda estivessem em utilização até à data, muito em particular os exemplares do fim do século XVIII. O levantamento de cada documento foi parcial, apenas se recolhendo informações ou excertos documentais relevantes para o estudo. A informação recolhida procurou responder a questões como a dinâmica histórica geral, o espaço, a composição da comunidade, do ponto de vista social e demográfico, a economia conventual colectiva e individual, e ainda, as relações do convento com o mundo secular.

O corpo do texto do presente trabalho desenvolve-se em quatro capítulos. O primeiro corresponde a uma breve problematização em torno da cultura e vivências de carácter secular nos conventos femininos. No segundo, procurou-se traçar muito genericamente a história e da casa e os vários aspectos das suas vivências já enunciados de acordo com a informação constante nas fontes escritas e obras historiográficas, tendo

um protagonismo especial neste trabalho, uma vez que este se assume como um ensaio de estudo monográfico da comunidade, fornecendo as informações de base para as interpretações sobre o contexto do consumo da cerâmica. Esta foi o ponto de partida e possui um enfoque especial, face aos vários aspectos das vivências da comunidade, pelo que se individualizou no último capítulo, onde se procede à caracterização e classificação dos conjuntos. Nas considerações finais, procurou-se interpretar a sua presença tendo em conta os dados dos capítulos precedentes.

Para melhor detalhe das informações contidas no corpo do texto, elaboraram-se oito anexos, correspondentes a catálogo, listagens, quadros, gráficos, cartografia e plantas, fotografia, iconografia e excertos documentais. Em particular, no caso das listagens e quadros referentes à história da casa, não sendo a sua informação completamente referida e analisada no corpo do texto, o objectivo principal foi fornecer os dados genéricos para a nossa interpretação e apresentá-los de forma sistemática, constituindo, assim, um corpo disponível para futuras abordagens.

1- Luxo e cultura material secular de conventos femininos portugueses em Época Moderna

O luxo e uma cultura material de carácter secular, no contexto de vivências da mesma natureza, foi uma componente da vida quotidiana dos conventos femininos portugueses durante a Época Moderna, não obstante as imposições dos votos de *pobreza, castidade, clausura e obediência*, consubstanciadas nos discursos normativos e moralizantes orientadores destas comunidades, como as *Regras e Constituições*¹ das diferentes ordens. Falamos especificamente dos artefactos móveis de utilização quotidiana e seu uso nos espaços conventuais não exclusivamente destinados à vida espiritual. As grandes campanhas de intervenções arqueológicas em sítios como o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, ou, mais recentemente no Convento de Santana de Lisboa, entre outras, um pouco por todo o país, a que se junta o Convento de Santana de Leiria, têm revelado a presença dessa cultura material em vastíssimas colecções de espólio.

Foi em algumas obras literárias de carácter moralista produzidas entre os séculos XVII e XVIII, que encontramos as mais expressivas referências documentais a uma cultura material de carácter secular nos conventos femininos portugueses (**Anexo VIII - 1.1-1.4**). Tratam-se de obras da autoria membros do clero, com um discurso direccionado para a edificação moral de freiras, alicerçando-se numa concepção ideológica negativa da mulher, que lhe retira dignidade intelectual e espiritual e a subalterniza ao poder masculino. Além de fornecerem conselhos para uma vida dentro das normas e moral inerentes à vida religiosa, condensadas nos votos, na imitação da vida de Cristo, o seu *Divino Esposo*, tecem críticas aos comportamentos de algumas freiras que se afastam desses preceitos, em vários aspectos da vida quotidiana e espiritual, de que fazem parte a cultura material e as suas vivências.²

Sintomaticamente, aquelas obras de carácter moralista são editadas entre fins do século XVII e a primeira metade do século XVIII, numa época muito especial que coincide com o auge de uma cultura *freirática*, marcada por um intenso intercâmbio

¹ Veja-se a *Regra e Constituições qve professam as freyras da Ordem do glorioso Partriarca são Domingos, como o modo que nella se vsa de deytar o habito, fazer profissão às Freyras, & capitulos*. - REGRA (1611)

² Das *Visitações e Devassas* feitas pelas autoridades eclesiásticas aos vários conventos do país, produziram-se documentos que relatam muitas das manifestações proibidas e criticadas nestas obras. Uma futura análise complementar destes documentos, será certamente enriquecedora para discussão desta problemática.

entre os conventos e o mundo secular, no domínio cultural e das sociabilidades, cujo paradigma é o caso de D. João V (1689-1750) e da sua amante Madre Paula (1701-1768)³. A concentração da actividade de membros do clero na criação de obras deste tipo, neste período, justificar-se-á, entre outros factores, pela necessidade que as autoridades eclesiásticas sentiram de corrigir alguns dos excessos praticados, através da educação moral.

Embora atingindo níveis diferentes consoante a composição socioeconómica das comunidades e sua proximidade com os centros de poder, a ostentação material, mais ou menos evidente, foi um fenómeno generalizado. Em conventos como os da região de Lisboa, pela presença de elementos das grandes famílias da nobreza e pela sua relação privilegiada com a Corte, atingiu-se o expoente máximo desta realidade, em especial na época de transição entre os séculos XVII e XVIII.⁴ Além das origens aristocráticas das religiosas, a existência de população secular residente nos conventos, fomenta materialidades mundanas e as vivências associadas.

A reprodução, dentro do espaço conventual de um ambiente doméstico herdado das casas de família de origem, evidencia um desejo de não quebrar completamente os laços com o século que poderá ter profundas motivações interiores relacionadas com uma rejeição ao estado de religiosa. A cultura material é, assim, um instrumento de expressão de individualidade, e/ou, no caso de religiosas provindas das elites socioeconómicas, de afirmação de estatuto social e do direito que este lhes confere, *a priori*, a viver com o conforto digno da sua condição, que, não raras vezes, prevalece sobre o estado de religiosa⁵. Nestes casos, a cultura material secular insere-se naturalmente na lógica da propriedade privada de que faziam parte as tenças, foros e outras formas de rendimento detidas pelas religiosas, à margem da regular economia conventual.⁶ A cultura material é, também, um instrumento de resistência a uma vida em comunidade, com modéstia e descrição, sob os rígidos votos de *pobreza, castidade, clausura e obediência*. Mais do que prática, a cultura material é decorativa, pelo luxo que ostenta. Mais do que conforto físico, ela proporciona conforto afectivo, pela ligação que as religiosas têm aos seus objectos pessoais. A sua manipulação subversiva surge,

³ Paula Teresa da Silva. A relação durou entre 1718 e 1722. LOPES (1989), p.53-60; HATHERLEY (1997), p.220-226

⁴ MARQUES (1998), p. 147,148

⁵ Sintomático dessa manutenção de estatuto é o uso do “Dona” na assinatura e memória, como atestam alguns exemplos de religiosas de Santana de Leiria (**Anexo II- 1.1: 1, 20, 30, 50, 58, 65, 67, 78, 81, 92, 100, 101, 102, 106, 108, 109, 110, 138, 176, 261**)

⁶ Como acontece no Convento de Santana de Leiria (ponto 2.4.7)

nesses casos, no contexto de vivências de carácter secular ao nível das sociabilidades, do lazer e das manifestações de cultura, dentro de um espaço religioso, que não deixa de estar em permanente interacção com o exterior, para onde a entrada não aconteceu, muitas vezes, por motivações de ordem espiritual, mas antes por factores de ordem estritamente socioeconómica, o que gera crises de vocação, de onde nascem as necessidades de resistência.

Por outro lado, as novas formas de piedade barroca que o período da Contra Reforma Tridentina fez nascer, invadem os espaços sagrados, conferindo-lhes uma maior monumentalidade e aparato material. Multiplicam-se as capelas, altares, com imagens que é preciso dignificar com luxuosas ornamentações, como a talha dourada ou a azulejaria. O luxo serve a glória de Deus e a representação e o espectáculo da fé atraem fiéis.⁷ Pela sua inserção num espaço sagrado, as religiosas deixam contagiar as componentes da sua vivência material, como a sobrevivência corporal, o trabalho, sociabilidade e cultura, por esta ostentação do luxo. Conforme se decoram altares e igrejas, decoram-se celas privadas, conforme se vestem imagens de santos com sedas rendas e bordados, vestem-se religiosas com semelhante requinte.

1.1- Espaços, usos e evidências da cultura material secular

Os conventos femininos são unidades multifuncionais, onde a dimensão espiritual necessariamente convive com uma dimensão material. Espaços de função primordialmente religiosa, pelo seu carácter de habitação permanente em comunidade e em clausura, acabam por ser também espaços com funções de sobrevivência corporal⁸, de trabalho, de sociabilidade e de cultura. Essas funções são codificadas e enquadradas na vida religiosa pelos diferentes discursos normativos e moralizantes dirigidos a estas comunidades, que ditam o limite do seu alcance pelos votos de *pobreza*, *castidade*, *clausura* e *obediência* exigidos às freiras professoras pelas diferentes ordens religiosas.⁹ A cultura material associada a essas funções tem expressão na arquitectura conventual e nos artefactos móveis de uso quotidiano e, necessariamente, ambos estão sujeitos a essas normas e moral. Mas, nem sempre estas são cumpridas por parte das comunidades conventuais, que manipulam a cultura material, integrando-a em vivências de carácter

⁷ COSTA (2006), p. 26, 27

⁸ Designação dada em BORGES (1998), p. 47

⁹ As *Regras e Constituições*, das diferentes ordens religiosas, os decretos conciliares, bulas e breves papais, legislação canónica, patentes pastorais, sermões, as obras literárias de carácter moralista, textos teológicos e filosóficos das grandes autoridades canónicas, entre muitas outras.

secular.

Os espaços dos conventos, enquanto elementos edificados são a componente da vida material com o maior carácter de exclusividade e especificidade deste tipo de comunidades. Ou seja, os conventos são construídos de propósito para a vivência de mulheres religiosas, em comunidade, em clausura e em *pobreza*, pelo que têm uma arquitectura própria e inconfundível com os edifícios de carácter secular, embora possam ter interferências de alguns pequenos elementos não estruturais influenciados por aqueles.¹⁰ Sendo um elemento edificado construído de raiz sob o controlo das autoridades eclesiásticas, com características de acordo com as normas e moral inerente à vida religiosa, o espaço do convento impõe-se física e colectivamente às suas habitantes, resistindo mais facilmente à manipulação estrutural. A manipulação do espaço por parte das religiosas, faz-se antes pelos seus usos e pelos elementos móveis a ele adicionados, das artes decorativas aos utensílios. Essa manipulação, que é também uma apropriação, de forma individual ou colectiva, consciente ou inconsciente, é mais susceptível de acontecer naqueles espaços destinados à sobrevivência corporal, trabalho, sociabilidade e cultura, onde as vivências não são exclusivamente de carácter religioso, e se expõe mais fortemente à materialidade e à mundanidade, e onde a religiosa tem mais liberdade de afirmar a sua individualidade.

Os artefactos utilizados no quotidiano destes espaços, mais precisamente os utensílios e demais mobiliário, ao contrário destes e da sua arquitectura, muito raramente são produzidos exclusivamente para estas comunidades, com características próprias adequadas à sua vivência religiosa. É o caso da faiança dita *conventual* produzida entre os séculos XVII e XVIII, esmaltadas de cor branca, com inscrição da ordem religiosa do convento a que se destina, sóbrias e austeras na sua simplicidade da *pobreza*, com carácter de encomenda ou de pré-fabricação estandardizada. O elemento artefactual da cultura material de uso quotidiano e individual que merece a maior das atenções das autoridades é o hábito, que surge detalhadamente codificado nas *Regras e Constituições*¹¹ das diferentes ordens religiosas. As peças de vestuário, calçado e adorno, na sua forma, material, cor e combinação mútua, são especificadas de modo a distinguir a pertença a cada uma dessas ordens, e, sobretudo, a aparência física das

¹⁰ Por exemplo, as janelas de sacada com ferros de barra aparecidas nos sobreclaustros nos séculos XVII e XVIII constituiu uma influência da arquitectura palaciana, segundo BORGES (1998), p. 39

¹¹ Veja-se a *Regra e Constituições qve professam as freyras da Ordem do glorioso Partriarca são Domingos, como o modo que nella se vsa de deytar o habito, fazer profissão às Freyras, & capitulos.* - REGRA (1611)

religiosas em relação às mulheres seculares, que deve denotar os seus votos de *pobreza*, *castidade*, *clausura* e *obediência*, o que nem sempre será cumprido.

A maior parte destes artefactos usados no quotidiano conventual, em especial nos conventos femininos, tem, assim, uma origem secular quanto à produção e aquisição e não se distinguem, do ponto de vista formal, dos que se destinam a funções semelhantes em contextos seculares. A especificidade que as normas e a moral inerentes à vida religiosa lhes exigem e lhes imprimem expressa-se antes no seu valor material e estético e no seu uso. Deste modo, os preceitos de votos como os de *pobreza* e *castidade*, exigem uma escolha e uso comedido, e partilhado entre a comunidade, de artefactos de fraco valor material, austeros e simples do ponto de vista estilístico, que promovam valores como a modéstia, o recolhimento, despojamento, mortificação, relegando a apropriação individual, o luxo, a vaidade, e a sensualidade para a superficialidade e consequente condenação moral¹². Esta é uma exigência de carácter teórico e simbólico, sem que existam muitas instruções específicas quanto às características formais e tipológicas dos artefactos. Este factor, em conjunto com o seu carácter móvel e, em grande parte dos casos, consumível, confere a estes artefactos uma maior susceptibilidade de manipulação por parte das religiosas. Estas escolhem-nos e usam-nos, de acordo com a sua vontade e possibilidades económicas e hábitos herdados da sua vida secular, trazendo-os para o convento de sua casa, aquando da entrada, adquirindo-os por compra ou ainda recebendo-os de presente.

1.1.1- A cela: artefactos e as suas vivências

A cela, como único espaço individual dentro de um convento, é o lugar privilegiado para uma apropriação e manipulação da cultura material por parte da religiosa de elevada origem socioeconómica, muito em especial os artefactos de uso pessoal. Longe da austeridade e despojamento material exigidos, as celas dos conventos femininos aparecem descritas como espaços pejados de artes decorativas, mobiliário, têxteis e demais alfaia, ostentando o luxo, a variedade e o exotismo do Barroco português.

São descritos tectos com relevos e pinturas de paisagens, quadros, e as muito apreciadas *lâminas* de prata ou ouro, talha dourada e sanefas. O mobiliário é muito variado quanto a formas e funções que ultrapassam as que são próprias de uma cela: as

¹² REGRA (1611)

camas são confortáveis e os seus dosséis e roupa nada contribuem para a mortificação dos corpos, tal como os assentos estofados que se multiplicam em bancas, banquinhas, tamboretes, cadeiras, por vezes em grande número num só espaço, convidando a visitas e tertúlias; arcas, caixas, caixões, armários e guarda-roupas armazenam estas e demais espólio pessoal coleccionado; oratórios e alminhas com imagens de santos, escritórios, contadores e papelarias, vão de encontro às funcionalidades primordiais da cela de oração e leitura, mas não a sua decoração; mesinhas e bufetes completam o cenário; toucadores e espelhos contribuem para o esmero nos cuidados pessoais e estéticos e apelam ao amor-próprio e à vaidade. Talha dourada, pinturas, revestimentos de ouro e prata, estofos, entre outros, são efeitos decorativos destes móveis.

Os têxteis complementam o conforto: janelas e portas com reposteiros e cortinas; o chão com alcatifas e tapetes; camas com lençóis, cobertores, colchas, travesseiros, almofadas. Sedas, damascos, veludo, cambraia, *tessum*, ornados de galões, franjas, fitas borlas, bordados e rendas (nas roupas de cama) são os tecidos utilizados.

As alfaías são de formas e funções ainda mais variadas: recipientes em louça, porcelana, vidro, cristal, prata, ouro, em formas como jarras, jarros, copos, salvas, pratos, tabuleiros, bandejas, caixas, fruteiros; garfos e colheres de prata; castiçais e candelabros em ouro e prata suportam velas; relógios de parede e campainhas marcam tempos e urgências. *Brinquinhos*, *aviamentos*, figuras, a que se juntam ramalhetes de flores artificiais ou naturais, arranjos de frutos decoram e perfumam o ambiente.

O luxo é conferido ao espaço pelo carácter exótico de alguns dos artefactos importados: da Holanda chegam guarda-roupas e lençóis de rendas; da Alemanha, pratos de prata; de Veneza, os vidros; de Cambray, a cambraia; e da Índia, Japão, Génova, conforme assim referido, as louças.

Todo o ambiente apela aos sentidos: a visão pelas formas decorativas, pinturas, cores (os omnipresentes dourados, vermelhos, carmesins, verdes, azuis, negros, ...) e, inevitavelmente, os constantes espelhos; o tacto pelos tecidos e relevos dos entalhes; o olfacto e o paladar, pelas flores e frutos; e a audição pelo som de campainhas, horas dadas e minuets tangidos por relógios, e música tocada pelas religiosas, como veremos adiante.

Padre Manuel Bernardes (1644-1710) em *Últimos fins do Homem, salvação, e condenação eterna* (**Anexo VIII- 1.1.1: 1**) e em *Nova Floresta* (**Anexo VIII- 1.1.1: 2**),

ambas de 1728, bem como Padre Manuel Velho, em *Cartas Directivas e Doutrinaes* de 1730 (**Anexo VIII- 1.1.1: 3**) descrevem, deste modo, e condenam o aspecto luxuoso de celas de religiosas. E as comparações com os aposentos em residências seculares são inevitáveis (**Anexo VIII- 1.1.2: 4 e 5**), também quem compare estas celas a Igrejas, que por esta época, de fervor exacerbado pós Concílio de Trento, se encontram ostensivamente decoradas, resultando de uma concessão à materialidade como forma de atrair fiéis (**Anexo VIII- 1.1.2: 6**). As advertências são para o uso dos mais modestos objectos, sem exotismos nem luxo (**Anexo VIII- 1.1.3: 7**).

Na descrição dos aposentos de Madre Paula (1701-1768), freira do Convento de Odivelas, conhecida por cortesã de D. João V (1689-1750), encontrámos a mais detalhada imagem de aposentos particulares de religiosas, de ambiente profano. Estes aposentos, devido à identidade de quem os frequentava, são atípicos, quanto nível de luxo ostentado e sob o ponto de vista arquitectónico, pois não correspondem à cela integrada num dormitório colectivo, tratando-se de um anexo dentro do Convento de Odivelas, a que chamavam a “torre da Madre Paula”, sendo aposentos privados que D. João V (1689-1750) teria mandado construir, para aí se encontrar com esta religiosa, oferecendo-lhe certamente grande parte do recheio descrito (**Anexo VIII- 1.1.4: 9**).

De entre os artefactos descritos, salientamos o espelho, que parece estar omnipresente nestes aposentos, porque, precisamente no mesmo Convento de Odivelas, cerca de cem anos antes, em 1651, sobre ele discorrera o Padre António Vieira (1608-1697) num dos seus *Sermões* dirigido a esta comunidade. Encarado na dimensão de metáfora do amor-próprio, da vaidade feminina e do frívolo apego aos bens materiais e transitórios, mas também na sua dimensão real de objecto doméstico, o espelho ou o *demónio mudo*, é referido como uma peça fortemente enraizada na cultura material das mulheres, tanto seculares como religiosas (**Anexo VIII- 1.1.5: 10**).

O carácter privado da cela, permite que a religiosa a use como forma de manifestação da sua individualidade, do desejo de propriedade, de conforto físico e de sensualidade, longe do rigor e da exigência de cumprimento da *regra* mais evidente e imposta nos espaços colectivos da comunidade. A individualidade da cela constitui uma novidade no monaquismo. Durante muito tempo, os espaços destinados ao sono foram os dormitórios colectivos, mas imposições morais para evitar a promiscuidade proporcionada pela proximidade dos corpos expostos na sua intimidade, bem como de exigências de retiro espiritual para oração, contemplação e leitura devota, levaram à

construção das celas individuais, fenómeno especialmente recorrente nos conventos femininos entre os séculos XVII e XVIII.¹³ É interessante verificar que o auge da construção de celas individuais seja simultâneo ao da cultura conventual de resistência e transgressão em análise.

A privacidade conquistada acaba, no entanto, por trair os objectivos iniciais, sendo um factor que potencia a sua subversão e uma aproximação a vivências de carácter secular, passando as celas, por vezes, a ser locais de recreação, de evasão e de alienação da vida em comunidade. Sintomática disso mesmo, é a comparação acima transcrita que o Padre Manuel Bernardes (1644-1710) faz entre aquelas celas e as *casas de estrado* (**Anexo VIII- 1.1.2: 5**). Estas constituem os aposentos reservados às mulheres nas residências da nobreza e elites da burguesia, onde se coloca a peça de mobiliário que lhe dá nome, sendo o estrado em madeira, rectangular, baixo, coberto de matos e almofadas. Se não têm aposento específico para o colocar, este fica no quarto. No estrado sentam-se as mulheres de pernas cruzadas, entregues aos labores da agulha, leitura, em conversa e na companhia de amigas, parentas e criadas, e de pequenos animais domésticos, os chamados *cãezinhos de estrado*, rodeadas dos seus objectos pessoais. É o espaço doméstico de sociabilidade feminina, por excelência, e tem, assim, uma cultura própria, expressa nos artefactos e nas suas vivências.¹⁴ Habitadas no século, a passar a maior parte dos seus dias em aposentos reservados, confinadas a partes da casa recônditas e afastadas dos centros mais sociais, como o salão, experimentando, assim, uma certa forma de *clausura*, estas mulheres, quando ingressam no convento, naturalmente transferem as funções da *casa do estrado* para a cela, o seu aposento privado, reproduzindo aí a sua cultura material e vivências próprias. Nos textos que temos vindo a citar, encontramos indícios dessas vivências de *casa de estrado*, dentro da cela. Rodeadas dos seus objectos pessoais e com todo o conforto, já referidos, as religiosas aí se recolhem, alienando-se da vida em comunidade, entregando-se a actividades recreativas que as fazem evadir dos rigores do seu estado.

A refeição fora do espaço colectivo do refeitório e tomada dentro da cela, é um hábito aparentemente comum e assaz criticado. Desse hábito, temos indício na

¹³ BORGES (1998), p. 47, 48; BORGES (2002), p. 312-328; COSTA (2006), p. 26, 27; SÁ (2011), p. 285

¹⁴ Encontram-se exemplos de representações em textos portugueses e estrangeiros da vivência feminina do estrado na segunda metade do século XVII e século XVIII em LOPES (1989), p. 46-48 e em relatos de viajantes estrangeiros em Portugal durante o século XVIII, comentados e reproduzidos por VICENTE (2001), p. 89-91

*Descrição dos aposentos de Madre Paula...*¹⁵, onde se refere a existência da *casa onde comem*. (**Anexo VIII- 1.1.4: 9**) E será que além de tomarem a refeição na cela, também armazenavam e confeccionavam aí os seus alimentos? (**Anexo VIII- 1.1.6: 11**) Padre Manuel Velho responde à questão da legitimidade do uso de talheres de metais preciosos para refeições fora Refeitório longe da comunidade, estando bem presente a ideia, já anteriormente avançada, de que a privacidade da cela propicia comportamentos desviantes das normas, não tão passíveis de acontecer nos espaços colectivos, como o Refeitório, onde a pressão social e psicológica para o seu cumprimento é maior. (**Anexo VIII- 1.1.6: 12**) Por outro lado, evidencia-se o uso de utensílios de mesa particulares neste espaço, grupo de que naturalmente faria parte a cerâmica, muito em especial a porcelana e a faiança de importação a que alude o mesmo autor na passagem em que diz que “ *Genova, e a India estão, e devem estar muyto longe de huma Freyra*”. (**Anexo VIII- 1.1.3: 7**) A alusão à Copa e às baixelas nos aposentos de Madre Paula (1701-1768) dá testemunho dessa realidade¹⁶. As *Regras e Constituições* sob as quais se regiam as religiosas dominicanas proibiam a posse de louça particular (**Anexo VIII- 1.1.3: 8**).

A prática de labores, como a costura, entre outros artefactos, tem lugar também na cela, como herança dos hábitos do *estrado* próprios da sua educação doméstica. Padre Manuel Velho critica apenas o facto de a costura não ser um acto realizado junto das outras religiosas, em espaço comum. (**Anexo VIII- 1.1.6: 12**)

A produção da escrita, aludida na mesma passagem, é criticada também pelo facto de ter lugar longe da comunidade. Por sua vez, as leituras mais ou menos devotas com que as religiosas ocupam o seu dia no âmbito dessas vivências de *estrado* têm expressão na cultura material, ao nível da posse de bibliotecas, que integram o seu espólio pessoal dentro de uma cela. Os catálogos que deram entrada na Real Mesa Censória, elaborados a partir de 1769, dão conta do conteúdo das bibliotecas dos conventos e, muitas vezes, individualizam-se conjuntos de livros como fazendo parte do

¹⁵ Muitas reservas se colocam à autenticidade e veracidade deste manuscrito anónimo, sem data explícita, sendo provavelmente da década de 1750, cujo contexto de produção desconhecemos, e que alude a uma parte de um caso que foi matéria de jocosidade e de boatos, nessa época de *freiráticos* e de cultura *freirática*. Trata-se, no entanto, de uma rica e interessante descrição, paralela às passagens das outras obras citadas, no que diz respeito ao tipo de objectos descritos, embora o nível de luxo e riqueza do ambiente a que alude o manuscrito seja excepcionalmente elevado, dado tratar-se da cortesã do próprio rei e de um rei como D. João V.

¹⁶ BNP, Cod. 68//10 [Descrição dos aposentos de Madre Paula no Convento de Odivelas] 175?, fl.3

acervo particular de determinadas religiosas.¹⁷ Os escritórios, os contadores e as papeteiras referidas ao longo das passagens que temos vindo a citar ligam-se intimamente à ligação da religiosa com a palavra, quer através da leitura, quer através da escrita, de índole mais ou menos subversiva e secular.

A prática da música recreativa, alheia aos pios e regulares deveres do Coro tem também lugar na cela. Necessariamente tem uma dimensão material nos instrumentos, que, mais uma vez, complementam o espólio pessoal das religiosas presente nos seus aposentos. Instrumentos como as violas, seriam introduzidos por mulheres com educação musical, estando intimamente ligados ao repertório profano executado em contextos domésticos. Pelo seu carácter secular, a sua presença nos conventos é criticada pelo Padre Manuel Velho, que as admite com reservas no Coro e as proíbe definitivamente nas celas (**Anexo VIII- 1.1.7: 13**). A presença de instrumentos musicais ligados ao repertório sagrado e profano é atestada historicamente, pelo fenómeno da entrada de muitas religiosas em conventos pelo seu dom como instrumentistas e cantoras, que muitas vezes faz baixar o valor do dote da entrada, para uma quantia simbólica ou mesmo prescindir-lo de todo. Muitas religiosas com menor condição económica para o pagamento do dote são aceites nestas condições, mediante a promessa do ensino da música às companheiras¹⁸ e de legarem os seus instrumentos musicais ao convento. Foi o caso de Catarina de Lemos, admitida no Convento de Santana de Leiria em 1602, a quem lega suas harpas e manicórdios (**Anexo II- 1.1: 57**).

Por toda esta vivência herdada do *estrado*, como espaço de sociabilidade, as celas atraem mais mulheres do que a religiosa que nelas habita. A sua função recreativa e cultural transforma-a em palco de pequenas tertúlias entre religiosas, e até parentas e amigas que as visitam, contrariamente às imposições da clausura e ao comportamento comedido que se exige dentro deste espaço. Os deveres da comunidade são, por vezes, preteridos, a favor dessas tertúlias (**Anexo VIII- 1.1.8: 14**).

A presença constante de “*criadas particulares para o ministério da casa*”¹⁹ é um dos hábitos domésticos herdados do século pelas religiosas pertencentes às elites que potencia a frequência das celas. Só para Madre Paula (1701-1768) e as suas companheiras eram “*tres mullatas, e duas criadas, e quatro que tinha / são nove*”²⁰. No

¹⁷ MORUJÃO (2005), p.52, 53

¹⁸ LESSA (2002), p. 243-248

¹⁹ BERNARDES (1728b), p. 32

²⁰ BNP, Cod. 68//10 [Descrição dos aposentos de Madre Paula no Convento de Odivelas] 175?, fl. 3

Convento de Santana de Leiria, logo desde a fundadora, D. Catarina de Castro (**Anexo II- 1.1: 1**) encontramos religiosas que dispunham de serviços particulares²¹. Estas têm uma função semelhante à de camareiras e assistem as suas amas na função de sobrevivência corporal que tem a cela, nomeadamente no vestir, na higiene e cuidados pessoais e no repouso, quando a religiosa está doente, mas também na sua função recreativa, pela companhia e auxílio às tarefas executadas, e contribuem fortemente para que este espaço alheie a religiosa dos actos de comunidade ao servir-lhes aí as refeições. Por esta razão e por não fomentarem a modéstia e a humildade pretendidas de uma religiosa, a sua existência é muito mal vista (**Anexo VIII- 1.1.9: 15**).

Esta permanente concorrência de várias mulheres às celas de religiosas leva a adaptações do espaço a essa realidade, sob o ponto de vista material. O número elevado de móveis de assento e de apoio, de várias tipologias, referidas ao longo das passagens que citámos, que por vezes as celas chegariam a ter, serviriam para acomodar religiosas, visitantes e criadas nas suas pequenas assembleias domésticas.

Um outro aspecto característico das vivências de aposentos privados femininos que as religiosas não dispensam nas suas celas é a companhia de animais de estimação. Pequenos cães, gatos, e aves exóticas, como papagaios, preenchem necessidades de afectos e entretêm horas ociosas. Aos cães trazem-nos no regaço, ou dormem consigo na cama, sendo-lhes dispensadas atenções várias, cujo excesso é criticado, nomeadamente os enfeites e até cuidados veterinários (**Anexo VIII- 1.1.10; 16, 17 e 18**).

1.1.2- Lavoros, fabrico de artefactos e troca de presentes

O trabalho de carácter doméstico é uma componente muito recomendada no âmbito da vida religiosa, pois constituiu um serviço ao bom funcionamento da comunidade e contribui para a edificação espiritual e moral da religiosa, ao permitir a prática da oração mental em simultâneo, e ao acentuar a modéstia e a humildade. A *ociosidade* é vista como uma inimiga tanto das religiosas, como das mulheres seculares e os discursos moralistas dirigidos a ambas encontram-se na recomendação de tarefas como os labores e administração da casa, e na concepção de inferioridade intelectual da mulher, que os tornam muito adequados às suas capacidades, pela sua *miudeza*. Estes são uma componente essencial da educação feminina que as religiosas transportam para

²¹ Vejam-se outros exemplos em **Anexo II- 1.2: 4; 1.3.1: 5-16; 1.3.2: 4-9**.

o convento. Tarefas como os labores de costura, bordados fazem parte dessa vivência de *casa de estrado* que passa a existir na cela. As obrigações domésticas da mulher casada com um homem, naturalmente são transferidas da casa para o convento por parte das religiosas *Esposas de Cristo*.

Diogo de Paiva de Andrade (1576-1660) em *Casamento Perfeito* (1630) recomenda às mulheres casadas a prática dos labores (**Anexo VIII- 1.2.1: 19**), discurso com paralelo em *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) de 1651 (**Anexo VIII- 1.2.1: 20**). Padre Manuel Bernardes (1644-1710), que não se dirige exclusivamente às religiosas em *Armas da Castidade*, tem semelhante concepção do que devem ser as ocupações domésticas de uma mulher (**Anexo VIII- 1.2.1: 21**). Ecos destes discursos encontram-se nas obras de carácter moralista dirigidas às religiosas, como *Cartas Directivas e Doutrinaes...* de Padre Manuel Velho datada de 1730 (**Anexo VIII- 1.2.2: 22**) onde os labores são perspectivados como actividades apropriadas à vida religiosa feminina, desde que destinados a fins pios.

Os conventos femininos têm uma produção de artefactos própria de figuras de presépio, relicários, rendas, bordados, flores artificiais e indumentária para imagens que servem para enfeitar altares e oratórios²². Por vezes, estes objectos são trocados por esmolas, como forma de auxiliar a sobrevivência económica no convento, numa lógica mendicante. Mais do que contributo para à autosustentação do convento, a principal função destes objectos é de carácter devocional para consumo interno. Mas, nem sempre, estes artefactos produzidos no convento tinham esse carácter e esse destino. Longe de objectivos devocionais, a produção de artefactos pode também ser interpretada como fazendo parte do comportamento de resistência às privações da vida em *clausura*, reflectindo sentimentos de saudade ou de desejo de vivências de materialidades, sociabilidade e afectos próprias do mundo secular, como bonecos com trajos à moda da época figurando em bailes ou animais de companhia (**Anexo VIII- 1.2.3: 24**).

Estes artefactos vão integrar a dinâmica de troca de presentes, juntamente com os famosos doces conventuais.²³ Produzidos no recato das celas e das cozinhas, os objectos e os doces saídos do labor de religiosas, alimentam sociabilidades de grade e

²² Em QUARESMA, OLIVEIRA (1993), pp.701-709, veja-se o papel do Convento de Jesus de Aveiro, no fabrico deste tipo de artefactos, como exemplo

²³ SARAMAGO, CARDOSO (2000)

locutório de carácter profano. Estas práticas são criticadas pelo afastamento que constituem em relação às normas e aos preceitos da vida religiosa, pela quantidade e pelo carácter. Afastam a religiosa da *clausura* porque as fazem ter trato com seculares; afastam-na da *castidade* porque muitas vezes esse trato tem fim amoroso; afastam-na da *pobreza*, porque mais do que para a obtenção de uma modesta esmola, estes objectos são adquiridos pelo gosto do luxo supérfluo; afastam-nas da *obediência* porque o seu envolvimento em toda esta dinâmica, leva à falta de comparência nos actos da comunidade e devoção, contrariando as *Regras e Constituições* (**Anexo VIII- 1.2.4: 24 e 25**).

Além dos artefactos e doces produzidos dentro dos conventos, outros artefactos de proveniência exógena, alguns até de importação e com carácter de luxo, serão integrados nesta dinâmica de troca de presentes. São objectos decorativos como os que se encontram dentro das celas: porcelanas chinesas (*louças da Índia*), vidros, caçoulas, lâminas, a que já nos referimos anteriormente. E são adornos, peças de toucador e cosméticos, que contribuem para as adulterações de hábitos religiosos, de que falaremos no ponto a seguir: toucados, leques, luvas, pomadas, sinais, lenços, entre outras *modas*. Tal como os objectos produzidos dentro dos conventos, estes são acompanhados de correspondência, e por vezes até de poesia (**Anexo VIII- 1.3: 26 e 27**).

1.1.3- Vestuário, adornos e cuidados corporais

O corpo é também objecto de apropriação e manipulação semelhante, nomeadamente o vestuário, adornos e cuidados. Tal adquire contornos muito mais explícita e intencionalmente subversivos porque as normas e preceitos morais impostos são muito mais específicos e rígidos do que para qualquer outro tipo de artefacto. Num contexto moral que apela à uniformidade e à mortificação, o corpo é, naturalmente, o instrumento de afirmação de individualidade e de sensualidade da religiosa, por excelência. Usados na intimidade doméstica da sua cela, ou nos espaços comuns como o claustro, e a cerca ou junto da grade e locutório, o vestuário e cuidados corporais de origem secular insere-se no contexto de uma sociabilidade de *casa de estrado* e de corte.

A prática mais abundantemente descrita é a secularização do hábito religioso. Trata-se da sua adulteração, pela transformação no corte, adição de guarnições, subtracção de elementos, alteração das cores e tecidos regulamentares e não utilização

das peças na posição correcta. Por baixo do hábito, é referida a utilização de camisa de rendas. Caudas longas fazem assemelhar o hábito a um vestido. Às toalhas adicionam-se elementos como rendas, cantos, crespos, e pregas. Os cordões de cintura são *brincados*, e aos toucados acrescentam-se rendas e outras *curiosidades*. Toalhas e véus são usados mais ou menos chegados ao rosto de forma a favorecê-lo ao gosto da religiosa. Preferem-se tecidos mais nobres e confortáveis e de cores mais vivas, que o linho ou a estamena. Adornos como anéis, colares, leques, luvas e outros *brinquinhos* complementam a adulação. (**Anexo VIII- 1.4.1: 28, 29 e 30**). O mesmo se passa com o calçado. Os sapatos de couro negro comuns eram preteridos a favor de sapatos de salto e bico, em seda, com fivelas, elementos em ouro, ou franjas (**Anexo VIII- 1.4.2: 31**). Quanto aos cuidados corporais, contrariamente ao simples e modesto asseio, refere-se uma forte atracção pelos perfumes (**Anexo VIII, 1.4.3: 32**), e pelo uso da maquilhagem com *polimentos* e típica moda de fins dos século XVII e século XVIII, do uso de pós brancos e sinais falsos, postiços ou pintados. Tudo isto seria acompanhado das poses e trejeitos afectados tão próprios da época, assaz criticados, por contrariarem a humildade casta e discreta exigida a uma religiosa. (**Anexo VIII, 1.4.1: 28, 29 e 30**)

O uso deste vestuário e aplicação destes cuidados pessoais está intimamente relacionado com o espólio e vivência das celas que descrevemos atrás: eram necessários guarda-roupas, armários, arcas, para acondicionar o vestuário, toucadores, com caixinhas e vidrinhos, para guardar adornos e cosméticos, espelhos para confirmação e admiração da beleza feminina, tudo integrado na vivência de *casa de estrado*, constituindo uma ocupação quotidiana, sob a assistência das criadas particulares, conselhos e elogios da assembleia de visitas privadas. Além do vestuário quotidiano, há referências à trajes seculares e mesmo travestismo dentro do espaço conventual no contexto da representação de peças de autos e peças de teatro, de carácter religioso e profano (**Anexo VIII- 1.4.4: 33**), bem como de procissões, onde as mascaras de anjos ricos e guarnecidas alimentam as vaidades das portadoras (**Anexo VIII- 1.4.4: 34**).

1.1.4- Uma cultura material feminina de elite, entre o século e o convento

As descrições e moralizações e torno da cultura material de religiosas encontram paralelos em discursos presentes em obras dirigidas à educação de mulheres seculares. Na sua crítica aos excessos do luxo feminino, Damião de Lemos Faria de Castro (1715-1789) faz uma enumeração de um conjunto de objectos, produtos e suas proveniências, muito rica em informação, que testemunha uma certa conotação de género com uma

cultura material de elite muito específica (**Anexo VIII- 1.5: 35**). É uma descrição acompanhada de juízo de valores, que é muito semelhante à que encontramos no discurso de algumas destas obras moralistas destinado a corrigir as *secularidades* materiais das religiosas nos seus conventos. Estes textos, observados numa perspectiva de comparação, denotam uma transversalidade da relação com este tipo de cultura material entre as mulheres provenientes das elites socioeconómicas, quer no século, quer no convento, e, por conseguinte, a continuidade, nesse espaço, apesar das restrições da *regra*, de um estilo de vivência do quotidiano doméstico e de uma identificação com os seus objectos, que estão fortemente enraizados nos hábitos destas mulheres.

1.1.5- As evidências arqueológicas

Nas intervenções arqueológicas realizadas em conventos femininos portugueses, os contextos de Época Moderna têm revelado a presença de artefactos móveis de uso quotidiano integrando uma cultura material de carácter secular, cujo luxo, e exotismo, denota o elevado estatuto social e poder de aquisição por parte de quem os deteve, e uma vivência requintada e confortável dentro do espaço conventual.

Dos trabalhos arqueológicos do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, coordenados por Artur Corte-Real entre 1995 e 1999²⁴, resultou um conjunto de espólio muito vasto e variado, com uma forte componente de faiança portuguesa, porcelana chinesa e vidro, entre outros materiais²⁵. O conjunto da porcelana chinesa contabiliza-se em 5000 fragmentos da Dinastia Ming, datáveis entre inícios do século XVI e século XVII. Constituído, essencialmente, por peças em “Azul e branco”, o acervo contém duas taças com decoração *Kinrande*, uma com vidrado vermelho e outra de pintura em vermelho e dourada, bem como uma taça amarelo-imperial, peças Jiajing excepcionais pela sua raridade, muito em especial a última, que seria reservada ao Imperador.²⁶ O vidro desdobra-se em várias tipologias formais datadas entre os séculos XVI e XIX, entre taças, copos, jarrinhas, garrafas, frascos, e ainda *bains-d’oeil*, designação dada a pequenos recipientes de toucador, destinados a banhar os olhos, de tradição veneziana, catalã, norte europeia e do Próximo Oriente.²⁷ Além deste, pentes, limpa-ouvidos, limpa-unhas, palitos de dentes, bacios, calhandros, mangas de farmácia, e diversos

²⁴ CORTE REAL (2001)

²⁵ CORTE-REAL, SANTOS, MACEDO (2002); CORTE REAL, GAMBINI, TRINDADE (2008), p.42

²⁶ SANTOS (2002), p. 56-58

²⁷ FERREIRA (2004), p. 541-583

instrumentos de botica, testemunham o especial cuidado nas práticas de higiene e saúde.²⁸ Utensílios de fiação e costura como fusos, dedais, agulhas, tesouras dão conta da entrega aos labores²⁹. Brincos e anéis denotam preocupação com o adorno pessoal.³⁰ Um dos conjuntos artefactuais mais interessante e curioso são os amuletos de uso pessoal, como as mãos de azeviche e figas. De propósito apotropaico, como a protecção contra o mau olhado, estes objectos denunciam comportamentos supersticiosos, pagãos, de origem secular fortemente enraizados nas mentalidades e imunes à formação e prática católica, constituindo parte de um outro tipo de subversão e resistência que não abordamos neste pequeno ensaio.³¹ Também desta intervenção saiu espólio arqueofaunístico, que atestou a presença de gato, entre as espécies de animais domésticos identificadas.³²

Em Lisboa, as campanhas que tiveram lugar no Convento de Santana entre 2003 e 2010, dirigidas por Rosa Varela Gomes, trouxeram à luz do dia um grande acervo de artefactos quotidianos dos séculos XVI a XIX. A cerâmica comum e vidrada divide-se entre as funções de cozinha, com formas como tachos, alguidares, frigideiras, panelas, testos, bem como de armazenamento, com infusas, cântaros, cantis, barris, anforetas, potes, talhas, e ainda de mesa, com pratos, taça, tigelas, garrafas. Também de mesa, os púcaros e as taças em cerâmica modelada de Estremoz e Lisboa. A faiança também está presente com exemplares de produção portuguesa e de várias oficinas italianas, em pratos e taças, entre outras formas. A porcelana chinesa completa o conjunto da cerâmica com pratos, taças e outros. O vidro é também uma componente importante. Salientamos, ainda, a presença de artefactos ligados aos labores como dedais, alfinetes, colchetes, e de adorno pessoal, como anéis de bronze, contas de osso e vidro.³³ Proveniente do mesmo convento de franciscanas, mas encontradas aquando da sua demolição em fins do século XIX, e hoje integrando a colecção do Museu Nacional de Arqueologia, é um conjunto de taças e púcaros em cerâmica fina modelada de Estremoz estudados por Olinda Sardinha e Carlos Etchevarne.³⁴

Outros conventos femininos, de Norte a Sul do país, têm sido objecto de intervenções como o Convento de Santa Clara de Moura, de cujo conjunto de cerâmica,

²⁸ LEAL; FERREIRA (2006-2007)

²⁹ CORTE REAL, GAMBINI, TRINDADE, SANTOS (2009), p.45; MOURÃO (2004) p. 141

³⁰ MOURÃO (2004) p. 143

³¹ CORTE REAL, GAMBINI, TRINDADE, SANTOS (2009), p.40-41; MOURÃO (2004) p. 144

³² DETRY, MORENO-GARCIA (2008)

³³ GOMES, GOMES (2008)

³⁴ SARDINHA (1990-1992); ETCHEVARNE, SARDINHA (2007)

estão publicadas as taças, púcaros e garrafas em cerâmica finas de Estremoz, do século XVIII.³⁵ Do convento de Nossa Senhora da Piedade, em Cascais, foram publicadas algumas peças em faiança portuguesa e cerâmica fina decorada do século XVII.³⁶

É notória a grande falta de publicações arqueológicas de estudos de espólio proveniente de conventos femininos deste âmbito cronológico, uma vez que a maioria dos conjuntos dos sítios intervencionados se encontra em fase de estudo. No entanto, os dados a que tivemos acesso já nos permitem estabelecer uma relação com a realidade descrita no ponto anterior. Os conventos dos grandes centros urbanos e de poder, como Lisboa e Coimbra, pela natureza da composição socioeconómica das suas comunidades são os que naturalmente mais se aproximam, encontrando-se fortes paralelos entre a origem e a tipologia das peças descritas, ou das actividades com elas relacionadas, e os artefactos e encontrados em contexto arqueológico. Ente os conventos menores, na periferia dos grandes centros, não deixa de haver alguma relação, sobretudo ao nível da cerâmica de importação.

A omnipresente cerâmica, e em particular as produções de faiança italiana e porcelana chinesa, tanto nas grandes casas, como nas casas menores, é o elemento artefactual que mais representa ou se aproxima da realidade acima descrita. A “*loiça de Génova*” e a “*loiça da Índia*” a que juntam as outras faianças de importação e a faiança portuguesa de luxo, e os referidos “garfos e colheres de prata” seriam usados nas celas, nas refeições tomadas em privado, mas também poderiam incluir as baixelas utilizadas e partilhadas nos refeitórios, possibilidade de que não temos indício entre as referências documentais consultadas. Já aos recipientes de cerâmica fina produzida em Portugal, em Lisboa e Estremoz, embora não referidos, remetem para uma certa sensualidade, tendo em conta as histórias do bom sabor que o seu barro conferia à água neles tomada.³⁷ As trocas de doces entre religiosas de conventos diferentes, e entre as mesmas e amigos e familiares no século, de que se fala, poderão estar relacionadas com a presença desta cerâmica. Lembremo-nos das suas representações em naturezas-mortas de Josefa de Óbidos, contendo doces e enfeitadas com fitas dando-lhe esse carácter de *brinquinho*³⁸. Há que ter em conta que as sociabilidades que motivavam esta troca de presentes de doces, entre outros, em grades de locutórios ou mesmo no interior do espaço da

³⁵ REGO, MACIAS (1993)

³⁶ CARDOSO, RODRIGUES (1997); CARDOSO, RODRIGUES (1999)

³⁷ Veja-se a propósito VASCONCELOS (1957)

³⁸ A título de exemplo: *Natureza morta com doces e barros*, de 1676, Biblioteca Municipal de Santarém; *Natureza morta com caixa e potes*, de 1660, Museu Nacional de Arte Antiga

clausura, poderiam pretextar o uso dos outros tipos de cerâmica de mesa, em pequenas refeições servidas com elegância e galanteria dignas da condição aristocrática de muitos dos convidados seculares. O vidro importado (“de Veneza”), que, no caso de copos, taças e garrafas, complementa a cerâmica à mesa privada ou colectiva, está também presente nos toucadores, em caixas e pequenos recipientes para unguentos, como os *bains-d’oeil* encontrados em Santa Clara-a-Velha, que, por sua vez, atestam a utilização de cosméticos em conventos. A componente de trabalho ligada aos labores da costura, tão recomendada para combater a *ociosidade*, quando para fins devotos e não profanos, é atestada arqueologicamente, pela presença de dedais e alfinetes, como os das franciscanas de Santana de Lisboa. Os anéis de bronze e as contas de osso e vidro, do mesmo contexto, remetem para os adornos de carácter secular, tão criticados. Todo este espólio arqueológico é passível de se relacionar com a dinâmica de troca de presentes entre religiosas de conventos diferentes e entre estas e o mundo secular, a título colectivo, ou a título individual. Referimos ainda a importância de estudos arqueofaunísticos, como o que foi feito em Santa Clara-a-Velha, no sentido de aferir a presença de animais domésticos de companhia, como os que as fontes referem, nomeadamente cães, gatos e aves, ou ainda outros.

Mais respostas nos poderão dar estas intervenções referidas, e outras que venham a ser realizadas e publicadas. Só o estudo exaustivo de colecções de artefactos e sua publicação nos permitirão dar a conhecer um maior leque de artefactos, como os referidos nas fontes ou outros e dar pistas sobre os seus contextos de utilização: elementos de mobiliário, de vestuário, calçado, adornos, jóias, objectos de toucador, entre muitos outros, relacionados com o funcionamento e vivência nas várias áreas funcionais dos conventos acima descritas, da sobrevivência corporal ao trabalho, da enfermaria à cozinha, que asseguram todo o bem-estar e conforto no espaço conventual, que por sua vez favorecem as sociabilidades e manifestações de lazer e cultura. Há, pois, que explorar as estas várias áreas funcionais dos conventos, mas também as suas necrópoles, cujo espólio funerário poderá consistir em algum daquele tipo, nomeadamente os de uso corporal, e as análises anatomo-patológicas poderão dar pistas sobre os estilos de vida praticados dentro dos conventos, nomeadamente a alimentação e exposição a esforços físicos, entre outros aspectos. Sobre a alimentação, e em cruzamento com os artefactos que a preparam e servem, são essenciais os estudos arqueofaunísticos e arqueobotânicos. Estes por sua vez, poderão dar pistas sobre a

composição botânica de dois dos espaços ao ar livre destinados ao lazer e ao trabalho, nomeadamente o claustro e cerca, com as suas hortas, jardins e pomares.

E porque o objecto de estudo se trata de comunidades conventuais na sua especificidade feminina, importa realizar uma abordagem do ponto de vista da Arqueologia do Género, comparando a sua cultura material com a de comunidades monásticas masculinas, com vista à compreensão do seu papel na construção social dos géneros feminino e masculino.³⁹ Que materialidades se encontram em cada um dos contextos? Em que medida expressam modos de habitar os espaços, actividades domésticas, trabalho, sociabilidades, manifestações de cultura e lazer específicas de cada um dos géneros, bem como, as concepções ideológicas sobre o que é ser Homem e Mulher na sociedade portuguesa de Antigo Regime?

Muito do espólio aparecerá jamais em escavações arqueológicas. Pelo seu valor material e estético, são peças que se conservaram para além da época em que foram produzidas, como o mobiliário ou algumas peças em cerâmica, chegando a 1834, ano em que se decreta a extinção das ordens religiosas e em que começa todo o processo de nacionalização de todos os bens destas instituições, tanto imóveis como móveis, ainda durante a sobrevivência dos últimos membros das comunidades, já que, no caso dos conventos femininos se decretou que as casas só seriam completamente extintas depois da morte da última religiosa de cada comunidade, o que levou a que este processo se arrastasse até fins do século XIX. Desses processos de nacionalizações levados a cabo pela Direcção dos Próprios Nacionais do Ministério da Fazenda, resultou documentação, em que figuram inventários de bens móveis dos conventos que depois viriam a integrar as colecções de museus e o património da Igreja. Estes inventários, juntamente com livros de contas com listagens de bens adquiridos e seu valor, produzidos ainda durante o período de actividade de cada comunidade, são documentos cuja informação é importante cruzar com o espólio resultante das intervenções arqueológicas no sentido de se detectarem padrões de consumo.

³⁹ Roberta Gilchrist com *Gender and Material Culture. The Archaeology of Religious Women* (1994), constitui para nós uma referência neste tipo de estudos, analisando o monaquismo feminino medieval britânico, na sua relação com a cultura material: GILCHRIST (1997)

1.2- Contextos e vivências seculares da cultura material

1.2.1- Composição social dos conventos e motivações de carácter secular para o ingresso religioso

A população que constitui as comunidades dos conventos femininos caracteriza-se pela sua heterogeneidade, envolvendo elementos oriundos de vários estratos socioeconómicos, que se estendem desde as classes populares do Terceiro Estado à grande nobreza. É nas elites burguesas do Terceiro Estado e nobreza, que encontramos, contudo, as origens sociais predominantes das religiosas, durante a Época Moderna, sensivelmente até à segunda metade do século XVIII, por serem estas as que mais possibilidades têm de pagar o valor do dote exigido para a entrada num convento. Por sua vez, a variação desse valor de instituto para instituto, vai criar uma estratificação social entre os próprios conventos, levando a que os conventos com os valores mais altos atraiam e concentrem os grupos de maior poder económico, como a grande nobreza. Esta heterogeneidade e predominância da composição social dos conventos femininos relacionam-se com as diferentes motivações de carácter socioeconómico que estão por trás da forte atracção que estas instituições exerceram sobre as mulheres, durante esta sua época de auge.

A profissão numa instituição desta natureza como alternativa a uma situação de ausência de tutela masculina, por orfandade, viuvez ou celibato, foi uma motivação muito comum. Para as órfãs e viúvas de famílias quer da nobreza, quer das elites burguesas, o destino poderia começar pela permanência num recolhimento, ou recolhiam-se logo num convento com vista a uma futura profissão. Muitas mulheres viúvas fazem-se acompanhar de filhas mais novas que ficam no convento sob o estatuto de recolhidas, chegando algumas a professar. Outras, instituem conventos. Por vezes, órfãs mais pobres recebem, por obra de caridade, um dote para casar, ou para ingressar num convento, como forma de resolver a sua situação de desamparo.⁴⁰ Mas, em muitos casos, a principal motivação para uma mulher professar, foi o encontro de uma alternativa ao casamento, estando numa situação de celibato que, não raras vezes, é contra a sua vontade. Para uma mulher nascida numa família da nobreza havia dois destinos mais certos à nascença: ou se preparava para contrair matrimónio no século, com um homem, ou tomava Cristo como seu *Divino Esposo*, no convento e na

⁴⁰ ARAÚJO (2005), p. 115, 127-128. No Convento de Santana detectaram-se algumas órfãs entre comunidade de religiosas, conforme ponto **2.3.1**

eternidade. A bem da sua *honestidade* e alívio das responsabilidades da família, não convinha que permanecesse solteira no século⁴¹. Sendo as filhas, por mercê das limitações da sua condição feminina, tidas como um encargo e fonte de preocupações de carácter moral, vozes como a de Damião de Lemos Faria de Castro (1715-1789) aconselham mesmo os patriarcas das grandes famílias a encaminhar as suas filhas o mais rapidamente possível para fora da casa (**Anexo VIII- 1.6: 36**)

É o modelo vincular das práticas de reprodução social das famílias titulares do Antigo Regime que origina entre as mesmas uma grande quantidade de celibatárias que, na maior parte, serão encaminhadas a professar⁴². Esse modelo leva à constituição do morgado, ou seja, uma unidade familiar e de administração de património, que pode ser de bens vinculados à família, bens da Coroa ou de Ordens, cuja transmissão se processa por sucessão e assenta nos princípios da primogenitura, masculinidade e indivisibilidade.⁴³ Assim, sucede no morgado, o filho varão primogénito que, como *pater* encabeçará a unidade da família e concentrará em si a administração dos bens. Evitando a dispersão dos bens, evita-se “também a dispersão dos membros da família, porque estes ficam economicamente dependentes do administrador do morgado”, sujeitando-se à sua direcção.⁴⁴ Por vezes, na ausência de filho varão, sucede a filha primogénita e assiste-se à união de duas famílias, pela via do seu casamento com um sucessor de outra família, e nascendo dessa união um filho varão, que naturalmente sucederá, concentram-se mais que um morgado numa mesma pessoa.

Toda esta situação resulta num grande número de filhas celibatárias, em especial, entre a grande nobreza por duas razões: escassez de homens de superior ou igual condição com quem possam casar e insuficiência de fortunas que possam pagar os elevados dotes que um casamento com homem dessa condição exige. A concentração de bens numa só pessoa ou, por vezes de duas casas leva a que existam muito poucos sucessores titulares, face à superior quantidade de filhas que não podem suceder, o que faz com que os dotes de casamento ascendam a valores muito elevados. A fim de se

⁴¹ ARAÚJO (2005), p. 198

⁴² MONTEIRO (1998), p. 252,253; OLIVAL, MONTEIRO (2003), p.1224. Em MONTEIRO (1993), p. 931-933, analisam-se 60 casas titulares dos “Grandes”, e conclui-se que ao longo do século XVII e primeira metade do século XVIII, a percentagem de filhas celibatárias é de 40,2% numa média global. Durante o século XVIII, cerca de 35% do total de filhas era encaminhada para os conventos, o que significa que a esmagadora maioria das celibatárias professava. A percentagem de freiras entre o total de filhas, diminui, na primeira metade do século XVIII para 18,4% e 4,6% na segunda metade até 1830.

⁴³ MONTEIRO (1993), p. 923, MONTEIRO (1998), p. 252

⁴⁴ HESPANHA (1998), p. 249

evitar a dispersão dos seus bens pelo pagamento desses dotes, as famílias optam por casar apenas a filha primogénita. As secundogénitas não têm, por isso, possibilidade de casar *com igualdade* (homogamia social) ou *acima* (hipergamia social), e permanecem celibatárias, porque se evitam os casamentos com homens de condição socioeconómica inferior, pois tal implicara uma desvalorização do seu estatuto, e mais uma vez, a dispersão de bens da família.⁴⁵

Como não convém que essas filhas permaneçam solteiras, sujeitas a descaminhos ou vivendo à custa do património familiar, depauperando-o, a solução mais comum entre as famílias da nobreza foi o seu encaminhamento para uma carreira eclesiástica. Não só o dote de entrada num convento era menos dispendioso que o de casamento, como as famílias ficavam livres de responsabilidades, pois as filhas ficavam entregues a uma tutela e, renunciando ao mundo, renunciavam às heranças de património da família, contribuindo, assim, para a indivisibilidade do mesmo.⁴⁶ Muitas filhas secundogénitas da nobreza professaram⁴⁷, assim, sem vontade e sem vocação, o que teve consequências ao nível da vida quotidiana dos conventos. Esta situação foi particularmente comum durante o século XVII, época em que, os dotes de casamento entre a grande nobreza atingiram os valores mais elevados, como o de 12 000 cruzados (4 800 000 reis), em fixado em 1641⁴⁸, quando um dote de entrada para um convento, entre fins do século XVI e fins do século XVIII variou entre 300 000 e 1 200 000 reis, sendo a escala de valores mais frequente de 400 000 reis a 800 000 reis.⁴⁹ O número de freiras provenientes da grande nobreza tendeu a diminuir a partir da segunda metade do século, XVIII porque, entre outros factores, a legislação pombalina baixou o valor do dote, fixando em 4000 cruzados (1 600 000 reis).⁵⁰ Manuel Severim de Faria (1584-1655), em *Notícias de Portugal* (primeira edição de 1655), afirmou a sua posição como uma das muitas vozes da época contra a concentração dos morgados de que resulta o quadro descrito (**Anexo VIII- 1.7:37**)

Mesmo entre as filhas da elite burguesa do Terceiro Estado, a impossibilidade de praticar a homogamia ou hipergamia, levou a situações de celibato que resultaram na

⁴⁵ MONTEIRO (1993), p. 923; SILVA (2001), p.445

⁴⁶ MONTEIRO (1998), p. 253; MONTEIRO (1993), p. 931, 932, 939; SILVA (2001), p.445

⁴⁷ No Convento de Santana conhecem-se alguns casos de filhas secundogénitas, conforme **Anexo II- 1.1, 67, 109**

⁴⁸ MONTEIRO (1993), p. 938

⁴⁹ OLIVAL, MONTEIRO (2003), p. 1222. No Convento de Santana o valor do dote ordinário variou entre os 300 e os 600 mil reis. Ver **Anexo III- 2.**

⁵⁰ MONTEIRO (1993), p. 939

profissão religiosa, porque a família não podia suportar o pagamento de dote e não encontrava esposo para a filha à altura dos seus desígnios, não pretendendo perder estatuto e bens. Como muitas destas famílias procuravam a ascensão e prestígio social, encontraram um veículo, quer no casamento das filhas, quer, em alternativa, no seu encaminhamento para uma carreira eclesiástica.

Com a colocação de filhas em conventos ou ainda a fundação de uma destas casas, não se procura apenas a satisfação das suas vocações e vontades, a resolução da sua situação pessoal e o descarte de responsabilidades e encargos da família. Esta espera desse investimento o retorno de benefícios como influência, prestígio social, rendimentos e ainda a salvação das almas. Muitos conventos estão sob a influência de determinadas famílias da nobreza, porque são instituídos pelas mesmas, e/ou aí são colocadas sucessivas gerações de familiares, chegando a formar-se oligarquias de irmãs e sobrinhas ditam a tendência na eleição das abadessas e outros cargos de direcção. Os conventos tornam-se, assim, para essas gerações de freiras de uma mesma família e para esta, uma fonte de influência social e de rendimentos contínuos, obtidos através das rendas, tenças e juros que constituíam o património de cada uma destas casas.⁵¹

A influência das famílias da nobreza sobre os conventos, condiciona o valor do dote exigido por cada convento, o que contribuirá para uma estratificação social entre conventos. Esta levará à existência de um limitado número de casas, situadas junto da Corte e grandes casas nobres, cuja entrada se reserva a noviças de determinadas famílias da grande nobreza. É o caso dos conventos em centros de poder, como a Corte, na região Lisboa, como o da Madre de Deus, Chelas, Odivelas, Santana, a que se juntam outras grandes casas de outras regiões do país, como o Convento de Santa Clara do Porto, Mosteiro de São Pedro e São Paulo de Arouca, Mosteiro do Lorvão, entre outros. As filhas das principais destas famílias acabam por estar concentradas em alguns conventos em Lisboa. A estratificação social dos conventos condicionará a escolha das famílias, tanto da nobreza, como das elites burguesas que, dentro das possibilidades da sua fortuna, escolherão aquelas casas que conferem maior prestígio social, quer à religiosa, quer à sua família. No caso das famílias burguesas, a colocação de uma filha num convento, traz benefícios eminentemente simbólicos, do ponto de vista do prestígio social. As mais ricas destas, ávidas de rápida ascensão social, procurarão os conventos ocupados pelas elites da nobreza, aproximando-se desta, pela partilha do seu estilo de

⁵¹ MARQUES (1993), p. 641-645; PAIVA (2000), p. 206; OLIVAL, MONTEIRO (2003), p. 1229.

vida e convivência.⁵² Por outro lado, uma filha num convento constitui investimento de carácter espiritual, para a eternidade, na medida em que se acreditava que uma religiosa, através da oração e mais actos de piedade poderia interceder junto do seu *Divino Esposo* a favor da salvação das almas da sua família.⁵³

Além das religiosas, os conventos albergavam mulheres recolhidas, que acabando por vir a professar, ou não, como já aqui referimos, encontravam nestas instituições, uma forma de resolver uma situação de desamparo, procurando um tecto, assistência, protecção, a garantia de uma vida moralmente aceite entre a sociedade, ou mesmo uma sepultura. São solteiras, na maior parte dos casos, órfãs, ou viúvas, mas há também alguns casos de mulheres casadas que são temporariamente acolhidas nos conventos quando os maridos se encontram ausentes e procuram deixar as esposas em locais seguros.⁵⁴ As recolhidas são tratadas como religiosas seculares, participando na vida espiritual e religiosa do convento.⁵⁵

A vivência nos conventos poderia ser, ainda, muito atractiva para as mulheres desta época, que conheciam de perto a sua realidade, ou porque aí foram educadas, ou porque mantinham contacto com familiares professoras. Entre as elites com aceso à cultura letrada, um incentivo adicional também poderia ser dado pelo exemplo das vidas de freiras virtuosas descritas na literatura hagiográfica e laudatória portuguesa. As biografias de freiras exemplares que floresceram entre fins do século XVII e segundo quartel do século XVIII, bem como a própria literatura conventual portuguesa do século XVII e XVIII, são outros exemplos de modelos de grande influência, cumprindo-se o seu objectivo edificante e moralizador.⁵⁶

Apesar da imposição dos votos exigidos por uma observância ideal da *regra*, a vida no convento mostrava-se como sendo uma oportunidade de libertação e de afirmação pessoal longe dos jugos do século, de um pai ou de um marido autoritários, com quem, em grande parte das vezes, casam por imposição. Apesar da tutela masculina no que diz respeito à direcção espiritual, gestão e representação em matéria económica e jurídica, as religiosas conseguiam ter uma margem de autonomia e de influência: elas têm parte activa nas decisões da comunidade, pois votam em situações como a eleição

⁵² MAGALHÃES (1997), p. 414; OLIVAL, MONTEIRO (2003), p. 1219, 1223; PAIVA (2000), p. 208

⁵³ KESSEL (1994), p. 206

⁵⁴ A situação das mulheres casadas recolhidas em conventos é testemunhada por D. Francisco Manuel de Melo em *Carta de Guia de Casados* (1651). Ver MELO (1820), p. 151, 152.

⁵⁵ SOUSA, GOMES (1998), p. 125-126;

⁵⁶ Vejam-se vários exemplos em MAGALHÃES (2005); MORUJÃO (2005)

de cargos e de aceitação de novos membros, participam, tomam iniciativas e definem condições em contratos, e administram a vida quotidiana da comunidade, dividindo tarefas e ocupando cargos de chefia específicos da hierarquia conventual. Por outro lado, os conventos possibilitam às mulheres outras oportunidades de sociabilidade, partilhando entre si experiências, afectos, espiritualidades, tarefas domésticas, actividades lúdicas e culturais, e, ainda, mantendo o contacto com amigos e familiares e até amantes, porque, como veremos, apesar da imposição da clausura estas instituições, de forma mais ou menos subversiva, não se fecharam completamente ao exterior. No convento, as mulheres têm, ainda, a oportunidade de ter uma expressividade própria na vivência da espiritualidade, acesso e produção de uma cultura relacionada com o seu ambiente devocional e outras áreas, no domínio das letras, da música, da expressão dramática e artes plásticas, como a pintura, demonstrado a sua criatividade e reproduzindo o seu saber junto das noviças educandas.⁵⁷ Entre as que provêm das elites socioeconómicas, acresce como motivação, o facto de usufruir destas vantagens da vida conventual, mantendo o conforto material a que já estão habituadas no século, com a possibilidade de viver em ricas celas individuais, sob os cuidados de criadas particulares, entre os outros luxos já referidos.

Paradoxalmente, estas vivências atractivas resultam da mescla de uma cultura oficial fomentada pelas autoridades que tutelam os conventos e de uma cultura marginal de resistência propagada pelas religiosas. As autoridades incentivam à produção literária e artística destas mulheres, para que estas sirvam de exemplos para a edificação de outras religiosas e dos fiéis, mas também para o engrandecimento e reconhecimento social das ordens religiosas. As sociabilidades e a cultura material, entre outras vivências de carácter secular, que comprometem a *obediência*, *clausura*, *castidade* e *pobreza*, conforme temos vindo a afirmar, são estratégias de resistência às exigências e restrições dos votos. Estes, à partida, tornariam a vida conventual muito pouco atractiva para mulheres sem vocação, mas uma vez criada, instalada e propagada esta cultura nos conventos, estes tornam-se apelativos, pelas possibilidades que oferecem. A cultura de resistência decorre da cultura *freirática*, com a convivência e atracção de seculares nobres pelas sociabilidades galantes nos conventos.

⁵⁷ COSTA (2006), p.24; MAGALHÃES (2005), p.7; NEVES (1995), p. 94, 96-97; SANTOS (1993), p. 481

1.2.2- Sociabilidade e cultura conventual em interacção com o mundo secular

Apesar do voto de *clausura* e de *castidade*, os conventos não se fechavam completamente ao exterior. O contacto entre os dois mundos começava no interior do próprio convento, uma vez que em torno das religiosas professas do Coro, circulava toda uma população secular como as conversas, recolhidas, criadas particulares e escravas, no espaço da clausura, bem como elementos do sexo masculino desde hortelãos, operários de obras a médicos e cirurgiões⁵⁸ que expõem o convento a essa interacção. Para além desta população, os próprios laços de parentesco que, não raras vezes, existem entre religiosas professas no mesmo convento potenciam a natural continuidade de sociabilidades, vivências e materialidades domésticas entre mães e filhas, irmãs, tias e sobrinhas⁵⁹, sobrepondo-se a noção secular de família à de comunidade religiosa, na relação entre os indivíduos.

Para muitas religiosas dos séculos XVII e início do XVIII, o dia da profissão, longe de uma despedida do mundo secular, foi o início de uma dinâmica de contacto em que os acontecimentos marcantes na vida das religiosas, como também são as eleições em cargos de direcção, constituíram ocasiões para faustosas e concorridas festas públicas celebradas com sermões e até textos poéticos.⁶⁰

A própria arquitectura conventual adaptava-se a esta natural necessidade de contacto activo com o exterior através de espaços que a possibilitavam, mas com limitações impostas por sistemas como a grade e a roda, no locutório. A primeira permitia uma visualização ente as religiosas que permaneciam na *parte de dentro* e os visitantes que ficavam na *parte de fora*, e, para que não houvesse contacto físico, muitos conventos possuíam duas grades paralelas distanciadas entre si o suficiente para que os corpos não se alcançassem. A segunda consistia numa vão na parede do locutório, normalmente junto à grade com um mecanismo giratório cilíndrico com uma abertura, através do qual era possível fazer passar objectos de dentro para fora e *vice-versa*.⁶¹

O locutório é o espaço privilegiado para a recepção de visitas que podiam ser familiares, amigos, entre eles muitas senhoras nobres e da corte, ou mesmo amantes, os

⁵⁸ Como demonstra a composição da população do Convento de Santana de Leiria (veja-se Capítulo 3 e Anexo II deste trabalho), bem como a de outras casas conventuais como o Mosteiro de Cós estudado em SOUSA, GOMES (1998), p. 27, 105, 125-126

⁵⁹ Vejam-se os vários casos de religiosas com laços de parentesco do Convento de Santana de Leiria no ponto 2.3.1

⁶⁰ SÁ (2001), p.278, 279; MORUJÃO (2005), p. 554

⁶¹ BORGES (1998), p. 44; COSTA (2006), p. 42

chamados *freiráticos*. Visitam-se as religiosas, pela afinidade afectiva e pela procura de um conselho relacionado com matéria de fé e de salvação da alma, sendo a freira uma mulher privilegiada para este tipo de solicitação, já que possuía uma educação religiosa e letrada acima da média, por via da que herdara de casa de família, no caso de religiosas provindas das elites, e, obrigatoriamente, por via da que lhe fora ministrada no convento no noviciado e da que adquiria pela leitura. Esta característica, juntamente com o factor de se tratar de uma mulher proibida, conferia um especial poder atractivo à freira, que esteve por trás dos casos de *freiráticos*, de que D. João V (1689-1750) e Madre Paula (1701-1768) são o paradigma. Entre os finais do século XVII e primeira metade do século XVIII dá-se o auge desta cultura *freirática*, em que elementos masculinos, da nobreza, da burguesia, ou mesmo do clero, visitam os conventos buscando os amores de freiras. Conventos de Lisboa, como o de Odivelas, entre outros, foram cenário desses encontros.⁶² Amigos, familiares, amantes e freiras de conventos diferentes fomentaram uma intensa troca de presentes motivada por laços afectivos e cortesãos, mas também por necessidades materiais do supérfluo a que a austera economia conventual comunitária não podia nem devia acudir, por mercê do voto de pobreza. A *mendicância* subverte-se e faz-se do presente uma esmola galante. Acompanhando os objectos, há toda uma correspondência, que entre assuntos de fé e de moral e de saúde e poemas, expressa e alimenta o desejo da religiosa do conhecimento de novas do mundo secular que não quer deixar acompanhar⁶³. São bilhetes que se escrevem na privacidade da cela, trocados no locutório ou mandados enviar por serviçais. A educação letrada da religiosa permite um estreito contacto com a palavra escrita.⁶⁴

Quer entre religiosas e seculares que as visitam, quer entre religiosas em pequenas tertúlias privadas em que podiam participar as habitantes seculares, ou mesmo em solidão, há lugar para actividades de lazer e cultura que aliviam o espírito das obrigações e privações da vida religiosa, nas horas livres. As diferentes *Regras e Constituições* valorizam o lazer e as manifestações culturais como forma de revigorar o

⁶² HATHERLY (1997), p. 215-243; LOPES (1989), p. 53-56

⁶³ Em MORUJÃO (2005), p. 51, alude-se à correspondência entre religiosas e membros da corte e grande nobreza: “Citamos, entre outros, algumas cartas do Rei D. João IV a agradecer as orações das religiosas pela sua doença, ou a correspondência de religiosas com nobres da corte, a propósito, por exemplo, das dores de garganta do Duque de Cadaval... E sabe-se a familiaridade que a Rainha D. Luísa sempre teve com religiosas de vários conventos: o da Madre de Deus, naturalmente, onde professavam algumas damas suas, e outro do Porto, para o qual enviava assídua correspondência dirigia à Madre Leocádia da Conceição. D. Pedro II recorreu várias vezes às orações de Soror Mariana da Purificação.”

⁶⁴ MORUJÃO (2005), p. 48-49

fervor religioso, através de ocupações que o edifiquem, como leituras e escrita devotas, cânticos ao divino, amenas conversas sobre assuntos de fé e de moral. Mas, nem sempre, as religiosas se ocupam de temas estritamente religiosos, e a mundanidade invade aquelas actividades e introduz outras, o que se sentiu de forma especial, durante o auge dessa cultura *freirática*. Se a leitura recomendada são livros devotos, como as vidas dos santos ou de religiosas virtuosas, ou as obras sentenciosas como as que temos vindo a citar, para nelas colherem o exemplo e o ensinamento de uma vida mais próxima de Cristo, a leitura praticada é também feita de livros de carácter mundano, como as comédias, as novelas e os romances. Esta leitura é altamente criticada, porque traz para dentro do convento os desejos, as inquietações e as sensualidades seculares, de que os espíritos de religiosas devem estar afastados. Os livros e os textos são trazidos de casa e integram biblioteca pessoal da religiosa e há circulação destes entre religiosas e seculares, num permanente intercâmbio cultural.⁶⁵

A prática da escrita literária e poética, é a manifestação cultural dos conventos femininos com maior projecção no exterior, e que mais expressivamente lançou as mulheres portuguesas para o circuito da edição impressa. Foi fomentada pelas autoridades eclesiásticas, quando da mesma natureza pia que as leituras recomendadas, sendo esta a dominante. No entanto, surgem alguns textos que se dedicam a temas seculares, e quando isso não acontece, denotam influências, referências e intertextualidades e formas provindas do século. Os veículos e os suportes assumem várias modalidades: as obras chegam a ser publicadas; seguem na correspondência trocada acompanhados de presentes; circulação de poemas e textos entre religiosas de vários conventos, com obras escritas a várias mãos, algumas até de carácter satírico; reuniões em locutórios, com seculares, os chamados *outeiros*, a que se junta a prática da música e da dança, emulando sociabilidades de corte. O auge desta produção, encabeçada por Soror Violante do Céu (1602-1693), Soror Maria do Céu (1658-1753), ou Soror Madalena da Glória (1672-1759) situou-se na entre finais do século XVII e primeira metade do século XVIII, que é também o auge da cultura *freirática* e saiu das grandes casas conventuais da região de Lisboa.⁶⁶ Intimamente ligada à palavra e à música, a representação de autos e peças de teatro de carácter religioso e profano e até comédias também teve expressão nos conventos, a propósito das festas religiosas e de

⁶⁵ MORUJÃO (2005), p. 46, 67-68

⁶⁶ MORUJÃO (2005), p.36, 42-45, 49, 73,74

acontecimentos marcantes na vida das comunidades, como a profissão ou a eleição de uma freira para um cargo de direcção.⁶⁷

As *secularidades* praticadas em conventos foram objecto de censura e condenação por parte das autoridades eclesiásticas e régias ao longo da Época Moderna. Entre outras medidas, focando especialmente a infracção da clausura e intimidade com o sexo masculino, muito vigiada desde as deliberações do Concílio de Trento (1545-1563)⁶⁸, a legislação régia intensificou a perseguição aos frequentadores e raptos de freiras entre 1653 e 1773⁶⁹, provinciais e bispos invadiram o quotidiano conventual em *Visitações e Devassas*, directivas disciplinares em decretos e Patentes Pastorais contemplaram aspectos materiais e sociais. Se o objecto da censura e condenação é cultura de resistência, mais o são as reacções violentas que suscitaram essas imposições em muitas mulheres vivendo em tensão. Episódios como os protestos das religiosas dos Mosteiros do Salvador, Remédios e da Conceição, de Braga, e revolta dos últimos com recurso a armas de fogo e evasão das religiosas, contra uma ordem do Arcebispo de Braga, determinando o espaçamento entre grades com vista ao impedimento do contacto físico entre interlocutores, em 1674,⁷⁰ ou das freiras de Santa Clara de Santarém que impediram a leitura de uma Patente Pastoral do Provincial contra costumes transgressores com apupos e ruídos, em 1748⁷¹, entre outras, demonstram um profundo sentimento de descontentamento face às restrições da vida monástica, e uma, nem sempre, silenciosa e passiva cultura de resistência pela subversão e uma inveterada determinação em defender uma ordem estabelecida atrás da grade, em astuciosa cumplicidade feminina.

⁶⁷ LOPES (1989), p. 56; FERNANDES (1992), p. 159; LESSA (2002), p. 243-248

⁶⁸ Concílio de Trento, Sessão XXV (3/12/1563 - 4/12/1563), decreto “Dos regulares e freiras”, Capítulo V “Dá-se providência à clausura das freiras, particularmente das que habitam fora das cidades”, publicado em CASTRO (1946), p. 338-340

⁶⁹ Período entre a alvorada e o caso da cultura *freirática*. HATHERLY (1997), p. 26.

⁷⁰ LOPES (1989), p.57-58

⁷¹ REIS (1995), p. 931-935

2- Convento de Santana de Leiria

2.1- Da fundação à extinção: breve sinopse

2.1.1- A fundação (1493-1498)

O Convento de Santana foi a primeira casa religiosa feminina de Leiria, e a sexta da sua ordem em Portugal⁷², tendo sido fundado em 1494, por D. Catarina de Castro (**Anexo II- 1.1: 1**), dita Condessa de Loulé, filha de D. Fernando I (1403-1478), 2º Duque de Bragança e de D. Joana de Castro (1410-1479).⁷³ Seria casada por palavras de presente ou apenas prometida em casamento com D. João Coutinho (1450-1471), 3º Conde de Marialva,⁷⁴ quando este falece, em 24 de Agosto de 1471 na tomada da praça de Arzila em Tânger, acompanhando D. Afonso V⁷⁵.

D. Catarina, viúva e sem geração, não mais quis casar. Nos anos que se seguem, envereda por uma vida de fervorosa vocação espiritual, marcada pelo despojamento material “& desprezando os atauios das dōzellas, tomou outro diferente traje, no qual toda a vida se portou com opinião de muito virtuosa”, aproximando-se da Ordem de São Domingos, de que era “mui affecta”.⁷⁶ Um outro acontecimento trágico na sua vida familiar, poderá ter acentuado o desejo de afastamento do mundo. O seu irmão D. Fernando II (1430-1483), 3º Duque de Bragança, ao tempo, um dos nobres mais ricos e poderosos de Portugal, vê-se envolvido numa acusação de conspiração contra D. João II, a favor de Castela, que culminará no seu julgamento e condenação à morte, tendo sido executado em Évora em 20 de Junho de 1483. Os seus bens serão confiscados e os irmãos e sobrinhos de D. Catarina exilam-se em Castela.⁷⁷

Não muitas alternativas teria uma mulher da sua época e condição social ao casamento ou à tutela familiar, que não o ingresso num convento. Certamente exposta a uma rigorosa educação religiosa e moral, numa mescla de atracção pelas correntes de sentimento religioso de então, desejo de fuga aos infortúnios e de protecção da sua

⁷² ROSÁRIO (1993), p. 656

⁷³ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 6, 17/10/1829; 24-C-1, Requerimentos, Doc. 4, (posterior a 1834); CARDOSO (1652), p. 289; SOUSA (1866), p. 474; ZUQUETE (1943), p. 313-314; O COUSEIRO (1868), p. 295

⁷⁴ Ver a divergência das fontes na sua nota biográfica em **Anexo II- 1.1: 1**

⁷⁵ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 4, (posterior a 1834); CARDOSO (1652), p. 289; SOUSA (1866), p. 474; Crónica de D. João II (1567) de Damião de Góis (1502-1574), publicada em RODRIGUES (1977), p.62

⁷⁶ CARDOSO (1652), p. 289

⁷⁷ Crónica de D. João II de Rui de Pina (1440-1522), publicada em PINA (1989), p. 31-39; ZUQUETE (1943), p. 313-314

pessoa e bens, no contexto político desfavorável que se criara, decide “*consagrar a Deos todos os bens, que possuhia, fundando com elles hum Mosteiro de Freiras da Observancia de S. Domingos*”.⁷⁸

Uma terra comprada a Lopo Peixoto e Isabel de Lemos, sua mulher, no *Rocio*, junto a uma curva do Rio Lis, foi o local escolhido para a edificação da nova casa conventual.⁷⁹ Enquanto se construía o convento, por intermédio de Frei João de Aveiro, Vigário Geral da Ordem, foram-se negociando licenças de Roma para ter entre as suas fundadoras, cinco religiosas do dominicano Mosteiro de Jesus de Aveiro. A casa é oficialmente fundada em 1494, após o Breve do Papa Alexandre VI, “*e n'elle faz tanta honra às fundadoras, que chama Hierusalem á casa de que erão filhas.*”⁸⁰ No mesmo ano, em 12 de Fevereiro, chega a primeira mercê real, através de D. João II, que, em resposta ao seu pedido, concede licença a D. Catarina para comprar bens de raiz “*pera despesa / e provimento do moesteiro de samtana*” (**Anexo III- 7: 1**).

A construção do convento terá sido feita de forma lenta: “*Edificou-se o Mosteiro de vagar*”, diz Frei Luís de Sousa, facto que deve ter pesado na vivência da casa e que permaneceu na sua memória colectiva à época da redacção da crónica. Com efeito, apesar de tomarem posse do convento em 1495, este só foi efectivamente habitado pelas religiosas no fim de Março 1498, “*porque havia algumas obras por acabar importantes*”, tratando-se provavelmente das dependências essenciais à sobrevivência corporal, à clausura e aos deveres da vida religiosa, como os dormitórios, o claustro, a igreja com seu Coro e os muros que as separavam do mundo.⁸¹ Por altura da redacção do testamento de D. Catarina, em data desconhecida, sabemos que a casa do Capítulo ainda não estava construída, mas a Capela-mor já o era (**Anexo II- 1.1: 1**). Eventuais testemunhos de que a edificação se poderá ter prolongado depois da ocupação das religiosas, são os privilégios dados por D. Manuel em 1498 e 1500, mais tarde confirmados D. João II, em 1529, beneficiando pedreiros, carpinteiros, oficiais e demais serventes que trabalhem nas suas obras (**Anexo III- 7: 2; 6**).

As primeiras habitantes e co-fundadoras do convento foram Soror Maria Diz (Dinis?), primeira priora, Soror Teresa Fernandes de Albuquerque, que lhe sucede no cargo, Soror Isabel Vaz, terceira priora, Soror Inês Anes e Soror Maria Pessoa, todas

⁷⁸ SOUSA (1866), p. 474

⁷⁹ SOUSA (1866), p. 474

⁸⁰ SOUSA (1866), p. 474-475

⁸¹ SOUSA (1866), p. 475

do Mosteiro de Jesus de Aveiro. A estas, juntam-se-lhe logo as primeiras noviças, grupo de que fez parte Soror Isabel Lopes, que fora dama da Rainha Leonor e, provavelmente, Soror Isabel Ferreira (**Anexo II- 1.1: 2-8**). Para “*que as Religiosas entendessem somente no essencial da Religião*”, foram admitidas na clausura três escravas pessoais de D. Catarina, “*por consolação da Condessa, que as amava*” e as viria a deixar à comunidade.⁸²

2.1.2- A época dos mitos (Século XV e XVI)

Logo a seguir à fundação, havia que continuar o trabalho de organizar a casa e de alcançar garantias da sua sobrevivência, salvaguardando o corpo, mas também o espírito, provendo às necessidades mais básicas e quotidianas e às futuras, de engrandecimento e de dignificação da instituição. Para isso, apresentaram as religiosas algumas petições de mercês à Coroa, a que os monarcas foram atendendo, concedendo e confirmando privilégios que abrangem aspectos como a protecção da clausura do contacto com estranhos, o provimento de pessoal servente, a possibilidade do convento herdar bens de raiz de familiares das religiosas, a prioridade no abastecimento de alimentos nos mercados locais, doações de cereais e de dinheiro (**Anexo III- 7: 1-17**).

Outras fontes para a história dos aspectos materiais da casa, no século XVI são as escrituras de contrato de aforamento que constam do cartório do Convento de Santana⁸³ e Cartório Notarial de Leiria⁸⁴. Muito residuais e cobrindo apenas o período de 1581 a 1582, estas fontes são testemunho de como, no fim da centúria, encontrava-se a vida económica do convento organizada e estabilizada, detendo a comunidade bens fundiários que lhe traziam rendimentos, evidenciando-se, assim, a sua integração na dinâmica socioeconómica da região (**Anexo III- 3**).

Os privilégios reais, registados nas Chancelarias Régias e Corpo Cronológico, constituem o maior conjunto de fontes coevas que se conservaram até hoje, seguindo-se as escrituras citadas. Para além das mercês colectivas, que enunciámos, registam-se mercês dadas a religiosas em nome individual. Ambos os tipos fornecem informações sobre aspectos da vivência da casa neles implicados, e no segundo encontram-se, ainda, escassíssimas pistas sobre quem a habitava. Os pormenores biográficos dos casos

⁸² SOUSA (1866), p. 475

⁸³ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2, 2/01/1582; 24-B-2, Escrituras, Doc. 1, 24/10/1581

⁸⁴ ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v, 06/02/1581; fl. 144-146, 06/02/1581

identificados a partir de 1511, limitam-se à recepção de quantias em dinheiro de proveniência régia que as destinatárias pretendem deixar ao convento. Das religiosas que constam das escrituras, existe vestígio como meras assinantes, na maior parte dos casos, mas também como ocupantes de cargos da hierarquia conventual e como detentoras de propriedade individual. Das fontes coevas, retira-se a mais directa prova da existência dos indivíduos, mas paupérrimas, e meramente burocráticas notas biográficas, sendo, no entanto, essenciais para a reconstrução da comunidade (**Anexo II- 1.1**).

A par dos privilégios, a outra grande fonte de informação para este período quase mudo, é a literatura hagiográfica, muito em particular a obra de Frei Luís de Sousa (1555-1632), *Segunda Parte da História de São Domingos* (1632) que serviu de inspiração para as notas biográficas de religiosas louvadas em *Agiologio Lusitano* (1652-1666) de Jorge Cardoso (1606-1669), *Agiologio Dominico* (1709-1712) de Frei Manuel de Lima (†1712) e, mais residualmente, *Adeodato Contemplativo* (1713), de Francisco de Santa Maria. O testemunho de Frei Luís de Sousa, colhido no primeiro quartel do século XVII, é fruto de um legado de memórias e de tradições orais da casa, transmitidas entre gerações ao longo de décadas, e que ainda se conservavam pelas religiosas mais velhas, como Soror Mécia Brandoa (**Anexo II- 1.1: 45**), a principal depositária. Já na sua época, o autor chega mesmo a lamentar a falta de fontes escritas que melhor sustentassem o seu relato, quase que partilhando das mesmas dificuldades com que nos deparamos. Tal deve-se à inexistência de uma cultura cronística dentro da própria casa, ao contrário de outros conventos dominicanos, como o Mosteiro de Jesus de Aveiro (**Anexo VIII- 2.1: 1**) O fenómeno aliado às destruições da documentação motivada pelos desastres vários ao longo da história, entre incêndios, Terramoto e invasões, contribuiu largamente para este silêncio. Escrita no período Pós-Tridentino de inflamada piedade Barroca, destinada a glorificar a Ordem de São Domingos, e baseada em apaixonadas memórias, a obra de Frei Luís de Sousa conta-nos histórias de vidas plenas de episódios de fervor místico, que, muito para além de ser uma fonte para a história da casa, é uma fonte para a história da cultura e mentalidades da primeira metade do século XVII. Na restante literatura hagiográfica consultada, mais tardia, o espírito e o estilo que presidem à redacção são os mesmos, resultado de um prolongado ambiente cultural.

Exceptuando D. Catarina de Castro, Soror Mécia Brandoa e, eventualmente, Soror Catarina do Evangelista (**Anexo II- 1.1: 33**), mais nenhuma das religiosas exemplares celebradas pela literatura encontra vestígio da dimensão mundana da sua existência na documentação coeva. Restam-nos apenas as suas lendárias e laudatórias biografias, em que se mistura a realidade com um imaginário místico e sobrenatural, comum aos códigos da literatura hagiográfica coeva (**Anexo II- 1.1**).

É uma época de mitos de religiosas exemplares que levaram vidas “*de Ceo, com tanto rigor, e austeridade*”⁸⁵, que foram “*exemplo de perfeição*”⁸⁶, “*espelho de toda a virtude*”⁸⁷, “*espelho da regular observância*”⁸⁸, com um “*estranho cuidado de agradar a Deos*”⁸⁹ e “*huma entranhavel devoção*”⁹⁰, “*raros espiritos em pureza de consciencia, e na guarda do que [tinham] professado*”⁹¹, enfim, cada religiosa, uma “*verdadeira filha de S. Domingos*”⁹². A fama da sua virtude, e manifestações de santidade extravasa os muros da cerca e atrai os fiéis⁹³ que procuram o amparo espiritual, que se paga com bens materiais. Assim, logo desde o século XVI, encontramos evidências de uma bolsa de patrocinadores que se começa a estabelecer (**Anexo III- 8: 2-3**).

2.1.3- O auge de uma casa em permanente dificuldade (Século XVII e primeira metade do Século XVIII)

É de 1602 em diante que passamos a dispor de um acervo de fontes escritas coevas mais constante e diverso, sendo o Cartório Notarial de Leiria o fundo que, de longe, mais contribui para o conhecimento da época de seiscentos e inícios de setecentos. Seguem-se, de forma mais residual, o cartório do convento, as Chancelarias Régias, processos do Tribunal do Santo Ofício⁹⁴, e, ainda, a já citada *Segunda Parte da História de São Domingos* (1626).⁹⁵ A estas junta-se a não coeva *Quarta Parte da*

⁸⁵ SOUSA (1866), p. 475

⁸⁶ SOUSA (1866), p. 476

⁸⁷ SOUSA (1866), p. 477

⁸⁸ LIMA (1709), p. 186

⁸⁹ SOUSA (1866), p. 476

⁹⁰ SOUSA (1866), p. 477

⁹¹ SOUSA (1866), p. 480

⁹² SOUSA (1866), p. 477

⁹³ Veja-se ponto **2.5.2**, neste trabalho.

⁹⁴ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. n.º 879; 10550; 10672; Cadernos de Solicitantes, Liv. 760, Caderno 18º; Liv. 765, Caderno 22º

⁹⁵ SOUSA (1866)

História de São Domingos, editada em 1733, mas que se reporta a episódios vividos no século XVII.⁹⁶

O retrato que se desenha a partir do conjunto destas fontes é o de uma instituição com uma vivência estável, durante esse período, e que segue os padrões das demais casas conventuais femininas do Portugal de Antigo Regime⁹⁷, no particularismo de um pequeno contexto urbano muito marcado pela ruralidade envolvente, afastado da Corte e dos principais centros de poder, como era Leiria. Este modelo de vivência prolongar-se-á até à extinção iniciada em 1834, acompanhando a progressiva decadência da casa. Neste período de estabilidade, que se mantém até meados do século XVIII, sem, aparentemente, grandes acontecimentos que a perturbem, mas não sem dificuldades sentidas e reconhecidas, encontramos uma casa conventual perfeitamente integrada numa dinâmica socioeconómica e devocional de âmbito eminentemente local e regional, na continuidade do que já se evidenciava no fim do século XVI.

Essa dinâmica opera-se em vários aspectos da sua vivência: a recepção das filhas de famílias das elites burguesas e de alguns membros da nobreza e aristocracia locais como freiras professas (**Anexo II- 1.1**); recolhimento de mulheres seculares (**Anexo II- 1.2**); exploração dominial do seu património rural colectivo (**Anexo III- 3**); aquisição e gestão do património individual das religiosas (**Anexo II- 1.1**); capitalização quantias de dinheiro a juros, funcionando como instituição de crédito (**Anexo III- 4**); recepção de dinheiro emprestado por seculares (**Anexo III- 5**); protecção régia (**Anexo III- 7**); amparo espiritual, através do estabelecimento de irmandades e confrarias, instituição de capelas, missas por alma, bem como a continuidade de uma tradição de intenso fervor devocional místico, que, por tudo isto, confere à casa fama de virtude e lhe granjeia patrocinadores com doações mais ou menos generosas de bens (**Anexo III- 8**); assistência à população em período de epidemia.

Reconstituir a comunidade conventual para o período em foco, foi, no entanto, mais uma vez, tarefa difícil e muito incompleta devido à escassez de fontes escritas. Novamente encontramos semelhante sentimento no outro cronista da Ordem de São Domingos, Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740), que na sua *Quarta Parte da*

⁹⁶ SANTA CATARINA (1866)

⁹⁷ Vejam-se os trabalhos monográficos sobre o Mosteiro de Santa Clara do Porto - FERNANDES (1992), Convento de Nossa Senhora do Funchal - GOMES (1995), ou o Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça) - SOUSA; GOMES (1998)

História de São Domingos (1733), apresenta uma constatação desconsolada semelhante à do antecessor (**Anexo VIII- 2.1: 2**).

Devido à maior frequência das fontes de natureza notarial, a partir deste período, é possível chegar a um quadro mais aproximado dos vários grupos da população conventual, das religiosas nos vários cargos que ocupavam (**Anexo II- 2**), às escravas, passando pelas criadas da comunidade e particulares, criados, recolhidas, assistentes, servidores externos e todos os níveis da tutela masculina (**Anexo II- 1**). O albergue de mulheres recolhidas é uma novidade em termos de expressão nas fontes, mas certamente uma realidade já desde o século XVI. As notas biográficas obtidas são diminutas, e na maior parte dos casos, referentes à administração de propriedades individuais (**Anexo II- 1.2**).⁹⁸ Pela maior quantidade de fontes disponíveis e pela natureza contratual da sua maioria, foi possível encontrar, ainda que numa abrangência muito limitada, a dimensão mundana da vida das religiosas celebradas por Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740). Novidade neste período, é a inclusão que o autor faz de serventes da casa entre o grupo de mulheres virtuosas e devotas.⁹⁹

Entre a comunidade do século XVII e inícios do século XVIII existiram religiosas provenientes das famílias nobres e aristocráticas que constituíam as elites dominantes da vida social leiriense¹⁰⁰. As origens familiares destas religiosas trarão benefícios económicos à comunidade. Serão doações a nível colectivo, como os 65 alqueires anuais pela casa dos Vila Real, durante, pelo menos, a primeira metade do século XVII, quando aí viviam D. Filipa Meneses (**Anexo II- 1.1: 67**) e D. Maria de Lara (**Anexo II- 1.1: 109**), filhas de Manuel de Meneses, 5º Marquês de Vila Real (1537-1590),¹⁰¹ e, ainda, as avultadas doações por testamento, a troco de sepultura no convento e missas por alma, de D. Brites de Lencastre (†1623), duquesa de Bragança e da sua filha D. Isabel de Lencastre, Duquesa de Caminha (†1626), esposa do 6º Marquês de Vila Real, Miguel Luís de Meneses (1565-1637), cunhada das duas religiosas (**Anexo III- 8**)¹⁰². Assim, o Convento de Santana parece, de certa forma, integrar-se na dinâmica de “corte na aldeia” protagonizada pelos Marqueses de Vila

⁹⁸ Desenvolvimento no ponto **2.3**.

⁹⁹ SANTA CATARINA (1866), **Anexo II-1.3**

¹⁰⁰ Vejam-se as duas obras sobre as famílias Vila Real - POUSÃO-SMITH (2008) e Ataíde - QUEIROZ, (2010) e ainda GOMES (2009), 26-28, 100 e transcrição da *Corografia Portuguesa* de Padre Carvalho da Costa de 1712 em p. 310-312 da mesma obra

Ponto **2.3.1** e **Anexo II- 1.1**

¹⁰¹ POUSÃO-SMITH (2008), Vol. I, p. 138

¹⁰² MARTINS (2000)

Real na cidade de Leiria entre fins do século XVI e 1641¹⁰³, na componente do clientelismo e da troca de benefícios pela via feminina da família. Obtinham-se benefícios espirituais em vida e depois da morte, garantindo-se a salvação da, alma, o sustento das familiares que vivem no convento e o engrandecimento do nome da casa, pela sua prova de magnanimidade¹⁰⁴. A nível individual, tais origens elevadas manifestam-se, economicamente, na posse de bens de raiz e de rendimentos em dinheiro e géneros.¹⁰⁵

Por outro lado, este período aparenta ser o mais intensamente povoado da história da casa, em que “*De ordinario se sustentão aqui setenta Religiosas, numero demasiado*”, segundo Frei Luís de Sousa em 1626¹⁰⁶. O ano que mais se aproxima deste valor é 1747, com 60 religiosas identificadas (**Anexo III- 1**). Apesar das limitações das fontes utilizadas, por comparação com outras épocas, esta aparenta mesmo ter sido a de maior número de religiosas, o que por sua vez permitiu multiplicar ainda mais a população conventual pelo número de criadas pessoais e escravas que traziam para o convento, por mercê da sua elevada condição social, fenómeno para o qual as recolhidas, também com as suas serviçais, devem ter contribuído de sobremaneira. O segundo quartel do século XVIII, terá sido a época de máxima lotação, com uma média anual meramente indicativa de 52 habitantes (**Anexo IV- 1**).¹⁰⁷ No que diz respeito às questões demográficas, o Convento de Santana, aparenta, assim, estar perfeitamente integrado na tendência nacional para o período em questão, quando a população monástica atingiu o seu auge, por mercê de uma piedade Barroca que seduzia os espíritos destas mulheres, mas sobretudo por ser uma solução social muito procurada pelas suas famílias para resolver situações de desamparo, por falta de candidatos a maridos à sua altura, e por viuvez e orfandade, motivadas pela expansão ultramarina e a guerra.¹⁰⁸ Mais religiosas significavam, também, mais dotes e propinas a contribuir para as fracas receitas em dinheiro do convento (**Anexo III- 2**).

O aspecto da vivência desta casa que dispõem do maior e mais consistente conjunto de fontes é o da administração das propriedades da comunidade. No entanto, tal conjunto de fontes é altamente fragmentário, e representa, pensamos, uma muito

¹⁰³ POUSÃO-SMITH (2008), p.420-429

¹⁰⁴ MARQUES (1993), p. 640-641

¹⁰⁵ Veja-se ponto **2.4.7** neste trabalho.

¹⁰⁶ SOUSA (1866), p. 482

¹⁰⁷ Desenvolvimento no ponto **2.3**.

¹⁰⁸ BRAGA (2001), p. 99; GODINHO (1975), p. 66; MARQUES (1997), p. 127; OLIVAL; MONTEIRO (2003), p. 214-218; PAIVA (2000), p. 201-217

pequena parte da realidade. Tal deve-se ao facto destas escrituras não constarem, na sua esmagadora maioria, do delapidado Cartório do Convento, que concentraria a informação completa e reunida, e terem sido recuperadas ao Cartório Notarial de Leiria, que também experimentou muitas destruições pelas mesmas ocasiões que o convento de Santana. A principal fonte de rendimento revelada é exploração indirecta da sua propriedade fundiária paga quase sempre em géneros (**Anexo III- 3**), seguindo-se, com alguma expressão, os empréstimos de capitais a juros (**Anexo III- 4**), e menos expressiva, as doações régias, cujo quadro definido no século XVI aparenta ter caído em decadência, mantendo-se o pagamento das esmolas anuais (**Anexo III- 7**).¹⁰⁹

Mas apesar das suas fontes de rendimento, o convento aparentou, por vezes, ter falta de capitais, como provam alguns pedidos de empréstimo de capitais a seculares, (**Anexo III- 5**). Com efeito, Frei Luís de Sousa (1555-1632) nota, já em 1626, que a situação financeira do convento não seria a melhor (**Anexo VIII- 2.2: 3**). Situação sentida e desesperadamente comunicada pelas religiosas em 1640 a D. João IV, a quem pedem capitais por conta de um padrão de juro deixado pela Duquesa de Caminha, afim de acudir a obras urgentes de reparação do dormitório do convento que ameaçava ruína.¹¹⁰

2.1.4- O início da decadência (Século XVIII)

Em carta de 4 de Dezembro de 1793, D. Manuel de Aguiar (1751-1815), Bispo de Leiria, referindo-se ao Convento de Santana de Leiria, descreve uma casa em sérias dificuldades económicas, incapaz de assegurar o sustento comum das religiosas que se fazem valer dos seus meios e bens pessoais, o que faz com que não vivam em comunidade, mas de forma semi-independente. (**Anexo VIII- 2.2: 4**).

As dificuldades económicas crónicas sentidas entre as religiosas desde o século XVII, pareciam agora ter-se agravado. A principal fonte de sustento continuava a ser a exploração dominial das suas propriedades fundiárias que lhe garantia dividendos pagos em géneros, na sua maioria. Maus anos agrícolas, falta de pagamentos dos foros poderão ter diminuído esta parte dos dividendos conventuais. Haveria que continuar a garantir outras formas de rendimento. O “*trabalho, e empenhos*”, de que já falava Frei Luís de Sousa em 1626¹¹¹, seriam os rendimentos de capital em juros, que muitas vezes

¹⁰⁹ Veja-se desenvolvimento no ponto 2.4.

¹¹⁰ ANTT, Chancelarias Régias, D. João IV, Liv. 11, fl. 313-313v, 25/06/1640.

¹¹¹ SOUSA (1866), p. 482

ficam décadas sem serem distratados ou pagos os seus renditos, dividas que se estendem até à segunda década do século XIX, segundo as fontes consultadas, bem como os pedidos de empréstimo de capitais a seculares (**Anexo III- 4 e 5**).

A ajudar esta situação, a outra forma de rendimento em dinheiro que este convento tinha, os dotes e propinas, sofreu um duro golpe, porque o número de ingressos entrou em decadência, conforme se depreende da análise do quadro populacional levantado, registando-se, em termos indicativos, 28 habitantes em média anual, no terceiro quartel do século XVIII e apenas de 10 na primeira década do século XIX (**Anexo IV- 1**). Menos religiosas poderiam significar menos bocas para alimentar no contexto das dificuldades sentidas, mas seguramente que, por outro lado, ajudava a aumentá-las, não só pela falta dos dotes e propinas em si, mas também pela falta de apoios das famílias sob a forma de tenças e doações, que poderiam ficar em herança para o convento, após a morte da religiosa. E, não só o número de religiosas começa a diminuir, como deixamos de identificar religiosas provenientes de grandes famílias nobres e aristocráticas que permitiam, daquela forma, contribuir para o aumento do património da casa. Parecia estar bem longe o tempo em que o convento logrou da protecção de famílias como os Vila Real, a quem o poder e bens foram retirados em 1641, depois da acusação e condenação à morte pelo crime de *lesa magestade* do 7º Marquês D. Manuel Luís de Meneses (1617-1641), passando os bens que tinham em Leiria para a Casa do Infantado.¹¹².

Durante a segunda metade do século XVIII, o Convento de Santana parece, assim, continuar a acompanhar a tendência demográfica nacional para as casas conventuais. Com efeito, no final do Antigo Regime, verifica-se uma diminuição significativa do número de casas e de clérigos e as elites manifestam um maior desinteresse por encaminhar os filhos para carreiras eclesiásticas, fruto de efeitos da política anticlerical do Marquês de Pombal, da influência do Iluminismo entre as elites letradas e de um clima de descrédito social, em resultado de escândalos morais vários, entre outros factores.¹¹³

Na viragem da primeira para a segunda metade do século XVIII, um acontecimento e o longo processo que se lhe segue assinala física e simbolicamente o início de uma decadência crescente e sem retorno, agravada pela falta de protecção da

¹¹² Veja-se sobre esta conspiração WAGNER (2007)

¹¹³ PAIVA (2000) p.201-217; OLIVAL; MONTEIRO (2003), p. 1236

Coroa. Em 1746, o convento sofre dois graves incêndios que lhe destroem várias dependências essenciais ao quotidiano das religiosas, entre oficinas e dormitórios, ficando o complexo em grande ruína. Inicia-se logo um pedido de mercê à Coroa para ajudar à reconstrução do convento através da doação de madeiras do Pinhal do Rei. Em 21 de Dezembro de 1748, o Guarda-mor dos Pinhais e o Superintendente das Fábricas de Madeiras visitam o convento e passam um auto de vistoria onde se declara a necessidade das madeiras em função da ruína.¹¹⁴ Em 19 de Dezembro de 1749, o rei emite a resolução da mercê, doando madeiras para a reedificação do convento que seriam entregues pelo Guarda-mor dos Pinhais de Leiria e super intendente do Engenho das Fabricas do Pinhal na Marinha Grande, Miguel Luís da Silva Ataíde (1678-1753)¹¹⁵, tio de duas religiosas (**Anexo II- 1.1: 212; 228**), que descreve a situação de ruína vivida no convento, a vários níveis que não só o físico (**Anexo VIII- 2.3: 5**). O Guarda-mor dos pinhais falece sem que as madeiras sejam entregues e o convento esperaria muitos anos enquanto o longo processo de doação das madeiras se arrastava, vivendo as religiosas grandes dificuldades (**Anexo VIII- 2.3: 6**).

A agravar esta situação, o Terramoto de 1 de Novembro de 1755, provoca outro incêndio, causando ainda mais estragos ao debilitado complexo. O cartório foi, em parte, destruído, e segue-se uma tentativa de recuperar documentação importante relativa à gestão económica da casa, num esforço semelhante que veremos após as Invasões Francesas. A D. José pedirão o traslado de, pelo menos, três documentos¹¹⁶, apresentando a justificação (**Anexo VIII- 2.3: 7**). Os grandes estragos que o Terramoto causou à escala nacional, deverão ter canalizado as madeiras do Pinhal do Rei para outros esforços de reconstrução tidos como prioritários, pois toda a matéria-prima seria pouca num reino com a capital em ruínas. Deste modo, chega-se ao tempo de D. Maria I, ainda com a situação por resolver, o que motiva nova petição à Coroa, testemunhando uma cada vez mais grave situação (**Anexo VIII- 2.3: 8**). De 5 de Dezembro 1781 a 9 de Janeiro de 1782, recolhem-se testemunhos entre várias personalidades eclesiásticas da cidade, dando conta de que o convento se mantinha no mesmo estado de ruína, afim de se conseguir, finalmente, a concessão das madeiras, que nunca acabariam por chegar.¹¹⁷

¹¹⁴ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, 09/01/1782

¹¹⁵ ALMEIDA (1962), p. 216

¹¹⁶ ANTT, Chancelarias Régias, D. José I, Liv. 47, fl. 71v, 01/10/1757; Liv. 61, fl. 172, 26/01/1768; Liv. 73, fl. 10v, 24/12/1761

¹¹⁷ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, 29/12/1748 – 09/1/1782. O processo teria de esperar mais 80 anos para ter o seu desfecho. Em 9 de Setembro de 1860,

2.1.5- As invasões francesas e o acelerar da decadência (1808-1811)

No dia 5 de Julho de 1808, as forças do General Pierre Margaron (1765-1824) atacaram fortemente Leiria, reprimindo a sua insurreição liderada pelo Batalhão Académico de Coimbra, deixando um rasto de morte, destruição e saque, a que não escaparam edifícios como o Paço Episcopal ou o Recolhimento de Santo Estêvão. Sem outra alternativa àquele cortejo de desgraças, que não a fuga ou a confiança num reduto de piedade de soldados certamente já exaustos, as religiosas seguem a Priora, Soror Antónia de Santa Rosa (**Anexo II- 1.1: 303**), até à Portaria e enfrentam as baionetas do inimigo com uma cruz e os franceses recuam e desistem de atacar o convento. (**Anexo VIII- 2.4: 9**) No mesmo dia, a punição exemplar dos insurrectos dá-se naquele que ficou conhecido como o Massacre da Portela, em que foram assassinadas 130 pessoas.

Nos dois anos que se seguem, a comunidade tenta manter o curso normal do seu quotidiano ante as cada vez maiores ameaças de nova invasão. Após o início da 3ª Invasão ao território português, pela entrada das forças do Marechal André Massena (1758-1817) em 23 de Julho de 1810, as religiosas começaram a preparar a sua fuga. A ordem das autoridades era dada nesse sentido através de um edital dirigido a toda a população. As religiosas tomam conhecimento e, em sequência, o vigário escreve ao Bispo D. Manuel de Aguiar, refugiado em Lisboa, uma carta que recebe no dia 2 de Outubro, pedindo-lhe instruções. O bispo confirma a ordem de fuga.¹¹⁸ Em 6 de Outubro, as religiosas chegam ao Convento de Santa Joana de Lisboa.

Tal como as populações que fogem em debandada, algumas para não mais regressar, deixando os povoados e os campos desertificados, as religiosas abandonam o convento e seguem para Lisboa. Aí pedem refúgio ao Provincial da Ordem que as instala no dominicano Convento de Santa Joana, onde permanecerão até Abril de 1813. Chegadas ao novo convento, a priora abdica do cargo a favor da Priora anfitriã, Soror Ana Matilde, que passa a gerir as duas comunidades em comum. As despesas seriam, no entanto, separadas, uma vez que as da comunidade leiriense seriam custeadas pelos rendimentos próprios da sua casa. (**Anexo VIII, 2.4: 10-13**).

Em 5 de Março de 1811, estando as religiosas já a salvo, Leiria cai nas mãos dos soldados de Massena, que se encaminhavam para Sul, em direcção às Linhas de Torres,

a Administração do Concelho de Leiria, escreve à priora, dizendo que o pedido das madeiras tinha sido concedido. O convento, em pleno processo de extinção desde 1834, e a vinte anos de expirar juntamente com sua Priora, Soror Joaquina do Rosário (†1880), nunca deverá ter recebido as madeiras

¹¹⁸ ARAÚJO (1885), p. 152

destruindo e saqueando tudo à sua passagem, naquela que foi a mais violenta das invasões. Encontram uma cidade quase deserta e depois do saque e vilipêndio do pouco que restava, lançam-lhe um grande incêndio. O já queimado e destruído Convento de Santana, vazio das suas freiras, mas ainda com muitos dos seus mais importantes pertences, não será poupado e, sofre a sua maior destruição de sempre.¹¹⁹

2.1.6- O período pós-invasões e o longo processo de extinção (1811-1916)

Conforme se lê em carta de 1814 (**Anexo VIII- 2.4: 11**), e se comprova por duas escrituras de aforamento de Setembro e Outubro de 1811¹²⁰, as religiosas não esperaram muito tempo depois da retirada das tropas de Massena do território português, em 11 de Maio de 1811, para reerguer o convento das cinzas. Estando ainda a viver no Convento de Santa Joana, as religiosas, logo em 30 de Maio, nomeiam o procurador do Convento de Santa Joana, Frei José da Piedade Ferreira, também como seu para as ajudarem nesse processo. Além de cobrar as rendas, afim de as religiosas terem rendimentos com que pudessem saldar a dívida para com o Convento de Santa Joana pelos gastos de sustento da comunidade, o procurador iria dirigir todo o esforço de recuperação, organizando os negócios e a casa. Vai para o convento logo em 1 de Julho de 1811, e principia o seu trabalho, conforme atesta *Livro do Gasto e Recibo do Convento de Santa Anna de Leiria*, onde aponta toda uma série de despesas diárias inerentes à recuperação da casa, desde a compra de alimentos e utensílios domésticos, às despesas com materiais e mão-de-obra das obras de recuperação do convento, e com traslados de documentos antigos nos notários¹²¹. As religiosas permanecem até 6 de Abril de 1813 no Convento de Santa Joana e regressam a casa em 3 de Maio (**Anexo VIII- 2.4: 10-13**).

O convento tinha ficado em estado de grande ruína com os seus dormitórios, refeitório, oficinas e a Igreja muito destruídos. As obras de recuperação seriam lentas, muito parciais e limitadas ao essencial da sobrevivência e culto, nunca chegando o convento a ser integralmente restaurado. As obras, custeadas com muita dificuldade pela comunidade e valendo-se das esmolas de beneméritos, têm uma grande campanha iniciada em 1818, dando prioridade às dependências habitacionais das religiosas,

¹¹⁹ Sobre as Invasões Francesas em Leiria vejam-se as seguintes obras que deram um contributo conjunto para este nosso pequeno apontamento: CHARTERS D'AZEVEDO (2009); ESTRELA (2009); FERNANDES (2008); FERNANDES (2011); PORTELA, QUEIROZ, CHARTERS D'AZEVEDO (2007), p.15-39

¹²⁰ ALDRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.14, 07/09/1811; Doc. 15, 12/10/1811.

¹²¹ ALDRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Contas, 1811

seguindo-se a reconstrução da Igreja. Esta, em especial, contaria com as esmolas dos leirienses, que, tal como as religiosas, sentiam a falta de Igrejas na cidade. A situação é descrita numa petição de 1839 (**Anexo VIII- 2.5: 14**). Passados quase 30 anos depois da invasão, em Junho de 1840, a Igreja estava ainda a ser reconstruída, conforme atesta um diário de despesa e em que se dá conta do rol dos materiais comprados e das despesas de salários de operários.¹²² As obras deverão ter ficado concluídas entre 1840 e 1841.¹²³

Apesar das obras e da tentativa de voltar a uma normal vida quotidiana, esta continuava a ser muito penosa. As crónicas carências económicas faziam sentir-se mais que nunca por esse dispêndio acrescido, e as religiosas têm dificuldade em recuperar uma antiga condignidade ao seu estado em aspectos materiais, desde a habitação ao próprio vestuário, não tendo a comunidade, sequer, a capacidade de lhes fornecer o hábito (**Anexo VIII- 2.5: 15-16**). A pobreza era notória aos olhares dos viajantes estrangeiros que visitavam Leiria (**Anexo VIII- 2.5: 17**).

Nem só pelo dispêndio acrescido que significavam as obras de reconstrução do convento, se justificavam as dificuldades económicas agora vividas. A uma situação de decadência herdada do período anterior às Invasões, juntavam-se todas as contrariedades da nova conjuntura que se criara. E essa conjuntura era de povoações demograficamente diminuídas, campos abandonados, culturas destruídas, e muitos foreiros e devedores de juros desaparecidos¹²⁴. Neste quadro era muito difícil proceder à normal cobrança dos rendimentos. Mas, antes de o fazer, era necessário avaliar a situação e organizar a documentação contratual. Mais que organizá-la, era necessário recuperá-la. Com efeito, com o saque e o incêndio, não tinham desaparecido apenas “alfayas”, mas também o seu cartório que fora *destruido, e encendiado / no tempo da invação franceza / e neste incendio perderam as justi/ficantes o seu cartorio e mais papeis/ pertencentes ao seu convento de / sorte que lhe não ficaram senão / as paredes, e algumas arruinadas pe/llo fogo* ¹²⁵ Ao procurador do convento, Frei João de Nossa Senhora do Rosário Brito, Boticário do Mosteiro da Batalha, sucessor do Frei José da Piedade Ferreira, caberá uma grande parte do trabalho de organização documental e arrolamento dos foros, juros e pensões pagos ao convento, de que resultam uma série de

¹²² ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Relações, Doc. 35, 15/06/1840

¹²³ ZÚQUETE (1943), p. 316

¹²⁴ Sobre a situação económica do Convento de Santana no século XIX, veja-se GOMES (1991a), p.223-265

¹²⁵ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Justificações, Doc.1, 10/12/1824

livros, onde se assentam os pagadores, cláusulas dos contratos e valores em dívida.¹²⁶ Este esforço de organização viria a revelar a existência de muitos devedores, de foros e juros, situação que se arrastava desde fins do século XVIII, mas que foi agravada pelas Invasões Francesas. Aos pagamentos devidos pelos anos de 1810, as religiosas chegam mesmo a perdoar, pela clara impossibilidade de se efectuarem, num cenário de população dizimada e fugida, campos abandonados e culturas destruídas.

A vida conventual, neste cenário de crise, e pelo clima anticlerical que se vinha fazendo sentir, não era muito atractiva, e a população conventual diminui drasticamente. Em 1829, contava o convento com somente 21 religiosas, muito longe das 70 contadas em 1626, e ainda 8 criadas de dentro, duas de fora, um hortelão, um jornaleiro e era servida externamente por um médico cirurgião conforme atesta o testemunho da priora (Anexo VIII- 2.5: 18).

Seriam estas as últimas religiosas, que se extinguiriam, uma a uma, juntamente com o convento. Assim, em 1834, através do Decreto de 28 de Maio, é determinada a extinção de todas as ordens religiosas. No caso dos conventos femininos, esperar-se-ia até à morte da última religiosa, para que o processo de extinção concluísse e o Estado, pela Direcção Geral dos Próprios Nacionais, do Ministério da Fazenda, tomasse posse efectiva dos seus bens. Sem apoios, face a um Estado que espera por esta situação, a decadência acelerada pelas Invasões Francesas acentua-se ainda mais. Nos primeiros anos após o decreto da extinção, o Estado chega mesmo a querer tomar posse do espaço, desalojando a comunidade, o que motiva uma série de petições, exortando a que se deixem as religiosas ficar onde estão e onde se fazem notar o avançado estado de ruína física e económica da instituição, a velhice e doença das suas habitantes (Anexo VIII- 2.6: 19).¹²⁷

Uma representação de 23 de Outubro de 1839, volta a incidir sobre a mesma questão. Apela-se à sensibilidade dos governantes para que protejam os direitos das religiosas sobre os seus imóveis (*“serventias e commodos”*), nomeadamente dos intentos de cedência do espaço conventual para a construção de tribunais e cárceres, valendo-se de argumentos como as dificuldades em que ficou o convento após as

¹²⁶ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc.1, 1814; Doc. 2, 1817; Doc. 3, 1818; Doc. 4, 1819; Doc. 5, 1819; 24-B-5, Inventários, Liv. 1, 1819; Juros, Doc. 1, 1819; Doc. 2, 1815; Liv.1; Liv.2

¹²⁷Com semelhante propósito: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 4, sem data (posterior a 1834)

invasões, ou o papel que o convento tem junto da comunidade, no amparo espiritual e assistência a pobres e doentes, em casos de epidemia. Refere a onda de solidariedade que se levantara a favor do convento, nomeadamente familiares de religiosas e demais benfeitores, que tentam adquirir os bens para os preservar, bem como o peditório para as obras na igreja.¹²⁸ O espaço da cerca conventual viria a ser dividido pela construção da Estrada Real, em 1854 (**Anexo V- 4**). Seguem-se, em reacção aos atentados à integridade do convento, pungentes representações de 19 de Maio de 1858¹²⁹ e de Abril 1860¹³⁰, apresentadas junto do Rei e Câmara dos deputados respectivamente, defendendo o papel dos conventos na educação feminina, e na vida espiritual dos fiéis, que, denotam uma concepção da vida religiosa feminina enraizada em séculos anteriores (**Anexo VIII- 2.6: 20**).

O processo de extinção não pára e, ao abrigo das leis de 4 de Abril de 1861 e do artigo 8º das intenções de 31 de Maio de 1866, realiza-se o inventário de todos os bens móveis e imóveis da casa, entre 1865 e 1880¹³¹. Sem poder económico para mais obras, e aguardando a sua extinção pela morte de cada religiosa, a comunidade diminuta e envelhecida, vive os seus últimos dias em grandes dificuldades num convento praticamente em cinzas e ruínas, conforme o descrevem os inventários (**Anexo VIII- 2.6: 21-22**). E assim foi até 26 de Fevereiro de 1880, quando falece Soror Joaquina do Rosário, última priora e religiosa, extinguindo-se definitivamente o convento.

Desvirtuado da sua função original, o espaço do convento funciona, de 15 de Maio de 1882 a 1916, como escola feminina elementar, entregue a religiosas dominicanas terceiras, dando continuidade a uma prática já iniciada pelas recolhidas, que ministravam o ensino a uma média de 112 meninas, de forma gratuita.¹³² Por finais do século XIX, esta comunidade experimentava as cada vez mais difíceis condições de sobrevivência num edifício arruinado e numa instituição em decadência acelerada, a que o subsídio camarário com que contava parecia não suprir. Augusto de Pinho Leal (1816-1884), no seu *Portugal Antigo e Moderno* (1873-1890), dá testemunho desta situação (**Anexo VIII- 2.7: 23**).

¹²⁸ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Representações, Doc. 1, 23/10/1839

¹²⁹ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Representações, Doc. 2, 19/05/1858

¹³⁰ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Representações, Doc. 4, 04/1860

¹³¹ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-5, Inventários, Doc. 2, fl.1v, 16/03/1865; Doc. 3, Off. n 426, 28/01/1875; Doc. 8, 06/03/1880

¹³² ZÚQUETE (1945), p. 316; CABRAL (1993), p.41

Entretanto, inicia-se o processo de alienação. Em 2 de Junho de 1903, o Ministério da Fazenda cede terreno da cerca à Câmara de Leiria, para efeito de abertura de novas ruas, o que começaria em Janeiro de 1904 (**Anexo V- 4**).¹³³ Em 10 de Março de 1905, a Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais do Ministério dos Negócios da Fazenda põe 7 talhões da cerca à venda em hasta pública, ao abrigo das Leis de 4 de Abril de 1861, 22 de Junho de 1866 e 28 de Agosto de 1869.¹³⁴ Em 11 de Setembro de 1912, a Direcção Geral da Fazenda Pública exige à Inspecção Distrital de Finanças de Leiria que se proceda à avaliação regular do Convento de Santa Ana e seus Anexos, bem como da cerca, tendo sido a sua parte urbana (edifício conventual e Anexos) e a parte rústica (cerca) avaliados num total de 9700\$000 reis, para efeito da venda em hasta pública, que acabou por não se realizar.¹³⁵ O crescimento urbano e as novas dinâmicas socioeconómicas começam a fazer sentir a sua pressão sobre o edifício e área da sua cerca. Depois de dividida, esta foi invadida pela construção de novos arruamentos e edifícios habitacionais de vários andares.¹³⁶

O espaço do convento viria a ser cedido para outros fins. Em 29 de Outubro de 1914, a Direcção Geral da Fazenda Pública, autoriza o inspector das finanças do distrito de Leiria a proceder ao arrendamento das terras de cultura da cerca do antigo convento.¹³⁷ Em 3 de Outubro de 1914, é pedida, à mesma direcção, a autorização para cedência temporária ao Regimento de Infantaria nº 7 para alojamento das tropas, ficando as obras de limpeza do edificio a cargo do Ministério da Guerra.¹³⁸ Mais de um ano depois, em 15 de Outubro de 1915, ela é concedida.¹³⁹

Em 19 de Agosto de 1915, o edifício e parte do terreno da antiga cerca são cedidos à Câmara Municipal de Leiria, para a construção do Mercado Municipal, intenção expressa desde 1912. Em Maio de 1916, iniciam-se os trabalhos de desmantelamento e demolição do convento. Os materiais resultantes foram incorporados nas obras da cadeia comarcã e na construção da Casa do Guarda do Castelo, que, por

¹³³ CABRAL (1993), p. 41

¹³⁴ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-2, Editais, Doc. 2, 10/03/1905

¹³⁵ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc.16, fl. 2, 7, 8, 11/09/1912 a 24/09/1912; CABRAL (1993), p. 42

¹³⁶ CABRAL (1993), p.41, 42

¹³⁷ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-2, Correspondência, Doc.32, Ofício de 29/10/1914

¹³⁸ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-2, Correspondência, Doc.31, Ofício de 3/10/1914

¹³⁹ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-2, Correspondência, Doc.31, Ofício de 15/10/1915

esta época se encontrava em plenas obras de restauro.¹⁴⁰ Da autoria de Ernesto Korrodi, o novo mercado, foi inaugurado em 1931 (**Anexo VI- 4; 5**).

2.2- O espaço e a sua vivência

2.2.1- Localização e enquadramento

Os alicerces demolidos do antigo Convento de Santana de Leiria jazem, desde 1931, sob o edifício do Mercado de Santana, no Centro Histórico daquela cidade. Quando D. Catarina de Castro, escolheu o local para a sua construção, no último quartel do século XV, este estava próximo da urbe, mas em zona relativamente marginal, no Rossio, entre a Igreja de São Martinho e a ermida medieval que no século XVIII daria lugar à Igreja do Espírito Santo, junto à estrada que ligava Leiria a Lisboa e a Coimbra.¹⁴¹ O complexo conventual edificou-se na curva do Rio Lis, que, à época, ainda não tinha sofrido o desvio para Sudeste, ocorrido em 1701. A zona, de carácter agrícola, seria ocupada por vinha, conforme parece indicar o testamento da fundadora (**Anexo II- 1.1: 1**). Com o subsequente crescimento da vila, desde século XVI, que a fez elevar a cidade em 1545, a malha urbana aproximou-se do convento, trazendo para sua vizinhança as elites económicas e sociais, que abonarão o convento de religiosas e patrocinadores, concentradas entre o Solar dos Ataídes, no Terreiro e o palácio dos Vila Real, na Praça de São Martinho, hoje Praça Rodrigues Lobo¹⁴².

Pelas plantas mais antigas de Leiria, já de 1791, 1809 e 1816 (**Anexo V- 1 a 3**), observa-se um convento praticamente às portas da cidade, conforme assim funcionava o arco do palácio dos Vila Real, e integrado num eixo de crescimento da urbe na direcção do Convento de Santo Agostinho, ainda muito longe da pressão urbanística de fins do século XIX. A localização, semelhante à do Convento de São Francisco, segue o modelo típico das ordens mendicantes, procurando obedecer a efeitos práticos e simbólicos. Zonas junto de rios e em terra arável, proporcionam um bom abastecimento de água, e a instalação de hortas, pomares e jardins na cerca e claustro de forma a garantir uma parte da subsistência da comunidade e ocupá-la com actividades integradas nos deveres das diferentes *Regras*, que edificam espiritualmente o religioso, o aproximam da comunidade e o afastam dos males do ócio. As ordens mendicantes,

¹⁴⁰CABRAL (1993), p. 41,42; ZÚQUETE (1945), p. 316-317

¹⁴¹ Conforme planta de reconstituição da vila de Leiria no século XV, publicada em GOMES (1993)

¹⁴² MARGARIDO (1988), p. 52-57

como os Franciscanos ou Dominicanos, optaram por instalar-se perto das povoações, em especial, centros urbanos, pelo seu apostolado orientado para o mundo secular, marcado pelas obras de caridade, junto de pobres e doentes, e pregação, contribuindo ainda para salvação das almas dessas povoações, através do seu exemplo edificante de virtude, e da sua oração. Por outro lado, a sua definição como mendicantes, constituindo uma específica radicalização do voto de pobreza, determina que a sua sobrevivência dependa também do mundo secular, através das esmolas, pelo que se fomenta uma proximidade física com este.¹⁴³ A condicionante de se tratar de um convento feminino, que necessita de especial protecção e vigilância face a entradas profanadoras, pode ter levado a escolher este local às portas da vila, muito antes ainda das orientações do Concílio de Trento nesse sentido, em 1563.¹⁴⁴

2.2.2- O conjunto edificado, áreas e funções

Tendo sido o conjunto edificado do Convento de Santana demolido em 1916, restam-nos a cartografia antiga, desenhos e fotografias como documento do seu aspecto físico. A mais antiga representação conhecida é um desenho da autoria de Jean Noel, datado, de 1780 que representa a cidade de Leiria vista de Sul. No canto inferior direito, a seguir à Igreja do Espírito Santo, observa-se a ala Sul do convento (**Anexo VII- 1**). A mais completa e antiga fotografia do Convento de Santana de Leiria data de 1880 (**Anexo VI- 1**). Nesta podemos observar um edifício homogéneo, de traço arquitectónico simples, depurado e austero, com uma monumentalidade tímida reservada ao portal da igreja, com janelas, certamente protegidas com grades, seguindo a tradição estilística da arquitectura civil e religiosa da região.¹⁴⁵ É possível, que o convento tenha sofrido remodelações em meados do século XVII, como atesta o estilo Barroco do portal da igreja.¹⁴⁶ Defendendo a intimidade do complexo, erguem-se altos e espessos muros que delimitam a cerca, observada nas três plantas de 1791, 1809 e 1819 (**Anexo V- 1 a 3**). É o que convém aos conventos femininos, espaços que se negam ao exterior, por mercê do voto de clausura das habitantes.¹⁴⁷

¹⁴³ BORGES (1998), p. 32, 33

¹⁴⁴ Concílio de Trento, Sessão XXV (03/12/1563 - 04/12/1563), decreto “Dos regulares e freiras”, Capítulo V “Dá-se providência à clausura das freiras, particularmente das que habitam fora das cidades”, publicado em CASTRO (1946), p. 339

¹⁴⁵ GOMES (1991b), p. 259, 263

¹⁴⁶ ESTRELA (2009), p. 61

¹⁴⁷ REGRA (1611), p. 45

Para além das representações gráficas, ficaram-nos da época da extinção do convento, sucintas descrições do conjunto constantes em documentação para efeito da alienação da propriedade (**Anexo III- 9: 1**), bem como referências pontuais em documentação variada ao longo das épocas, que nos permitem distinguir quatro grandes áreas funcionais comuns na arquitectura conventual: a cerca, a igreja, o claustro e as dependências utilitárias. (**Anexo III- 9**).

A cerca, especialmente visível nas plantas acima citadas, contígua à Igreja do Espírito Santo, estendia-se pela colina em terreno contíguo ao da actual *Villa Portela* e constituía a parte rústica do complexo que seria ocupada por hortas, terra de sementeiro, vinha, pomares e jardim, localizando-se estes junto ao edifício e servidos por sistema de rega. Além daquela descrição, dá-se conta em inventários de 1865 e 1875¹⁴⁸ do que restava da zona da cerca mais próxima do convento (**Anexo III- 9: 2**). A citada “*agua de rega*” estava integrada num sistema de abastecimento que partia da Fonte das Três Bicas (*Fonte Grande*), alimentado por nascente situada nas traseiras do antigo Hotel Lis (a *Estalaje do Aires*, à época da descrição) (**Anexo III- 9: 6**). Além de parte rústica, destinada ao trabalho e ao provimento de alguns bens de consumo, a cerca era espaço de recreio, como atesta a presença de jardins, mas também de contemplação e oração, em contacto místico com a natureza, pelo que existiam pequenas ermidas, como uma dedicada a Santo António (**Anexo III- 9: 2.1**).

A Igreja do convento era “*de uma só nave ... com azulejos na capela mor e alguma obra de talha.*”¹⁴⁹, tratando-se, provavelmente, da área mais monumental deste modesto convento, cujo interior, pelos elementos referidos, terá sofrido uma campanha de obras entre os séculos XVII e XVIII, à semelhança da fachada. Na zona da igreja reservada às religiosas, separado por grade, estava o Coro, com as suas cadeiras, espaço central na sua vida quotidiana, onde estas se juntavam para a oração e música coral, acompanhada pelo órgão, como acto da comunidade (**Anexo III- 9: 3.1**). Era igualmente aqui que se juntavam para actos solenes da comunidade, como eleição dos cargos de direcção e profissão de religiosas.¹⁵⁰ No coro situava-se um importante altar dedicado à Senhora da Piedade, vedado por grades, que alimentava entre as religiosas as

¹⁴⁸ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-5, Inventários, Doc. 2, fl.1v, 16/03/1865; Doc. 3, 28/01/1875

¹⁴⁹ Alberto Pimentel (1849-1925), *Extremadura Portuguesa* (1908), conforme citado por CABRAL (1993), p. 41

¹⁵⁰ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Actas, Doc 1, *Eleição da Prelada*, 06/11/1840; REGRA (1611), p. 57v

mais fervorosas devoções (**Anexo III- 9: 3.1.1**). Por sua vez, as seculares demonstraram grande afeição a este altar, desejando estar sob a sua protecção para toda a eternidade, sepultando-se no local. Foi o caso de duas das mais importantes patrocinadoras, D. Brites de Lencastre (†1623), Duquesa de Bragança e D. Isabel de Lencastre (†1626), sua filha (**Anexo III- 9: 3.1.2**). A capela-mor, altar-mor e a casa do capítulo (**Anexo III- 9: 3.2**) foram destinados aos enterros de personagens importantes ligadas à casa, como a fundadora, e uma importante patrocinadora, Isabel de Lemos, no século XVI. Não sabemos se D. Catarina terá sido enterrada no capítulo, anexo à Igreja, mas o que é certo é que este foi reservado às religiosas pertencentes às elites sociais, como foi o caso de D. Filipa de Meneses (**Anexo II- 1.1: 67**). Seria na igreja que as actividades das confrarias com sede no Convento de Santana tinham lugar. A que teve mais projecção, a de Nossa Senhora do Rosário, contava com uma capela e pequena divisão anexa, a *Casa do Rosário* (**Anexo III- 9: 3.3**). Para apoio às actividades na igreja, esta contava com a clássica sacristia, onde se guardavam as alfaias litúrgicas e para cuja decoração D. Isabel de Lencastre quis contribuir (**Anexo III- 9: 3.4**).

O outro espaço de devoção e sepultamento das religiosas foi o seu claustro. De planta quadrangular, este tinha uma área central ao ar livre, delimitada por muro com colunata em calcário, de que ainda se preserva um fragmento integrado na Casa do Guarda do Castelo de Leiria. No centro existiria um jardim e pomar, onde a água seria um elemento de presença constante, servida pelo fontanário de calcário, com epígrafe de 1585, recuperado nas obras de desmantelamento e hoje depositado na Reserva Arqueológica do Município de Leiria. É possível que seja este o “*repuxo do claustro*” servido pelo sistema de abastecimento de água atrás mencionado. Há notícia de aqui ter existido um nicho dedicado a Santa Bárbara, que por meados do século XVII, as religiosas encomendaram, temerosas das trovoadas que assolavam aquela área (**Anexo III- 9: 4.1**). É também aqui que se procede ao enterramento das irmãs defuntas (**Anexo III- 9: 4.2**), assinalando-se as suas campas com lápides funerárias. Estas serão objecto de culto por parte da comunidade, que faz a manutenção simbólica das suas campas e reza pelas suas almas, como demonstra a nota biográfica sobre Soror Isabel de Mesquita (**Anexo II- 1.1: 107**). Com o passar dos séculos, o espaço foi-se tornando exíguo para o enterramento de centenas de religiosas, pelo que há necessidade de reutilizar as sepulturas, fenómeno ao que não escapam mesmo as religiosas exemplares.¹⁵¹

¹⁵¹ SOUSA (1866), p. 479

As lacónicas referências escritas ao espaço conventual de Santana aludem a algumas das dependências utilitárias, que se distribuíam em torno do claustro e em corpos edificados contíguos, conforme se deduz da cartografia e fotografia históricas de Leiria. Passamos a apresenta-las, enquadrando-as nas tipologias definidas por Nélson Correia Borges, de espaços de sobrevivência corporal e de trabalho e espaços de contacto com o exterior.¹⁵² As *Segunda e Quarta Parte da História de São Domingos*, de 1626 e 1730, respectivamente, são as mais antigas fontes escritas a dar conta de alguns espaços no interior do convento, bem como da circulação dos indivíduos, muito em especial no que diz respeito aos dormitórios e celas, conforme se pode observar nas notas biográficas das religiosas.¹⁵³ No Auto de vistoria de 21 de Dezembro de 1748, faz-se referência às áreas afectadas pelo incêndio: Varandas, Noviciaria, Almaria, Coro de Baixo, Botica, Dormitório, Celas, Celeiro, Torre.¹⁵⁴ Um inventário de bens móveis realizado 1827, distribui os mesmos por diversas dependências utilitárias: sacristia, roupeira, botica, refeitório, adega, massaria, celeiro, cozinha, roda, porta.¹⁵⁵ Em 1912, o documento já citado refere a “*antiga casa das freiras, com salas, / refeitório, celas, cosinhas, despensa, / lagar e adega*”¹⁵⁶

Os dormitórios com suas celas, são os espaços de sobrevivência corporal por excelência, destinando-se ao sono, à convalescença, mas também à oração, à mortificação do corpo pelas pesadas disciplinas aplicadas sobre si por algumas religiosas.¹⁵⁷ Algumas passagens dão conta do lado mais fervoroso da vida na cela.¹⁵⁸ É o espaço derradeiro da vida religiosa. No leito de morte, rodeadas das companheiras, aqui a religiosa recebia a extrema-unção e se despedia do mundo¹⁵⁹. No século XVII, o dormitório ou, pelo menos, uma parte, situava-se na ala Poente do convento, estando virado para o pomar da cerca¹⁶⁰, situando-se, assim, em zona reservada e o mais afastada possível do contacto com o espaço público urbano, como convém ao cumprimento do preceito da clausura, exigido às religiosas e com expressão na arquitectura conventual feminina. (**Anexo III- 9: 5.1**).

¹⁵² BORGES (1998)

¹⁵³ SOUSA (1866); SANTA CATARINA (1866). **Anexo II- 1.1**

¹⁵⁴ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, 29/12/1748 – 09/01/1782

¹⁵⁵ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-5, Inventários, Livro 2, *Livro dos Inventários do Convento de Sta. Anna*, 13/7/1827

¹⁵⁶ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc.16, fl. 7-8, 24/09/1912

¹⁵⁷ CARDOSO (1666), p.110

¹⁵⁸ CARDOSO (1657), p. 28

¹⁵⁹ SANTA CATARINA (1866), p. 364

¹⁶⁰ SANTA CATARINA (1866), p. 364

Um outro espaço de sobrevivência corporal de que há mais alguma memória é a enfermaria (**Anexo III- 9: 5.2**). Esta servia as habitantes do convento, das religiosas às serviçais¹⁶¹, mas, também, em ocasiões de peste, como a de 1598-1602, serviu aos doentes da cidade, com o auxílio dos irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosário, como André Rodrigues, barbeiro, que aí sangrou doentes: *no tempo da peste / para o serviço que fés na peste e cura*.¹⁶² Para os cuidados dos doentes e manutenção do espaço, certamente ao auxílio de uma irmã enfermeira, existiam criadas de enfermaria, como foi o caso de Margarida dos Anjos (**Anexo II- 1.3.1: 3**).¹⁶³ As religiosas contavam, ainda, com médicos que, neste espaço, prestavam o seu serviço, como Nicolau de Miranda¹⁶⁴ ou João Rodrigues Quadros.¹⁶⁵ Em 1825, além do médico, referem-se despesas com cirurgião, sangrador e botica, tudo funções relacionadas com este espaço.¹⁶⁶ No acto da entrada, era costume as noviças darem uma cama para a enfermaria ou o seu valor, como propinas, como atesta o contrato de dote de Soror Catarina de Lemos (**Anexo II- 1.1: 57**). A enfermaria podia ser, ainda, local de assinatura de contratos, que envolvessem pessoas que não da comunidade.¹⁶⁷

Entre aquele grupo de espaços, o celeiro, mais conotado com o trabalho e a gestão da economia do convento, assume especial importância por ser o local onde se recebem e armazenam os géneros pagos pelos foreiros das suas propriedades rurais (**Anexo III- 9: 5.7**). A dispensa armazenaria os alimentos de consumo imediato. As madres celeireiras, procuradeiras, *dispenseiras*, ocupavam-se do economato da casa e da gestão destes espaços (**Anexo II, 2.6; 2.7; 2.8**). Outro espaço de trabalho é a *casa do forno*, que é bem possível que corresponda à acima mencionada *massaria*, ou que se situe em contiguidade com a mesma. Segundo um já citado documento que descreve o sistema de abastecimento de água¹⁶⁸, a *casa do forno* aparenta situar-se na ala Sudoeste, comunicando com laranjal, na cerca.

¹⁶¹ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, 29/12/1748 – 09/01/1782

¹⁶² ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. nº 879, fl.99-100, 29/04/1630; POUÇÃO-SMITH (2008), p. 138, 222

¹⁶³ SANTA CATARINA (1866), p. 367-369.

¹⁶⁴ ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 70-71v, 04/09/1631

¹⁶⁵ ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 140-141v, 16/07/1732

¹⁶⁶ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Contas, Doc. 8, 1825

¹⁶⁷ ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 87-88, 04/06/1732

¹⁶⁸ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Apontamentos, Doc.1, sem data (séc. XIX?)

A hospedaria albergava de forma temporária visitantes ao convento, que aí permaneciam por períodos mais ou menos alongados. O vigário e confessor Frei Francisco de Melo (**Anexo II- 1.4.1: 24**) é referido como “*assistente nas casas da hospedaria*”.¹⁶⁹ É possível que a hospedaria cumprisse as suas funções clássicas albergando pobres, viajantes, peregrinos e visitantes da comunidade.

Na *noviciaria*, albergavam-se as noviças e ministravam-se-lhe os ensinamentos da doutrina cristã, da *regra e constituições*, e transmitiam-se as memórias da casa, sob a orientação das mestras de noviças, como o foi Soror Estefânia de São José (**Anexo II- 1.1: 144**). Um outro espaço separado, para albergue de população específica é a Vigararia, destinada aos sacristães como Francisco da Costa (**Anexo II- 1.4.4: 3**) ou Matias de Amorim (**Anexo II- 1.4.4: 22**), que aí residiam e que podia temporariamente albergar os frades tutores quando de visita ao convento (**Anexo III- 9: 5.13**).

O espaço de contacto com o exterior com grande relevância na vida conventual, é a casa do ralo ou da grade, com os locutórios. Aí, as religiosas recebiam familiares e amigos, havendo até quem tivesse locutório particular como D. Filipa de Meneses (**Anexo II- 1.1: 67**), fenómeno comum em especial nos séculos XVII e XVIII entre as religiosas de ascendência aristocrática que atraíam muitos visitantes¹⁷⁰. Era também o local onde os membros da elite da gestão da comunidade se reuniam com notários, e tutores e os outros outorgantes de contratos relativos a vários aspectos da vida conventual, desde aforamentos, juros, ou dotes, entre outros (**Anexo III- 9: 5.14**). Os contratos ainda poderiam ter lugar em outras dependências como a hospedaria, ou portaria. A portaria contava com religiosas que se ocupavam do seu controle, as várias irmãs porteiras, de que temos referência entre fins do século XVI e século XVII. (**Anexo II- 2.10**). Estas seriam auxiliadas por criadas, como Maria Francisca (**Anexo II- 1.3.1: 4**), já da primeira metade do século XVIII. A roda, junto à portaria e/ou na casa da grade, servia para a troca de objectos entre o interior o exterior da casa, minimizando o contacto físico entre os intervenientes. Este espaço tinha religiosas designadas especificamente para a sua vigilância, à semelhança da portaria, que deixaram testemunho da sua existência, como Soror Joana de Faria (**Anexo II- 1.1: 32**) e Soror Maria Caldeira (**Anexo II- 1.1: 41**), ambas entre 1581 e 1582. Através da Roda, davam-se e recebiam-se esmolas (**Anexo III- 9: 5.16**).

¹⁶⁹ ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. VI, 60-A-13, fl. 88-90v, 19/03/1731

¹⁷⁰ BORGES (1998), p. 44

Outro espaço por onde religiosas em clausura tomavam contacto com o exterior, e minimizavam os seus efeitos psicológicos nefastos, era o miradouro ou *mirante*, ou, ainda a já citada *Torre*¹⁷¹, que deverá tratar-se do pequeno elemento, coberto, sobrelevado, por trás do campanário da igreja, que se pode observar em **Anexo VI- 1.1**. Do miradouro dá testemunha um episódio de agressão entre habitantes de Leiria relatado em processo do Santo Ofício, em 1631, e a que as freiras assistiram (**Anexo III- 9: 5.17**).

2.3- A população conventual

Os conventos femininos são microcosmos sociais complexos, onde se encontra uma população mista, heterogénea quanto às origens e que desempenha papéis muito diversos, numa unidade que se pretende minimamente autónoma e multifuncional. Assim, em torno das comunidades de freiras, juntam-se recolhidas que procuram amparo, serviçais que permitem o alívio das responsabilidades práticas e quotidianas, para uma maior concentração na vida religiosa, todos sob uma tutela eclesiástica masculina, no domínio jurisdicional, e espiritual, encabeçada pelo Provincial da Ordem.¹⁷² No Convento de Santana de Leiria encontramos estes quatro grandes grupos populacionais que se subdividem ao nível dos diferentes serviçais e tutores.

Na ausência de listas de ingressos, mapas de pagamentos, ou qualquer outro tipo de arrolamentos de indivíduos que se tivessem conservado no cartório conventual, exceptuando uma relação de criadas¹⁷³, a reconstituição da comunidade fez-se através de outras fontes, mais ou menos directas providas de outros acervos externos. As fontes mais directas e com mais informação são as notas biográficas constantes da literatura hagiográfica¹⁷⁴, os contratos de dote de religiosas, as escrituras relativas à gestão da propriedade, entre outros assuntos, direccionadas a indivíduos desta comunidade em específico, documentação do santo ofício¹⁷⁵, chancelarias régias (**Anexo III- 7: 12, 14, 23**) e, ainda, os dois estudos em torno das famílias Vila Real e

¹⁷¹ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, 21/12/1748

¹⁷² Vejam-se exemplos de casas em FERNADES (1992), p. 60-129, 138, 163-172.; GOMES (1995), p.23-63; SOUSA (1998), p.101-129

¹⁷³ ALDRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4

¹⁷⁴ CARDOSO (1652), (1657), (1666); LIMA (1709), (1712); SANTA CATARINA, (1866); SANTA MARIA (1713); SOUSA (1744); SOUSA (1866)

¹⁷⁵ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Liv. 760, Caderno 18º de Solicitantes; Liv. 765, Caderno 22º de Solicitantes

Ataíde que tivemos oportunidade de consultar.¹⁷⁶ Contudo, o número de indivíduos constante neste tipo de fontes é muito residual. A maioria desta população foi resgatada nas escrituras, sobretudo as do fundo do Cartório Notarial de Leiria, através da referência aos outorgantes e testemunhas, e das suas assinaturas, que constituíram, de facto, os principais elementos para esta reconstituição (**Anexo VI- 6**). O seu levantamento exaustivo, ao longo dos períodos em que surgem, cruzando com os parcos dados providos das outras fontes, quando existentes, permitiu-nos reunir um total de 464 indivíduos, localizar a sua presença ao longo do tempo e elaborar, por vezes, uma pequena nota biográfica.¹⁷⁷

Trata-se de um número de indivíduos muito reduzido para um lapso de tempo tão extenso como 318 anos, o que se deve à natureza limitada das fontes. A listagem (**Anexo II- 1**) e quadro apresentados (**Anexo III- 1**) fornecem, pois, uma imagem aquém da realidade. O registo dos indivíduos é fragmentário, o que resulta muito da escassez de fontes e do facto de serem eminentemente constituídas por escrituras, onde se reúne, não a totalidade da comunidade, mas somente os membros mais importantes na sua hierarquia, nomeadamente as religiosas discretas do Coro. Também não se cobre a totalidade do período em que estes indivíduos viveram nesta instituição, pelo que as datas que apresentamos são meras referências cronológicas. Os dados biográficos, quando obtidos, são mínimos. Apesar das limitações dos resultados, pensamos que os mesmos têm alguma expressão como valor indicativo porque seguem as tendências nacionais para a população conventual. A partir do século XVIII em diante, os resultados serão mais fiáveis, fruto de uma maior abundância de fontes.

Para além das notas biográficas que apresentamos para cada grupo e subgrupos, calculámos a população presente no convento por ano, e por cada quartel de século. O primeiro cálculo (**Anexo III- 1**) resulta do somatório dos vários indivíduos tendo em conta o intervalo de tempo em que possuem referência cronológica, o que se fez com o objectivo de aproximação à lotação do convento. O cálculo da população por quartel de século apresentado no **Anexo IV- 1** obteve-se pela média anual dos grupos de população a cada 25 anos e teve o objectivo de proporcionar uma mais imediata leitura dos dados e detecção de tendências demográficas.

¹⁷⁶ POUSÃO-SMITH (2008) e QUEIROZ (2010), respectivamente.

¹⁷⁷ Metodologia semelhante à do estudo da população do Mosteiro de Cós (Alcoçaba), segundo SOUSA: GOMES (1998), p. 103-104; 181-248

Os resultados obtidos reflectem a disponibilidade das fontes, mas, ao mesmo tempo, a já referida, tendência geral sentida na sociedade portuguesa de Antigo Regime, de uma crescente procura das carreiras eclesiásticas com auge no período entre fins do século XVII e segundo quartel do século XVIII e subsequente quebra vertiginosa até à extinção das ordens religiosas. Em instituições de habitação permanente como os conventos femininos, o número de monjas é proporcional ao da população satélite, como os serviçais, que contribuem grandemente para os ritmos demográficos. Os números totais da população obtidos por ano, entre 1494 e 1811 oscilam entre os 2 e os 67 indivíduos.

Entre os séculos XV e terceiro quartel do século XVI, deparamo-nos com um convento aparentemente despovoado, de que constam apenas religiosas e escravas, o que é efeito da escassez de fontes para o período, não devendo estes dados serem tidos em conta. Assim, até 1581, os números da totalidade da população por anos não ultrapassam as 13 pessoas identificadas em 1498. (**Anexo III- 1**). Entre o último quartel do século XVI e o século XVIII, encontramos uma tendência crescente, ainda que oscilante. No segundo quartel do século XVII, identificam-se os números máximos de população média anual, com 31 indivíduos (**Anexo IV- 1**), registando-se 47 habitantes no ano de 1632 (**Anexo III- 1**). Segue-se uma grande quebra no último quartel do século XVII. Esta curva resulta, mais uma vez, da maior disponibilidade das fontes, que faz com que se apurem contagens mais consistentes e uma maior diversidade de grupos populacionais, o que se aproxima mais da realidade. Entre o início do século XVIII e o fim do seu segundo quartel detecta-se um crescimento de referências a indivíduos, que atinge o seu auge, com uma média anual de 52 habitantes, o que deverá reflectir a efectiva realidade demográfica ascendente do convento, se este seguiu a tendência nacional (**Anexo IV- 1**). O ano de 1747, apresenta-se como o mais povoado de sempre, com 67 indivíduos contabilizados (**Anexo III- 1**). Da segunda metade do século XVIII em diante, detecta-se uma quebra gradual, resultante do menor número de ingressos, fruto de uma cada vez menor atracção exercida pela carreira eclesiástica e progressiva decadência da comunidade. A escassez de fontes poderá, mais uma vez, induzir um resultado um pouco afastado da realidade. Assim, encontramos uma média anual de 48 habitantes no terceiro quartel, 28 no último, para chegar aos 10 habitantes na primeira década do século XIX.

2.3.1- Religiosas

O convento de Santana de Leiria é uma pequena casa comparada com os conventos dos grandes centros urbanos no que diz respeito à dimensão da comunidade. Se há notícias de casas que albergavam centenas de religiosas em simultâneo¹⁷⁸, o Convento de Santana, ter-se-á mantido ao nível das dezenas.

Na ausência de dados para uma contagem fiável, para os séculos XV e XVI, a referência é uma mercê de 27 de Dezembro de 1498, confirmada por D. João III e D. Sebastião, cujo benefício era limitado a 30 religiosas (**Anexo III- 7: 3**), cuja proporção em relação ao número total é-nos desconhecida. Para o século XVII, a referência passam a ser as 70 religiosas contabilizadas por Frei Luís de Sousa, conforme a sua *História de São Domingos* (**Anexo VIII- 2.2: 3**). Devido à natureza das fontes disponíveis, os cálculos de indivíduos que obtivemos para cada ano nunca chegam a alcançar esse valor, jamais sendo ultrapassado o total de 60 religiosas identificadas no ano de 1747 (**Anexo III- 1**), e a média anual de 47 religiosas no segundo quartel do século XVIII (**Anexo IV- 1**).¹⁷⁹ Estes valores apontam para o auge da população de religiosas entre o início do século XVIII e primeira metade do século XVIII. Seguiu-se uma quebra progressiva até ao período das Invasões Francesas, que baliza o nosso estudo, cuja tendência se manteve, naturalmente, até à extinção definitiva da casa. No último quartel do século XVII, calculámos uma média anual de 24 religiosas, que desce drasticamente para as 9 na primeira década do século XIX (**Anexo IV- 1**). Se o primeiro valor estará muito próximo da realidade, tendo em conta com os números na ordem da vintena, apontados por documentação do início de oitocentos (**Anexo VIII- 2.5: 18**), o segundo estará muito aquém.

Os escassos dados colhidos das fontes consultadas, no sentido da caracterização social das religiosas do Convento de Santana de Leiria tendem a formar um quadro de composição heterogénea, seguindo a tendência geral nos conventos na Idade Moderna, com origens eminentemente locais e regionais. À maioria de religiosas de Leiria,

¹⁷⁸ SÁ (2011), p. 285

¹⁷⁹ Segundo o *Mapa de Portugal, ou Padrão do número das Freguesias, moradores, e almas etc^a* Manuel José Pernilongue, publicado em FERRO (1995) p.137, em 1765, contabilizam-se um total de 244 religiosas na comarca de Leria, repartidas pelo Convento de Santana, Mosteiro de Cós (Alcobaça) e Convento do Lourical (Pombal), o que dá uma média de 81,3 religiosas por convento, o que, independentemente do número de lugares em cada casa, evidencia como os dados de que dispomos encontram-se aquém da realidade.

Pombal, Ourém, Soure, juntam-se as fundadoras vindas do Mosteiro de Jesus e Aveiro, e eventuais e escassas oriundas de Lisboa, Porto, ou mesmo do Brasil.

A fundação da casa começou em estreita ligação à grande nobreza, através de D. Catarina de Castro (**Anexo II- 1.1: 1**), Condessa de Loulé e filha de D. Fernando I (1403-1478), 2º Duque de Bragança e de D. Joana de Castro (1410-1479). A ela juntou-se Isabel Lopes, Dama da Rainha D. Leonor, esposa de D. João II (**Anexo II- 1.1: 8**). Helena da Granja é outra das primeiras religiosas com ligação a servidores da Casa Real (**Anexo II- 1.1: 11**). Nos séculos XVI e XVII, a família de primeira nobreza da corte, ou dos “Grandes” que exercerá a sua influência sobre a casa são os Marqueses de Vila Real, altos funcionários junto da Casa Real e donatários de Leiria e seu termo¹⁸⁰. Soror Dona Filipa de Meneses e Soror Dona Maria de Lara (**Anexo II- 1.1: 67, 109**), as filhas segundas de D. Manuel de Meneses, 5º Marquês de Vila Real, 1º Duque de Vila Real, Governador de Ceuta (1537-1590) encontraram o seu destino no Convento de Santana e a sua presença juntamente com a de outras religiosas pertencentes às famílias servidoras da Casa de Vila Real, contribuirá para o patrocínio de D. Isabel de Lencastre (c. 1560-1626), esposa do 6º Marquês de Vila Real, Miguel Luís de Meneses (1565-1637), que não só visou a casa, mas, também, algumas religiosas em particular (**Anexo II- 1.1: 70, 83, 84**).

A presença de religiosas oriundas das famílias da primeira nobreza aparenta ser escassa, segundo o que foi possível apurar. A pequenez do Convento de Santana, quando comparado às grandes casas conventuais nacionais, revela-se, também, ao nível da composição social. Longe da realidade dessas poderosas casas nos centros de poder, como Lisboa, Coimbra ou Porto, que albergam elementos das famílias da grande nobreza de serviço da Corte¹⁸¹, a elite social do Convento de Santana, é constituída, sobretudo, por religiosas pertencentes às mais importantes famílias da aristocracia dos funcionários e oficiais da *governança*, militares, morgados e ricos proprietários rurais, da região em torno de Leiria, entre os séculos XVI e XVIII. São eles os Alardo (Senhores da Quinta do Valboco), Alcoforado, Ataíde (Guarda-Mores dos pinhais do Rei), Azambuja, Brito (Senhores da Quinta da Boa Vista, Abiúl), Botelho da Silveira,

¹⁸⁰ Por carta de 22 de Agosto de 1463, D. Afonso V doou Leiria e seus termos a D. Pedro de Meneses, Conde de Vila Real e Senhor de Almeida. Incluiu nessa doação as pensões dos tabeliães e muitos outros direitos e rendas. Pouco depois, em 1465, vendeu ao dito Conde, por 19 000 coroas de 120 reais cada, as rendas do Almojarifado, com direito de apresentar almoxarife e demais oficiais. Veja-se GOMES (2009), p. 20

¹⁸¹ OLIVAL; MONTEIRO (2003), p. 1219

Cação (poderosa família de origem cristã-nova), Castelo-Branco (Senhores do Lagar d'El-Rei, Leiria, Senhores do Guardão, Senhores da Quinta de Caldelas, fidalgos da Casa-Real), Correia, Corte Real, Cunha (militares e ricos proprietários na Barosa, Leiria), Evangelho, Ferreira, Góis, Melo, Mendonça, Mesquita, Pina, Ribeiro Cabral (Senhores da Quinta de São Tomé, Soure), Sousa Curutelo (senhores do Guardão), Silva Pereira (Senhores da Quinta de Caldelas), Trigueiros, Valadares, Vasconcelos.¹⁸²

Durante os séculos XVI e XVII, muitas destas famílias orbitam em torno dos Vila Real, vértice da pirâmide social de Leiria, construindo-se uma verdadeira “corte na aldeia”, microcosmo social baseado no serviço desta casa e assente em fortes ligações matrimoniais, que emula, em pequena escala, as relações sociais em torno da Corte.¹⁸³ A composição da comunidade de religiosas do Convento de Santana é reflexo deste microcosmo local e resulta de dinâmica social com a mesma natureza da que integra as grandes casas conventuais femininas: se nos grandes centros, existem poderosos conventos dominados por religiosas oriundas dos “Grandes” que servem a Corte, em Leiria, o Convento de Santana recebe as famílias de apaniguados dos Vila Real. A lista de religiosas com estas origens é extensa, entre as que saíram directamente da casa ou da influência dos Vila Real (**Anexo II- 1.1: 64, 70, 83, 84, 103**), e as que pertencem ou têm ligações àquelas famílias, existindo entre algumas delas relações de parentesco, mais ou menos próximas, fruto das redes matrimoniais (**Anexo II- 1.1: 7, 12, 17, 15, 24, 26, 38, 39, 46, 52, 53, 55, 65, 66, 69, 73, 74, 81, 83, 100, 101, 107, 113, 125, 126, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 151, 153, 156, 158, 179, 188, 207, 212, 215, 217, 219, 221, 224, 226, 228, 251, 295**).

Por mercê das fontes disponíveis e, eventualmente, devido a um fenómeno social, encontramos o ingresso de religiosas provenientes destas elites concentrado entre o século XVII e segundo quartel do século XVIII. Com efeito, a identificação das origens familiares das religiosas torna-se difícil com o avançar do tempo que, no contexto das fontes, faz acentuar o uso dos nomes de professoras, em detrimento dos nomes seculares, não constando, muitas vezes, os apelidos. A ser este quadro um efectivo reflexo da realidade, o mesmo coaduna-se com a teoria de que o período decorrido entre o início do século XVII e o segundo quartel do Século XVIII, constitui uma época de auge desta casa conventual, que, apesar das dificuldades constantes,

¹⁸² POUSÃO-SMITH (2008), QUEIROZ (2010), GOMES (2009), p. 26, 28, 100 e transcrição da *Corografia Portuguesa* de Padre Carvalho da Costa de 1712 em p. 310-12

¹⁸³ POUSÃO-SMITH (2008), p. 253-263, 420-429

exercia uma grande influência social. No caso da família Meneses, da Casa Vila Real, o facto de ter caído em desgraça depois da conspiração contra D. João IV, que levou à condenação à morte do 7º Marquês, D. Miguel Luís de Meneses (1617-1641) e confisco dos bens da casa, em 1641¹⁸⁴, levou à, aparente, cessação do ingresso de membros femininos no Convento de Santana.

Outro grupo de que, certamente, proveio a grande parte das religiosas terá sido o dos estratos intermédios do Terceiro Estado. Encontramos religiosas descendentes de uma burguesia urbana de pequenos funcionários, mercadores e oficiais mecânicos, que são exemplos mais evidentes Soror Vitória de Jesus (**Anexo II- 1.1: 99**), filha do licenciado Nicolau de Miranda, físico do convento, ou Soror Inês da Rosa (**Anexo II- 1.1: 148**), filha de Inácio Ribeiro, escrivão contratado pelo convento para elaborar o seu tombo, ou mesmo Soror Maria de Alvarenga (**Anexo II- 1.1: 48**), tendo em conta que os Alvarengas constituíram uma família de mercadores e oficiais mecânicos com forte expressão em Leiria, nos séculos XVI e XVII.¹⁸⁵

Abundante e evidente nas fontes consultadas é a ligação familiar de religiosas ao clero regular de Santana e ao clero secular, grupo que se cruza com o das famílias de origem aristocrática. Encontramos, assim, religiosas que se juntam a irmãs no convento (**Anexo II- 1.1: 52, 55, 67, 100, 101, 109, 178, 188, 207, 217, 219, 233, 234, 265, 293, 301, 303**), religiosas, que, além desta ligação familiar, têm parentes do clero secular (**Anexo II- 1.1: 139, 141, 142, 143, 144, 239, 241, 242, 283, 284**), e as religiosas que somente aparentam ter laços com os últimos, que muitas vezes são parte activa no ingresso e dotação de irmãs e sobrinhas (**Anexo II- 1.1: 112, 200, 221, 249, 268, 275**).

Além de eventual solução social para filhas segundas afastadas das redes matrimoniais, o ingresso no Convento de Santana pode ter tido outras motivações relacionadas com a ausência de tutela como a viuvez (**Anexo II- 1.1: 1, 11, 241**) e a orfandade (**Anexo II- 1.1: 97, 124, 137, 142, 176, 199, 246, 248, 255, 297**).

Sobre o ingresso das religiosas encontramos algumas informações dispersas sobre as diferentes escrituras de dote analisadas. Tratava-se de um processo que começava com um contacto mais ou menos formal entre a candidata e /ou os seus

¹⁸⁴ GOMES (2009), p. 20; WAGNER (2007)

¹⁸⁵ POUSÃO-SMITH (2008), p. 154, 186, 244

dotadores. Encontrando-se “ajustados e contratados”¹⁸⁶ com a comunidade, e havendo lugar vago, dentro no “numerário e extranumerario”¹⁸⁷ a candidatura era submetida às “diligências de puritate sanguinis et de moribus et vitta”¹⁸⁸ para averiguar se as candidatas reuniam as qualidades necessárias (**Anexo VIII- 2.8: 26**) e, se este for favorável, ao sufrágio secreto em capítulo conventual. Entre outras, uma das qualidades exigida era ser-se cristã-velha¹⁸⁹, no entanto, cristãs-novas, como as irmãs Clara e Violante Cassoa (**Anexo II- 1.1: 52, 55**) conseguem aceder a Santana, fenómeno que não é exclusivo da casa¹⁹⁰ e que evidencia como, por vezes, factores de ordem secular, como o prestígio social e poder económico, sobrepõe-se à *Regra*.

Depois de sufragada e avaliada favoravelmente, a candidata submetia-se a um pedido escrito de autorização para o seu ingresso, dirigido ao Provincial da Ordem, após cuja deferência se passava à escritura de dote que é lavrada, geralmente, na casa da grade do convento, na presença dos dotadores, do notário, das religiosas e dos padres representantes do convento. O dote, as propinas, o seu valor e forma de pagamento, bem como o enxoval era uma das condições contratualizadas (**Anexo III- 2**)¹⁹¹. Das restantes fases do processo desde a escritura de dote até ao dia da profissão, não possuímos qualquer evidência documental. As candidatas passariam ao noviciado, que durava, no mínimo, um ano, sendo este um período de experimentação e de aprendizagem. Testavam a sua vocação para a vida religiosa e os seus rigores sob a autoridade e vigilância de uma *mestra de noviças*, como Soror Estefânia de São José (**Anexo II- 2.9**), que as instruíam nos preceitos da religião, da regra e constituições da sua ordem e dos votos que deve professar. Despojar-se-á de trajes seculares, usará o véu

¹⁸⁶ A título de exemplo: ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v, 17/8/1726

¹⁸⁷ ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v, 02/10/1663

¹⁸⁸ ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 146v-148, 08/04/1633

¹⁸⁹ Segundo as determinações do Concílio de Trento (1545-1563), a idade mínima para admitir uma candidata como noviça é de 12 anos, sendo que a profissão não poderia ocorrer antes dos 16, o que fazia, com que, nesses casos, o noviciado se prolongasse mais do ano estipulado, até que atingisse a idade legal. A candidata devia, ainda, possuir qualidades de *limpeza de sangue*, ou seja, não possuir ascendência judaica ou muçulmana, ser solteira ou viúva, ser virtuosa e de bons costumes, ser saudável, se casada, separada do marido por consentimento da Igreja, e não ser escrava cativa. Veja-se ARAÚJO (2005), p. 115; PAIVA (2000), p. 205; Concílio de Trento, Sessão XXV (3/12/1563-4/12/1563), decreto “Dos regulares e freiras”, capítulos XV “Não se faça profissão se não passado o ano da provação e completos os 16 anos de idade” e capítulo XVII “A donzela que tiver mais de doze anos, querendo tomar o hábito regular, seja examinada pelo ordinário, e segunda antes da profissão”, publicados em CASTRO (1946), p. 345-347; REGRA (1611), p. 29-29v

¹⁹⁰ FERNANDES (1992), p. 40; OLIVAL, MONTEIRO (2003), p. 1222; PAIVA (2000), p. 205.

¹⁹¹ Veja-se ponto 2.4.4

branco durante este tempo habitará a *noviciaria*.¹⁹² Aos dez meses de noviciado, a noviça apresenta-se a um exame efectuado por um prelado diocesano no sentido de apurar a sua aptidão para a profissão, inquirindo-a sobre dados pessoais e conteúdos da experiência e formação a que foi submetida.¹⁹³ Por essa altura, conforme as escrituras de dote analisadas, pagavam-se os últimos valores de dote e propinas. No dia da profissão, em cerimónia específica, entre cânticos e orações, toma o véu preto, e professa os votos perpétuos: *obediência, castidade e pobreza*.¹⁹⁴

Em qualquer ordem religiosa, a comunidade conventual organiza-se sob uma hierarquia interna que compreende diferentes categorias de religiosas e os cargos de gestão da casa. Segundo as escrituras de dote, distinguem-se a religiosa professa do coro, a religiosa conversa, a religiosa leiga e a religiosa da terceira ordem (**Anexo III-2**). As religiosas do Coro ocupam uma posição superior face às restantes, tendo acesso exclusivo ao Coro, obrigando-se à estrita observância da regra, uso do hábito com véu preto e a exclusividade no acesso aos cargos de direcção. O valor do seu dote é, por norma, superior. As restantes deveriam ser aceites em número moderado e eram consideradas subalternas, que serviam as primeiras nos ofícios.¹⁹⁵ Os cargos de gestão da casa, implicam tarefas como a direcção geral do convento e tomada de decisões, de administração, de apoio litúrgico, de ensino, e ainda dos diferentes ofícios. Os principais cargos e suas atribuições encontram-se definidos das *Regras e Constituições* das respectivas ordens religiosas¹⁹⁶. Os cargos são rotativos, eleitos em capítulo conventual e atribuídos, em princípio, às mais experientes e virtuosas freiras, as chamadas *discretas*.

A documentação disponível para o convento de Santana não nos forneceu a grande variedade de cargos que encontramos noutras casas conventuais coevas.¹⁹⁷ Os autógrafos seguidos da indicação do cargo da religiosa, constantes em escrituras do fundo do Cartório Notarial de Leiria, foram os dados que mais contribuíram. Em menor

¹⁹² REGRA (1611), p. 30; SÁ (2011), p. 278

¹⁹³ Concílio de Trento, Sessão XXV (03/12/1563 - 04/12/1563), decreto “Dos regulares e freiras”, capítulo XVII “A donzela que tiver mais de doze anos, querendo tomar o hábito regular, seja examinada pelo ordinário, e segunda antes da profissão”, publicado em CASTRO (1946), p. 347. Destes exames resultam breves documentos designados por *Exames de freiras* ou *Perguntas de freiras* que constam dos arquivos diocesanos.

¹⁹⁴ REGRA (1611), p. 55-84

¹⁹⁵ REGRA, (1611), p. 30v; SÁ (2011), p.289

¹⁹⁶ REGRA (1611)

¹⁹⁷ O Mosteiro de Cós - SOUSA, GOMES (1998); o Convento de Santa Clara do Porto - FERNANDES (1992)

escala, as escrituras do Cartório do Convento de Santana, e as indicações constantes da literatura hagiográfica citada. Os cargos identificados são os de *Prioressa*, Subprioressa, Vigária, Governadora, Depositária, Escrivã, Celeireira, Dispenseira, Procuradeira, Mestra de Noviças, Porteira e Rodeira (**Anexo II- 2**). Segundo acta de eleição da Prioressa 1840, que deve dar continuidade a uma tradição antiga e definida nas *Regras e Constituições*¹⁹⁸, aquela era escolhida depois três dias de oração e confissão, em cerimónia assistida pelos frades tutores, no papel de presidente e dois escrivães, em que se reunia toda a comunidade de freiras do coro, colocando cada uma o nome da religiosa votada em papel dobrado. Os nomes eram apontados em pauta, e, naturalmente, a que tivesse o maior número de votos era a eleita.¹⁹⁹

2.3.2- Recolhidas

Depois das religiosas, a comunidade de recolhidas seria o maior grupo populacional, tendo em conta a informação recolhida das fontes, que são constituídas quase exclusivamente por escrituras do Cartório Notarial de Leiria relativas à gestão dos seus bens pessoais. Devido à natureza da documentação, possuímos apenas evidências muito pontuais, num total de apenas 40 indivíduos, distribuídos entre o ano 1628 e 1806, (**Anexo II- 1.2**). O número total de recolhidas registadas por ano, não ultrapassa os 4 indivíduos identificados em 1793 (**Anexo III- 1**).

Parte das motivações que levam uma mulher nesta época a recolher-se num convento é partilhada com aquelas que vão mais além e acabam por tomar o hábito. A alternativa a uma situação de ausência de tutela masculina, por orfandade, viuvez ou celibato, seria uma motivação muito comum. Por vezes, até mesmo as casadas recolhem-se temporariamente em conventos quando os maridos se encontram ausentes e procuram deixar as esposas em locais seguros, fenómeno que a Expansão Ultramarina potenciou. Encontravam nestas instituições, uma forma de resolver uma situação de desamparo, procurando um tecto, assistência, protecção, a garantia de uma vida moralmente aceite entre a sociedade, ou até mesmo uma sepultura para o corpo e a salvação eterna da alma.²⁰⁰ Algumas recolhidas do Convento de Santana procuraram protecção na vida e na morte, chegando mesmo a doar bens mais ou menos valiosos, consoante a origem socioeconómica (**Anexo II- 1.2: 19, 21, 28**). Por vezes, as

¹⁹⁸ REGRA (1611), p. 41-42v

¹⁹⁹ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Actas, Doc 1, *Eleição da Prelada*, 06/11/1840

²⁰⁰ SÁ (2011), p. 88-89

recolhidas chegam mesmo a professar e a integrar a comunidade de religiosas. Meninas muito novas ainda sem idade para iniciar o noviciado permanecem no convento até aos 15 anos como pupilas, já com o intento de uma profissão futura (**Anexo II- 1.2: 5, 7, 11, 14**). Algumas são familiares de religiosas professoras (**Anexo II- 1.2: 1, 13, 26**). Há também casos de recolhidas que, na verdade, são criadas com um estatuto superior, quase como que camareiras, que prestam serviço particular a religiosas (**Anexo II- 1.2, 4**) ou mesmo a outras recolhidas de superior poder económico (**Anexo II- 1.2: 4, 17**). No caso desta última, o recolhimento pode ter tido motivações de ordem moral, na sequência de um episódio de solicitação por parte de um padre, quando estava noiva.

O que domina as notas biográficas da grande maioria das recolhidas do Convento de Santana é a gestão do seu património pessoal, aspecto que permitiu que a sua existência tivesse registo fora do cartório do convento e chegasse até nós. A imagem genérica que se destaca é a de mulheres das elites burguesia urbana e rural, detentoras de propriedades fundiárias, muitas delas adquiridas por heranças que é preciso reclamar. São possuidoras de capitais que são postos a render sob a forma de juros. Se os juros, permitem a recepção quantias extraordinárias de dinheiro, a compra de foros a retro aberto permite a de géneros alimentares cerealíferos. Era essencial para uma recolhida manter estes rendimentos fixos, pois era a própria quem provia à sua subsistência dentro do convento. Bárbara Joaquina do Sacramento (**Anexo II- 1.2: 38**), que entre 1785 e 1806 empresta 779 mil reis, aparenta ser uma das mais abastadas recolhidas.

2.3.3- Serviçais

Entre 1498 e 1799, foi identificado um total 49 indivíduos, de que fazem parte 9 escravas, 16 criadas e 24 criados e outros serviçais masculinos (**Anexo II- 1.3**), em referências cronológicas muito pontuais. A proporção dos indivíduos aqui representada, com uma maioria de criados, não reflecte a realidade, acreditando-se que o número de criadas, entre comuns e particulares, fosse, de longe o mais abundante.²⁰¹

Em 1825, um mapa de contas documenta a existência de duas grandes categorias de criadas ao serviço no espaço conventual de Santana: as *criadas de dentro* e as *criadas de fora*.²⁰² Esta divisão, vigente desde os séculos anteriores e comum a tantas

²⁰¹ Em 1765, contam-se 228 criadas na comarca de Leiria, distribuídas pelos três conventos femininos, o que, à semelhança das religiosas, dá uma média muito superior aos números obtidos. Veja-se FERRO (1995), p. 137

²⁰² ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Contas, Doc. 8, 1825

outras casas, distingue, respectivamente, neste contexto específico, as criadas afectas ao espaço interior da clausura, das que servem nos diferentes espaços exteriores.

As *criadas de dentro*, por sua vez, dividiam-se entre aquelas que serviam colectivamente a comunidade, como as referidas nesse mapa de contas, e as do serviço particular de religiosas e recolhidas. As primeiras eram pagas com os recursos económicos comuns e serviriam um pouco por todas as áreas funcionais do espaço interior da clausura, em especial as dependências de carácter utilitário. As criadas particulares serviam no espaço da clausura e tinham o estatuto especial de educandas²⁰³ e outras entravam como recolhidas, conforme já referido. A sua admissão carecia previamente de aprovação em capítulo conventual, por votos secretos da comunidade²⁰⁴, seguida da autorização conferida pelo Bispado²⁰⁵ e Provincial da Ordem²⁰⁶ e exigia-se honestidade e decência na conduta e na indumentária.²⁰⁷ Estas serviçais privadas podiam estar afectas a uma única senhora, (**Anexo II- 1.2: 4; 1.3.1: 5, 16**) ou estar sob a alçada de duas senhoras da mesma família (**Anexo II- 1.3.1: 6, 7**). Se o serviço era particular, também era a responsabilidade do sustento das criadas. Estas seriam pagas pelos próprios meios das religiosas ou dos familiares que as ajudassem²⁰⁸ (**Anexo II- 1.1: 199**). Para além da assistência na doença, estas criadas acompanhavam as religiosas e recolhidas em outros aspectos do seu quotidiano, tendo função semelhante a camareiras, para que “*servão em / suas necessidades dentro da clausura*”²⁰⁹. As *criadas de fora*, distribuir-se-iam pelas diferentes áreas exteriores à clausura e na cerca, exercendo funções junto dos criados, como o cultivo das hortas e jardins da cerca e o serviço nas diversas dependências utilitárias externas, como a portaria (**Anexo II- 1.3.1: 4**). Frei Lucas de Santa Catarina (1670-1740) deixa-nos, ainda, um testemunho de três criadas exemplares, envolto em imaginário de piedade barroca, que contribui para as mais ricas notas biográficas do conjunto (**Anexo II- 1.3.1: 1, 2, 3**).

No conjunto dos serviçais, as escravas constituem o grupo de que se possui o menor número de referências, contabilizadas em apenas 9, número muito longe de corresponder à realidade. A sua presença na casa remonta à época da fundação, tendo trazido Dona Catarina de Castro (**Anexo II- 1.1: 1**) três das suas escravas pessoais para

²⁰³ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1, fl. 11-11v

²⁰⁴ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Certidões, Doc. 1, 05/09/1786

²⁰⁵ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1, fl. 11-11v

²⁰⁶ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl.1

²⁰⁷ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1, 28/09/1786, fl. 10v

²⁰⁸ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1, 25/09/1786, fl. 7v

²⁰⁹ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1, 25/09/1786, fl. 7v

sua companhia e serviço, e que, apesar do muito amor que a ama lhes tinha, tratavam-se de propriedade sua, que, como a restante, ficou, por sua morte, para a comunidade. E é com estatuto de mera propriedade familiar, sem direito a apelido ou a segundo nome, que vamos encontrar as restantes seis referências a escravas, que entraram para serviço particular e que depois ficariam para a comunidade (**Anexo II- 1.3.2: 4, 5, 6, 7, 8, 9**).

A referência mais antiga à presença de criados e outros serviçais masculinos encontra-se nos privilégios dados por D. Manuel a um carpinteiro e um pedreiro que trabalhassem nas suas obras, logo em 1498, repetindo-se os mesmos por mais quatro pessoas em 1500, sendo ambos confirmados em 1529 por D. João III, e, ainda, os oficiais e carreiros de que a Priora podia dispor sempre que precisasse, para semelhante efeito de obras, desde 1515, com confirmação de 1529 (**Anexo III- 7: 2, 9**).

De carácter mais permanente e com funções mais genéricas terão sido os “criados da casa do convento”, (**Anexo II- 1.3.3: 1, 19**) bem como toda uma série de homens referidos apenas como “criados” (**Anexo II- 1.3.3: 3, 4, 5, 7, 9**). Os criados masculinos estariam, sobretudo, afectos a funções de carácter agro-pecuário. Em 1825, o já citado mapa de contas faz referência a um criado da cerca²¹⁰, que poderia ter funções de manutenção semelhantes aos hortelãos, detectados nos séculos XVII e XVIII (**Anexo II- 1.3.3: 11, 12, 15, 18**). A par destes, há referências a azeméis (**Anexo II- 1.3.3: 8, 14, 20, 21, 24**) e, ainda, carreiros (**Anexo II- 1.3.3: 13, 16**). Uma outra categoria de criados que encontramos são os que prestam apoio aos padres que tutelam o convento (**Anexo II- 1.3.3: 2, 6, 10, 22**). Na sua grande maioria, estes criados surgem na documentação apenas como testemunhas de contratos, o que faz com que tenhamos notas biográficas muito lacónicas.

2.3.4- Tutela masculina

A tutela do Convento de Santana de Leiria era assegurada pelo dominicano Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, que delegava poderes em vigários, pregadores capelães e procuradores, os únicos cargos que identificámos ao longo da série documental. O cargo de sacristão é ocupado por leigos e clérigos do hábito de São Pedro. Além das funções específicas de cada cargo, estes frades e padres estavam presentes em momentos chave da vida económica e social do convento, figurando em contratos como representantes ou simplesmente como testemunhas. A representação de

²¹⁰ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Contas, Doc. 8, 1825

que dispomos, invariavelmente, não corresponde à realidade, uma vez que os clérigos mais antigos surgem apenas a partir de 1582, figurando, de forma descontínua, até 1811 (**Anexo III- 1**). Totalizando-se em 68 indivíduos, a distribuição quantitativa por cargos é a seguinte: 40 vigários, 13 capelães, 11 procuradores e 4 sacristães (**Anexo II- 1.4**). Além de fornecer escassos dados para contagem, a natureza das fontes, tirando um ou outro caso excepcional, não permitiu elaborar a mínima nota biográfica.

Os Vigários são os superiores máximos desta tutela masculina. Trata-se do grupo com maior representação, com 40 indivíduos identificados entre 1602 e 1807 (**Anexo II- 1.4.1**), o que se deverá ao leque alargado das suas responsabilidades, cabendo aos mesmos a administração geral do convento. Acumulavam frequentemente o cargo com o de pregadores gerais e confessores, adquirindo, assim, funções de tutela espiritual. Permaneciam no convento por períodos mais ou menos alongados, como sugere a referência a Frei Francisco de Melo (**Anexo II- 1.4.1: 24**), como assistente na hospedaria. A permanência prolongada no convento e uma proximidade mais íntima com as religiosas, pela sua ocupação de confessor, envolveu o mesmo religioso num caso de solicitação em 1731. Segundo a vítima que o denunciou ao Santo Ofício, Soror Clemência Maria da Soledade (**Anexo II- 1.1: 212**), aquele pretendia um contacto mais íntimo com a religiosa, confessando o desejo de encontros e trocas de bilhetes.

Os capelães constituíam as segundas figuras na hierarquia da tutela masculina. De função mais direccionada para o amparo espiritual e administração de igreja e capelas, era possível que também coubesse ao capelão a celebração de missas na igreja conventual. No Convento de Santana é muito comum a acumulação deste cargo com o de Procurador Geral, o que justifica a sua presença na celebração de contratos. Estes são os representantes do convento para efeito de aspectos da sua administração envolvendo entidades externas, o que assume especial importância, quando os contratos têm lugar fora do convento e as religiosas, por mercê do seu voto de clausura, não podem comparecer. Nos contratos que envolviam religiosas a título individual ou recolhidas, o capelão procurador também assumia o papel de intermediário. As transferências directas de dinheiro que tinham lugar em contratos como os de dote ou de empréstimo de capitais a juro, passavam pelas mãos deste religioso, através do qual o convento recebia ou entregava a quantia. Os 13 indivíduos identificados distribuem-se de forma muito pontual entre o ano de 1650 e 1803, destacando-se o serviço de Frei Manuel da Piedade (**Anexo II- 1.4.2: 13**), entre 1779 e 1803, o mais longo da história da casa, de acordo

com os dados de que dispomos. Entre 1582 e 1811, são referidos apenas 11 indivíduos com exclusiva função de Procuradores Gerais (**Anexo II- 1.4.3**), podendo alguns deles ter acumulado o cargo com o de Capelão, realidade de que não temos evidência. As suas funções são aquelas que já enunciamos relativamente a esses religiosos com os dois cargos.

Os sacristães são o grupo menos representado, contabilizando-se em apenas 4 indivíduos, entre 1684 e 1786 (**Anexo II- 1.4.4**). O cargo foi ocupado por leigos, mas também por clérigos seculares. Afecto à igreja do convento, auxiliando o capelão, o sacristão habitava nas casas da vigararia, sendo servido por um moço da sacristia. A sua presença é-nos dada a conhecer pelo seu papel de testemunhas em contratos, muito em especial nos que envolvem recolhidas.

2.4- A economia conventual

A documentação relativa à economia do Convento de Santana é a mais abundante entre os acervos consultados, muito em especial, o do Cartório Notarial de Leiria, a que se junta o fundo próprio da casa conventual, as Chancelarias Régias e Corpo Cronológico²¹¹. Consultaram-se todas as escrituras de aforamento, dotes, juros, foros a retro aberto, doações e procurações, anteriores a 1810, ou com informação relativa a períodos anteriores, bem como as entradas em listagens de fontes de rendimento e respectivos devedores que inequivocamente correspondem a contratos anteriores a essa baliza cronológica, e, ainda, as mercês régias. A informação coligida (**Anexos III- 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8**) serviu de base para o ensaio de caracterização muito breve que se segue, com o objectivo de apresentar as diferentes fontes de rendimento da comunidade.²¹² Na economia desta casa, reconhece-se, assim, o clássico modelo rentista monástico feminino²¹³, sobrevivendo da interacção com o mundo secular, no seu contexto regional.

²¹¹ Os dois primeiros no Arquivo Distrital de Leiria e os seguintes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

²¹² Apesar de limitada e longe de representar uma realidade de mais de três séculos de existência, devido à disponibilidade das fontes, a informação recolhida permitiria um ensaio mais exaustivo sobre a vida económica da comunidade, de carácter estatístico, com análises comparativas de rendimentos e aferições de ritmos e tendências evolutivas, seguindo-se o modelo do importante estudo de Saul António Gomes sobre os rendimentos agrícolas desta mesma casa no século XIX, mas tal ultrapassa os objectivos definidos para este trabalho. Veja-se GOMES (1991a), p. 223-265.

²¹³ Semelhante ao que encontramos em monografias como GOMES (1995), p. 61-87

2.4.1- Exploração dominial de propriedades

Situado num pequeno centro urbano profundamente marcado pela ruralidade envolvente, o Convento de Santana de Leiria, tinha como importante fonte de rendimento, se não a principal, a exploração indirecta das suas propriedades agrícolas (**Anexo III- 3**), cujas tipologias e produtividade reflectem a economia agropecuária dominante da região durante a Idade Moderna²¹⁴. Estas distribuíam-se eminentemente no termo de Leiria, mas também no de concelhos limítrofes como a Batalha, Ourém, Porto de Mós e Pombal, segundo a divisão administrativa actual. Desconhecemos qual a origem da incorporação destes bens na propriedade do convento, tendo apenas notícia de alguns exemplos de doações (**Anexo II- 1.1: 139; Anexo III- 8: 1, 2, 5**).

As diferentes tipologias de propriedades agrícolas mencionadas remetem para explorações de diferentes dimensões, desde a simples unidade, como a *terra*, *chão*, *talho*, *sorte*, *pousio*, *testado*, *olhalva*, *arneiro*, *serradinho/a*, *serrado/a*, *chouso*, passando pelos moinhos, até às propriedades mais complexas como o *casal* ou a *quinta*, que além dos terrenos agrícolas, possuíam estruturas de habitação e produção como as casas, lagares, fornos, eiras, currais. Os foreiros poderiam explorar uma única parcela, ou um conjunto que poderia fazer parte, ou não, da mesma unidade funcional. O olival, a vinha, o cereal (*terras de pão*), o pomar, o mato, o pinhal, o carvalhal, o baldio constituem os tipos de ocupação dos terrenos mencionados, que, necessariamente, têm expressão nos foros pagos ao convento. Exceptuando alguns casos pontuais identificados de foros em dinheiro, os pagamentos eram em géneros entregues no celeiro do convento, com grande destaque para o trigo e azeite, o que terá valido o comentário de Frei Luís de Sousa (1555-1632) em 1626: “*de trigo, e azeite tem boa quantidade.*”²¹⁵ Além destes, registam-se os rendimentos de milho, a cevada, a palha, o feijão, as galinhas, os carneiros e os porcos.

Os pagamentos tinham periodicidade anual e eram marcados pelas festas do calendário religioso, sendo 15 de Agosto, dia de Nossa Senhora, o mais comum, seguindo-se 25 de Dezembro, dia de Natal e 1 de Novembro, dia de Todos os Santos, ou ainda a Páscoa. A forma de exploração indirecta mais comum é o emprazamento a três

²¹⁴ POUSÃO-SMITH (2008), p. 289-337; GOMES (2009), p. 38-56

²¹⁵ SOUSA (1866), p. 482

vidas²¹⁶, havendo também registo de um caso de aluguer por 9 anos e outro de enfiteuse perpétua.

2.4.2- Protecção régia

Desde a sua fundação, o Convento de Santana beneficiou da protecção régia, que, entre outros aspectos, contemplou a subsidiação da casa em dinheiro e géneros.²¹⁷ Os privilégios reais mais expressivos foram dados entre os séculos XV e XVI, e correspondem, essencialmente, ao período inicial da vida da casa, época de organização interna e de conquista de um estatuto social elevado, concentrando-se, na sua maioria, no reinado de D. Manuel, com a confirmação de D. João III, e, mais residualmente, D. Sebastião e D. Filipe I, seguindo-se os privilégios dados pelo segundo monarca referido e pela sua consorte D. Catarina. A partir de 1514, o convento passa a receber anualmente 1% dos rendimentos das sisas dos almoxarifados de Leiria e Óbidos. O valor era variável em cada ano e seria recebido trimestralmente durante toda a vida do convento, tendo sido o privilégio confirmado por diversos monarcas (**Anexo III- 7: 8**). Houve também doações pontuais de quantias para aplicações muito específicas: D. Manuel oferece 30 mil reis para reparos do convento em 1518 (**Anexo III- 7: 10**) e D. Catarina, oferece 2 mil reis para fruta seca, em 1550 e 1552, e 6 mil reis para linho, em 1557 (**Anexo III- 7: 15, 16**). Além de doações pontuais de trigo (**Anexo III- 7: 7, 13**) no século XVI, fez-se mercê de três moios de trigo, pagos das rendas do Cardeal D. Afonso no tempo de D. Manuel, que, a partir de D. João III, passam a ser pagos no Almoxarifado das Lezírias de Vila Franca, e, com D. José I, no Almoxarifado da Malveira (**Anexo III- 7: 11**). A partir de 1782, o convento passou a receber anualmente especiarias provenientes dos rendimentos da Casa da Índia (**Anexo III- 7: 24**).

As listagens do início do século XIX deram, ainda, conta de outros rendimentos anuais provenientes de instituições régias, tais como os 45 600 reis pagos da Esmolaria-Mor, os 6520 reis da Obra Pia para uma arroba de cera, de cuja origem não encontrámos referência.²¹⁸

²¹⁶ A exploração directa da propriedade ficava nas mãos de uma família durante três gerações, sendo as condições estabelecidas no contrato do primeiro foreiro, o que não invalida posteriores alterações, nomeadamente do valor do foro, mediante nova contratualização. Por vezes os foreiros desistem dos prazos ou trespassam-nos, vendendo o direito à exploração a terceiros, ou nomeiam outros sucessores, que não os de linha directa, dando lugar a novos contratos e a renovações de prazos. (**Anexo III- 3**)

²¹⁷ O quadro da protecção régia dada a Santana foi estudado por BRAGA; BRAGA (1995), p. 379-387

²¹⁸ ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc.4, fl.4-5, 1817

2.4.3- Patrocinadores

A economia da casa contou com o contributo de patrocinadores, na pessoa de religiosas, seus dotadores, recolhidas e, ainda, a Casa do Infantado, que beneficiaram o convento com propriedades fundiárias e somas em dinheiro.

Neste contexto, a fundadora, D. Catarina de Castro, tem um papel muito específico, pois é ela quem dota o convento das primeiras propriedades, ao comprar o terreno onde aquele se implantou, financiando a sua construção. Do seu testamento constam todos os seus bens, como a Quinta da Barrosa, em Pombal, uma vinha, terras e olivais, como legados pios (**Anexo II- 1.1: 1**). Os legados pios, que abordamos em **2.5.1**, são uma das mais importantes formas de patrocínio da Casa. Isabel de Lemos²¹⁹, seguiu o exemplo da fundadora, doando todos os bens e propriedades agrícolas, florestais, casas e moinhos (**Anexo III- 8: 2**). A Duquesa de Caminha, D. Isabel de Lencastre (†1626), a mais importante patrocinadora, dota o convento de rendimentos anuais sob a forma de padrões de juro de 61 125 reis, na Alfândega de Lisboa, 320 000 reis no Almojarifado de Leiria e 832 413 reis pagos da Casa dos Vinhos, Casa da Portagem, Casa das Carnes, Casa do Pescado de Lisboa. Estes valores viriam a receber cortes logo após a sua morte, por arrematação de D. Pedro de Lencastre, ou por iniciativa régia (**Anexo III- 7: 18 – 20; Anexo III- 8: 4**). Os padrões de juro, pagos dos rendimentos de instituições afectas à Fazenda Real, foram modalidades de rendimento fixo anual, comumente doadas, quer por religiosas (**Anexo III- 7: 12; 14**), quer por dotadores, por conta dos dotes destas (**Anexo II- 1.1: 301, 303**), cujos valores foram sendo confirmados ou reduzidos pelos monarcas.

O padroado da Casa do Infantado surge apenas em 1712, na sequência de petição das religiosas, instituindo-se o Infante D. Francisco (1691-1742) como padroeiro. O patrocínio constituía em 126 mil reis e 75 alqueires de trigo anuais, tudo pago do Almojarifado de Leiria, para benefício de dois lugares perpétuos de religiosas (**Anexo VIII- 2.9: 25**).

²¹⁹ A possível dona do terreno comprado por D. Catarina para a edificação do convento (**Anexo II- 1.1: 1**) e membro da elite quinhentista leiriense, casada com Lopo Peixoto. É possível que este casal seja o mesmo que refere o Padre António Carvalho da Costa (1560-1715) em *Corografia Portuguesa* (1712), ao discorrer sobre antigas elites leirienses: Isabel de Lemos seria filha de Diogo Dias Preto e de Catarina de Lemos e neta de Pedro de Lemos, fidalgo da casa do Infante D. Pedro (1429-1466), foi dama de D. Isabel, mulher do mesmo infante e “*casou com Lopo Peyxoto, cevadeiro mór del-Rey. D. Affonso, o Quinto.*” - GOMES (2009), p.30

2.4.4- Dotes e propinas

Os dotes e propinas entregues aquando do ingresso das religiosas são uma importante parte dos capitais que alimentam a economia conventual. Ao mesmo tempo, o seu valor constitui um expressivo indicador socioeconómico da comunidade.

Entre 1602 e 1781²²⁰, verificamos que valor do dote ordinário para uma freira do coro, evoluiu de 300 mil reis para 600 mil reis (**Anexo III- 2**), existindo, no entanto, excepções muito pontuais de 800 mil e de 1 200 mil reis (**Anexo II- 1.1: 237, 297**) para religiosas que tiveram benefícios muito especiais por parte dos dotadores, que procuram assegurar-lhes rendimentos complementares. A nível nacional, os valores médios dos dotes ordinários, entre fins do século XVI e fins do século XVIII, situavam-se entre os 400 000 reis e os 800 000 reis.²²¹ O convento de Santana ocupava, assim, uma posição mediana face a esses valores, o que seria de esperar de uma casa vocacionada para a elite regional e não para a Grande Nobreza, conforme já explicitado em **2.3.1**.

Além do dote, eram pagas as propinas e uma pensão de alimentos para o ano de noviciado, valores que raramente nos aparecem estipulados nos contratos, onde abunda a expressão “*propinas costumadas*” e “*alimentos ordinarios*”. Era, ainda, exigido que as noviças trouxessem um enxoval previamente estipulado de que fazia parte *cama pera a enfermaria e a sera custumada como hera uso*²²², *emxoval e vestidos na forma que se cuz/tumam dar a simelhantes pesoas*.²²³ Em substituição destes bens, podia pagar-se o seu valor em dinheiro. Os valores, quer de propinas, quer do enxoval, podiam ter variações, a curto prazo. No contrato de dote de Soror Maria da Nazaré (**Anexo II- 1.1: 88**), em 1628, referem-se 5 mil reis para o jantar da entrada, 20 alqueires de trigo para os alimentos do ano de noviciado, 10 mil reis ao receber o hábito, 10 mil reis para o jantar da profissão, 6 mil reis para duas arroba de cera e 6 mil reis para uma cama e

²²⁰ Intervalo cronológico dos contratos de dote disponíveis.

²²¹ No convento de Nossa Senhora da Conceição em Braga, o valor do dote evoluiu, ao longo do século XVII, dos 300 000 reis, para os 400 000 reis, conforme ARAÚJO (2005), p. 129. A evolução dos valores do dote ordinário em Cós é a seguinte: meados do século XVII, 200 000 reis; final do século XVII, 400 000 reis; 1699, 500 000 reis; entre 1702 e 1722, 600 000 reis; entre 1728 e 1749, 700 000 reis; em 1750-final do século XVIII 800 000 reis. Ver SOUSA, GOMES (1998), p.114. No convento carmelita de S. João Evangelista de Aveiro, conforme AMORIM (2006), p.704: 400 000 reis até ao fim do século XVII, 600 000 até à década de 1740, 800 000 reis durante esta e 1 000 000 até 1763. No Convento da Encarnação do Funchal, os valores registados entre 1660 e 1750 variam entre os 400 000 e 800 000 reis. Ver GOMES (1995), p.29

Em meados do século XVIII, no Convento de Santa Clara do Porto, o valor poderia ascender a 1 250 000 reis, sendo um dos conventos mais caros e mais selectos do Reino. Ver FERNANDES (1992), p. 39.

²²² ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v, 03/01/1725

²²³ ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-12, fl. 63-64v, 17/04/1747

roupa para a enfermaria. Pela entrada de Soror Catarina Raposa, logo em 1633, (**Anexo II- 1.1: 113**), pagam-se valores um pouco diferentes: 10 mil reis para o jantar das freiras, 10 mil reis para a cama da enfermaria, uma arroba de cera ou 3200 reis por ela 40 alqueires de trigo ou 8 mil reis por eles e, ainda, 10 mil reis para alimentos. Os valores pagos por Soror Josefa Maria da Silva (**Anexo II- 1.1: 137**), em 1658, são um pouco superiores: 20 mil reis da propina do jantar da entrada, 10 mil reis para a cama da enfermaria, 40 mil reis para a propina do jantar do dia da profissão e duas arrobas de cera, por altura da profissão, 40 alqueires de trigo e 10 mil reis para os alimentos do ano de noviciado.

2.4.5- Rendimentos de capital a juros e pedidos de empréstimo

O convento funcionou como instituição de crédito, rentabilizando capitais, mediante o pagamento de juros anuais. A evidência deste fenómeno, comum a tantas outras casas conventuais femininas²²⁴, surge a partir do século XVII, e no último quartel do século XVIII, o mesmo encontra-se bastante documentado, por mercê dos róis de dívidas do século XIX. O capital investido, o “*próprio*”, podia ser pertença da comunidade, ou de uma religiosa a título individual, tirado do seu dote ou de fortuna pessoal. Os rendimentos, ou “*reditos*”, eram calculados a uma taxa de juro sobre o capital emprestado e seriam pagos anualmente até ao distrate da dívida. Para garantia do credor, o devedor hipotecava bens imóveis. Os valores dos empréstimos são muito variados ao longo do período estudado, situando-se, entre os 12 000 e os 2 400 000 reis, sendo os valores mais altos pedidos por instituições como o Santa Casa da Misericórdia ou Mosteiro da Batalha. A partir do segundo quartel do século XVIII, não surgem valores de empréstimos tão altos, sendo os 30 000 mil reis a quantia emprestada mais comum. A grande maioria dos devedores são habitantes do termo de Leiria. As taxas de juros mantiveram-se entre os 5 e os 6,5%, sendo a primeira a mais frequentemente praticada pela comunidade e a segunda mais pelas religiosas, a título individual. Este tipo de operação financeira serviu para financiar dotes de noviças, na ausência de liquidez dos dotadores, que se obrigam a pagar o valor com os respectivos juros (**Anexo II- 1.1: 233; 234**), ou ainda para garantir o pagamento de tenças contratualizadas aquando do ingresso (**Anexo II- 1.1: 237; 239; 242**).

²²⁴ Veja-se o estudo específico sobre esta temática sobre o caso das Carmelitas de Aveiro em AMORIM (2006), p. 711-720

Num quadro crónico de dificuldades financeiras, com pouca abundância de capitais disponíveis²²⁵, a casa teve, por sua vez, necessidade de recorrer ao empréstimo. Com valores entre os 60 000 reis e os 400 000, e taxas de juro entre os 4,5 e os 5%, as ocorrências detectadas, situam-se, sobretudo, na primeira metade do século XVIII e os credores tratam-se de particulares abonados (**Anexo III- 5**).

2.4.6- Foros a retro aberto

Para compensar eventuais faltas de géneros, como o trigo ou o azeite, a comunidade recorria à aquisição de foros a retro aberto. A prática encontra-se apenas documentada no século XVII e início do século XVIII, desconhecendo-se se foi essa a efectiva tendência ou se as fontes são limitadas (**Anexo III- 6**). O *foro a retro aberto* consistia na aquisição do direito a receber anualmente uma quantidade fixa de um género agrícola. Mediante um único pagamento inicial, o vendedor e seus herdeiros obrigavam-se à entrega perpétua dos bens ao comprador, que por sua vez, transmitia o direito aos seus herdeiros. A designação *a retro aberto* advém do facto, de, a qualquer momento, se a quantia paga fosse devolvida, cessava a obrigação dos pagamentos fixos. Os foros a retro aberto foram, por vezes, parte do dote e propinas das religiosas, revertendo os seus direitos para o convento ou para as próprias (**Anexo II- 1.1: 97; 99; 126**).

2.4.7- A propriedade individual

Apesar do voto de pobreza e de todo o discurso normativo de proibição da posse de bens materiais, consubstanciado na *Regra* ou mesmo no Concílio de Trento²²⁶, as religiosas tinham o consentimento dos superiores para a posse de bens e rendimentos pessoais. Estes poderiam beneficiar a comunidade ainda em vida da religiosa, ou após a sua morte, ou beneficiar apenas a proprietária, como complemento do sustento comum, permitindo luxos como, por exemplo, a posse de criadas de particulares²²⁷, ou simplesmente sobreviver às dificuldades económicas da casa (**Anexo VIII- 2.2: 3, 4**).

A fundadora, D. Catarina de Castro é o maior exemplo de quem tem propriedade privada com que dota o convento, entre móveis e imóveis. São raros os casos de religiosas possuidoras de imóveis, como terras e olivais, e deles temos conhecimento

²²⁵ Ver pontos **2.1.3** e **2.1.4**.

²²⁶ REGRA (1611), p. 1,2; Concílio de Trento, Sessão XXV (03/12/1563 - 04/12/1563), decreto “Dos regulares e freiras”, Capítulo II, “Proíbe-se absolutamente aos regulares a propriedade”, publicado em CASTRO (1946), p. 337

²²⁷ Veja-se **2.3.3**

aquando da sua venda, no século XVIII, que teve motivações como a liquidação de dívidas ou favorecimento da casa (**Anexo II- 1.1: 178, 188, 207, 217, 219, 223**).

Os rendimentos fixos em capitais são a forma de propriedade privada mais documentada, e, certamente, a que seria mais comum. Recebidas sobre padrões de juro, réditos de empréstimos e dotes, entre outras aplicações financeiras, as tenças eram muitas vezes doadas pelos familiares “*para melhor compensasam do estado / de Relligioza*” e “*melhor se poder sustentar no dito mosteiro*” (**Anexo II- 1.1: 200**). Outros exemplos de religiosas com tenças, encontram-se em **Anexo II- 1.1: 17, 39, 83, 101, 146, 199, 217, 219, 221, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 246, 248, 251, 255, 293, 295, 301, 303**). Os capitais particulares podiam, ainda, ser aplicados na obtenção de rendimentos em géneros, como os foros a retro aberto de trigo e milho (**Anexo II- 1.1: 73, 88, 127, 134, 150, 162, 170**), ou rendimentos em dinheiro, como os empréstimos de capitais (**Anexo II- 1.1: 182, 190, 201, 215, 221, 232, 240**).

2.5- Amparo espiritual e assistência

2.5.1- Obrigações e legados pios

As obrigações e legados pios são os elementos centrais do papel de amparo espiritual dos conventos juntos dos fiéis, constituindo, ainda, uma importante forma de interacção entre as comunidades e o mundo secular. Pela salvação das suas almas, após a morte, os fiéis instituía capelas, pediam o sepultamento em solo conventual e o sufrágio das almas com missas, ofícios e orações, em troca dos quais se doavam mais ou menos generosas ofertas para satisfação destes encargos pios e patrocínio económico das casas monásticas²²⁸. No **Anexo III- 8**, apresentam-se os doadores de legados pios do Convento de Santana que foram possíveis identificar na documentação disponível. Trata-se de uma pequena amostra de uma realidade que se supõe mais vasta, mas que não deixa de ser representativa dos vários grupos socioeconómicos que patrocinaram o convento, desde a grande nobreza, com avultados legados, às camadas populares, com modestas ofertas, criando-se duradouros laços de pio clientelismo entre a comunidade de religiosas e o microcosmo social em que se integra.

A fundadora, D. Catarina de Castro, deixou toda a sua fazenda e bens, dotando o convento de importante propriedade móvel e de raiz, em troca da sepultura e sufrágio da

²²⁸ Veja-se o exemplo do Mosteiro de Cós em SOUSA; GOMES (1998), p.131-130

sua alma (**Anexo III- 8: 1**), exemplo seguido por Isabel de Lemos (**Anexo III- 8: 2**). D. Brites de Lencastre (†1623) e, sobretudo, D. Isabel de Lencastre (†1626), importantes patrocinadoras que ligaram para sempre a memória do convento à da casa de Vila Real, deixaram as mais complexas disposições, próprias da instituição de uma capela, com um vasto conjunto de bens vinculados e encargos (**Anexo III- 8: 4**). Além do sepultamento e sufrágios pela sua alma e família, D. Isabel impôs como encargo da capela três lugares perpétuos de freiras, tença anual para ajuda de uma religiosa e o auxílio para o dote de futuras religiosas de familiares de criados da sua casa. Para tudo isso, deixou importantes somas em dinheiro aplicadas em padrões de juro, bem como objectos móveis de grande riqueza. Como exemplo das camadas mais modestas de doadores, encontramos o de Ana de Miranda, recolhida, que, por sepultura e missas, dota o convento com onze tostões de foro e talheres de prata (**Anexo III- 8: 8**).

2.5.2- O culto de religiosas exemplares

À semelhança de outras religiosas portuguesas das outras ordens religiosas, as freiras de Santana foram louvadas na literatura hagiográfica dos séculos XVII e XVIII²²⁹, em relatos de estilo e conteúdo muito característico da piedade barroca (**Anexo II- 1.1: 7, 8, 9, 10, 18, 19, 33, 37, 38, 51, 53, 54, 56, 70, 101, 107, 144, 157, 159**). São histórias de mulheres que desprezaram as mundanidades, e com fervor devocional, ingressam no convento, onde se entregam à oração, à contemplação mística, à humilde penitência e autoflagelação, à caridade, à vida em comunidade, à estrita observância da *Regra*, tudo com grande sofrimento físico, mas com enorme alegria espiritual.²³⁰ São vidas recompensadas celestialmente com aparições sobrenaturais e semelhantemente coroadas com doçura, na hora da morte, e que suscitam a inveja das forças infernais manifestada de forma assustadora e irada. São virtudes obradas em vida, mas também depois da morte, intercedendo miraculosamente a favor de quem se lhes dirige. As histórias que relatam que a terra das sepulturas das virtuosas e abençoadas religiosas teriam propriedades curativas e seriam, por isso, muito procuradas pelos fiéis de Leiria, evidenciam fenómenos de religiosidade popular em torno do convento. A fama de virtude de uma casa de religiosas de zelosa observância e devoção amplificava toda uma esperança de amparo espiritual depositada por parte de seculares, desejosos de

²²⁹ CARDOSO (1652), (1657), (1666); LIMA (1709), (1712); SANTA CATARINA, (1866); SANTA MARIA (1713); SOUSA (1744); SOUSA (1866)

²³⁰ Manifestações pias e místicas comuns na cultura conventual feminina da Época Moderna. Veja-se SÁ (2011), p. 281

que orassem por si em vida e depois da morte, e que, por isso, patrocinaram o convento com doações. Por outro lado, o modelo de santidade e virtude destas religiosas, impresso nos livros e na tradição, transmitido por sucessivas gerações de parentas de um pequeno microcosmo social regional, exerceram certamente uma poderosa influência nas mulheres que sentiram a vocação para a vida religiosa.

2.5.3- A igreja aberta aos fiéis: confrarias e festas

À semelhança de outras casas²³¹, a igreja do Convento de Santana abria-se às devoções dos fiéis leirienses que se congregavam em torno das suas confrarias e das festas religiosas. Identificaram-se três confrarias com sede em Santana: Nossa Senhora do Rosário, com notícia desde, pelo menos o fim do século XVI²³², São Pedro, referenciada em 1662²³³ e Santa Ana, dada como existente em 1602²³⁴. A confraria de Nossa Senhora do Rosário foi a mais importante de Leiria, congregando muitos fiéis em torno do culto com mais expressão na cidade e termo, cuja imagem se encontrava em todas as igrejas²³⁵. Além da devoção à Virgem, tinha como fim o sufrágio das almas dos irmãos falecidos²³⁶, bem como os seus enterramentos e a extrema-unção a moribundos.²³⁷ Os seus confrades gozavam de privilégios, indulgências e bênçãos espirituais.²³⁸ As celebrações constituíam em procissões nas tardes dos primeiros domingos de cada mês e ladainhas aos sábados²³⁹, festas nos primeiros domingos de Maio e ofícios em Novembro pelas almas dos confrades defuntos.²⁴⁰ Além do seu papel

²³¹ SOUSA; GOMES (1998), p. 130-131

²³² POUSÃO-SMITH (2008), p. 138; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. n.º 879, fl. 99-100, 29/04/1630

²³³ ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1.º Ofício, Dep. V, 59-D-26, fl. 49-50v, 25/04/1662

A religiosa compra a Pedro Alves e Maria Dias, para a confraria de São Pedro, no convento Santana de Leiria, por 7 mil reis brancos, 7 alqueires de trigo de foro a retro aberto.

²³⁴ ANTT, Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Afonso VI, Liv. 14, fl. 24; D. José I, Liv. 73, fl. 22v-27. A Confraria de Santa Ana é dada como existente em 29/02/1675, quando, por engano, se concede ao convento apostilha de 12 mil reis, de 15 mil reis iniciais, pagos do almoxarifado de Leiria. Situação corrigida por anotação em 22/04/1722.

²³⁵ GOMES (2009) p. 80

²³⁶ *Notícia da Cidade e Bispado de Leiria enviada por Brás Raposo da Fonseca, provedor da comarca, à Academia Real da História* (1721), publicada em GOMES (2009), p. 372 : "Há neste Convento uma Confraria de Nossa Senhora do Rosário que acompanha os irmãos defuntos."

GIL (2009), p. 390-391, transcrevendo estatutos de 31/06/1870

²³⁷ POUSÃO-SMITH (2008), p. 144

²³⁸ GOMES (2009) p. 92

²³⁹ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo n.º10550, fl. 20, 17/08/1628. Manuel Danta, acusado de judaísmo, prova que é um bom cristão, porque participava das actividades da confraria

²⁴⁰ GIL (2009), p. 390-391, transcrevendo estatutos de 31/06/1870

espiritual, a confraria, tinha, ainda um papel social, junto de pobres e doentes.²⁴¹ Esta poderosa confraria, que detinha um património financeiro considerável, ao ponto de o rentabilizar a juros²⁴², contava com as elites locais na sua direcção, como, por exemplo, Jorge da Silva da Costa de Ataíde, Guarda-Mor dos Pinhais de Leiria, Juiz em 1602, e familiar de religiosas do Santana.²⁴³

O culto do patriarca São Domingos, celebrava-se numa missa no seu dia, a cada 8 de Agosto.²⁴⁴ Um relato publicado na *Gazeta de Lisboa* referente ao dia 11 de Novembro de 1728 descreve uma grandiosa procissão em honra do Santo que envolveu a comunidade de religiosas, o Convento de São Francisco, o Mosteiro da Batalha, bem como religiosos Capuchos da Arrábida, da Ordem Terceira de S. Francisco, e, ainda a Irmandade do Rosário, todos reunidos para o transporte da sua imagem, desde o convento dos franciscanos até ao altar-mor da Igreja de Santana (**Anexo VIII- 2.10: 26**).

2.5.4- A assistência a pobres e doentes

As ordens mendicantes como os Dominicanos possuem uma marcada orientação para assistência na pobreza e doença junto das populações em que as comunidades de religiosos se inserem, de que nem mesmo as casas femininas se alheiam, apesar do seu voto de clausura, quando as necessidades do seu auxílio se impõem. Assim, além da quotidiana esmola dada a quem aparecesse à portaria e à roda, as freiras de Santana abriram as portas da sua enfermaria ao século, em momentos históricos de calamidade pública, segundo os breves apontamentos documentais que conhecemos. Para o período do enfoque do nosso estudo, apenas se conhece o testemunho de Soror Inês da Fonseca e Vicência Pereira (**Anexo II- 1.1: 44; 50**) a favor do barbeiro André Rodrigues acusado de Judaísmo, dando prova de como este era bom cristão, pois as tinha ajudado na enfermaria do convento a assistir a população doente por altura de uma epidemia

²⁴¹ POUSÃO-SMITH (2008), p. 138, 144; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. nº 879, fl. 99-100, 29/04/1630. André Rodrigues, barbeiro e confrade de Nossa Senhora do Rosário, auxiliou as freiras de Santana por altura da peste de 1598-1602.

²⁴² ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-20, *Juro de cinquenta mil reis da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário Cita no Convento de Santa Anna desta cidade a Antonio Gaspar e a sua mulher Maria da Ponte do lugar da Chieira termo desta cidade*, fl. 109v-110v, 3/7/1736. António Gaspar e Maria da Ponte, moradores na Chieira, na Ribeira de Litem, pedem de empréstimo a irmandade 50 000 reis a juro anual de 6, 25 %.

²⁴³ POUSÃO-SMITH (2008), p. 144

²⁴⁴ GIL (2009), p. 31, citando o jornal *O Leiriense*, nº 316 e 317, de Agosto de 1857

provavelmente ocorrida entre 1598-1602.²⁴⁵ Voltamos a ter notícia desse papel bem enraizado na conduta da comunidade, século XIX, quando esta auxiliou a população aquando de uma epidemia de Cólera e de guerras civis, como as Lutas liberais, em 1828 e a Revolta dos Marechais, de cuja batalha em Chão da Feira, Alcobaça, em 28 de Agosto de 1837, resultaram muitos feridos prontamente acudidos pelas religiosas **(Anexo VIII- 2.11: 27)**.

²⁴⁵ POUSÃO-SMITH (2008), p. 138; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. nº 879, fl. 99-100, 29/04/1630

3-A intervenção arqueológica no Mercado de Santana

3.1- Objectivos e metodologia

No âmbito de obras da Câmara Municipal de Leiria, para reabilitação do edifício do Mercado de Santana localizado no Largo de Santana (**Anexo VI- 4 e 5**), na mesma cidade, como espaço de actividades culturais, procedeu-se à construção de um parque de estacionamento e de um auditório subterrâneos. Foi no quadro de acompanhamento destas obras que se realizou a intervenção arqueológica de emergência neste espaço entre Setembro de 1999 e Março de 2000, dirigida por João Paulo Carvalho. Além do acompanhamento das movimentações de terra, realizaram-se 12 sondagens no interior do recinto do mercado, sob o modelo metodológico preconizado por Barker e Harris. De entre as sondagens realizadas, apresenta-se a localização das que forneceram os materiais arqueológicos em estudo (**Anexo V- 5**), bem como a listagem das respectivas U.E. (**Anexo II- 3**).

3.2- Resultados

Encontram-se espessas camadas de terra, bem como de entulho coevas da época de construção do edifício do mercado. Tais terras resultam do desaterro do meio da encosta da elevação natural, em cujo sopé foi edificado o convento, tendo sido aqui depositadas com vista à construção de uma plataforma de assentamento dos alicerces do mercado. Sob estas terras, encontraram-se níveis de entulho resultante da demolição do edifício do convento utilizados com fim semelhante. Os alicerces do mercado revelaram-se nos arcos de sustentação, muitos deles directamente assentes nas estruturas do convento (**Anexo VI- 3**). Da ocupação do espaço em épocas anteriores à construção do mercado, registam-se os níveis de fins do século XIX associáveis à utilização do edifício do convento como escola feminina, bem como à alienação de terrenos da sua cerca, atestada pela presença dos alicerces de um prédio particular.

Da realidade do Convento de Santana, a intervenção arqueológica permitiu conhecer as estruturas do piso térreo atribuíveis à ala Sul, e Oeste (traseiras) do seu edifício (**Anexo VI- 3; Anexo V- 5: S1, S3**), bem como a um anexo, localizado no interior da cerca na proximidade do mesmo edifício de funcionalidade pouco clara, possivelmente relacionada com o apoio às actividades de horticultura e jardinagem (**Anexo V- 5: S2**). Todas estas estruturas situam-se a uma profundidade de cerca de 2,5

m abaixo do piso térreo do mercado. A área exterior do convento enquadrada dentro dos limites da sua cerca, foi também revelada nas sondagens realizadas. Esta deveria ser ocupada por horta, pomar e jardim, servindo, ainda, em algumas áreas como depósito de detritos jardinagem (**Anexo V- 5: S4; S6; S7; S10**).

Os níveis interiores e exteriores do convento ofereceram grande quantidade de espólio integrável em toda a extensão da amplitude cronológica da ocupação do espaço com essa funcionalidade, constituído por materiais de construção, faunísticos e, sobretudo, de utilização quotidiana.

O material de construção sobrevivente ao desmantelamento e demolição do convento constitui um grupo minoritário. Entre materiais metálicos, cerâmicos e pétreos diversos, destacam-se alguns fragmentos de estuque, de telha, o piso em tijoleira no interior dos compartimentos do edifício do convento e seu anexo, alguns azulejos hispano-árabes produzidos em Sevilha entre finais do século XV e inícios do século XVI, pela técnica de “aresta”, bem como elementos de colunas e uma bica de calcário datada de 1585. O espólio faunístico interpreta-se como estando relacionado com a alimentação da comunidade de religiosas e consiste em restos dessa actividade que são depositados na cerca do convento, pelo que se detectaram diversos níveis de lixeiras que integram materiais mamalógicos, ictiológicos e malacológicos.

Foram estes níveis de lixeira que ofereceram a maior quantidade do espólio de utilização quotidiana, que constitui, por sua vez, o tipo de espólio mais abundante. Estes materiais repartem-se por outras zonas da área rural em níveis de terreno revolvido pelas actividades de exploração agrícola, bem como pelo interior do edifício do convento. Os níveis de entulho e de aterro oferecem igualmente materiais deste tipo. Destacam-se alguns vidros e um extensíssimo conjunto de materiais cerâmicos comuns, vidrados, bem como a faiança, cerâmica fina e porcelana que apresentamos em seguida.

O espólio desta intervenção encontra-se depositado na Reserva Arqueológica do Município de Leiria.²⁴⁶

²⁴⁶ CARVALHO (2000). Informação oral cedida gentilmente pelo arqueólogo responsável da intervenção. O relatório final não foi realizado.

4- Cultura Material: cerâmica dos séculos XVI a XVIII

4.1- Faiança Portuguesa

O conjunto da faiança portuguesa representa 93% do conjunto estudado, correspondendo a 2826 fragmentos (**Anexo IV- 5.1**). Entre as formas identificadas, o prato constitui a maioria, com 2013 peças, seguido das taças com 334, reconhecendo-se outras formas em quantidade muito reduzida, como a tampa, o covilhete, o especeiro a manga de farmácia o jarro e a caixa (**Anexo IV- 2.2**), mas expressivas quanto ao tipo de funções que desempenhariam no quotidiano conventual. Trata-se, assim, essencialmente de louça de mesa, de cozinha, botica, podendo ter tido, ainda, estas peças função decorativa.

Nas diferentes características tecnológicas desta cerâmica, reconhecem-se três possíveis centros produtores: Lisboa, o maioritário com 2042 fragmentos atribuídos, Vila Nova com 238 fragmentos com atribuição partilhada com Lisboa, e Coimbra, representada por 546 peças (**Anexo IV- 2.3**). Entre as primeiras, destacam-se as olarias de Lisboa Ocidental, na freguesia de Santos e Santa Catarina. Distinguem-se pelas suas pastas de argila de cor amarela, mas também se reconhecem exemplares de cor branca e rosa, dando corpo a peças de paredes finas. O esmalte plumbífero espesso, brilhante, aderente e de cor branca e a pintura em várias tonalidades de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês em traços mais finos, são as grandes marcas deste centro produtor identificadas no conjunto em estudo²⁴⁷. As olarias de Vila Nova (de Gaia) são conhecidas pelas suas pastas de tonalidades mais avermelhadas, devido à falta de margas brancas na região, pelo que adquiriam margas de Lisboa, mais claras que misturavam com argila de tom mais avermelhado, o que resulta em pastas de tom amarelo mais escuro, bege e rosado. O esmalte é um pouco mais fino, baço e quebradiço, que o de Lisboa. Os motivos decorativos seguem os modelos lisboetas, devido à migração de oleiros. A existência de peças de pastas mais escuras em Lisboa, muito em especial as mais tardias, e as diferenças da qualidade do seu esmalte consoante a olaria e a época, contribuem para uma atribuição daquele conjunto de peças a qualquer um destes centros produtores, segundo o que é possível analisar macroscopicamente²⁴⁸. As peças de Coimbra são fabricadas com pastas porosas de argila de cor branca, rosa, bege e amarelas, de tons mais escuros que as de Lisboa. O

²⁴⁷ MANGUCCI (1996); SEBASTIAN (2010), p. 485-487, 494- 497

²⁴⁸ SEBASTIAN (2010), p. 191, 485-487, 494-497

esmalte, de carácter mais estanhífero, é mais fino, mais baço e assume tons entre o bege, o amarelo e o rosa. A pintura é em azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês, em tons mais escuros e profundos. Os motivos decorativos são pintados em traços mais esquemáticos e espessos e seguem os modelos de Lisboa, por mercê da migração de oleiros desta cidade para Coimbra, aparecendo, por isso, um pouco mais tardiamente em relação aos das congéneres.²⁴⁹ Nesta cidade destacaram-se várias famílias de oleiros, sendo as oficinas reconhecidas, no nosso estudo as dos Paiva, em fins do século XVII e dos Briosos, durante o segundo ao terceiro quartel do século XVIII.

Os estudos e o esforço de sistematização destas produções conheceram diversos autores. Reinaldo do Santos é o autor do modelo da divisão em quatro ciclos de produção sucessivos baseados nos motivos decorativos e seu grau de afinidade com as porcelanas chinesas. Estudos recentes, muitos deles partindo de peças provenientes de contextos arqueológicos, têm levado a concluir que muitos dos ciclos foram contemporâneos, e/ou têm início um pouco precoce, mas a ideia de um estilo progressivamente livre da influência directa oriental, ainda se mantém entre os historiadores de arte mais actuais, como Rafael Calado e João Pedro Monteiro, e os resultados das escavações também o parecem confirmar. Em Portugal, os principais conjuntos de faiança portuguesa constam entre colecções de museus e colecções particulares, como o importante núcleo do Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Machado de Castro, Museu Nacional Soares do Reis, entre outros que citaremos ao longo das próximas linhas. Do solo português, muita faiança tem surgido, destacando-se conjuntos como os da Casa do Infante, no Porto²⁵⁰, e o do Mosteiro de São João de Tarouca²⁵¹, entre muitos outros publicados até à data. Um pouco por todos os continentes, a faiança portuguesa tem aparecido nas escavações arqueológicas, dando prova da sua elevada difusão, em âmbito colonial e comercial, trazendo novos contributos, não só no conhecimento desse fenómeno, como aspectos mais intrínsecos como cronologias e motivos decorativos. Destaque-se os resultados das escavações de Ian Baart em Amsterdão²⁵², o estudo de Tânia Casimiro em torno dos achados nas Ilhas Britânicas²⁵³, ou os trabalhos de Carlos Etchevarne²⁵⁴ e Paulo de Albuquerque²⁵⁵ no

²⁴⁹ PAIS; PACHECO; COROADO (2007), p. 19; SEBASTIAN (2010), p. 488-490, 498

²⁵⁰ BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995)

²⁵¹ SEBASTIAN; CASTRO (2010)

²⁵² BAART (1987)

²⁵³ CASIMIRO (2011)

²⁵⁴ ETCHEVARNE (2007)

Brasil. O estudo do processo da produção oleira da faiança portuguesa conheceu um grande avanço com o recente trabalho de Luís Sebastian.²⁵⁶

Apresentamos o conjunto estudado, por períodos de quartéis, metade ou século, procurando conciliar o intervalo cronológico da nossa atribuição com as várias propostas crono-estilísticas dos estudos clássicos de referência, trabalhos arqueológicos, e o referido estudo de Tânia Casimiro.²⁵⁷

4.1.1- Século XVI

O conjunto de peças mais antigo deste conjunto é constituído por 6 de peças da chamada *louça branca*, também chamada de louça *malegueira*, que se inserem genericamente numa amplitude cronológica correspondente ao XVI. Tratam-se de peças produzidas em pastas amarelas, de paredes espessas e cobertas por um esmalte estanífero, fino, baço, poroso, quebradiço e pouco aderente de cor branca ligeiramente rosada. As características formais distintivas, nos pratos (**Anexo I- 1.1: 1**), são os perfis troncocónicos, sem aba, fundo côncavo com ônfalo²⁵⁸ e, nas taças (**Anexo I- 1.1: 2**), as paredes carenadas²⁵⁹.

É uma louça que segue os modelos das louças que se fabricavam em Málaga, Sevilha e Talavera que, desde pelo menos o início do século XVI, chegam a Portugal, conforme atesta o inventário da infanta D. Beatriz, de 1507²⁶⁰, onde se mencionam diversa peças de *malega* e *maleguas de vallença*. Em meados do século ainda chega aos portos de Lisboa, conforme a *Estatística* de 1552²⁶¹, ao mesmo tempo que se fabricavam as congéneres nos seus *fornos de tijello*. Nesse mesmo ano, existiram na

²⁵⁵ ALBUQUERQUE (2008)

²⁵⁶ SEBASTIAN (2010)

²⁵⁷ CASIMIRO (2011)

²⁵⁸ Paralelos no Poço-cisterna de Silves, em contexto datado entre os séculos XV e XVI - (GOMES; GOMES (1996), p.161; Palmela, em contexto datado dos séculos XVI e XVI - FERNANDES; CARVALHO (2003), p. 243; Casa do Infante, no Porto, em contexto datado do século XVI - BARREIRA, DÓRDIO, TEIXEIRA (1995), p.152; Casa Corte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa - SABROSA (2008), nº9, p. 117; Palácio Mogo de Melo, Torres Novas - CARREIRA (2005), p. 34

²⁵⁹ GOMES; GOMES (1996), p.159; FERNANDES; CARVALHO (2003), p. 246; BARREIRA, DÓRDIO, TEIXEIRA (1995), p.152; Beco dos Inválidos em Cascais, em contexto datado entre o segundo e o terceiro quartel do século XVI - CARDOSO e RODRIGUES (1999), p.208; Rua Almeida Garrett, em Almada, em contexto datável do terceiro quartel do século XVI - SABROSA e ESPÍRITO SANTO, 1992, p.7; Casa Corte-Real, Largo do Corpo Santo, Lisboa - SABROSA (2008), nº1-2 p. 114;nº3, p. 115; Palácio Mogo de Melo, Torres Novas - CARREIRA (2005), p. 34; Machico - SOUSA (2006), p. 138

²⁶⁰ CARVALHO (1921)

²⁶¹ CORREIA (1919), p. 8

cidade cerca de trinta oleiros de *louça branca*.²⁶² Em 1572 o *Livro dos Regimêtos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sêpre leal cidade de Lixboa*, faz referência à produção de *louça branca de talaveira*, e ainda às *escudelas de feição de porçelana*.²⁶³ Segundo a mesma *Estatística*, a produção de louça em Lisboa distribuía-se por duas grandes zonas: a zona Ocidental, das olarias de Santo-os-Velho, e de Santa Catarina, que terá grande protagonismo na produção de faiança durante o século seguinte e a zona Oriental, na zona da Mouraria. Um contrato de emprazamento de 1566, menciona também oleiros que cozem louça vidrada na mesma zona.²⁶⁴ Os barros procurados para o fabrico de peças onde diariamente existiam trabalhadores especializados ao serviço das olarias, para sua extracção, situavam-se na zona de Santos, de Santa Clara²⁶⁵, da Graça e Monte de S. Gens.²⁶⁶

A coexistência de peças importadas com exemplares produzidos em território nacional do mesmo tipo, deverá explicar-se pela diferença de qualidade e preço. As cerâmicas portuguesas, de imitação, deveriam ter um valor inferior e por isso ser destinadas a consumidores menos exigentes e com menos recursos. É provável que o conjunto de peças malegueiras que se encontra entre o espólio cerâmico exumado se insira neste quadro de produção nacional de imitação, tendo em conta a fraca qualidade dos seus esmaltes. As pastas amarelas remetem-nas para as olarias de Lisboa.

4.1.2- Primeiro quartel do século XVII

Totalizam-se em 342 os exemplares atribuídos a esta cronologia, entre pratos e taças com decoração de influência europeia e chinesa, na esmagadora maioria fabricados em Lisboa, pintadas a azul e branco, com o seu característico esmalte espesso e brilhante, de cor branca, em pastas amarelas, seguindo-se eventuais produções de Vila Nova, de cor bege e rosada, e, ainda, de Coimbra. Predominam os pratos de aba, com caldeiras côncavas com ou, sem carenas ligeiras, forma que perdurará até ao século XVIII.

Contam-se 262 peças com decoração geométrica de polígonos concêntricos (**Anexo I- 1.2: 3-12**) As suas composições de linhas espessas alternadas com linhas mais finas lembram cerâmica hispano-árabe. Os painéis encontram-se preenchidos com

²⁶² FARINHA (1932), p.15

²⁶³ CORREIA, (1919) p.12,14

²⁶⁴ Referido em MANGUCCI (1996), p.157

²⁶⁵ CORREIA, (1919) p.10

²⁶⁶ FARINHA (1932), p.13

pequenas espirais e linhas oblíquas e onduladas Os primeiros são motivos muito antigos e fortemente enraizados na cerâmica esmaltada europeia com uma existência bastante prolongada, que podemos encontrar, por exemplo, em cerâmicas medievais de Teruel, das oficinas valencianas e mesmo no Sul de França, em Avinhão.²⁶⁷ É um dos grupos com maior representação em contextos arqueológicos nacionais²⁶⁸ e internacionais (Brasil²⁶⁹, Países Baixos²⁷⁰, Irlanda²⁷¹, Inglaterra²⁷², Canadá²⁷³), colecções privadas e museus²⁷⁴, dando testemunho de um momento de grande produtividade.

Entre os fragmentos identificados, 88 poderão corresponder a eventuais produções de Vila Nova, devido às suas pastas beges e rosadas, aliadas a esmaltes um pouco mais finos, como as peças representadas em **Anexo I- 1.2: 3, 8**. Com produção provavelmente de origem quinhentista, a primeira referência à produção de loiça esmaltada em Vila Nova, data de 1624.²⁷⁵

As peças representadas em **Anexo I- 1.2:13-16**, constituem parte dos 35 exemplares de esmalte baço, em pastas rosa e branca, podendo tratar-se de uma eventual primeira produção coimbrã, conhecendo-se aí oleiros pintores de louça, desde o início da centúria, segundo a documentação coeva.²⁷⁶ Os motivos geométricos encontram paralelo com as congéneres de Lisboa e Vila Nova anteriormente referidas.

As peças de influência italiana somam-se em 3 pratos (**Anexo I- 1.2: 17-19**). Estas peças denotam uma influência italiana²⁷⁷, que se encontra por comparação com os frisos que decoram pratos de Faïenza do século XV, bem como, de Deruta, da primeira

²⁶⁷ LE VERT ET LE BRUN (1995)

²⁶⁸ GOMES; GOMES (1995), p.332; BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.154; TRINDADE; DIOGO (1997), p.80; CARREIRA (2005), p. 43; SOUSA (2006), p. 140;

²⁶⁹ pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, na em São Salvador da Bahia, Brasil – ETCHEVARNE (2007), nº 4, p. 120

²⁷⁰ BARTELS (2003), p.78

²⁷¹ Ocupação portuguesa em Galway City - MEENAN (2004), p.381; Carrickfergus, Wexford - CASIMIRO (2011), p.359, 435

²⁷² Bristol, Exeter, Londres, Plymouth, Inglaterra - CASIMIRO (2011), p. 57, 72, 103, 107, 145, 224, 257-260

²⁷³ Terra Nova - STODDART (2001), p. 167, 180

²⁷⁴ Diversos exemplares do Museu Nacional de Arte Antiga, do Museu Nacional Machado de Castro, Casa Museu Guerra Junqueiro, colecções particulares, entre outros, apresentados em A INFLUÊNCIA ORIENTAL (1994); CALADO (1992); - CALADO, (2003), p.45

²⁷⁵ SEBASTIAN (2010), p. 189

²⁷⁶ PAIS; PACHECO; COROADO (2007), p.31

²⁷⁷ Conforme adianta BAART (1987), p.26. para peças nos Países Baixos. Peças semelhantes encontradas também em Amesterdão - *idem* p. 30. Paralelo também no Palácio dos Duques de Cadaval, em Évora: TEICHNER (1995), p. 31

metade do século XVI.²⁷⁸ O prato representado em **Anexo I- 1.2: 18**, de esmalte um pouco mais baço, poderá corresponder a uma eventual produção de Vila Nova.

Identificaram-se, também, 42 peças correspondentes pratos, taças e caixa, das primeiras imitações da porcelana chinesa Wan-li (1573-1619), fabricadas em pastas amarelas, com esmalte espesso e brilhante de cor branca. Motivos como os ramos de pêssgo, o lótus, reticulados reminiscentes do padrão *Kinrande*, bem como a decoração compartimentada em cartelas (**Anexo I- 1.2: 20-23**), constituem influências da temática daquele reinado. Os pratos **20** e **21** são evidência do nível de mestria que estas primeiras imitações atingiram, pela delicadeza e fidelidade do estilo do desenho em relação ao modelo, finura da pasta e o esmalte de excelente qualidade. A atracção pelas qualidades estéticas e técnicas da porcelana chinesa, a necessidade de obter um produto mais económico e o desafio ao virtuosismo dos oleiros, terão sido, entre outros, os motivos para a reprodução da porcelana em cerâmica esmaltada, uma das tendências mais marcantes da produção de faiança nacional que terá uma expressividade muito grande até ao terceiro quartel do século, como veremos. Paralelos com peças de contextos arqueológicos desta cronologia²⁷⁹, ou, ainda, com taça com cronograma de 1621, do Museu Soares dos Reis²⁸⁰ são elementos que contribuem para a proposta de datação. Referências documentais coevas reforçam esta interpretação. É o caso do episódio do Arco dos Oleiros, reproduzido por João Baptista Lavanha, que teve lugar em 1619, aquando da visita a Lisboa por Filipe III, em que autor descreve o arco alegórico que os oleiros ostentaram que fazia menção à contrafacção de peças chinesas em Lisboa e sua difusão, e ainda, “*hu vaso de porcelana da que se faz em Lisboa.*”²⁸¹

4.1.3- Segundo / terceiro quartel do século XVII

Estas peças são o produto de uma nova fase na faiança portuguesa, que é de auge e de viragem, em simultâneo. De auge, porque atinge elevado nível de qualidade, de variedade de formas e motivos, de produção e de difusão pelo mundo, como atestam as colecções privadas e públicas, bem como os contextos arqueológicos nacionais e estrangeiros relacionados com a presença ou com as relações comerciais de portugueses. É, também, uma fase de viragem, pela adopção de novos elementos na decoração, de

²⁷⁸ LIVERANI (1960); MORLEY-FLETCHER; McILROY (1984)

²⁷⁹ Contextos de ocupação de mercadores e judeus sefarditas portugueses em várias cidades dos Países Baixos - BARTELS (2003), p. 74, 75, 78; Bristol, Inglaterra - CASIMIRO (2011), p. 63

²⁸⁰ SANTOS (1960), p.639

²⁸¹ CALADO (2003), p.10

carácter mais marcadamente europeu e nacional em paralelo com elementos tipicamente chineses. Atribuem-se a esta cronologia 850 fragmentos, sendo, por isso, o grupo mais numeroso entre o acervo em estudo (**Anexo IV- 2.1**). Tratam-se quase todos de produções lisboetas, caracterizadas pelos esmaltes brancos, espessos e brilhantes, e pastas amarelas, existindo 27 exemplares de cor amarela, rosada, bege e vermelha, que poderão ter uma eventual origem em Vila Nova (**Anexo I- 1.3: 25; 28; 36; 39; 40; 44**).

Entre as cerâmicas de carácter europeu, distinguem-se duas grandes temáticas decorativas: os padrões geométricos e os fitomórficos. Os padrões geométricos consistem em esquemas de semicírculos concêntricos (**Anexo I- 1.3: 24-31**), contabilizados em 85 fragmentos entre pratos e taças. Constitui um esquema decorativo muito comum nos contextos arqueológicos nacionais²⁸² e internacionais,²⁸³ com os quais estas peças constituem paralelos. Os padrões fitomórficos são de provável influência italiana e subdividem-se em dois grandes subgrupos: o dos motivos fitomórficos estilizados, com representações de folhas (**Anexo I- 1.3: 32-42**), contabilizado em 257 fragmentos, entre pratos e taças, e o das pétalas (**Anexo I- 1.3: 43-47**), num total de 103 fragmentos: pratos, taças e uma tampa. Os esquemas radiais lembram peças de Montelupo a que os oleiros teriam acesso por via da importação²⁸⁴. As peças com folhas de acanto (**Anexo I- 1.3: 36**) também nos remetem para modelos italianos como os de Castel-Durante e Faenza, do século XVI, e, ainda, podemos encontrar semelhanças entre o grupo das pétalas e exemplares de peças produzidas em Deruta.²⁸⁵ À semelhança do grupo anterior, os paralelos com fragmentos provenientes de escavações arqueológicas são muito comuns.²⁸⁶

²⁸² Casa do Infante, Porto - BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.154; Travessa da Madalena, Lisboa - TRINDADE; DIOGO (1997), p.80; Paços do Concelho e Castelo de Palmela - FERNANDES; CARVALHO (1995) p. 251; Jardins do Palácio dos Duques de Cadaval, em Évora - TEICHNER, 1995, p. 31; Casa dos Condes de Alcoutim, Marqueses de Vila Real - GRADIM (2005), nº6, p. 195; Praça Cristóvão Colombo, no Funchal - GOMES; GOMES (1995), p.329; Palácio Mogo de Melo, Torres Novas - CARREIRA (2005), p. 51-52

²⁸³ Pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, na em São Salvador da Bahia, Brasil - ETCHEVARNE (2007), nº2, p.119; nº3, p. 120; nº10, p.123; Vila Flor, Rio de Janeiro, Brasil - ALBUQUERQUE (2008), nº2, p. 264; New England, Estados Unidos da América - PENDERY (1999), p.68, 71, 72; Plymouth, Inglaterra; Dublin, Irlanda - CASIMIRO (2011), p. 256, 389

²⁸⁴ GOMES; GOMES (1996), p. 191

²⁸⁵ MORLEY-FLETCHER; McILROY (1984), p.59

²⁸⁶ BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.154; Palácio Mogo de Melo, Torres Novas - CARREIRA (2005), p. 44-47, 51-52; Travessa da Madalena, Lisboa - TRINDADE; DIOGO (1997), p.80; Jardins do Palácio dos Duques de Cadaval, em Évora - TEICHNER, 1995, p. 31; Rua Frei Jerónimo Brito de Melo, Paços do Concelho e Castelo de Palmela (FERNANDES; CARVALHO (1995), p. 251, 254; Casa dos Condes de Alcoutim, Marqueses de Vila Real - GRADIM (2005), nº2-5, p. 194, 195; Praça Cristóvão Colombo, no Funchal - GOMES; GOMES (1995), p.322, 329

Estas peças possuem bastantes afinidades estilísticas e formais entre si, nomeadamente no cromatismo branco e azul de várias tonalidades, no estilo de pintura em traços largos, e na presença de linhas radiais no reverso de pratos como decoração. As formas são muito semelhantes, destacando-se os pratos e as taças troncocónicas com bordo espessado. É uma forma que surge em associação com a pintura de pequenos traços sobre o bordo, que igualmente se encontra entre as produções estrangeiras contemporâneas, nomeadamente italianas, espanholas, e holandesas, que integram estas peças numa grande família europeia.

Restam 4 fragmentos dos referidos pratos troncocónicos, e 6 taças com fundo decorado com espirais, 16 fundos de decoração fitomórfica todos em azul. Foram fabricados em pastas amarelas e esmalte branco, espesso e brilhante. Embora se possam atribuir às oficinas de Lisboa, o seu grau de fragmentação é tal que poderão ser atribuídos a qualquer um dos grupos decorativos enunciados.

As peças que mais marcaram a vertente da imitação da porcelana chinesa foram produzidas nesta época, sendo conhecidas, entre os historiadores de arte, como *pré-aranhões*. Constitui o grupo decorativo mais representado no conjunto, com 376 fragmentos de pratos, taças e uma tampa muito fragmentada (**Anexo I- 1.3: 48-55**). A designação advém da representação dos “oito objectos preciosos” que se repetem invariavelmente nas abas dos pratos, reflectindo uma influência *kraak porselein* do reinado de Wan Li. Consistem numa simplificação estilística das primeiras imitações chinesas e, no período seguinte, terão uma versão ainda mais esquemática e estilizada, apelidada de *aranhões*. Outra inovação é a maior liberdade decorativa que é dada aos fundos dos pratos em algumas peças, cuja decoração se torna independente da aba, quer do ponto de vista temático, quer do ponto de vista dos universos culturais de origem. Assim, estes podem conter elementos tipicamente chineses, como as paisagens naturais, ou elementos novos como a representação de cenas de corte com pessoas em ambientes e roupas europeias, brasões de família. As peças do Convento de Santana, à semelhança da maior parte das peças encontradas em contextos arqueológicos não reflectem esta variedade de motivos que possuem as peças conhecidas nas grandes colecções,

Jamestown, Virgínia, Estados Unidos da América – STRAUBE (2001), p.54-55; New England, Estados Unidos da América - PENDERY, (1999), p.68; Bristol, Exeter, Exmouth, Great Torrington, Londres, Plymouth, Poole, Inglaterra; Wexford, Irlanda - CASIMIRO (2011), p. 55, 57, 58, 59, 66, 70, 71, 74, 99, 109, 123, 143, 200, 255, 262, 321, 434

limitando-se, nos pratos, a cenas naturais. O estilo de pintura destas cerâmicas não é constante e varia no sentido de um maior ou menor esquematismo, acompanhado de uma menor ou maior variedade de tonalidades. Isto leva-nos a pensar em várias fases desta produção, mas também em várias oficinas a trabalhar sobre os mesmos temas simultaneamente, existindo imitação, não só das porcelanas, como das próprias faianças que as reproduzem, com objectivos comerciais de satisfação de uma grande procura por um produto de que se reconhece grande qualidade técnica e afinidade com os modelos chineses.

Esta grande procura, não só em território nacional, como noutros pontos do mundo, encontra evidência nos inúmeros exemplares encontrados em contextos arqueológicos nacionais²⁸⁷ e internacionais²⁸⁸, como em colecções privadas e museológicas²⁸⁹. Sofrerá uma grande quebra e posterior decadência nos inícios da segunda metade do século XVII, quando no mercado europeu se introduzem as faianças de Delft, a par de outros centros produtores holandeses, como Antuérpia, Haarlem, Roterdão, Frislândia²⁹⁰. Demonstram grande qualidade técnica e estilística muito mais avançada e muito mais fiel ao modelo chinês, que rapidamente conquistou as preferências dos consumidores.

A atribuição cronológica destas peças tem sido feita em termos absolutos pela presença de cronogramas em alguns exemplares, a que faz referência Reinaldo dos Santos: pratos datados de 1637, 1646, 1649, 1651, potes de 1646; garrafas e canudos de botica de 1641.²⁹¹ Os contextos arqueológicos não só confirmam, como estendem o limite inferior cronológico destas produções.

Integramos, ainda, neste grupo cronológico, 3 pequenos fragmentos com decoração fitomórfica aparentemente muito semelhante, no estilo, às peças do grupo anteriormente descrito, pelo deve ter sido produzido pelas mesmas oficinas. O jarro encontrado em nível do segundo quartel do século XVII em Galway City, na Irlanda²⁹²,

²⁸⁷ Casa do Infante, no Porto – BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.154; Praça Cristóvão Colombo, no Funchal - GOMES; GOMES (1995), p.332; Machico - SOUSA (2006), p. 140-141

²⁸⁸ Países Baixos - BAART (2003), p.71-78; Jamestown, na Virgínia, Estados Unidos da América – STRAUBE (2001), p.55); em New England, Estados Unidos da América – PENDERY (1999), p. 68, 71, 72; Terra Nova, Canadá – STODDART (2001), p.173, 174; Bideford, Bristol, Exeter, Faversham, Londres, Inglaterra; Dublin, Irlanda - CASIMIRO (2011), p. 46, 53-54, 60-61,98, 129, 147, 154, 186, 387-388

²⁸⁹CALADO (1992); CALADO (2003)

²⁹⁰CALADO (1992)

²⁹¹SANTOS (1960), p. 47

²⁹² MEENAN (2004), p. 381

ou o exemplar com cronograma de 1638 em colecção nacional²⁹³ constituem paralelos que ajudam a atribuir a cronologia proposta. O pé do recipiente representado em **Anexo I- 1.3: 56** parece ter incorporado tanto um jarro, como uma garrafa, ou um castiçal. As formas relevadas parecem reproduzir os modelos metálicos.

4.1.4- Segunda metade do século XVII

Em termos genéricos, a faiança da segunda metade do século XVII, é caracterizada pelo progressivo abandono das influências da porcelana chinesa em detrimento de uma linguagem de carácter europeu e popular, pelo despojamento da decoração que se torna mais simples e mais leve, bem como pela generalização da pintura em azul de cobalto e tons entre o vinoso e o castanho, de óxido de manganês. Enquadram-se nesta cronologia 505 fragmentos do Convento de Santana.

Um dos motivos que se vai desenvolver neste período e se tornará muito popular é o das *rendas*, dispostas em frisos. Estes poderão ter aparecido no contexto de uma moda na decoração doméstica, nas igrejas, no próprio vestuário, como elemento de gola ou punho, conforme podemos observar em muitas pinturas ibéricas contemporâneas. O seu surgimento na cerâmica parece dar-se na intenção de simulação de tecido análoga ao que sucede nos frontões de altar. O motivo surge nas produções de Lisboa, associadas a pastas amarelas e brancas, com esmalte espesso e brilhante, estando representado por 167 fragmentos, entre pratos, taças, e tampa, bem como a eventuais produções de Vila Nova de pastas rosa e beges (**Anexo I- 1.4: 57-58**).²⁹⁴

Atribuídos a este período, segundo os paralelos encontrados²⁹⁵, surgem 51 fragmentos de taças e pratos atribuídos às oficinas de Coimbra, pelas suas pastas brancas beges e rosadas com esmaltes finos e baços. São todas pintadas em azul de cobalto de tom escuro com o motivo das rendas, representado de forma muito esquemática. (**Anexo I- 1.4: 59**)

²⁹³ A INFLUÊNCIA ORIENTAL (1994), p. 103

²⁹⁴ Paralelos na Casa do Infante, no Porto - BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.154; ; Palácio Mogo de Melo, Torres Novas - CARREIRA (2005), p. 53; Palmela - FERNANDES; CARVALHO (2003), p. 251- 252; Machico - SOUSA (2006), p. 141; Casa Museu Guerra Junqueiro - CALADO, 2003, p.83-85; Fundação Carmona e Costa - PAIS; MONTEIRO (2003), p. 99; New England, Estados Unidos da América - PENDERY (1999), p.68; Londres, Plymouth, Inglaterra - CASIMIRO (2011), p. 166, 222, 268

²⁹⁵ Mosteiro de São João de Tarouca, em níveis da segunda metade do século XVII – CASTRO; SEBASTIAN (2008), “rendas”, tipo 1 e 2, p. 333; Palácio Mogo de Melo, Torres Novas - CARREIRA (2005), p. 53; Poole, Inglaterra - CASIMIRO (2011), p. 323-326

Um outro grupo com grande expressão na faiança da segunda metade do século XVII, é o chamado “Aranhões”, entre os historiadores de arte. Estas peças marcam a generalização do uso dos tons de azul e vinoso e são o culminar de um processo de simplificação e despojamento decorativo das peças de influência chinesa. Esta ainda se pressente remotamente na escolha de motivos remissivos do universo da porcelana Ming, como os ramos de pêssago e as folhas com enrolamentos, alcunhadas de “aranhões”. Comparativamente aos anteriores grupos, estas peças apresentam pintura de temática menos variada, de carácter mais rústico, executada em traços largos e cingida à aba e fundo, desaparecendo a decoração nas caldeiras dos pratos e a compartimentação em cartelas. Alguns pintores barrocos portugueses como Josefa de Óbidos e Bento Coelho da Silveira, introduziram peças com esta decoração entre as suas composições, confirmando-se a produção ou utilização destas peças entre, pelo menos, a década de 60 e inícios da centúria seguinte (**Anexo VII- 2, 3**).

Uma vez mais, encontramos produções atribuíveis Lisboa, Vila Nova e Coimbra. Entre as primeiras (**Anexo I- 1.4: 60-64**), predominam as pastas amarelas, havendo também exemplares de cor branca, sendo o esmalte branco, espesso, mas um pouco mais quebradiço e menos aderente que peças de cronologias anteriores. As 34 peças de pasta bege poderão corresponder às olarias de Vila Nova. Num total de 174 fragmentos, predominam os pratos, registando-se também taças e tampas. Peças com cronogramas contribuem largamente para a atribuição cronológica proposta. Assim, Reinaldo dos Santos refere e apresenta pratos datados de 1652, 1655, 1660, 1677.²⁹⁶ Outros fortes indicadores cronológicos, provenientes de contextos arqueológicos são o ano de 1668, aquando do naufrágio do navio *Sacramento* em águas brasileiras ao largo da Baía, entre cujos destroços se encontraram pratos²⁹⁷, bem como o de 1697, quando naufragou o navio *Santo António de Tanna*, em Mombassa, Quénia, com pratos do mesmo tipo entre o seu carregamento.²⁹⁸ Contextos arqueológicos nacionais²⁹⁹ e internacionais³⁰⁰ confirmam a cronologia e as colecções particulares e públicas fornecem inúmeros

²⁹⁶ SANTOS (1960), p.47

²⁹⁷ MELLO (1979), p. 221-222

²⁹⁸ SASSOON (1991), p.23-24

²⁹⁹ Palmela - FERNANDES; CARVALHO (1995), p. 252; Évora – TEICHNER (1995), p. 31; Torres Novas - CARREIRA (2005), p. 43-44

³⁰⁰ pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, na em São Salvador da Bahia, Brasil - ETCHEVARNE (2007), nº 6, p. 121

Jamestown, Virgínia, Estados Unidos da América - STRAUBE (2001), p.53

paralelos.³⁰¹ As peças atribuídas a Coimbra contabilizam-se em 48 fragmentos de pratos e taças, de pastas predominantemente rosas, brancas e beges, de paredes espessas e cobertas por esmaltes finos, baços de tons amarelados, com pinturas de tons mais escuros e um pouco mais esquemáticas que as congéneres lisboetas (**Anexo I- 1.4: 66-69**).³⁰² Estas peças poderão ter começado a ser produzidas um pouco mais tardiamente que as congéneres Lisboetas, fruto da migração de oleiros.³⁰³

Uma das últimas manifestações da influência da porcelana chinesa é a produção de faianças do grupo alcunhado de *desenho miúdo* por José Queirós, que no conjunto de Santana, se representa por 29 pequenos e pouco expressivos fragmentos de pratos, taças, mangas de farmácia e formas não determinadas (**Anexo I- 1.4: 70-74**). Estas são peças que reflectem a entrada em Portugal das novas porcelanas chinesas do período de transição entre a dinastia Ming e Qing, dominadas pela presença de paisagens naturais.³⁰⁴ Acrescentamos ainda que as porcelanas do período de Shunzhi (1644-1655) e as primeiras peças fabricadas do reinado de Kangxi (1662-1722), ou seja porcelana da segunda metade da centúria³⁰⁵ também poderão ter servido de inspiração, tal como a policromia generalizada nesta nova dinastia, que o uso do azul e vinoso pode querer reproduzir. É de referir, ainda, que esta pintura sobre peças tipicamente europeias como as taças de asas polilobuladas, vulgo “de orelhas” (**Anexo I- 1.4: 70**), ou a combinação com frisos de enrolamentos barrocos (**Anexo I- 1.4: 72**), são exemplo do cruzamento de universos e de referências culturais que foi a faiança portuguesa. O seu estilo de pintura apurado em peças de elevada qualidade técnica faz-nos pensar que se trata de uma produção de luxo, de difusão mais reduzida face à ausência de paralelo proveniente de contexto arqueológico, entre as informações que conseguimos reunir, e à reduzida representação que tem no Convento de Santana. Poderão mesmo ter representado um regresso ao virtuosismo dos oleiros do primeiro quartel da centúria, à época, também eles a experimentar a imitação das novas peças que chegavam da China. No entanto, entre as colecções dos museus portugueses e particulares, estas faianças são

³⁰¹ Museu Nacional de Arte Antiga, do Museu Nacional Machado de Castro, colecções particulares apresentadas por - A INFLUÊNCIA ORIENTAL (1994); CALADO (1992); CALADO (2003), p.79-81; PAIS; MONTEIRO (2003), 67-75

³⁰² Paralelo no Museu Nacional de Arte Antiga - CALADO (1993), p.83; no mesmo museu, no Museu Nacional Machado de Castro e em coleção particular - PAIS; PACHECO, COROADO (2007), p. 40-43

³⁰³ PAIS; PACHECO, COROADO (2007), p. 40

³⁰⁴ BAART (1987), p.26

³⁰⁵ PINTO DE MATOS (1996), 165-184

relativamente abundantes³⁰⁶, reflectindo um esforço de preservação de uma produção mais rara e de maior valor económico. A generalidade dos autores remete-as para uma produção do 3º quartel da centúria, existindo um exemplar do Museu Nacional de Arte Antiga datado de 1660.

4.1.5 - Segunda metade do século XVII / Século XVIII

Entre o conjunto da faiança do Convento de Santana, identificam-se peças com a representação de motivos heráldicos. As peças atribuíveis às oficinas de Lisboa predominam com 61 exemplares de pratos, taças, tampas, distinguindo-se pelas pastas amarelas e o seu esmalte branco, espesso, aderente e brilhante (**Anexo I- 1.5: 75-81**). As 2 peças de pasta rosada, poderão ser atribuídas a Vila Nova. A Coimbra, atribuem-se apenas 3 pequenos fragmentos de prato de pastas bege e esmalte fino e baço, não representados em catálogo.

Segundo Rafael Calado, a representação de motivos heráldicos na faiança portuguesa conhece um especial desenvolvimento a partir da década de 1640, muito em especial brasões de famílias portuguesas e das armas do rei D. João IV e de D. Luísa de Gusmão, em pleno período e espírito da Restauração.³⁰⁷ A tampa com a coroa real (**Anexo I- 1.5: 75**) poderia levar a pensar num exemplar com a representação de armas reais nesse particular contexto histórico, mas acontece que é muito semelhante, quer do ponto de vista estilístico, quer cromático com mangas de farmácia datadas da primeira metade do século XVIII.³⁰⁸ Outras peças do conjunto com o mesmo motivo encontram paralelos em exemplares datados de 1641, 1655, 1681³⁰⁹, bem como em peças de contextos arqueológicos.³¹⁰ Estas peças poderão ter surgido por encomenda da casa real tendo como objectivo a troca de presentes para afirmação de uma nova dinastia. Não pomos de lado a hipótese de ter havido uma iniciativa para a sua produção por parte dos oleiros, sendo vendida no mercado nacional e internacional. A sua presença num convento, poderá explicar-se por possíveis relações que algumas famílias destas religiosas possam ter tido com a casa real (**Anexo II- 1.1: 228**), tendo em conta que provinham de estratos elevados da sociedade, ou mesmo presentes oferecidos

³⁰⁶ Paralelos em Museu Nacional de Arte Antiga, no Museu Nacional Machado de Castro, colecções particulares, entre outros, apresentados em A INFLUÊNCIA ORIENTAL (1994), CALADO (1992), bem como da Casa Museu Guerra Junqueiro – CALADO (2003) e Fundação Carmona e Costa - PAIS; MONTEIRO (2003), 67-75

³⁰⁷ CALADO (1992)

³⁰⁸ colecção da Fundação Carmona e Costa - PAIS; MONTEIRO (2003), p.109

³⁰⁹ QUEIRÓS (2002), p.39, 55-57

³¹⁰ New England, Estados Unidos da América - PENDERY (1999), p.69

directamente ao convento. As relações do convento com a Coroa existiam desde a sua fundação, como atesta a documentação das Chancelarias régias relativa a esmolas concedidas pelos diversos monarcas.

Reconhece-se, em tampa semelhante, o brasão identificado como sendo dos Gago (**Anexo I- 1.5: 76**), e ainda, em pratos, o brasão atribuído os Silva (**Anexo I- 1.5: 80**). Não encontramos relação entre o primeiro brasão e a antroponímia identificada entre a população conventual, ao contrário do segundo, que poderá estar relacionado com religiosas com esse apelido (**Anexo II- 1.1**). Este brasão de leão rompante ao centro de escudo é o mais comum entre a faiança portuguesa, tendo conhecido grande difusão, não só em peças encontradas em Portugal, como noutros países³¹¹. Tem sido interpretado como sendo dos Silva, mas na verdade, muitas famílias portuguesas ou ramos de famílias estrangeiras estabelecidas em Portugal, possuem os mesmos elementos no brasão. Teriam sido só os Silva a participar numa grande dinâmica de encomendas e ofertas de peças de louça numa acção de promoção desta família? Ou também estas famílias? João Pedro Monteiro responde a esta questão defendendo que, originalmente, o aparecimento deste brasão correspondeu a uma encomenda da família, mas que depois se transformou num estereótipo, generalizando-se inclusivamente nas peças destinadas à exportação.³¹² Essa generalização do brasão poderá acompanhar a crescente vulgarização do consumo desta faiança que se destina, não apenas à nobreza, mas também a uma burguesia urbana emergente que certamente gostaria de imitar o seu modo de vida, a sua ostentação e luxo e o gosto por peças de boa qualidade.

As peças que mais se identificam com a comunidade são os pequenos fragmentos de fundo de prato e parede com brasões da ordem de são Domingos (**Anexo I- 1.5: 78**).³¹³ É possível que se tratem de encomendas feitas directamente pelo próprio convento ou pela ordem e depois difundidas entre as casas monásticas. Existe, ainda, um brasão de dignidade eclesiástica (**Anexo I- 1.5: 79**),³¹⁴ sendo provável que a sua presença se deva a relações entre a casa e a diocese.

Os enrolamentos barrocos constituem decoração de carácter europeu que remete para as artes decorativas azulejares e escultóricas, podendo surgir associados a outros

³¹¹ Terra Nova, Canadá – STODDART (2001), p.176; pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, na em São Salvador da Bahia, Brasil – ETCHEVARNE (2007), nº 7, p. 122

³¹² A INFLUÊNCIA ORIENTAL (1994), p.31

³¹³ paralelos em peças representadas em CALADO, 2003, p.55,75

³¹⁴ Paralelo em CALADO (2003), p.77

grupos decorativos, como o *desenho miúdo* (**Anexo I- 1.4: 72**), ou constituir o principal ornamento, nomeadamente nas abas dos pratos. No Convento de Santana, existem 3 pratos deste tipo (**Anexo I- 1.5: 82**), todos fabricados em pastas amarelas, que dão corpo a paredes finas cobertas por esmaltes espessos, brilhantes, de cor branca, associados às oficinas de Lisboa. Reinaldo dos Santos apresenta uma peça datada de 1694³¹⁵, conhecendo-se diversos exemplares semelhantes em contextos arqueológicos³¹⁶ e colecções públicas e privadas.³¹⁷

A única peça identificada como *louça conventual* na vertente pintada (**Anexo I- 1.5: 83**) trata-se de um exemplar de Lisboa, fabricado em pasta amarela, com esmalte espesso, brilhante e de cor branca. Possui paralelos quer com contextos arqueológicos³¹⁸, quer com peças de colecções.³¹⁹

Existe, ainda, um conjunto de fragmentos, com decoração em azul e vinoso, que, devido às suas reduzidas dimensões, não se conseguem distinguir os grupos decorativos a que pertencem, pelo que podem ser genericamente enquadrados na cronologia proposta. Distinguem-se as formas e as suas características técnicas. Assim, podemos atribuir a Lisboa, 69 fragmentos de pratos, taças e formas indeterminadas, pelas suas pastas amarelas, e esmalte de cor branca, espesso e brilhante. A Vila nova poderão corresponder 4 peças de pastas rosadas. A Coimbra, associam-se 10 fragmento de pratos e taças fabricados em pastas rosa e bege, com esmaltes baços, finos de cor rosada. Estes fragmentos em conjunto com todos os identificados totalizam 153 peças.

4.1.6- Último quartel do século XVII, inícios do primeiro quartel do século XVIII

Durante este período, as olarias de Coimbra continuaram a produzir o motivo das *rendas* numa versão muito mais esquemática, em peças de pastas rosadas, beges e brancas, com esmaltes finos e baços de cor amarelada ou ligeiramente rosada (**Anexo I-**

³¹⁵ SANTOS (1960), p. 49

³¹⁶ Convento do Salvador de Évora – MANGUCCI (2007), p. 2; pátio dos Estudos Gerais do Colégio dos Jesuítas, na em São Salvador da Bahia, Brasil ETCHEVARNE (2007), nº8, p. 122; Vila Flor, Rio de Janeiro, Brasil – ALBUQUERQUE (2008), nº6, p. 265

³¹⁷ Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional Machado de Castro, colecções particulares - A INFLUÊNCIA ORIENTAL (1994); CALADO, 1992; Casa Museu Guerra Junqueiro – CALADO (2003), p.89-93; Fundação Carmona e Costa - PAIS; MONTEIRO (2003), p. 103

³¹⁸ Casa dos Bicos - LISBOA SUBTERRÂNEA (1994), p.252; Mosteiro de São João de Tarouca - SEBASTIAN; CASTRO (2010), tipo A3.4.1

³¹⁹ Casa Museu Guerra Junqueiro - CALADO (2003), p.58; Museu Nacional de Arte Antiga

1.6: 84-88).³²⁰ A introdução do tema poderá dever-se ao oleiro Agostinho de Paiva, membro da importante “dinastia” de oleiros Paiva, estabelecida na região de Coimbra.³²¹ Entre estas peças destacam-se dois exemplares com corações alados, um atravessado por flecha e outro simples (**Anexo I- 1.6: 84, 87**), que encontram paralelo noutras peças de faiança desde o segundo quartel da centúria, sendo relativamente comuns. Algumas delas têm associada a palavra AMOR ou AMORS. Rafael Calado interpreta-os como pratos esponsalícios usados também nos casamentos para o transporte de alianças.³²² Peças com iconografia e associação nupcial semelhante, encontram-se entre as majólicas italianas do século XVI, nomeadamente em exemplar de Florença³²³. À luz destas interpretações, a sua presença num convento de religiosas não deixa de causar alguma estranheza. Peças trazidas de espólios familiares? Ou exemplares esquecidos na igreja do convento, onde poderão ter sido realizados casamentos? Poderemos também pensar numa adopção do tema sem ter esse carácter esponsalício e que circulassem essas peças numa dinâmica da troca de presentes, ou que fossem adquiridas e usadas pelo seu valor estético.

Por esta altura, produziam-se em Lisboa peças que ficaram conhecidas por *Monte Sinai*. A proveniência destas cerâmicas de grande qualidade foi atribuída às olarias da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai da zona ocidental de Lisboa por José Queirós em 1913, através de estudos comparativos com produções azulejares com a mesma origem.³²⁴ Os 6 fragmentos do acervo em estudo identificam-se pela sua pasta amarela, esmaltes espessos, brilhantes, quebradiços, de cor ligeiramente azulada, bem como pela decoração dividida em painéis ovalados (**Anexo I: 1.6: 89**). Ainda podemos ver nessa disposição uma remota relação com a porcelana chinesa, nomeadamente com as produções de finais do século XVII e inícios do século XVIII do reinado de Kangxi. O achado de peças deste tipo em níveis arqueológicos do século XVIII confirma a cronologia proposta.³²⁵

³²⁰ Paralelos em Fundação Carmona e Costa – PAIS; MONTEIRO (2003), p.101; Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional Machado de Castro; Museu Nacional Soares dos Reis – PAIS; PACHECO; COROADO (2007), p. 44, 59

³²¹ PAIS; PACHECO; COROADO (2007), p. 44, 51-52

³²² comunicação pessoal reproduzida em STODDART, 2001, p.59

³²³ LIVERANI (1960), est.68

³²⁴ QUEIRÓS (2002), p.42

³²⁵ Casa do Infante – BARREIRA, DÓRDIO, TEIXEIRA (1995), p.163

4.1.7- Último quartel do século XVII / século XVIII

Tal como os enrolamentos barrocos, o motivo das *contas*, aparece ora como protagonista em abas e fundos de pratos, ora como ornamento de outras temáticas decorativas, como o *desenho miúdo* (**Anexo I- 1.4: 73**). Esta associação a uma peça de influência oriental, reforça a interpretação de Rafael Calado, que vê neste motivo uma inspiração das cabeças de Ruyi.³²⁶ Estes motivos foram durante muito tempo conotados com as produções da segunda metade do século XVII, mas a descoberta de um prato com cronograma de 1767 no Convento de Santa Catarina de Sena, em Évora evidenciou o seu prolongamento no tempo.³²⁷

Os exemplares de Lisboa contabilizam-se em 9 fragmentos de pratos e taça, e identificam-se pelas pastas amarelas, dando corpo a paredes finas, cobertas por esmaltes espessos, de cor branca (**Anexo I- 1.6: 90-92**).³²⁸ Das peças de Coimbra fazem parte 13 fragmentos de pratos, de pastas rosa e branca, cobertas por esmaltes finos e baços de cor amarelada ou rosada (**Anexo I- 1.6, 93**).³²⁹

4.1.8- Segundo / terceiro quartel do século XVIII

Atribuem-se 32 fragmentos de pratos, taças e manga de farmácia à olaria de Manuel Costa Brioso (1708-1777), ceramista coimbrão que marca o auge da produção oleira da sua cidade (**Anexo I- 1.8**). Correspondem a uma primeira fase da sua produção e são fabricadas em pastas rosadas e brancas e cobertas por um esmalte baço de cor amarelada, por vezes quebradiço e pouco aderente. As formas têm paredes muito espessas. Segundo Rafael Calado, estas peças recuperam motivos barrocos “caricaturando-os” com “rusticidade”³³⁰, não deixando, no entanto, de se enquadrar nas novidades da técnica de pintura de cerâmica europeia da época, ao usar o esponjado (**Anexo I- 1.8: 95**). Na divisão da decoração em painéis ovalados alternados ou preenchidos por motivos reticulados trabalhados, não deixamos de ver uma vez mais uma ténue influência das produções do reinado de Kangxi, introduzidas indirectamente pelos artífices das olarias do Monte Sinai que se estabeleceram em Coimbra desde o

³²⁶ CALADO (2003), p.17

³²⁷ MANGUCCI (2007), p. 1

³²⁸ Paralelos em Palmela – FERNANDES; CARVALHO (2003), p. 254; Museu Nacional de Arte Antiga também os possui entre a sua coleção – CALADO (1992); Casa dos Condes de Alcoutim, Marqueses de Vila Real - GRADIM (2005), nº1, p. 194; Machico - SOUSA (2006), p. 104; Vila Flor, Rio de Janeiro, Brasil – ALBUQUERQUE (2008), nº5, p. 265

³²⁹ Paralelos em Casa do Infante, Porto - BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.161,163; Museu Nacional de Arte Antiga - PAIS; PACHECO; COROADO (2007), p. 44

³³⁰ CALADO (1992)

início do século XVIII³³¹ (**Anexo I- 1.8: 94-95**). Desenvolvem-se também esquemas decorativos petaliformes e reticulados que preenchem toda a superfície interna dos pratos (**Anexo I- 1.8: 96-97**).

O prato representado em **Anexo I- 1.8: 94**, constitui um paralelo directo com um exemplar do Museu Municipal de Viana do Castelo, com o cronograma de 1739³³², devendo ser dos mais antigos do conjunto. Níveis de contextos arqueológicos nacionais datados entre o segundo e o terceiro quartel do século XVIII, igualmente contribuíram para a proposta de datação.³³³

4.1.9- Último quartel do século XVIII

Os 4 fragmentos de prato da colecção com esta datação correspondem a uma segunda fase da produção da olaria de Manuel Costa Briosos (1708-1777), então explorada pelos descendentes³³⁴. Foram fabricados em pastas brancas e cobertas com esmalte fino, baço, da mesma cor. Relativamente ao período anterior, estas peças apresentam um maior despojamento decorativo, abandonando-se os motivos barrocos e a compartimentação em cartelas, desenvolvendo-se muito os motivos vegetalistas aplicados por esponjado (**Anexo I- 1.9: 98-99**).³³⁵

4.1.10- Segunda metade do século XVIII

Atribuem-se a Coimbra 195 fragmentos de pratos, taças e indefinidos, caracterizados pelas suas pastas brancas, rosas e beges cobertas de esmaltes finos, baços e quebradiços de cor amarelada. As formas de paredes muito espessas lembram as da olaria do Briosos. A decoração deste grupo é constituída por frisos em azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês representado pequenos motivos esquemáticos ou linhas onduladas (**Anexo I- 1.10: 100-115**). Os motivos aparentam ser variantes do motivo das contas, muito em particular o fragmento de prato representado em **Anexo I- 1.10: 104**. Tratam-se de peças de carácter popular, e de uso comum, pelo que não se encontram paralelos em colecções, exceptuado para o referido prato que corresponde, provavelmente, às primeiras produções destes motivos e seria uma peça de melhor qualidade que as restantes, podendo eventualmente ter associada a decoração

³³¹ PAIS: PACHECO; COROADO (2007), p. 52-53, 66-67

³³² PAIS: PACHECO; COROADO (2007), p. 67

³³³ Casa do Infante, Porto - BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.160

³³⁴ PAIS: PACHECO; COROADO (2007), p. 71

³³⁵ Paralelos em níveis coevos do Mosteiro de São João de Tarouca - SEBASTIAN; CASTRO (2010), A3.4.7; Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Municipal de Viana do Castelo, Colecção José Alberto Pereira - PAIS: PACHECO; COROADO (2007), p. 74-76

fitomórfica e antropomórfica no fundo como a da congénere identificada³³⁶. É em contextos arqueológicos com níveis datados da segunda metade do século XVIII, que se encontram paralelos mais evidentes para estas peças.³³⁷

4.1.11 - Século XVIII

Existem peças dos chamados grupos de *louça branca*, *louça listada* e *louça conventual* que se associam genericamente ao século XVIII, tendo sido produzidos em Lisboa e em Coimbra. A característica comum a estas peças é o seu despojamento decorativo, bem como paredes mais espessas e formas mais angulosas.

A *louça branca* de Lisboa encontra-se representada por 22 fragmentos de pratos, taças e covilhetes (**Anexo I- 1.11: 116, 117**), fabricados em pastas brancas, cobertas com esmalte espesso, aderente, brilhante, de cor branca ligeiramente amarelada. As pastas de cores rosada e bege, poderão corresponder 18 peças de origem em Vila Nova.³³⁸

A *louça listada*, com decoração de linhas azuis no bordo e fundo, de Lisboa (**Anexo I- 1.11: 119**), contabiliza-se em 11 fragmentos de prato e taça³³⁹ fabricados em pastas brancas e amarelas, com esmalte branco, um pouco quebradiço. A variante de Coimbra está representada por 11 fragmentos de pratos (**Anexo I- 1.11: 119, 120**). As pastas são de cor branca e rosa e cobertas por um esmalte fino, baço, quebradiço de cor branca amarelada.

A chamada *louça conventual* tem como uma das principais características a presença de inscrições relacionadas com o universo monástico, muitas vezes, sob a forma de abreviatura. O prato representado em **Anexo I- 1.1: 121**, constitui o único exemplar do conjunto que claramente se insere nesta tipologia, sendo de provável fabrico lisboeta.³⁴⁰

³³⁶ Prato do Museu Municipal de Viana do Castelo - PAIS; PACHECO; COROADO (2007), p. 60

³³⁷ Paralelo com Casa do Infante, Porto - BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.161-164; Mosteiro de São João de Tarouca – CASTRO; SEBASTIAN (2008), “contas/arabescos”, p. 332; Vila Flor, Rio de Janeiro, Brasil – ALBUQUERQUE (2008), nº24 e 27, p. 268

³³⁸ Paralelo com Casa do Infante, Porto - BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.161-164; Convento do Salvador de Évora – MANGUCCI (2007), p. 3

³³⁹ Paralelo com Mosteiro de São João de Tarouca – CASTRO; SEBASTIAN (2008), “faiança listada”, tipo 2, p. 332

³⁴⁰ Peças semelhantes em níveis do século XVIII, no Mosteiro de São João de Tarouca - SEBASTIAN; CASTRO (2010), tipo A3.4.6.; Convento do Salvador de Évora – MANGUCCI (2007), p. 4

4.1.12- Século XVII / XVIII

Incluimos neste grupo as peças com características que se prolongaram no tempo, ou com elevado grau de fragmentação, pelo que são vistas como ambíguas, podendo ser associadas a qualquer um dos séculos.

No primeiro caso estão os 176 fragmentos de louça branca, correspondentes a pratos, taças, especieiros, tampa e formas não identificadas (**Anexo I, 1.12: 122-123**). Estas cerâmicas, fabricadas em pastas amarelas, de paredes finas, com esmaltes espessos, brilhantes de cor branca, encontram paralelo formal e tecnológico com todos os grupos identificados, em especial nos pratos de aba, com produção atribuída aos grandes centros oleiros lisboetas responsáveis por estas cerâmicas de grande qualidade. Estas peças tiveram uma produção constante com continuidade, dada a sua simplicidade e o seu carácter eminentemente utilitário³⁴¹.

Entre as peças muito fragmentadas, destacam-se os fundos com inscrições. A variante lisboeta, com as suas partes amarelas e esmaltes brancos espessos e brilhantes, contabiliza-se em 8 fragmentos de taça, pratos, e formas indeterminadas (**Anexo I- 1.12: 124-125**). A Coimbra atribui-se um único fragmento indefinido, de pasta rosada e esmalte baço de tom rosado. Encontramos dois tipos de inscrições: palavras, de que apenas restam algumas sílabas, não identificáveis e as letras isoladas, inseridas em molduras. As letras poderão estar relacionadas com o universo conventual, ou poderão ser iniciais do nome do proprietário. Estes fragmentos poderão integrar a *louça conventual* ou qualquer um dos grupos decorativos identificados.

Existe, ainda um grande conjunto de fragmentos muito pequenos e inexpressivos, que nada mais nos dizem além das suas características tecnológicas, que as permitem atribuir aos centros produtores, e, em escassos casos, de alguns elementos que contribuem para o reconhecimento da forma. Os 350 fragmentos de provável origem lisboeta, com as suas pastas amarelas, branca, com um esmalte espesso e brilhante são a grande maioria deste conjunto, existindo 360 sem qualquer identificação formal, com um reduzido número de pratos e taças. Atribuíveis a este centro produtor e Vila Nova, são 28 peças fabricadas em pastas rosadas. Os de provável origem Coimbrã são apenas 25, identificando-se entre eles pratos, taças, tampa, e formas indefinidas.

³⁴¹ Paralelo na Casa do Infante, Porto - BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p. 152

4.2- Cerâmica comum fina decorada

O conjunto da cerâmica comum fina contabiliza-se em 114 fragmentos, correspondentes a 4% do conjunto (**Anexo IV, 5.1**), entre taças, bilhas, púcaros, potes e tampa. Trata-se de uma louça de mesa cuja produção atribuímos às oficinas alto-alentejanas de Estremoz e Montemor-o-Novo, bem como às de Lisboa, com uma cronologia que situamos entre o século XVII e inícios do século XVIII. Dividimos o conjunto em quatro grupos de fabrico tendo em conta critérios como a cor da pasta, tratamento de superfície, forma e técnica decorativa: cerâmicas engobadas com decoração incisa, engobadas com decoração incisa e pintada, engobadas com decoração incisa, empedrada e plástica e brunida com decoração incisa e modelada. Na totalidade do conjunto, verifica-se que domina o primeiro grupo (**Anexo IV- 3.1**), sendo a taça a forma mais frequente (**Anexo IV- 3.2**).

Em termos gerais, as suas principais características são a fineza e pureza das pastas, tornando possível a elaboração de pequenas peças de paredes finas, os engobes, que lhe conferem uma cor intensa ou o brunido, que permite uma textura macia, e, ainda, o aspecto relevado da sua profusa decoração, que tem afinidades com o vidro, a ourivesaria, a escultura, ou azulejaria, que lhe valem o epíteto de “*terra sigillata Moderna*”. Manuela Almeida Ferreira interpreta estas cerâmicas como manifestações do universo artístico Barroco no quotidiano doméstico, estabelecendo paralelos com a arquitectura³⁴², contrariamente à tese que a aproxima esteticamente do Maneirismo³⁴³, tendo em conta a entrada mais tardia do complexo cultural Barroco em Portugal e a duradoura influência daquele, fabricando-se estas peças desde, pelo menos, fins do século XVI.

Muitos autores de descrições de Portugal publicadas entre fins do século XVI e o século XVIII, celebraram esta cerâmica como um dos mais singulares produtos portugueses. São salientadas as suas qualidades técnicas e estéticas, devido ao virtuosismo colocado no fabrico de formas e decorações complexas, e ao barro fino e aromático que a vocacionava para o consumo de água, o que a tornava desejada na mesa e gabinetes de curiosidades de reis, príncipes e outros membros das elites, chegando encomendas da Europa e Índia. As peças de melhor qualidade são atribuídas às oficinas de Estremoz, Montemor-o-Novo e Lisboa, muito em especial as das oficinas da Maia e

³⁴² FERREIRA (1995)

³⁴³ RAMALHO, FOLGADO (1997)

Romão. O primeiro destes autores é Duarte Nunes de Leão na sua *Descrição do Reino de Portugal* de 1599 (**Anexo VIII- 3.1: 1**), discurso que encontra eco em *Flores de España, Excelencias de Portugal* (1631), de António Sousa de Macedo (**Anexo VIII- 3.1: 2**), e, no século XVIII, em *Corographia Portugueza* (1708), de António Carvalho da Costa (**Anexo VIII- 3.1: 3**), ou, ainda, em *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, de João Baptista de Castro, de 1762 (**Anexo VIII- 3.1: 4**). Segundo Carolina Michaëlis de Vasconcellos, a mais antiga referência a púcaros pedrados de Estremoz constante na literatura, é a dos *Diálogos* de Francisco de Moraes (†1572)³⁴⁴. A autora, alude, ainda, à prática da bucarofagia, popular entre as mulheres do século XVII, para efeitos estéticos, medicinais e satisfação do paladar.³⁴⁵

A pintura do século XVII revela-se uma importante fonte para o estudo deste tipo de materiais contribuindo para estabelecer uma cronologia, pelo menos, para a sua utilização nos quotidianos e revelar um pouco dos contextos de utilização destes artefactos, sendo a *Natureza Morta* o género de pintura mais recorrente.

Esta cerâmica foi das mais representadas na pintura portuguesa coeva, a par da cerâmica comum e isso acontece, sobretudo, graças a Josefa de Óbidos, referência habitual em estudos sobre estas produções.³⁴⁶ Obras como *Natureza morta com caixa e potes* (1660, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa), *Repouso na fuga para o Egipto* (1660-1670, colecção particular), *Natureza morta com doces e barros* (1676, Biblioteca Municipal de Santarém), *Natureza morta com vaso de flores* (1670-1680, colecção particular), *Natureza Morta* (sem data, colecção Gamero Civico de Sevilha), contêm a representação de peças que constituem paralelo a exemplares do conjunto estudado. Nestas obras, para além do consumo da água, como em *Repouso na fuga para o Egipto*, a cerâmica fina decorada aparece frequentemente associada a doces, o que nos leva a pensar que assim poderia acontecer num quotidiano doméstico requintado, como é o dos conventos desta época, em que significativamente aparece a tão difundida prática da confecção de doces. Surgem, também, composições de laços e flores, conferindo-lhes o estatuto de brinquinho e peça decorativa. Contemporâneo de Josefa de Óbidos, Bento Coelho da Silveira também representou algumas duas taças e uma bilha em duas obras de temática religiosa: *Jesus servido pelos anjos* (1670, colecção particular), *Ceia de Santa Clara e de S. Francisco* (sem, Igreja da Madre de Deus, Lisboa), ambas cena de

³⁴⁴ VASCONCELLOS (1957), p. 25

³⁴⁵ VASCONCELLOS (1957)

³⁴⁶ JOSEFA DE ÓBIDOS E O TEMPO BARROCO (1993)

carácter religioso onde se representam simbólicas refeições frugais de pão e água ou vinho. Em *Sala de Arte* do pintor holandês Frans Francken II (1636, Kunsthistorisches Museum, Viena), apresenta-se um “Gabinete de Curiosidades” (**Anexo VII, 4**), tão característico da época em questão e que testemunha o interesse que estas peças tinham para os colecionadores das “curiosidades” que eram estas *artificialia*, bem como a difusão destas peças pela Europa, o que nos remete para a referência de João Baptista de Castro no seu *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, em 1762, aos gabinetes de *Monsenhores e Principes de Itália*.

Escavações em contextos arqueológicos portugueses têm permitido trazer novos dados para a interpretação deste tipo de produção portuguesa. Um dos aspectos que estas fontes de informação têm corroborado e desenvolvido é a grande difusão destas produções um pouco por todas as regiões do espaço nacional, indo de encontro ao testemunho de António Carvalho da Costa que nos diz que são *muy celebrados em todo o Reyno* (**Anexo VIII- 3.1: 3**), com achados registados no Porto³⁴⁷, em Tomar³⁴⁸, Santarém³⁴⁹, Lisboa³⁵⁰, Cascais³⁵¹, Palmela³⁵², Moura³⁵³, entre muitos outros. Trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Europa e América permitiram definir mais pontos no mapa da distribuição destas peças durante o século XVII, juntando novas informações aos testemunhos dos autores coevos e às pistas traçadas pela representação na pintura europeia, que temos vindo a enunciar. Aparecem em locais habitados por mercadores portugueses estabelecidos em grandes centros europeus, como o caso de Amesterdão e Antuérpia³⁵⁴. Outros arqueossítios sem indícios um estabelecimento efectivo de portugueses, mas antes relacionados com as elites religiosas e políticas locais como em

³⁴⁷ Casal do Infante. BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995); REAL; DORDIO; TEIXEIRA; MELO (1995)

³⁴⁸ Convento de Cristo. FERREIRA (1994)

³⁴⁹ Casa do Brasil, morada que foi de Pedro Álvares Cabral em nível de entulhos datado entre os séculos XVII e XVIII eventualmente relacionado com antigo Convento dos Agostinhos da cidade. RAMALHO; FOLGADO (2000)

³⁵⁰ Convento de Santana – SARDINHA (1990-1992); Convento de S. Francisco - RAMALHO; FOLGADO (1997); Hospital Real de Todos os Santos – MOITA (1965); SARDINHA (1990-1992); RODRIGUES (2004); níveis do Terramoto de 1755 - TRINDADE; DIOGO (2003)

³⁵¹ Convento de Nossa Senhora da Piedade em Cascais. CARDOSO; RODRIGUES (1997)

³⁵² Conventos de S. Francisco e Alferrara. FERNANDES; CARVALHO (2003); Rua de Nenlhures, Rua do Salgueiro - FERNANDES (1995)

³⁵³ Convento de Santa Clara. REGO; MACIAS (1993)

³⁵⁴ BAART (1992); BARTELS (2003)

Amesterdão ou com colonos no Canadá³⁵⁵, poderão constituir evidências da presença deste tipo de materiais no âmbito de trocas comerciais ou de presentes entre elites.

Os arqueossítios identificados quer em Portugal quer no estrangeiro situam-se quase sempre em grandes centros urbanos e é constante a sua relação com uma ocupação por parte das elites sociais. Em Portugal, os sítios que, até agora, mais têm evidenciado uma utilização deste tipo de louça são os conventos, quer masculinos, quer femininos, como o Convento de Santa Clara de Moura, Conventos de S. Francisco, Palmela, Convento de Alferrara, Palmela, Convento de Santana de Lisboa, Convento de São Francisco de Lisboa; Convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais, Convento de Cristo em Tomar, surgindo a mesma quase sempre em níveis de lixos resultante da actividade desses espaços.

Os dados arqueológicos têm, também, dado a conhecer a grande variedade de formas e motivos decorativos deste tipo de peças, que passagens a propósito dos barros de Estremoz *hechos curiosamente de mil invenciones que en todas las partes son muy estimados* (**Anexo VIII- 3.1:2**) ou *feitos de artificiosas, & engenhosas formas muy celebrados em todo o Reyno* (**Anexo VIII- 3.1: 3**), apenas podem sugerir o que as fontes iconográficas parcialmente reproduzem.

4.2.1- Cerâmicas engobadas com decoração incisa

As cerâmicas engobadas com decoração incisa contabilizam-se em 82 fragmentos, entre taças³⁵⁶, púcaros³⁵⁷, potes³⁵⁸ e bilhas³⁵⁹, sendo o grupo de fabrico dominante. As pastas deste grupo são de cor que varia entre o rosado claro e o vermelho alaranjado claro. São pastas finas e depuradas, muito compactas, com elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão muito fino a médio. Todas as peças receberam um engobe argiloso de cor vermelha clara alaranjada mais escuro que o tom

³⁵⁵ Em Ferryland, na Terra Nova, escavações numa unidade de exploração agrícola que esteve sob a administração da família dos Kirke entre 1638 e 1696. Os autores relacionam a sua presença com as mulheres que habitavam a casa, Lady Sara Kirke e Lady Francis Hopkins (TUCK, GAULTON, 2002).

³⁵⁶ Paralelos em BARREIRA; DÓRDIO; TEIXEIRA (1995), p.175; CARDOSO, RODRIGUES (1997); FERNANDES (1995), nº142, p.248; FERNANDES; CARVALHO (2003), nº53-54, p.252; FERREIRA (1994), nº 407, 196; nº 427 , p. 197; RAMALHO; FOLGADO (1997), nº3,p.258; nº 7 e 9, p. 259-260; RAMALHO; FOLGADO (2000), nº1, p. 49; nº6, p. 51; REGO; MACIAS (1993), nº 1, p. 149; nº 4, p.151; nº 8, p. 152;

³⁵⁷ Paralelo em CARDOSO, RODRIGUES (1997), nº25, p. 273; REGO; MACIAS (1993), nº 26, 27, p. 158

³⁵⁸ Paralelos em RAMALHO;FOLGADO (2000), p. 49

³⁵⁹ Paralelos em RAMALHO; FOLGADO (1997), nº 12, p.261; nº 16, 17, p. 263, nº23-25, p.266; RODRIGUES (2004)

da pasta, de forma a acentuar a cor da peça. O engobe cobre todas as superfícies ou somente a superfície externa.

A principal técnica decorativa deste grupo é aplicada por incisão de estilete enquanto o barro está fresco. Pode aparecer combinada com a técnica da punção e da excisão. A decoração compõe-se em frisos de temática geométrica e esquemática, com motivos como traços oblíquos mais ou menos finos, de forma lienar, elipsoidal ou ovóide, podendo estes combinar-se entre si e/ou com linhas onduladas. Surgem também punções de forma subtriangular. (**Anexo I- 2.1**)

4.2.2- Cerâmicas engobadas com decoração incisa e pintada

As cerâmicas engobadas com decoração incisa e pintada totalizam-se em 14 exemplares, entre taças e bilhas. As pastas deste grupo são de cor vermelha alaranjada escura. Têm uma consistência muito compacta, são muito finas e com raríssimos elementos não plásticos de grão muito fino quartzíticos e micáceos. A revestir estas peças, aplicou-se em todas as superfícies, um engobe argiloso de cor vermelha alaranjada escura, próxima da cor da pasta que tem a função de acentuar.

Estas cerâmicas distinguem-se pela técnica decorativa constituída pelo desenho dos contornos dos elementos gráficos por incisão muito fina enquanto o barro está fresco. Depois de cozido, preenche-se o interior com pintura de cor branca. A temática é geométrica, com linhas onduladas, losangos, elipses, arcos (**Anexo 1- 2.2: 24; 25; 27; 30**)³⁶⁰, fitomórfica e barroca (**Anexo 1- 2.2: 26; 28; 29**).³⁶¹

4.2.3- Cerâmicas engobadas com decoração incisa, empedrada e plástica

As cerâmicas engobadas com decoração incisa, empedrada e plástica são apenas 4, entre uma taça³⁶², uma bilha, uma tampa e uma peça indeterminada. As pastas deste grupo são cor vermelha muito escura, havendo um exemplar de tom vermelho alaranjado, mais claro. Têm consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartzíticos e micáceos de grão muito fino. As superfícies das peças são revestidas por um engobe de cor vermelha muito escura, havendo um exemplar de tom vermelho alaranjado, mais claro. O engobe aproxima-se sempre do tom da pasta e, sendo mais escuro, tem a função de o acentuar.

³⁶⁰ REAL; DORDIO; TEIXEIRA; MELO (1995); TUCK; GAULTON (2002), nº1-4.

³⁶¹ TUCK; GAULTON (2002), nº3

³⁶² Paralelo em SARDINHA (1990-1992), nº3, 4, p. 499, 501); SOUSA (2006), p. 135

A técnica decorativa combina a incisão, o empedrado de quartzo e a aplicação plástica. As composições são de carácter geométrico e fitomórfico estilizado. (**Anexo I, 2.3**)³⁶³ Esta técnica sobreviveu até hoje nas produções alto-alentejanas de Estremoz, Nisa e Montemor-o-Novo, aplicada em bilhas e púcaros, entre outras formas.³⁶⁴

4.2.4 - Cerâmicas brunidas com decoração incisa e modelada

As cerâmicas brunidas com decoração incisa ou modelada somam-se em 14, entre taças³⁶⁵ e um púcaro³⁶⁶. As pastas utilizadas no fabrico das peças deste grupo são de cor vermelha acastanhada, muito finas, depuradas e compactas com raríssimos elementos não plásticos quartzíticos e micáceos de calibre muito fino.

A técnica decorativa mais presente neste conjunto é a modelagem com auxílio de estilete. O estilete é utilizado para marcar na peça as características depressões na superfície externa, cujo efeito é acentuado pela pressão exercida pelos dedos do oleiro na superfície interna, no sentido contrário, deixando vestígios das suas impressões. Surge ainda um caso de uma peça brunida com decoração incisa. Os motivos decorativos são constituídos por frisos de círculos e formas ovóides e elípticas (**Anexo I- 2.4**).

4.3- Porcelana Chinesa

O conjunto porcelânico chinês estudado constitui um grupo minoritário, contabilizando-se em 86 peças, correspondendo a 3% do conjunto (**Anexo IV- 5.1**). A amplitude cronológica do conjunto tem como limites os inícios do reinado de Zhengde da dinastia Ming (1506) e os fins do reinado de Kangxi da Dinastia Qing (1722). A Dinastia Ming predomina no conjunto, com 80 peças face a 4 da Dinastia Qing, havendo uma especial preponderância do grupo das peças Jiajing, com 29 peças, seguindo-se as Wanli, com 21. (**Anexo IV- 4.1**) Pratos, taças e pote, são as formas identificadas, sendo a primeira a predominante (**Anexo IV- 4.2**).

³⁶³ Paralelo em BARTELS (2003), p. 73; SARDINHA (1990-1992)

³⁶⁴ PARVAUX (1969)

³⁶⁵ Paralelo em CARDOSO; RODRIGUES (1997), nº26, 27, p.283; FERNANDES (1995), nº 134, p. 248; REGO, MACIAS (1993), nº4, p.151; nº13, p.152;

³⁶⁶ Paralelo em FERREIRA (1994), nº 399, p.194; GOMES;GOMES; CORREIA;SERPA (1991), Q13/C2, p.423

A colecção, na sua pequena escala, encontra paralelo com peças e colecções do espaço nacional, como a do Palácio de Santos³⁶⁷, Colecção Amaral Cabral³⁶⁸ e a abundantemente citada Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves³⁶⁹, bem como de escavações arqueológicas em contexto urbano de Silves³⁷⁰, Palmela³⁷¹, Tomar³⁷², ou subaquático, como o Naufrágio de Nossa Senhora dos Mártires em São Julião da Barra (1606)³⁷³ sendo representativa quanto aos principais tipos de peças consumidas em Portugal.

4.3.1- Dinastia Ming, reinado de Zhengde (1506-1521) / inícios do reinado de Jiajing (1522-1566)

É com a Dinastia Ming, que se inicia a corrente de exportação massiva de porcelana chinesa para o mercado europeu, com especial intensidade a partir do reinado de Jiajing, fruto de uma maior dinâmica de contacto marítimo protagonizado por portugueses e holandeses. A fineza da pasta e os delicados motivos em azul de cobalto, introduzido pela Dinastia Yuan (1279-1368), principais características destas peças, são elementos exóticos que atraíram os europeus interessados, de um ponto de vista eminentemente estético, por peças cuja temática decorativa remete para o universo budista e taoista, expresso simbolicamente em motivos fitomórficos, faunísticos ou antropomórficos. Jingdezhen, na província de Jiangxi no Sul da China, assume-se como o grande centro produtor ao longo da dinastia.³⁷⁴

As peças do reinado de Zhengde são das primeiras porcelanas chinesas a chegar ao mercado europeu através da Índia, no âmbito das novas dinâmicas comerciais protagonizadas pelos portugueses. São peças de prestígio, raras e luxuosas, com que D. Manuel presenteou cortes europeias ou até o convento da Madre de Deus em Lisboa, oferecendo 12 peças à Abadessa e freiras.³⁷⁵ Na presente colecção encontra-se representado por 2 fragmentos. As pastas deste grupo são um pouco mais espessas, e tonalidade branca um pouco mais escura e acinzentada, sendo igualmente muito compactas e depuradas. Um vidrado espesso e de cor azulada é uma característica destas

³⁶⁷ LION-GOLDSCHMIDT (1988)

³⁶⁸ AZUL E BRANCO DA CHINA (1997)

³⁶⁹ PINTO DE MATOS (1996)

³⁷⁰ Poço-cisterna de Silves - GOMES;GOMES (1996)

³⁷¹ Rua de Nenhures – FERNANDES (1995)

³⁷² Convento de Cristo - FERREIRA (1994)

³⁷³ DESROCHES (1994)

³⁷⁴ (PINTO DE MATOS, 1996, p. 24-31).

³⁷⁵ PINTO DE MATOS (2002/3), p. 37

peças, podendo ser baço, ou brilhante. Conhecem-se desta época diversas peças como potes e pratos com pinturas de contornos pouco nítidos, esbatendo-se, representando enrolamentos de flores de lótus integradas em hastes rematadas por flores estilizadas (**Anexo I- 3.1: 1, 2**).³⁷⁶

4.3.2- Dinastia Ming, reinado de Jiajing (1522-1566)

Este período constitui aquele que se encontra mais largamente representado no presente conjunto, com 29 peças, tendo sido durante o mesmo que a importação de produções em porcelana chinesa se começa a generalizar no mercado europeu, em virtude da intensificação dos contactos directos com a China a partir da década de vinte do século XVI. Na segunda metade da centúria, a porcelana era já produto comercial de massa, ainda que reservado às elites.³⁷⁷ O conjunto estudado é constituído por peças fabricadas em pastas finas, de vidrado muito translúcido e brilhante, com pintura de azul de cobalto de tom escuro em traços finos e firmes, com iconografia de simbologia budista e taoista. O despojamento decorativo, marcado pela ausência de pintura no anverso da caldeira é uma expressiva característica do reinado de Jiajing que se manterá até ao reinado de Wanli.³⁷⁸

São temáticas decorativas clássicas os “Oito objectos preciosos”, emblemas religiosos budistas e taoistas representados nas abas pratos, em conjunto com flores e pêssegos, (**Anexo I- 3.2: 3-7**)³⁷⁹, e em tampa de pote (**Anexo I- 3.2: 17**), onde também figura uma peónia e suas folhas, símbolo boa sorte do amor e da Primavera. Esta aparece como motivo central de outro prato, rodeada de cercadura de cabeças de *ruyi*, emblema da autoridade monástica budista (**Anexo I- 3.2: 8**)³⁸⁰, que volta a surgir noutro pote (**Anexo I- 3.2: 16**), combinada com uma grega. A atribuição do fragmento a este período permanece em dúvida, devido à ausência de um paralelo directo e à recorrência da iconografia ao longo da dinastia Ming, contudo as características do fabrico, parecem

³⁷⁶ Paralelo em AZUL E BRANCO DA CHINA (1997), p.58-59, fig.7; p. 60-61, fig.8

³⁷⁷ PINTO DE MATOS (1998), p.99-100

³⁷⁸ PINTO DE MATOS (1996), p. 25-28; 273-280

³⁷⁹ Paralelos em: Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves - PINTO DE MATOS (1996), p.60-61, cat.11; Coleção Amaral Cabral - AZUL E BRANCO DA CHINA (1997), p. 80, fig. 20; tecto da Sala das Porcelanas do Palácio de Santos - LION-GOLDSCHMIDT (1988), p.28, figs. 40-42; Praça Cristóvão Colombo, Funchal - GOMES; GOMES (1995), p. 335

³⁸⁰ IMPEY (1992), p.18-19, C.M.P.111; PINTO DE MATOS (1996), pp.94-95- fig. nº32, datado do terceiro quartel do século XVI; LION-GOLDSCHMIDT (1988), p.27, Fig.38.

apontar para cronologias situadas em meados do século XVI no reinado de Jiajing³⁸¹. As representações zoomórficas são utilizadas para transmitir valores caros às filosofias budista e taoísta. Garças em paisagem lacustre (**Anexo I- 3.2: 10**)³⁸² ou o grou (**Anexo I- 3.2: 12**)³⁸³ são símbolos de longevidade. O cavalo a galope representa a velocidade e a perseverança (**Anexo I- 3.2: 11**).³⁸⁴

Além da iconografia figurativa, são características as decorações geométricas ou esquemáticas. Taças com decoração *Kinrande* são peças relativamente comuns, tendo larga difusão nos mercados europeus e contextos portugueses (**Anexo I- 3.2: 14; 15**).³⁸⁵ O prato de motivos subtriangulares na aba (**Anexo I- 3.2, 13**) constitui um exemplar um pouco mais raro deste universo, distinguindo-se pelo bordo recortado e paredes caneladas.³⁸⁶ Escamas na aba e medalhões polilobados são outros tipos de decoração esquemática (**Anexo I- 3.2: 9**).³⁸⁷

4.3.3- Dinastia Ming, segunda metade século XVI: fins do reinado de Jiajing (1522-1566), reinado de Longqing (1567-1572), inícios do reinado de Wanli (1573-1619)

São atribuíveis a qualquer um destes reinados 21 peças, com gradações de tonalidades de azul, que se dividem em duas temáticas decorativas: as paisagens e os enrolamentos fitomórficos estilizados. Enquadram-se no primeiro grupo as peças que retratam ambientes naturais com elementos ornitomórficos, fitomórficos e/ou rochedos, como as taças em **Anexo I- 3.3: 27-28**)³⁸⁸ ou os pratos em **Anexo I- 3.3: 21-22**)³⁸⁹, paisagens aquáticas, com a fauna e flora características como o ganso (**Anexo I- 3.3: 18**), símbolo de fidelidade conjugal, o lótus (**Anexo I- 3.3: 19**), símbolo sagrado da pureza e os juncos (**Anexo I- 3.3: 20**)³⁹⁰, ou ainda, embarcações e pagodes (**Anexo I-**

³⁸¹ A única combinação destes dois motivos que conhecemos em pote e com a mesma distribuição na peça, é num exemplar hexagonal apresentado em MACINTOSH, 1986, p. 56, fig.41, datado do período Zhengde, hipótese de datação afastada pela qualidade do fabrico.

³⁸² PINTO DE MATOS (1996), p.87, cat. 28; LION-GOLDSCHMIDT (1988), p.34-36, Fig. 55, 57, 59.

³⁸³ AZUL E BRANCO DA CHINA (1997), p.94-95 fig.28 e POPE (1956), p. 190, 29.275

³⁸⁴ AZUL E BRANCO DA CHINA (1997), p.72-75 figs. 14,15, 16.

³⁸⁵ Paralelos em AZUL E BRANCO DA CHINA (1997), p.64-67, fig.10, 11; p.84, fig.22; p.96-97, fig.29, bem como em diversos arqueossítios portugueses de que são exemplos; GOMES;GOMES (1996), p.195, fig.42, no poço-cisterna de Silves; FERNANDES (1995), p. 255, nº 205, em Palmela, Convento de Cristo; em Tomar – FERREIRA (1994), p.151, nº195; Convento de Santa Clara-a-Velha - SANTOS (2002), p. 56, SCV195; Palácio Mogo de Melo, Torres Novas - CARREIRA (2005), p. 82

³⁸⁶ LION-GOLDSCHMIDT (1988), p.33, Figs.53 e 54)

³⁸⁷ Exemplar semelhante em LION-GOLDSCHMIDT (1988), p.39, Fig. 66.

³⁸⁸ Paralelos com em pratos apresentados em PINTO DE MATOS (1996), p. 80-83, 96, 97 cat. 24, 25,36, bem como em AZUL E BRANCO DA CHINA (1997), p. 88,89,108,109, fig. 25,34.

³⁸⁹ PINTO DE MATOS (1996), p. 78-83, cat. 22-26

³⁹⁰ PINTO DE MATOS (1996) ,p.68,cat.15; LION-GOLDSCHMIDT,1988, p.32, Fig. nº32.

3.3: 23)³⁹¹, figurando estes igualmente em paisagens de montanha (**Anexo I- 3.3: 24-26)**³⁹². Do segundo grupo fazem parte peças como os pratos em (**Anexo I- 3.3: 29-30)**.³⁹³

4.3.4 – Dinastia Ming, reinado de Wan Li (1572-1619)

Este período encontra-se representado por 21 das peças, constituindo exemplares da chamada *Kraakporselein*, cujo comércio foi protagonizado pela Companhia das Índias Orientais holandesa, que, a partir de 1602, suplantou o domínio português nas relações comerciais europeias com o Oriente. Produzida em massa para o mercado europeu, esta porcelana rapidamente se disseminou entre as camadas burguesas. A alteração do esquema decorativo, com maior preenchimento da superfície decorada, ocupando, no caso dos pratos, a caldeira, é uma das características mais marcantes das peças deste período. As pastas são mais finas e as gradações da tonalidade de azul são mais variadas.³⁹⁴ As peças que aqui apresentamos provêm da oficina de Jingdezhen, na província de Jiangxi, havendo um único exemplar atribuído à província de Guangdong ou Fujian.

As peças mais características deste período são os pratos com decoração da aba e parede dividida em pequenos compartimentos, com representações de motivos fitomórficos, como a “Glória da Manhã” e emblemas religiosos, como os “ Oito objectos preciosos”, que tiveram uma difusão enormíssima pela Europa ao longo do século XVII, sendo comumente representadas na abundantemente estudada pintura holandesa de *Naturezas-Mortas* (**Anexo I- 3.4: 31; 32; 34; Anexo VII- 5)**.³⁹⁵ A peça em **Anexo I- 3.4: 33**³⁹⁶, com a representação, no fundo, de um rochedo, parece ser um prato semelhante. Contrastando com estes, pela sua simplicidade decorativa, surge um prato sem decoração na aba e caldeira, pertencendo a uma menos vulgar tipologia (**Anexo I- 3.4: 35)**.³⁹⁷ Típicas deste período são, também, as pequenas taças de bordo recortado, contendo decoração vegetalista (**Anexo I- 3.4: 36**)³⁹⁸, ou motivos faunísticos, como um

³⁹¹ PINTO DE MATOS (1996), p.69, cat. 16

³⁹² PINTO DE MATOS (1996), p. 84-91, cat.28-30.

³⁹³ PINTO DE MATOS (1996), p. 68, cat.15

³⁹⁴ PINTO DE MATOS (1996), p. 30

³⁹⁵ DESROCHES (1998) p. 248; DESROCHES (1994), p. 246, 336-337, cat. 103; AZUL E BRANCO DA CHINA (1997), p.152-154, fig.61-63; LION-GOLDSCHMIDT (1988), p.52-53, n.º89-90.

³⁹⁶ PINTO DE MATOS (1996), p.110-111, cat.44.

³⁹⁷ LION-GOLDSCHMIDT (1988), p.43, Figs.74 e 75; DESROCHES (1998), p.358,359, cat. N.º 13

³⁹⁸ PINTO DE MATOS (1996), p.114-115, cat.46 e 47

pequeno insecto (**Anexo I- 3.4: 37**).³⁹⁹ Outro tipo de taça muito comum é a da representação do gamo, símbolo de longevidade (**Anexo I- 3.4: 38**).⁴⁰⁰

A dar testemunho da difusão comercial do produto de outras oficinas, encontra-se a taça dita tipo *Swatow* atribuível às oficinas das províncias de Guangdong ou Fujian, no Sul (**Anexo I- 3.4: 39**). Estas produções são caracterizadas pela sua rusticidade, identificando-se pelo grés porcelânico da pasta, o vidrado azulado, espesso e baço e os motivos fitomórficos pintados a azul de cobalto acinzentado sem contorno a traços espessos.⁴⁰¹

4.3.5 – Últimos Ming: reinado de Wan Li (1572-1619), Taichang (1620), Tianqui (1621-1627), Chongzhen (1628-1644).

De atribuição cronológica algo imprecisa, situamos a invulgar taça em **Anexo I- 3.5: 40** no período correspondente aos últimos reinados da Dinastia Ming, segundo o paralelo encontrado.⁴⁰² Taças que combinam aplicações de figurinhas antropomórficas não vidradas em *biscuit*, com motivos desenhados por excisão da pasta ou pintura surgem nestes últimos reinados. Algumas destas taças podem ter uma tampa associada com pega em *biscuit*. As figurinhas antropomórficas representam os “Oito Imortais Taoístas”, figuras virtuosas e protectoras que atingiram a imortalidade, sendo cinco consideradas mitológicas e três com existência histórica. São, respectivamente, os casos de Lain Zaihe, protector dos floristas e de He Xiang, sábia protectora da casa e do casamento, possíveis interpretações para a figurinha da presente taça, atendendo aos seus atributos, o cesto do primeiro, e o lótus da segunda.⁴⁰³ Estas figuras costumam aparecer agrupadas duas a duas, distribuídas por quatro medalhões na superfície externa das taças. A sua gramática decorativa remete para o universo Wanli, com a parede revestida com esquema de suásticas e os medalhões compartimentando motivos decorativos, presente em diversas peças.⁴⁰⁴ Numa pintura do holandês Willem Kalf de 1662, encontramos representada uma taça pertencente a esta tipologia, mas na modalidade pintada. A face em primeiro plano ostenta um par destes “Imortais

³⁹⁹ Paralelo numa peça pertencente à colecção Távora Sequeira Pinto apresentada na exposição *Exotica* patente entre Outubro de 2001 e Janeiro de 2002 em Lisboa, na Fundação Gulbenkian - FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2001) p.212, n.94

⁴⁰⁰ DESROCHES (1994) p. 344-345, CAT. 117; IMPEY (1992), p.26-27; POPE (1956), p. 107, 29 388; PINTO DE MATOS (1996), p.115, cat. 47

⁴⁰¹ PINTO DE MATOS (1996) p.144-145, cat.67; DESROCHES (1994), p.356, 357

⁴⁰² HOBSON (1976), p.75-76, pl.78, fig. 1

⁴⁰³ MACINTOSH (1986), p. 157, 158.

⁴⁰⁴ Como os potes apresentados em PINTO DE MATOS (1996), p.102-105, cat.37-39

Taoístas”, onde se reconhece He Xiang, com túnica pintada de vermelho e segurando o lótus de forma muito semelhante à da taça em estudo (**Anexo VII- 6**). Esta aparenta ser de carácter muito mais esquemático e de menor virtuosismo artístico que as congéneres identificadas.

4.3.6 – Dinastia Qing, reinado de Kangxi (1672-1722)

A dinastia Qing dá continuidade ao policromatismo explorado nas peças *Wucan* (cinco cores) do chamado Período de Transição da porcelana situado entre a fase final da dinastia Ming e inícios da dinastia Qing. As formas seguem modelos europeus ao gosto dos seus encomendadores, tendência que se acentua ao longo da dinastia. Essa adaptação ao universo tipológico europeu acompanha a multiplicação das formas da cerâmica de mesa e decoração que se observou desde os fins do século XVII e com plena expressão no século XVIII, fruto de novos hábitos à mesa e demais vivências dos espaços domésticos. Os temas também se europeizam, perdendo o lugar do universo mitológico e religioso budista e taoista para gramática vegetalista e estilizada de pendor eminentemente decorativo. Em Portugal, o comércio destas peças será protagonizado pela “Companhia das Índias Orientais”, pelo que vulgarmente se chamam às peças desta Dinastia de “Companhia das Índias”.⁴⁰⁵

A única peça da colecção atribuível a este período trata-se de um pequeno fragmento de morfologia indefinida e insere-se no grupo da chamada “família verde”, apresentando tons de verde, vermelho e dourado numa característica pasta modelada com caneluras (**Anexo I- 3.6: 41**).⁴⁰⁶

4.3.7 – Dinastia Qing, reinado de Qianlong (1736-1795)

Identificaram-se 3 pratos atribuídos a esta cronologia, sendo fragmentos muito lacónicos, pelas suas dimensões e desgaste, que oferecem algumas dúvidas quanto à classificação, uma vez que apresentam motivos e um cromatismo comum entre as peças Kangxi e Qianlong (**Anexo I- 3.7: 42-43**). Optámos por esta classificação por uma certa sobriedade decorativa, com mais áreas de peça deixadas em branco, e por uma temática vegetalista, que parece aproximar-se mais deste universo.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ PINTO DE MATOS (1996), p. 33-36.

⁴⁰⁶ PINTO DE MATOS (1996), p.204-209, 214, 222-225, cat.111-114, 119, 125, 126

⁴⁰⁷ PINTO DE MATOS (1996), p.252, 253, cat. 147, 149

Conclusão

O presente trabalho procurou dar a conhecer o panorama geral da história do Convento de Santana de Leiria, bem como identificar e caracterizar diferentes aspectos da sua vivência, com especial incidência para o período entre a fundação, em 1494 e as Invasões Francesas de 1810. À cerâmica arqueológica, como parte da cultura material da casa, entendida como mais um aspecto da sua vivência, deu-se especial destaque, como ponto de partida que foi.

Entre os dados arqueológicos e a informação das fontes escritas, o período entre a fundação e o século XVII apresenta-se ainda muito mal conhecido, devido à fraca ocorrência de materiais, resultante da natureza da intervenção, bem como à escassez de documentação, que foi sendo destruída ao longo da História. O século XVII e a primeira metade do século XVIII afirma-se como o período de maior expressão da casa, tanto do ponto de vista arqueológico, porque a concentra a maior parte do espólio estudado, como do ponto de vista documental, porque as fontes são mais abundantes, dando a conhecer os aspectos base de um modelo de vivência típico dos conventos femininos no Antigo Regime. Essa vivência integra-se numa dinâmica socioeconómica e devocional com área de influência eminentemente local e regional, desenvolvendo-se em vários âmbitos como: recepção das filhas de famílias das elites burguesas e de alguns membros da nobreza como professoras; recolhimento de mulheres seculares; exploração enfitética do seu património rural; funcionamento como instituição de crédito; assistência à população em período de epidemia; amparo espiritual, através de missas e instituição de capelas, e inerentes legados pios.

Um convento é uma unidade multifuncional, onde a dimensão espiritual necessariamente convive com uma dimensão material. O conjunto cerâmico apresentado constitui o testemunho material da dimensão mais mundana na vida quotidiana do Convento de Santana de Leiria, tratando-se de uma cultura material que decorre de um fenómeno mais abrangente de pressão do mundo secular sobre o mundo conventual

A intervenção arqueológica que teve lugar no Mercado de Santana de Leiria, entre 1999 e 2000, forneceu um vasto conjunto de espólio arqueológico que constitui os vestígios materiais do quotidiano desta comunidade. O conjunto, diacronicamente atribuível ao período entre a fundação e a extinção da casa, é maioritariamente constituído por cerâmica, contabilizada em dezenas de milhares de fragmentos. Os

grupos das cerâmicas comum e vidrada permanecem por estudar e são os mais abundantes, à semelhança do que acontece com a generalidade dos arqueossítios análogos.

De acordo com as nossas opções metodológicas, realizou-se o estudo de 3026 fragmentos de cerâmica correspondentes aos grupos da faiança portuguesa, cerâmica comum fina decorada e porcelana chinesa datáveis entre os séculos XVI e XVIII. O primeiro grupo constitui a esmagadora maioria, representando 93% com os seus 2826 fragmentos, o segundo corresponde a 4%, contabilizando 114 exemplares, restando as 86 peças do último com 3% (**Anexo IV, 5.1**). Constitui um acervo, que, tratando-se, embora, de uma pequena parte do que foi a totalidade da cerâmica consumida, aparenta ser muito representativo das principais tipologias dentro cada grupo consumidas no território português e destinos de exportação internacionais, de acordo com os paralelos encontrados.

Tal como a informação documental para os séculos XV e XVI da história da casa, as peças identificadas com a mesma cronologia revelaram-se escassas, sobretudo para o que seria de esperar do grupo da louça branca de uso comum. O século XVI, é sobretudo, representado pela porcelana chinesa Ming. O século XVII, muito em especial o período do 2º/3º quartel é aquele em que se concentra esmagadora maioria da cerâmica estudada, sendo na quase totalidade constituída por faiança portuguesa, tendo as oficinas de Lisboa um especial protagonismo, sendo as peças de muito boa qualidade. No século XVIII, a quantidade de cerâmica decresce, mas é Coimbra que passa a constar como principal centro fornecedor. Uma considerável quantidade de fragmentos, quer pelas suas características, quer pelo seu grau de fragmentação ficou passível de atribuição quer ao século XVII, quer ao século XVIII (**Anexo IV- 5.3**).

Vários factores podem estar por trás desta distribuição. Em primeiro lugar, salientam-se as condições de escavação e jazida, dado tratar-se de uma área limitada na extensão total do que poderia ter sido a área de depósito ao longo dos três séculos de ocupação do espaço como convento, sujeita a sucessivos revolvimentos.

Por sua vez, a própria dinâmica da produção de faiança nacional poderá também fornecer justificação, já que no século XVII, em particular entre o 2º e 3º quartel conheceu o seu auge de produção.

Por último, os factores socioeconómicos, uma vez que a casa conheceu o seu apogeu entre os séculos XVII e primeira metade do século XVIII, por mercê da maior presença de elementos da nobreza e aristocracia local, estabilidade, apesar das crónicas dificuldades da casa enquanto instituição, e porque, em termos demográficos, o convento teve, nesta época, o seu auge. Embora tenhamos registado o maior número de indivíduos em 1747, 60 religiosas e 67 indivíduos no total (**Anexo III- 1**), e a maior média anual no segundo quartel do século XVIII, com 47 religiosas 52 habitantes no total, números aquém da realidade, a referência continuam a ser as 70 religiosas identificadas em 1626 por Frei Luís de Sousa⁴⁰⁸, dada a natureza limitada e meramente indicativa das fontes. Pensamos que o factor social poderá prevalecer sobre o demográfico, uma vez que as peças poderiam ser da posse individual das religiosas de maior poder económico, como por exemplo as filhas do Marquês de Vila Real, D. Filipa de Meneses e D. Maria de Lara (**Anexo I- 1.1, 67, 109**), entre as muitas outras famílias identificadas em **2.3.1**, e que concentrariam junto de si grandes serviços. Há que ter sempre em conta, também, que o uso destas peças, muito em particular as porcelanas e as faianças de boa qualidade, pode ter-se estendido muito para além da sua época de produção uma vez que se tratavam de peças de valor, muito provavelmente trazidas da casa de família e que até podiam ter já pertencido a gerações anteriores. Por outro lado, à semelhança do que se registou, por exemplo, no Convento do Salvador de Évora, a faiança pode ter sido substituída no século XVIII, por peças em estanho⁴⁰⁹, ou de qualquer outro material.

A cerâmica estudada trata-se, essencialmente, de louça de mesa, sendo o prato a forma mais abundante, com 2072 fragmentos, seguido da taça com 415. Junta-se a este grupo o púcaro, o covilhete, o especieiro e o jarro. Nos pratos e taças, exceptuando os grandes pratos de porcelana, são evidentes as marcas de uso. Bilhas, potes, mangas de farmácia e caixa podem ter acumulado a sua função de armazenamento com a decoração (**Anexo IV- 5.2**). Esta função também pode ter tido os pratos e o jarro, bem como, genericamente, a porcelana chinesa e a cerâmica comum fina decorada, pelo seu carácter de brinquinho. Os espaços da utilização desta cerâmica (**Anexo III- 9**) serão a cozinha, o refeitório, a botica, a enfermaria (em particular a manga de farmácia⁴¹⁰), a

⁴⁰⁸ SOUSA (1866), p. 482

⁴⁰⁹ MANGUCCI (2007), p. 3; efectivamente, entre o espólio exumado constam alguns pratos em estanho

⁴¹⁰ Os serviços de médico encontram-se documentados: Nicolau de Miranda - ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 70-71v, 04/09/1631; João Rodrigues Quadros - ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15., fl. 140-141v, 16/07/1732

hospedaria, vigararia, noviciaria, mas também a cela, se religiosas houve que se apartavam dos deveres da comunidade e comiam sozinhas nos seus aposentos, com a sua baixela particular e servidas pelas suas criadas (**Anexo VIII- 1.1.1: 3; 1.1.6: 12**), ou se as enfeitavam com objectos curiosos (**Anexo VIII- 1.1.1**). Quando inutilizável, a cerâmica era deitada fora e depositada com o restante lixo doméstico na cerca, contexto da descoberta dos materiais em estudo.

Pensamos que a cerâmica de maior valor estético e económico como a porcelana chinesa, a cerâmica comum fina decorada mais elaborada e a melhores peças de faiança portuguesa pintada, bem com peças com mais evidente carácter decorativo como a caixa ou os potes chineses, seriam da posse individual das religiosas⁴¹¹, nomeadamente as de mais elevado estatuto, como as professoras, que correspondem a indivíduos que pagam dote mais elevado (**Anexo III- 2**), das noviças e das recolhidas de maior estatuto socioeconómico. São peças que constituem todo um apelo aos sentidos, pelo toque, pelo brilho, pela cor, como a faiança ou a porcelana, mas também pelo cheiro e sabor, como cerâmica comum fina. A louça branca e conventual, nomeadamente a que ostenta o brasão da ordem de São Domingos, seria de uso comum da casa, e provavelmente adquirida colectivamente pela comunidade e usada em espaços colectivos como a cozinha, o refeitório, massaria, ou a enfermaria. Os registos de despesas quotidianas de conventos femininos, como o do Convento do Salvador de Évora, não sendo muito precisos na tipologia da louça comprada pela comunidade, apontam para uma preferência pela louça branca⁴¹², que na sua simplicidade e uniformidade, é mais consentânea com o *voto de pobreza*, e a anulação da individualidade e sensualidade que as normas e moral inerente à vida religiosa impõem. Ao contrário da faiança decorada, mais facilmente a louça branca corresponderá à “*loyça, e toda esta groceyra da que se faz na nossa terra*”, preferida em detrimento de peças de luxo (**Anexo VIII- 1.1.3: 7**). É interessante verificar, em contexto conventual masculino, como a louça mais despojada, como a *branca, conventual e listada*, predomina sobre a decorada., ao contrário do conjunto em estudo.⁴¹³

Se as normas morais inerentes à vida religiosa expressas nos votos perpétuos em especial o da *pobreza* e consagradas nas *Regras e Constiuições* com discurso propagado

⁴¹¹ Hipótese colocada para o mesmo tipo de faiança e porcelana no Convento de São Francisco de Lisboa - TORRES (2011), p. 88-90

⁴¹² MANGUCCI (2007), p. 3

⁴¹³ TORRES (2011), p. 57

pelos autores moralistas, fazem a apologia da renúncia à propriedade individual e da preferência por objectos mais modestos (**Anexo VIII- 1.1.3**), tal como noutros conventos, verifica-se que as religiosas de Santana contrariam esses princípios. Da posse de espólio valioso, o testemunho mais expressivo é do de Soror Clemência Maria da Soledade e Soror Joana Vicência de Santa Teresa (**Anexo II- 1.1: 212, 228**), irmãs, a quem o tio D. Frei José de Sousa Castelo Branco deixa em testamento, datado de 1737, duas salvas de prata lisas que andavam no serviço de sua mesa. Esta posse de objectos advém da mesma lógica que faz com que a primeira e outras religiosas tenham fontes de rendimento particulares como as tenças que depois aplicavam em operações financeiras ou compra de foros a retro aberto, conforme em **2.4.7**. Muitas dessas tenças são deixadas pelos dotadores aquando da entrada para o convento, para assegurar um sustento condigno que a débil economia conventual depauperada de capitais, vivendo de rendimentos agrícolas (**Anexo III- 3**) ou juros e pedidos de empréstimo (**Anexo III- 4; 5**), não poderia fornecer. É muito provável que o enxoval levado também contasse com o apoio familiar, e, assim, entre os bens e os valores exigidos pela comunidade, as religiosas trariam das suas casas as suas baixelas. No caso de religiosas, que entraram por factores de ordem social, como o serem filhas segundas afastadas das redes matrimoniais, ou a orfandade, ou a viuvez, conforme em **2.3.1**, a resistência às exigências de uma vida comunitária e modesta não desejada por vocação, podia passar pelo conforto de uma recriação do ambiente familiar das suas *casas de estrado*. Para isso enfeitam-se as celas, trazem-se criadas particulares e escravas (**Anexo II- 1.2: 4; 1.3.1: 5, 6, 7, 16; Anexo II- 1.3.2**). A tarefa ficaria mais facilitada, quando no convento se encontram irmãs, primas, tias e outras parentas, amigas, pois, tal como se apontou em **2.3.1**, existiam muitas relações de consanguinidade entre religiosas, fruto das relações matrimoniais no pequeno microcosmo social das elites leirienses, e não só. Por outro lado, a posse e uso individual de objectos com valor económico e/ou estético, como as cerâmicas decoradas em estudo, poderá ter feito parte da estratégia mais ou menos consciente de distinção social entre as religiosas do convento, similarmente ao uso do título de “Dona” nas assinaturas de elementos pertencentes às elites, como as referidas filhas do Marquês de Vila Real.

Contudo, a generalidade das peças de cerâmica em estudo, não sendo comuns e superando em qualidade e estética, o que se esperaria, teórica e moralmente, de uma comunidade religiosa, à luz dos valores morais impostos, não são particularmente

extraordinárias ou luxuosas em relação a muitas congéneres que figuram em colecções privadas e particulares, que servem de modelo aos estudos de História da Arte, o que se poderá relacionar com o carácter mediano das famílias de que são oriundas as religiosas, dentro do universo das elites locais, o que necessariamente, tal como já se disse, teve expressão no mediano valor do dote do convento (**Anexo III- 2**). Aparentam ser peças que, apesar do seu valor elevado, mas ainda assim acessível⁴¹⁴, são estandardizadas, sem evidência de se tratarem de encomendas especiais.

O grupo de peças que mais evidentemente teria um carácter de luxo e que constituiria parte de baixelas particulares é o da porcelana chinesa. As peças do reinado de Zhengde (**Anexo I- 3.1**), antes da massificação do consumo de porcelana, e taça com decoração antropomórfica (**Anexo I- 3.5: 40**) serão dos objectos mais excepcionais do conjunto e certamente que pertenciam a alguém muito abastado, com acesso a peças de alguma raridade como, por exemplo as já citadas filhas do Marquês de Vila Real. A porcelana chinesa, ou a *louça da índia*, rapidamente difundida entre as elites um pouco por todo o país⁴¹⁵, foi dos objectos de luxo mais criticados em contexto conventual (**Anexo VIII- 1.1.3: 7**).

Muitas destas peças poderão tratar-se de presentes enviados por membros da aristocracia local, que estabeleceria relações com as religiosas, motivadas por uma origem social e familiar em comum. É também no contexto destas sociabilidades que devemos perspectivar utilização destas peças mais luxuosas. Em Época Moderna, o convento não foi um espaço fechado ao convívio entre pessoas do exterior e as religiosas, que, no locutório, ou mesmo no interior do espaço da clausura, recebiam familiares e amigos. Além disso, organizavam-se pequenas recepções, no sentido de conquistar graças e apoio económico, como o de D. Isabel de Lencastre (†1626) e outros (**Anexo III- 8**), próprio das relações sociais de Antigo Regime, e nessas alturas,

⁴¹⁴ Conforme observação em TORRES (2011), p. 90: em 1571, uma porcelana chinesa azul e branca custa 80 reais, e uma policroma, mais rara, na época, 120 reais, face ao um salário diário de 80 reais diários em 1586, Lisboa, para um trabalhador indiferenciado e 160, para um trabalhador especializado. A porcelana seria acessível, mas não uma despesa comum, face a outras necessidades de subsistência prioritárias, o que remete o seu consumo para as classes burguesas e nobres. A faiança portuguesa varia também consoante a qualidade: entre fins do século XVII e inícios do século XVIII, a dúzia de tigelas de louça branca variou entre c. de 170 reais a 210 reais – MANGUCCI (2007), p.3; CASIMIRO (2011), p. 518. Para quem tem possibilidade de pagar dotes acima dos 200 mil reais, o custo destes tipos de cerâmica não seria, certamente difícil de suportar. Tratam-se de valores indicativos. Ter em conta as variações dos preços ao longo do tempo. A questão dos preços de mercado da cerâmica é toda uma linha de investigação que falta percorrer com detalhe para melhor compreensão do seu valor social e económico.

⁴¹⁵ No século XVI: “Em Portugal, não havia nobre português que vivesse na corte e casa fidalga da província que não possuísse porcelana chinesa. Esta, à semelhança de outros produtos exóticos, foi rapidamente assimilada no quotidiano dos portugueses.” - PINTO DE MATOS (1998), p. 100

decerto que receberiam os convidados da melhor forma, pondo ao serviço as suas melhores baixelas.

Os dias de festa do calendário religioso, as missas, celebrações procissões geravam toda uma sociabilidade de que a gastronomia fazia parte, sendo relativamente comuns, ainda que em documentação extemporânea ao nosso âmbito, a referência a “*ovos aMendoa asucar xila tudo para se fa/zer huns pratos de doce para se darem de mimo / aos Padres que vem ao Convento dizer Missa e / Confeçar por favor e se darem pela festa do Na/tal*”⁴¹⁶, iguarias para cujo serviço peças como a cerâmica fina decorada estariam especialmente vocacionadas.

Tal como a gastronomia, o consumo de louça é a grande falha na documentação, no período estudado por este trabalho, como a que figura nos registos de gasto quotidiano típico destas casas, como o já citado pertencente ao Convento do Salvador em Évora, o que teria sido uma fonte de informação fundamental para a interpretação do espólio. Os foros em géneros, como o trigo, o milho, a cevada, o feijão, as azeitonas, o azeite, as galinhas, os carneiros e os porcos são as únicas referências documentais coevas a alimentos consumidos no convento, ainda que indirectas e demasiado gerais, tais como as datas dos seus pagamentos, correspondentes a festas do calendário religioso, como o dia de Nossa Senhora de 15 de Agosto, dia de Todos os Santos, ou Natal, ocasião de celebrações gastronómicas especiais, como era habitual nestas casas.

Apenas encontramos róis de despesas no período posterior às Invasões Francesas, onde além dos alimentos consumidos, de que destacamos os referidos doces, consta a louça adquirida colectivamente pela comunidade. Tratar-se-á de louça comum, vidrada ou faiança singela, numa fase de grande dificuldade económica de um convento em reconstrução. São referidos pratos, tigela, alguidares, panelas, que têm como principais destinos áreas funcionais como a cozinha e a massaria. É interessante verificar que as aquisições têm uma periodicidade quinzenal e que as maiores quantidades eram compradas na centenária feira de Março de Leiria.⁴¹⁷

⁴¹⁶ ADLRA, Monásticos, Dep. VI, Convento de Santana, 24-B-1, Contas, Doc. 1, *Livro do Gasto e Recibo do Convento de Santa Anna de Leiria*, 31/12/1815

⁴¹⁷ ADLRA, Monásticos, Dep. VI, Convento de Santana, 24-B-1, Contas, Doc. 1, *Livro do Gasto e Recibo do Convento de Santa Anna de Leiria, 1811-1825*; Doc. 4, *Despeza Convento Santa Anna de Leiria, 1813-1814*

Fontes e bibliografia

1-Fontes manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA

Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, caixas:

24-B-1:

Actas,

- Doc 1, *Eleição da Prelada*, 06/11/1840

Apontamentos

- Doc. 1, *Exclarecimento das Aguas perdidas da Fonte Grande para ir Regar a Serça do Rial Convento das Religiozas de Santa Anna*, sem data (séc. XIX?)
- Doc. 2, *Lembrança dos canos da Agoa que da Fonte Grande vem para este Convento*, sem data (séc. XIX?)

Autos

- Doc. 1, *Compra que faz Domingos Gomes Midoens desta Cidade a João Felix de Brito Pegado, Capitão Mor da Villa de Obidos, e a sua Mulher Dona Maria Izabel Pacheco de Vilhena e Almeyda*, 23/09/1774 (traslado de 20/02/1824)
- Doc. 2, *Aforamento que fazem as senhoras Freiras do Mosteiro de Santa Anna a João Pires da Guandara*, 02/01/1582; Carta de venda, 31/05/1608 (traslado de 21/02/1824)
- Doc. 6, Certificado de Auto de Conciliação, 10/03/1843
- Doc. 16, *Autos de avaliação da propriedade denominada Convento de Sant'Ana e anexos*, fl. 2, 7, 8, 11/09/1912 a 24/09/1912

Certidões

- Doc. 1, Admissão da criada Joaquina de Jesus, 05/09/1786
- Doc. 3, Certidão de José Romã Franco Bravo, 10/11/1823
- Doc. 4, Certidão de Francisco Pedro Caetano Ferreira, 18/11/1823

Contas

- Doc. 1, *Livro do Gasto e Recibo do Convento de Santa Anna de Leiria que teve o seu principio em o primeiro de Julho de 1811*, 1811-1825
- Doc. 4, *Despeza Convento Santa Anna de Leiria*, 1813-1814
- Doc. 8, *Mappa exacto do que Recebeo o Convento de Santa Anna de Leiria o anno de 1825*

Correspondência

- Doc. 2, Carta sobre a validade de uma procuração para assinar escrituras de empraçamento, 16/08/1814
- Doc. 3, Carta ao Provincial e Definidores, sem data (posterior a 1810)
- Doc. 6, *Resposta que dá a Priora do Real Mosteiro d' Santa Anna de Leiria aos Quezitos remetidos pello Reverendissimo Padre Mestre Provincial*, 17/10/1829
- Doc. 9, Carta de D. Joana Custódia a Soror Antónia da Rosa, Priora (sem data, 1800 a 1810)
- Doc. 10, Exposição em resposta ao parecer dado pelo Sr. Advogado Joze Lopes Vieira da Fonseca, á cerca do pagamento dos encargos pios da Capella da Corôa, 15/04/1856

24-B-2

Correspondência

- Doc. 31, Correspondência trocada entre o Regimento de Infantaria nº 7 e a Direcção Geral da Fazenda Publica, 3/10/1914 - 10/10/1915
- Doc. 32, Ofício da Direcção Geral da Fazenda Pública, 29/10/1914

Declarações

- Doc. 2, Declaração da Priora sobre dividas ao Convento de Santa Joana, 15/01/1819

Editais

- Doc. 2, Edital da Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionaes do Ministério dos Negócios da Fazenda, 10/03/1905

Escrituras

- Doc. 1, *Aforamento que fizerão as freiras de Santa Anna a Bastião denis em tres vidas, de huma vinha ao lugar de Muacho em Cento e Sincoenta reis*, 24/10/1581
- Doc.3, *Quitação e destrata de juro*, 06/10/1668
- Doc. 4, *Escritura de transacção de bens do Padre Disidério da Fonseca*, 30/03/1672
- Doc. 5, *Afforamento e Constituisam de prazo emfateuzim para sempre em quanto o mundo dorar do Convento de Santa Anna desta Cidade a Manuel Pedro pintor desta mesma cidade*, 27/01/1727
- Doc. 6, *Aforamento em tres vidas do Real Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel de Oliveira do lugar de Soutosico termo da mesma*, 03/11/1736
- Doc. 7, *Aforamento e Constituisam de prazo em vida de tres pessoas que fazem a Reverenda Madre Priora e mais Relegiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Jozé Carreira e a sua Mulher Maria Gomes do Perulhal termo desta cidade*, 28/04/1768
- Doc. 8, *Juro de 26\$000 reis que faz a Madre Priora do Convento de Santa Anna desta cidade e mais Religiozas a António Ferreira Amaro e a sua Molher Francisca de Nossa Senhora do lugar do Touco de Amor termo da mesma*, 20/01/1799
- Doc. 9, *Juro de 400\$000 que Faz o Doutor Diogo Carreira Mendes do lugar do Reguengo termo desta cidade ao Convento de Santa Anna desta cidade*, 28/07/1801
- Doc. 10, *Aforamento e novo emprazamento que fazem a Madre Priora e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade, a Joze Pereira e a sua mulher Petronilha Ferreira do Lugar da Porqueira, termo da mesma cidade*, 17/04/1803
- Doc. 11, *Escritura de Contrato de devizão de Prazo e Aforamentos que fazem Manoel Gameiro do Casal do Marra e Maria Solteira filha de Eugénio Joze da Roubam do termo desta cidade do Prazo do Casal do Marra foreiro ao Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade*, 08/10/1805
- Doc. 12, *Renovaçam de Prazo em 3 vidas que fazem por seu Procurador a Madre Priora e mais Religiozas do Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade a Manuel de Oliveira Ferreira e sua Mulher do lugar da Abadia termo da mesma*, 25/09/1806
- Doc. 13, *Trespasse de juro da quantia de 20\$000 reis que fazem a Madre Priora e mais Relegiozas do Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade a Luis António e sua Mulher Joaquina Maria do lugar dos Machados termo da mesma*, 05/03/1807
- Doc. 14, *Afforamento e novo Emprazamento em tres vidas que fazem por seu Procurdor a Madre Priora e mais Rellegiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Maria Caetana do Lugar da Torre termo da mesma*, 07/09/1811
- Doc. 15, *Afforamento em trez vidas que fazem por seu Procurador a Madre Priora e mais Relegiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade a António Gameiro e sua Mulher Joaquina Maria do Lugar da Moita termo da villa de Ourem*, 12/10/1811
- Doc. 33, *Aforamento em tres vidas que fazem as Religiosas do Convento de Santa Anna desta cidade a Dona Clara Jozepha da Camara viúva moradora no Arrabalde da Ponte desta cidade*, 22/3/1720 (traslado de 23/2/1818)
- Doc. 39, *Aforamento e novo emprazamento que fazem as Religiosas de Santa Anna desta cidade [sic] a Maurícia Maria de Mello assistente na vila de Soure*, 01/02/1743 (traslado de 10/12/1818)
- Doc. 44, *Nomeaçam de prazo cauza mortis que faz Manoel Francisco Xaveiro dos Barreiros a sua filha [sic] Joanna Maria e a seo marido Manoel Rodrigues dos Barreiros*, 17/02/1807

- Doc. 45, *Aforamento e novo empraçamento em vida de tres pessoas do Convento de Santa Anna desta cidade a Francisco Gameiro e a sua Mulher Antónia de São Jozé, do Casal da Junceira, termo da Villa de Pombal, 07/08/1783 (traslado de 29/07/1820)*
- Doc. 46, *Aforamento e novo empraçamento em tres vidas que fazem as Religiozas do Real Convento de Santa Anna desta cidade a Francisco Gameiro e a sua Mulher do Casal da Junceira Freguezia de São Thiago de Litem termo da Villa de Pombal, 01/07/1783 (traslado de 29/07/1820)*
- Doc. 86, *Juro de 60\$00 reis que fazem a Madre Prioriza e mais Religiosas do Convento de Santa Anna desta cidade a Antonio José solteiro do Tanco das colmeias termo da mesma, 13/03/1738*

24-B-3

Escrituras

- Doc. 134, *Juro de trinta mil reis que faz a Madre Prioriza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Joze Souza e sua mulher donna Ignacia do lugar dos Barreiros d' Amor, 22/04/1798*
- Doc. 185, *Juro de 16\$000 que faz a Madre Prioriza e mais Relegiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Damásio Dias e sua mulher Maria Josefa de Valongo termo desta cidade, 19/02/1794 (traslado de 12/10/1852)*

24-B-4

Foros

- Doc. 1, *Mapa do se paga e do que se deve ao Real Convento de Santa Anna / de Leiria , 1814*
- Doc. 2, *Foral do Convento de Santa Anna de Leiria da Ordem de S. Domingos de tudo o que se lhe paga em Lisboa, 1817*
- Doc. 3, *Foral de tudo o que se paga ao Real Convento de Santa Anna de Leiria, 1818*
- Doc. 4, *Foral de todos os foros que se pagão ao Convento de Santa Anna de Leyria, 1819*
- Doc. 5, *Foral de tudo o que se paga ao Real Convento de Santa Anna de Leiria, 1819*

24-B-5

Inventários

- Liv.1, *Descrição de todos os Bens de Rais que se achão aforados e arendados pertencentes ao Convento de Santa Anna de Leiria , 1819*
- Livro 2, *Livro dos Inventários do Convento de Santa Anna de Leiria 13/7/1827*
- Doc. 2, *Extracto do Inventário dos Bens do Convento das Religiozas de Sta. Anna de Leiria,, fl.1v, 16/3/1865*
- Doc. 3, *Cópia do Inventario dos bens na posse e administração do Convento de Sant'anna de Leiria Remetido à Direcção Geral do Próprios Nacionaes Em Novembro de 1875.Off. n 426, 28/1/1875*
- Doc. 8, *Cópia do Inventario addecional dos bens pertencentes ao extincto Convento de Sant'Anna, 6/3/1880*

Juros

- Doc. 1, *Resumo de todos os juros que se devem ao Comvento de Santa Anna de Leiria, 1819*
- Doc.2, *Caderno dos Juros que se pagam ao Convento de Santa Anna de Leiria, 1815-1819*
- Liv.1, *Caderno de Juros, 1815*
- Liv.2, *Juros, (séc. XIX)*

24-C-1

Justificações

- Doc. 1, *Instromento de Justificaçam a favor das Madres Prioriza, e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade de Leiria, 10/12/1824*

Relações

- Doc. 2, *Lembrança das escrituras que prezentemente tem este Convento de Santa Anna de Leiria (séc. XIX)*
- Doc. 4, *Relação de criadas admitidas, 1788-1799*

- Doc. 6, *Rol das pessoas que devem reditos ao Mosteiro de Santa Anna de Leiria*, 1814
- Doc. 7, *Rol das dividas que de devem ao Convento de Santa Anna de Leiria*, 1819
- Doc. 9, *Rol dos Reditos que se devem às Religiozas de Santa Ana de Leiria*, 1814
- Doc.10, *Index dos foros , juros reaes, e propriedades do convento de santa anna de Leiria*, 1812
- Doc. 16, *Escrituras de Aforamento do Convento de Santa Anna desta Cidade de Leiria*, século XIX
- Doc. 17, *Índex dos Nomes das pessoas que pagão foros de rendas* (século XIX)
- Doc. 20, *Compendio das Fazendas do Prazo que foi de José da Costa do lugar da Ortigoza*, 1814
- Doc. 35, *Diário da despeza Feita na reedificação da Igreja do Convento de S. Anna da Cidade de Leiria pertecentes às Religiozas de S. Domingos que teve principio em 15 de Junho de 1840*
- Doc. 36, *Relação dos livros e mais documentos encontrados do Cartório do extincto Convento de Sant'Anna de Leiria*, 1880

Representações

- Doc. 1, Representação para a conservação do convento no poder das religiosas, 23/10/1839
- Doc. 2, Representação para a conservação dos bens do convento, 19/05/1858
- Doc. 4, Representação para a conservação dos bens do convento, 04/1860

Requerimentos

- Doc. 1, Processo da doação de madeiras do Pinhal de Leiria, 29/12/1748 – 09/01/1782
- Doc. 4, Requerimento para a conservação da permanência das religiosas no seu Convento sem data (posterior a 1810)
- Doc. 5, Requerimento para a conservação da permanência das religiosas no seu Convento (sem data, posterior a 1834)
- Doc. 6, Requerimento para a conservação do que recebiam pela Casa do Infantado, 08/02/1835

Resoluções

- Doc. 1, Doação de madeiras do Pinhal do Rei, 19/6/1754

Sentenças

- Doc. 1, *Sentença Apostolica facultativa para Ter duas creadas comuas a favor das Relligiozas Soror Anna de São Joachim e Soror Antonea de S. Roza*, 23/08/1785 – 02/11/1786
- Doc.2, *Semtemça Civil de Adjudicasam para Titullo e posse de Barbara Joaquina do Sacramento Recolhida no Convento de Santa Anna desta cidade*, 27/08/1794 – 01/04/1795

Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, livros:

59-D-1

- Aforamento a três vidas a Simão Lourenço, fl.140v-143v, 06/02/1581
- Aforamento a três vidas a João Gonçalves, fl. 144-146, 06/02/1581

59-D-6

- *Quitassam de fiança das madres de s. anna a eugenia do rego freira*, fl 13-15, 05/07/1602
- *Dote de Catarina de Lemos* fl. 105- 106, 11/09/1602

59-D-9

- *Aforamento feito a Luís Alvares*, fl. 67v-70, 08/11/1607

59-D-10

- *Aforamento feyto a antonio Mateus*, fl. 134-138, 16/11/1610

59-D-16

- *Procuracam das madres de santa anna*, fl 20v-22, 27/03/1628
- *Procuracam de britis dandrade*, fl.69-70, 09/05/1628
- *Procuracam de britis dandrade*, fl.71v-72, 10/05/1628

- *Dotte de Maria de Nazaré*, fl. 111v-113v, 27/06/1628
- *Empréstimo que fes manôel ribeiro da costa desta cidade*, fl. 113v-114v, 28/06/1628
- 59-D-17
 - *Dotte que faz o licenciado nicolao de Miranda*, fl. 70-71v, 04/09/1631
 - *Dotte que faz Jeronima pereira desta cidade*, fl. 71v- 73, 04/09/1631
 - *Retro que faz caterina bautista*, fl. 79v-81, 09/09/1631
 - *procuracam que faz maria carreira recolhida em santa anna*, fl. 104-104v, 18/09/1631
- 59-D-18
 - *Contrato das madres de santa Ana*, fl. 21-23v, 19/11/1632
 - *Quitassão do dotte dado a jeronima pereira*, fl. 24v-25v, 20/11/1632
 - *Quitassão das madres de santa anna a nicolao de miranda*, fl. 23v-24v, 20/11/1632
 - *Procuracam de caterina bautista de santa Anna*, fl. 35-35v, 25/11/1632
 - *Dotte de dona madonella de sam paio*, fl. 52-53, 25/12/1632
 - *Aforamento das madres de santa Anna feito a Manuel Ribeiro desta cidade*, fl. 111-112v, 03/03/1633
 - *Dotte de Catarina Rapoza para freira*, fl. 146v-148, 08/04/1633
 - *Quitassam das madres de Santa Anna*, fl. 167v-168v, 04/05/1633
- 59-D-19
 - *Renunciassam que faz o cõvento de santa Anna desta cidade*, fl. 11v-13, 03/04/1634
 - *Aforamento de antonio joam das madres de santa anna*, fl. 127-128v, 16/10/1634
 - *Aforamento das freiras feito a domingos Fernandes da brigueira*, fl. 131-132, 18/10/1634
 - *Aforamento das freiras feito a diogo dias*, fl. 150v-151v, 04/11/1634
- 59-D-20
 - *Compra de miguell Fernandes morador no alqueidam do siroll, termo desta Cidade*, fl. 94v-96v, 12/01/1640
 - *Dotte que fes Rafael de Menezes*, fl. 129-131, 15/03/1640
 - *Estêvão da Costa desta cidade (...) de santa anna*, fl. 148-149v, 03/04/1640
- 59-D-21
 - *Retro da madre soror margarida das chagas freira professa no convento de santta anna*, fl. 19-21, 20/09/1650
 - *Retro da madre Soror juliana de sam jacinto prioressa do convento de santta anna desta cidade*, fl. 22-24, 22/09/1650
 - *Disistencia que fes izabel ião viúva de matheus ioam do Casal da moma, termo desta cidade ao Convento de S. anna de Leiria*, fl. 26v-27v, 24/09/1650
 - *Desistência que fizerão Simão Antunes peixe e sua mulher maria Francisca moradores na moita da roda*, fl. 27v-28, 24/09/1650
 - *Retro da madre soro juliana de Sam jacintto prioressa do convento de s. anna desta cidade*, fl. 28v-30v, 26/09/1650
 - *Compra de Retro da prioressa soror juliana de sam jacintto para o convento de s. anna iorge ião de pedromen*, fl. 31v-33v, 24/09/1650
 - *Retro que comprou a madre juliana de sam jacintto prioressa do Convento de s. Anna para o mesmo convento*, fl. 61v, 13/10/1650
 - *Retro da madre soror mariana do Espírito Santo freira professa no convento de santta anna desta cidade*, fl. 85-86v, 02/11/1650
 - *Retro da madre soror julliana de sam jacintto prioressa do Convento de santta anna desta cidade de Leiria para o mesmo convento*, fl. 86v-88, 02/11/1650
 - *Compra de retro da madre soror luiza de Vasconcellos e Silva, freira professa do - Convento desta cidade*, fl. 121v-122v, 10/12/1650
- 59-D-22
 - *Compra de retro de Dona Luiza, recolhida em Santa Ana*, fl. 22-24v, 30/03/1651
- 59-D-24
 - *Aforamento feito a António Afonso*, fl. 151-153v, 02/10/1653
 - *Procurasam que fazem as relegiozas de santa Ana*, fl. 209v-211, 12/11/1653
- 59-D-26
 - *Compra de retto de maria pereira Recolhida no convento de santa anna*, fl. 8v-10, 07/03/1662
 - *Compra de retto de bernarda de Sam Miguel freira em santa anna de des alqueires de trigo de foro*, fl. 11v-13, 15/03/1662

- *Compra de rettro de bernarda de Sam Miguel de sinco alqueires de trigo*, fl.18v-20, 20/03/1662
- *Compra de rettro de maria marques Recolhida em santta anna de sinco alqueires de trigo de foro*, fl. 31v-32v, 03/04/1662
- *Compra de rettro de Dona Marianna de medonsa freira de santta anna de sette alqueires de trigo de foro*, fl. 49-50v, 25/04/1662
- 59-D-27
 - *Compra de Rettro de Antónia da encarnasam Recolhida em santa anna de des alqueires de trigo de foro*, fl. 61-62v, 19/01/1663
 - *Dotte que se fes a Jozepha Maria da Silva, para aver de ser freira*, fl. 220v-222v, 02/10/1663
- 59-D-30
 - *Comratto que faz Ignacio Ribeiro com as Religiozas de Santa Anna*, fl. 145v-148, 16/09/1678
- 59-E-1
 - *Retro de marianna de Andrade freira professa em o convento de Santa Anna de nove alqueires de azeite*, fl. 106v-110, 04/05/1682
- 59-E-2
 - *Retro de Maria Baptista recolhida em o Convento de Santa Anna desta cidade doze alqueires de milho*, fl. 92-94, 09/02/1683
- 59-E-8
 - *Doação e Renuncia de serviços que faz a madre Soror Catarina Pereira freira profela em o Convento de Santa Ana desta cidade a seo irmão o Doutor Miguel Ribeiro da fonsqua*, fl. 12v-13v, 18/02/1686
 - *Procuração que faz maria loba Corte Real Recolhida em o Convento de Santa Anna*, fl. 161v-162v, 24/05/1686
 - *Procuração que faz maria loba Corte Real Recolhida em o Convento de Santa Anna desta cidade*, fl. 221v-222v, 17/06/1686
- 59-E-10
 - *Procuração que faz a madre soror Francisca dos Santos, prioreza em o Convento de Santa Anna*, fl. 121v-122, 23/05/1684
- 59-E-13
 - *Procuração que fazem as Religiozas de Santa Anna desta cidade*, fl. 35-26, 23/05/1690
 - *Procuração que faz maria loba Corte Real Recolhida em Santa Anna*, fl. 88v-89, 06/07/1690
- 59-E-17
 - *Aforamento e novo emprazamento feito pelas madres prioresa e suprioresa e mais Religiozas do Convento de Santa anna desta cidade*, fl. 161-163, 18/03/1700
 - *Aforamento e novo emprazamento feito pellas madres Rellegiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade*, fl. 182v-184, 10/05/1700
- 59-E-18
 - *Retro de Izabel Cordeira Recolhida no Convento de Santa Anna deta cidade e a Diogo Soares do Casal das Vergias*, fl. 120-120v, 13/05/1693
- 59-E-19
 - *Doação que faz Donna Marianna Thereza Recolhida no Convento de Santa Anna desta cidade*, fl. 152, 07/05/1694
- 59-E-20
 - *Retro de Maria de Azevedo, Recolhida no Convento de Santa Anna ao Padre Manuel Loppes do Lidigal de Sima*, fl. 5-6, 15/12/1695
- 59-E-24
 - *Escritura de compra e trespasão de huma escritura de 3 alqueires e meio de milho grosso de foro a retro aberto que trepasou maria de Almeida Viuva de manuel de Souza Carsereiro que foy desta Cidade. a Marianna do Sacramento Religioza no mosteiro de S. Anna desta Cidade*, fl. 74-76, 20/06/1701
 - *Arrendamento por tempo de nove annos que fazem a Madre prioreza e mais Religiozas do Mosteiro de Santa Anna desta Cidade de huma quinta*, fl. 128v-131, 16/08/1701

- 59-E-26
- *Aforamento que fiserão as religiosas do mosteiro de S. Anna desta cidade a João Francisco de Val bulido*, fl. 65v-67, 15/11/1702
- 59-E-28
- *Compra e trespasasão de huma escriptura de tres alqueires de Azeite que faz Manuel Fancisco Do lugar de canoeira ao Convento de S. Anna desta Cidade*, fl. 158-159v, 15/10/1703
- 59-E-30
- *Tensa de des mil reis que.fazem Antonio Carreira e sua mulher Izabel dos Reis a sua filha Jozephina maria de Santa Roza Relligioza no mosteiro de Santa Anna desta Cidade*, fl.46-47, 05/06/1712
- 59-E-32
- *Juro de quatro centos mil reis que fazem a Reverenda.Madre Prioriza e mais Rellegiozas do mostreiro de Santa Anna desta cidade a Santa Caza da Mizericórdia da mesma*, fl. 118-120v, 14/02/1715
- 59-E-35
- *Perdam que dá Jozeph Ferreira desta cidade a António Carreira Criado das Religiozas de Santa Anna desta cidade de Leiria*, fl. 142v-143, 20/07/1718
- 59-E-38
- *Contrato promutação e amigavel composição das Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade com o Reverendo António Gomes de Albuquerque da mesma cidade*, fl. 5-6-v, 05/09/1719
- *Troca e Sobrrogação que faz Antonia da Roza E Mello viuva destta Cidade com as Religiozas do Convento de Santa Anna da dita Cidade*, fl. 79-72v, 06/11/1719
- *Afforamento em tres vidas que fazem as Religiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade a Manuel Pereira*, fl. 174-177, 29/12/1719
- 59-E-39
Juro de trezentos mil reis a Sinco por sento de Thome pereira de Misquita deu a Madre Prioriza do Convento de Santa Anna desta Cidade, fl. 43v-45, 19/11/1720
- 60-A-2
- *Aforamento em tres vidas que fazem as Relligiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Francisco Pereira da meama*, fl. 46v-49v, 07/07/1723
- *Juro de cento e sincoenta e tres mil e seis centos reis de soror Genobefa Michaela Relligioza no mosteiro de Santa Anna desta cidade*, fl. 74-76, 09/07/1723
- 60-A-3
- *Juro de vinte mil reis de Donna Aldonça, Relligioza no Convento de Santa Anna a António Ferreira e sua mulher de Alcogulhe*, fl.141-143, 17/06/1724
- 60-A-4
- *Juro de vinte mil reis de D. Leonor Maria Relligioza, no convento de Santa Anna a António Lopes da Abadia*, fl. 45v-46v, 01/09/1724
- 60-A-5
- *Contrato de dote para ser freira Dona Joanna de vasconcellos filha de António vas de Castelo Branco*, fl. 111-112v, 17/08/1726
- 60-A-7
- *Compra de António Carreira solteiro carreiro das Religiozas do convento de Santa Anna desta cidade*, fl.130-132, 22/10/1727
- *Contrato que fazem as Relligiozas do Mosteiro de Santa Anna desta cidsde com Pedro de Souza de Castelo Branco*, fl.144-145, 16/11/1727
- 60-A-8
- *Compra do Cappitam Jozeph da Guarda Fragozo a M adre Anna Maria de Sam Francisco*, fl. 23-26, 23/12/1727
- *Compra de Manoel Nunes de Menezes do Vidigal a Madre Anna Maria de S. Franicisco Religioza no convento de S. Anna desta cidade*, fl.96-98v, 29/01/1728
- 60-A-11
- *Aforamento em tres vidas que fazem as Relligiozas do Mosteiro de Santa Anna desta Cidade a Antonio Jorge do Lugar da Loureira*, fl. 85v-87v, 19/12/1729
- *Aforamento em tres vidas que fazem as Relligiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade a Joam Bernardes da mesma*, fl. 87v-89v, 19/12/1729

- *Escriptura de contrato e juro que fazê as Relligiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade a Manuel Francisco da Silva e sua mulher moradores na sua quinta da Fonte do Leyro*, fl. 99-101v, 30/12/1729
- 60-A-12
 - *Aforamento em tres vidas das Relligiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a joam Carreira da golpilheyra*, fl. 171-172v, 09/01/1731
- 60-A-13
 - *Escriptura de contrato que fazem as Relligiozas do Real Mosteiro de Santa Anna desta Cidade com Manuel Pereira de Almeida e Gonçallo Ferreira Guimarães*, fl. 88-90v, 19/03/1731
 - *Escriptura de contrato que fazem as Relligiozas do Convento de Santa Anna com Reverendo Padre Frey Costodio e Francisco Rebello Lopes da cidade de Lixboa*, fl. 91-92, 19/03/1731
 - *Escriptura de contrato que fazem as Relligiozas do Rial Mosteiro de Santa Anna para Receberem ao habito as pessoas abaixo declaradas*, fl. 93-95v, 19/03/1731
 - *Afforamento em vida de tres pessoas das Relligiozas do Mosteiro de Santa Anna desta cidade A Manoel Ferreira da Ranha*, fl. 176v-178, 08/06/1731
- 60-A-14
 - *Juro de setenta mil reis de Sebastião [mau estado] Ferreira desta cidade a Madre D. clemencia [mau estado] Relligioza no Convento de S. Anna*, fl. 47-49, 26/11/1731
- 60-A-15
 - *Escriptura de contrato que fazem as Relligiozas do Mosteiro de Santa Anna desta cidade*, fl. 39v-40v, 05/05/1732
 - *Contrato que fazem as Relligiozas de Santa Anna desta cidade com Antonio Gonçalves Galvam*, fl. 40v-42v, 05/05/1732
 - *Testamento de Anna de Miranda Recollida no Convento de Santa Anna desta Cidade*, fl. 87-88, 04/06/1732
 - *Juro de quarenta mil reis de D. Lionor Maria Relligioza no Mosteiro de Santa Anna a Manoel Francisco do Ribeiro do pardo*, fl. 127-129, 08/07/1732
 - *Juro de duzentos e quarenta mil reis de D. Lionor Maria Relligiosa no Mosteiro de S. Anna ao Reverendo Prior e mais Religiozos da Batalha*, fl. 140-141v, 16/07/1732
- 60-A-16
 - *Aforamento em tres vidas das Relligiozas de Santa Ana desta cidade a Joam da Silva Romano da Carrasqueira termo de Porto de Mos*, fl. 49v-51v, 15/09/1734
 - *Procuração de Marga.ida Jozepha solteira natural do lugar dos Pouzos, assistente no Convento de S. Anna*, fl. 58v-59v, 22/09/1734
 - *Procurasam de Manuel Oliveira e sua mulher do lugar do Vidigal e de sua Irmaã e cunhada assistente no Convento de S. Anna*, fl. 110v-111, 27/10/1734
 - *Aforamento em tres vidas que fazem as Relligiozas de Santa Anna a Maria Ribeiro Viuva do Cazal Vermelho*, fl. 132v-134, 10/11/1734
- 60-A-20
 - *Juro de cincoenta mil reis da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário Cita no Convento de Santa Anna desta cidade a Antonio Gaspar e a sua mulher Maria da Ponte do lugar da Chieira termo desta cidade*, 03/07/1736
- 60-A-23
 - *Juro de cem mil reis de Maria Catherina solteira recolhida no convento de Santa Anna desta Cidade a Antonio Vicente da Vejga e a sua mulher da mesma*, fl. 4-5, 22/12/1737
- 60-A-25
 - *Escritura de contrato e doação causa mortis pró ingressu Religiozis que fazem Plácido Vas Maldonado a sua filha D. Catherina Thereza de Mello noviça no Convento de Sta. Anna desta Cidade*, fl. 77-77v, 23/01/1739
- 60-A-29
 - *Nova fianssa que da Manuel dias Ferreira do lugar da Baroza na escritura de juro da Madre Donna Jenobefa de Santa Anna desta cidade*, fl. 145-145v, 07/02/1741
- 60-A-30
 - *Juro de 42 400 reis de Donna Jenobefa Micaella de Vasconcelos Religioza no Convento de Santa Anna desta Cidade a Antonio gomes Lavrador e sua mulher moradores no lugar da gandara dos ollivaes termo desta cidade*, fl. 22-23v, 09/03/1741

- *Compra que Fas o Doutor Bernardo Suares de Carvalho da vila de Porto de Mos A reverenda Madre Prioriza e Mais Religiozas do Real Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 105v-108, 26/04/1741*

60-A-31

- *Juro de 600000 Reis de Jozeph Sarrão de Avellar morador Na villa de Pombal Comarca desta cidade as Religiozas do Convento de Santa Anna desta mesma cidade, fl.44v-45v, 13/01/1742*

- *Juro de 600000 Reis de Jozeph Sarrão de Avellar morador Na villa de Pombal Comarca desta cidade as Religiozas do Convento de Santa Anna da mesma, fl.45v-47, 14/01/1742*

- *Procuração que Fazem D. Madanella Caetana de Castello Branco Relegioza professa no Convento de Sta Anna desta Cidade de leiria e sua Irmam D. Marianna Mauriçia unham de Castello Branco secular do mesmo Convento, fl. 76v-78, 29/01/1742*

Esriptura de seção e trespço que Faz thereza Caetana Frotta de Sam Jozeph noviça e neste convento de Santa Anna desta cidade a seo Tio Jozeph gomes Cachado morador em o lugar de Sam Mamede termo da Villa de Óbidos, fl. 109v-111v, 12/02/1742

60-A-32

- *Procuração de Eulália Maria Custódia das Neves, Inocência Maria Teodora das Neves e Joana Custódia das Neves, fl. 119-119v, 22/06/1742*

- *Juro de Dona Genoveva Micaela, fl. 121v-122, 25/06/1742*

60-A-33

- *Procuraçam que fazem D. Eulália Maria Costodia das Neves e D. Ignoçencia Maria Theodora das Neves, e D. Joanna Costódia eufrazia das neves Religiozas no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 148-148v, 09/02/1743*

60-B-1

- *Esriptura de contrato e aseitasão da comonidade de Santa Anna desta Cidade Para ser freyra D. Bernarda Umbelina da Vila de Pombal, fl. 22-23, 08/03/1743*

60-B-2

- *Aforamento e novo empraçamento em trez vidas que fazem a Madre Prioriza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Carlos Jorge do lugar da Ranha de Baixo termo da villa de Pombal desta Comarca, fl. 170-173, 29/10/1743*

60-B-3

- *Aforamento e novo empraçamento e constituissam de prazo que faz o Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade a Manoel Roiz Francisco e sua mulher do lugar da opea termo desta cidade, fl. 164v-167, 08/02/1745*

- *Aforamento e novo empraçamento que faz o Real Mostr.o de Santa Anna desta cidade a Manuel Domingues Bras e a sua mulher do lugar da ortigoza termo da mesma, fl. 167v-171v, 08/02/1745*

- *Juro de 100 \$ rr que a muito reverenda madre soror josepha maria da encarnasam Relegioza no Convento de Santa desta cidade digo de santa Anna desta cidade a D. Manoella Francisca da Motta brandam Recolhida no mesmo convento, fl. 174-176v, 11/02/1745*

- *Juro de 40 \$ rs que faz com lisenssa de seus prellados a Muito Reverenda Madre Soror Thereza Clara Corte Real Relegioza no Convento de Santa Anna desta cidade a luís da silva e a sua mulher do Vidigal de sima termo da mesma, fl. 180-182v, 12/02/1745*

60-B-4

- *Aforamento e novo empraçamento e constituissam de prazo que faz o Real Mosteiro de santa Anna desta cidade a Policarpa maxima Florinda da cidade de lixboa, fl. 7v-10v, 04/03/1745*

- *Aforamento e novo empraçamento que faz o Real Mosteiro de Sta Anna desta cidade a Manuel Lopes e a sua molher do lugar das garruchas termo da mesma, fl. 54-57, 04/03/1745*

- *Doasam que faz Bernarda furtada Solteira Da villa de Pombal Remunerasoins entre vivos valedora ao Real Mosteiro de santa Anna desta cidade, fl. 119-121, 12/04/1745*

60-B-5

- *Aforamento em vida de tres pessoas que fazem as Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a francisco coelho e sua mulher do Rio alcaide termo da vila de Porto de moz, fl. 23v-26v, 31/05/1745*

- *Juro de 250 000 Reis que faz Policarpa Máxima Florinda da cidade de Lixboa ao Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade de Leyria*, fl.104-106, 09/06/1745

60-B-6

- *Aforamento e novo emprazamento e constituísam de prazo em 3 vidas que faz o Real Mosteiro de Sta. Anna desta cidade a Policarpa Máxima florinda solteira da cidade de Lixboa*, fl. 46v-50v, 23/10/1745

- *Esriptura de contrato e venda e de pagar juros do preso della senão satisfizer que for o Real Convento de santa Anna desta cidade com Maria Josepha da conseição moradora no lugar dos Pouzos*, fl. 72v-76, 03/11/1745

- *Obrigasam que fazem o Real convento de Santa Anna desta cidade a satisfazerem a Capela que instituiu a senhora D. Izabel Duqueza de Caminha*, fl. 77v-78v, 04/11/1745

60-B-8

- *Procuração que fazem as Madres Theodora Bernarda de Lima Thereza Antonia do Sacramento, e Joanna Ines Rita da piedade Religiozas no Convento de Santa Anna desta cidade de Leyria*, fl. 89-90v, 05/02/1746

60-B-9

- *Juro de 250 000 Reiz que faz Niculao Cardozo Ramalho desta cidade a Muito Reverenda Madre Prioriza e mais Religiosas do Convento de Santa Anna da mesma*, fl.149-151, 27/05/1746

- *Aforamento e novo Emprazamento e constituísam de prazo que faz o Rial Mosteiro de Santa Anna desta cidade a Domingos Ribeiro osouro e a sua mulher da portella da mesma*, fl.176-179v, 30/06/1746

- *Doasam Cauza Mortis por ingresso Religiozis que faz elena Ignácia da Cunha filha do Cappitam Manoel Braboza de Lera com lisença de seu Pay e seu Irmam Jozeph*, fl.127-127v, 07/10/1746

60-B-10

- *Aforamento e Novo Emprazmento que faz o Mosteiro de Santa Anna desta cidade a João Francisco e a sua mulher do Casal do Gayo termo da mesma*, fl. 111-114, 24/09/1746

60-B-12

- *Esriptura de contrato e aseitasam [mau estado] cumunidade de Santa Anna desta cidade [mau estado] que faz o Reverendo Padre Jorge Pereira do Casal do Salgueiro para ser freira sua sobrinha Eugenia Bernarda de Santa Roza*, fl. 56-57v, 16/04/1747

- *Esriptura de comtrato por ingresso Religiozis que fazem Jozeph da Veyga desta cidade com as Religiozas do Convento de Santa Anna da mesma*, fl. 63-64v, 17/04/1747

- *Esriptura de comtrato e ajuste por ingresso Religiozis que fazem o Cappitam Manuel Braboza de Lira com o Convento de Santa Anna da mesma*, fl. 65-66, 17/04/1747

- *Compra de Maria Francisca veuva Criada da porta das Religiozas de Santta Anna desta cidade a Manuel de Oliveira Soares do Bairro de Nossa Senhora dos anjos da mesma cidade*, fl. 156-157, 09/01/1737

60-B-14

- *Juro de 32 \$ Rs que faz Felizarda Maria. Solt eira filha de Jozeph Roiz Rezende desta cidade e asistente no convento de Santa Anna da mesma A Luís Manuel e a sua mulher do Sobral*, fl. 62-63v, 01/08/1747

- *Juro de 25 \$ Rs que faz Felizarda Maria Solteira filha de Jozeph Roiz Rezende desta cidade e asistente no convento de Santa Anna da mesma a Manuel Francisco [palavra riscada] e a sua mulher do Sobral digo Francisco Bedueyro e a sua mulher do Cazal do Monte freguesia daz Colmeas*, fl. 74-76, 08/08/1747

- *Juro de 45 \$ Rs que faz Felizarda Maria Solteira asistente no Convento desta cidade digo no Convento de santa Anna desta cidade a João da Silva e a sua mulher do lugar da vesparia termo da mesma*, fl. 24-26, 11/08/1747

- *Juro de 32 \$ Rs que faz Felizarda Maria Solteira filha de Jozeph Roiz Rezende desta cidade e asistente no convento de Santa Anna da mesma a Antonio Gaspar e a sua mulher da Lameira te mo desta cidade*, fl. 88-90v, 13/08/1747

60-B-15

- *Juro de 16 000 Reis de D. Genovepha Micaella de Vasconsellos Religioza no Convento de Santa Anna desta cidade a Francisco Ferreira feireiro e a sua molher de Val Longo ttermo desta ditta cidade*, fl. 164-165v, 01/04/1748

- 60-B-16
- *Aforamento e novo empraçamento em tres vidas que fazem as Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a João Francisco Adão e a Sua mulher da Farrapoza termo da mesma, fl. 94-96, 21/10/1749*
- 60-B-17
- *Esriptura de contrato de dote que faz por seu procurador o Reverendo Doutor Marcelino Pereira Cleto com a Madre Prioriza e mais Religiozas do convento de Santa Anna desta cidade, fl. 56-58, 16/03/1750*
- 60-B-18
- *Procuração de D. Magdalena Caetana e de sua Irmam D. Maria Theodora Religiozas no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 191v-192, 24/10/1750*
- 60-B-19
- *Perdão que dá a Madre Prioriza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidadee a Luiz da Fonceca Ferreira da mesma, fl. 36-36v, 11/05/05/1751*
- *Procuração da Madre Soror D. Magdalena Caetana Unhão Castello Branco Prioriza do Convento de Santa Anna desta cidade e de sua Irmam a Madre Soror D. Maria Theodora Religioza no mesmo Convento, fl. 53v-54, 31/05/1751*
- *Esriptura de contrato por ingressso que fazem a Reverenda Madre Prioza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade com o capitão André da Sylva e Souza da corte e cidade de Lixboa, fl. 107-108, 01/07/1751*
- *Juro de cem mil Reis da Madre Soror Jozepha Maria da Emcarnação Religioza no Convento de Santa Anna desta cidade a João Lopes e sua mulher e a Manoel Ferreira e a sua mulher todos do lugar dos Pinheyros termo da mesma, fl. 120v-122, 16/07/1751*
- *Juro de 25 000 reis da Santa Caza da Mizericordia desta cidade a Madre Soror Violante Jozepha de Castro e Gama Religioza no Convento de Santa Anna desta cidade, 127-128v, 21/07/1751*
- *Procuração da M.e Soror D. Magdalena Caetana Unhão de Castello Branco Prioriza no Convento de Santa Anna desta cidade e de sua Irmam a Madre Soror D. Maria Theodora Unhão de Castello Branco Religioza no mesmo Convento, fl. 180-180v, 29/08/1751*
- *Procuração da Madre Soror D. Joana Costodia Eufrazia das Neves Religioza no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 180v-181, 29/08/1751*
- *Procuração de D. Thereza Corte Real Religi/za no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 192-192v, 12/09/1751*
- 60- B-20
- *Procuração das Madres Soror Eulália Maria Costhodia das Neves e suas Irmans Religiozas no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 15-15v, 23/02/1752*
- *Procuração de Dona Thereza Clara de Corte Real Religioza no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 84v, 06/05/1752*
- *Procuração de D. Maria Felicia assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel Alves da Villa de Pombal, fl. 145-145v, 06/07/1752*
- *Esriptura de Contrato por ingresso que fazem a Reverenda Madre Prioza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade com o Reverendo padre Luiz Simoins de Miranda da Melroceira termo da Villa de Torres Vedras, fl. 184v-185, 13/08/1752*
- *Esriptura de Contrato e ajuste por ingresso q fazem a Reverenda / Madre Prioza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade com Manuel de Lima Soutto assistente na cidade de Lixboa, fl. 231v-232v, 20/10/1752*
- 60-B-21
- *Procuração de D. Thereza Clara de Santa Anna desta cidade Religioza no Convento de Santa Anna da mesma, fl.125v-126, 27/07/1754*
- 60-B-22
- *Esriptura de contrato por ingresso q fazem a Reverenda Madre Prioza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade com o reverendo Padre Francisco Dias Xavier do lugar do canisso coutto do Lourisal, fl. 77v-78v, 22/04/1755*
- *Novo empraçamento em tres vidas das Religiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade a Theodora Maria da Caranguejeira e hora moradora no Lugar da Amieyra, fl. 86v-87v, 29/04/1755*
- *Juro de 200 000 reis do Convento Santa Anna desta cidade a Luiza Domingues Viuva da Carreyra, fl. 96-97v, 03/05/1755*

60-B-23

- Novo Emprazamento em tres vidas do Convento de Santa Anna desta Cidade a Joze Alves e a sua Mulher da Lagoa do Arabal, fl. 193-194, 12/12/1756
- Juro de 130 000 reis de Joanna de Jezus recolhida no convento de Santa Anna desta cidade a Roza Maria Correa da Sylva moradora da sua quinta do Carmo concelho de tibaens, fl. 13-14, 09/05/1756
- Procuração das Madrez D. Magdalena Caetana Castello Branco e sua irmam D. Maria Teodora Castello Branco e Ignacia Caetana de S. Joze e sua irmam Anna Joachina de S. Joze todas Religiozas no Convento de Santa Anna, fl. 231v-232, 15/01/1757

60-B-24

- Procuração que fazem D. Eulália Maria Custodia das Neves e suas Irmams Relligiozas no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 57v-58, 27/05/1759
- Procuração que faz D. Thereza Corte Real Religioza professa no Convento de Santa desta cidade, fl. 99-99v, 29/06/1759

60-B-25

- Procurasam que faz D. Thereza Clara de Santa Anna Religioza no Convento desta cidade, fl.147-147v, 04/07/1760

60-B-27

- Aforamento e novo emprazamento em tres vidas que faz o convento de Santa Anna desta cidade ao Reverendo Padre Manoel dos Reiz do lugar da Abadia, fl. 59v-63, 02/03/1762
- Procurasam de D. Joanna Custodia eufrazia das Neves Relligioza no Convento de Santa Anna, fl. 110-110v, 02/05/1762
- Procuração que fazem D. Eulália Maria Custodia das Neves e sua Irmaã D. Inocência Maria Theodora das Neves Relligiozas no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 110v-111, 02/05/1762
- Procuração que fas D. Joana Custodia eufrazia das Neves Relligioza no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 181-181v, 02/05/1762
- Procuração que faz D. Thereza Corte Real Religioza de Santa Anna, fl. 194v-195, 19/09/1762
- Procurasam que fazem as Madrez D. Magdalena Caetana de Castelo Branco e sua irma D. Maria Teodora de Castelo Branco Religiozas no Convento de Santa Anna, fl. 195-195v, 19/09/1762

60-B-28

- Procurasam que faz D. Thereza Corte Real Religioza em o Convento de Santa Anna, fl. 72, 16/02/1763
- Procurasam que fazem D. Magdalena Caetana de Castelo Branco e sua irmaa D. Maria Teodora de Castelo Branco Religiozas no Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 72v, 16/02/1763
- Aforamento e novo emprazamento em tres vidas que faz o Convento de Santa Anna desta cidade a Manoel Moradora do lugar dos forneiros termo da mesma, fl. 200-202v, 10/07/1763
- Compra que faz o Dr. Luiz Antonio Pereira de Moura e sua mulher desta cidade a D. Madalena Caetana Unham de Castello branco e a suas irmãs Religiozas no convento de santa Anna da mesma, fl. 328-329v, 21/01/1764
- Aforamento e novo emprazamento em tres vidas que fazem as Religiozas de Santana desta cidade a Joze Antonio Pereira armador e a sua mulher da mesma, fl. 333v-335v, 25/01/1764

60-B-30

- Aforamento e novo emprazamento em tres vidas que fazem as Regiozas do convento de Santa Anna desta cidade a Jozeph Antunes do calzal do monte termo desta cidade, fl. 212-214v, 09/11/1765

60-C-3

- Emprazamento que faz o Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade a Jozeph Solteiro filho de Antonio Vieira do lugar do soutocico, fl. 44v-47, 20/10/1768

60-C-12

- Juro de 30 \$000 R eis que faz Damiana Thereza assistente no Convento de Sta. Anna desta cidade a Jozé Lopes Moreyra e a sua mulher do Calzal das Ortas termo da mesma, fl. 79v-81, 13/01/1779

60-C-13

- *Juro de 30 \$ 000 reis que fazem as Reverendas Madre Prioressa e mais Religiozas do Real Convento de Santa Anna desta cidade a Joze Gomes de Oliveira dos Outeiros da Gandara dos Olivais e a D. Úrsula Maria de Macedo da Quinta de Pecamilho tudo termo da mesma, fl. 83-84, 30/06/1779*

60-C-14

- *Escreitura de contrato por ingresso que faz o Muito. Reverendo Dr. Francisco Xavier de Figueiredo Deam e Vigario Capitular da Sé desta cidade com a Muito Reverenda Madre Prioressa, e mais Religiozas do Mosteiro de Santa Anna da mesma, fl. 11-13, 18/10/1779*

60-C-16

- *Juro de 30\$000 reis que faz Damiana Thereza assistente em o convento de Santa Anna desta cidade a Jozé Antonio e a sua mulher do Soutto do Sirol freguesia da Carangujeira termo da mesma, fl. 92-92, 24/04/1781*

60-C-18

- *Juro de 30\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Francisco Pereira e a sua mulher do lugar de Amor termo da mesma, fl. 55-56, 30/03/1784*

- *Juro de 40\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Jozé de Souza Solteiro do Arneyro Freguesia da Maceyra termo da mesma, fl. 86v-87v, 30/03/1784*

- *Juro de 30\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Luiz Cordeiro e a sua mulher da Mouta da Roda Freguesia do Soutto da Carpalhoza termo da mesma, fl. 94v-95v, 09/05/1784*

- *Juro de 60\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel da Fonseca novo e a sua mulher do lugar do Janardo termo da mesma, fl. 110v-111v, 31/05/1784*

60-C-19

- *Juro de 36\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiosas do Convento de Santa Anna desta cidade a José Ferreira e a sua mulher Maria Roza do lugar dos Machados termo da mesma, fl. 3v-4v, 19/04/1785*

- *Juro de 25\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiosas do Convento de Santa Anna desta cidade Manuel de oliveira e a sua mulher Maria Roza do lugar da Boa Vista freguesia dos Pouzos e a Manuel António Viúvo do lugar do Janardo tudo termo da mesma, fl. 31v-32, 26/05/1785*

- *Juro de 130\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Luíza Domingues Viúva que foi de João Deniz do lugar da Vieyra termo da mesma, fl. 33-34, 26/05/1785*

- *Juro de 20\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Joaquim Gomes de Menezes do Casal de Malta juncto ao lugar dos Galhetes freguesia das cortes termo desta cidade digo das cortes termo da mesma, fl. 35v-36v, 29/05/1785*

- *Juro de 16\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Isabel Francisca Viúva de Jozé Gaspar do lugar do Alqueidam de Sirol freguesia dos Pouzos termo da mesma, fl. 36v-37v, 29/05/1785*

- *Juro de 46\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiosas do Convento de Santa Anna desta cidade a João Francisco lopes e a sua mulher dos Barreiros e a Manuel Francisco Pires e a sua mulher do Outeiro das Figueiras do mesmo lugar, fl. 38-39, 29/05/1785*

- *Juro de 60\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a João Gonçalves e a sua mulher Maria Joaquina do lugar da Carangujeira termo da mesma, fl. 41- 42, 03/06/1785*

- *Juro de 60\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Francisco Afonso e a sua mulher Mariana Deniz dos Moinhos de Carvide termo da mesma, fl. 42v-43v, 03/06/1785*

- *Juro de 25\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Antonio Gil Alfaite e a sua mulher do lugar da gandara termo da mesma, fl. 43v-44v, 03/06/1785*

- Juro de 25\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a João de Oliveira e a sua mulher do lugar da serra de Portodurssso termo da mesma, fl. 45-46, 03/06/1785
- Juro de 18\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel André e a sua mulher do lugar da serra de Porto durssso termo da mesma, fl. 48v-49v, 05/06/1785
- Juro de 30\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel Alvares solteiro da Serra de Porto durssso termo da mesma, fl. 50-51, 05/06/1785
- Juro de 26\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Anonio Pereira e a sua mulher do Outeiro da fonte freguesia de carvide termo da mesma, fl. 51-52, 05/06/1785
- Juro de 20\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Luís João e a sua mulher do casal da Carrasca freguesia de carvide termo da mesma, fl. 52v-53v, 05/06/1785
- Juro de 24\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Manoel Domingues e a sua mulher das gandaras de carvide termo da mesma, fl. 53v-54v, 05/06/1785
- Juro de 25\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a João coelho e a sua mulher Maria Josefa da gandara dáquem de carvide termo da mesma, fl. 55-56, 05/06/1785
- Juro de 30\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Jozé Dias e a sua mulher Josepha Maria do lugar da Cachieira freguesia dos Pouzos termo da mesma, fl. 57v-58v, 05/06/1785
- Juro de 40\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Jozé Estevâens e a sua mulher Josepha Ignacia do lugar de Carvide termo da mesma, fl. 64v-65v, 20/06/1785
- Juro de 10\$000 reis que faz Barbara Joaquina do Sacramento Assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Manoel Francisco Frade e a sua mulher do lugar do Cazal novo freguesia dos Pouzos termo da mesma, fl. 83-84, 01/07/1785

60-C-20

- Juro de 48\$000 reis que faz Clara Theodora de Sam Jozeph assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Jozé de Oliveira Netto e a sua mulher da mesma, fl. 24v-25v, 07/09/1786
- Juro de 12\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Priorressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Simão Ferreira e a sua mulher do lugar dos Pouzos termo da mesma, fl. 44v-45v, 29/09/1786
- Juro de 30\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Priorressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel Antunes e a sua mulher do lugar de Rugeagua freguezia de S. Simão termo da mesma, fl.57v-58v, 13/10/1786
- Juro de 30\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Priorressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Jozé Domingues Eleno e a sua mulher Maria Deniz do Outeiro da Fonte freguezia de Carvide termo da mesma, fl.84v-85v, 07/11/1786
- Escriptura de contrato e ajuste que faz a Soror Antonia Angélica Religioza professa no Convento de Santa Anna desta cidade com a Reverenda Madre Priorressa e mais Religiosas do mesmo Convento, fl. 90-90v, 14/11/1786

60-C-21

- Juro de 44\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Priorressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a António da Sylva e a sua mulher Jozepha Maria do lugar da Serra do Portodurso freguesia de Monte Real e termo da mesma, fl.7v-8v, 16/01/1787
- Aforamento e novo Emprazamento em tres vidas que fazem a Reverenda Madre Priorressa e mais Recolhidas digo e mais Religiosas do Convento de Santa Anna desta cidade a João Antunes e a sua mulher Maria Joaquina do lugar da Carreyra do Paço freguezia da Barreira termo da mesma, fl. 14-15v, 21/01/1787
- Juro de 50\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Priorressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Germano da Silva do lugar do lugar do Janardo Freguezia do / Arrabalde da Ponte da mesma cidade, fl.76v-78, 26/03/1787

- Juro de 34\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Roque Pereira e a sua mulher do lugar de chaã da Laranjeira freguesia do Soutto da Carpalhoza termo da mesma, fl. 190v-191v, 26/03/1787
- Juro de 20\$000 reis que faz Maria de Santa Anna assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Domingues Viuva que ficou de Manuel Alveres do lugar da Passagem [sic] freguesia da vieira termo da mesma cidade, fl. 195v-196v, 01/09/1787
- 60-C-23
 - Juro de 15\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Luiz Duarte e a sua mulher do lugar Segodim freguesia da vila de Monte Real termo da mesma vila, fl. 5-6, 18/05/1788
 - Juro de 30\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a João de Mattos solteiro do lugar dos Conqueiros termo da mesma, fl. 18v-19v, 01/06/1788
 - Juro de 15\$000 reis que faz Marta Joaquina assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel Diamante solteiro do Brejo freguesia do Sr. dos Millagres termo da mesma, fl. 26v-27v, 06/07/1788
- 60-C-24
 - Juro de 25\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Joaquim Jozé e a sua mulher Marianna Jozepha da Moutta da Roda freguezia do Soutto da Carpalhoza termo da mesma, fl. 11-12, 26/12/1788
 - Juro de 21\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel Alves e a sua mulher Eugenia Maria do Cazal dos Claros termo da mesma freguesia de Amor, fl. 47v-48v, 25/01/1789
 - Aforamento e novo Emprazamento emfathezim que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade a João dos Santos Mestre Caldeireiro da cidade de Lisboa, fl. 87-85, 03/03/1789
- 60-C-25
 - Juro de 30\$000 reis que fazem a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Paulino Francisco e a sua mulher Maria Duarte do lugar de Carvide termo da mesma, fl. 127v-128v, 12/04/1791
- 60-C-26
 - Escripura de contracto Cessam e Doação que faz D.Caetana digo Dona Maria Caetana assistente e Recollida no Convento de Santa Anna desta cidade de Leiria a seu Primo Domingos Joze de Barros assistente na villa de Penella, fl. 247-248, 15/08/1793
- 60-C-27
 - Juro de 50000 que faz a Reverenda Madre Prioressa e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade de Leiria a Ignacio da Silva viuvo do lugar dos Maxados termo da mesma, fl. 95-95v, 13/05/1794
- 60-C-28
 - Juro de 15\$000 reis que faz Marta Joaquina recolhida no Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel Antunes Silva e a sua mulher Maria Ignacia do lugar do valle do Pereiro da Ribeira de Sam Silvestre deste termo, fl. 61v-62, 02/12/1794
- 60-C-29
 - Juro de 35000 que faz a muito Reverenda Madre Prioriza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Manoel Francisco e sua mulher Maria Ignacia do lugar de Rigueira de Pontes termo desta cidade, fl. 25v-26, 08/07/1794
 - Juro de 35000 que faz a muito Reverenda Madre Prioriza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Manoel Francisco e sua mulher Maria Ignacia do lugar de Rigueira de Pontes termo desta cidade, fl. 25v-26, 08/07/1794
 - Juro de 30 000 que faz a muito Reverenda Madre Prioriza digo que faz Barbara Joaquina do Sacramento asistente no convento de Santta Anna desta cidade a Alexandre Ferreira e sua mulher Thereza Maria da serra de portto dursso termo da mesma cidade, fl. 26-28, 13/07/1794
 - Juro de 25 000 que faz a Reverenda Madre Prioriza e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a João Antonio Jorge e a sua mulher Jozefa Maria do Valle do Pereiro da Camaria termo desta cidade, fl. 46v-47, 04/08/1794

60-C-31

- *Juro de 26 000 que faz a Reverenda Madre Priora do Convento de Santa Anna desta cidade a Antonio Ferreira Amaro e a sua mulher Francisca de Nossa Senhora do lugar do Touco de Amor termo da mesma, fl. 117, fl. 20/01/1799*

60-C-32

- *Juro de 30\$000 reis que faz Damiana Thereza assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Remigio Jozé e sua mulher Theodora de Jezus do lugar da Mouta da Roda termo da mesma, fl. 102, 05/04/1800*

60-C-33

- *Juro de 25\$000 reis que faz Damiana Thereza assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel Francisco Andre e sua Mulher Thereza de Jezus do lugar da Lameira termo da mesma, fl. 32, 09/10/1800*

Juro de 40\$000 reis que faz a Madre Priora e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a a Joze Coelho e a sua mulher Anna Maria do Outeiro da Fonte termo da mesma, fl. 55, 03/12/1800

- *Juro de 400\$000 reis que faz o Doutor Diogo Carreira Mendes do lugar do Reguengo termo desta cidade ao Convento de Santa Anna desta cidade, fl. 135, 28/07/1801*

60-C-35

- *Procuração bastante que faz D. Maria Peregrina da Silveira Solteira Recolhida no Real Mosteiro de Santa Anna desta Cidade a seu irmão Mathias Pinheiro Botelho da Silveira, fl. 74v-75, 19/03/1806*

- *Procuração bastante que faz D. Maria Peregrina da Silveira Solteira Recolhida no Real Mosteiro de Santa Anna desta Cidade a seu irmão Mathias Pinheiro Botelho da Silveira e Mendonça, fl. 120, 24/05/1806*

- *Confissão de obrigação de divida da quantia de 50\$00 reis que fazem Manuel da Silva e sua Mulher Maria de S. José do lugar da Assanha do Souto da Carpalhosa termo desta cidade ao Real Mosteiro de Santa Anna da mesma digo cidade a D. Barbara Joaquina do Sacramento Recolhida no Real Mosteiro de Santa Anna da mesma, fl. 168v-169, 16/09/1806*

- *Juro de 40\$000 reis que faz D. Barbara Joaquina do Sacramento Recolhida no Mosteiro de Santa Anna desta cidade a João de Oliveira e a sua mulher Josefa de Jezus da Mouta da Roda termo da mesma, fl. 172v, 21/09/1806*

- *Renovação do Prazo em tres vidas que fazem por seu Procurador a Madre Priora e mais Religiosas do Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade a Manuel de Oliveira Ferreira e a sua Mulher do lugar da Abadia. termo da mesma, fl. 176v-177v, 25/09/1806*

- *Juro de 34\$000 reis que faz Josefa de Jezus assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Joaquim de Oliveira Borges e a sua Mulher Maria Ignacia do lugar da Fonte de Oleiro termo da mesma, fl. 178-178v, 30/09/1806*

- *Juro de 40\$000 reis que faz D. Barbara Joaquina do Sacramento Recolhida no Real Mosteiro de Santa Anna desta cidade a Luis Francisco e a sua Mulher Conceição de Jezus da Mouta da Roda termo da mesma, fl. 205v-206, 13/11/1806*

- *Confissão de obrigação de divida da quantia de 50\$00 reis que fazem Leonardo da Silva e sua Mulher Luiza Maria da Fonte de Oleiro termo desta cidade ao Real Mosteiro de Santa Anna da mesma, fl. 224v, 20/12/1806*

Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, livros:

62-B-4

- *Escreitura de obrigação que fez o Cappitam Domingos Dias do lugar do Sumo freguezia das Freixiandas a sua sobrinha a Madre Soror Antonia Angellica da Encarnação Religioza no Convento de St.a Anna desta cidade, fl. 216v-217, 25/08/1703*

62-B-6

- *Procuração que fazem as Madres Mariana de Jezus e Ana de São Francisco, Religiozas no mosteiro de Santa Ana desta cidade, fl. 123-124, 02/02/1712*

62-B-8

- *Dote e contrato que fizeram as Religiozas do Rial Convento de Santa Anna desta cidade com João Francisco Cortes, morador na sua quinta de Santa Barbara do termo de Ourem, fl. 68v-70v, 03/01/1725*

62-B-9

- *Dote e contrato que fizerão as Reverendas Madres priora e mais religiosas do mosteiro de Santa Ana desta cidade com Sebastião Ferreira e Manoel Ferreira desta cidade para ser freira profesa do coro do dito mosteiro sua sobrinha*, fl. 167-168v, 23/03/1726

62-B-13

- *Compra de Manuel Francisco morador no Alqueidão de Sirol e sua mulher a Maria Francisca Viuva assistente no pátio das freiras de Santa Anna desta cidade*, fl. 29-30, 02/10/1736

62-B-15

- *Dote e contrato que faz por seu Procurador o Munto Reverendo Deam Francisco Xavier de Figueiredo desta cidade com a Madre Priora e mais Religiozas do Convento desta cidade*, fl. 5v-7, 22/10/1781

- *Dote e contrato que faz Diogo Lopes de Britto da cidade de Lixboa com a Reverenda Madre Priora e mais Religiozas do Convento de Santa Anna desta cidade*, fl. 41-42v, 17/12/1781

- *Juro de 16000 que faz Damiana Thereza assistente no Convento de Santa Anna desta cidade a Manuel Doarte Solteiro da Mouta da Roda*, fl. 120v-122, 14/04/1782

- *Compra que faz o Munto Reverendo Doutor Francisco Xavier de Figueiredo Deam da Se Cathedral desta cidade a Maria Clemência de S. Joze Cabral desta cidade assistente no convento de S. Anna da mesma cidade*, fl. 178v-180, 05/07/1782

62-B-16

- *Juro de 100 000 do Convento de Santa Anna desta cidade a Joze de Souza e a sua mulher Ignacia Maria dos Andrenos freguezia dos Pouzos*, fl. 204- 205v, 26/01/1788

Casa do Infantado, Dep. VI

26-C-5

- *Escrituras, Doc. 1, Registo de hum instrumento que por parte da Priora / e mais Rellegiozas do Convento de Santa Anna desta / Cidade me foi apresentado para aqui o fazer registar*, fl. 108-112v, 19/05/1757

26-D-2

- *Termo de reconhecimento que fazem / a Madre Priora e mais Relegiozas / Discretas do Mosteiro de Santa An-/na desta Cidade de Leiria e de posse que tomou de Procurador Agente do Tombo Geral dos Estados do Infantado do Pa-/droado delle*, fl. 1-2v, 22/12/1763

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

Convento de Sant'ana, Ordem de S. Domingos, Leiria, Cx. 1940, Capilha 4

Chancelarias Régias

Estremadura,

Livro 1, fl.6-7

Livro 2, fl. 76-76v; 78

Livro 12, 17-17v

Livro 13, fl. 93-93v

Confirmações gerais (Comuns)

Livro 1, fl. 279-281v

Livro 10, fl. 5-6v

D. Manuel I (Comuns)

Livros 11, fl. 102

Livro 15, fl.69v

Livro 40, fl. 24-24v

D. João III (Comuns)

Livros 9, fl. 85-85v

Livro 21, fl. 28v

- Livro 42, fl. 28-28v
- Livro 52, fl. 20-21v; 42v
- Livro 57, fl. 135-138
- Livro 72, fl. 180-181
- D. Filipe I (Comuns),
 - Livro 13, fl. 246v-247; 426-426v
- D. Filipe II (Próprios e Comuns)
 - Livro 1, fl. 2v
- D. Filipe III (Doações)
 - Livro 12, fl. 68v
 - Livro 13, fl. 313-314
 - Livro 14, fl. 97
 - Livro 35, fl. 2v-3
- D. João IV (Comuns)
 - Livro 2, fl. 72v-76; 76-80
 - Livro 11, fl. 313-313v
- D. Afonso VI (Comuns)
 - Livro 12, fl. 280v-297v
 - Livro 14, fl. 241-242
 - Livro 45, fl. 169
- D. João V (Comuns),
 - Livro 51, 174-174v
- D. José I (Comuns),
 - Livro 47, fl. 70v-71v
 - Livro 61, fl. 170-172
 - Livro 73, fl. 5-27

Corpo Cronológico

Parte 1

- Mç. 10, Doc. 102, *Alvará de El Rey D. Manuel para o Almojarife das Jugadas de Santarem dar a Prioreza do Convento de Santa Anna de Leiria 3 moyos de Trigo de Esmolla*, 16/09/1511
- Mç. 23, Doc. 78, *A 7 de Julho de 1518. Alvará d'El Rey para se darem 6 moyos de trigo de esmola ao Mosteiro de Santa Anna de Leiria nas Jugadas de de Santarém*, 07/07/1518
- Mç. 24, Doc. 107, *Alvará porque El Rey D. Manoel mandou ao Almojarife das Jugadas de Santarém que do seu rendimento desse a Prioreza e Donas do Mosteiro de Santa Anna de Leiria seis moyos de Trigo de que lhe fazia esmola*, 09/07/1519
- Mç. 59, Doc. 26, *Alvará porque El Rey D. João 3º mandou que o Almojarife da renda do dito Almojarifado [Soure], desse a Prioreza e Freiras do Mosteiro de Santa Anna de Leiria oito moyos de Trigo, de que lhe fazia esmola*, 06/08/1537
- Mç. 66, Doc. 72, *Alvará para o Almojarife ou Recebedor do Almojarifado de Leiria pague a Prioreza e Freiras do Mosteiro e Santa Anna da dita cidade a emportancia de hũ pro cento do que renderem as Rendas do Almojarife de Óbidos, Torres Vedras, Enxara e Monteagrazo por ser devido ao dito Mosteiro por sua carta geral*, 05/01/1540
- Mç. 84, Doc. 10, *Mandado da Rainha a Alvaro Lopes para dar a Prioreza e Freiras de Santa Anna de Leiria 2\$ r de que lhe faz esmola para compra da fruta seca as quaes tem todos os annos em virtude de hũ Alvará*, 19/03/1550
- Mç. 87, Doc. 63, *Mandado porque a Rainha ordena a Álvaro Lopes seu Thezoreiro pague a Prioreza e Freiras de Santa Anna de Leiria 2\$ rs para comprar certa fruita seca do Algarve de que lhe faz esmola cada anno por hum Alvará seu que passou às ditas Religiozas*, 18/01/1552

Parte 2

- Mç. 27, Doc. 16, *Procuração que fizerão a Prioresa do Mosteiro de Santa Anna da Cidade de Leiria, e a Religioza Helena da Granja, para o Bacharel Álvaro Fernandes requerer a metade do casamento de Martim Neto, marido que foy da dita Religiosa Helena da Granja, e junto à dita Procuração vem o recibo, porque recebeu 30\$ reis*, 28/05/1511

- Mç. 29, Doc. 175, *Conhecimento da Prioriza do Mosteiro de Santa Anna de Leiria, porque consta receber do Recebedor das Jugadas de Santarém 6 moyos de trigo, 14/12/1511*
- Mç. 36, Doc. 305, *Certidão de Fernando Rodriguez de Almeida Juis dos Orfãos desta cidade e seu termo porque consta a Martinho Neto, servidor da Toalha de El Rey se dera Alvará de 60\$ reis de Cazamento com Elena da Granja sua mulher a qual por morte do dito seu Marido se metera Religioza no Mosteiro de Santa Anna de Leiria, ao qual Mosteiro pertencia a metade do dito dote que são 30\$ reis por cabeça da sobredita, 31/01/1513*
- Mç. 78, Doc. 62, *Mandado de António Salvago para o Almojarifado de Leiria dar ao Mosteiro de Santa Anna da dita Villa 30\$ rs de que lhe faz esmola em nome d' El Rey para Reparo do Mosteiro, 08/11/1518*
- Mç. 81, Doc. 96, *Padram de El Rey D. Manoel porque fez Duação por esmola ao Mosteiro de Santa Anna de Leiria das Rendas do hum por cento da Ciza dos Almojarifados da ditta Villa e da de Óbidos para seu sustento, 12/05/1515*
- Mç. 87, Doc. 50, *Traslado de uma Doação de El Rey D. Manuel dê as Religiosas do Mosteiro de Santa Anna de Leiria de hum por cento do Rendimento do dito Almojarifado de Leiria, e Óbidos para a sustentação e alle se acha junto o Recido da Priorisa deste Convento a sobredita madre, 20/01/1520*

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa

Liv. 760, Caderno 18º de Solicitantes
 Liv. 765, Caderno 22º de Solicitantes
 Processo nº 879, 10550

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Cod.68 //10 - Descrição dos aposentos de Madre Paula no Convento de Odivelas (1750)

2- Fontes impressas

ANDRADE, Diogo de Paiva de (1630), *Casamento Perfeito*, Lisboa, Jorge Rodrigues

ARAÚJO, Silva (1885), *Um bispo segundo Deus ou memórias para a vida de D. António de Aguiar, 17º bispo de Leiria* Coimbra, Tipografia Reis Lita

BERNARDES, Padre Manuel (1728a), *Últimos fins do Homem, salvação, e condenação eterna*, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

BERNARDES, Padre Manuel (1728b), *Nova floresta ou silva de apophthegmas, e ditos sentensiosos espirituales, e moraes; com reflexoens, em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição, assim Divina como humana*, tomo V, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

CARDOSO, Jorge (1652), *Agiologio Lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e svas conquistas*. Tomo I. Lisboa, Oficina Craesbeekiana

CARDOSO, Jorge (1657), *Agiologio Lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e svas conquistas*. Tomo II. Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira

CARDOSO, Jorge (1666), *Agiologio Lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e svas conquistas*. Tomo III. Lisboa, Oficina de Antonio Craesbeek de Mello, Impressor de Sua Alteza

CASTRO, Damião de Lemos Faria de (1749), *Politica Moral, e Civil, Aula de Nobreza Lusitana authorizada em todo o genero de erudição sagrada, e profana para a doutrina, e direcção dos principes e mais politicos*, Tomo I. Lisboa, Oficina de Francisco Luis Ameno

CASTRO, D. Luis de Salazar e (1697), *História genealogica de la casa de Lara*, Tomo III, Madrid, Imprensal real, por Mateo Lanos e Guzman

CASTRO, João Baptista de (1762), *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo primeiro, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno

CASTRO, Padre José de (1946), *Portugal no Concílio de Trento*, Vol. V, Lisboa, Tipografia União Gráfica

CEU, Soror Maria do (1734), *Aves Illustradas em avisos para as religiosas servirem os officios dos seus mosteiros*, Lisboa Ocidental, Oficina de Miguel Rodrigues

CONCEIÇÃO, Fr. Claudio da (1819), *Gabinete Histórico*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Regia

COSTA, António Carvalho da (1708), *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, Tomo segundo, Lisboa, Off. de Valentim da Costa Deslandes

FARIA, Manuel Severim de (1791), *Notícias de Portugal*, Tomo I., Lisboa, na officina de António Gomes

GAZETA de Lisboa Ocidental (1728), Num. 46, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira

LEAL, Augusto de Pinho (1897), *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão

LEÃO, Duarte Nunes de (2003), *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa

LIMA, Padre Fr. Manoel de (1709), *Agiologio Dominico*, Tomo I, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão

LIMA, Padre Fr. Manoel de (1712), *Agiologio Dominico*, Tomo IV, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão

LUÍS, Frei Manuel de S. (1731), *Instrucções Moraes, e Ascéticas Deduzidas da vida, morte e virtudes da Venerável Madre Francisca do Livramento Abbadessa que foy no Mosteiro de N. S. da Esperança da Cidade de Ponta-delgada, Ilha de S. Miguel*. Livro II, Lisboa Oriental, Oficina Augustiniana

MACEDO, António de Sousa de (2003), *Flores de España Excelencias de Portugal*, Lisboa, Alcalá

MARTINS, João Madeira (2000), *Leiria. O Testamento da Duquesa de Caminha*, Odivelas, Edição do Autor

MELO, D. Francisco Manuel de (1820), *Carta de Guia de Casados*, Londres, Oficina de T. C. Hansard

MORAIS, Cristóvão Alão de (1945), *Pedatura Lusitana (Nobiliário das Famílias de Portugal)*, Tomo III, Volume I, Porto Livraria Fernando Machado

O COUSEIRO ou Memórias do Bispado de Leiria (1868), Braga, Tipografia Lusitana

PINA, Rui de (1989), *Crónica de D. João II*, Lisboa, Alfa

“RANDOM reminiscences of portugal, by an officer's daughter. no III, A few words about Leiria”, *The Royal Lady's magazine, and archives of the court of St. James's* may 1832, Londres, W. Sams, t. Jame's street; and S. Robinson, Chapter-House passage, St. Paul's

REGRA e Constituições qve professam as freyras da Ordem do glorioso Partriarca são Domingos, como o modo que nella se vsa de deytar o habito, fazer profissão às Freyras, & capitulos. (1611), Lisboa, Pedro Craesbeeck

RODRIGUES, Graça Almeida (1977), *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis. Edição crítica e comentada*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa

SANTA CATARINA, Frei Lucas de (1866), *Quarta Parte da História de S. Domingos*, Vol. V, Lisboa, Tipografia do Panorama

SANTA MARIA, Frei Agostinho de (1713), *Adedotado Contemplativo e Universidade da Oração*, Lisboa, Oficina de António Pedroso Galvão

SANTA MARIA, Francisco de (1744), *Anno Historico, Diario Portuguez, noticia abreviada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, Tomo Segundo, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves

SOUSA, António Caetano de (1744), *Agiologio Lusitano dos sanctos e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e svas conquistas*. Tomo IV. Lisboa, Oficina Silviana, e da Academia Real

SOUSA, Frei Luís de Sousa, (1866), *Segunda Parte da História de S. Domingos*, Vol. III, Lisboa, Tipografia do Panorama

SILVA, Manoel Telles da (1723), *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa Ocidental, Oficina de Pascoal da Silva

VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

VIERA, Padre António, (2001), “Sermão do Demónio Mudo. No convento de Odivelas, Religiosas do Patriarca S. Bernardo. Ano de 1651”, *Sermões* (org. Alcir Pécora), Tomo 2, São Paulo, Hedra, pp. 333-361

3- Estudos

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza (2008), “A Faiança Portuguesa - demarcador cronológico na arqueologia brasileira”, *Actas das 4ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, p.221-270

ALMEIDA, Luís Ferrand de (1962), “ O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo X, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, p. 203- 256

AMORIM, Inês (2006), "Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)", *Análise Social*, vol. XLI (180), p. 693-729

ARAÚJO, Marta Maria Lobo de (2005), "Dotes de freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII)", *NW noroeste. Revista de História*, 1, Braga, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p. 113-136

BARREIRA, Paula; DÓRDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1995), “200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII”, *Actas das Segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*”, Tondela, Câmara Municipal de Tondela

BAART, Ian (1987), “Faiança Portuguesa escavada em Amsterdão” *Faiança Portuguesa. Portuguese Faience. 1600-1660*, Lisboa e Amsterdão

BARTELS, Michiel H. (2003) “A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525-1650). Uma análise sócio-económica baseada nos achados arqueológicos”, *Património – estudos*, Lisboa, Instituto Português do Património Architectónico, p.70-82

BORGES, Nelson Correia, (1998) “Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna (Notas de uma investigação)”, *Museu : revista de Arte, Arqueologia*, S. 4, n. 7 Porto : Círculo Dr. José de Figueiredo, pp. 31-59

BRAGA, Paulo Drumond; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (1995), “A protecção régia ao Convento de Santa Ana de Leiria (séculos XV-XVI)”, *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, Ano III, Nº 8, Maio-Agosto, Leiria, Diocese de Leiria-Fátima, p. 379-387

BRAGA, Paulo Drumond (2001) *Igreja, igrejas e Culto*. Nova História de Portugal, Vol. VII. *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*. Lisboa, Editorial Presença, p. 90-129

CABRAL, João (1993), *Anais do Município de Leiria, vols. I e II*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria

CALADO, Rafael Salinas (1992), *Faiança Portuguesa*, Direcção de serviços de Filatelia – Correios de Portugal

CALADO, Rafael SALINAS (1993), “A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa do século XVII”, *Oceanos* N. 14, Lisboa, p.76-83.

CALADO, Rafael Salinas (2003), *Faiança Portuguesas da Casa-Museu Guerra Junqueiro, século XVII-XVIII*, Porto, Câmara Municipal

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1997), “Conjunto de Peças de Cerâmica do Século XVII do Convento de N.ª Sr.ª da Piedade de Cascais”, *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Almada, Câmara Municipal de Almada, p.269-288

CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999), “Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais”, *Arqueologia Medieval*, nº 6, Porto, Edições Afrontamento

CARVALHO, João Paulo (2000), *Relatório preliminar da intervenção de emergência no edifício do Ex-Mercado de Santana – Leiria*, Leiria, Texto policopiado

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de (1921), *A Cerâmica Coimbrã no século XVI*, Coimbra, Imprensa da Universidade

CARREIRA, Carlos (2005), *Cerâmicas Modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas

CASIMIRO, Tânia Manuel (2011), *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (Dos Finais do século XVI aos inícios do XVIII)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Dissertação de Doutoramento em História com Especialidade em Arqueologia, Texto Policopiado

CASTRO, Ana Isabel de Sousa Sampaio e; SEBASTIAN, Luís Carlos Pereira (2008), “Faiança dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de São João de Tarouca”, *Actas das 4ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, p.325-335

CHARTERS D’AZEVEDO, Ricardo (2009), *As destruições provocadas pelas Invasões Francesas em Leiria*, Leiria, CEPAE – Centro do Património da Estremadura

CORREIA, Virgílio (1919), “Oleiros Quinhentistas de Lisboa”, *Águia*, Vol. XV, Porto, Tipografia da Renascença Portuguesa (Separata)

CORTE-REAL, Artur (2001), *Mosteiro de santa clara a velha de Coimbra, Novos dados para o seu conhecimento operação arqueológica 1995-1999*, Coimbra, Mestrado em Arqueologia, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, texto policopiado

CORTE-REAL, Artur; SANTOS, Paulo César; MACEDO, Francisco Pato de (2002), “Intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra”, *Património Estudos*, nº 2, p.23-32

CORTE-REAL, Artur; GAMBINI, Lígia Inês; TRINDADE, Sara Dias; SANTOS, Ana Paul Figueira (2009), *Mosteiro de Santa Clara a Velha: do Convento à ruína, da ruína à Contemporaneidade*, Coimbra, Direcção Regional de Cultura do Centro

- COSTA, Filipe (2006), *Mulheres do Século XVIII. Conventos de Freiras*, Lisboa, Ela por ela
- DETRY, Cleia; MORENO-GARCIA (2008), “Análise preliminar dos materiais arqueofaunísticos recuperados no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Sondagem 41. *Trabalhos do CIPA*, Centro de Investigação em Paleocologia Humana e Arqueociências, IGESPAR
- DESROCHES, Jean-Paul (1998) “Cerâmicas Orientais e Porcelanas”, *Nossa Senhora dos Mártires – a última viagem*, Lisboa
- DESROCHES, Jean-Paul (1994), *Le San Diego. Un trésor sous la mer*, La Villete, Paris, Réunion des Musées Nationaux
- ESTRELA, Jorge (2009), *Leiria no tempo das Invasões Francesas*, Lisboa, Gradiva
- ETCHEVARNE, Carlos (2007), “A faiança portuguesa do século XVII na Baía”, *Património Estudos*, nº 10, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 118-123
- ETCHEVARNE, Carlos; SARDINHA, Olinda (2007), “A Cerâmica vermelha fina do Convento de Sant’ Anna (Lisboa), no acervo do Museu Nacional de Arqueologia”, *O Arqueólogo Português*, Série, IV, 25, p. 345-372
- FARINHA, António Lourenço, (1932), *Notícia Histórica do Bairro das Olarias (Lisboa)*, Cucujães, Escola Tipográfica do Colégio das Missões
- FERNANDES, Carlos (2008), *Invasões Francesas. Leiria 5 de Julho de 1808. O massacre da Portela. 200 anos*. Leiria, Textiverso
- FERNANDES, Carlos (2011), *Invasões Francesas. Leiria 5 de Março de 1811. O incêndio da cidade. 200 anos*. Leiria, Textiverso
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (1995), “Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela”, *Actas das Segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p. 211-255
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; CARVALHO, A. Rafael (2003) “A Loiça Seiscentista do Convento de S. Francisco de Alferrara (Palmela)”, *Cerâmica Medieval e Pós-Medieval : métodos e resultados para o seu estudo – Actas das 3^{as} Jornadas Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997*; Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p.231-252
- FERNANDES, Maria Eugénia Matos (1992), *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do Séc. XVIII (1730-80)*, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto
- FERREIRA, Manuela Almeida (1994) “Vidro e cerâmica da Idade Moderna no Convento de Cristo”, *Mare Liberum* nº8, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 117-175
- FERREIRA, Manuela Almeida (1995), “O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa”, *Actas das 1^{as} Jornadas de cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p.151-162
- FERREIRA, Manuela Almeida (2004), “Espólio vítreo proveniente da estação arqueológica do Mosteiro de Sta. Clara-a-Velha de Coimbra: resultados preliminares”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol.7, nº 2, p. 541-583
- FERRO, João Pedro (1995), *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença
- GILCHRIST, Roberta (1997), *Gender and material culture. The archaeology of Religious women*, London, New York, Routledge
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1975), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia

GOMES, Maria de Sousa (1995), *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua História (1660-1777)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; CORREIA, João Rosado; SERPA, Francisco (1991), “Escavações na Primitiva Igreja de Nossa Senhora da orada – Reguengos de Monsaraz (Notícia preliminar)”, *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 415-423

GOMES, MárioVarela; GOMES, Rosa Varela (1995) “Cerâmicas dos séculos XV a XVII na Praça Cristóvão Colombo no Funchal”, *Actas das Segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p. 315-348

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1996) “Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XV a XVI, do poço-cisterna de Silves”, *Xelb 3*, Silves, Museu Municipal de Silves / Câmara Municipal de Silves, p. 143-205

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (2008), “Escavações Arqueológicas no Convento de Santana, em Lisboa. Resultados Preliminares, *Olisipo – Boletim dos Amigos de Lisboa*, Série II, nº27, p.75-92

GOMES, Saúl António (1991a), “Rendimentos do Convento de Sta. Ana de Leiria na primeira metade do século XIX”, *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, p. 223-265

GOMES, Saúl António (1991b), “Oficinas artísticas no Bispado de Leiria nos séculos XV a XVIII”, Separata das *Actas do VI Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, Edição da Escola de Tecnologia e Gestão de Tomar

GOMES, Saúl António (1993), “A organização do espaço urbano numa cidade estremanha: Leiria medieval”, Sep. de *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares. Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta

GOMES, Saúl António (2009), *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas - 8. Leiria*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage

GIL, Jacinto Sousa (2009), *Leiria. Conventos. I. Santa Ana*, Póvoa do Varzim, Edição do Autor

GRADIM, Alexandra (2005), “Um conjunto de faianças da Vila de Alcoutim”, *Portugália*, Nova série, Vol. XXVI, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do porto

HATHERLY, Ana (1997), “Amor e libertinagem no período barroco: os freiráticos”, *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Vol.II, *Portugal Absolutista*, Dir. João Medina, Amadora, Clube Internacional do Livro. p. 215-243

HESPANHA, António Manuel (1998), “Fundamentos Antropológicos da família do Antigo Regime.”, “A Família” *O Antigo Regime*, Vol. 4 *História de Portugal (Dir José Mattoso)*, Lisboa, Editorial Estampa , p.245-250

HOBSON, R. L. (1976), *Chinese Pottery and Porcelain*, New York, Dover Publications

IMPEY, Oliver R. (1992), *Cerâmica do Extremo Oriente*, Casa-Museu Guerra Junqueiro, Porto, Câmara Municipal

KESSEL, Elisja Schulte van (1994), “Virgens e mães entre o céu e a terra. As cristãs no início da Idade Moderna”, *História das Mulheres*, Volume 3. *Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto, Edições Afrontamento, p. 181- 227

- LEAL, Catarina Cunha; FERREIRA, Manuela Almeida (2006-2007), “Cuidados de higiene e de saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra”, *Portugália*, Nova série, Vol. XXVII-XXVIII, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- LESSA, Elisa (2002), “As senhoras músicas, cantoras e tangedoras de órgão - um olhar sobre a actividade musical nos mosteiros femininos portugueses nos séculos XVII e XVIII”, *Conversas à volta dos conventos*, Évora, Casa do Sul, p. 243-248
- LION-GOLDSCHMIDT, Daisy (1988), “Les Porcelaines chinoises du palais de Santos, *Arts Asiatiques*, tome XXXIX, Paris, Annles des musées Guimet et Cernushi, 1984, N. Ed, p. 5-71
- LIVERANI, Giuseppe (1960), *Five centuries of Italian Majolica*, New York, Mcgraw-Hill Book
- LOPES, Maria Antónia (1989), *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte
- MACINTOSH, Duncan (1986), *Chinese Blue and White Porcelain*, London, Bamboo Publishing
- MAGALHÃES, Isabel Allegro (2005) "Nota prévia" História e Antologia da Literatura Portuguesa. Século XVII. nº 32. Literatura de Conventos. Autoria Feminina, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 7-10
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1997), “Sociedade”, *História de Portugal, No Alvorecer da Modernidade*, Vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, p. 399-433
- MANGUCCI, António Celso (1996), “Olarias de Louça e Azulejo da Freguesia de Santos-o-Velho dos meados do século XVI aos meados do século XVIII”, *Almadan*, 2ª Série, nº 5, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p. 155-168
- MANGUCCI, António Celso (2007), “Da louça ordinária e não tão ordinária que se fazia em Lisboa, em 1767”, *Cenáculo*. Boletim online do Museu de Évora, nº 1, Évora, Museu de Évora
- MARGARIDO, Ana Paula (1988), *Leiria. História e morfologia urbana*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1997), *História de Portugal*, Vol II, *Do Renascimento às Revoluções Liberais*, Lisboa, Editorial Presença.
- MARQUES, João Francisco (1993), "O monacato feminino em Portugal no séculos XVI e a XVII. Estratégia da nobreza e das ordens religiosas", *I Congresso Internacional del Monacato Feminio en España, Portugal y America 1492-1992*, Leon, Universidade de Leon, Tomo II, p. 639 – 652
- MARQUES, João Francisco (1998), “Lisboa religiosa na segunda metade do século XVII”, *Bento Coelho e a Cultura do seu Tempo*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico
- MELLO, Ulysses Pernambucano de, (1979), “The shipwreck of the galleon *Sacramento*- 1668 off Brazil”, *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*, 8.3, p. 211-223
- MEENAN, Rosanne (2004), “6-The finds. 6.3- Potery of the late medieval and post-medievl periods”, *Archaeological invesrigations in Galway City, 1987-1998*, Dublin, Wordwell, p.376-404
- MOITA, Irisalva (1965), “Hospital Real de Todos-os-Santos”, *Revista Municipal*, ano XXVI (nº104-105), p.25-103
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1993), “Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII”, *Análise Social*, Vol. XXVIII, N°s 123-124, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 921-950
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1998), “Sistemas familiares”, “A Família”, *O Antigo Regime*, Vol. 4 *História de Portugal (Dir José Mattoso)*, Lisboa, Editorial Estampa, p.250-253

MORLEY-FLETCHER, Hugo; MCILROY, Roger (1984), *Christie's pictorial history of European pottery*, Oxford, Phaidon Christie's

MORUJÃO, Isabel (2005). *Por trás da grade: Poesia conventual feminina em Portugal (Sécs. XVII-XVIII)*. Texto policopiado. Porto

MOURÃO, Teresa da Paz Sanches de Miranda (2004), *Entre murmúrios e orações. Aspectos da vida quotidiana do convento de santa clara a velha, captados através do espólio funerário (séculos XVI e XVIII)*, Vol.1, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado em Museologia e Património Cultural, Texto policopiado

NEVES, Helena (1995), *Mulheres e Espaços - Alguns aspectos sobre as vivências das mulheres em Portugal, do século XVI ao Século XVIII*. (policopiado), Lisboa, Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada da Realidade Portuguesa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2003), "Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)", *Análise Social*, vol. XXXVII (165), p. 1213-1239

PAIVA, José Pedro (2000), "Os mentores", *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 201-217

PAIS, Alexandre Nobre; MONTEIRO, João Pedro (2003), *Faiança portuguesa da Fundação Carmona e Costa*, Lisboa, Assírio Alvim

PAIS, Alexandre Nobre ; PACHECO, António ; COROADO, João (2007), *A Cerâmica de Coimbra. Do século XVI –XIX*, Lisboa, Edições Inapa

PARVAUX, Solange (1969), *La céramique populaire du haut-Alentejo*, Paris, Presses Universitaires de France

PENDERY, Steven R. (1999), "Portuguese Tin-Glazed Earthenware in Seventeenth-Century New England: A Preliminary Study", *The Journal of the Society for Historical Archaeology*, 33 (4), p.-58-77

PINTO DE MATOS, Maria Antónia (1996), *A Casa das Porcelanas. Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*, Lisboa, Instituto Português de Museus / Philip Wilson Publishers

PINTO DE MATOS, Maria Antónia (2002/3), "Chinese Porcelain in Portuguese Written Sources", *Oriental Art*, Vol. XLVIII,nº 5, p. 36-40

POPE, John Alexander (1956), *Chinese Porcelains from the Ardebil Shrine*, Washington, Smithsonian Institution Freer Gallery of Art

PORTELA, Margarida; QUEIROZ, Francisco; CHARTERS D'AZEVEDO, Ricardo (2007), *Villa Portela. Os Charters d'Azevedo em Leiria e as suas relações familiares (século XIX)*, Gradiva

POUSÃO-SMITH, Selma (2008), *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia da Dissimulatio*, Vol. I, Lisboa, Edição da Autora

QUARESMA, Maria Clementina; OLIVEIRA, Maria Gabriela G. (1993)," Do labor das religiosas do Mosteiro de Jesus de Aveiro (séculos XV- XVIII)", I Congresso Iternacional del Monacato Feminio en España, Portugal y America 1492-1992, Leon,Universidade de Leon, Tomo II, p. 701-709

QUEIROZ, José (2002), *Cerâmica Portuguesa e outros Estudos*, Lisboa, Editorial Presença

QUEIROZ, Francisco (2010), *A Casa do Terreiro. História da Família Ataíde em Leiria. Das Origens ao século XVII*, Leiria, Fundação Caixa Agrícola de Leiria, Jorlis

RAMALHO, Maria M. B.; FOLGADO, Deolinda (1997), “Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa”, *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Almada, Câmara Municipal de Almada, p. 247 – 268

RAMALHO, Maria M. B.; FOLGADO, Deolinda (2000), “A Cerâmica Comum fina de finais do século XVI-XVII. Inovação ou Tradição?”, *Casa do Brasil / Casa Pedro Alvares Cabral*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, p.39-60

REAL, Manuel Luís; DORDIO GOMES, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo Jorge; FIGUEIREDO MELO, Rosário (1995), “Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX”, *Actas das Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p. 171-186

REGO, Miguel; MACIAS, Santiago (1993), “Cerâmicas do século XVII do Convento de Sta. Clara (Moura)”, *Arqueologia Medieval*, nº 3, Porto, Edições Afrontamento, p.147-158

REIS, Maria de Fátima Dias dos (1995), "Um conflito de poderes: a "sedição" das freiras do convento de Santa Clara de Santarém e os problemas da aplicação do beneplácito régio em meados do século XVIII", *Amar, sentir e viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, Vol. II, Lisboa, Edições Colibri, p. 929-951

RODRIGUES, Ana Filipa (2004), *Cerâmica Modelada do Hospital Real de Todos-os-Santos*, trabalho apresentado na disciplina de Arqueologia Moderna do curso de História /Variante de Arqueologia da FCSH-UNL, texto policopiado

ROSÁRIO, Frei António do (1993), “Mapa de Portugal Dominicano feminino”, *I Congresso Iternacional del Monacato Feminio en España, Portugal y America 1492-1992*. Tomo II, Leon, Universidade de Leon, p. 653-665

SÁ, Isabel dos Guimarães (2011), “Os espaços de reclusão e a vida nas margens”, *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates, p. 276-299

SABROSA, Armando; SANTO, Paulo Espírito, (1992) “Almada medieval / moderna – um projecto de investigação”, *Al-madan*, IIª série, nº1, p.5-12

SABROSA, Armando (2008), “As faianças da casa Côrte-Real, Largo do Corpo Santo -Lisboa”, *Actas das 4ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, Câmara Municipal, p. 109-142.

SANTOS, Eugénio dos (1993), “O monacato feminino no Brasil durante a Época Moderna”, *I Congresso Iternacional del Monacato Feminio en España, Portugal y America 1492-1992*, Leon, Universidade de Leon, Tomo I, p. 469 – 482

SANTOS, Paulo César (2002), “As porcelanas da China no velho mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra”, *Oriente*, nº3, Lisboa, Fundação Oriente, p.53-59

SANTOS, Reinaldo dos (1960), *Faiança Portuguesa, séculos XVI-XVII*, Porto, Livraria Galaica

SARAMAGO, Alfredo, CARDOSO, António Homem (2000), *Para a História da Doçaria Conventual Portuguesa*. CTT Correios.

SARDINHA, Olinda (1990-1992), “Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo. 1. Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de de Todos os Santos”, *O Arqueólogo Português*, Série, IV, 8/10, p. 487-512

SASSOON, Hano, (1991), “The Portuguese Faience”, *The Mombasa Wreck Excavation*, INA Newsletter, College, Institute of Nautical Archaeology, Vol. 18, °2, p.22-24

SEBASTIAN, Luís; CASTRO, Ana Sampaio e (2010), “ A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: da Restauração à Reforma Pombalina”, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular : as idades medieval e moderna na Península Ibérica*, Centro de Estudos de Património, Departamento de

História, Arqueologia e Património, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve
p. 57-78

SEBASTIAN, Luís (2011), *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Dissertação de Doutoramento em História com Especialidade de Arqueologia, Texto Policopiado

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2001) *A Vida Quotidiana*. Nova História de Portugal, Vol. VII. *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*. Lisboa, Editorial Presença, pp. 442-461

SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António (1998), *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Sta. Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Edições Magno

SOUSA, Élvio Duarte Martins (2006), *A Arqueologia da Cidade de Machico. A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Machico, Centro de Estudos de Arqueologia Moderna

STODDART, Eleanor (2001), "Seventeenth-Century Tin-Glazed Earthenware from Ferryland, Newfoundland", *Thesis on the Archaeology of Newfoundland and Labrador*, Vol. 2: 17th and 18th Century Material Culture

STRAUBE, Beverly (2001), "European Ceramics in the New World", *Ceramics in America*, Milwaukee, Chipstone Foundation, p. 47-71

TEICHNER, Felix (1995), "A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa)", *Actas das Segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval – métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p.17-31

TORRES, Joana Bento (2011), *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Texto Policopiado

TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias, (1997), "Intervenção arqueológica na Travessa da Madalena, nº 18 (Lisboa)", *Revista da Assembleia Distrital de Lisboa*, Nº 3, Lisboa, p. 67-81

TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias (2003), "Cerâmicas de barro vermelho da intervenção arqueológica na calçada de São Lourenço, nº17/19, em Lisboa", *Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo – Actas das 3^{as} Jornadas Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1997*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, p.203-213

TUCK, James A; GAULTON, Barry (2002), "Terra Sigillata from a Seventeenth-Century Settlement in Newfoundland", *Ceramics In America*, Chipstone

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, *Algumas Palavras a respeito de Púcaros de Portugal*, Lisboa, Revista Ocidente, 1957

VICENTE, Ana (2001), *As Mulheres Portuguesas Vistas por Viajantes Estrangeiros*, Lisboa, Gótica

WAGNER, Mafalda de Noronha (2007), *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri

ZÚQUETE, Afonso (1943), *Leiria: subsídios para a história da sua diocese*, Leiria, Gráfica-Leiria

4- Catálogos de exposições

A INFLUÊNCIA ORIENTAL na Cerâmica Portuguesa do Século XVII, (1994), Lisboa, Museu Nacional do Azulejo

AZUL e branco da China. Porcelana ao tempo dos Descobrimentos (1997) Colecção Amaral Cabral, Lisboa, Instituto Português de Museus

EXÓTICA. Os Descobrimentos portugueses e as câmaras de maravilhas do Renascimento (2001) – Catálogo da Exposição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

JOSEFA de Obidos e o tempo Barroco, Coordenação de Vítor Serrão, (1993), Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico

LE VERT & LE BRUN: de Kairouan a Avignon, Ceramiques du Xe au Xve Siecle (1995), Marseille, Musées de Marseille, Réunion des Musées Nationaux

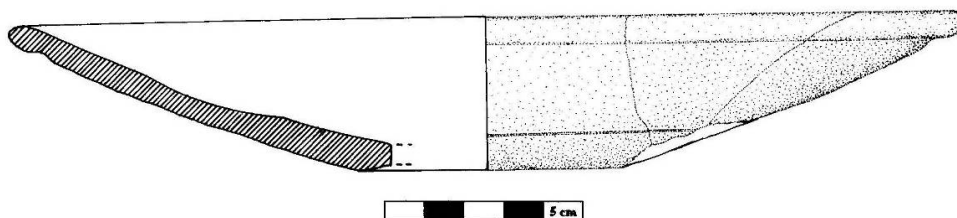
LISBOA SUBTERRÂNEA (1994), Lisboa, Electa

ANEXO I – CATÁLOGO

1-Faiança Portuguesa

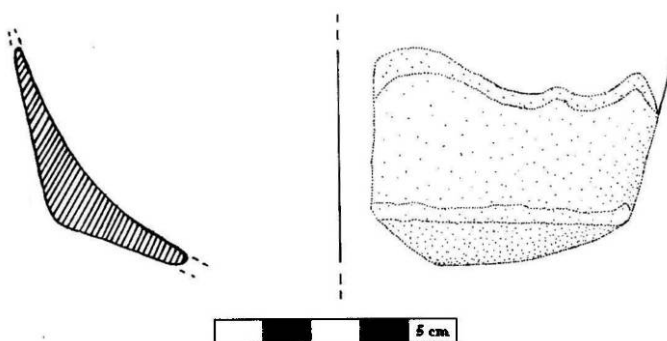
1.1- Século XVI

1- MS99/S7/[197]/ 2962 - Fragmento de prato



De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo, caldeira e fundo. O bordo tem lábio de secção semicircular, a parede é oblíqua e apresenta no anverso, um ressalto e uma ligeira concavidade. A peça foi modelada numa pasta amarela e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente, poroso e baço. Medidas máximas: bordo - 24 cm de diâmetro, 0,7 cm de espessura; caldeira - 0,8 cm de; fundo - 6,5 cm de diâmetro; 2,8 cm de altura.

2- MS 99/S7/[197]/2961 - Fragmento de taça



Peça de perfil troncocónico com carena pronunciada. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente, poroso e baço. Medidas máximas: 14,9 cm de diâmetro ao nível da carena; 1,1 cm de espessura da parede.

1.2- Primeiro quartel do século XVII

3- MS00/S3/[105]/318 1 – Fragmento de prato

De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O lábio do bordo perdeu-se com a fractura da peça. A aba é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e um pouco baço. A decorá-la executou-se uma pintura em azul de cobalto de tons claros e escuros. Na superfície interna, sob duas linhas que demarcam o bordo, foi pintado um painel de forma triangular preenchido com quatro espirais e pequenos pontos, ao centro, sucedendo-se à volta linhas espessas alternadas com linhas finas. Dos dois lados do painel foram pintadas escamas atravessadas por linhas horizontais. Na superfície externa aparecem duas linhas horizontais. Medidas máximas: bordo - 30 cm de diâmetro; aba - 0,7 cm de espessura; caldeira - 0,8 cm de espessura.

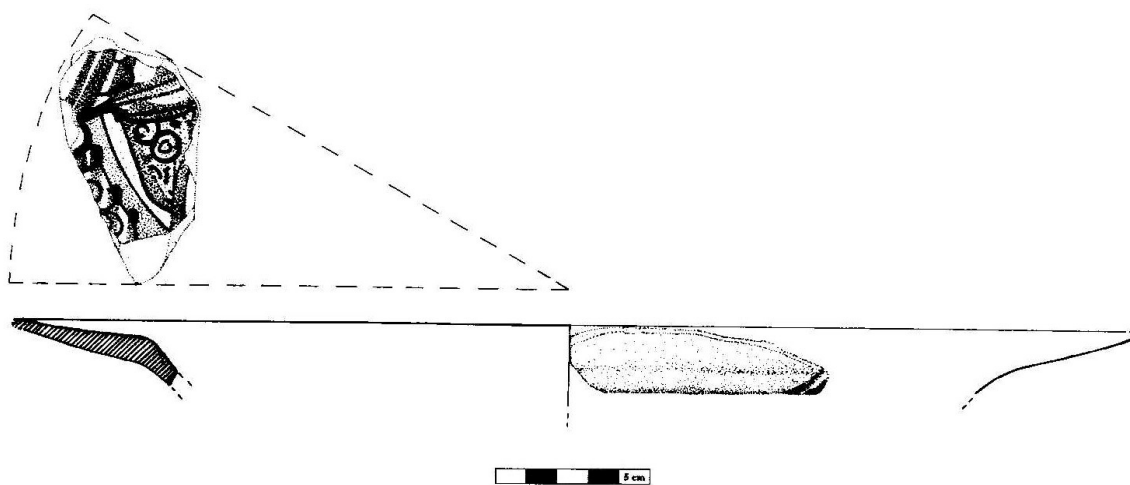
4- MS99/S7/[188]/2601;2631 - Fragmento de prato

De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira e fundo. O bordo é de perímetro circular, e lábio de secção semicircular. A aba é oblíqua. A caldeira é concava, e apresenta no reverso uma carena. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto em tons claros e escuros. O bordo é demarcado por uma faixa, e na aba e parede foi pintada uma sucessão de linhas finas que alternam com linhas mais espessas formando triângulos de vários tamanhos concêntricos, sendo o do interior preenchido com três espirais e pequenos pontos. Na superfície externa encontramos na aba uma linha ondulada e um conjunto de dois traços radiais. Medidas máximas: bordo - 22 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 4 cm de largura, 0,4 cm de espessura; caldeira - 0,6 cm de largura, 0,5 cm de espessura.

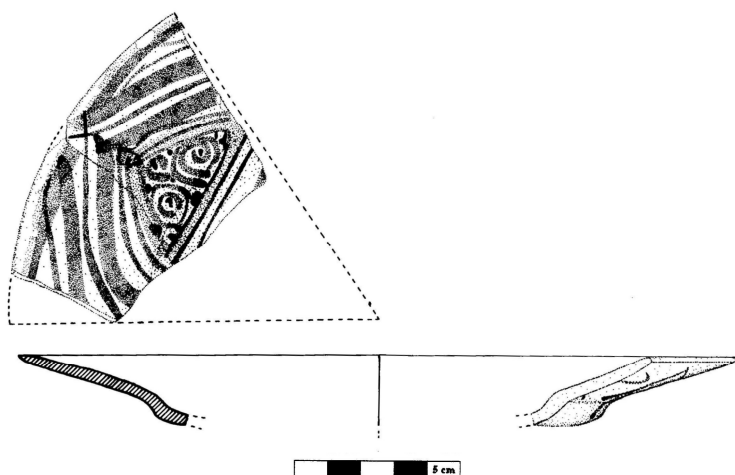
5- MS 00/S10/[210]/ 417 - Fragmento de prato

De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de aba oblíqua e caldeira côncava, e apresenta no reverso uma ligeira carena. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto de tons claros e escuros. Na superfície interna foi pintado um painel de forma pentagonal preenchido com sete espirais e pequenos pontos, ao centro, sucedendo-se à volta linhas espessas alternadas com linhas finas. Na superfície externa aparecem suas linhas onduladas separadas por um traço radial. Medidas máximas: caldeira - 28 cm de diâmetro, 0,8 cm de espessura; aba - 0,7 cm de espessura.

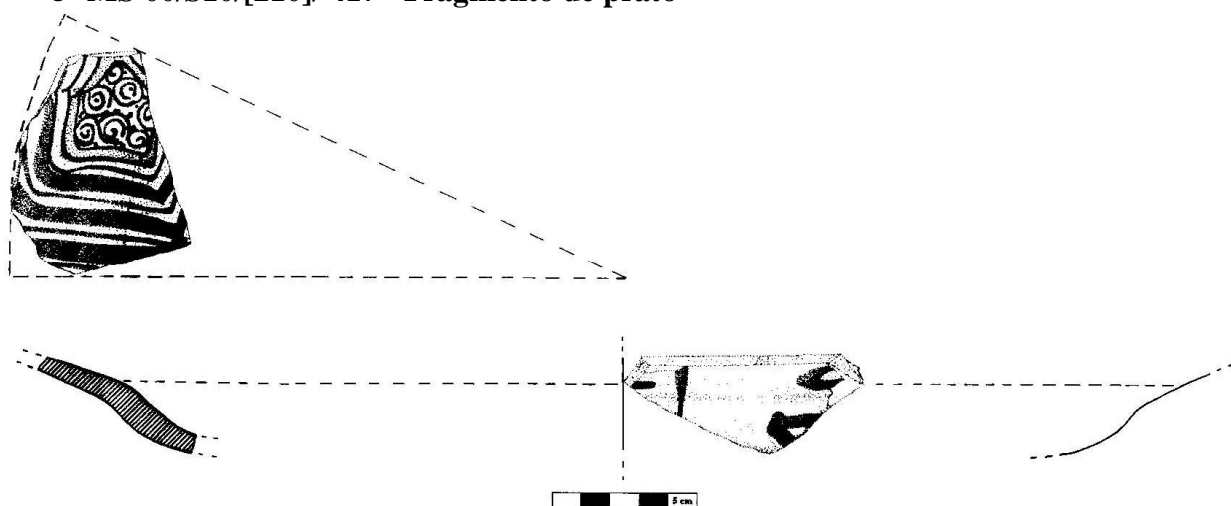
3- MS00/S3/ [105]/318 1 – Fragmento de prato



4- MS99/S7/[188]/2601;2631 - Fragmento de prato



5- MS 00/S10/[210]/ 417 - Fragmento de prato



6- MS99/S7/[170]/ 2107;2113 - Fragmentos de prato

Constituída por dois fragmentos sem colagem, a peça apresenta porção de caldeira, pé e fundo. A caldeira apresenta uma carena baixa. Assenta sobre um pé anelar baixo, de secção troncocónica. O fundo é ligeiramente convexo. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca azulada, aderente e um pouco baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna da caldeira, observa-se linhas espessas que alternam com linhas finas, numa sucessão que se estende até ao fundo do prato, demarcando aí, de forma poligonal a área reservada a uma decoração de carácter fitomórfico. Na superfície externa, restam um par de linhas radiais. Medidas máximas: parede - 0,5 cm de espessura; pé - 12,7 cm de diâmetro, 0,4 cm de altura, 0,5 cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura.

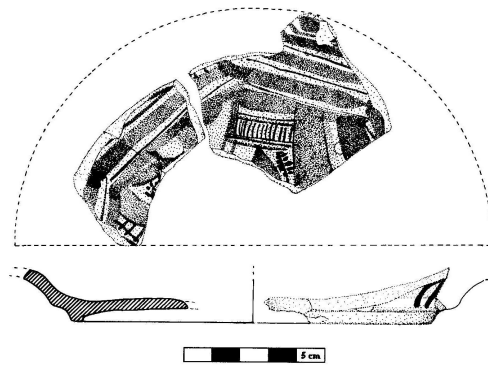
7- MS99/S7/[193]/2953 - Fragmento de prato

Apresenta porção de fundo plano, correspondendo à parte central. A peça foi modelada numa pasta amarela e tem como tratamento de superfície um esmalte de cor branca brilhante e aderente. Está decorado com uma pintura em azul de cobalto na superfície interna. Foram pintadas linhas mais finas e faixas largas alternadas entre si, formando quadrados concêntricos, sendo o do interior, preenchido com nove espirais dispostas em filas de três, no centro das quais e à volta delas aparecem pequenos pontos. A superfície externa não tem qualquer decoração. Medidas máximas: 0,6 cm de espessura.

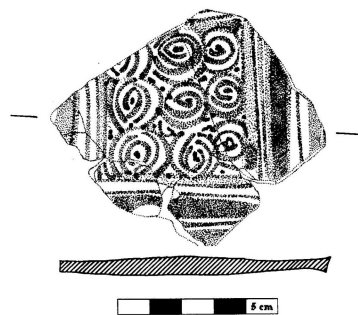
8- MS 00/PP – Fragmento de prato

A peça encontra-se restaurada. De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de bordo, caldeira, pé e fundo. O bordo é de perímetro circular, extrovertido, espessado de secção biselada. A caldeira é côncava, e apresenta um ligeiro estreitamento logo abaixo do fundo. O fundo é ligeiramente côncavo. A peça foi modelada numa pasta bege, e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. A temática da superfície interna é geométrica e dispõe-se num esquema cruciforme, dividido em quatro partes, que se estende desde o fundo ao bordo, parando na faixa que o delimita. Dentro de cada quadrante alternam-se faixas espessas mais claras e linhas finas, mais escuras, dispostas como triângulos concêntricos, terminando esta sucessão numa pequena espiral. A superfície externa mostra três linhas onduladas que se estendem desde o bordo ao início do pé, alternadas por traços radiais duplos. Medidas máximas: bordo - 14,5 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; caldeira - 0,8 cm de espessura; fundo - 7,0 cm de diâmetro; 0,8 cm de espessura; 3,4 cm de altura.

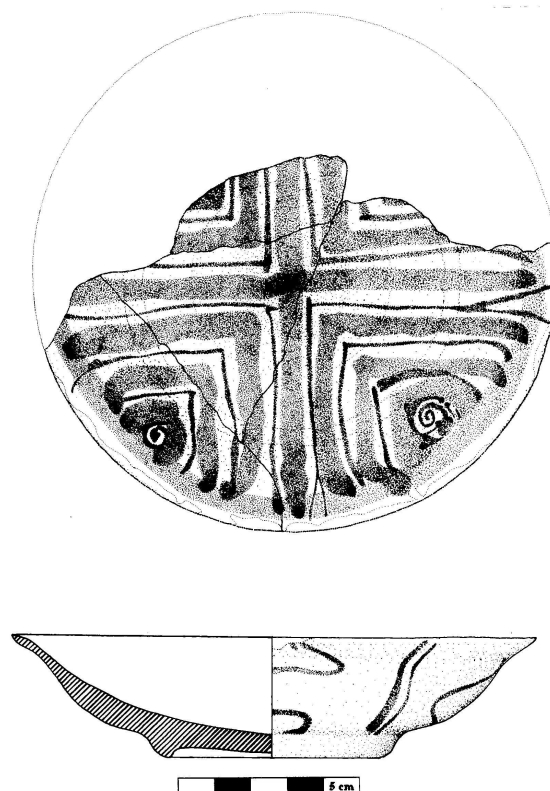
6- MS99/S7/[170]/ 2107;2113 – Fragmentos de prato



7- MS99/S7/[193]/2953 – Fragmento de prato



8- MS 00/PP – Fragmento de prato



9- MS99 S7/ [170]/2156;[191]/2746 - Fragmento de taça

De perfil subtronocónico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo é de perímetro circular, extrovertido e de lábio de secção semicircular. A parede é côncava. A peça foi modelada numa pasta rosada e fina e coberta por um esmalte de cor verde clara, pouco aderente, mas brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Em ambas as superfícies, o bordo está pintado de azul. É somente na superfície externa que a parede apresenta decoração. Esta é de carácter geométrico, consistindo esta em faixas mais espessas alternadas por linhas mais finas, formando triângulos contidos uns nos outros, sendo o do interior preenchido com linhas oblíquas. Medidas máximas: bordo - 11,0 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; parede - 0,4 cm de espessura.

10- MS 99/ S7A/[170]/2172; [192]/2575; [197]/2990 - Fragmento de taça

De forma circular e perfil hemisférico, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo é extrovertido e de lábio de secção semicircular ligeiramente biselado. A parede é convexa. O fundo é plano e assenta sobre pé anelar de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela e fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Uma linha circular espessa sob o bordo e um conjunto de três linhas enroladas numa linha ondulada ao centro do fundo, constituem a única decoração da superfície interna. Na superfície externa, o bordo foi demarcado por uma linha espessa. Na parede encontramos painéis delimitados por linhas espessas alternadas por linhas mais finas, sendo um deles preenchido por uma linha ondulada. A decoração remata com uma espessa faixa que se estende até ao pé. Medidas máximas: bordo - 13 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; parede - 0,5 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 4,2 cm de diâmetro, 0,4 cm de altura, 0,5 cm de espessura; 6,2 cm de altura.

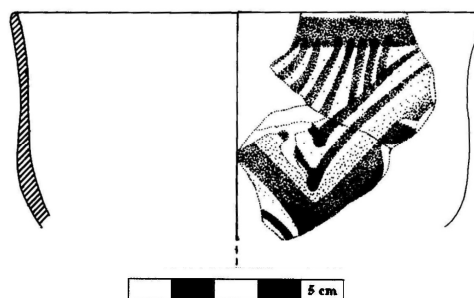
11- MS 99 S. 7/ [170]/2141;[188]/2525;[192]/ 2868 - Fragmento de taça

Apresenta porção de parede, fundo plano e pé anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, apenas encontramos decoração no fundo onde se observam três linhas cruzadas num ponto, atravessadas por uma linha ondulada. Na superfície externa, observa-se a parede decorada com linhas finas que alternam com faixas espessas, sendo uma preenchida num tom de azul mais claro. O pé está inteiramente pintado de azul. Medidas máximas: parede - 0,3 cm de espessura; pé - 4,5 cm de diâmetro; 0,5 cm de altura; 0,4 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura.

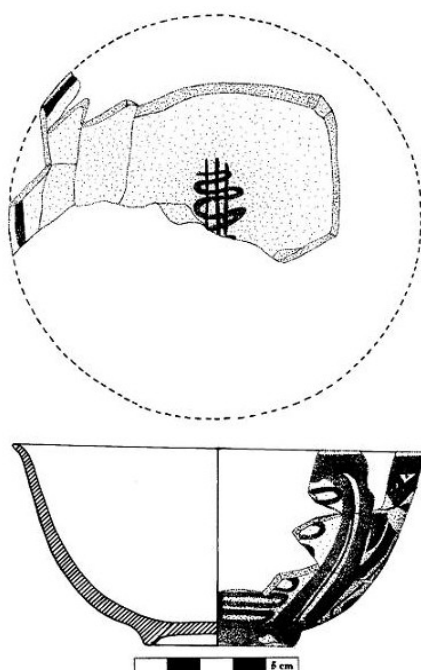
12- MS 99/S7/[170]/2576 - Fragmento de taça

Apresenta porção de parede, fundo plano e pé anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, apenas encontramos decoração no fundo onde se observa um quadrado delimitado por traços espessos e preenchido por reticulado. De cada um dos lados parte uma linha ondulada e de cada vértice um conjunto de três linhas. Na superfície externa, do lado exterior, a peça está inteiramente pintada de azul. Medidas máximas: parede - 0,3 cm de espessura; pé - 4,4 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,6 cm de espessura; 0,4 cm de espessura.

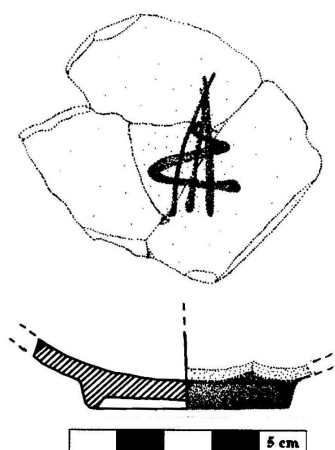
9- MS99 S7/ [170]/2156;[191]/2746



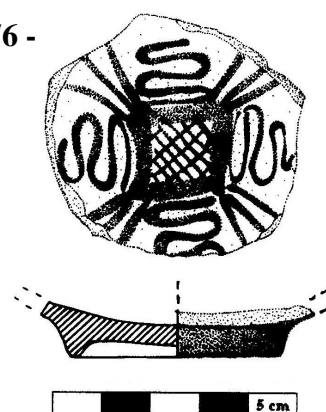
10- MS 99/ S7A/[170]/2172; [192]/2575; [197]2990



11- MS 99 S. 7/ [170]/2141;[188]/2525;[192]/ 2868 -
Fragmento de taça



12- MS 99/S7/[170]/2576 -
Fragmento de taça



13-MS 99/S7/[191]/2797 - Fragmento de taça

De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de parede, fundo e pé. A parede é côncava e tem uma carena baixa, o fundo é pano e o pé é anelar e de secção troncocônica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante, embora quebradiço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, apenas encontramos decoração no fundo, onde se observam linhas onduladas que partem de um motivo central desconhecido. Na superfície externa, encontramos uma decoração geométrica composta por linhas espessas que alternam com linhas finas, formando painéis, preenchidos com espirais e pontos, sendo o pé inteiramente pintado. Medidas máximas: parede - 0,5 cm de espessura; pé - 4,3 cm de diâmetro, 0,4 cm de altura, 0,6 cm de espessura; fundo - 0,3 cm de espessura

14- MS 99/S7/[170]/ 2312 – Fragmento de taça

De perfil sub-troncocônico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo é extrovertido e possui lábio de secção biselada. A peça foi modelada numa pasta rosada clara, fina e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente, e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. O bordo foi decorado com traços curtos e espessos. Na superfície interna, encontramos a parede delimitada por linhas e preenchida por um esquema decorativo em zigue-zague, composto por conjuntos de seis linhas horizontais dispostas em triângulo e conjuntos de três linhas oblíquas. Medidas máximas: bordo - 12,3 cm de diâmetro, 0,7 cm de espessura; parede - 0,7 cm de espessura.

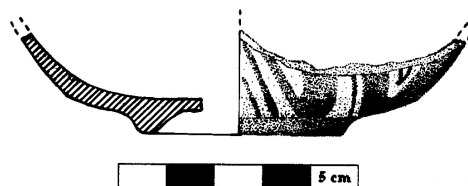
15- MS 99/S7/[188]/2634 - Fragmento de taça

De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de bordo, parede e fundo. O bordo é extrovertido e possui lábio de secção biselada e a parede é côncava. A peça foi modelada numa pasta rosada clara, fina e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente, e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. O bordo foi decorado com traços curtos e espessos. Na superfície interna, encontramos a parede delimitada por linhas e dividida em painéis triangulares. Painéis preenchidos com linhas onduladas alternam com outros preenchidos por linhas verticais. Uma espiral ocupa todo o fundo. Medidas máximas: bordo - 13,7 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura do; parede - 0,7 cm de espessura.

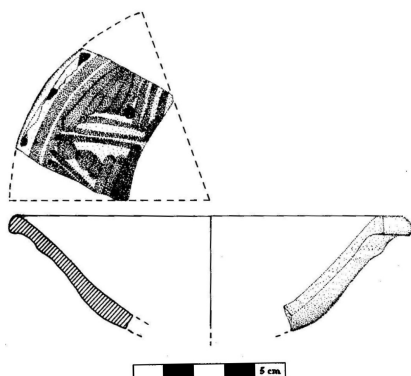
16- MS 99/S4/[137]/ 1235 - Fragmento de prato

De forma perfil sub-troncocônico, apresenta porção de bordo, caldeira e fundo. O bordo tem lábio de secção semicircular, a caldeira é oblíqua e côncava no anverso. O fundo é plano no anverso, e côncavo no reverso, onde se desenvolve um ônfalo. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca fino, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. A parede foi demarcada por linhas e preenchida por painéis triangulares com linhas onduladas dispostas de forma triangular, no interior. Uma espiral preenche o fundo. Medidas máximas: bordo - 19,5 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; caldeira - 0,9 cm de espessura; fundo - 5,7 cm de diâmetro; 3,8 cm de altura.

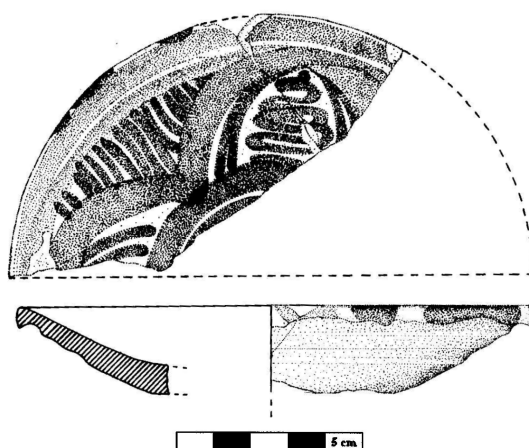
**13-MS 99/S7/[191]/2797 –
Fragmento de taça**



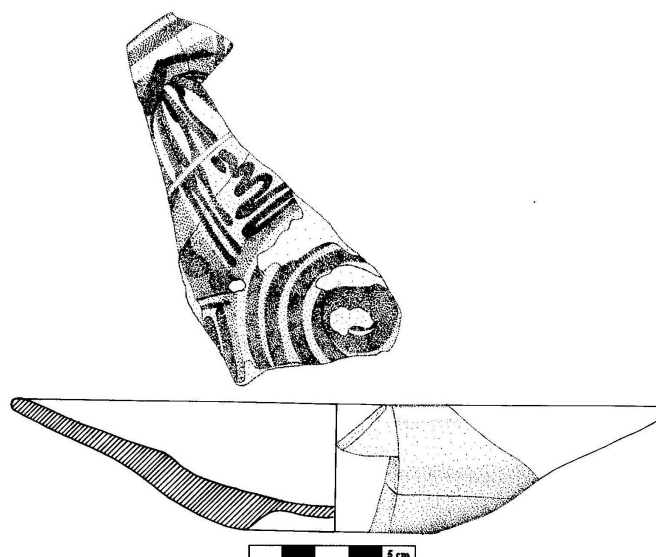
**14- MS 99/S7/[170]/ 2312 –
Fragmento de taça**



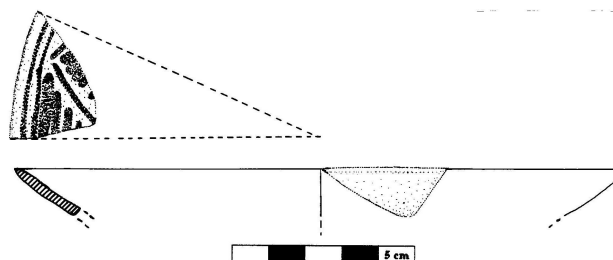
15- MS 99/S7/[188]/2634 - Fragmento de taça



16-MS 99/S4/[137]/ 1235 - Fragmento de prato

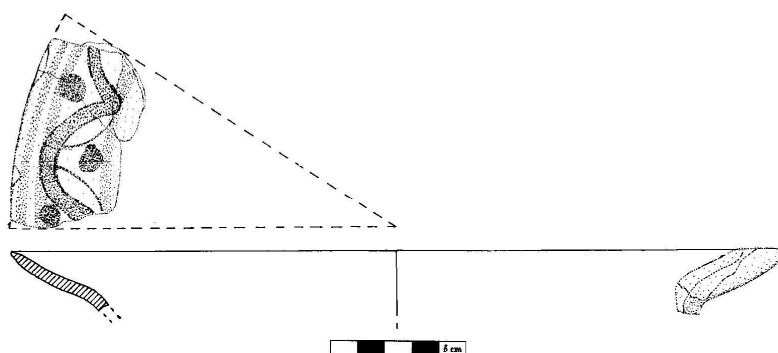


17- MS 99/S4/[133]/1084 - Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo e aba. O bordo tem lábio de secção semicircular e a aba é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e depurada, e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Delimitou-se o bordo da aba por duas linhas e aí pintaram-se linhas horizontais dispostas em triângulo cujas bases partem alternadamente dos limites superior e inferior da aba. Entre estes triângulos pintaram-se linhas dispostas em zigue-zague. Medidas máximas: bordo - 16,7 cm de diâmetro, bordo - 0,3 cm de espessura; aba - 0,4 cm de espessura.

18- MS 99/S4/[141]/1401 - Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo é ligeiramente afiado e tem lábio de secção semicircular e a aba é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, fino, pouco aderente, quebradiço e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto em tons claros e escuros na aba, onde encontramos uma faixa delimitada por linhas, preenchida com motivos bifoliados. Medidas máximas: bordo - 20 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; aba - 2,2 cm de largura, 0,5 cm de espessura; caldeira - 0,5 cm de espessura.

19- MS99/S7/[173]/ 3027- Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo e aba. O bordo tem lábio de secção biselada. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e depura e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. Foi decorada com uma pintura em azul de cobalto. Observa-se uma faixa delimitada por duas linhas preenchida esquema decorativo de linhas espessas e linhas finas, em zigue-zague. Medidas máximas: bordo - 0,3 cm de espessura; aba - 0,5 cm de espessura.

20- MS 00/ S4/[138]- Fragmento de prato

De forma circular e perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo é recortado em chavetas oferece lábio de secção semicircular. A aba é oblíqua, e a caldeira côncava. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, de secção truncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. O bordo é demarcado por uma linha que segue o seu recorte. A decoração da aba está dividida em cinco painéis, em que três grandes alteram com dois mais pequenos. Os grandes painéis ostentam ramos de pêsego, enquanto que os painéis mais pequenos estão preenchidos com vinte pequenos traços horizontais. O fundo demarca-se por duas linhas circulares e nele reconhece-se uma paisagem natural com um rochedo e motivos fitomórficos. No reverso, o bordo e o pé foram demarcados por uma linha e pintaram-se quatro conjuntos de três traços na aba. Medidas máximas: bordo - 17 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 2,5 cm de largura, 0,4 cm de espessura; caldeira - 1,2 cm de largura, 0,4 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 9,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,5 cm de espessura; 2,4 cm de altura.

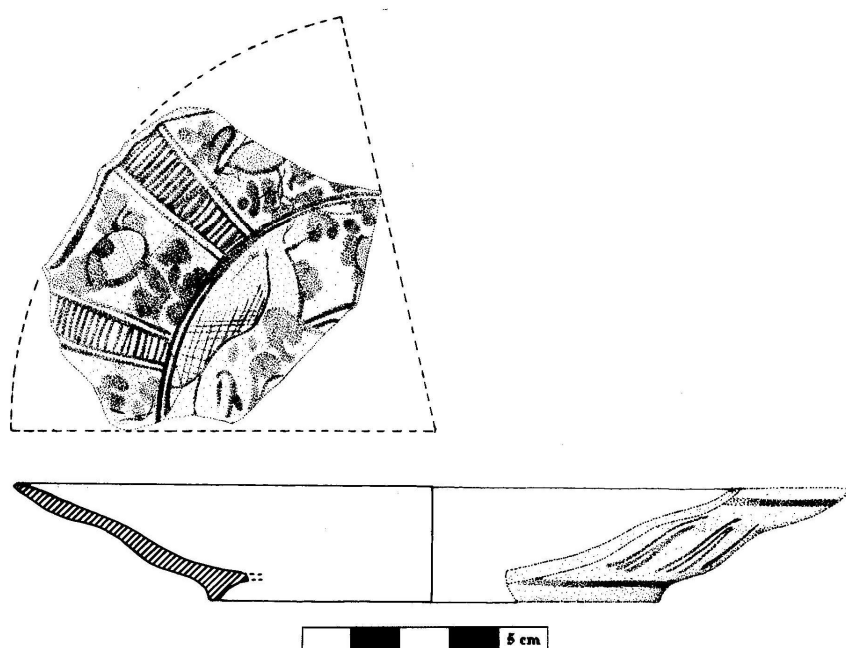
21- MS 99/S4/[139]/1315;1324- Fragmento de prato

Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. O fundo é plano e assenta sobre o pé baixo, recuado, anelar e de secção truncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, ligeiramente azulada, espesso, aderente, quebradiço e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. No anverso da caldeira, reconhecem-se dois painéis maiores alternados por um mais pequeno. Os painéis maiores foram preenchidos por ramos de pêsegos, com hastes e folhas, e o mais pequeno foi preenchido com linhas horizontais. O fundo demarca-se por três linhas e tem uma paisagem natural onde se reconhece uma flor de lótus, entre outros motivos fitomórficos. No reverso, a caldeira foi delimitada do fundo por duas linhas e preenchida por linhas onduladas radiais, alternadas por conjuntos de duas linhas rectas radiais. Medidas máximas: caldeira - 0,3 cm de espessura da parede; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 14,3 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura do pé, 0,3 cm de altura.

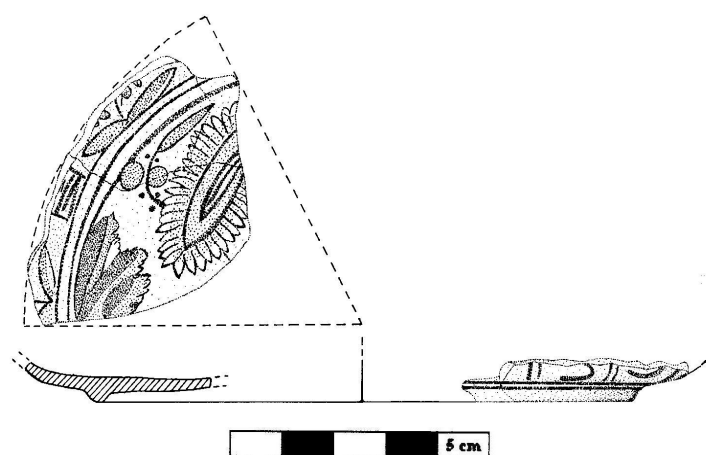
22- MS 99/S4/[133]/1109- Fragmento de taça

De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo é extrovertido e tem lábio de secção semicircular e a parede é ligeiramente côncava. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, quebradiço e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Em ambas as superfícies encontramos o bordo demarcado por duas linhas. Na superfície externa, foram pintados dois painéis contendo motivos fitomórficos alternados por seis pontos. Medidas máximas: bordo - 12,9 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; parede - 0,4 cm de espessura.

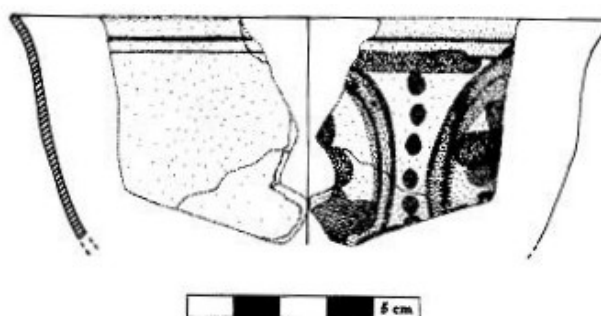
20- MS 00/ S4/[138] – Fragmento de prato



21- MS 99/S4/[139]/1315;1324 - Fragmento de prato



22- MS 99/S4/[133]/1109 – Fragmento de taça



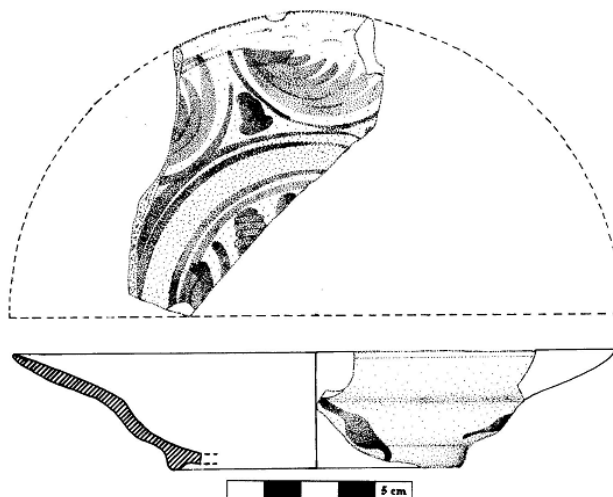
23- MS99/S7/[193]/ 2910 - Fragmento de caixa



De forma heptagonal, apresenta porção de fecho e parede. O fecho tem secção subrectangular. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, pouco aderente, quebradiço e brilhante. A decorar a peça foi executada uma pintura em tons de azul de cobalto na superfície externa. A cada face da parede corresponde um painel decorativo. Nos dois que restam observamos respectivamente, um reticulado com motivos cruciformes em cada um dos quadrados, bem como um ramo de pêssego, com fruto e folhas. Medidas máximas: 15, 5cm de diâmetro externo do fecho; 0,8 cm de espessura do fecho; 16,5 cm de diâmetro da parede; 1,1 cm de espessura da parede. Como fragmento mede: 11 cm x 3,3 cm.

1.3- Segundo / Terceiro quartel do século XVII

24- MS 99/S7/[193]/ 2911 – Fragmento de prato



De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo é de perímetro circular, e secção semicircular e a aba é oblíqua. A caldeira é côncava, e apresenta, na superfície externa, uma carena muito ligeira. Assenta sobre um pé anelar, cuja secção é vertical do lado externo, e inclinado do lado interno. O fundo é plano. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante, mas um pouco quebradiço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, o bordo é demarcado por duas linhas circulares, das quais parte a decoração da aba composta por conjuntos linhas semicirculares e pequenos traços curvos. A caldeira demarca-se por duas linhas circulares, tal como o fundo, no qual se pintaram motivos fitomórficos. Na superfície externa, a aba e a parede foram decoradas com dois traços radiais numa pincelada rápida. Medidas máximas: bordo - 16,4 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 2,4 cm de largura, 0,4 cm de espessura; caldeira - 1,0 cm de largura, 0,4 cm de espessura; pé - 8,0 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,5 cm de espessura; fundo - 0,3 cm de espessura.

25- MS/ sem ref. – Fragmento de prato

De forma troncocónica, apresenta porção de bordo, caldeira e fundo e pé. O bordo, extrovertido, e espessado externamente, é de lábio de secção semicircular. A caldeira é ligeiramente côncava. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta bege, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto, constituída por pequenos traços radiais no bordo, demarcado por uma linha circular. Na caldeira, encontramos três conjuntos de quatro semicírculos concêntricos, que se desenvolvem a partir daquela linha, entre os quais, em baixo estão dois conjuntos de três traços, mais escuros, dispostos de forma triangular. O fundo é demarcado e preenchido por três linhas circulares concêntricas. No espaço demarcado pela linha central pintaram-se motivos não identificados, onde se distinguem seis traços. Medidas máximas: bordo - 15,2 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; caldeira - 0,6 cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura; pé - 6,5 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,7 cm de espessura de pé; 2,8 cm de altura.

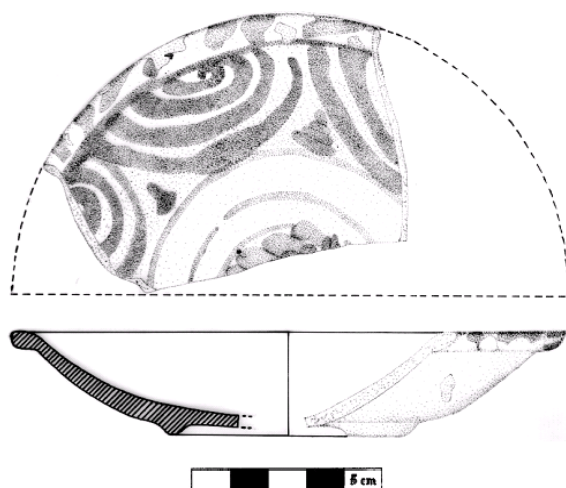
26- MS 99/7A/[192] - Fragmento de prato

De forma troncocónica, apresenta porção de bordo, caldeira, fundo e pé. O bordo é extrovertido, espessado externamente, e de lábio de secção semicircular. A parede é ligeiramente convexa. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Sobre o bordo pintaram-se pequenos traços radiais, sendo demarcado por duas linhas circulares na superfície interna, de onde partem conjuntos de quatro círculos concêntricos, seguindo-se, entre estes, mais abaixo, conjuntos mais pequenos de traços curvos horizontais dispostos de forma triangular, seguindo-se por sua vez no mesmo esquema, conjuntos ainda mais pequenos de quatro traços horizontais, sem curvatura. Todos estes motivos dispõem-se em escama. O fundo é demarcado por três linhas circulares concêntricas. Na superfície externa pintou-se um traço radial em toda a parede. Medidas máximas: bordo - 19,7 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; caldeira - 0,6 cm de espessura; 0,4 cm de espessura de fundo; 9,5 cm de diâmetro de pé; 0,5 cm de altura de pé; 0,7 cm de espessura de pé; 4,1 cm de altura.

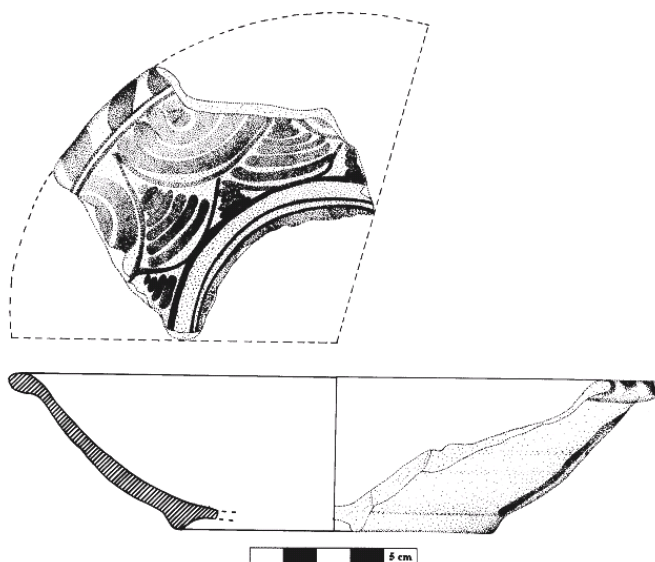
27- MS 99/S4/[133]/111 - Fragmento de taça

De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de parede, fundo e pé. A parede é côncava. Assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica, e o fundo é plano. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, apenas encontramos decoração no fundo onde se observa uma espiral. Na superfície externa, há vestígios de uma decoração com semicírculos concêntricos. Medidas máximas: parede - 0,6 cm de espessura; pé - 5,0 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura 0,8 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura.

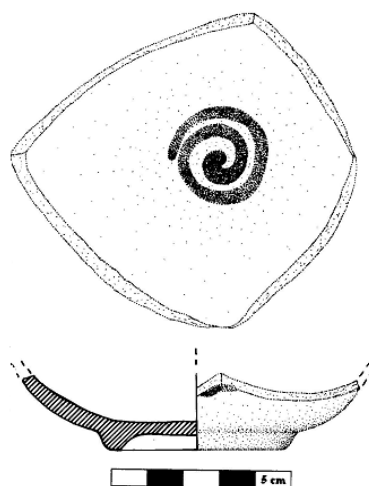
25- MS/ sem ref. – Fragmento de prato



26- MS 99/7A/[192] – Fragmento de prato



27- MS 99/S4/[133]/111 - Fragmento de taça



28- MS 99/S4/[137]/1191 - Fragmento de taça

De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo é de perímetro circular, ligeiramente extrovertido e de lábio de secção ligeiramente biselada. A parede é côncava, e apresenta na superfície externa, duas ligeiras cerenas. A peça foi modelada numa pasta rosada e fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, o bordo é demarcado por duas linhas circulares, não existindo decoração na parede. Na superfície externa, o bordo foi também demarcado por duas faixas, das quais parte um conjunto de cinco círculos concêntricos, no interior do qual foi pintada uma mancha disforme, bem como, mais abaixo, um conjunto de três traços horizontais. Medidas máximas: bordo - 11,0 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; parede - 0,3 cm de espessura.

29- MS 99/S4/[133]/1105;1106;1107;1108 - Fragmento de taça

De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo é de perímetro circular, extrovertido, espessado externamente e de secção semicircular. A parede é côncava, e apresenta na superfície externa, um ligeiro estreitamento logo abaixo do bordo. Assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica, e o fundo é plano. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca pouco aderente, quebradiço, mas brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto na superfície interna e externa, em traços espessos e rápidos. Na superfície interna, o bordo é demarcado por uma faixa larga, não existindo decoração na parede. No fundo observam-se dois círculos concêntricos. Na superfície externa, o bordo foi também demarcado por uma faixa, da qual partem conjuntos de seis círculos concêntricos justapostos, entre os quais se pintaram traços verticais, um pouco disformes. Medidas máximas: bordo - 14,2 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; aba - 4 cm de largura; parede - 0,6 cm de espessura; pé - 7,0 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,4 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; 5,6 cm de altura.

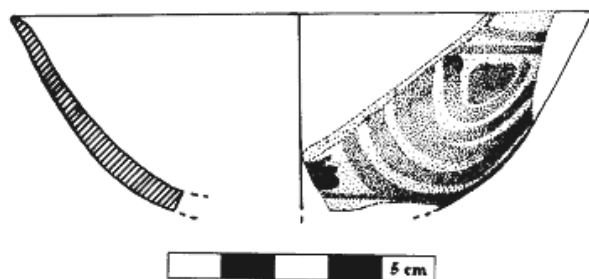
30- MS99/S7/[192]/ 2888 - Fragmento de taça

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo é de perímetro circular, ligeiramente extrovertido e de secção semicircular. A parede é côncava. A peça foi modelada numa pasta amarela e fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, o bordo é demarcado por uma linha circulares, não existindo decoração na parede. Na superfície externa, o bordo é demarcado por duas faixas, das quais partem conjuntos de três círculos concêntricos, no interior do qual foi pintado um esquema de linhas semicirculares e traços curvos em escama. Medidas máximas: bordo - 13,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; parede - 0,5 cm de espessura.

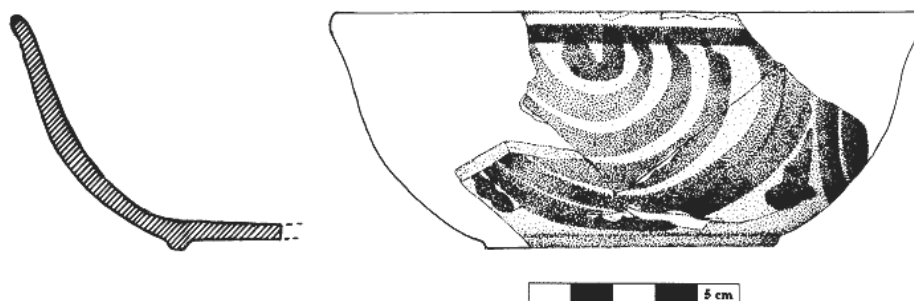
31-MS/ sem ref. - Fragmento de taça

De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo é de perímetro circular, ligeiramente extrovertido e de lábio de secção biselar. A parede é côncava. A peça foi modelada numa pasta rosada e fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, o bordo é demarcado por uma linha circular, não existindo decoração na parede. Na superfície externa, o bordo foi também demarcado por uma linha circular, da qual partem dois conjunto de cinco círculos concêntricos. Medidas máximas: 11,1 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; parede - 0,3 cm de espessura.

28- MS 99/S4/[137]/1191 - Fragmento de taça



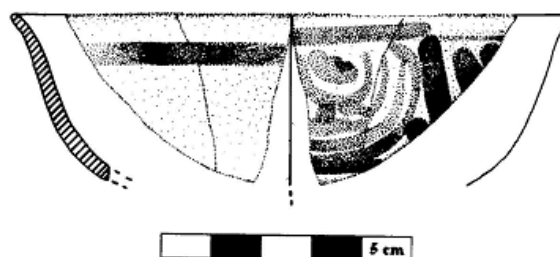
29- MS 99/S4/[133]/1105;1106;1107;1108 - Fragmento de taça



30- MS99/S7/[192]/ 2888 - Fragmento de taça



31-MS/ sem ref. - Fragmento de taça



32- MS 99/S4/[139]/1312; MS 99/S4/[141]/1483 - Fragmento de prato

De forma circular e perfil sub-troncocônico, apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua e a caldeira é convexa. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto, apenas presente na superfície interna. O bordo está demarcado por duas linhas. A aba e parede estão preenchidas com um friso em ziguezague. Medidas máximas: bordo - 24 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 3,2 cm de largura, 0,5 cm de espessura; caldeira - 0,5 cm de espessura.

33- MS 99/S7/[190]/2725 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo tem lábio de secção semicircular e a aba é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorá-la executou-se uma pintura em azul de cobalto. Sob as duas linhas que demarcam o bordo, foram pintados motivos fitomórficos estilizados compostos por um par de folhas e hastes alternadas por conjuntos de oito linhas horizontais dispostas em triângulo. Medidas máximas: bordo - 22 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 4 cm de largura, 0,7 cm de espessura; caldeira - 0,8 cm de espessura.

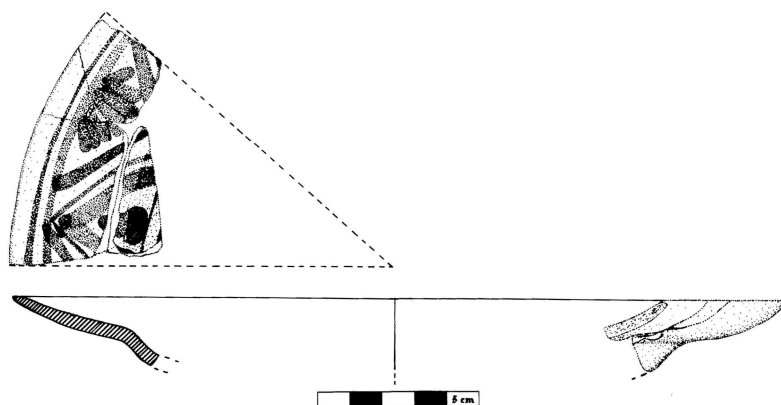
34- MS99/S4/[135]/1154 - Fragmento de prato

De forma circular e perfil sub-troncocônico, apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua e a caldeira é côncava. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto, apenas presente na superfície interna. O bordo está demarcado por uma linha fixa espessa, seguindo-se na representação de um motivo fitomórfico bifoliado estilizado, onde se reconhece um corpo central rematado por flor, de onde partem as folhas, com nervura. Este motivo alterna com conjuntos de sete traços horizontais dispostos em pirâmide. No limite inferior da aba surge um par de linhas circulares. Medidas máximas: bordo - 28 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; aba - 7 cm de largura, 0,8 cm de espessura; caldeira - 2,3 cm de largura, 0,8 cm de espessura.

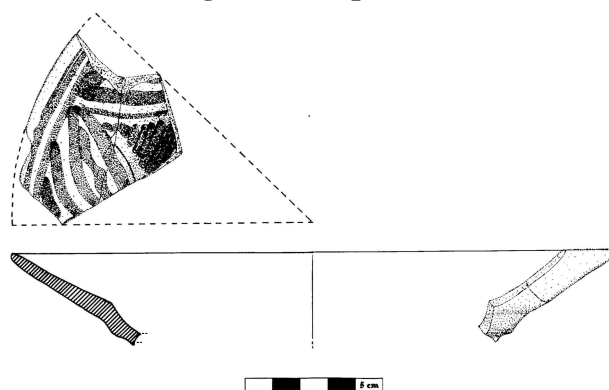
35- MS 99/S7/[190]/2536 - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocônico, apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo tem lábio de secção semicircular. A aba é oblíqua e a caldeira convexa. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorá-la, executou-se uma pintura em azul de cobalto em tons claros e escuros. O bordo é demarcado por três linhas circulares, e na aba e parede foi pintado um motivo fitomórfico estilizado, do qual só se vêem duas das hastes e um painel delimitado por uma faixa azul clara contornada por duas linhas azuis escuras, que é preenchido com um motivo fitomórfico, com caule, hastes, folhas e grande pêssego, de inspiração chinesa. Na superfície externa encontramos na aba e parede um traço radial. Medidas máximas: bordo - 14,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 4,5 cm de largura, 0,5 cm de espessura; caldeira - 0,5 cm de espessura.

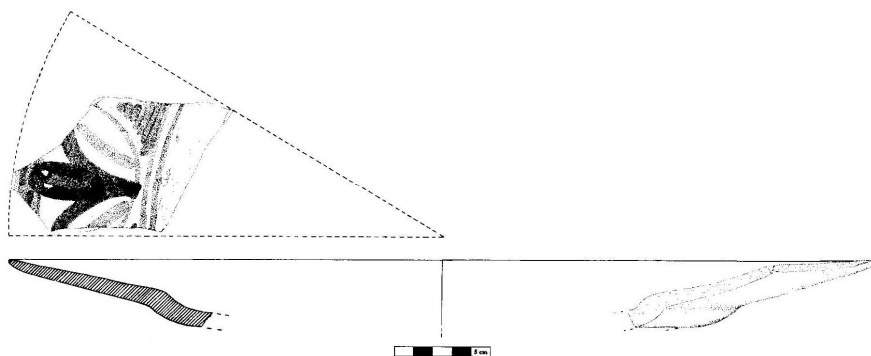
32- MS 99/S4/[139]/1312; MS 99/S4/[141]/1483 - Fragmento de prato



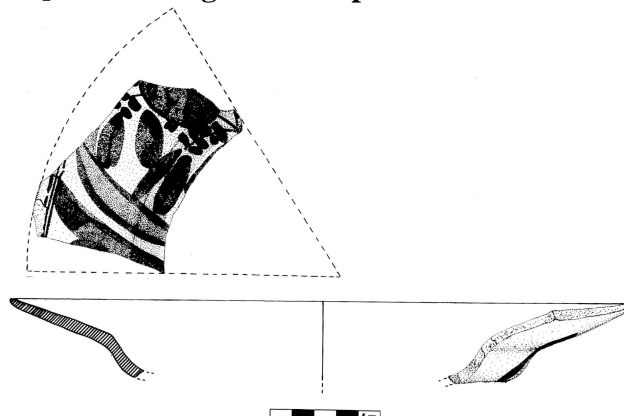
33- MS 99/S7/[190]/2725 - Fragmento de prato



34- MS99/S4/[135]/1154 - Fragmento de prato



35- MS 99/S7/[190]/2536 - Fragmento de prato



36- MS 99/S4/[140]/1325 - Fragmento de prato

De forma circular e perfil sub-troncocónico, apresenta porção de aba, caldeira, fundo e pé. A aba é oblíqua. A caldeira é convexa, e apresenta no reverso duas carenas muito ligeiras. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorá-la, executou-se uma pintura em azul de cobalto em tons claros e escuros. Na aba e caldeira, encontramos seis pequenos traços horizontais escuros, seguindo-se uma faixa vertical em tom mais claro, contornada por duas linhas finas mais escuras, uma faixa que poderá ser a haste central de um motivo fitomórfico estilizado e uma folha de acanto traçada a linhas finas em preenchida em tons de azul claro, sobre fundo azul escuro. O fundo demarca-se por duas linhas circulares concêntricas. Medidas máximas: aba - 0,8 cm de espessura; caldeira - 1,2 cm de largura, 0,8 cm de espessura; fundo - 0,7 cm de espessura; pé - 15 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,7 cm de espessura.

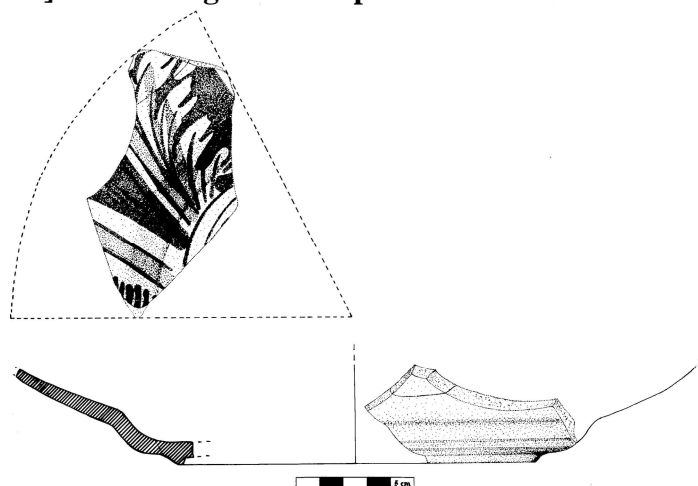
37-MS99/S7/[188] - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua e a caldeira é côncava e possui uma carena. O fundo é plano e assenta sobre um pé baixo, anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. O bordo foi demarcado com duas linhas e na aba e parede pintaram-se motivos petaliformes alternados por reticulado e um motivo fitomórfico esquemático compostos por caule e folhas. O fundo foi assinalado por duas linhas. Medidas máximas: bordo - 20,5 cm de diâmetro do bordo, 0,3 cm de espessura; aba - 3,3 cm de largura da aba; 0,5 cm de espessura da aba; 1,3 cm de largura da parede; 0,6 cm de espessura da parede; 0,3cm de espessura de fundo; 11,5 cm de diâmetro de pé; 0,4 cm de altura de pé; 0,7 cm de espessura de pé; 2,2 cm de altura. Como fragmento tem 8,7 cm x 5,8 cm.

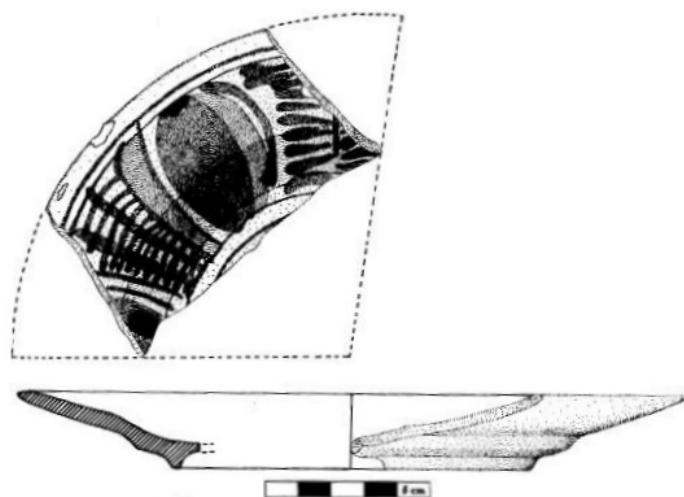
38- MS 99/S7/[173]/3062 - Fragmento de prato

De forma circular e perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular e a aba é oblíqua. A caldeira é côncava, e apresenta no reverso uma carena ligeira. Assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica, e o fundo é plano. A peça foi modelada numa pasta amarela e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto em tons escuros e claros. O bordo é demarcado por duas linhas azuis escuras. Delas partem quatro motivos petaliformes de forma ovóide, em tom azul escuro, contornadas por faixas em azul mais claro. Acompanhando a forma destas, caem três grinaldas até ao limite com a caldeira. A decoração da caldeira invade a aba e o fundo e é constituída por grupos de cinco linhas radiais, alternadas com ramos de flores e folhas. O fundo preencheu-se com um medalhão delimitado por três linhas circulares concêntricas, contendo a representação de motivos que não identificamos devido à fragmentação da peça nesta zona. Na superfície externa, a aba, a caldeira e o pé foram decoradas com um traço radial. Medidas máximas: bordo - 24,6 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; aba - 4,4 cm de largura, 0,6 cm de espessura; caldeira - 1,3cm de largura, 0,8 cm de espessura; pé - 12,2 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,5cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; 3,2 cm de altura.

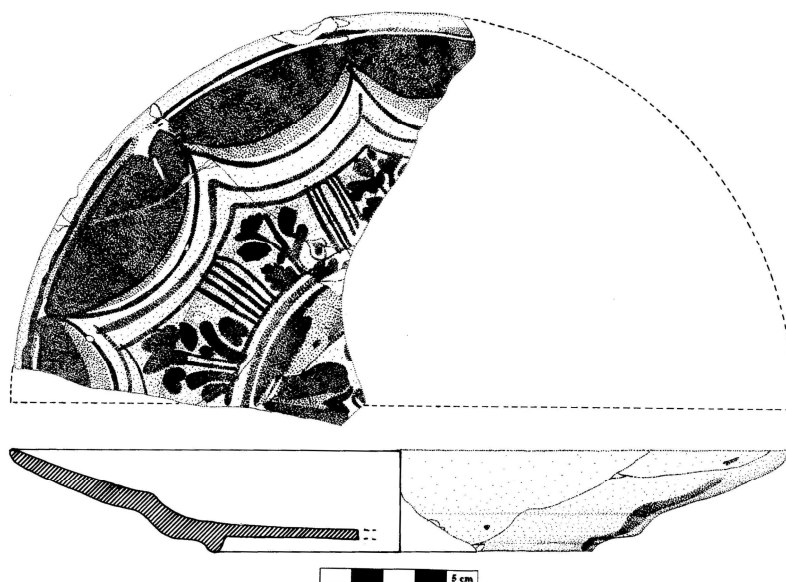
36- MS 99/S4/[140]/1325 - Fragmento de prato



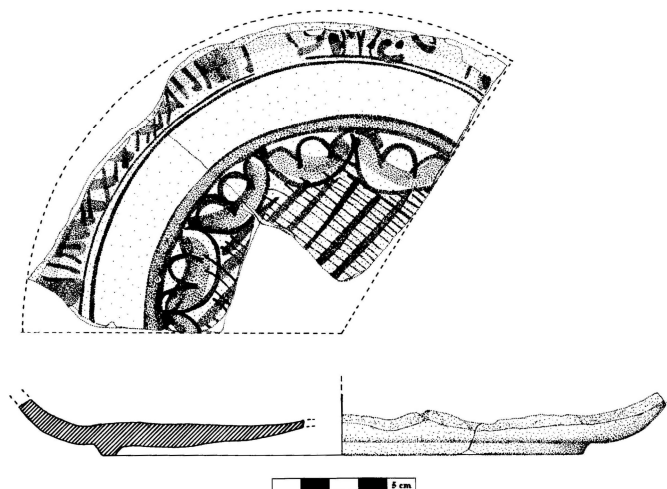
37-MS99/S7/[188] – Fragmento de prato



38- MS 99/S7/[173]/3062 – Fragmento de prato

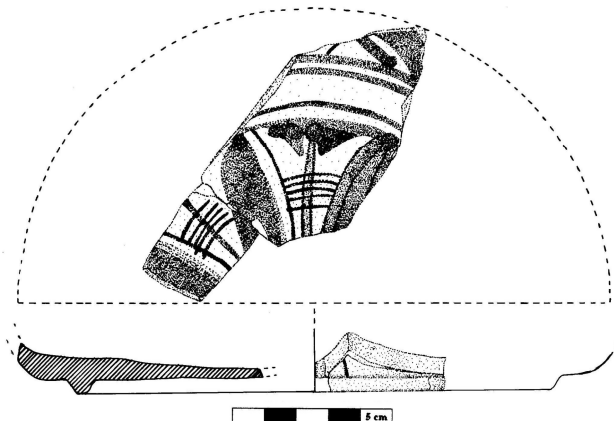


39- MS00/PP/[250]/ 3478 - Fragmento de prato



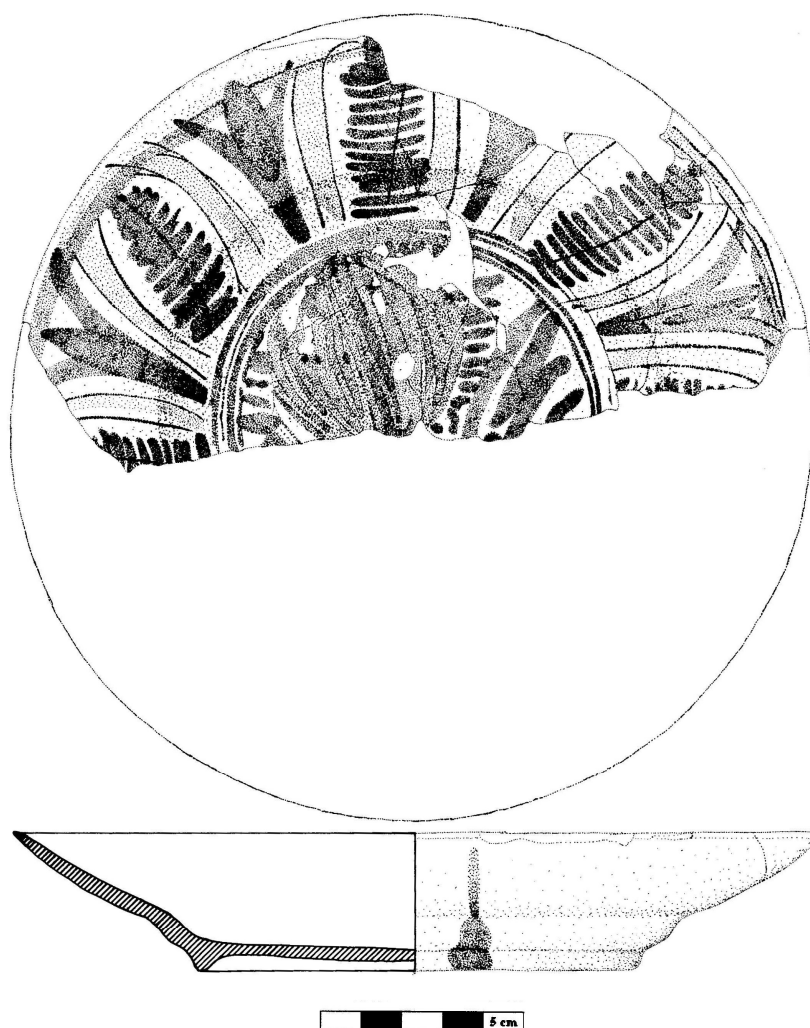
De forma circular e perfil troncocônico, apresenta porção de caldeira, fundo e pé. O fundo é plano, ligeiramente côncavo ao centro e assenta sobre um pé anelar, de secção troncocônica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente, um pouco baço e quebradiço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto na superfície interna. Na caldeira e no arranque do fundo, reconhecem-se um painel preenchido com reticulado, com linhas espessas cruzando com linhas mais finas, dois lóbulos ovais sobrepostos, um em tom claro outro em tom mais escuro e, ainda, um painel, com um motivo fitomórfico com hastes e caule. O fundo demarca-se por duas linhas circulares concêntricas, seguindo-se um espaço vago até ao medalhão central. Este é delimitado por duas linhas circulares concêntricas, partindo do interior cinco motivos trilobulados, sendo todo o restante espaço preenchido com reticulado de linhas espessas alternando com linhas finas. Medidas máximas: caldeira - 0,7 cm de espessura; fundo - 0,8 cm de espessura; pé - 16,8 cm de diâmetro, 0,4 cm de altura, 0,9 cm de espessura.

40- MS99/S4/[130] - Fragmento de prato

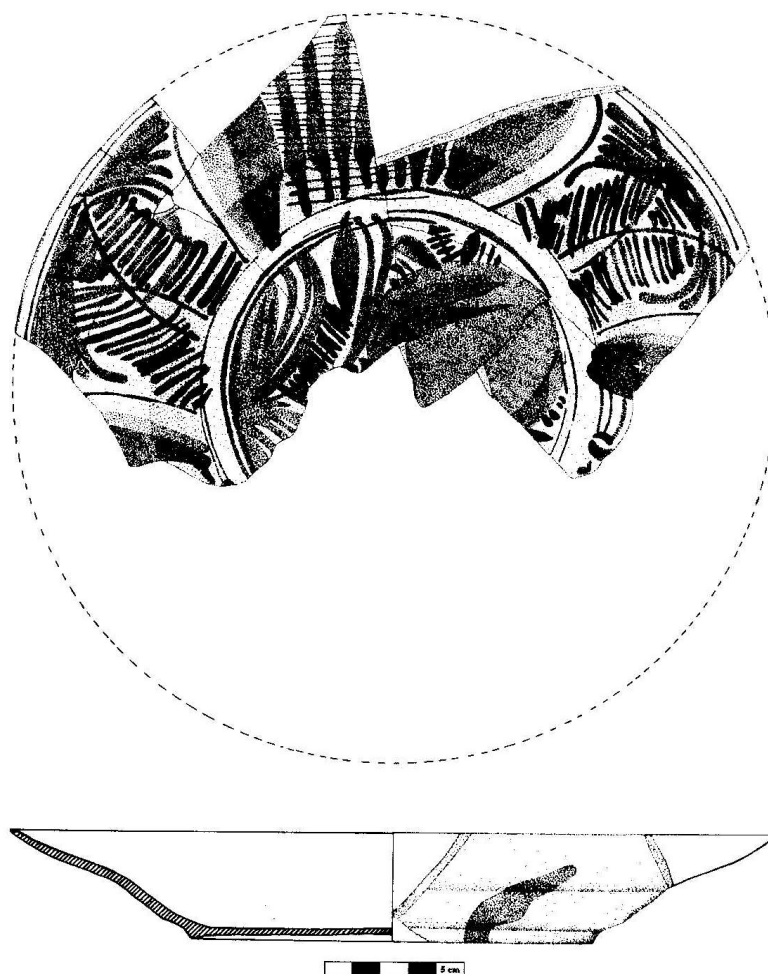


Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. O fundo é plano, e assenta sobre um pé baixo, anelar, recuado e de secção troncocônica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso aderente, quebradiço e baço. A decorá-la, executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. O fundo foi demarcado por duas linhas e nele foi pintado um esquema radial de motivos petaliformes. Medidas máximas: caldeira - 0,8 cm de espessura; fundo - 0,7 cm de espessura; pé - 15,4 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,8 cm de espessura.

41- MS / sem ref. - Fragmento de prato

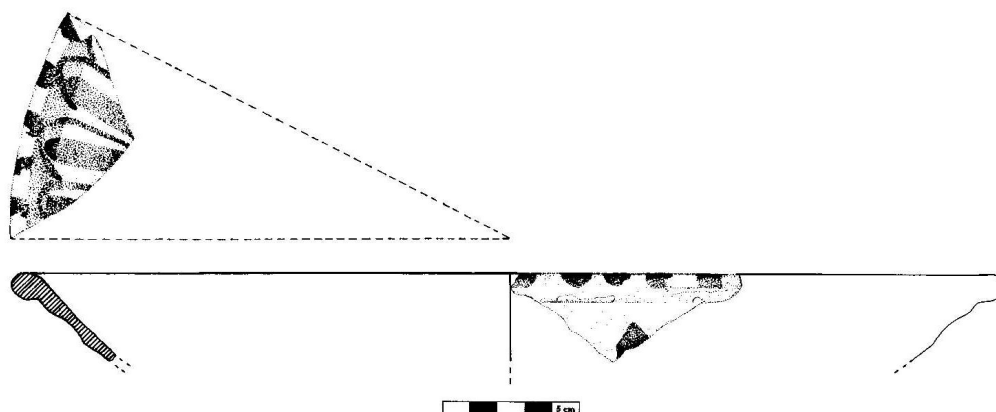


A peça encontra-se restaurada. De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo é de perímetro circular, e secção semicircular e a aba é oblíqua. A parede é côncava, e apresenta no reverso uma carena ligeira. Assenta sobre um pé anelar, de secção truncocónica, e o fundo é plano. Não se consegue observar a pasta devido ao restauro. A peça está coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto na superfície interna e externa, em tons escuros e claros. O bordo é demarcado por uma linha azul escura. Na aba e caldeira foi pintado um esquema radial de motivos foliformes. A demarcar a caldeira do fundo, pintaram-se quatro linhas circulares concêntricas descontínuas, de espessura variável, em tons escuros. O fundo preencheu-se com motivos fitomórficos, nomeadamente uma flor entre folhas, pintados em traços espessos e escuros. Na superfície externa, a aba e a caldeira foram decoradas com dois traços radiais. Medidas máximas: bordo - 20cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 4 cm de largura, 0,5 cm de espessura; caldeira - 1,0 cm de largura, 0,5 cm de espessura; pé - 10,8 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,6 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; 3,5 cm de altura.



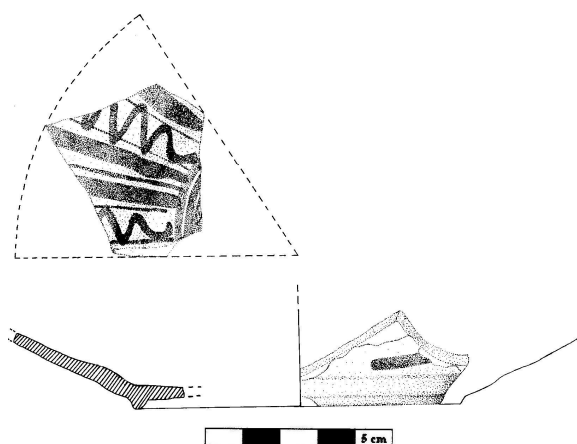
De forma circular e perfil sub-troncocônico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular e a aba é oblíqua. A caldeira é côncava, e apresenta no reverso uma carena ligeira. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, de secção troncocônica. Foi modelada numa pasta amarela e fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto em tons claros e escuros. O bordo é demarcado por uma fina linha azul escura. Na aba e parede foram pintados sequências alternadas de motivos fitomórficos, motivos petaliformes e reticulado. Os motivos fitomórficos compõe-se de pares de conjuntos de quinze a dezasseis traços horizontais separados por duas linhas curvas cruzadas. Na parte superior do cruzamento destas surgem seis linhas horizontais disposta como pirâmide invertida, de cuja base, junto à linha do bordo, partem conjuntos paralelos de traços oblíquos. A cada um destes motivos segue-se um motivo petaliforme e um painel reticulado composto por oito linhas horizontais espessas cruzadas por vinte e duas linhas finas. A demarcar a parede do fundo, pintaram-se duas linhas circulares concêntricas descontínuas, de espessura variável, em tons escuros. O fundo preencheu-se com motivos fitomórficos, nomeadamente uma flor com caule e folhas, pintados em traços espessos e escuros. Na superfície externa, a aba e a caldeira foram decoradas com dois traços radiais. Medidas máximas: bordo - 23 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 3 cm de largura, 0,3 cm de espessura; caldeira - 3 cm de largura, 0,4 cm de espessura; pé - 12 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,4 cm de espessura; fundo - 0,3 cm de espessura; 3 cm de altura.

43- MS 00/S4/[130]/ 850 - Fragmento de prato



De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo, caldeira, fundo e pé. O bordo é extrovertido e espessado externamente e de lábio de secção oval. A caldeira é oblíqua, apresentando duas carenas. A peça foi modelada numa pasta amarela em ambas as superfícies, e rosada no núcleo, tendo sido coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. No bordo pintaram-se pontos circulares e ovais, estando demarcado da aba por uma linha larga. Aí contam-se três largas linhas radiais contornadas à direita e no topo por uma linha mais fina. Medidas máximas: bordo - 30,6 cm de diâmetro; 0,9 cm de espessura; parede - 0,6 cm de espessura.

44- MS99/S7/[173]/ 3056 - Fragmento de prato



De forma circular e perfil troncocónico, apresenta porção de aba, caldeira, fundo e pé. A aba é oblíqua e a caldeira é mais evidente no anverso do que no reverso, onde é quase imperceptível, tendo apenas duas carenas ligeiras a denunciá-la. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca acinzentada, aderente e um pouco baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. A decoração da aba prolonga-se pela parede e fundo e consistem em linhas radiais simples alternadas por linhas onduladas. O medalhão decorativo do fundo é contornado por um par de linhas circulares concêntricas. Na superfície externa foi pintada uma linha horizontal. Medidas máximas: bordo - 17 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 2,5 cm de largura, 0,4 cm de espessura; caldeira - 1,2 cm de largura, 0,4 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 9,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,5 cm de espessura; 2,4 cm de altura.

45- MS 99/S4/[140]/1338;MS 99/S4/[141]/1409 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo é extrovertido e de lábio de secção semicircular. A parede é côncava. A peça foi modelada numa pasta amarela e fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto em tons claros e escuros. Um par de linhas circulares sob o bordo, constitui a única decoração da superfície interna, sendo a superior de maior espessura. Na superfície externa, o bordo foi demarcado por uma linha espessa num tom azul mais claro. Dessa linha partem outras linhas radiais oblíquas. Medidas máximas: bordo - 13 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; parede - 0,4 cm de espessura.

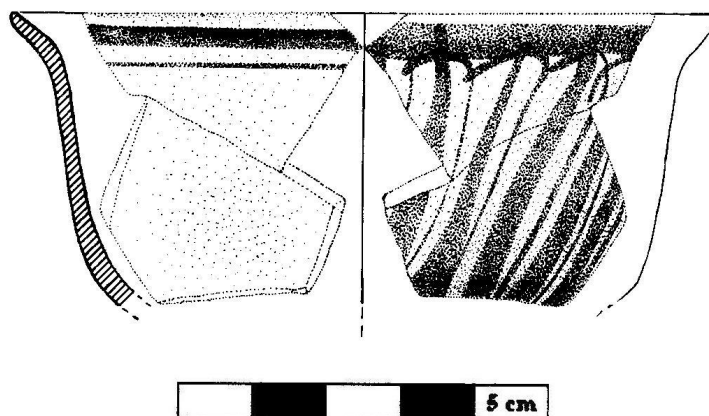
46-MS 99/S7/[191]/2750 – Fragmento de taça

De perfil forma circular e perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo é extrovertido, espessado externamente e de lábio secção semicircular, um pouco biselado. A parede é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta amarela e fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. No bordo pintaram-se quatro traços curtos e é demarcado por duas linhas circulares na superfície interna. Seguem-se, na parede, quatro linhas espessas alternadas por três linhas finas que rematam em curva virada à esquerda sobre cada uma das linhas mais espessas. Na superfície externa, observa-se uma linha vertical espessa. Medidas máximas: bordo - 14,1 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; parede - 0,3 cm de espessura.

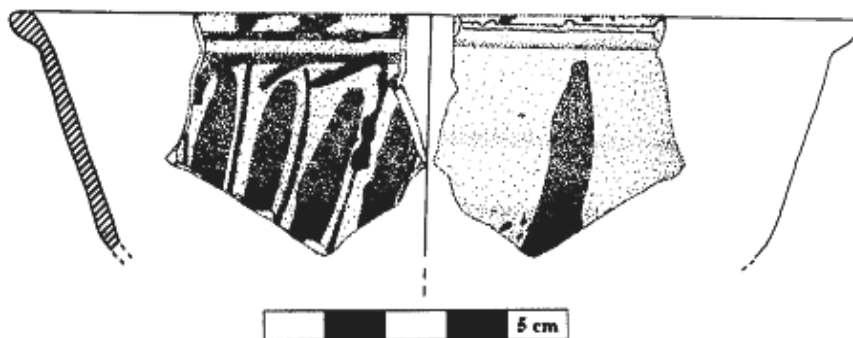
47- MS 99 /S7A/[188] – Fragmento de tampa

De forma troncocónica, apresenta porção da pega, parede, bordo e fecho. A pega é de forma esférica. A parede de perfil troncocónico com uma ligeira carena. O bordo é horizontal e de lábio de secção semicircular. O fecho é de forma cilíndrica e secção sub-rectangular. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto, constituída por pequenos traços radiais no corpo, alternando mais finos, com mais espessos, inseridos numa cartela delimitada por duas linhas circulares concêntricas no topo e na base. Medidas máximas: fecho - 8,4 cm de diâmetro, 0,8 cm de espessura do fecho, 1,6 cm de altura; corpo - 0,6 cm de espessura; pega - 1,2 cm de diâmetro; 6,1 cm de altura.

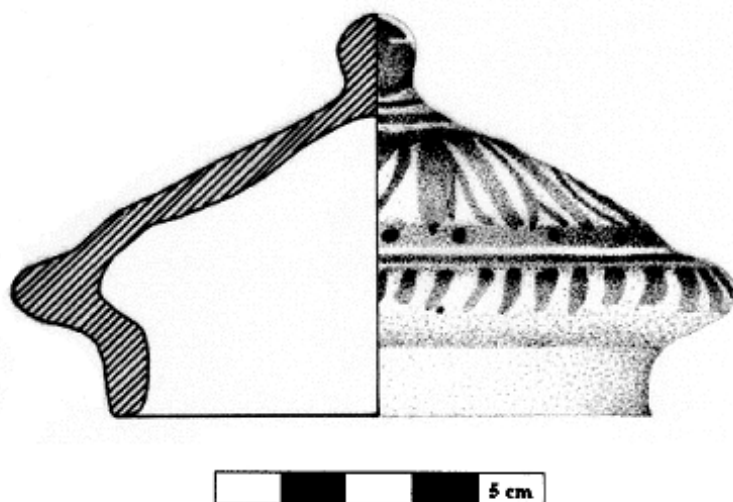
45- MS 99/S4/[140]/1338;MS 99/S4/[141]/1409 – Fragmento de taça



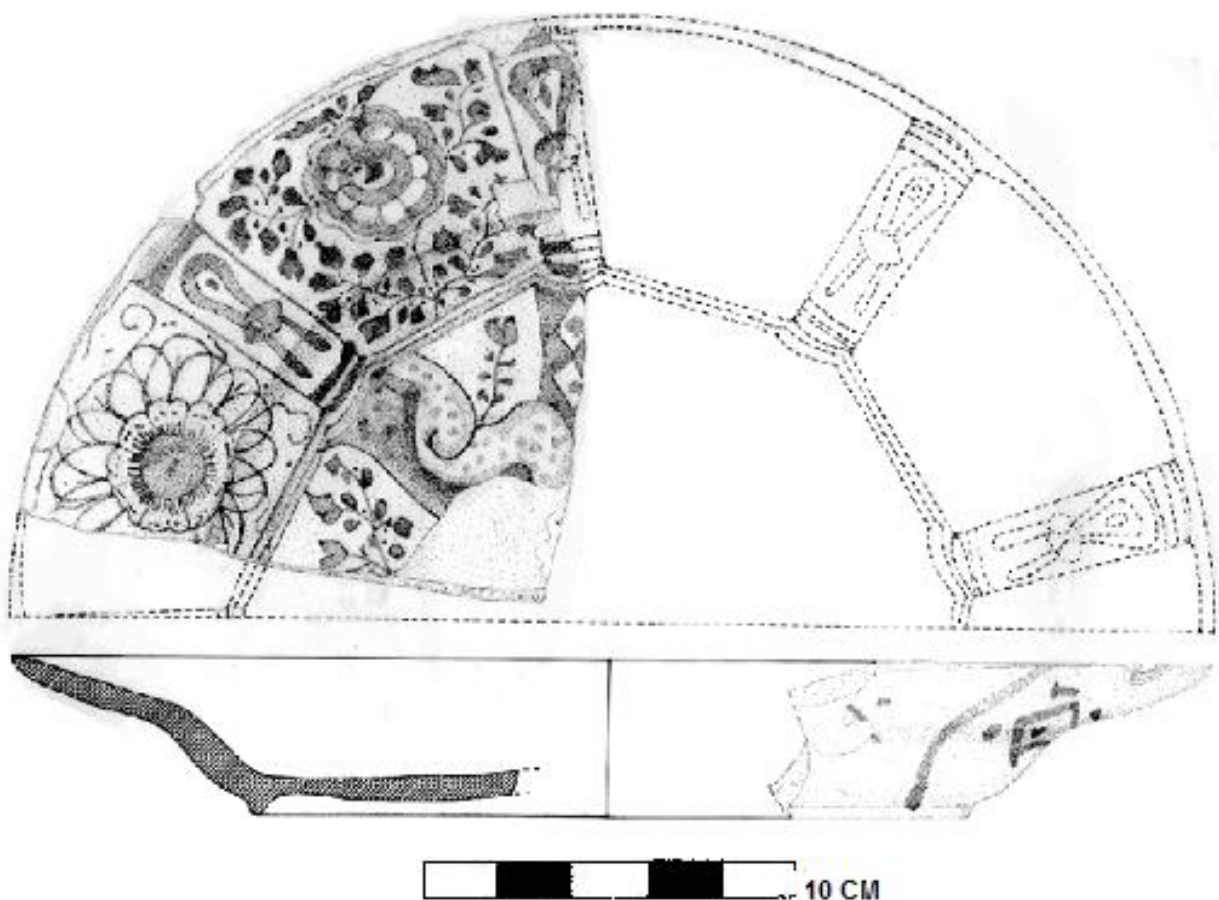
46-MS 99/S7/[191]/2750 – Fragmento de taça



47- MS 99 /S7A/[188] – Fragmento de tampa

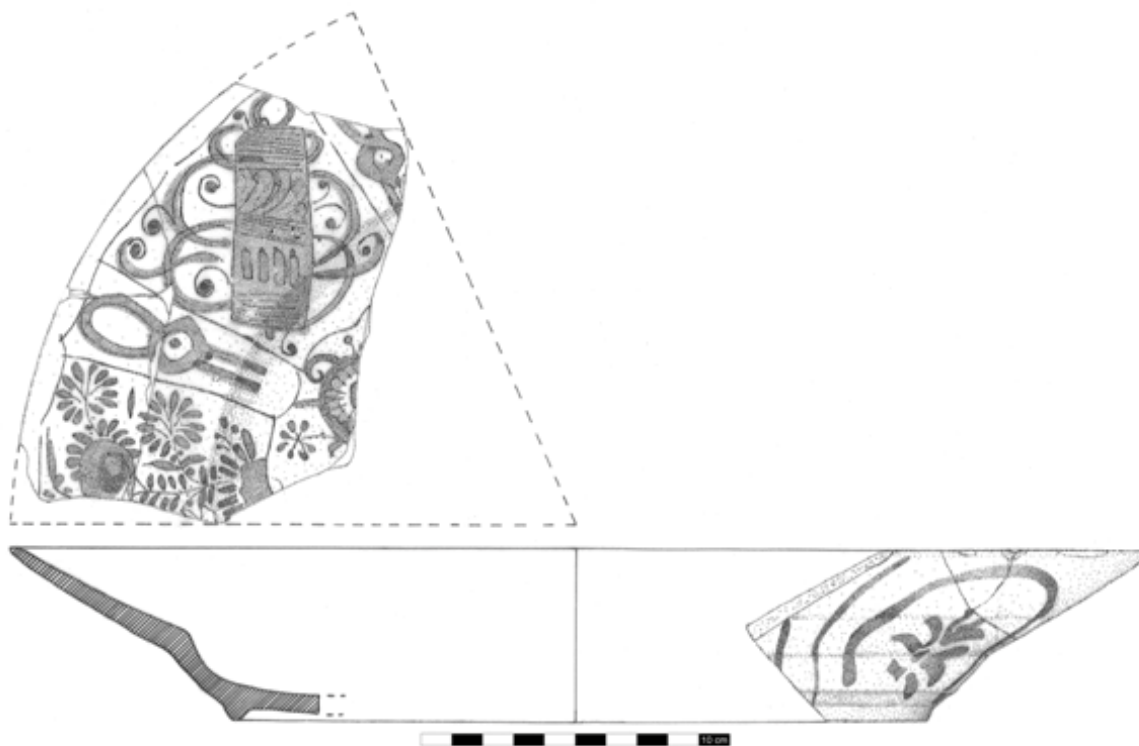


48- MS 99/S7 - Fragmento de prato



De forma sub-truncocónica, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo é de secção semicircular e a aba é sub-horizontal. A caldeira apresenta no reverso uma carena. Assenta sobre um pé anelar, de secção truncocónica, e o fundo é plano. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. A aba e caldeira apresentam duas bandas alternadas por dois painéis. Nas primeiras encontramos duas composições florais, tendo uma delas pé e folhas, enquanto que nos segundos encontramos laços e dois conjuntos de duas linhas horizontais que os demarcam do bordo e fundo. No fundo, demarcado por duas linhas paralelas de forma octogonal, distinguem-se elementos fitomórficos, entre faixas ondulantes, pontos e losangos. No reverso foi pintado um losango. Medidas máximas: bordo - 32 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; caldeira- 0,9 cm de espessura; pé - 18,2 cm de diâmetro, 0,4 cm de altura, 0,5 cm de espessura; fundo - 0,7 cm de espessura; 4,1 cm de altura.

49- MS 99 /S7/[170] - Fragmento de prato



De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo é de perímetro circular, e secção semicircular e a aba é oblíqua. A caldeira é côncava, e apresenta no reverso uma carena muito ligeira. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Aba e parede demarcam-se do bordo e fundo por linhas onduladas em forma de chaveta. A decoração nelas presente está dividida em quatro painéis, em que dois grandes alteram com dois mais pequenos. Um dos grandes painéis ostenta um ramo de pêssago e outro um “rolo de pintura”, que, de forma rectangular, tem o interior preenchido por conjuntos linhas, rectângulos e motivos ondulados. Do rolo partem uma série de fitas ondulantes rematadas em espirais sobre as quais se pintaram círculos. Nos painéis mais pequenos aparecem laços que suspendem losangos, um dos “quatro objectos preciosos”, da porcelana chinesa”. No fundo reconhecem-se motivos fitomórficos de uma possível representação de ambiente natural. Na superfície externa, a aba e a parede foram decoradas com um painel em forma de arco curvo, cujo centro é preenchido com um conjunto de traços curtos constituindo um motivo fitomórfico esquemático. Medidas máximas: bordo - 36,4 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 6 cm de largura, 0,9 cm de espessura; caldeira - 2,2 cm de largura, 0,9 cm de espessura; pé - 22 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,7 cm de espessura; fundo - 0,6 cm de espessura; 5,7 cm de altura.

50- MS00/PP/[250]/3258 - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua e a caldeira é côncava. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorá-la, executou-se uma pintura em azul de cobalto. No anverso, a aba foi demarcada por duas linhas finas e dividida em painéis. Nos dois grandes painéis visíveis, foram pintadas, uma flor com hastes e folhas, e uma interpretação portuguesa de um dos “oito objectos preciosos” da porcelana chinesa da dinastia Ming, de que só restam as linhas onduladas que o envolvem. No reverso da caldeira, encontramos dois painéis sub-quadrangulares alternados por uma linha radial. Num deles representou-se um motivo fitomórfico esquemático com folhas e hastes. Medidas máximas: bordo - 30 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; aba - 5,5 cm de largura, 0,7 cm de espessura da aba; caldeira - 1 cm de largura, 0,6 cm de espessura.

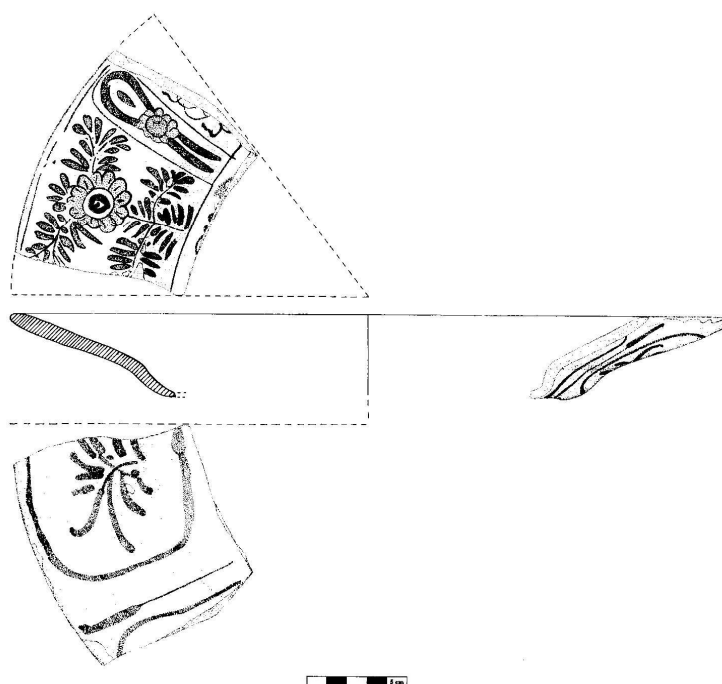
51- MS 99/S7/[173]/2489 - Fragmento de prato de aba

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira e fundo. O bordo é de secção semicircular, a aba é oblíqua, a caldeira côncava e o fundo, plano, assenta sobre pé baixo, anelar e de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorá-la, executou-se uma pintura em azul de cobalto. No anverso, o bordo foi demarcado por uma linha e a decoração da aba prolonga-se até à parede. Reconhece-se aí uma interpretação portuguesa do “rolo de pintura”, da porcelana chinesa da dinastia Ming, consistindo num rectângulo envolto em linhas onduladas, contendo linhas e reticulado. O fundo demarcou-se por linhas em forma de chaveta e foi preenchido com uma paisagem natural, com uma ave entre a vegetação que brota de um rochedo. No reverso da aba e parede foram pintados dois painéis em arco alternado por uma linha recta radial. Num dois arcos resta um motivo fitomórfico esquemático. Medidas máximas: bordo - 20,5 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; aba - 4,5 cm de largura, 0,4 cm de espessura; caldeira - 1,4 cm de largura, 0,5 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 10,4 cm de diâmetro, 0,7 cm de espessura, 0,5 cm de altura.

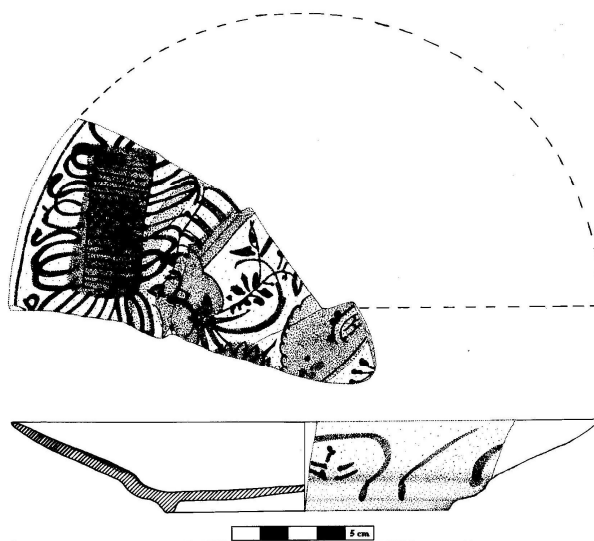
52- MS 00/S4/[130]/ 733; 734; MS 99/S4/[131]/977 Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a caldeira é carenada e o fundo plano assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, quebradiço e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês. No anverso, a aba e parede foram delimitadas por linhas castanhas e dividida em painéis. Nos dois painéis maiores, observam-se um ramo de pêssigo, cujas folhas são representadas por pequenos traços rematados por pontos, e um “aranhão”, ou seja uma interpretação portuguesa da “folha” da porcelana chinesa da dinastia Ming. Foi representada com nervuras, entre linhas onduladas e espirais rematadas por pontos azuis. O fundo foi preenchido com motivos fitomórficos. No reverso da aba encontramos dois arcos azuis com pequenos traços dispostos em triângulo alternados por linha radial da mesma cor. Medidas máximas: bordo - 20,1 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; aba - 3,2 cm de largura, 0,5 cm de espessura; caldeira - 1,7 cm de largura, 0,7 cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura; pé - 10,5 cm de diâmetro externo, 0,4 cm de altura, 0,6 cm de espessura; 3,8 cm de altura.

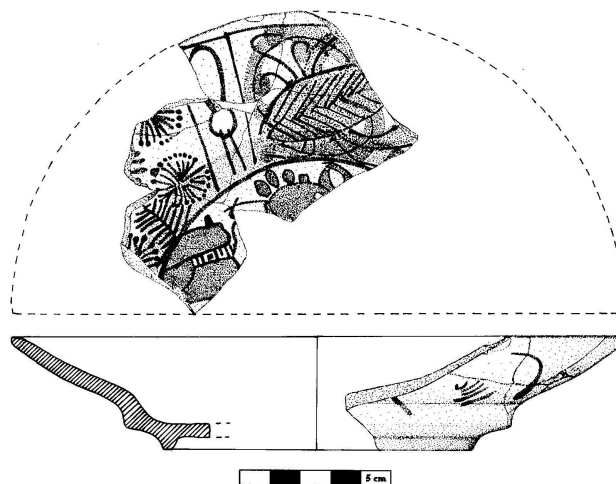
50- MS00/PP/[250]/3258 – Fragmento de prato



51- MS 99/S7/[173]/2489 - Fragmento de prato



52- MS 00/S4/[130]/ 733; 734; MS 99/S4/[131]/977 - Fragmento de prato



53- MS99/S7/[191]/ 2833; [193]2914 Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo é ondulado e tem lábio de secção semicircular. A aba é curta e oblíqua e a caldeira é oblíqua e com caneluras verticais. A peça foi modelada numa pasta amarela e fina e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. No anverso, observamos o bordo demarcado por uma linha, e a aba e parede divididas em dois painéis. Um deles foi preenchido com uma interpretação portuguesa da “folha”, motivo da porcelana chinesa Ming. No outro encontramos as folhas de um ramo de pêssago. No reverso, a aba e parede foram decoradas com um painel com um motivo fitomórfico estilizado. Medidas máximas: bordo - 20,7 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 1,9 cm de largura; caldeira - 0,5 cm de espessura.

54- MS 99/S7/[188] - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, caldeira e fundo e pé. O bordo, extrovertido, espessado externamente, e tem lábio de secção semicircular. A parede é ligeiramente convexa e possui 3 carenas pouco acentuadas. O fundo é plano e assenta sobre um pé baixo, anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. No anverso, sob o bordo, pintou-se uma linha, estando a parede dividida em três painéis. Os dois maiores, ostentam um ramo de pêssago, com hastes, folhas e fruto, e um motivo inspirado num dos “oito objectos preciosos” da porcelana chinesa Ming, de que restam linhas onduladas. O fundo é demarcado por uma linha. Na superfície externa pintou-se um arco com um motivo fitomórfico esquemático. Medidas máximas: bordo - 19,7 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; caldeira - 0,6 cm de espessura; fundo - 0,3cm de espessura; pé - 12 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,7cm de espessura; 4,1 cm de altura.

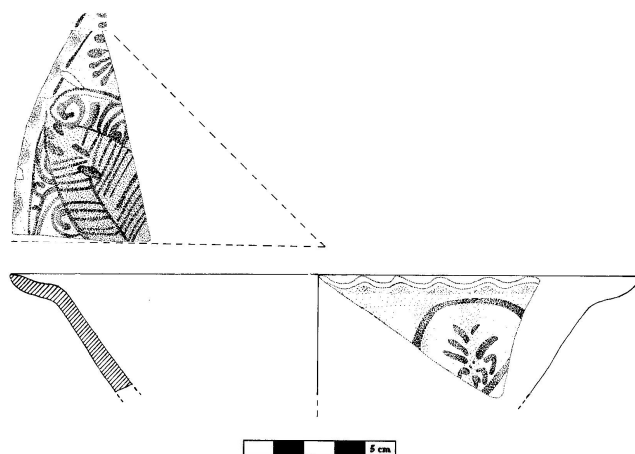
55- MS00/S1E/[62]/3157 - Fragmento de taça

De forma circular e perfil sub-hemisférico, apresenta porção de bordo e caldeira. O bordo é extrovertido e de lábio de secção em bisel. A parede é convexa e apresenta uma carena em baixo. A peça foi modelada numa pasta amarela e fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. Na superfície interna, o bordo é demarcado por uma linha circular, não existindo decoração na caldeira. Na superfície externa, encontramos outra linha no bordo. A decoração da parede divide-se em dois painéis, contendo um deles uma “folha” envolta em fitas ondulantes rematadas por círculos e o outro ramos de pêssago estilizados, em que as folhas são pequenos traços rematados por pontos. Medidas máximas: bordo - 13,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; parede - 0,5 cm de espessura.

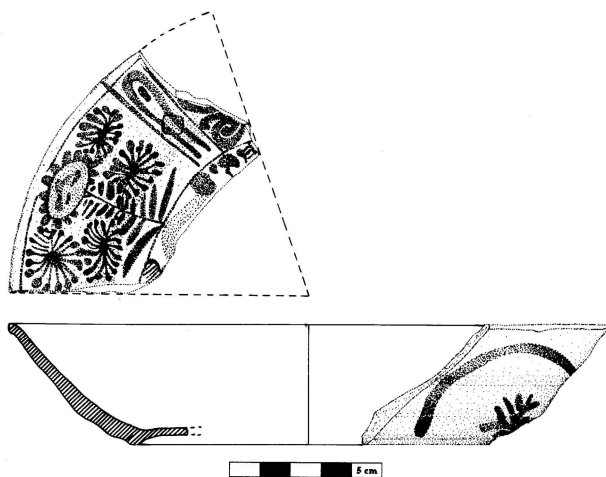
56- MS 99/S7/[188]/2639 - Fragmento de jarro /garrafa / castiçal (?)

Apresenta porção de pé com respectiva base. O pé tem perfil cilíndrico e uma carena acentuada, sendo a base circular. A peça foi modelada numa pasta amarela fina e depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, pouco aderente, quebradiço e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto, constituída por duas linhas que demarcam a base e o bordo desta, bem como pequenos traços verticais na carena, e motivos fitomórficos no pé. Medidas máximas: Pé - 1,3 cm de espessura; base - 1cm de espessura.

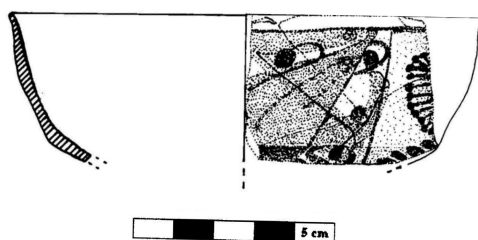
53- MS99/S7[191]/ 2833; [193] /2914 - Fragmento de prato



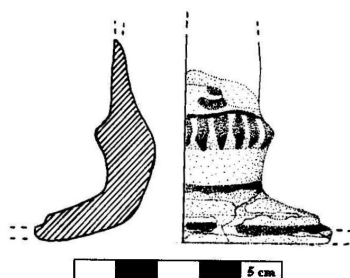
54- MS 99/S7/[188] - Fragmento de prato



55- MS00/S1E/[62]/3157 - Fragmento de taça



56- MS 99/S7/[188]/2639 - Fragmento de jarro /garrafa / castiçal (?)



1.4- Segunda metade do século XVII

57- MS 99/S4/[133]/1034; MS 99/S4/[141]/1476 - Fragmento de prato

Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês. O fundo foi demarcado da parede por linhas azuis e vinosas. O centro foi demarcado por uma faixa de linhas semelhantes às anteriores e rendas compostas por semicírculos concêntricos, atravessados por traços radiais, desenvolvendo-se na orla pequenos ornamentos. No interior pintou-se uma folha e suas nervuras entre linhas onduladas. Medidas máximas: caldeira - 0,6 cm de espessura; fundo - 0,6 cm de espessura; pé - 15 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,9 cm de espessura.

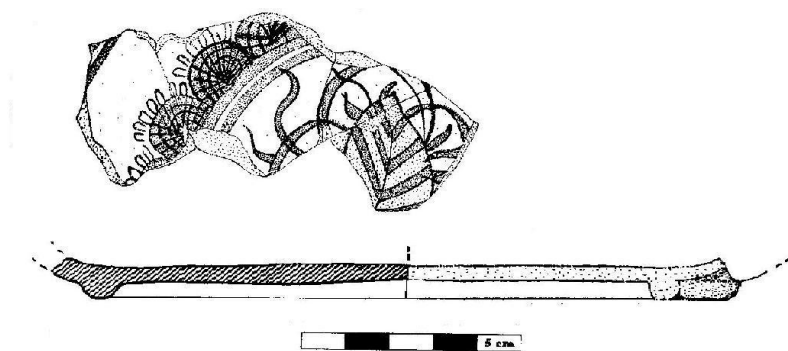
58 - MS- sem ref. - Fragmento de prato

A peça encontra-se restaurada. De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo, caldeira, fundo e pé. O bordo é de perímetro circular, e secção semicircular e a parede é oblíqua, apresentado duas ligeiras carenas e uma fina depressão a toda a volta. Assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica, e o fundo é plano. Não se consegue observar a pasta devido ao restauro. A peça está coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto na superfície interna. A parte superior da caldeira, mais próxima do bordo, decorou-se com uma cadeia de rendas, sobre duas linhas circulares. Cada elemento da renda é composto por três semicírculos concêntricos, atravessados por oito a onze traços radiais. O semicírculo exterior é, em geral, mais fino, e em seu torno dispõem-se pares de traços curvos formando pequenos lóbulos. O mesmo esquema decorativo forma o medalhão do fundo, no interior do qual se pintou um motivo fitomórfico cruciforme oitavado. A superfície externa não apresenta qualquer decoração. Medidas máximas: bordo - 16,2 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; caldeira - 0,8 cm de espessura; pé - 11,0 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,6 cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura; 3,4 cm de altura.

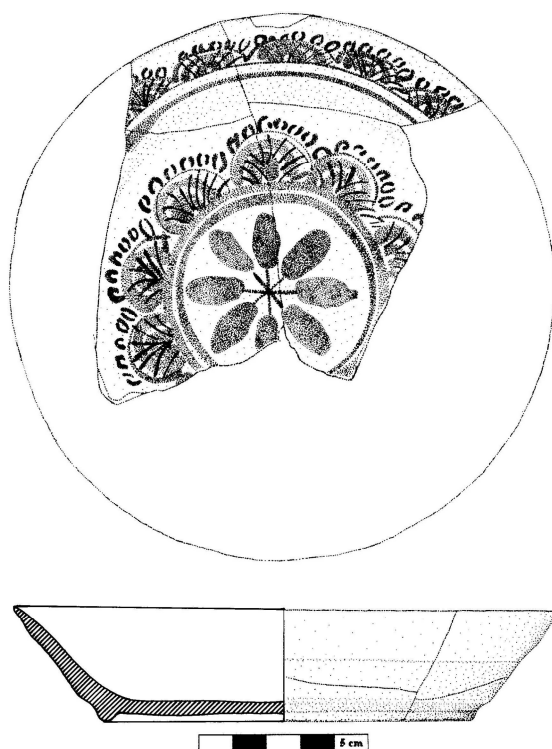
59- MS 00 /S4/[130]/ 835; MS 99/S4/[131]/984

Dois fragmentos sem colagem, de perfil sub-troncocónico, apresentam porção de caldeira e fundo. A parede é oblíqua e possui um ressalto e uma concavidade no anverso. O fundo é côncavo no reverso. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina e coberta por um esmalte de cor branca, ligeiramente rosada, fino, pouco aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto. No anverso, linhas semicirculares concêntricas espessas, atravessadas por linhas radiais, na parede. O fundo foi demarcado por um esquema de linhas onduladas, semicírculos concêntricos e traços curtos dispostos em triângulo, tendo sido preenchido por uma espiral. Medidas máximas: caldeiras - 1 cm de espessura; fundo - 5 cm de diâmetro, 0,7 cm de espessura.

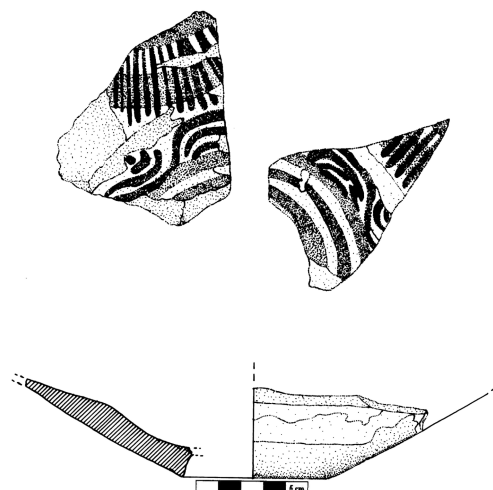
57- MS 99/S4/[133]/1034; MS 99/S4/[141]/1476 - Fragmento de prato



58 - MS- sem ref. - Fragmento de prato



59- MS 00 /S4/[130]/ 835; MS 99/S4/[131]/984



60-MS/ sem ref. - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a caldeira é oblíqua e pouco pronunciada, o fundo é plano e assenta sobre um pé anelar de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela e coberta por um esmalte de cor branca espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês. No anverso, encontramos a aba delimitada do fundo e bordo por linhas azuis e vinosas, tendo sido preenchida por motivos fitomórficos e um “aranhão”, uma interpretação portuguesa da “folha” característica da porcelana chinesa da dinastia Ming. Foram nele pintadas nervuras e espirais e linhas onduladas rematadas por círculos. Medidas máximas: bordo - 22,7 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 0,8 cm de espessura, 4,5 cm de largura; caldeira - 1,1 cm de largura, 0,7 cm de espessura; pé - 14,3 cm de diâmetro, 0,4 cm de altura, 0,6 cm de espessura; 3,8 cm de altura.

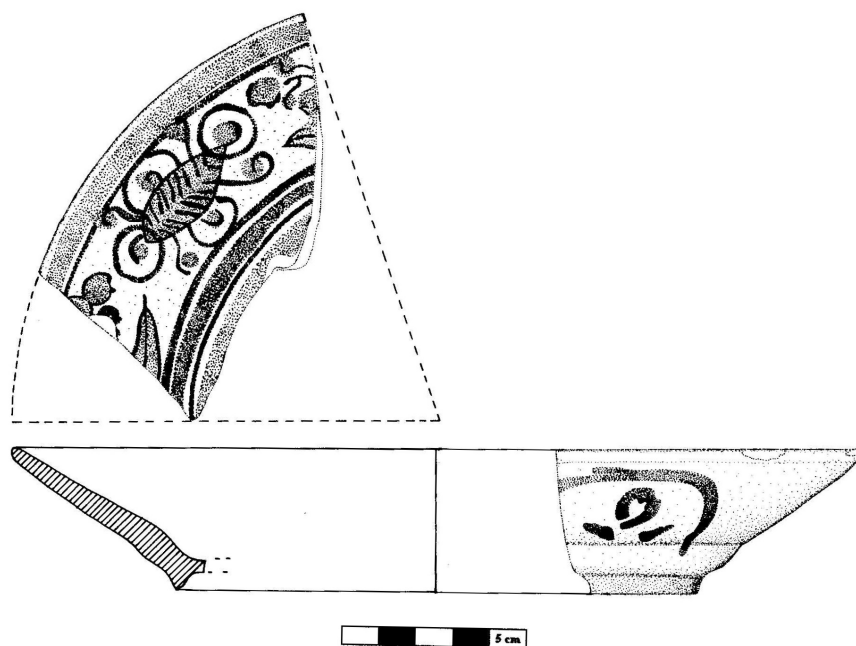
61- MS 00/S4/[130]/ 709; 721 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo e aba. O bordo possui lábio de secção semicircular e a parede é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto em vinoso de óxido de manganês. No anverso, encontramos uma linha espessa azul e uma linha vinosa sob o bordo, e um ramo de dois pêssegos na aba. No reverso da aba, pintou-se um motivo ondulado. Medidas máximas: bordo - 20,7 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; aba - 0,6 cm de espessura.

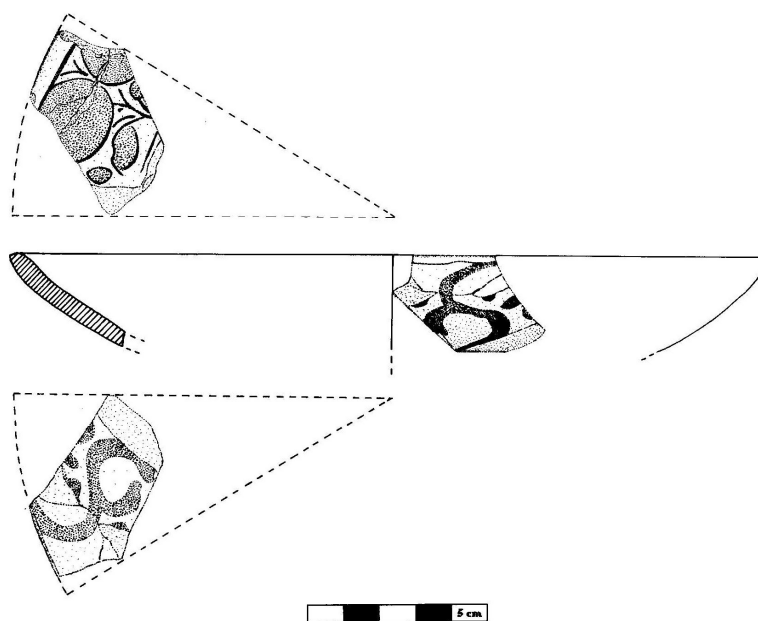
62- MS00/S4/[130]/931 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo possui lábio de secção semicircular e a aba é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto e em vinoso de óxido de manganês. No anverso, encontramos uma linha espessa azul e uma linha vinosa sob o bordo, e um ramo de pêssogo na aba., sendo esta demarcada da parede por uma linha azul. No reverso da aba, pintou-se um motivo ondulado. Medidas máximas: bordo - 22 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; aba - 0,5 cm de espessura, 3 cm de largura.

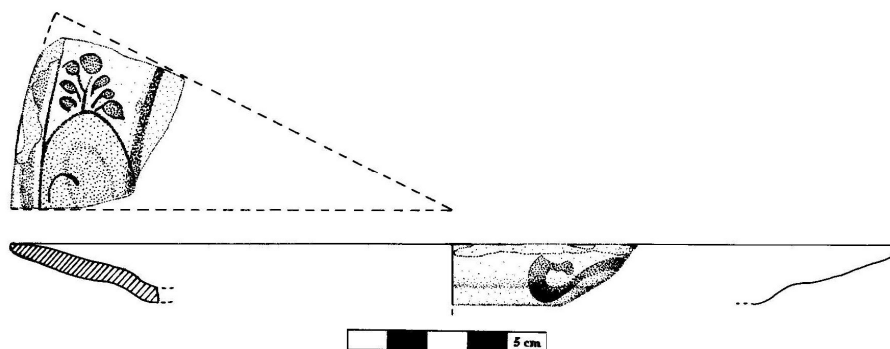
60-MS/ sem ref.



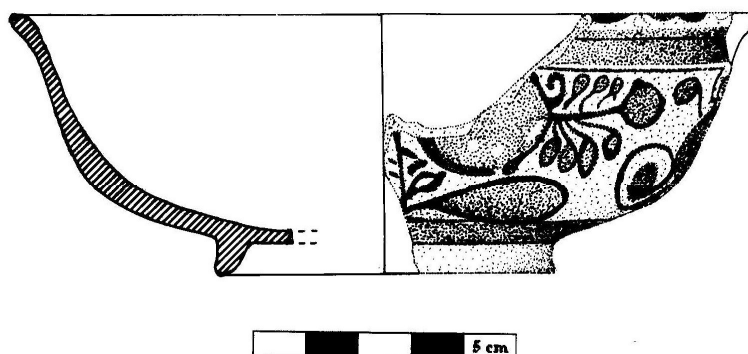
61- MS 00/S4/[130]/ 709; 721



62- MS00/S4/[130]/931

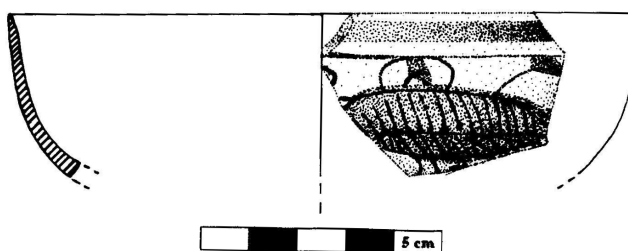


63- MS 99/S4/[138] - Fragmento de taça



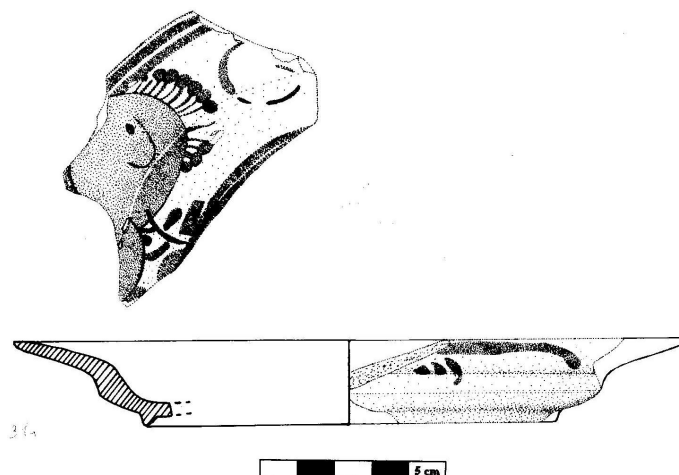
De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo é extrovertido, espessado externamente e tem lábio de secção em bisel. A parede é côncava. A peça foi modelada numa pasta amarela e fina e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons azul de cobalto e de vinoso de óxido de manganês. Na superfície interna, pintou-se no centro do fundo um motivo não identificado. Na superfície externa, a parede foi delimitada por linhas azuis e vinosas e preenchida com um ramo de dois pêssegos, com suas hastes, folhas e frutos, bem como um “aranhão”, interpretação portuguesa do motivo da “folha”, característico da porcelana da dinastia Ming. Foi pintado com nervuras e envolto em espirais e linhas onduladas rematadas por círculos azuis. Medidas máximas: bordo - 14 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; parede - 0,5 cm de espessura; fundo - 0,3 cm de espessura; pé - 6,6 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura, 0,6 cm de altura; 5 cm de altura.

64- MS 00/S10/[210]/1500 - Fragmento de taça



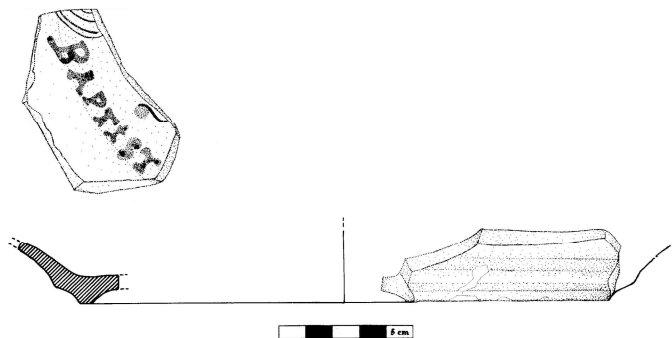
Apresenta porção de bordo e parede. O bordo possui lábio de secção semicircular e a parede é côncava. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de vinoso de óxido de manganês e em azul de cobalto. Na superfície externa, o bordo foi demarcado por uma linha azul espessa e por uma linha vinosa mais fina. Na parede observa-se um “aranhão”, interpretação portuguesa da “folha” característica da porcelana da dinastia Ming. Foi representada com nervuras, linhas onduladas e espirais, rematadas por pequenos círculos. Medidas máximas: bordo - 13 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; parede - 0,4 cm de espessura.

65-MS 00/S10/[210]/ 374 – Fragmento de prato



De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a parede é côncava e carenada. O fundo assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto acinzentado. No anverso, pintou-se um par de linhas, sob o bordo, e na aba e parede um ramo de dois pêssegos, com hastes, folhas e frutos envoltos em curtas linhas rematadas por círculos, bem como um “aranhão”, de que se observa uma espiral rematada por círculo. O fundo demarca-se por duas linhas. No reverso, encontramos um arco com três linhas oblíquas no centro. Medidas máximas: bordo - 18 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 2,2 cm de largura, 0,6 cm de espessura; caldeira - 1,5 cm de largura, 0,8 cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura; pé - 11,1 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,5 cm de espessura; 2,3 cm de altura.

66- MS 99/S4/[133] - Fragmento de prato



De forma circular e perfil troncocónico, apresenta porção de caldeira, fundo e pé. A parede possui uma carena. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca amarelada, aderente e um pouco baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho, de óxido de manganês na superfície interna. No fundo e parte da parede, encontramos a inscrição BAPTIST[A] em tom castanho. Ainda no fundo aparecem os restos da sua decoração, nomeadamente quatro pequenos traços curvos e uma linha ondulada rematada com um círculo azul escuro. Medidas máximas: caldeira - 0,8 cm de espessura; fundo - 0,6 cm de espessura; pé - 19,8 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 1 cm de espessura.

67- MS 99/S4/[131]/974 - Fragmento de prato

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e caldeira. O bordo é extrovertido e possui lábio de secção semicircular e a parede é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca ligeiramente rosada, fino, aderente, baço e poroso. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto em castanho de óxido de manganês no anverso da parede, representando-se um ramo de dois pêssegos sob duas linhas. Medidas máximas: bordo - 24 cm de diâmetro; 0,4 cm de espessura; caldeira - 0,8 cm de espessura.

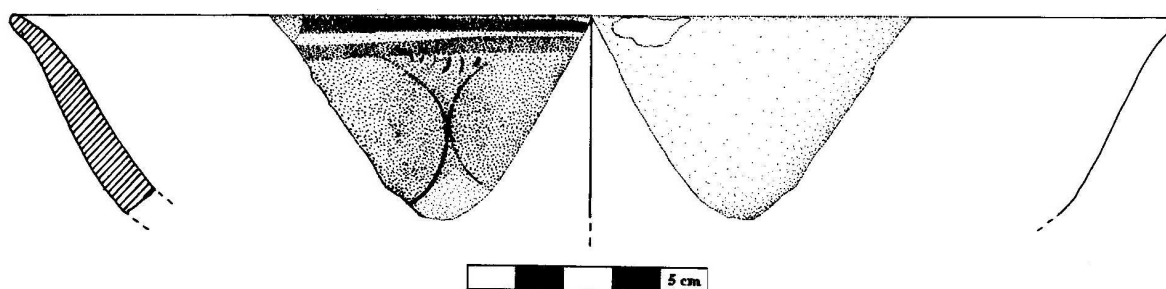
68- MS 99/S4/[133]/1036 - Fragmento de taça

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo é extrovertido e espessado e tem lábio de secção semicircular. A parede é oblíqua no topo e côncava na base. O fundo assenta num pé baixo, anelar e de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina e depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. Na superfície interna observa-se na parede, entre pares de linhas que a demarcam do bordo e fundo, vestígios de um motivo fitomórfico e um “aranhão”. Este é uma interpretação portuguesa esquemática do motivo da “folha” característico da porcelana chinesa da dinastia Ming. O fundo foi preenchido por um esquema decorativo não identificado. No reverso da parede observam-se um arco com três pequenos traços verticais e um horizontal no seu interior e um comprido traço vertical. Medidas máximas: bordo - 14,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; parede - 0,7 cm de espessura; fundo - 0,6 cm de espessura; pé - 7,7 cm de diâmetro, 0,4 cm de altura, 0,6 cm de espessura; 3,8 cm de altura.

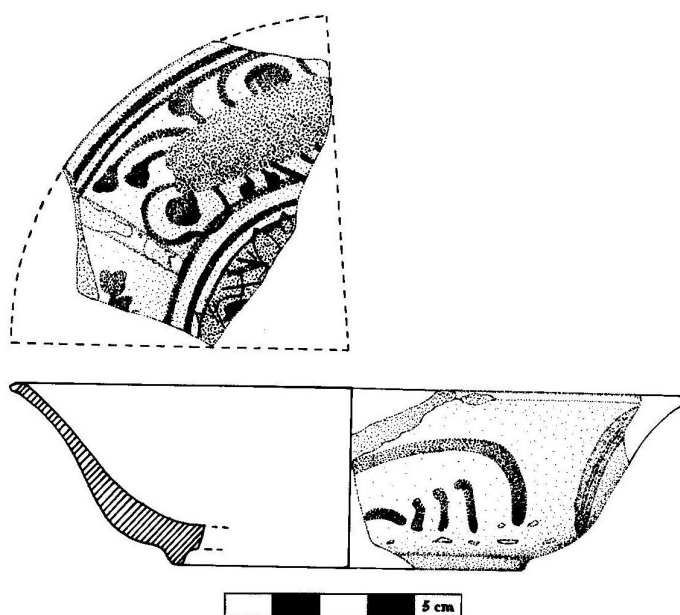
69- MS 00/S4/[130]/ 939 - Fragmento de taça

Apresenta porção de parede, fundo e pé. O fundo é plano no anverso e convexo no reverso e assenta num pé baixo, anelar e de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina e coberta por um esmalte de cor branca, um pouco rosado, fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. Ao centro do anverso do fundo pintou-se um motivo fitomórfico estilizado onde se reconhecem hastes partindo de um corpo central. No reverso da parede observam-se duas hastes e folhas do que aparenta ser a representação de um pêssego e duas linhas na base. Medidas máximas: parede - 0,7 cm de espessura; fundo - 0,8 cm de espessura; pé - 5,6 cm de diâmetro, 0,6 cm de altura, 0,9 cm de espessura.

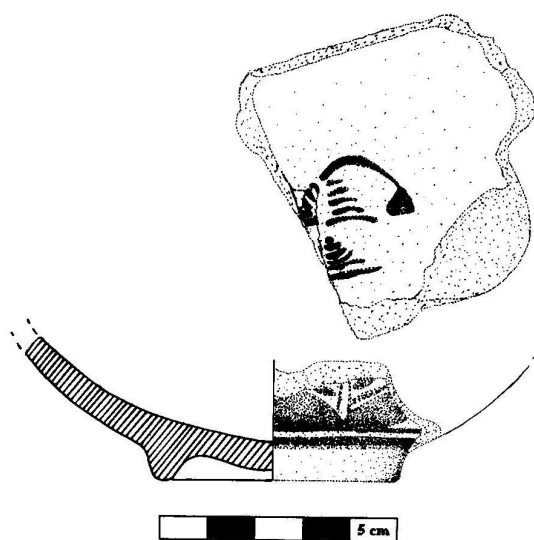
67- MS 99/S4/[131]/974 - Fragmento de prato



68- MS 99/S4/[133]/1036 - Fragmento de taça



69- MS 00/S4/[130]/ 939 - Fragmento de taça



70- MS 99/S7/[170]/ 1893 - Fragmento de taça

De forma circular e perfil hemisférico, apresenta porção de bordo, parede e pega. O bordo é vertical, e tem lábio de secção semicircular. A parede é convexa. A pega é horizontal, polilobulada e de secção subrectangular. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons vinosos de óxido de manganês para o contorno das figuras e em azul de cobalto para o preenchimento das mesmas. Só a superfície externa tem decoração e nela encontramos uma linha azul a demarcar o bordo, um zoomorfo na parede. A asa está demarcada da parede por uma fina linha vinosa, estando a sua face superior preenchida com motivos fitomórficos esquemáticos, representado folhas azul e seus caules, a vinoso. Medidas máximas: bordo - 0,3 cm de espessura; parede - 0,4 cm de espessura; asa - 4,2 cm de largura, 0,5 cm de espessura.

71- MS 00/S10/[210]/459 - Fragmento de taça

De forma sub-circular e perfil sub-hemisférico, apresenta parede e asa. A parede é convexa e a asa, pequena e vertical, tem perfil semircircular e secção sub-rectangular. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura na superfície externa em tons de castanho de óxido de manganês para o contorno das figuras e em azul de cobalto acinzentado, para o preenchimento das mesmas. Na parede, encontramos um motivo não reconhecível na parte superior, seguindo-se duas linhas e depois três lóbulos, com o centro em azul e contorno deixado a branco. Medidas máximas: parede - 0,6 cm de espessura; asa - 2,1 cm de altura, 1,1 cm de espessura.

72- MS99 /S7/ [170] /2409 - Fragmento de manga de farmácia

Apresenta porção da parede. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto, e num tom vinoso de óxido de manganês constituída por um friso barroco e motivos fitomórficos. Medidas máximas: 0,6 cm de espessura.

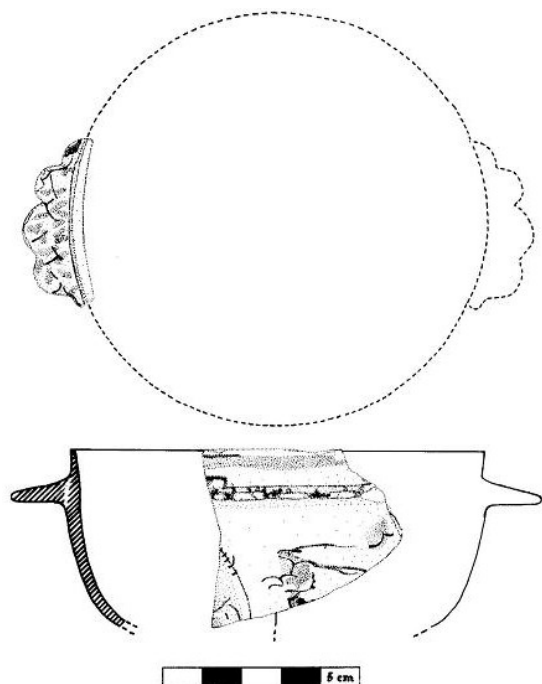
73-MS 00/S10/[210]/475 - Fragmento de manga de farmácia

Apresenta porção da parede. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura num tom vinoso de óxido de manganês, para os contornos das figuras, e em azul de cobalto para o seu preenchimento. Conjuntos de três contas contidas sob um semicírculo contornado por duas linhas e motivos fitomórficos é o que se pode observar. Medidas máximas: 0,6 cm de espessura.

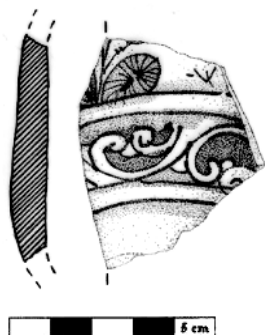
74- MS 00/S10/[210]/518 – Fragmento de vasilha não identificada

Apresenta porção da asa vertical, de secção circular. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura num tom vinoso de óxido de manganês e em azul de cobalto. Na superfície exterior surgem linhas horizontais, alternado as finas, em tom vinoso, com as espessas, em azul. Nas partes laterais da asa pintou-se uma linha vertical, larga a azul sobreposta ao centro por uma linha mais fina em vinoso. Medidas máximas: 0,9 cm de diâmetro.

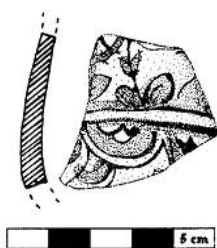
**70- MS 99/S7/[170]/ 1893 –
Fragmento de taça**



**71- MS 00/S10/[210]/459 -
Fragmento de taça**



**72- MS99 /S7/ [170] /2409 –
Fragmento de manga
de farmácia**



**73-MS 00/S10/[210]/475 –
Fragmento de manga
de farmácia**



**74- MS 00/S10/[210]/518 –
Fragmento de vasilha
não identificada**

1.5- Segunda metade do século XVII / Século XVIII

75- MS/ sem ref. - Fragmento de tampa

De perfil sub-hemisférico, apresenta porção de pega, parede, bordo e fecho. A pega é de secção troncocónica, apresentando duas carenas. A parede é um pouco aplanada no topo. O bordo é extrovertido, horizontal e de lábio de secção semicircular. O fecho é cilíndrico e de secção sub-rectangular. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto na superfície externa, onde se representou uma coroa real. Medidas máximas: pega - 1,1 cm de diâmetro, 1,4 cm de altura; parede - 0,6 cm de espessura; bordo - 12 cm de diâmetro, 0,7 cm de espessura; fecho - 9,5 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura, 1 cm de altura do fecho; 4,5 cm de altura.

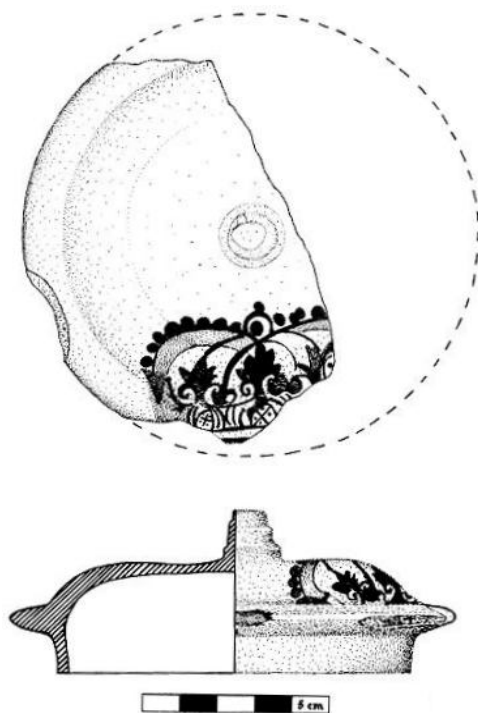
76-MS/ sem ref. - Fragmento de tampa

De forma sub-hemisférica, apresenta porção de pega, parede, bordo e fecho. A pega é de forma cilíndrica, apresentando duas carenas, as paredes convexas, o bordo extrovertido, horizontal de lábio de secção semicircular e o fecho cilíndrico de secção subrectangular. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto na superfície externa, onde se representou um motivo heráldico. Trata-se do brasão dos Gago. Medidas máximas: pega - 1,7 cm de diâmetro da pega, 1,1 cm de altura; parede - 0,7 cm de espessura; bordo - 12 cm de diâmetro, 0,7 cm de espessura; fecho - 9,3 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura, 0,5 cm de altura; 3,9 cm de altura.

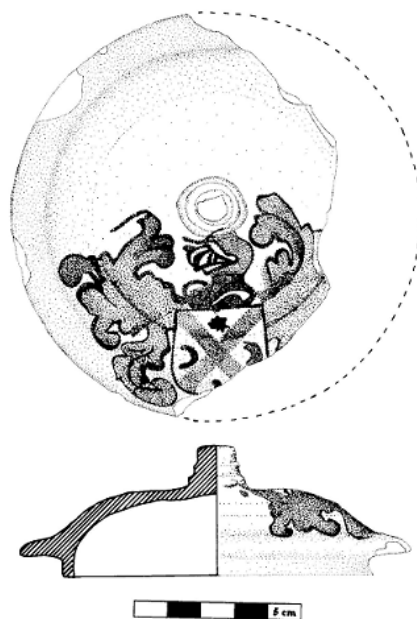
77- MS99 /S4/ [130] - Fragmento de tampa

De forma sub-hemisférica, apresenta porção da do corpo e fecho. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto e num tom vinoso de óxido de manganês constituída por motivo heráldico. Medidas máximas: 11 cm de diâmetro do fecho; 0,2 cm de espessura do fecho; 0,7 cm de altura do fecho; 0,4 cm de espessura do corpo; 2,3 cm de altura.

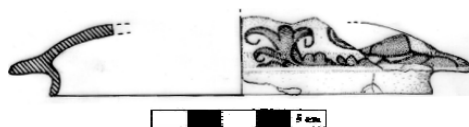
75- MS/ sem ref. – Fragmento de tampa



76-MS/ sem ref. – Fragmento de tampa



77- MS99 /S4/ [130] – Fragmento de tampa



78- MS 99/S4/[133]/1072 - Fragmento de prato

Apresenta porção de fundo. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês representando o brasão da Ordem de São Domingos. Medidas máximas 0,5 cm de espessura.

79- MS 99/S7/[170]/ 2414 - Fragmento de prato

Apresenta porção de fundo. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, quaebradiço e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês representando um brasão eclesiástico onde se distingue um enrolamento de fitas de chapéu rematadas por pendente e uma cartela com motivos fitomórficos. Medidas máximas: 0,4 cm de espessura.

80- MS 99/S7/[173]/3040 - Fragmento de prato

Apresenta porção de fundo e pé. O fundo é plano e assenta sobre pé baixo, anelar e de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês representando um brasão, onde se distingue a cartela e enrolamentos que a decoram, bem como um leão rompante no seu interior. Medidas máximas: fundo - 0,5 cm de espessura; pé - 14,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura do pé, 0,6 cm de espessura.

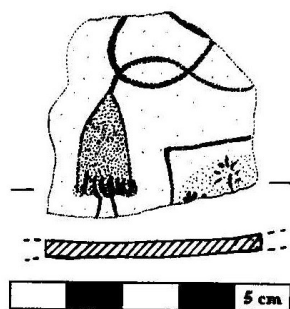
81- MS 00/S4/[130]/ 960 - Fragmento de prato

Apresenta porção de fundo. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês representando um brasão, onde se distingue a cartela e os dois quadrantes inferiores, onde foram representados uma flor e um elemento não identificado. Medidas máximas: 0,5 cm de espessura.

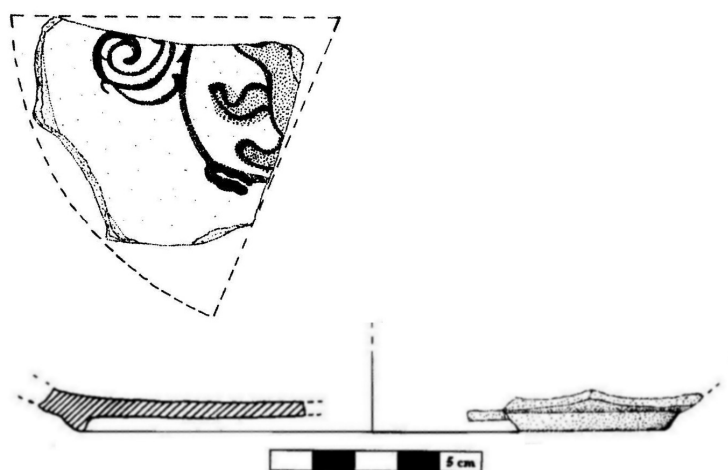
78- MS 99/S4/[133]/1072 - Fragmento de prato



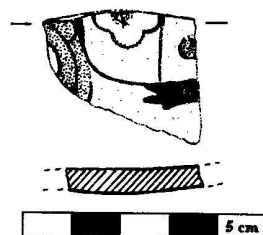
79- MS 99/S7/[170]/ 2414 - Fragmento de prato



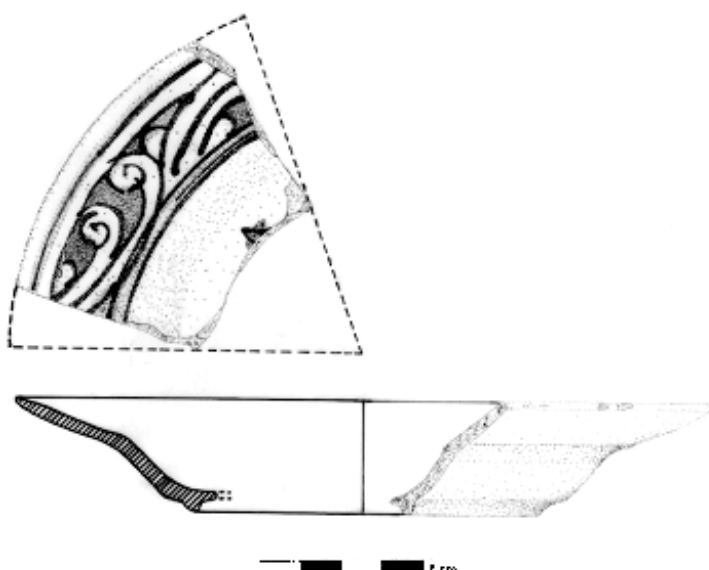
80- MS 99/S7/[173]/3040 - Fragmento de prato



81- MS 00/S4/[130]/ 960 - Fragmento de prato

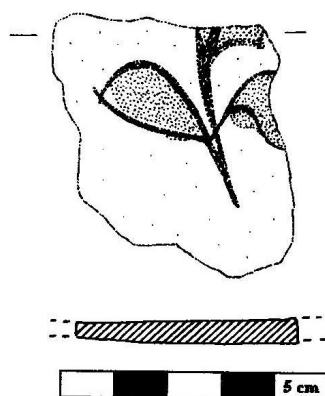


82- MS 99 /S10 / [210] - Fragmento de prato



De forma troncocônica, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo é de secção semi-circular, desenvolvendo-se a aba obliquamente para o interior. O pé ligeiramente inclinado para o interior, é em anel e de secção troncocônica. A peça foi modelada numa pasta amarela fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça foi executada uma pintura no bordo e aba a azul de cobalto e num tom vinoso de óxido de manganês. O bordo é demarcado por uma linha executada em óxido de manganês. Sob esta encontramos uma faixa delimitada superiormente e inferiormente por uma e duas em óxido de manganês de cor vinhosa, respectivamente. No interior encontra-se um friso de enrolamentos barrocos. Medidas máximas: bordo - 16 cm, 0,2 cm de espessura; aba - 0,3 cm de espessura; caldeira - 0,5 cm de espessura; pé - 8 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,4 cm de espessura.

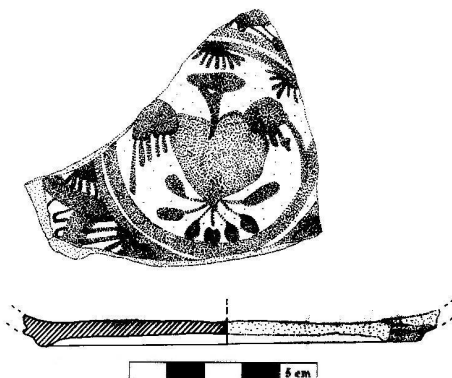
83-MS 99/S1A/[16]/1625 - Fragmento de prato



Apresenta porção de fundo. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês representando um motivo fitomórfico, com haste, folhas e flor. Medidas máximas: 0,6 cm de espessura.

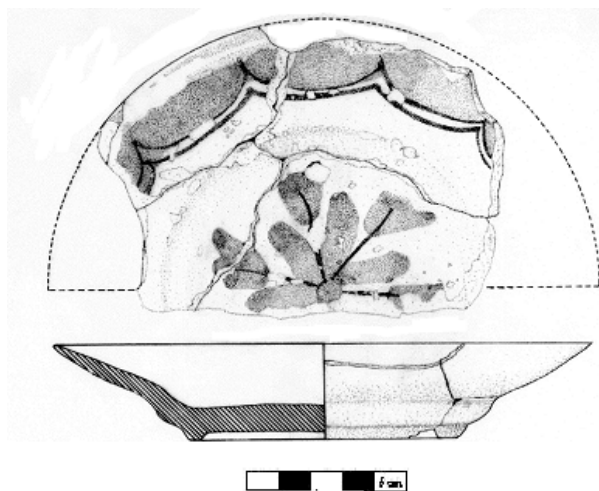
1.6- Último quartel do século XVII / inícios do primeiro quartel do século XVIII

84- MS 99/S4/[137]/ 1254 - Fragmento de prato



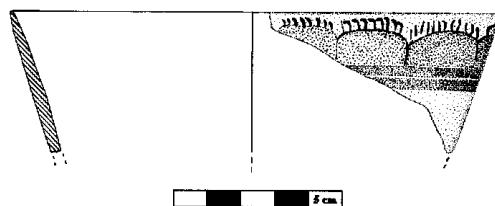
Apresenta porção de fundo e pé. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. O fundo foi demarcado por uma faixa composta por linhas e rendas compostas por semicírculos atravessados por linhas radiais, e pequenos motivo ovóides nas bordas. Ao centro pintou-se um coração alado. Medidas máximas: fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 10,6 cm de diâmetro, 0,4 cm de altura, 0,6 cm de espessura.

85- MS00/S1E/[60]/ 3143; [61]/3146/3150 - Fragmento de prato



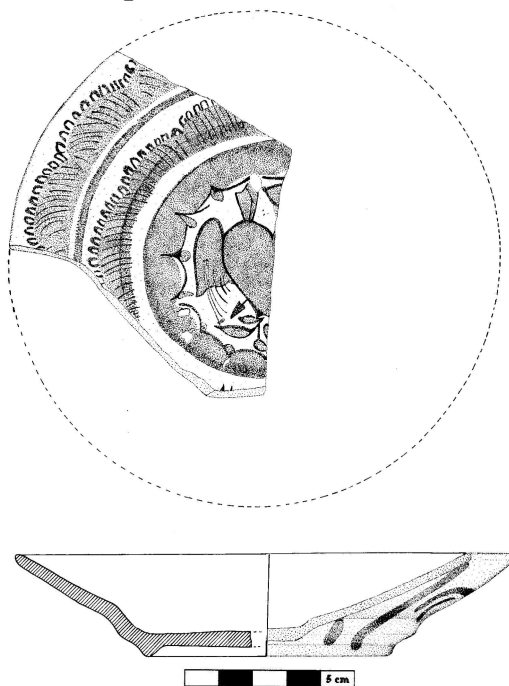
De forma troncocônica, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo é de secção semi-circular, desenvolvendo-se a aba obliquamente para o interior. O pé, ligeiramente inclinado para o interior, é em anel e de secção troncocônica. A peça foi modelada numa pasta amarela fina e coberta por um esmalte de cor branca pouco aderente e baço. A decorar a peça foi executada um pintura em azul de cobalto e tons de vinoso de óxido de manganês. O bordo foi demarcado por duas linhas circulares concêntricas em azul. Na aba pintou-se o motivo das rendas de forma muito esquemática em azul, delimitadas por linhas a óxido de manganês. O fundo foi decorado com um motivo cruciforme. Medidas máximas: bordo - 16,3 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 0,5 cm de espessura; caldeira - 0,7 cm de espessura; pé - 8 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,5 cm de espessura; 3 cm de altura total.

86-MS 00/S4/[130]/ 727 - Fragmento de taça

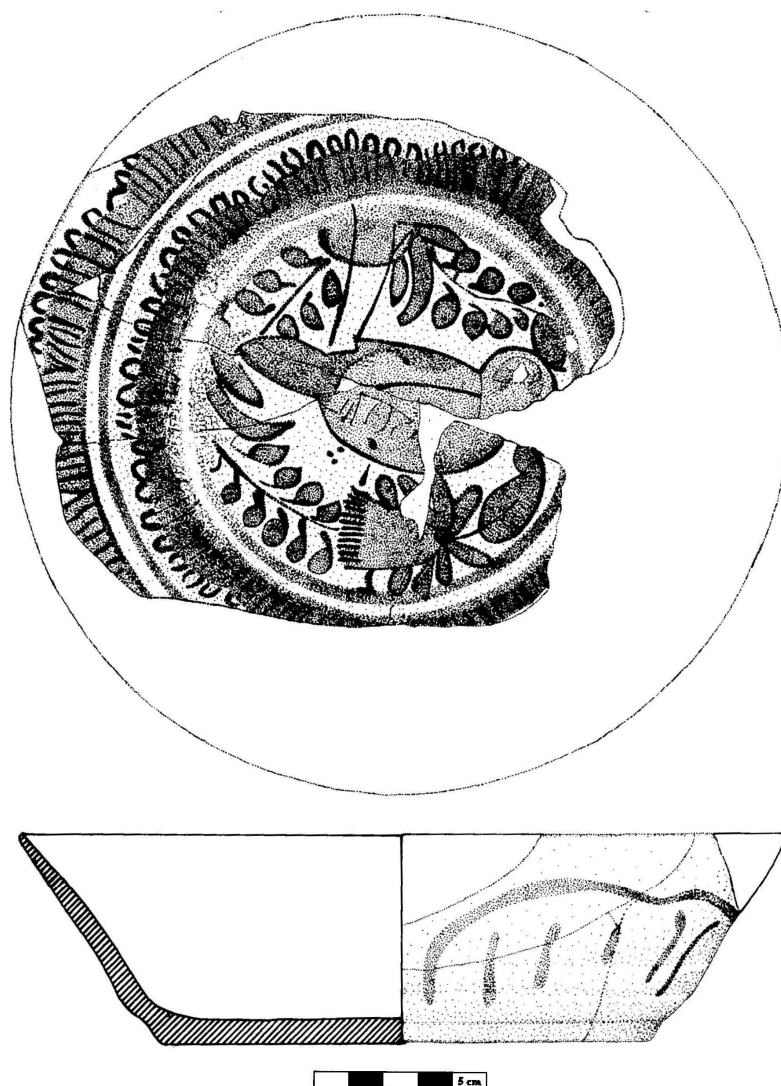


De perfil tronco-cônico, apresenta porção de bordo e parede. O bordo tem lábio de secção semicircular e a parede é oblíqua. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina e depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto e em castanho de óxido de manganês. Na superfície externa, foi pintada, sob o bordo, uma faixa composta por rendas representadas de forma esquemática com semi-ovais azuis, delimitadas por linhas castanhas de onde partem uns pequenos traços curtos. Medidas máximas: bordo - 14,5 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura do bordo; parede - 0,5 cm de espessura.

87-MS/sem ref. - Fragmento de prato

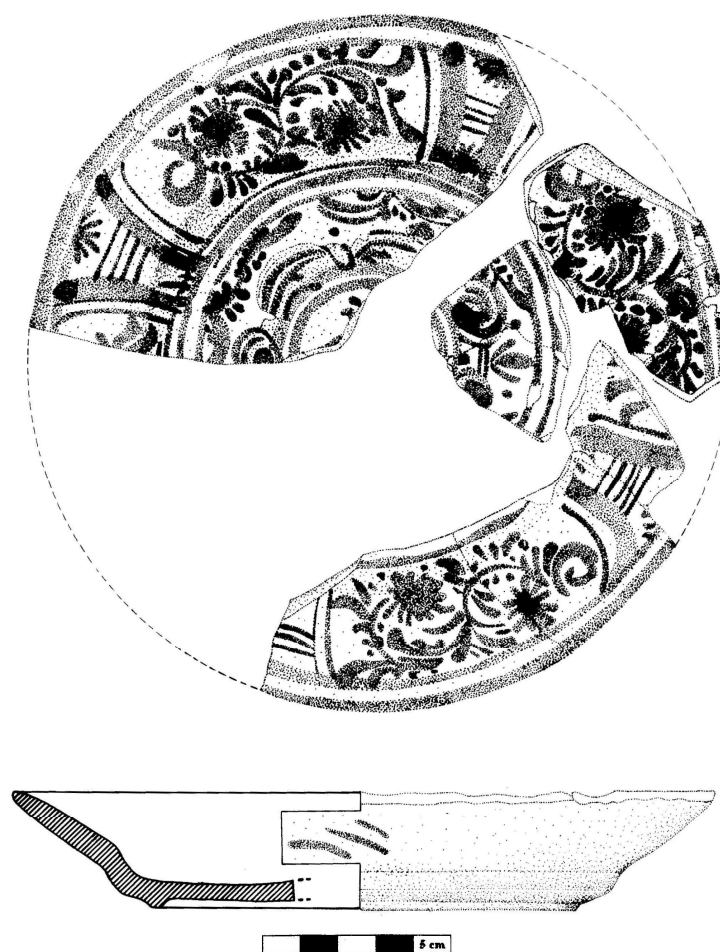


De perfil sub-troncocônico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a parede côncava, ligeiramente carenada o fundo plano e assenta sobre um pé anelar de secção troncocônica. A peça foi modelada numa pasta rosada e coberta por um esmalte de cor branca um pouco rosada fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês. Na aba e caldeira, encontramos duas faixas de rendas alternadas por duas linhas. As rendas são compostas por semicírculos azuis atravessados por linhas verticais castanhas e pequenos traços curvos nas bordas. O fundo foi demarcado por uma faixa composta por linhas curvas dispostas como grinaldas, entre as quais pendem pequenos motivos piriformes. Ao centro representou-se um coração alado atravessado por seta. Medidas máximas: bordo - 19,9 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura, aba - 0,6 cm de espessura, 4,1 cm de largura; caldeira - 1,6 cm de largura, 0,7 cm de espessura; pé - 10,2 cm de diâmetro, 1,1 cm de espessura do pé, 0,5 cm de altura.



A peça encontra-se restaurada. De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo, caldeira e fundo. O bordo é de perímetro circular, e de secção semicircular e a caldeira é oblíqua, apresentando uma ligeira carena. O fundo é plano. Não se consegue observar a pasta devido ao restauro. A peça está coberta por um esmalte de cor branca, ligeiramente rosada, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura nas superfícies interna e externa em tom de vinoso, de óxido de manganês para os contornos e traços das figuras, e azul de cobalto, para preenchimento das mesmas. A parede foi decorada com duas cadeias de rendas, uma mais próxima do bordo, outra do fundo, existindo uma linha circular entre ambas. Cada elemento da renda consiste num lóbulo atravessado por doze a treze traços verticais, partindo do seu bordo pares de traços curvos formando por sua vez outros pequenos lóbulos. O mesmo esquema decorativo forma o medalhão do fundo, no interior do qual se pintou um motivo ornitomórfico entre motivos fitomórficos que apresentam finas hastes, folhas e flor. Na superfície externa observam-se dois arcos ondulados, no interior dos quais se pintaram cinco traços verticais, alternando com séries de três traços verticais. Medidas máximas: bordo - 16,6 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; caldeira - 0,6 cm de espessura; fundo - 10,5 cm de diâmetro, 0,7 cm de espessura; 4,5 cm de altura total.

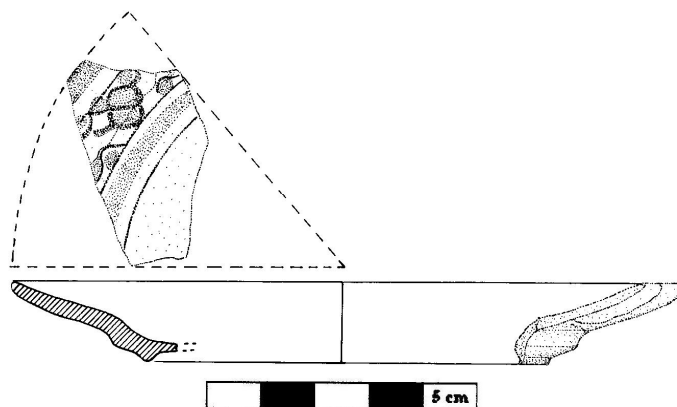
89- MS99/S1A - Fragmento de prato



Quatro fragmentos sem colagem de uma peça de perfil sub-troncocónico. Apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo é recortado em chavetas oferece lábio de secção semicircular. A aba é oblíqua e a caldeira é convexa, apresentado uma ligeira carena. O fundo é plano e assenta sobre um pé anelar, baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca acinzentada aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto acinzentado. O bordo é demarcado por duas linhas circulares espessas. A decoração da aba e caldeira está compartimentada em oito painéis, em que quatro grandes alteram com quatro bandas geométricas, estando todos eles delimitados por linhas finas. Os grandes painéis ostentam motivos fitomórficos, com hastes ondulantes de onde partem pequenas folhas e flores, enquanto que os painéis mais pequenos estão consistem em duas linhas verticais, curvas, espessas ligadas por quatro pequenos traços horizontais. No topo da composição, partindo da linha inferior do bordo, encontram-se seis pequenos traços radiais. O fundo demarca-se por duas linhas circulares concêntricas descontínuas e de espessuras diferentes. Segue-se dois frisos, um de carácter fitomórfico, e outro de linhas curvas. Na superfície externa pintaram-se dois conjuntos de três traços paralelos, curtos e oblíquos. Medidas máximas: bordo - 18,4 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 3 cm de largura, 0,7 cm de espessura; caldeira - 1 cm de largura, 0,6 cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura; pé - 11,2 cm de diâmetro; 0,2 cm de altura, 0,6 cm de espessura de pé; 3,4 cm de altura total.

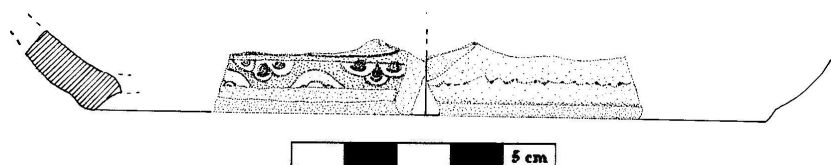
1.7- Último quartel do século XVII / século XVIII

90- MS00/S1E/[49]/ 3114 – Fragmento de prato



De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a parede é côncava com uma ligeira carena, o fundo plano e assenta sobre pé anelar baixo, de secção truncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A peça foi decorada com um friso na aba em tons de azul de cobalto de vinoso de óxido de manganês, delimitada por pares de linhas nas duas cores e preenchida com conjuntos de seis contas. Medidas máximas: bordo - 17 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; aba - 2,8 cm de largura, 0,5 cm de espessura; caldeira - 1,1 cm de largura, 0,6 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 10,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,3 cm de espessura; 2 cm de altura total.

91- MS 00/S4/[130]/ 645 - Fragmento de prato



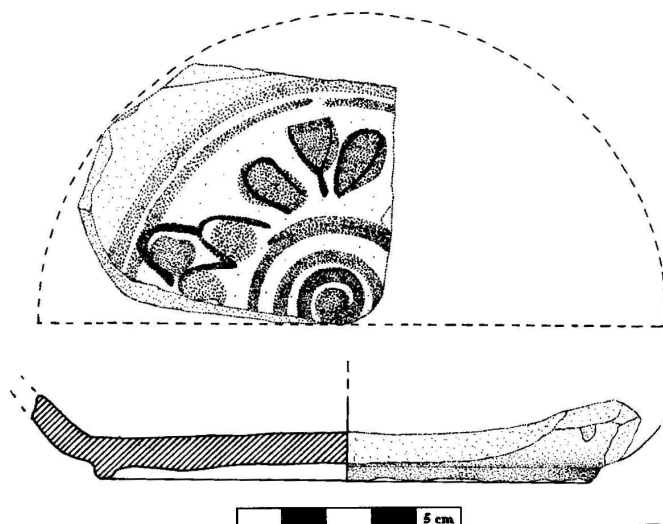
Apresenta porção de caldeira e pé. Este é baixo, anelar e de secção truncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês representando uma faixa delimitada por linhas vinosas, preenchida por um friso de contas. Medidas máximas: caldeira - 1 cm de espessura; pé - 17,5 cm de diâmetro, 0,8 cm de espessura, 0,4 cm de altura.

92- MS 99/ PP /[250]/3268 - Fragmento de tampa



De forma sub-hemisférica, apresenta porção da parede e fecho. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em azul de cobalto, e num tom vinoso de óxido de manganês constituída por uma faixa delimitada superior e inferiormente por uma linha em azul de cobalto e outra em manganês de cor vinhosa, no interior da qual se pintaram três conjuntos de contas, delimitadas a manganês e com o interior preenchido com pontos em azul de cobalto. Medidas máximas: fecho - 11,5 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura, 0,8 cm de altura do fecho; parede - 0,4 cm de espessura.

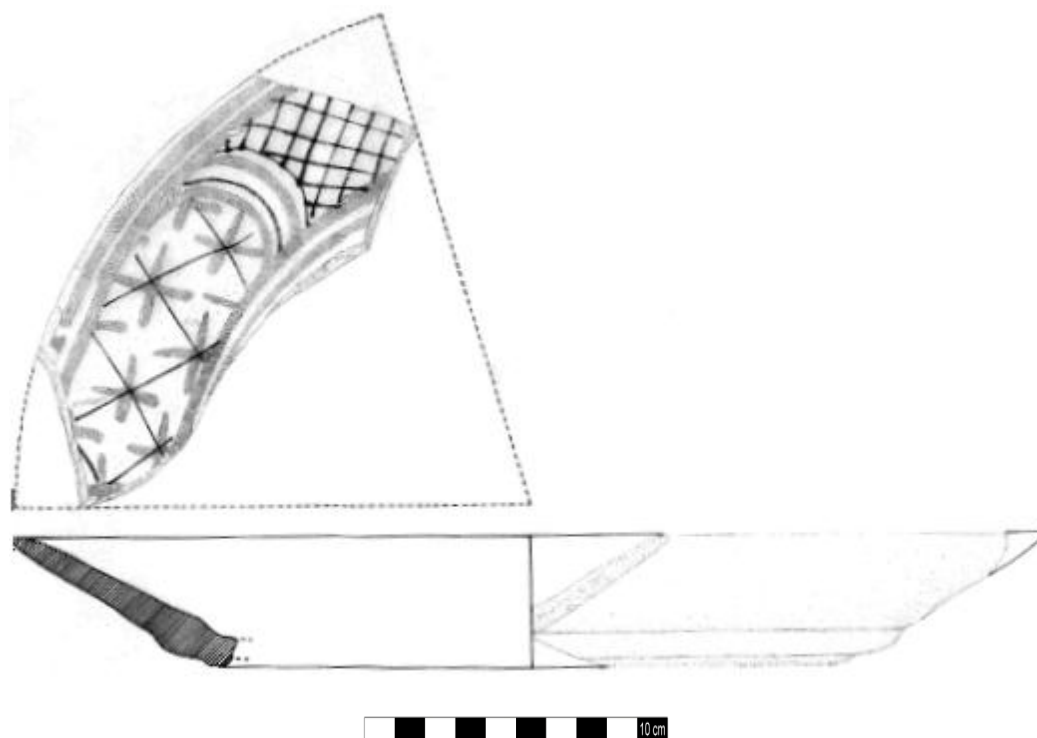
93- MS 00/S10/[210]/1503 - Fragmento de prato



Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. O fundo é plano e assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. O fundo foi demarcado por duas linhas seguindo-se conjuntos de três contas alternadas com motivos fitomórficos esquemáticos. Ao centro pintou-se uma espiral. Medidas máximas: caldeira - 0,7 cm de espessura; fundo - 0,8 cm de espessura; pé - 13 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,6 cm de espessura.

1.8- Segundo / terceiro quartel do século XVIII

94- MS 99 /S1A/ [15] - Fragmento de prato.



De perfil troncocónica, apresenta porção de bordo, aba, caldeira e fundo. O bordo é de secção semi-circular, desenvolvendo-se a aba obliquamente para o interior, e a caldeira é baixa e carenada no reverso. Do fundo resta uma pequeníssima porção. A peça foi modelada numa pasta branca fina e coberta por um esmalte de cor branca bege, muito claro. A decorar a peça foi executada uma pintura no bordo, aba e fundo, em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês. O bordo e o fundo são demarcados, cada um, por uma linha azul. Na aba, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, no interior da qual se abriu um painel de forma oval, delimitado por linhas azuis e vinosas, mais finas e preenchido com reticulado com motivos cruciformes,. Ao lado encontram-se quadrículas mais apertadas traçadas em óxido de manganês, que preencheram o espaço até ao painel seguinte, ausente. Medidas máximas: bordo - 32 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; aba - 6cm de largura, 0,6 cm de espessura da aba; caldeira - 1,1 cm de espessura; fundo - 1 cm de espessura.

95- MS 99/S1A/[16]/1743 - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, parede, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a parede é côncava e pouco pronunciada e o fundo plano assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, um pouco rosada, fino, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. Sob o bordo, pintaram-se duas linhas azuis, abrindo-se na aba e parede um painel oval preenchido com reticulado seguido de uma espiral, com um motivo esponjado ao centro. O fundo foi demarcado com duas linhas azuis e preenchido com motivos esponjados. Medidas máximas: bordo - 31 cm de diâmetro, 0,7 cm de espessura; aba - 4,2 cm de largura, 1,2 cm de espessura; caldeira - 1,9 cm de largura, 1,6 cm de espessura; fundo - 1,2 cm de espessura; pé - 20,2cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,8 cm de espessura; 4,6 cm de altura total.

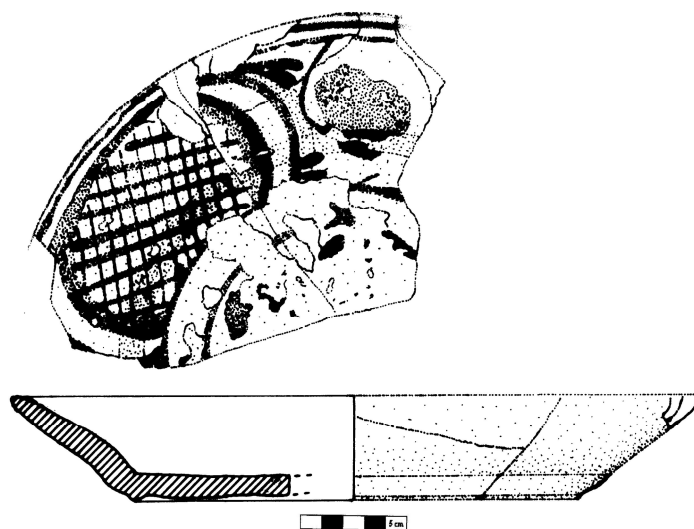
96- MS 99/S1A/[15]/1666 - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, parede, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a parede é côncava com uma ligeira carena, e o fundo plano assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintaram-se duas linhas azuis. A aba, parede e fundo foram preenchidos com um esquema de linhas radiais azuis e espessas alternadas com linhas castanhas e finas e estas formam arcos sobre as primeiras. O centro do fundo foi rematado por duas linhas azuis. Medidas máximas: bordo - 24 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; aba - 4,54 cm de largura, 0,8 cm de espessura; caldeira - 1,4 cm de largura, 1 cm de espessura; fundo - 0,9 cm de espessura; pé - 13,2 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,6 cm de espessura; 4,1 cm de altura total.

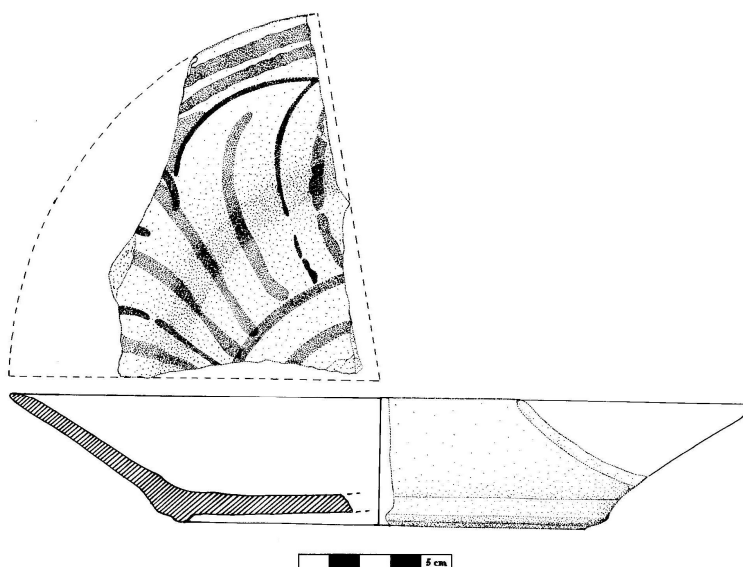
97- MS 99/S1A/[16]/1690;1691 - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a parede é côncava e o fundo plano assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintaram-se duas linhas azuis, das quais parte um reticulado de linhas onduladas castanhas, que cobre todo o anverso, em que cada espaço é preenchido por um ponto azul. Medidas máximas: bordo - 22,2 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; aba - 3,5 cm de largura, 1 cm de espessura; caldeira - 1,3 cm de largura, 0,8 cm de espessura; fundo - 0,8 cm de espessura; pé - 13,6 cm de diâmetro, 0,1 cm de altura, 0,3 cm de espessura; 3 cm de altura total.

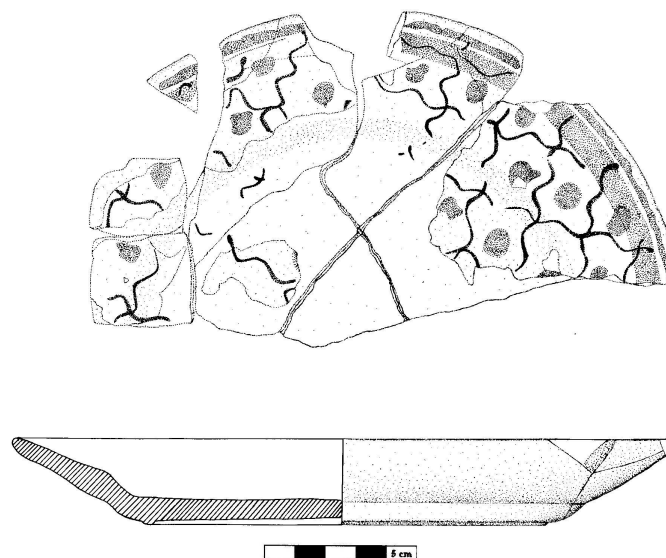
95- MS 99/S1A/[16]/1743 - Fragmento de prato



96- MS 99/S1A/[15]/1666 - Fragmento de prato

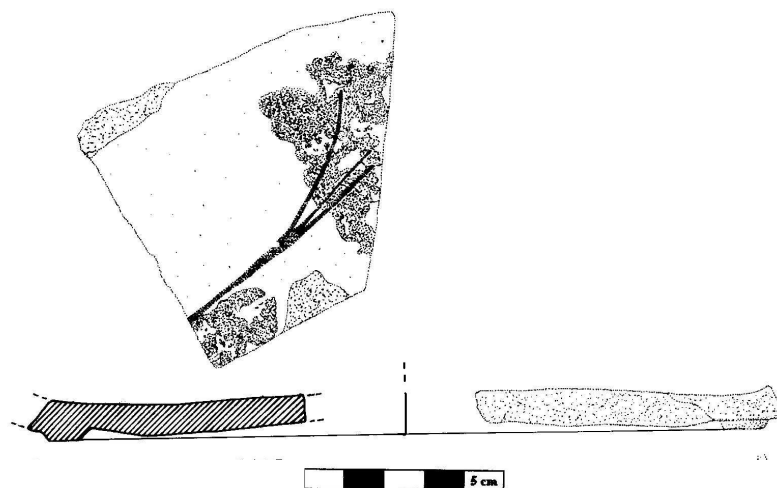


97- MS 99/S1A/[16]/1690;1691 - Fragmento de prato



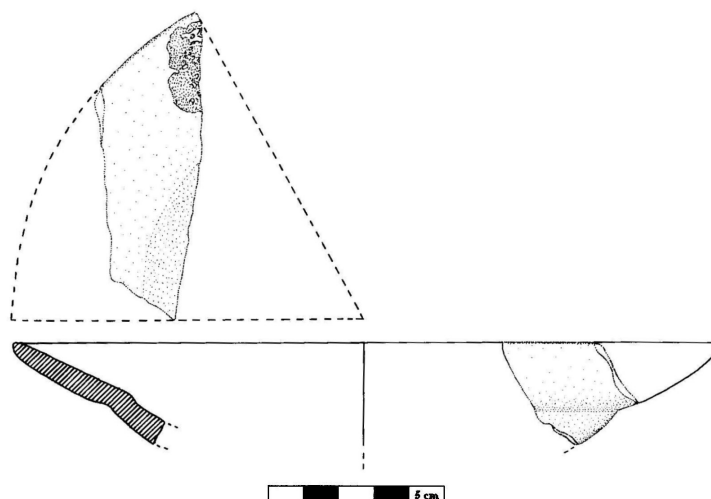
1.9- Último quartel do século XVIII

98- MS 00/S10/[210]/1559 - Fragmento de prato



Apresenta porção de fundo e pé. O fundo é plano e assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, um pouco rosado aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês, representando motivos fitomórficos, com folhagem aplicada com esponja. Medidas máximas: fundo - 1 cm de espessura; pé - 17,1 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,9 cm de espessura.

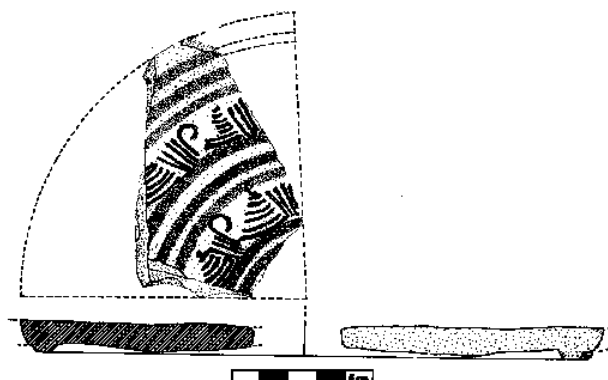
99- MS 99/S1A/[16]/ 1622 – Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo tem lábio de secção semicircular. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. Na aba pintou-se um motivo fitomórfico trifoliado. Medidas máximas: bordo - 19,2 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; aba - 0,7 cm de espessura, 3cm de largura; caldeira - 0,9 cm de espessura.

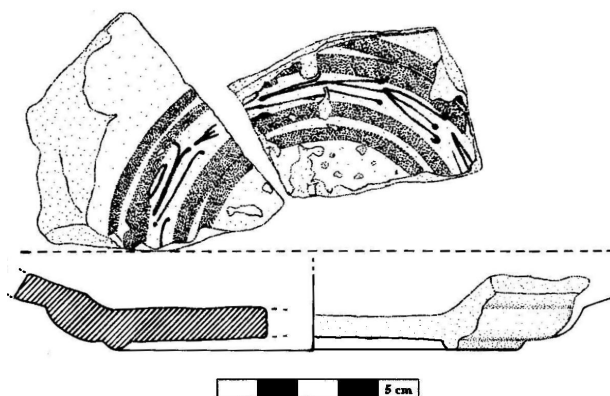
1.10- Segunda metade do século XVIII

100- MS 00/S10/[210]/ 368 - Fragmento de prato



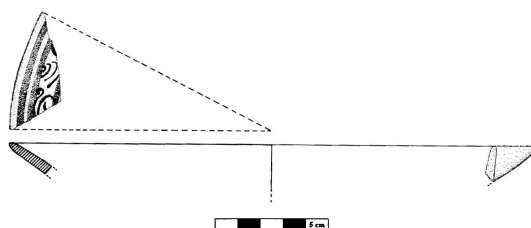
Apresenta porção de fundo e pé. O fundo é plano e assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca ligeiramente amarelado, fino, aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. O fundo apresenta séries de três linhas alternadas com sucessões de motivos compostos por oito linhas dispostas em triângulo alternadas com conjuntos de quatro a cinco linhas radiais, sendo uma delas rematada por espiral. Medidas máximas: fundo - 1 cm de espessura; pé - 22 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,8 cm de espessura; 2 cm de altura total.

101- MS 99/S1A/[2]/1539;1540 - Fragmento de prato



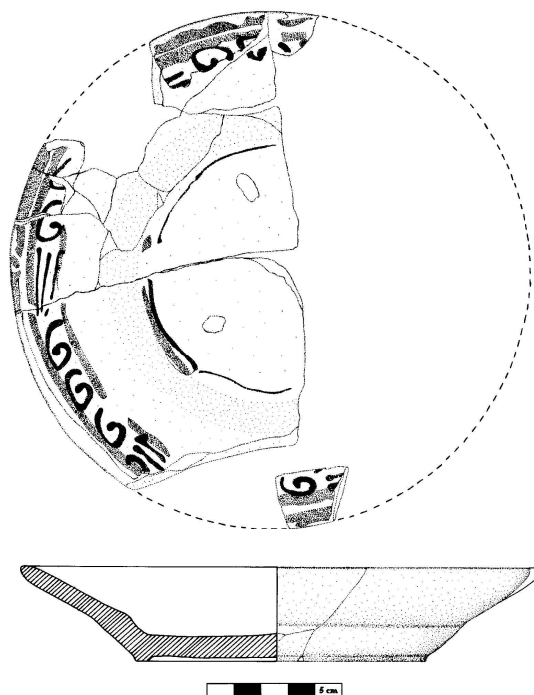
Dois fragmentos sem colagem, apresentam porção de aba, caldeira, fundo e pé. A aba é oblíqua, a caldeira côncava e fundo plano assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, pouco aderente, quebradiço e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. A delimitar o fundo, pintou-se uma faixa delimitada por pares de linhas azuis, preenchida por uma cadeia de conjuntos de três linhas. Medidas máximas: caldeira - 1,4cm de espessura; fundo - 1,1 cm de espessura; pé - 12 cm de diâmetro, 0,2cm de altura, 0,8 cm de espessura.

102- MS 00/S10/[210]/ 391 - Fragmento de prato



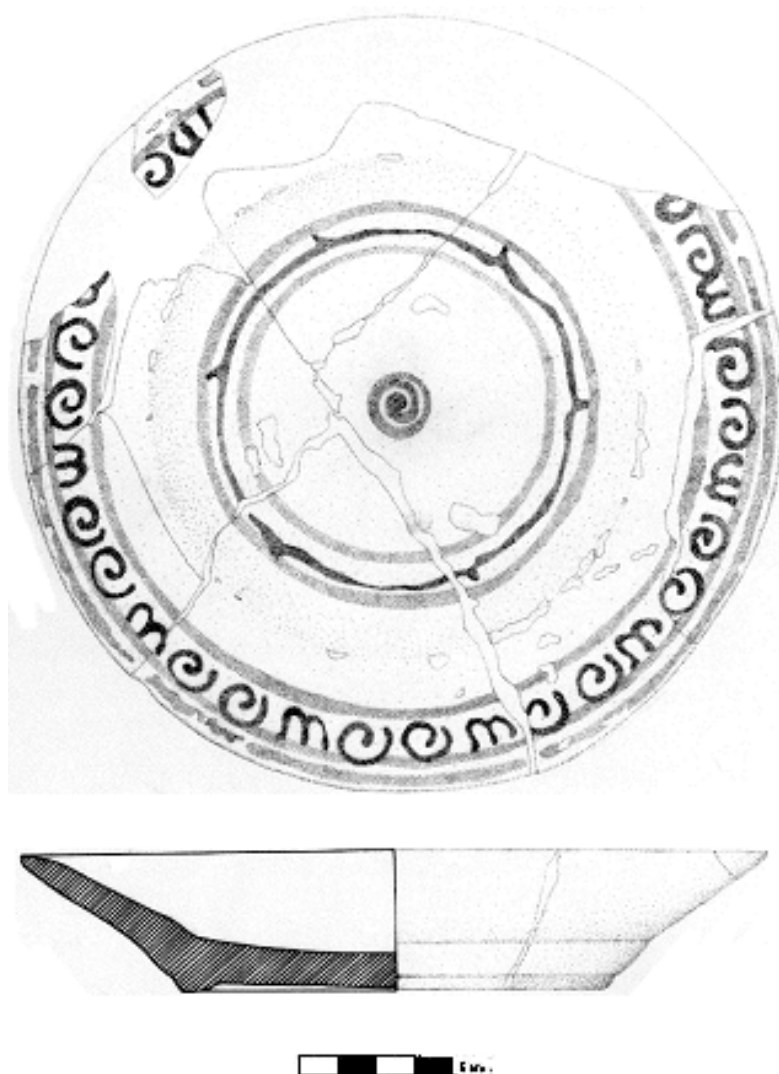
Apresenta porção de bordo e aba. O bordo tem lábio de secção semicircular. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura no anverso em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por espirais alternadas com um motivo composto por cinco linhas formando triângulos. Medidas máximas: bordo - 23 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; aba - 0,5 cm de espessura.

103- MS99/S1A/[2]/1543;[16]/1592;1629;1641;1642; 1698;1708;1710; 1751; 1780 – Fragmento de prato



De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a parede é côncava e tem uma ligeira carena e o fundo é plano, tem marcas de trempe no anverso e reverso e assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por séries de três espirais alternadas com conjuntos de três linhas horizontais, em castanho. O fundo foi delimitado por uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por chavetas encadeadas, em castanho. Medidas máximas: bordo - 19,1 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; aba - 4,3 cm de largura, 1 cm de espessura; caldeira - 1,9 cm de largura; 0,8 cm de espessura; fundo - 0,9 cm de espessura; pé - 10,8 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,7 cm de espessura; 3,5 cm de altura total.

104- MS/ sem ref. – Fragmento de prato



De forma troncocónica, apresenta porção de bordo, aba, caldeira e fundo, estando quase completo. O bordo é de secção semi-circular, desenvolvendo-se a aba obliquamente para o interior e a parede, pequena, é carenada no reverso. O fundo é plano, tem marcas de trempe no anverso e no reverso e assente sobre pé baixo e ligeiramente inclinado para o interior, é em anel e de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta branca fina e coberta por um esmalte de cor branca bege, muito claro. A decorar a peça foi executada uma pintura no bordo, aba e fundo, em tons de azul de cobalto e vinoso de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada inferior e superiormente por linhas azuis, sendo preenchida com a sucessão de grupos de duas espirais alternados com motivos ondulados. O fundo foi decorado com um medalhão composto por duas linhas azuis, entre as quais se pintaram, chavetas, dispostas em grinalda, em vinoso. O centro do medalhão apresenta uma espiral em azul. Medidas máximas: bordo - 19 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; aba - 0,6 cm de espessura, 3,5 cm de largura; caldeira - 1,3 cm de espessura; fundo - 1 cm de espessura; pé - 12, 2 cm de diâmetro, 0,7cm de espessura, 0,2 cm de altura; 3,5 cm de altura total.

105-MS 99 S1A [8]/ 1573;[10]/1576-1580; MS 00/PP/[250] 3272 – Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a caldeira é côncava e o fundo é plano, tem marcas de trempe no anverso e reverso e assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por chavetas encadeadas. O fundo foi delimitado por linha azul. Medidas máximas: bordo - 16,2 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; aba - 3,5 cm de largura, 0,7 cm de espessura; caldeira - 1,8 cm de largura, 0,8 cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura; pé - 7,5 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,3 cm de espessura; 2,7 cm de altura total.

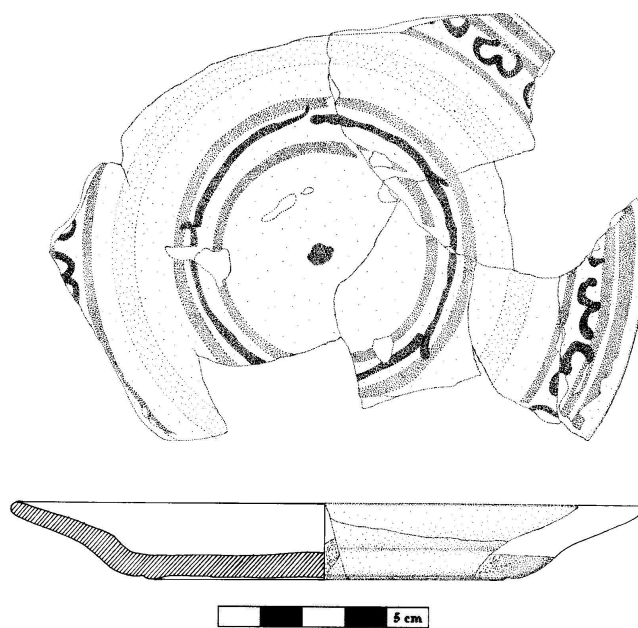
106- MS 00/S10/ [210]/ 377 - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular ligeiramente espessado externamente, a aba é oblíqua, a parede é côncava e o fundo é plano e assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca ligeiramente rosada, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por duas linhas azuis, preenchida por sucessões de duas espirais alternadas com um motivo ondulado formando duas grinaldas. O fundo foi delimitado por uma linha azul. Medidas máximas: bordo - 17,5 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; aba - 3,5 cm de largura, 0,7 cm de espessura; caldeira - 0,7 cm de largura, 0,9 cm de espessura; fundo - 1 cm de espessura; pé - 9 cm de diâmetro, 0,1cm de altura, 0,7 cm de espessura; 2 cm de altura total.

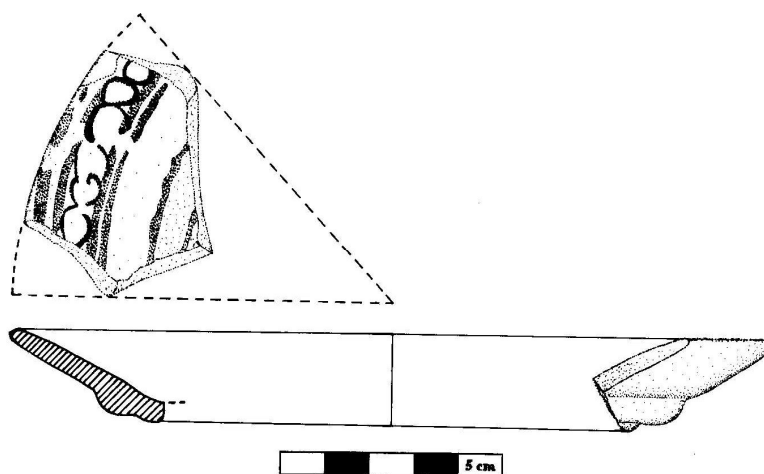
107- MS 99/S1C/[40]/1832 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo e aba. O bordo tem lábio de secção semicircular. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, pouco aderente, e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura no anverso em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por espirais alternadas com um motivo composto por duas linhas cruzadas, em castanho. Medidas máximas: bordo - 20 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; aba - 0,8cm de espessura

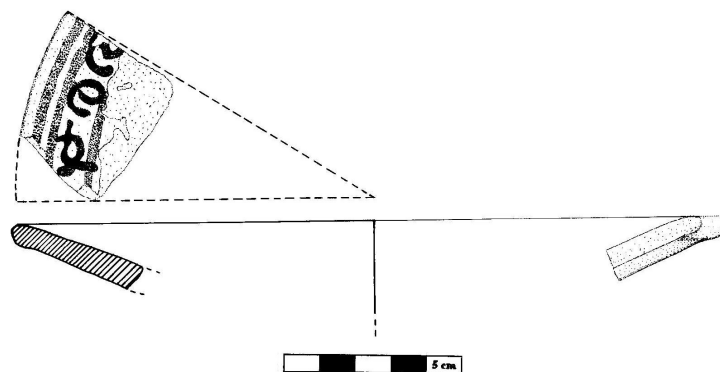
105-MS 99 S1A [8]/ 1573;[10]/1576-1580; MS 00/PP/[250] 3272 – Fragmento de prato



106- MS 00/S10/ [210]/ 377 - Fragmento de prato



107- MS 99/S1C/[40]/1832 - Fragmento de prato



108- MS 99/S6/[161]1855 - Fragmento de prato

De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular ligeiramente espessado externamente, a aba é oblíqua, a parede é côncava e o fundo plano assenta sobre pé anelar baixo, de secção truncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por linhas onduladas entrelaçadas. Medidas máximas: bordo - 17 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; aba - 3,5 cm de largura, 0,9 cm de espessura; caldeira - 1,7 cm de largura, 1 cm de espessura; fundo - 0,9 cm de espessura; pé - 6,9 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura; 2,6 cm de altura total.

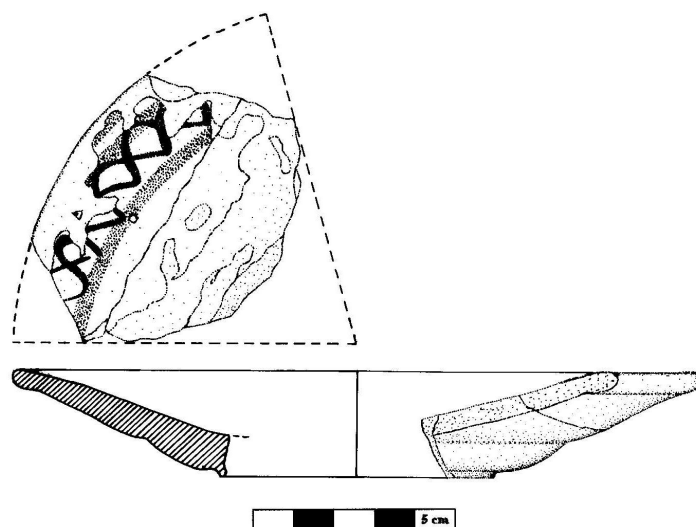
109- MS00/S2D/[95]/236 - Fragmento de prato

De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular ligeiramente espessado externamente, a aba é oblíqua, a caldeira é côncava e o fundo é plano e assenta sobre pé anelar baixo, de secção truncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca ligeiramente rosada, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por duas linhas azuis, preenchida por sucessões de duas espirais alternadas com um motivo ondulado formando duas grinaldas. O fundo foi delimitado por uma linha azul. Medidas máximas: bordo - 17,5 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; aba - 3,5 cm de largura, 0,7 cm de espessura; caldeira - 0,7 cm de largura, 0,9 cm de espessura; fundo - 1 cm de espessura; pé - 9 cm de diâmetro, 0,1 cm de altura, 0,7 cm de espessura; 2,5 cm de altura total.

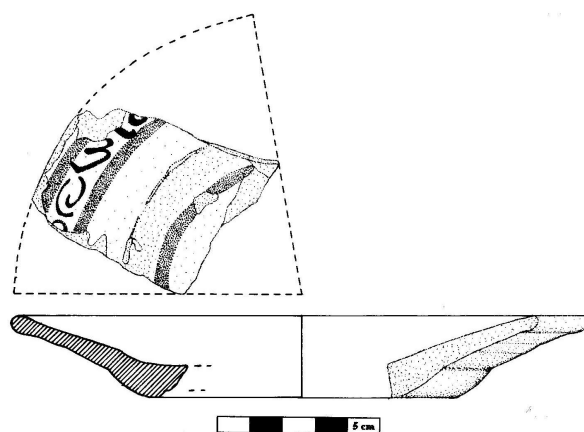
110- MS 99/S1A/[16]/1626 - Fragmento de prato

De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular ligeiramente espessado externamente, a aba é oblíqua, a caldeira é côncava e o fundo plano assenta sobre pé anelar baixo, de secção truncocónica. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por motivos ondulados formando duas grinaldas. O fundo foi delimitado por uma faixa delimitada por linhas azuis preenchida por quatro linhas castanhas encadeadas. Ao centro executou-se um ponto azul. Medidas máximas: bordo - 20,2 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura de bordo; aba - 3,5 cm de largura, 0,8 cm de espessura; caldeira - 2 cm de largura, 0,7 cm de espessura; fundo - 0,9 cm de espessura; pé - 11 cm de diâmetro, 0,1 cm de altura, 0,6 cm de espessura; 2,4 cm de altura total.

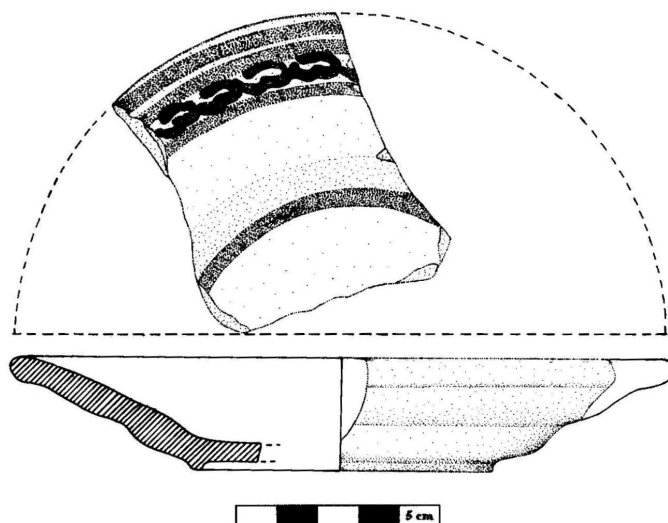
108- MS 99/S6/[161]1855 - Fragmento de prato



109- MS00/S2D/[95]/236 - Fragmento de prato



110- MS 99/S1A/[16]/1626 - Fragmento de prato



111- MS 00/S4/[130]/ 844 - Fragmento de prato

De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo tem lábio de secção semicircular ligeiramente espessado externamente, a aba é oblíqua e a caldeira pouco pronunciada. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca ligeiramente rosada, fino, aderente, quebradiço e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por espirais. Medidas máximas: bordo - 17,5 cm de diâmetro; bordo 0,6 cm de espessura; aba - 3,5 cm de largura, 1 cm de espessura; caldeira - 0,8 cm de largura, 0,9 cm de espessura.

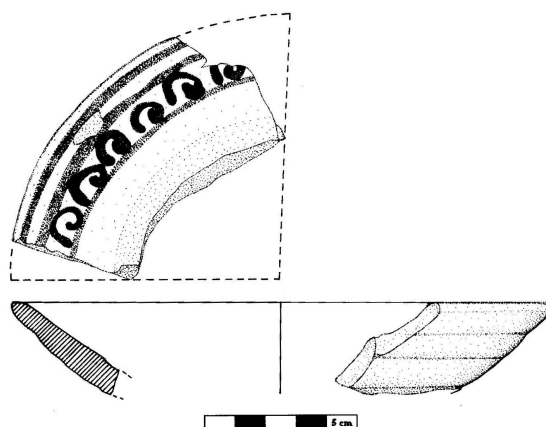
112- MS 99/S1A/[2]/1548 - Fragmento de prato

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e caldeira. O bordo tem lábio de secção semicircular e a caldeira, no anverso, apresenta um ligeiro resalto. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por uma linha ondulada, em castanho. Medidas máximas: bordo - 22,2 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; caldeira - 0,8 cm de espessura.

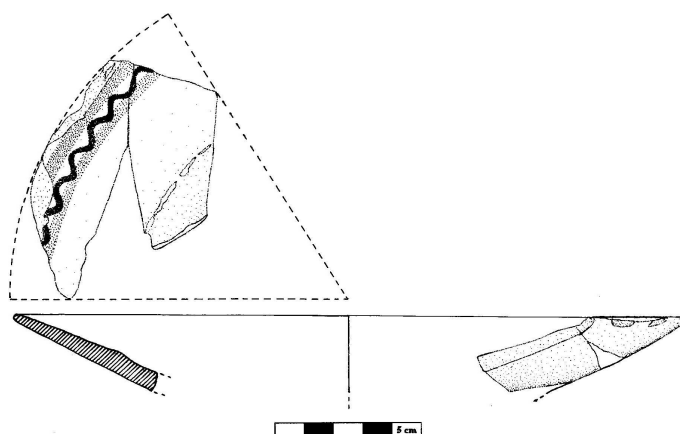
113- MS 99/S1A/[16] - Fragmento de prato

Dois fragmentos sem colagem, de perfil troncocónico, apresentam porção de bordo caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a caldeira apresenta um ligeiro resalto no anverso e o fundo plano assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto e castanho de óxido de manganês. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por duas linhas azuis, preenchida por uma linha ondulada. O fundo foi delimitado por uma linha azul. Medidas máximas: bordo - 20 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura; caldeira - 1,1 cm de espessura; fundo - 0,9 cm de espessura; pé - 11,3 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 1,2 cm de espessura; 4,1 cm de altura total.

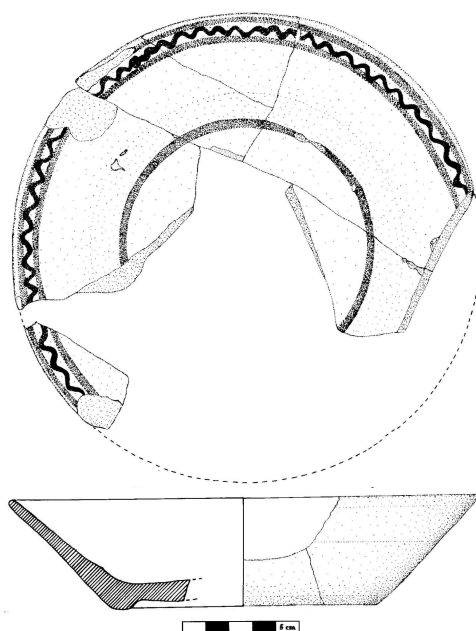
111- MS 00/S4/[130]/ 844 - Fragmento de prato



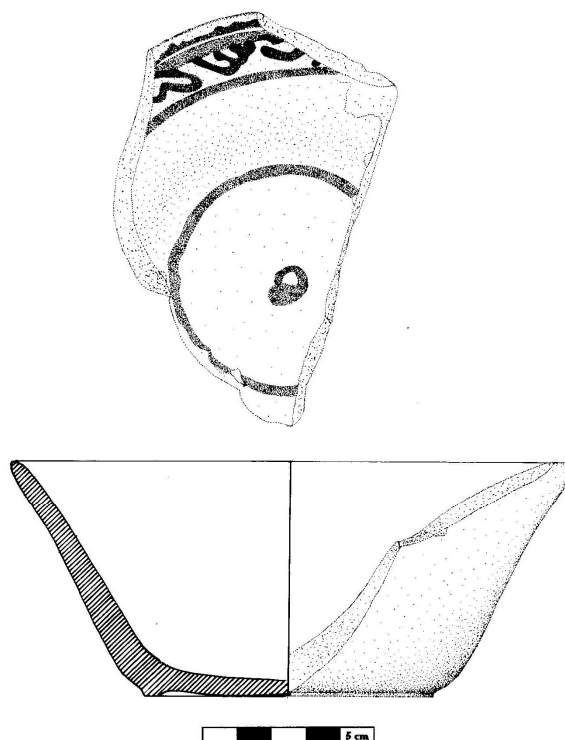
112- MS 99/S1A/[2]/1548 - - Fragmento de prato



113- MS 99/S1A/[16]- - Fragmento de prato

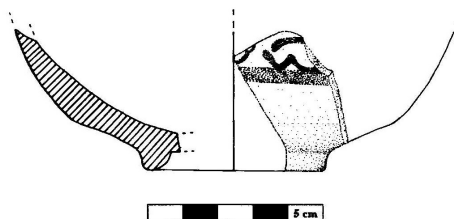


114- MS00/ S10/[210]/363 - Fragmento de taça



De perfil troncocônico, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo é ligeiramente extrovertido e de secção semicircular, a parede e o fundo côncavos e o pé é baixo, anelar e de secção troncocônica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e ligeiramente baço. A decorar a peça executou-se uma pintura na superfície interna em tons de castanho de óxido de manganês e em azul de cobalto. Sob o bordo, pintou-se uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por sucessões de motivos ondulados. O fundo foi delimitado por uma linha azul e ao centro pintou-se uma espiral no mesmo tom. Medidas máximas: bordo - 16,2 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; parede - 0,9 cm de espessura; fundo - 0,8 cm de espessura; pé - 8,3 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,6 cm de espessura; 7 cm de altura total.

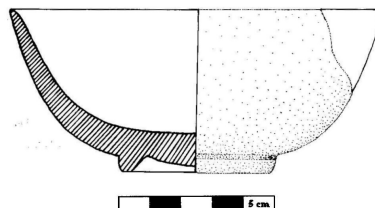
115- MS 99/S1D/[46]/1833 - Fragmento de taça



De perfil hemisférico, apresenta porção de parede, fundo e pé. A parede é côncava e apresenta uma ligeira carena. O fundo é plano e assente sobre um pé baixo anelar e de secção troncocônica. A peça foi modelada numa pasta amarelada, fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e baço. A decorar a peça executou-se uma pintura em tom castanho de óxido de manganês e em azul de cobalto. Na superfície externa, na parede, foi pintada uma faixa delimitada por linhas azuis, preenchida por motivos ondulados em castanho. Medidas máximas: parede - 1 cm de espessura; fundo - 0,6 cm de espessura; pé - 5,4 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,9 cm de espessura.

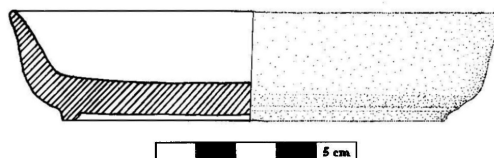
1.11- Século XVIII

116- MS 99/S1 A/[16]/1741 - Fragmento de taça



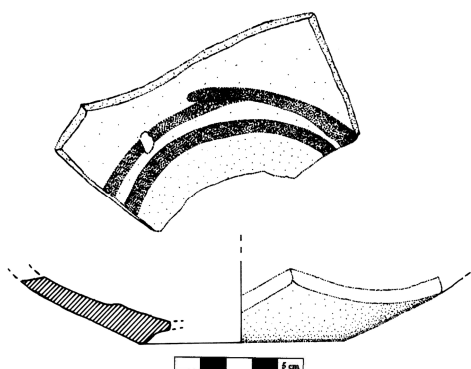
De perfil hemisférico, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção biselada, a parede é côncava e apresenta uma ligeira carena. O fundo é plano na superfície interna e convexo na superfície externa e assenta sobre um pé anelar de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, aderente e brilhante. Medidas máximas: bordo - 0,4 cm de; caldeira - 1,1 cm de espessura; fundo - 1,1 cm de espessura; pé - 5,1 cm de diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,9 cm de espessura.

117- MS00/S1E[49]/3105 - Fragmento de covilhete



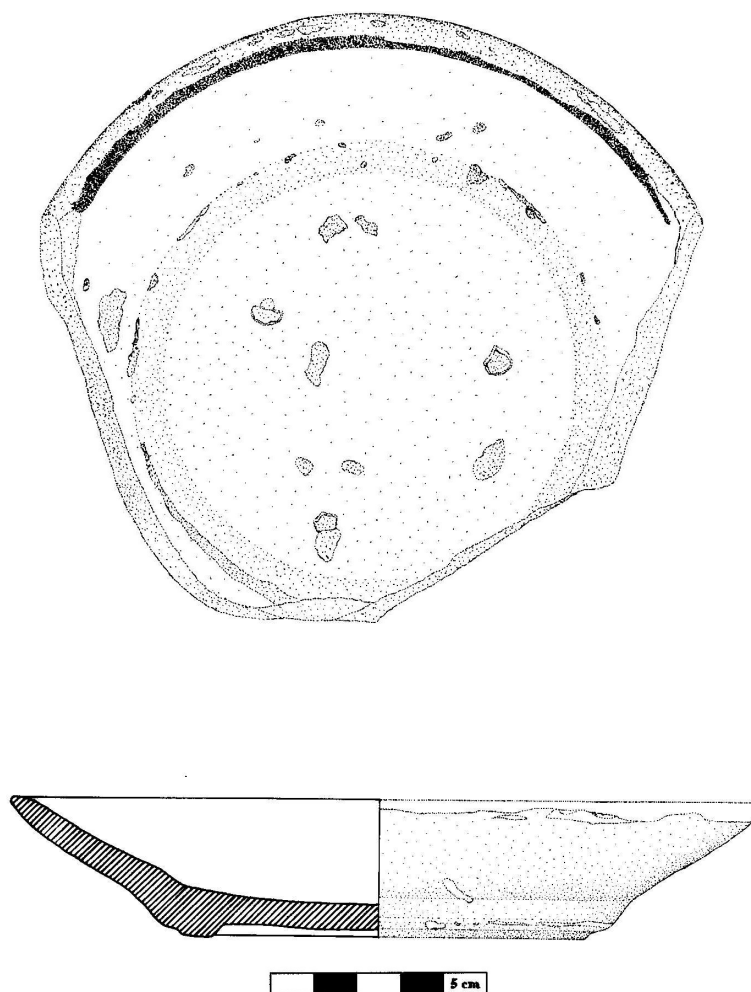
De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo é extrovertido e tem lábio de secção biselada e a parede é ligeiramente côncava. O fundo é plano e assenta sobre um pé baixo, anelar e de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte fino de cor branca, um pouco amarelado, aderente e brilhante. Medidas máximas: bordo - 12,2 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; parede - 0,8 cm de espessura; fundo - 0,9 cm de espessura; pé - 9,5 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura, 0,3 cm de altura; 2,7cm de altura total.

118- MS00/S3/[105]/3192 - Fragmento de prato



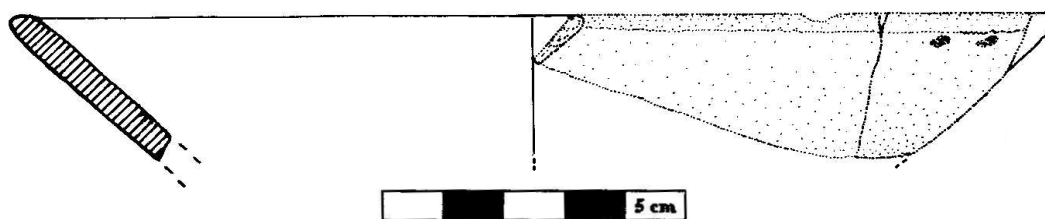
De perfil troncocónico, apresenta porção de caldeira, fundo e pé. A parede é oblíqua e apresenta um ligeiro ressalto no anverso. O fundo é côncavo no reverso. A peça foi modelada numa pasta branca, fina e coberta por um esmalte de cor branca, fino aderente, quebradiço e brilhante, apresentando marcas de trempe em ambas as superfícies. A decorar a peça executaram-se duas linhas na zona do ressalto. Medidas máximas: caldeira - 0,6cm de espessura; pé - 8,2cm de diâmetro.

119- MS00/PP/[250]/3257 - Fragmento de prato



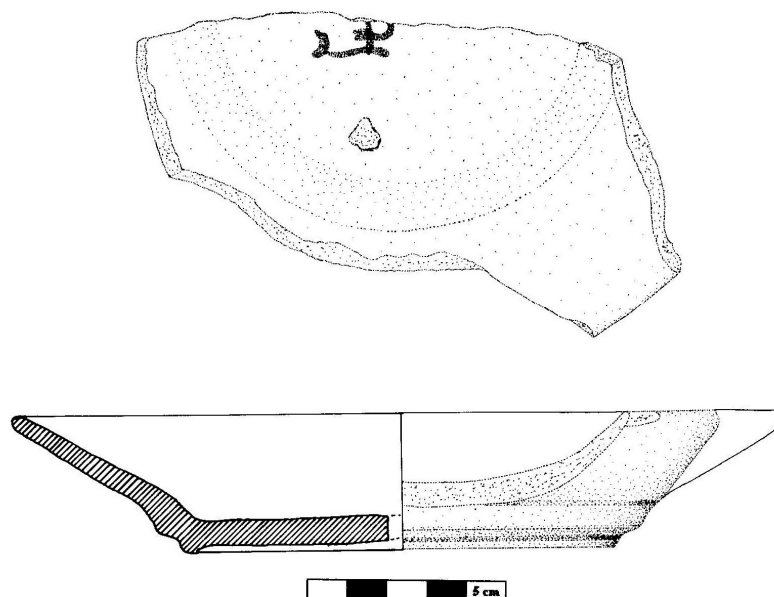
De perfil sub-truncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular ligeiramente espessado externamente, a aba é oblíqua, a caldeira é côncava com uma ligeira carena e o fundo plano, tem marcas de trempe no anverso e no reverso e assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta rosada, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca ligeiramente rosada, pouco aderente, quebradiço e baço. A decorar a peça executou-se uma linha em azul de cobalto sob o bordo, no anverso. Medidas máximas: bordo - 17,1 cm de diâmetro, 0,6 cm de espessura; aba - 3,5 cm de largura, 0,9 cm de espessura; caldeira - 1 cm de largura, 1,1 cm de espessura; fundo - 0,6 cm de espessura; pé - 9,2 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,9 cm de espessura; 3,2 cm de altura total.

120-MS99/S1A/[16]/1583/1724 – Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo e parede. O bordo tem lábio de secção semicircular. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, fino, aderente e baço. No bordo pintou-se uma linha em azul de cobalto. Medidas máximas: bordo - 17,2 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; caldeira - 0,6 cm de espessura.

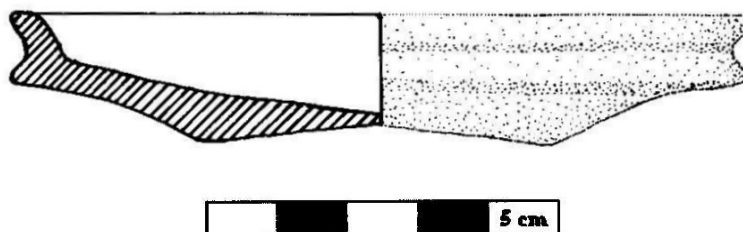
121-MS 99/S1A/[16]/1745 - Fragmento de prato



De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção semicircular, a aba é oblíqua, a parede é côncava e carenada. O fundo é plano e assenta sobre pé anelar baixo, de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta branca, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca esverdeada, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se a letra *P* em castanho de óxido de manganês ao centro do fundo. Medidas máximas: bordo - 19,2 cm de diâmetro de bordo, 0,5 cm de espessura; aba - 3,5 cm de largura, 0,8 cm de espessura; caldeira - 1,7 cm de largura, 1,1 cm de espessura; pé - 11 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura, 0,6 cm de espessura; 3,9 cm de altura total.

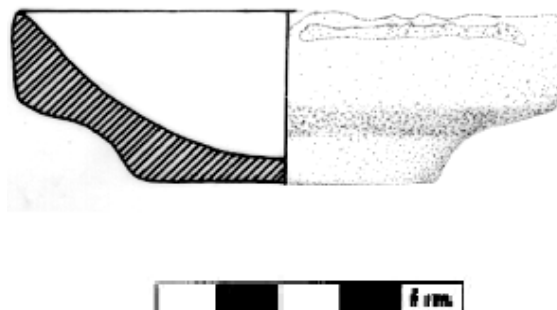
1.12- Século XVII / XVIII

122- MS 99/S6/[165]/1859 – Fragmento de especieiro



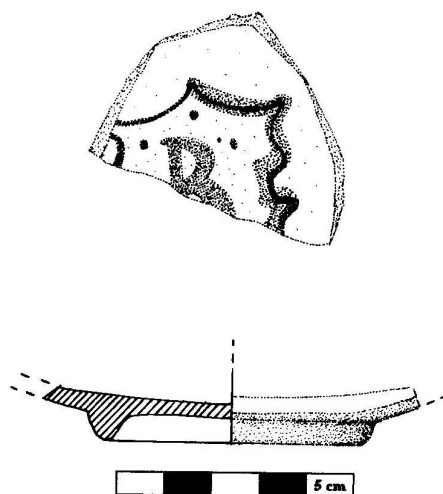
De perfil sub-troncocónico, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo tem lábio de secção biselada ligeiramente espessado externamente, a parede é carenada e oblíqua e o fundo côncavo no anverso e reverso. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte espesso de cor branca, pouco aderente, quebradiço e brilhante. Medidas máximas: bordo - 10,4 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; caldeira - 0,7 cm de espessura; fundo - 0,7 cm de espessura, 5,2 cm de diâmetro; 1,6 cm de altura total.

123- MS 99/S7/ [188] - Fragmento de especieiro



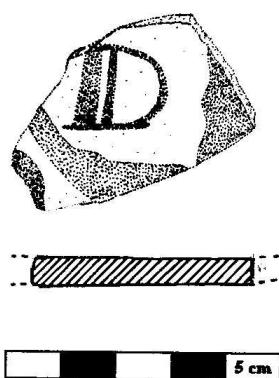
De forma cilíndrica, apresenta porção de bordo, parede, fundo e pé. O bordo é vertical de secção sub-triangular. Assenta sobre um pé de fundo plano. A peça foi modelada numa pasta amarela fina e coberta por um esmalte de cor branca aderente e brilhante. O fragmento tem como medidas máximas: 9,1 cm de diâmetro do bordo; 0,4 cm de espessura do bordo; 1,6 cm de espessura da parede; 5,2 cm de diâmetro de pé; 0,6 cm de altura de pé; 2,9 cm de altura.

124- MS99/S7/[173]/ 2579 – Fragmento de taça



Apresenta porção de parede, fundo e pé. O fundo é plano e assenta sobre pé baixo, anelar e de secção troncocónica. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto. Na superfície interna do fundo pintou-se uma cartela poligonal, onde se inscreveu um *B* e três pontos. Na superfície externa da parede observa-se vestígios de motivos decorativos não identificados. Medidas máximas: parede - 0,4 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura ; pé - 6 cm de diâmetro, 0,6 cm de altura, 0,7 cm de espessura.

125- MS 00/S4/[130]/ 912- Fragmento de prato



Apresenta porção de fundo. A peça foi modelada numa pasta amarela, fina, depurada e coberta por um esmalte de cor branca, espesso, aderente, e brilhante. A decorar a peça executou-se uma pintura em tons de azul de cobalto representando a letra *D* dentro de um elemento não identificado. Medidas máximas: 0,6 cm de espessura.

2- Cerâmica comum fina decorada

2.1- Cerâmicas engobadas com decoração incisa

1- MS00/SVIA/[197]/3084 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e bojo. Possui bordo ligeiramente extrovertido de lábio de secção semicircular com moldura. Tem painel destinado à decoração demarcado do bordo por duas caneluras e duas carenas. Foi produzida em pasta de cor vermelha rosada com raríssimos elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por traços oblíquos. Medidas máximas: bordo – 10 cm diâmetro, 0,5 cm de altura, 0,2 cm de espessura; bojo – 0,2 cm de espessura.

2- MS99/SIV/[140]/3044 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e bojo. O bordo é ligeiramente extrovertido, espessado externamente, de lábio de secção semicircular com canelura e moldura a demarcar o bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha clara com alguns elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por friso de traços oblíquos. Medidas máximas: bordo – 10 cm diâmetro, 1 cm de altura, 0,4 cm de espessura; bojo – 0,4 cm de espessura.

3- MS99/SIV/[133]/3163 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo ligeiramente espessado e extrovertido de lábio de secção biselar com quatro caneluras. Foi produzido em pasta de cor rosada com alguns elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão fino e médio. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por friso de finos traços oblíquos. Medidas máximas: bordo - 11,8 cm diâmetro, 0,3 cm de espessura.

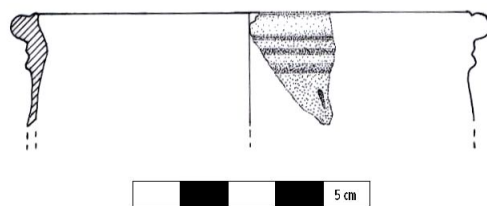
4-MS99/SIV/[141]/3065 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e bojo. O bordo é ligeiramente introvertido de lábio de secção biselada com moldura entre duas caneluras. Tem painel destinado à decoração com ligeira inflexão, demarcado do bordo por moldura. Foi produzida em pasta de cor vermelha clara fina e depurada com alguns elementos não plásticos quartezticos, de grão médio, e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração, incisa, é constituída por friso de traços oblíquos, de forma elipsoidal alongada. Medidas máximas: bordo – 13 cm de diâmetro, 1 cm de altura, 0,4 cm de espessura; bojo – 0,3 cm de espessura.

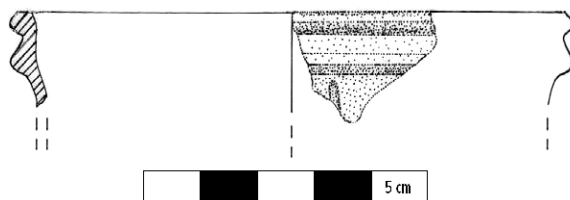
5-MS00/SVIA/[197]/3050 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e bojo. O é bordo liso, extrovertido de lábio de secção semicircular. Tem painel destinado à decoração demarcado do bordo por carena entre duas caneluras e moldura, e na base por carena, entre duas caneluras. Foi produzida em pasta de cor vermelha rosada com alguns elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por traços oblíquos largos, de forma ovóide alongada. Medidas máximas: bordo – 13 cm de diâmetro, 0,9 cm de altura, 0,2 cm de espessura; bojo – 0,4 cm de espessura.

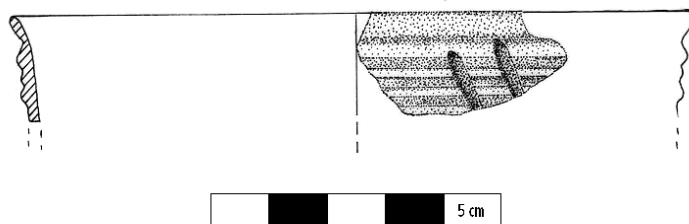
1 - MS00/S7A/[197]/3084 – Fragmento de taça



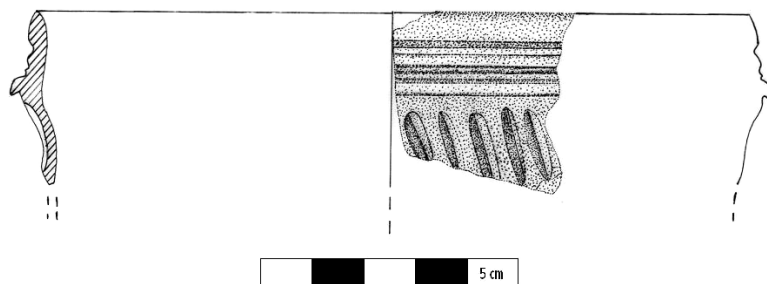
2- MS99/S4/[140]/3044 – Fragmento de taça



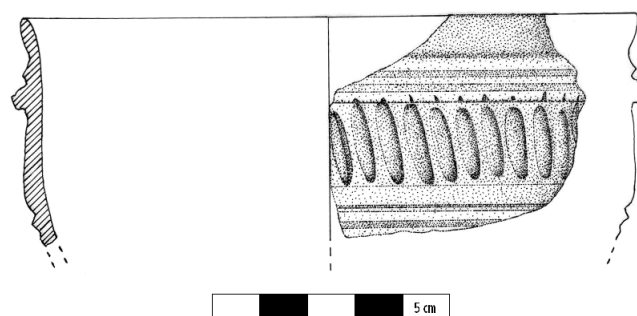
3- MS99/S4/[133]/3163 – Fragmento de taça



4- MS99/S4/[141]/3065 – Fragmento de taça



5- MS00/S7A/[197]/3050 – Fragmento de taça



6- MS99/S4/[141]/3096 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo, bojo e asa. O bordo é liso, ligeiramente extrovertido de lábio de secção semicircular. Tem painel destinado à decoração demarcado do bordo por moldura. Foi produzida em pasta de cor vermelha clara fina e depurada com alguns elementos não plásticos quartezíticos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, é constituída por traços oblíquos largos, de forma ovóide alongada. Medidas máximas: bordo – 12 cm de diâmetro, 1,5 cm de altura, 0,3 cm de espessura; bojo – 0,2 cm de espessura; asa – 0,9 cm.

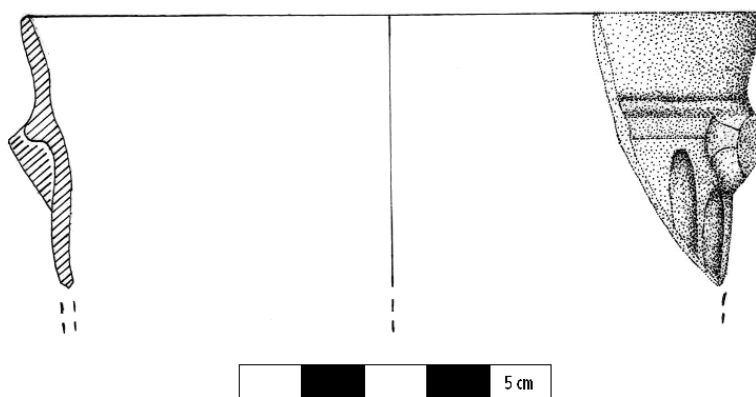
7-MS00/S7A/[191]/3354 – Fragmento de taça

Forma completa, de perfil troncocónico carenado. Possui bordo liso introvertido de lábio de secção semicircular. Tem painel destinado à decoração demarcado do bordo por moldura e canelura, e da base por moldura, entre duas caneluras. A base é troncocónica lisa com uma ligeira canelura a demarcar o pé. Assenta sobre pé troncocónico de fundo plano. Tem duas asas opostas colocadas no bojo, de perfil sub-semicircular e secção sub-elíptica com carena. Foi produzida em pasta de cor vermelha com alguns elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por finos traços oblíquos. Trata-se de uma peça com defeito de fabrico, sendo a sua altura irregular. Medidas máximas: bordo – 13 cm diâmetro, 1 cm de altura, 0,4 cm de espessura; bojo – 0,4 cm de espessura; fundo – 6,7 cm de diâmetro; 0,6 cm de espessura; asa – 4 cm de altura; 1,8 cm de largura, 1,2 de diâmetro. A altura total da peça varia entre os 7,5 cm e os 7 cm.

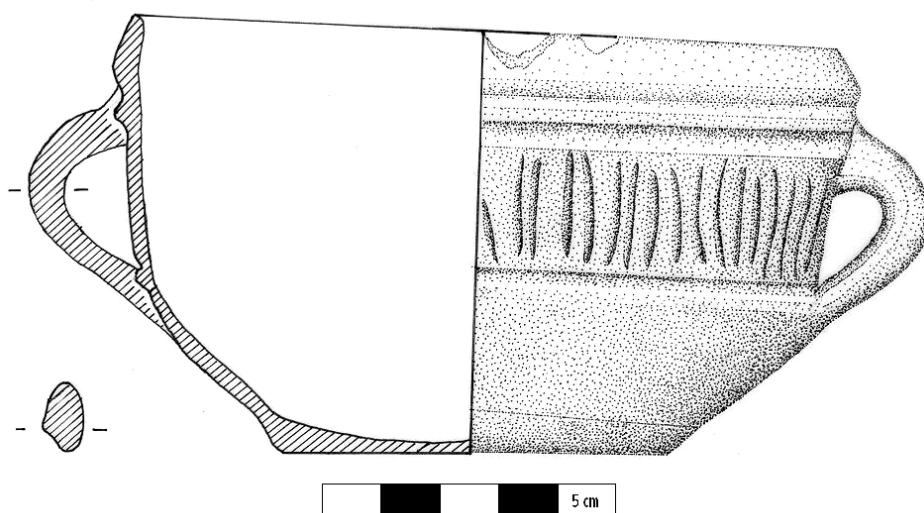
8-MS00/S7A/[197]/3077 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção bojo, pé e fundo. Tem painel destinado à decoração demarcado, na base, por uma carena e canelura. Assenta sobre pé de fundo plano carenado. Foi produzida em pasta de cor vermelha com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por friso de traços oblíquos de forma elipsoidal. Medidas máximas: bojo – 0,4 cm de espessura; pé – 6,5 cm de diâmetro; 1,3 cm de altura; 0,9 cm de espessura; fundo – 0,3 cm de espessura.

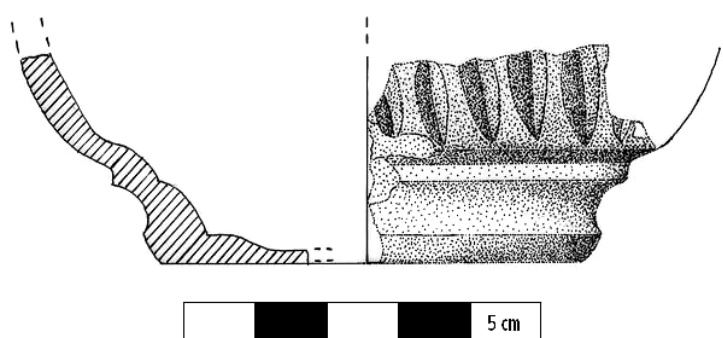
6- MS99/S4/[141]/3096 – Fragmento de taça



7- MS00/S7A/[191]/3354 – Fragmento de taça



8- MS00/S7A/[197]/3077 – Fragmento de taça



9- MS99/S4/[141]/3191 – Fragmento de taça

De perfil trococónico carenado, apresenta porção bojo, pé e fundo. Tem painel destinado à decoração demarcado na base por dupla canelura. Assenta sobre pé trococónico de fundo plano. Foi produzida em pasta de cor vermelha fina e depurada com raríssimos elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por finos traços oblíquos. Medidas máximas: bojo – 0,4 cm de espessura; pé – 4,4 cm de diâmetro; 0,3 cm de altura; 0,5 cm de espessura; fundo – 0,3 cm de espessura.

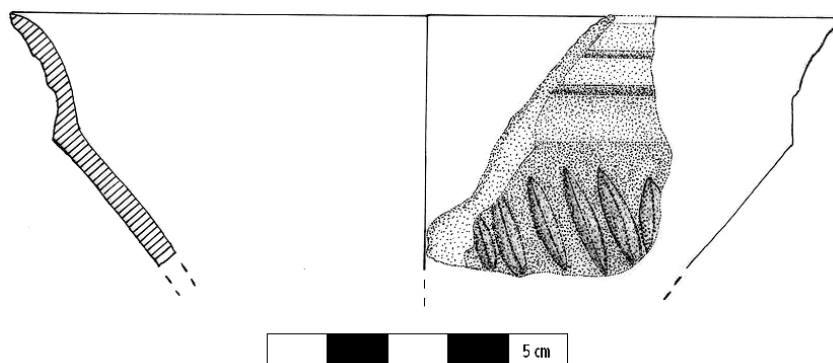
10- MS99/S4/[135]/3221 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico carenado, apresenta porção de bordo e bojo. O bordo é ligeiramente extrovertido com lábio de secção biselada e dupla canelura. Tem painel destinado à decoração demarcado do bordo por carena e da base por canelura. Foi produzida em pasta de cor rosada clara com alguns elementos não plásticos quartezticos de grão fino a médio. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração, incisa, é constituída por friso de traços largos oblíquos, de forma elipsoidal alongada. A peça tem como medidas máximas: bordo – 14 cm de diâmetro, 1,2 cm de altura, 0,2 cm de espessura; bojo – 0,4 cm de espessura.

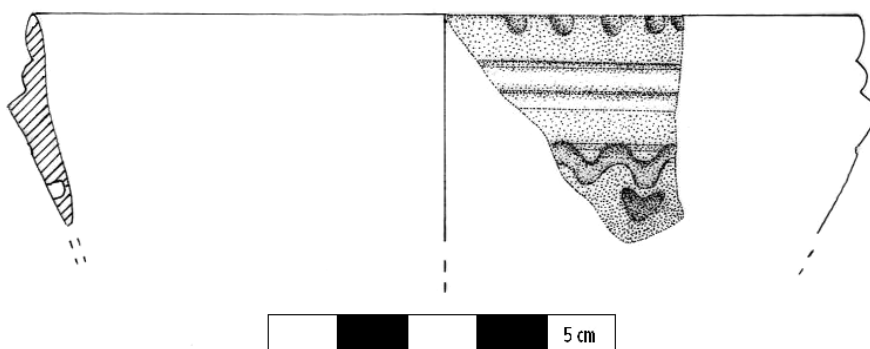
11-MS99/S4/[141]/3337 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e bojo. Possui bordo ligeiramente espessado e extrovertido de lábio de secção biselada com dupla canelura. Foi produzido em pasta de cor vermelha clara fina e depurada com alguns elementos não plásticos quartezticos de grão médio e fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração é composta por excisões semicirculares, no bordo, e friso de linha ondulada incisa combinada com punção de forma subtriangular, no bojo. A peça apresenta marcas de fogo. Medidas máximas: bordo – 12,2 cm de diâmetro, 1 cm de altura, 0,3 cm de espessura; bojo – 0,6 cm de espessura.

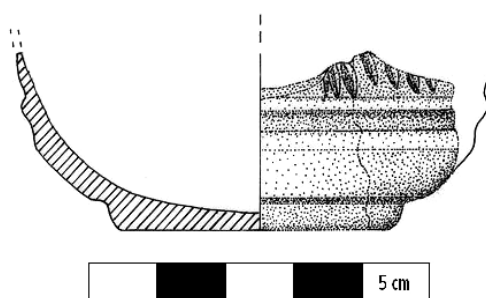
9- MS99/S4/[135]/3221 – Fragmento de taça



10-MS99/S4/[141]/3337 – Fragmento de taça



11- MS99/S4/[141]/3191 – Fragmento de taça



12-MS00/S7A/[190]/3384– Fragmento de púcaro

Apresenta porção de bordo, colo e bojo. O bordo é ligeiramente extrovertido, espessado externamente de lábio de secção semicircular com canelura e moldura. O colo é liso e demarcado do bordo e bojo por uma canelura, respectivamente. O bojo é globular com painel destinado à decoração demarcado por uma canelura. Foi produzido em pasta de cor rosada com alguns elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão médio e fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa é constituída por finos traços oblíquos. A peça apresenta marcas de fogo. Medidas máximas: bordo – 8,1 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,4 cm de espessura; colo- 9,2 cm de diâmetro; 2,6 cm de altura; 0,6 cm de espessura.

13-MS00/S7A/[170]/3100,3101,3103,3427,3484 ; [190]/3395,34442 ; [191]/3069, 3380; s.m. – Fragmento de púcaro

Apresenta porção de bordo, colo, bojo, pé, fundo e arranques das duas asas. O bordo é ligeiramente extrovertido de lábio de secção biselar com uma canelura. O colo tem três caneluras. O bojo é elipsoidal com painel destinado à decoração demarcado por pares de caneluras. Assenta sobre pé cilíndrico demarcado por ligeira canelura, com fundo plano. Possui duas asas verticais que arrancam do bordo. Foi produzida em pasta de cor vermelha clara fina e depurada com alguns elementos não plásticos quartezticos de grão médio e fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, é composta por friso de excisões ovulares no colo, friso de excisões ovulares mais pequenas e menos espaçadas, e friso de duas linhas onduladas incisadas intercaladas por punções de forma sub-triangular, no bojo. A peça apresenta marcas de fogo. É composta por cinco fragmentos sem colagem entre si. Medidas máximas: bordo – 6,2 cm de diâmetro, 0,7 cm de altura, 0,3 cm de espessura; colo – 5,9 cm de diâmetro 0,9 cm de altura, 0,3 cm de espessura; bojo – 0,8 cm de espessura; pé – 3,5 cm de diâmetro, 0,9 cm de altura; 0,5 cm de espessura; fundo – 0,5 cm de espessura; asas – 1,5 cm de diâmetro, 5,5 cm de altura. A altura total da peça é de 9 cm.

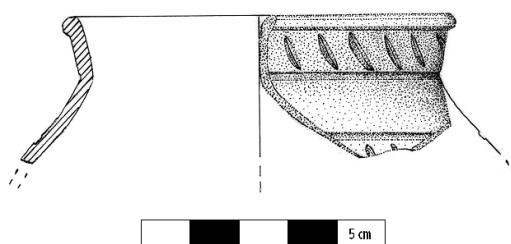
14-MS99/PP/[250]/128 – Fragmento de púcaro

Apresenta porção de bojo e pé. O bojo é globular e demarca-se do colo por uma ligeira canelura. Assenta sobre pé cilíndrico de perfil semicircular, com fundo plano. Foi produzida em pasta de cor rosada com raríssimos elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha escura em todas as superfícies. A decoração é constituída por punções sub-triangulares. Esta peça trata-se de uma miniatura. Medidas máximas: bojo – 6 cm de diâmetro, 4,1 cm de altura, 0,2 cm de espessura; pé – 3,2cm de diâmetro, 0,2 cm de altura.

15-MS00/S7A/[191]/3375 – Fragmento de pote

Apresenta porção de bordo, colo e bojo. O bordo é ligeiramente extrovertido, espessado externamente de lábio de secção semicircular. O colo tem duas caneluras. O bojo é globular com painel destinado à decoração demarcado por duas canelura. Foi produzida em pasta de cor rosada com alguns elementos não plásticos quartezticos e micáceos de grão fino e médio. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por friso de traços oblíquos. As suas medidas máximas são as seguintes: bordo – 13,8 cm diâmetro, 0,8 cm de altura, 0,9 cm de espessura; colo – 0,3 cm de altura; 0,4 cm de espessura; bojo – 0,4 cm de espessura.

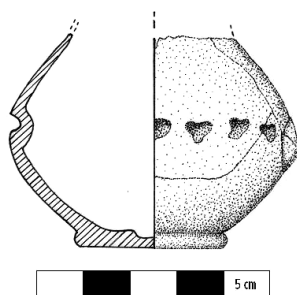
12- MS00/S7A/[190]/3384– Fragmento de púcaro



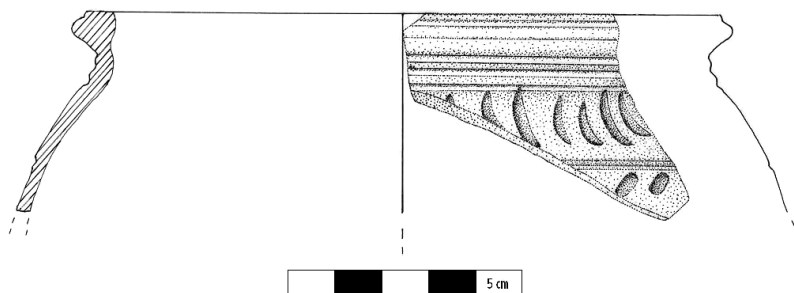
13- MS00/S7A/[170]/3100,3101,3103,3427,3484 ; [190]/3395,34442 ; [191]/3069, 3380 ; s.m. – Fragmento de púcaro



14- MS99/PP/[250]/128 – Fragmento de púcaro



15 - MS00/S7A/[191]/3375 - Fragmento de pote



16-MS00/S7/[170]/3036 ; [188]/3421,3425– Fragmento de bilha

Apresenta porção de bordo, gargalo e colo. O bordo é ligeiramente extrovertido, espessado, de lábio de secção semicircular com uma canelura. O gargalo é de perfil troncocónico e possui um painel destinado à decoração demarcado do bordo por uma moldura e do colo por uma canelura. O colo possui uma moldura. Foi produzida em pasta de cor vermelha com alguns elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por finos traços oblíquos. Medidas máximas: bordo – 9,2 cm diâmetro, 0,7 cm de altura, 0,6 cm de espessura; gargalo - 8,2 cm de diâmetro; 2,8 cm de altura; 0,6 cm de espessura; colo – 0,5 cm de espessura.

17-MS00/S7A/[190]/3391– Fragmento de bilha

Apresenta porção de bordo e gargalo. O bordo é ligeiramente introvertido, espessado, de lábio de secção semicircular. O gargalo é de perfil troncocónico e possui um painel destinado à decoração demarcado do bordo e do colo por duas caneluras, respectivamente. Foi produzida em pasta de cor vermelha com alguns elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão fino. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, constituída por traços oblíquos, largos de forma elipsoidal alongada. Medidas máximas: bordo – 9,5 cm diâmetro, 0,6 cm de altura, 0,6 cm de espessura; colo- 0,8 cm de altura; 0,3 cm de espessura; bojo - 0,3 cm de espessura.

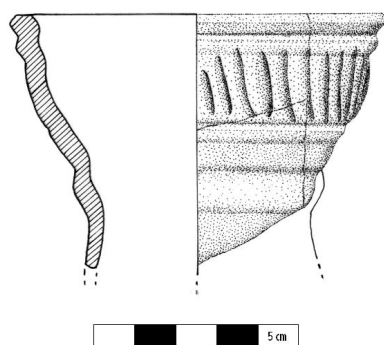
18-MS00/RS/[230]/3441 – Fragmento de bilha

Apresenta porção de colo liso e bojo globular. Foi produzida em pasta de cor rosada com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão fino e médio. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada na superfície externa. A decoração, incisa, é constituída por friso de linhas oblíquas muito curtas e friso de linha ondulada. Medidas máximas: colo – 0,5 cm de espessura; bojo – 0,6 cm de espessura.

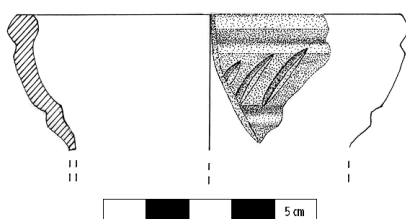
19-MS00/RS/[230]/1118 – Fragmento de bilha

Apresenta porção de colo liso e bojo globular. Foi produzida em pasta de cor rosada com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada em toda a superfície. A decoração, incisa, é constituída por friso inciso de linha ondulada entre pequenos traços, seguindo-se friso de traços muito curtos excisos e friso de duas linhas onduladas intercaladas por pequenos pontos, no bojo. Medidas máximas: colo – 0,5 cm de espessura; bojo – 0,6 cm de espessura.

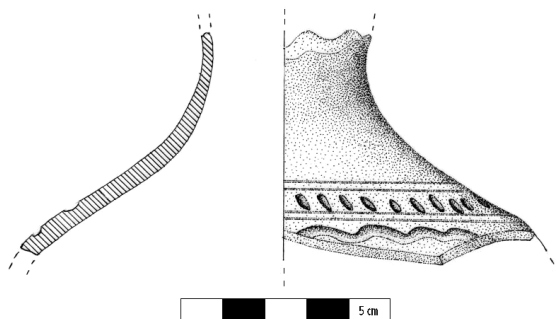
16- MS00/S7/[170]/3036; [188]/3421,3425– Fragmento de bilha



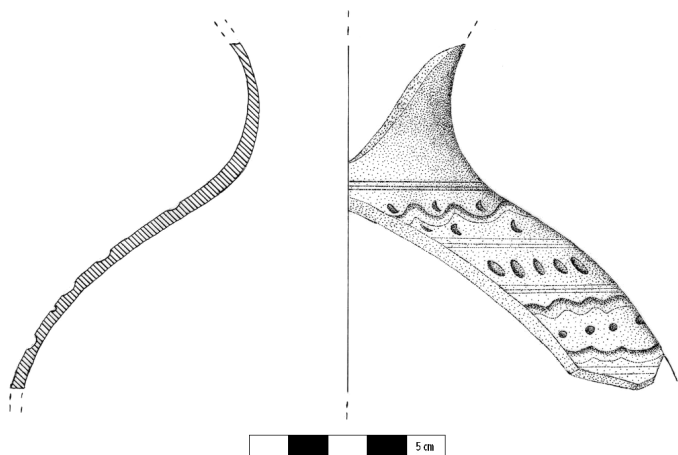
17- MS00/S7A/[190]/3391– Fragmento de bilha

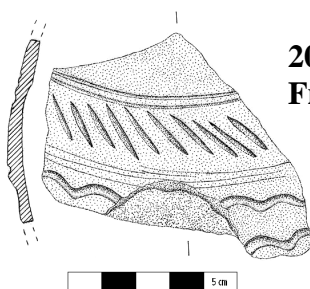


18- MS00/RS/[230]/3441 – Fragmento de bilha

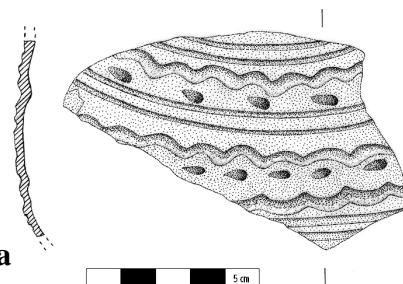


19- MS00/RS/[230]/1118 – Fragmento de bilha





**20- MS99/S7A[188]/3343 –
Fragmento de pote ou bilha**



**21- MS99/S7[190]/3069 –
Fragmento de pote ou bilha**

20-MS99/S7A[188]/3343 – Fragmento de pote ou bilha

Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha com alguns elementos não plásticos quartezíticos de grão fino a médio. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada em todas as superfícies. A decoração incisa, é constituída por friso de linhas oblíquas e friso de linhas onduladas. Medidas máximas: 0,5 cm de espessura.

21-MS99/S7[190]/3069 – Fragmento de pote ou bilha

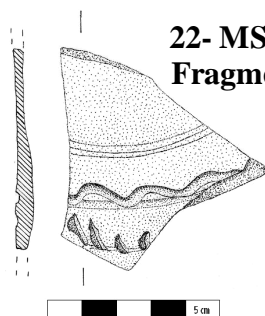
Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha com alguns elementos não plásticos quartezíticos de grão fino a médio. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada na superfície externa. A decoração incisa, constituída por friso de linha ondulada combinada com pequenas insisões ovalares, seguido de friso de duas linhas onduladas intercaladas por incisões semelhantes. Medidas máximas: 0,4 cm de espessura.

22-MS00/RS/[230]/1120– Fragmento de bilha

Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor rosa clara com alguns elementos não plásticos quartezíticos de grão fino a médio. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada na superfície externa. A decoração é incisa, constituída por friso de linha ondulada, e pequenos traços oblíquos lagos. Medidas máximas: 0,5 cm de espessura.

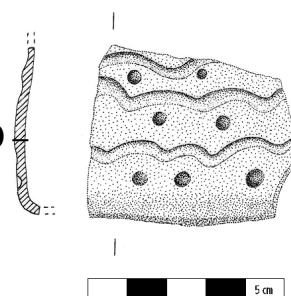
23-MS00/S1E/[61]/3070 – Fragmento de bilha

Apresenta porção de bojo. Foi produzido em pasta de cor vermelha com alguns elementos não plásticos quartezíticos de grão fino a médio. Recebeu um engobe de cor vermelha clara alaranjada na superfície externa. A decoração incisa, constituída consiste num friso de linhas onduladas incisadas intercaladas por pontos circulares. Medidas máximas: 0,3 cm de espessura.



**22- MS00/RS/[230]/1120–
Fragmento de bilha**

**23-MS00/S1E/[61]/3070
Fragmento de bilha**



2.2- Cerâmicas engobadas com decoração incisa e pintada

24- MS00/ S4/[140]/ 3046;[141] / 3067; 3200; 3204; 3207; 3284; 3342; 3354; 3402

Fragmento de taça

De perfil troncocônico carenado. Possui bordo ligeiramente introvertido de lábio de secção biselar. O bojo tem um painel destinado à decoração demarcado por duas ligeiras caneluras. O fundo é convexo e assinalado por uma moldura. Assenta sobre pé anelar extrovertido de secção subtriangular demarcado por duas caneluras. Tem duas asas opostas colocadas no bojo, de perfil sub-semicircular e secção sub-elíptica. com carena. Foi produzido em pasta de cor vermelha alaranjada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pintada, é constituída por friso de linhas onduladas e por friso de elementos losangulares alternados por elementos elípticos. Esta peça é composta por quatro fragmentos sem colagem. Medidas máximas: bordo – 14 cm, 0,2cm de espessura; 0,6 de altura; bojo – 0,3 cm de espessura; fundo – 0,3 cm de espessura; pé – 5,5 cm de diâmetro; 0,7 cm de altura; 0,4 cm de espessura; asas – 2,9 cm de altura, 2,3 cm de largura; 1,3 cm de diâmetro. A altura total da peça é de 7 cm.

25- MS00/ S4 / [141]/144 – Fragmento de taça

Apresenta porção de bordo e bojo. Aparece tratar-se de uma taça polilobulada, pela curvatura do seu bordo e parede. Foi produzida em pasta de cor vermelha alaranjada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pintada, é constituída por friso de arcos. Medidas máximas: bordo – diâmetro desconhecido; 0,2cm de espessura; bojo – 0,2 cm de espessura.

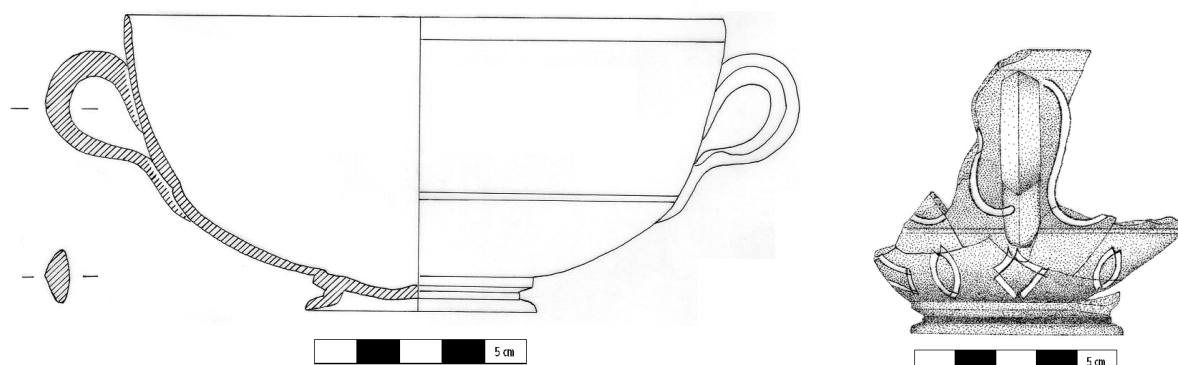
26-MS00/S7A/[191]/3414 – Fragmento de taça

De perfil troncocônico, apresenta porção de bojo e pé. Tem painel destinado à decoração demarcado, na base por uma canelura e carena. Assenta sobre pé de perfil cilíndrico de fundo plano demarcado por canelura. Foi produzida em pasta de cor vermelha alaranjada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pintada, é constituída por elemento de forma ovalar, de possível carácter fitomórfico estilizado em bojo. Medidas máximas: bojo – 0,5 cm de espessura; pé – 4 cm de diâmetro, 0,2 cm de altura.

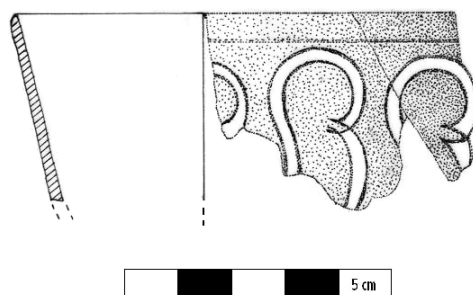
27-MS99/RS/[230]/3034 – Fragmento de taça

Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha alaranjada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pintada, é constituída por linhas onduladas. Medidas máximas: 0,3 cm de espessura.

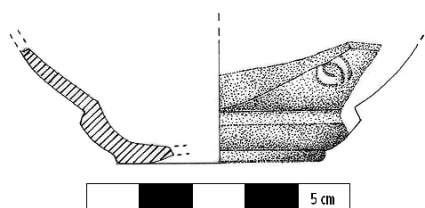
24- MS00/ S4 / [140]/ 3046; [141] / 3067; 3200; 3204; 3207; 3284; 3342; 3354; 3402
Fragmento de taça



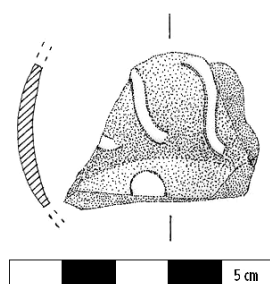
25- MS00/ S4/[141]/144 Fragmento de taça



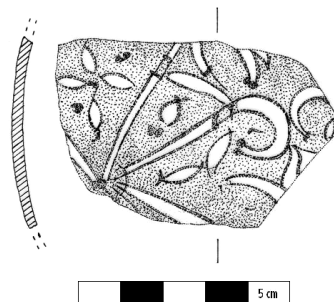
26 - MS00/S7A/[191]/3414 - Fragmento de taça



27- MS99/RS/[230]/3034 - Fragmento de taça

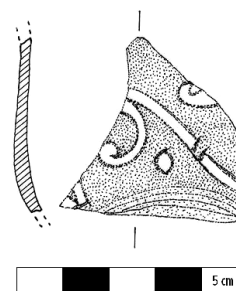


28-MS00/S4/[141]/3187 – Fragmento de bilha / pote



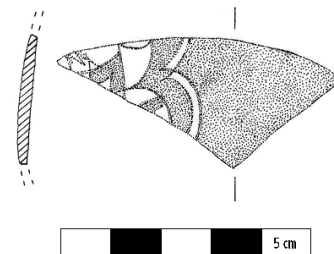
Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha alaranjada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pintada, é constituída por uma composição radial de carácter fitomórfico e geométrico em bojo, constituída por linhas, algumas das quais rematando em curva, alternados por elementos petaliformes alguns dispostos em forma de cruz e pequenos pontos incisos. Medidas máximas: 0,3 cm de espessura.

29- MS00/S7A/[197]/3082 -Fragmento de bilha.



Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha alaranjada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pintada, é constituída por enrolamento fitomórfico estilizado e pontos, de estilo barroco. Medidas máximas: 0,3 cm de espessura.

30-MS00/S7A/[188]/3020 – Fragmento de bilha / pote



Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha alaranjada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pintada, é constituída por linhas curvas encadeadas e mosaico de formas sub-triangulares. Medidas máximas: 0,2 cm de espessura.

2.3- Cerâmicas engobadas com decoração incisa, empedrada e plástica

31- MS00/S7A/[191]/3061 – Fragmento de taça

Apresenta bojo, fundo e pé. **Tem bojo oblíquo ligeiramente curvado. O fundo é convexo. Assenta sobre pé anelar extrovertido de secção sub-triangular com uma ligeira carena.** Foi produzido em pasta de cor vermelha muito escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha muito escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pedrada, é constituída por uma composição fitomórfica estilizada com carácter geométrico de disposição cruciforme orientada em torno do centro do fundo da taça, assinalado por uma pedra entre dois pequenos traços incisos. A partir do centro desenvolve-se uma linha recta incisa cruzada por dois pequenos traços dois quais partem quatro traços curvos entre duas linhas incisivas curvas. Partindo do mesmo ponto são ainda observáveis duas linhas curvas a ladear a primeira. Entre estas linhas colocaram-se pedras e executaram-se pequenas incisões de forma curvilínea. Medidas máximas: bojo - 0,3 cm de espessura; fundo – 0,3 cm de espessura; pé – 7 cm de diâmetro; 0,7 cm de altura, 0,8 cm de espessura.

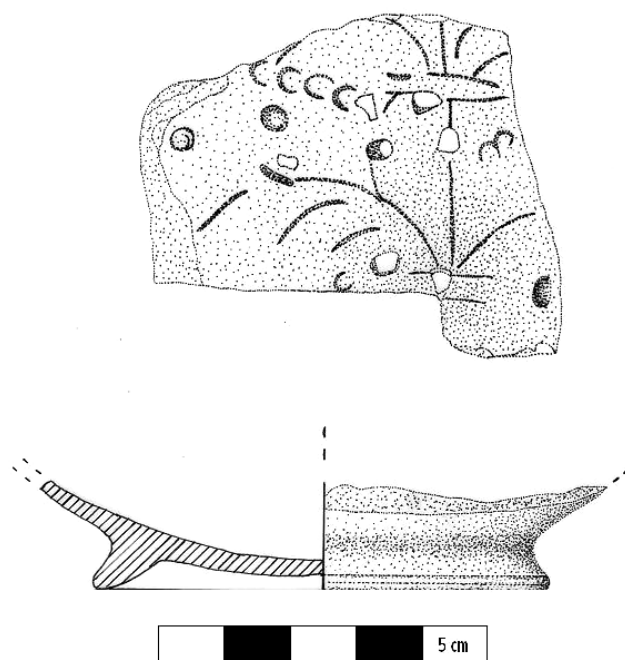
32- MS00/S7A/[191]/3412 – Fragmento de forma indefinida

Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha muito escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha muito escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração incisa, pedrada e plástica, consiste numa composição de forma indefinida composta por coroplasto discóide com pedra no centro ladeada por dois pares de incisões oblíquas. Medidas máximas: parede do bojo - 0,3 cm de espessura; aplicação plástica – 1 cm de diâmetro; 0,3 cm de espessura; pedra – calibre de 0,5 cm.

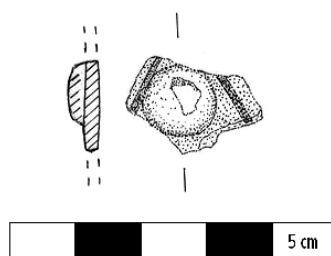
33- MS00/S7A/[194]/3075 – Fragmento de púcaro

Apresenta porção de bojo. Foi produzida em pasta de cor vermelha muito escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha muito escura, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pedrada, é constituída por uma composição geométrica de arcos incisivos dispostos em forma de escama e no centro de cada um deles executaram-se quatro pontos. Em cima observa-se uma linha horizontal de quatro pedras. Esta peça aparenta tratar-se de uma miniatura. Medidas máximas: bojo- 0,3 cm de espessura; pedras – calibre de 0,2 cm

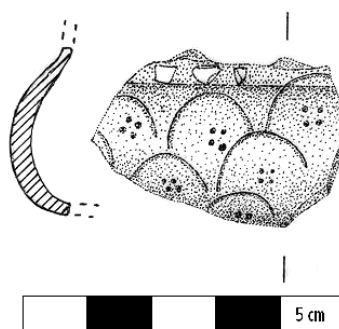
31- MS00/S7A/[191]/3061 – Fragmento de taça



32- MS00/S7A/[191]/3412 – Fragmento de forma indefinida

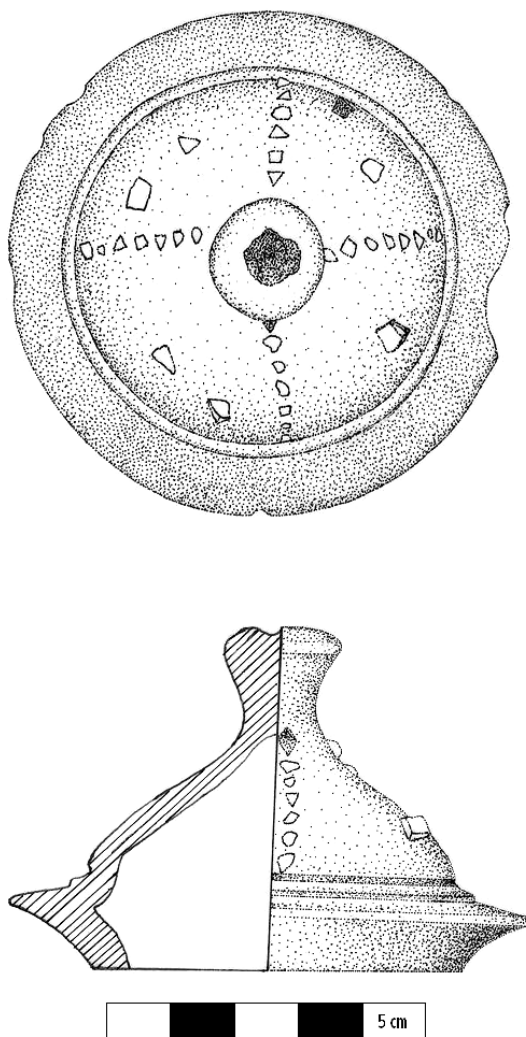


33- MS00/S7A/[194]/3075 – Fragmento de púcaro



34- MS99/PP/[250]/137 - Fragmento de tampa

De perfil sub-hemisférico, possui pega de perfil troncocónico. Tem uma canelura e moldura a demarcar o bordo. Este é horizontal e de lábio de secção semi-circular. O fecho é troncocónico e desenvolve-se a partir da extremidade do bordo. Foi produzido em pasta de cor vermelha alaranjada de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Recebeu um engobe de cor vermelha alaranjada, próxima da cor da pasta em todas as superfícies. A decoração, incisa e pedrada, é constituída por composição geométrica de disposição cruciforme orientada em torno da pega, composta por quatro filas verticais de seis a sete pedras alternadas por quatro filas horizontais de duas pedras. Com um carácter mais prático do que decorativo, aqui a função das incisões limitou-se a marcar a posição de cada pedra antes da sua colocação. Medidas máximas: pega – 1,7 cm de diâmetro, 1,5 cm de altura; bojo- 0,5 cm de espessura; bordo – 8,1 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; fecho – 8cm de diâmetro, 1cm de altura; 1,3 cm de espessura. O calibre das pedras varia entre os 0,2 cm e os 0,5 cm.



2.4- Cerâmicas brunidas com decoração incisa e modelada

35-MS99/7A/[188]/119 – Fragmento de taça

De perfil cilíndrico, apresenta porção de bordo e bojo. Tem bordo extrovertido de lábio de secção semicircular. No bojo, o painel destinado à decoração é demarcado por canelura. Foi produzida em pasta de cor vermelha acastanhada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Todas as superfícies foram brunidas. A decoração, modelada, é constituída por dupla fila de elementos e forma ovóide e elíptica. Medidas máximas: bordo – 10,8 cm de diâmetro, 0,3 cm de altura, 0,3 cm de espessura; bojo – 0,2 cm de espessura.

36-MS99/ S4/[141]/3098;3102 – Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta porção de bordo e bojo. Possui bordo ligeiramente extrovertido de lábio de secção semicircular com moldura entre duas caneluras e carena. Tem painel destinado à decoração demarcado do bordo por moldura. Foi produzida em pasta de cor vermelha acastanhada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Todas as superfícies foram brunidas. A decoração, modelada, é constituída por friso de elementos de forma ovóide a sub-elíptica. Medidas máximas: bordo – 12,1 cm de diâmetro, 1,2 cm de altura, 0,3 cm de espessura; bojo – 0,3 cm de espessura.

37-MS00/S7A/[193]/3111 – Fragmento de púcaro

Apresenta porção de bordo e colo. Tem bordo extrovertido de secção semicircular com canelura. O colo é demarcado do bordo por moldura e do bojo por canelura. Foi produzido em pasta de cor vermelha acastanhada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Todas as superfícies foram brunidas. A decoração, modelada, é constituída por frisos de pequenos círculos. Medidas máximas: bordo – 8 cm de diâmetro, 0,7 cm de altura, 0,2 cm de espessura; colo – 0,2 cm de espessura.

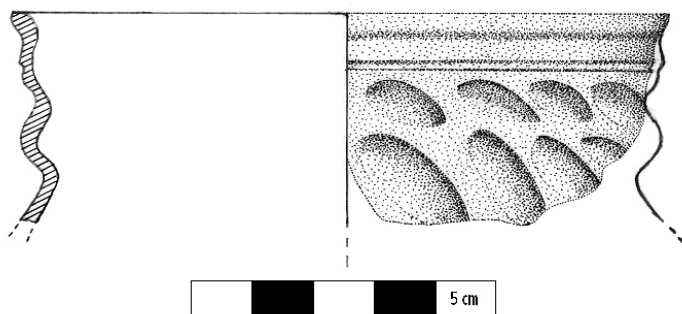
38-MS99/ S4/[141]/3066 – Fragmento de forma indefinida

Apresenta porção de bojo. Foi produzido em pasta de cor vermelha acastanhada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Todas as superfícies foram brunidas. A decoração, modelada, é constituída por linha ondulada e elementos de forma oval, executados por incisão. Medidas máximas: 0,4 cm de espessura.

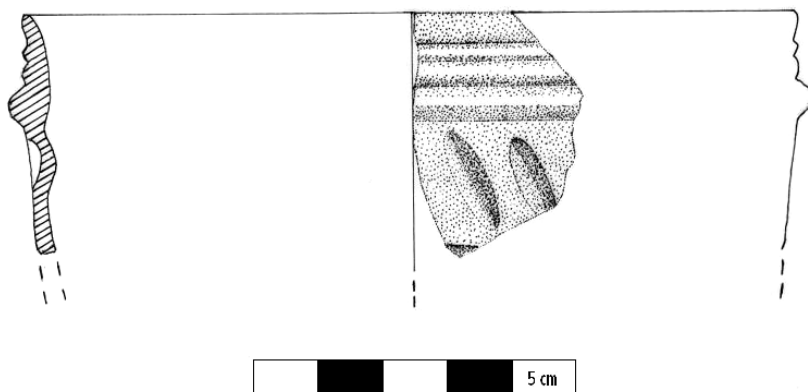
39-MS99/ S4/[137]/3175;3178 – Fragmento de forma indefinida

Apresenta porção de bojo. Foi produzido em pasta de cor vermelha acastanhada escura de consistência muito compacta, fina e com raríssimos elementos não plásticos quartezíticos e micáceos de grão muito fino. Todas as superfícies foram brunidas. A decoração, modelada, é constituída por elementos elípticos provavelmente integrados em composição fitomórfica. Medidas máximas: 0,3 cm de espessura.

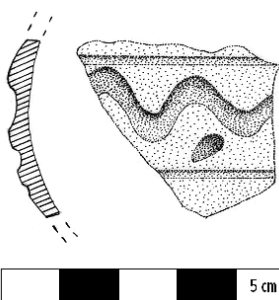
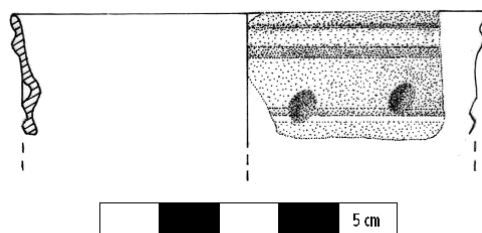
35- MS99/S7A/[188]/119 – Fragmento de taça



36- MS99/ S4/[141]/3098;3102 – Fragmento de taça

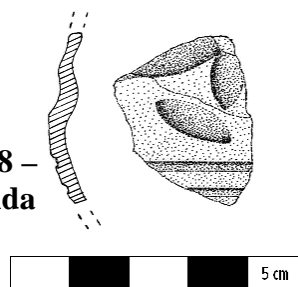


37- MS00/S7IA/[193]/3111 – Fragmento de púcaro



**38- MS99/ S4IV/[141]/3066 –
Fragmento de forma indefinida**

**39- MS99/S4/[137]/3175;3178 –
Fragmento de forma indefinida**



3- Porcelana chinesa

3.1- Dinastia Ming, reinado de Zhengde (1506-1521) / inícios do reinado de Jiajing (1522-1566)

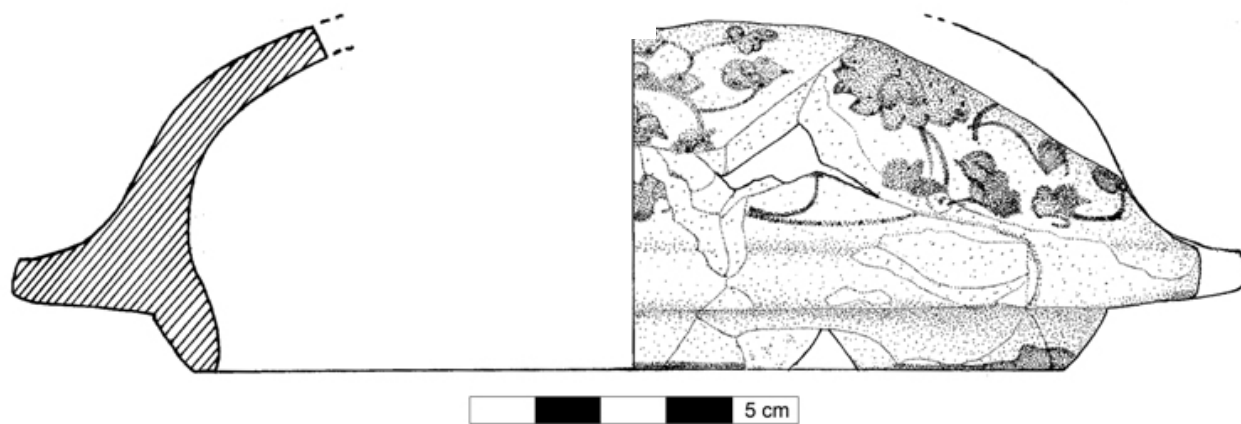
1- MS 99/ S7/[170]/ 84-89 - Fragmento de tampa de pote

Apresenta encaixe curto de secção sub-triangular, boca de lábio extrovertido de secção subrectangular e parede de perfil sub-hemisférico, que, na superfície interna contém marcas de rotação do torno. A pasta é espessa e muito pesada, tendo uma cor branca acinzentada. Apresenta um vidrado azulado, espesso, brilhante, translúcido, que aderiu mal à pasta, em especial na zona da boca, pelo que apresenta alguns poros e fendas. Com algumas manchas ferruginosas, o vidrado revestiu a totalidade da peça, à excepção da extremidade inferior do encaixe, onde uma larga faixa alaranjada assinala a sua paragem e o contacto directo da pasta com atmosfera do forno. A decorar a peça foi executada uma pintura directamente sobre a pasta e sob o vidrado, em azul de cobalto. Os contornos dos motivos foram elaborados com um traço espesso, de tom azul escuro, enquanto que o seu interior foi preenchido com uma aguada ligeiramente mais clara, também usada na execução de linhas que demarcam a boca. A superfície interna não possui qualquer decoração, enquanto que na superfície externa encontramos, duas linhas circulares contínuas a demarcar a boca, bem como, na caldeira, um enrolamento fitomórfico estilizado, onde se reconhecem, brotando das hastes, duas grandes flores de lótus e diversas pequenas folhas. Medida máximas: encaixe - 13,4 cm de diâmetro, 1,2 cm de espessura e altura; boca - 17 cm de diâmetro, 1,2 cm de espessura; parede - 1,3 cm de espessura.

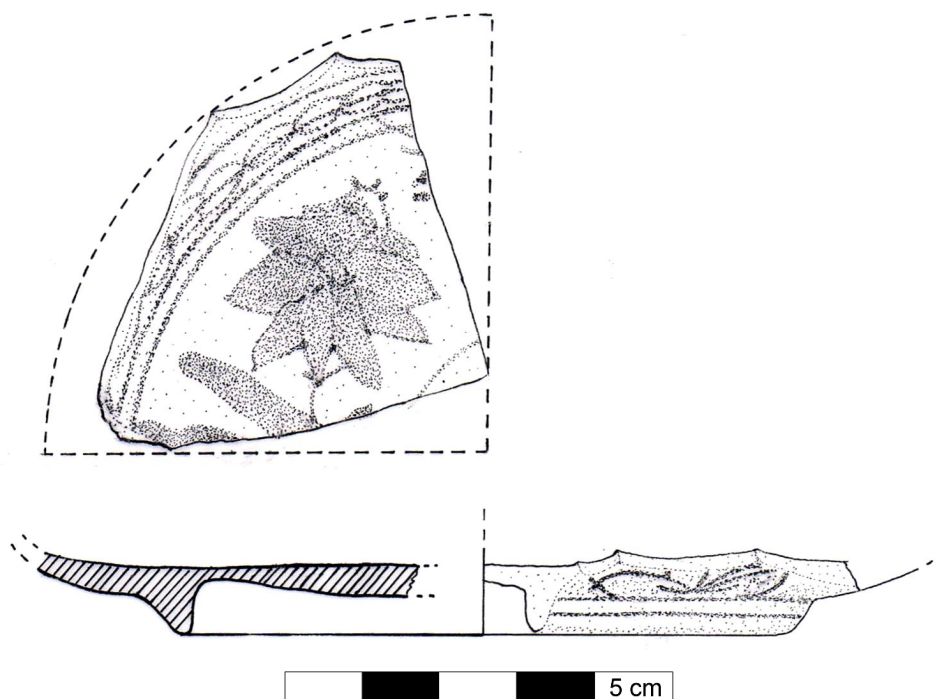
2- MS00/S6/[230]/39 - Fragmento de prato

Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. O fundo é plano no anverso, espessando-se em direcção ao centro, no reverso. O pé, de secção subtriangular, é baixo e delgado, anelar e ligeiramente inclinado para o interior. A pasta muito depurada, é espessa. Um vidrado espesso, aderente e baço revestiu a peça à excepção da extremidade do pé. A decorar esta peça foi executada directamente sobre a pasta, cuja cor branca serve de fundo, uma pintura de azul de cobalto acinzentado executada a pinceladas espessas. No anverso, vamos encontrar o fundo demarcado por quatro linhas circulares contínuas, tendo sido desenhado sobre a segunda uma cercadura composta por motivos ovais encadeados. Uma flor de lótus com respectivo pé e folhas foi pintada no fundo. No reverso como decoração aparecem apenas duas linhas contínuas circulares a demarcar o pé e três folhas de motivo fragmentado, na caldeira. Medidas máximas: caldeira e fundo - 0,4cm de espessura; pé - 8 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura, 0,7 cm de altura.

1- MS 99/ S7/[170]/ 84-89 - Fragmento de tampa de pote.



2- MS00/S6/[230]/39 - Fragmento de prato.



3.2- Diastia Ming, reinado de Jiajing (1522-1566)

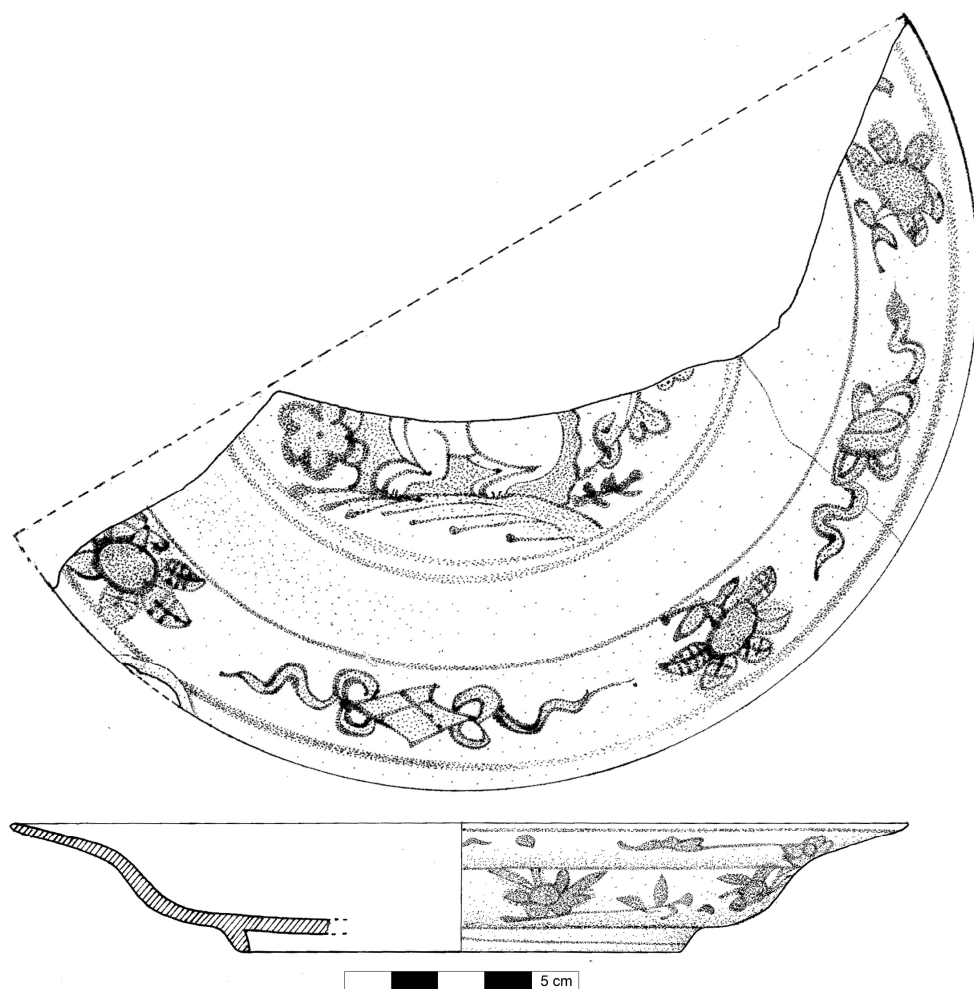
3- MS00/S7/[197]/45 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba, caldeira, pé e fundo. O bordo, sub-horizontal, possui lábio de secção semicircular, ligeiramente afilada. A aba ligeiramente inclinada. A caldeira apresenta um perfil convexo. O pé, anelar, de secção subtriangular, é baixo e ligeiramente inclinado para o interior. O fundo é plano. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a quase totalidade da peça, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante, translúcido que só deixou livre a extremidade do pé, onde uma linha alaranjada muito ténue assinala a sua paragem e o contacto da pasta com a atmosfera do forno. A decorar esta peça foi executada directamente sobre a pasta, cuja cor branca serve de fundo, e sob o vidrado, uma pintura de azul de cobalto em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os mais claros para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, duas linhas circulares contínuas demarcaram a aba da caldeira e do bordo. Nela pintaram-se, envoltos em fitas ondulantes, uma folha (*aiye*), um dos “Oito Emblemas Budistas” (*ba zhixiang*) e um losango (*fang sheng*), um dos “Oito Objectos Preciosos” (*ba bao*) alternados por três ramos de pêssego, com haste e folhas. O fundo foi demarcado por duas linhas circulares, contínuas. Nele representou-se um motivo zoomórfico, que, pela fragmentação da peça, apresenta apenas os seus membros e parte do corpo, sendo reconhecido como uma lebre. Em redor desse motivo central, pintaram-se diversos motivos fitomórficos com hastes e folhas, bem como uma flor de cinco pétalas. Uma série de pequenos traços na zona inferior representam o solo onde os outros motivos assentam. Medidas máximas: bordo - 19,5 cm diâmetro, 0,3cm espessura máxima; caldeira - 0,5 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 0,5 cm de altura, 0,5cm de espessura; 9,5 cm de diâmetro.

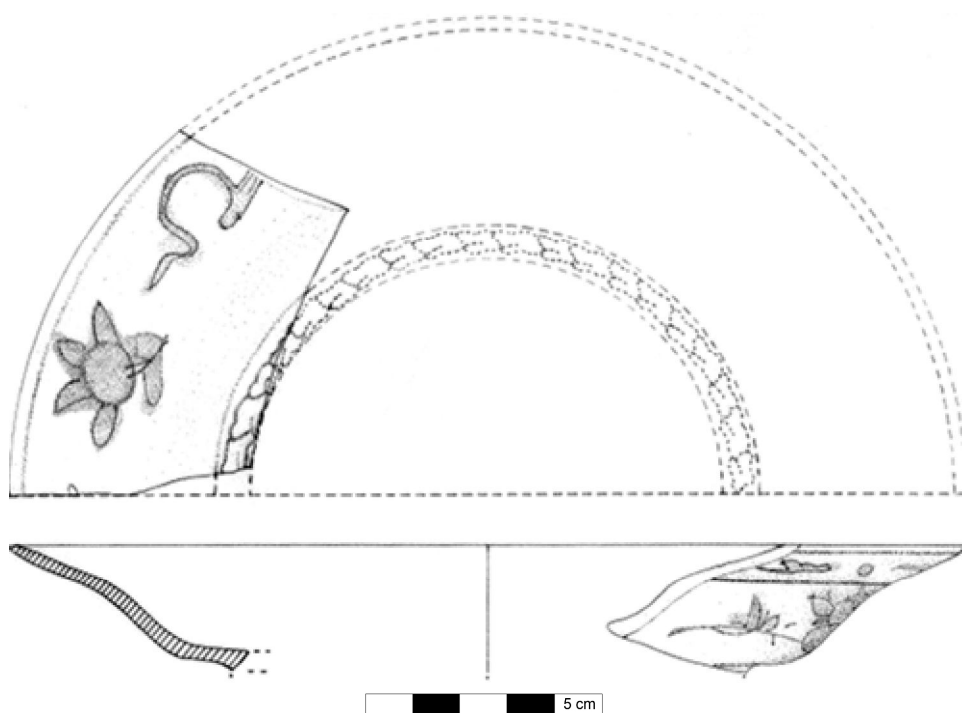
4- MS99/PP/[250]/70 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e arranque de pé. O bordo possui lábio de secção semicircular, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, brilhante, translúcido, que aderiu mal à pasta, em especial na zona do bordo, onde se concentram pequeníssimas bolhas de ar. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto, em três tons, sendo o mais escuro, acinzentado, reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os outros dois, mais claros, sendo um deles acinzentado para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos a aba demarcada do bordo e caldeira por duas linhas circulares contínuas. Foi preenchida com a representação de um pêssego, e parte de uma fita. No reverso, aparece o mesmo esquema de demarcação da aba. Aí encontramos uma flor com uma haste curta e curvilínea rematada por folha estilizada, bem como um círculo. Na caldeira, foi executado um ramo de pessegueiro de com fruto e folhas. Medidas máximas: bordo - 19 cm de diâmetro; 0,2 cm de espessura; aba - 0,25cm de espessura; caldeira - 0,3 de espessura; fundo - 0,3 cm d espessura.

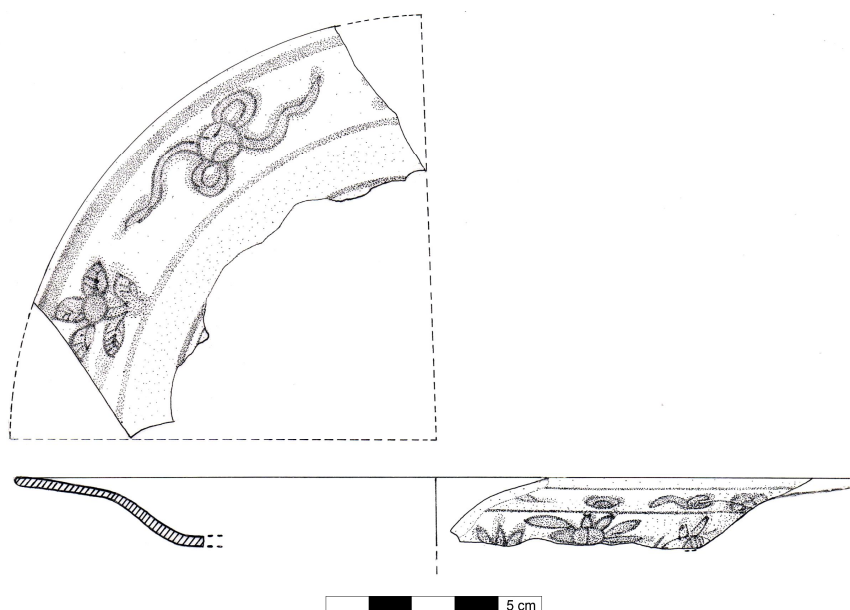
3- MS00/S7/[197]/45 - Fragmento de prato



4- MS99/PP/[250]/70 - Fragmento de prato

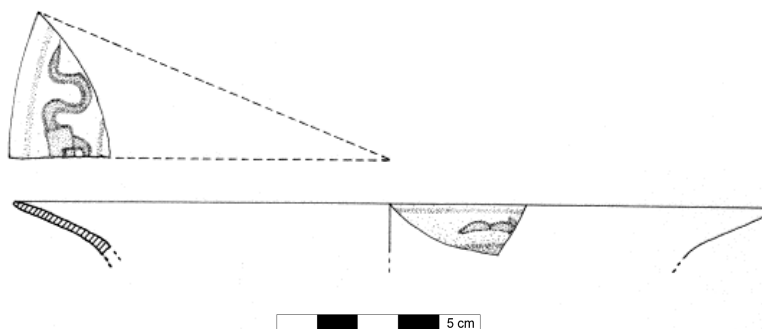


5-MS 99/ S6/[160]/59 - Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo possui lábio de secção semicircular, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, brilhante, translúcido, que aderiu mal à pasta, em especial na zona do bordo, onde se concentram pequeníssimas bolhas de ar. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto, em três tons, sendo o mais escuro, acinzentado, reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os outros dois, mais claros, sendo um deles acinzentado para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos a aba demarcada do bordo e caldeira por duas linhas circulares contínuas. Foi preenchida com a representação de um pêsego, e um dos “Oito Objectos Preciosos”, a pérola, envolta em fitas. No reverso, aparece o mesmo esquema de demarcação da aba. Aí encontramos uma flor com uma haste curta curvilínea rematada por folha estilizada, bem como um círculo. Na caldeira, foi executado um ramo de pessegueiro de com fruto e folhas. Medidas máximas: bordo - 20 cm de diâmetro, 0,25cm de espessura; aba - 0,3cm de espessura; caldeira - 0,35 cm de espessura.

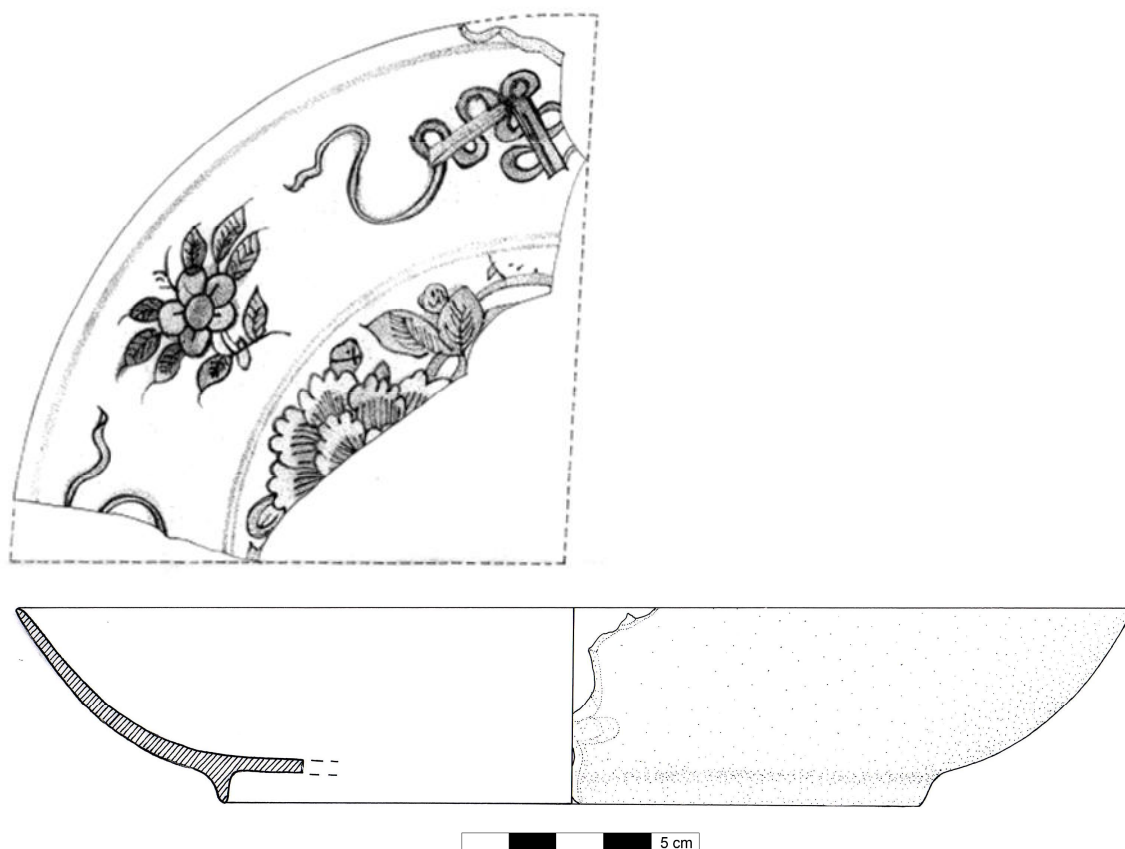
6- MS 99/ S7/[170]/492 - Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo e aba. O bordo possui lábio de secção semicircular afilada, sendo a aba sub-horizontal. A pasta, de porcelana, é fina e depurada e apresenta uma cor

muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, brilhante, translúcido e aderente, com muitas pequeníssimas bolhas de ar. A decorar a peça foi executada uma pintura directamente sobre a pasta e sob o vidrado, em azul de cobalto. Os contornos dos motivos foram elaborados com um traço espesso, de tom azul-escuro, enquanto que o seu interior foi preenchido com uma aguada mais clara. No anverso, na aba, encontramos uma cercadura inscrita entre duas linhas que a demarcam do bordo e da caldeira em que se reconhece um dos “Oito Objectos Preciosos”, o par de livros, envolto em fitas onduladas. No reverso, aparece semelhante esquema de demarcação da aba, na qual se representou um motivo fitomórfico estilizado. Medidas máximas: bordo - 20 cm de diâmetro externo, 0,25 cm de espessura; aba - 0,3 cm de espessura.

7- MS99/S4/[137]/13 Fragmento de prato



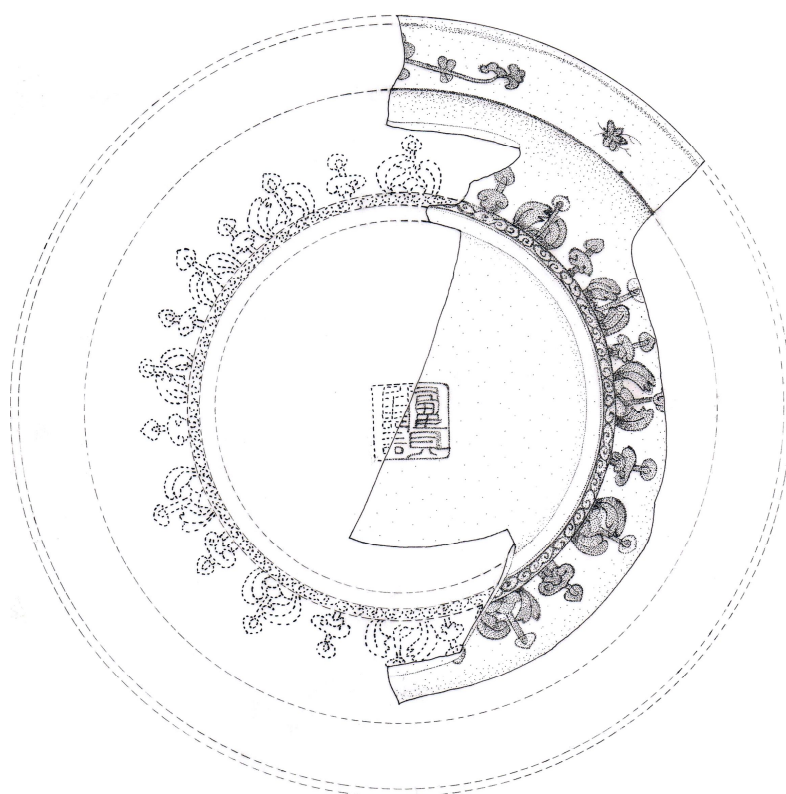
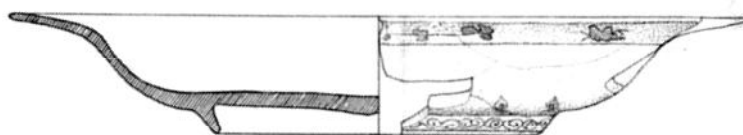
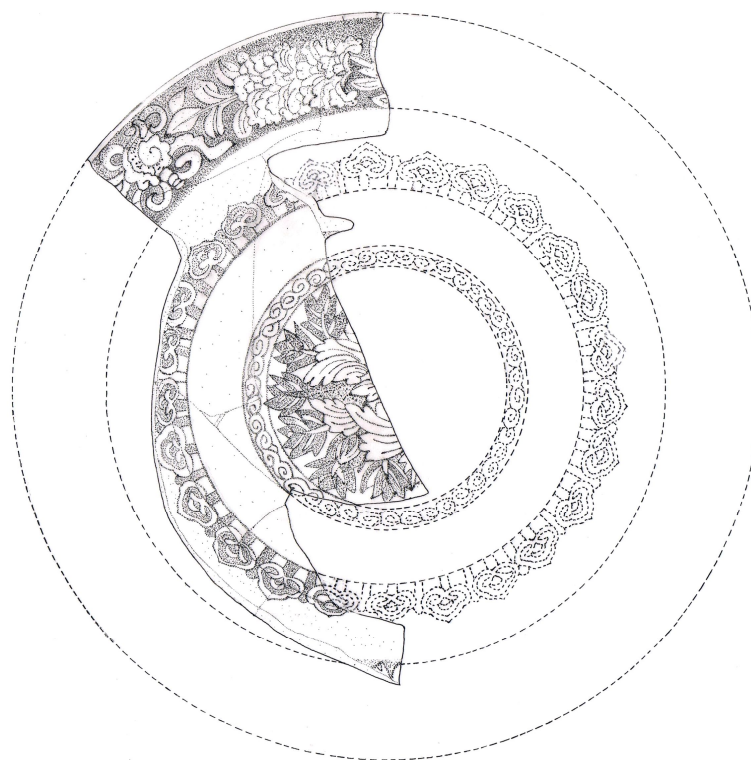
Apresenta porção de bordo, caldeira, pé e fundo. O bordo, subvertical, possui lábio de secção semicircular, ligeiramente afilada. A caldeira apresenta um perfil sub-hemisférico. O pé, anelar, de secção subtriangular, é baixo e vertical. O fundo é plano. A pasta, de porcelana, é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a quase totalidade da peça, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante, translúcido que só deixou livre a extremidade do pé, onde uma linha alaranjada muito ténue assinala a sua paragem e o contacto da pasta com a atmosfera do forno. Para decoração da peça foi executada, directamente sobre a pasta, cuja cor branca lhe serve de fundo, sob o vidrado, uma pintura de azul de cobalto. Os contornos dos motivos decorativos foram pintados com traços espessos com um azul muito escuro,

enquanto que o seu interior, bem como as linhas que demarcam as diferentes zonas da peça foram preenchidas com uma aguada de tons mais claros. No anverso, o bordo foi demarcado por uma linha circular contínua, enquanto que nas caldeiras pintaram-se um atributos dos “Oito Imortais Taoístas”, as castanhetas, enroladas em fitas ondulantes, uma flor de cinco pétalas, pé e folha, reconhecendo-se ainda parte de uma fita ondulante semelhante à que descrevemos. O fundo é demarcado por duas linhas circulares contínuas, representando-se uma peónia, e folhas. Medidas máximas: bordo - 25,5 cm de diâmetro; 0,2 cm espessura; caldeira - 0,53 cm de espessura; fundo - 0,35 cm de espessura; pé - 0,7 cm de altura máxima, 0,4cm de espessura máxima, 16 cm de diâmetro.

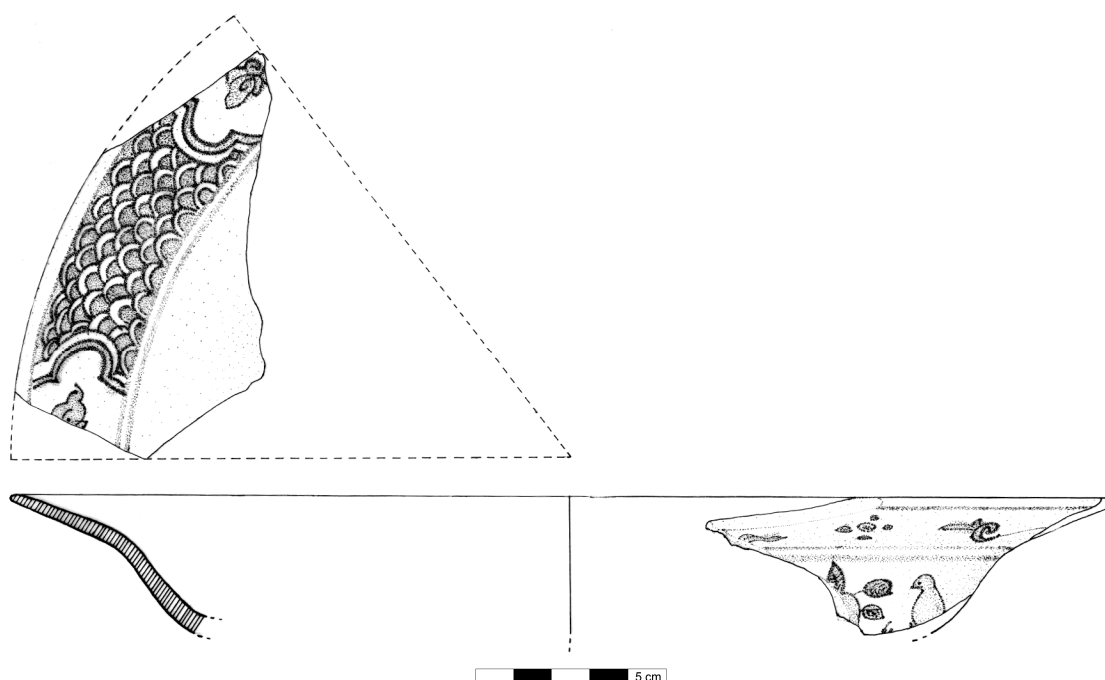
8- MS99/S1B/[29]/1 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba, caldeira, pé e fundo. O bordo possui lábio de secção semicircular, ligeiramente afilada. A aba é sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. O pé, anelar, de secção subtriangular, é baixo e inclinado para o interior. O fundo é plano. A pasta é fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade da peça, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. A decorar a peça, foi elaborada pintura, em tons de azul de cobalto, directamente sobre a pasta, cuja cor branca lhe serve de fundo e sob o vidrado. Os tons variam entre um azul-escuro e um azul claro. O primeiro é reservado aos contornos dos motivos decorativos, executados a traço muito fino, e o segundo ao preenchimento dos mesmos motivos ou do seu fundo, bem como às linhas de demarcação das diferentes zonas da peça, cercadura que delimita medalhão central, bem como símbolo no anverso do fundo. No anverso, na aba, foram representados um dos “Oito Emblemas Budistas” (*ba zhixiang*), a concha (*luo*), envolta de fitas custas enroladas em espiral, bem como um ramo de romanzeira, composto por folhas e flor. Estes motivos foram deixados em branco, pintado-se um fundo azul, formando faixa que demarca a aba do bordo e da caldeira. A demarcar o fundo, pintou-se uma cercadura composta por cabeças de *ruyi* com pé assentes sobre linha circular contínua. No centro foi pintado um medalhão, delimitado por uma cercadura de enrolamentos em espiral encadeados, inscritos entre duas linhas circulares contínuas. No interior do medalhão representou-se um ramo de peónia branca e suas folhas. No anverso, a aba foi demarcada por duas linhas circulares contínuas, sendo representados no interior das quais, um pequeno insecto e um motivo fitomórfico composto por haste e folhas estilizadas que dela brotam. Na caldeira, partindo do pé, foi executada uma cercadura de motivos fitomórficos, com haste central rematada por flor, e duas grandes folhas partindo da base. O pé foi demarcado por uma cercadura, pintada entre duas linhas circulares contínuas com enrolamentos em espiral encadeados. No fundo, ao centro, executou-se a marca *fui gui jia qi* (“belo objecto para alguém rico e nobre”). Medidas máximas: bordo - 30 cm diâmetro, 0,45 cm de espessura máxima; caldeira - 0,5 cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 1,2 cm de altura; 0,8cm de espessura, 13,1cm de diâmetro.

8- MS99/S1B/[29]/1 - Fragmento de prato



9-MS 99/ S2/[78]/43 - Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo, possui lábio de secção semicircular e a aba é sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido, com falhas ao nível do bordo atestando uso. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em dois tons: azul muito escuro para os contornos dos motivos decorativos, e um azul claro para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos a aba demarcada do bordo por uma linha circular contínua, e da caldeira por duas linhas com as mesmas características. O espaço intermédio desenvolve-se um segmento preenchido por um esquema de escamas imbricadas rematado por dois medalhões polilobados, no centro dos quais se encontra uma nuvem. No reverso, vamos encontrar semelhante esquema de linhas a demarcar a aba, na qual se reconhecem um dos “Oito Objectos Preciosos” (*ba bao*), a jóia (*zhao*), bastante esquemática e rodeada por quatro contas, bem como duas folhas estilizadas, a constituir a extremidade de haste de motivo fitomórfico. Na caldeira, são visíveis um ornitomorfo e três folhas associadas a uma flor ou a um fruto. Medidas máximas: bordo - 30 cm de diâmetro; 0,4 cm de espessura; aba - 0,5cm de espessura; caldeira - 0,5cm de espessura.

10- MS99/RS/[230]/3 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo possui lábio de secção semicircular, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos e o mais claro para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos a aba demarcada do bordo e caldeira por duas linhas circulares contínuas. Nela está presente uma cercadura clássica de paisagem lacustre com uma série de finos traços paralelos na zona inferior a representar a água, bem como uma garça e motivos fitomórficos aquáticos. No reverso, aparece semelhante demarcação da aba, onde se reconhece uma flor com uma haste longa curvilínea rematada por folha estilizada. Na caldeira foram executados dois pêssegos. Medidas máximas: bordo - 20 cm diâmetro externo, 0,2 cm de espessura; aba - 0,3cm de espessura; caldeira - 0,3 cm de espessura.

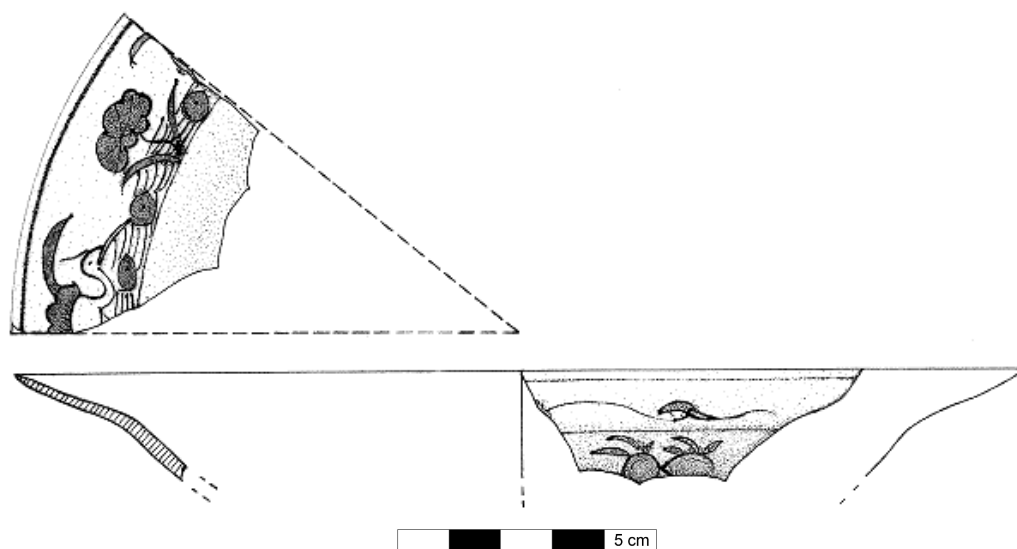
11- MS 99/ S4/[133]/26 - Fragmento de prato

Apresenta porção de caldeira de perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. Para decoração da peça foi executada, directamente sobre a pasta, cuja cor branca lhe serve de fundo, sob o vidrado, uma pintura de azul de cobalto em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os outros dois, mais claros, para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam a caldeira do fundo, ausente. No anverso, encontramos, duas flores de lótus estilizadas, bem como duas linhas circulares contínuas que demarcam esta zona do fundo. No reverso reconhece-se um medalhão circular no qual se inscreve um cavalo a galope. Medidas máximas: 0,6cm de espessura.

12-MS99/ S4/[130]/25 - Fragmento de prato fundo

Apresenta porção de caldeira de perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, pouco brilhante mas translúcido. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os outros dois, mais claro, para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam a caldeira do fundo, ausente. O anverso não apresenta qualquer decoração a não ser uma ínfima porção de uma dessas linhas. No reverso além de uma linha semelhante, reconhece-se um medalhão circular no qual se encontra inscrito um grou, de que só se conhece a asa, dada a fragmentação da peça e uma nuvem. Medidas máximas: 0,6cm de espessura.

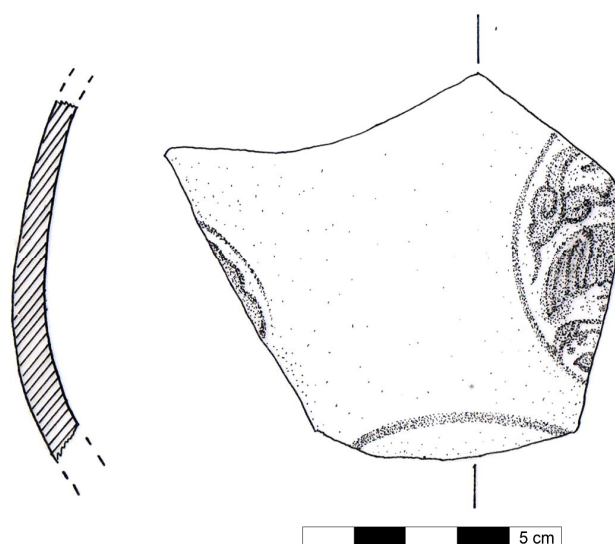
10- MS99/RS/[230]/3 - Fragmento de prato



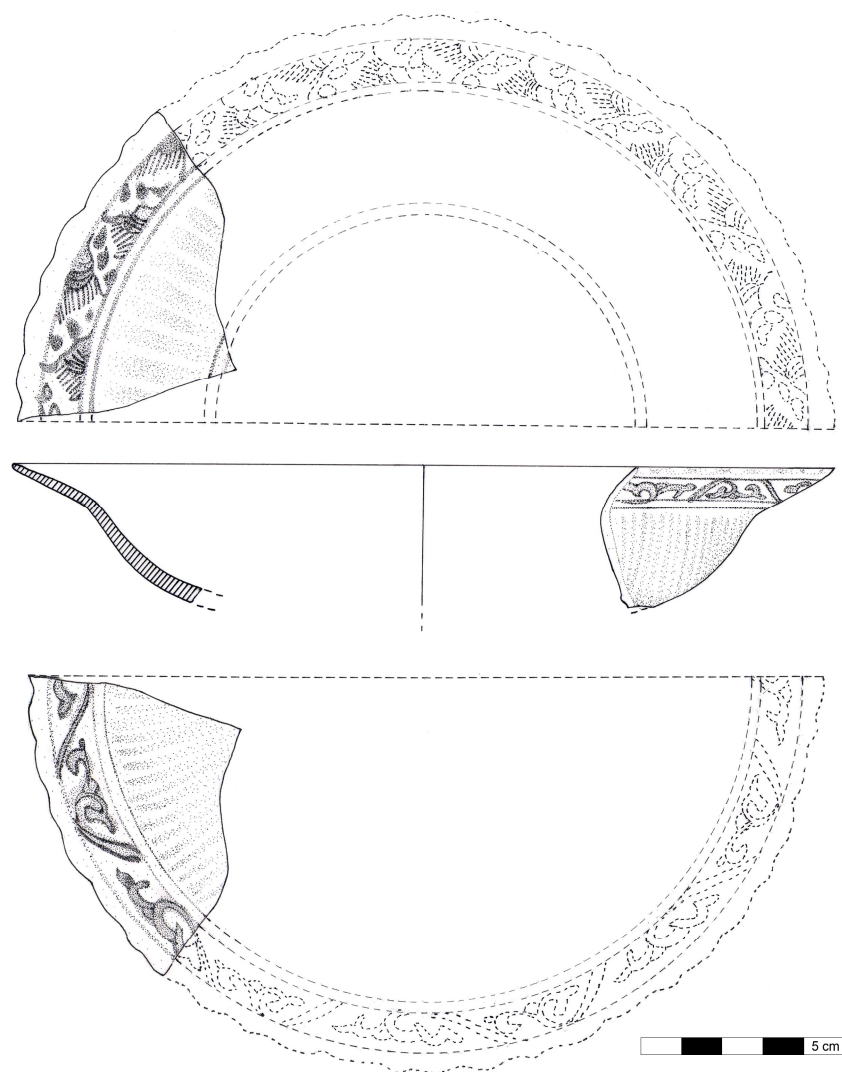
11- MS 99/S4/[133]/26 - Fragmento de prato



12-MS99/ S4/[130]/25 - Fragmento de prato fundo



13- MS99/PP/[250]/71- Fragmento de prato



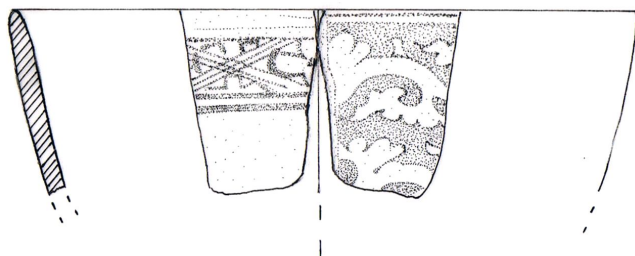
Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo é recortado e possui lábio de secção semicircular, sendo a aba oblíqua. A caldeira apresenta um perfil convexo e caneluras verticais. A pasta é muito fina e depurada, possuindo uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, brilhante, translúcido, que aderiu mal à pasta, em especial na zona do bordo, onde se concentram pequeníssimas bolhas de ar. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto, em dois tons, sendo o mais escuro, acinzentado, reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os outros dois, mais claros, sendo um deles acinzentado para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos a aba demarcada do bordo por uma linha circular contínua, e da caldeira por duas destas. A decorar a aba, foi pintada uma cercadura composta por motivos subtriangulares dispostos de forma alternada, e compostos por linhas onduladas, três pontos e uma série de pequenos traços de número variável. No reverso, aparece o mesmo esquema de demarcação da aba, onde foi representado um enrolamento fitomórfico estilizado. Medidas máximas: bordo - 20 cm de diâmetro; 0,2 cm de espessura; aba - 0,25cm de espessura; caldeira - 0,4 cm de espessura.

14-MS 99/ S7/170/423 - Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta bordo e parede. O bordo é oblíquo, de secção semicircular. A pasta é fina, depurada e muito branca. Revestiu toda a peça um vidrado espesso, brilhante e translúcido e aderente. Para decoração da mesma foi executada, sob o vidrado, no fundo branco da própria pasta, uma fina pintura de azul de cobalto em tons que variam do azul muito escuro acinzentado, reservado aos contornos dos motivos decorativos, a um azul de tom próximo do violeta. Na superfície interna, encontramos sob o bordo a clássica cercadura de motivos geométrico cruciformes de cujas extremidades superior e inferior partem conjuntos de três linhas paralelas que se cruzam no espaço intermédio. Tal cercadura é delimitada por uma linha circular contínua na zona superior e duas idênticas na zona inferior. Na superfície externa vamos encontrar, sob o bordo uma linha azul clara acinzentada, entre duas faixas deixadas em branco. A restante superfície da peça foi pintada a azul que serve de fundo a enrolamentos de flor de lótus estilizados brancos contornados num azul claro acinzentado. Medidas máximas: bordo - 11cm de diâmetro, 0,25cm de espessura; parede - 0,3cm de espessura.

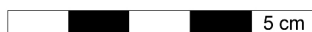
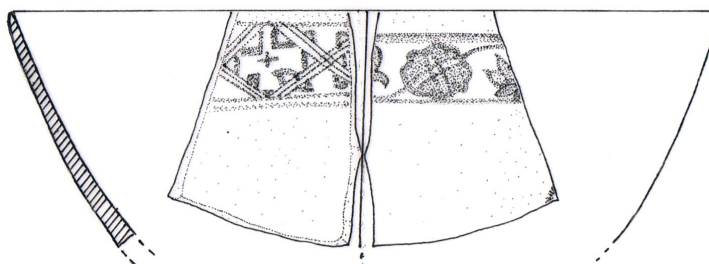
15- MS99/ PP/[250]/ 66 - Fragmento de taça

De perfil troncocónico, apresenta bordo e parede. O bordo é oblíquo, de secção semicircular afilada. A pasta é fina, depurada e muito branca. Revestiu toda a peça um vidrado espesso, brilhante e translúcido, pouco aderente na zona do bordo, onde se concentram pequenas bolhas de ar. É também no bordo que se encontram falhas deste tratamento, o que atesta o uso da peça. Para decoração da mesma foi executada, sob o vidrado, no fundo branco da própria pasta, uma fina pintura de azul de cobalto em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e o tom mais claro para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes zonas da peça. Na superfície interna, encontramos sob o bordo a clássica cercadura de motivos geométrico cruciformes de cujas extremidades superior e inferior partem conjuntos de três linhas paralelas que se cruzam no espaço intermédio. Tal cercadura é delimitada por uma linha circular contínua na zona superior e duas idênticas na zona inferior. Na superfície externa vamos encontrar, sob o bordo, outra cercadura delimitada por duas linhas contínuas e circulares. Nela inscrevem-se uma haste, da qual partem uma folha estilizada, um trevo quadrifólio, bem como uma flor de lótus. Medidas máximas: bordo - 12 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura; parede - 0,4cm de espessura.



14-MS 99/ S7/170/423 -
Fragmento de taça

15- MS99/ PP/[250]/ 66 -
Fragmento de taça



16- MS99/S2/[90]/16 - Fragmento de pote

Apresenta porção de bordo, colo e parede. O bordo, vertical, possui lábio de secção semicircular ligeiramente afilada. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada, oferecendo uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. A decorar a peça encontramos, uma pintura de azul de cobalto executada directamente sobre a pasta, cujo tom branco lhe serve de fundo. Os tons de azul usados nos motivos decorativos são dois: muito escuro para contornos e linhas de demarcação das diferentes zonas da peça, e um outro ligeiramente mais claro para preenchimento dos interiores. O bordo é demarcado por uma linha contínua abaixo da qual, encontramos uma grega. Duas linhas circulares contínuas demarcam o colo da caldeira. Esta é decorada com uma cercadura de cabeças de *ruyi* encadeadas. A superfície interna não possui qualquer decoração. Medidas máximas: bordo - 10 cm de diâmetro externo, 0,4 cm de espessura; colo - 0,45cm de espessura; parede - 0,5cm de espessura.

17- MS 99/S10/[210]/24 - Fragmento de tampa de pote.

Fragmento de tampa de pote. Apresenta encaixe, boca, parede, topo e arranque de pega. O encaixe é alto, de perfil cilíndrico e de secção sub-rectangular. A boca é de lábio extrovertido de secção sub-triangular. A parede tem perfil troncocónico. Foi fabricada numa pasta de grés porcelânico, muito espessa, tendo uma cor bege. Apresenta um vidrado azulado, espesso, brilhante, translúcido, que aderiu mal à pasta, em especial na zona da boca e da parede ao nível da superfície interna, pelo que apresenta muitos poros e fendas. Com algumas manchas ferruginosas e concreções arenosas ao nível da boca, o vidrado revestiu a totalidade da peça, à excepção da extremidade inferior do encaixe, onde uma larga faixa alaranjada assinala a sua paragem e o contacto directo da pasta com atmosfera do forno. A decorar a peça foi executada uma pintura cuidada, directamente sobre a pasta e sob o vidrado, em azul de cobalto. Os contornos dos motivos foram elaborados com um traço espesso, de tom azul-escuro, enquanto que o seu interior foi preenchido com uma aguada ligeiramente mais clara, também usada na execução de linhas que demarcam a boca. A superfície interna não possui qualquer decoração. Na superfície externa encontramos, na boca, duas linhas circulares contínuas a demarcá-la, bem como uma cabeça de *ruyi* e dois dos “Oito Objectos Preciosos”, a jóia (*zhu*) e o losango (*fangsheng*) representados de forma esquemática, todos rodeados por três contas. Na parede, foram representados duas peónias com pé e sete folhas, um dos “Oito objectos Preciosos”, a pedra sonora (*qing*), envolta em fita ondulante (17A) e um motivo que resulta numa composição de dois dos “oito Objectos Preciosos”, a jóia (*zhu*) e o losango (*fangsheng*) representados de forma esquemática e dispostos verticalmente associados a uma haste vertical, contas, e fita ondulante (17B). Na parte superior da parede, a rematar este espaço, foram pintadas duas linhas contínuas, a toda a sua volta. O topo da peça foi demarcado com um esquema de linhas semelhante, tal como acontece no seu centro, havendo semelhante demarcação da pega de que só possuímos o arranque. Além das duas linhas, dispõe-se também no centro uma cercadura composta por cabeças de *ruyi* encadeadas. Medidas máximas: encaixe - 6,7cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura, 3 cm de altura; boca - 11,4 cm de diâmetro, 1,2 cm de espessura; parede - 1,5 cm de espessura.

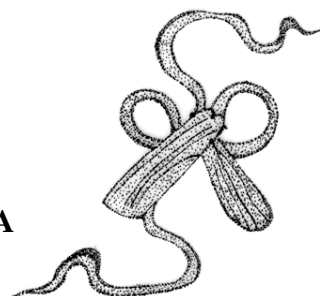
16- MS99/S2/[90]/16 - Fragmento de pote



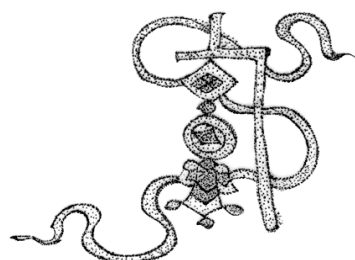
17- MS 99/S10/[210]/24 - Fragmento de tampa de pote.



17A

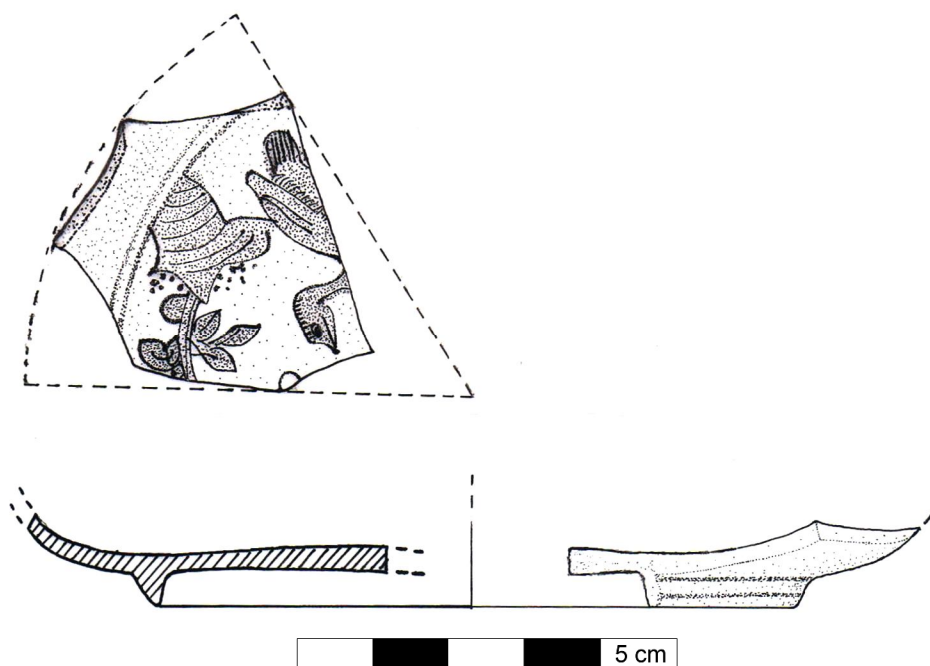


17B



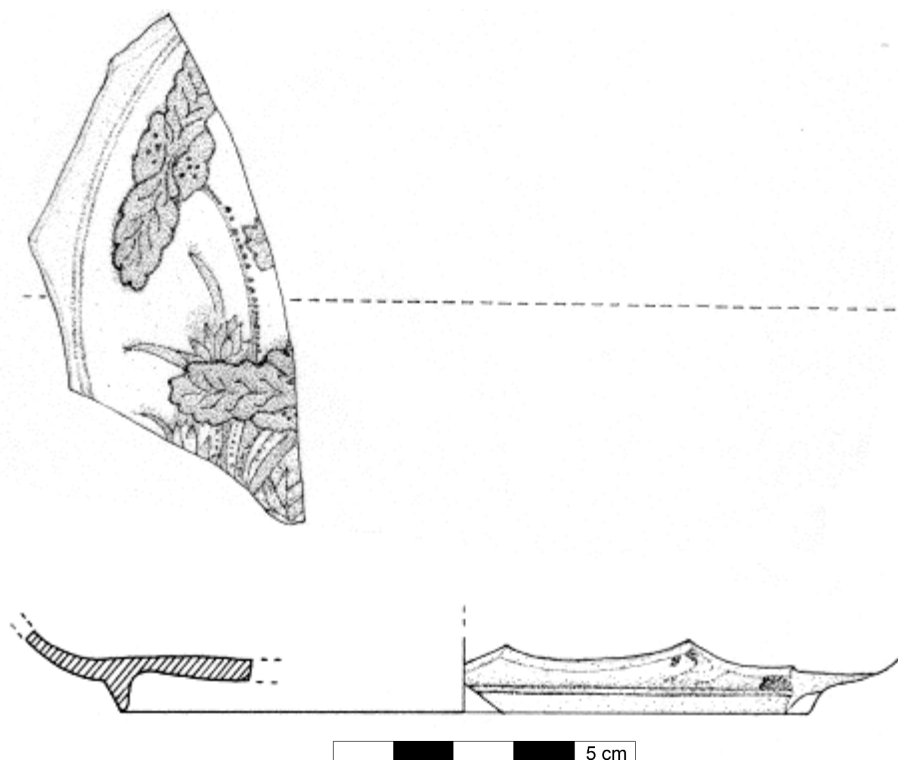
3.3- Segunda metade século XVI: Dinastia Ming, fins do reinado de Jiajing (1522-1566), reinado de Longqing (1567-1572, inícios do reinado de Wanli (1573-1619)

18-MS99/ S2/[90]/12 - Fragmento de prato



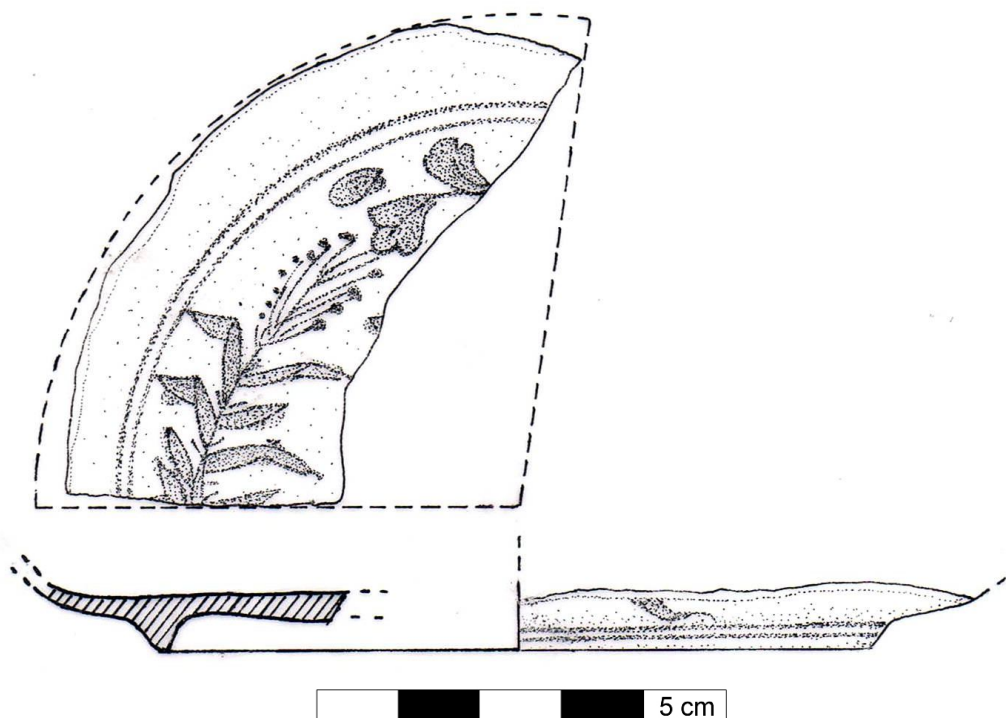
Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. A caldeira tem um perfil convexo. O fundo apresenta ligeira convexidade. Na superfície externa do fundo são visíveis estrias concêntricas e radiais resultantes da acção de rotação do torno. O pé, de secção sub-triangular, é baixo e delgado, anelar e ligeiramente inclinado para o interior. A pasta muito fina e depurada apresenta uma cor muito branca. Um vidrado pouco espesso, aderente, brilhante, translúcido e ligeiramente azulado revestiu a peça à excepção da extremidade do pé, onde uma linha alaranjada muito ténue assinala a sua paragem e o contacto da pasta com a atmosfera do forno. Aqui, tal como na superfície externa do fundo aparecem imperfeições que dão um aspecto irregular ao vidrado. No anverso, na zona do fundo, o vidrado encontra-se um pouco riscado atestando utilização. A decorar esta peça foi executada directamente sobre a pasta, cuja cor branca serve de fundo, uma pintura de azul de cobalto em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os mais claros para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, vamos encontrar o fundo demarcado por duas linhas circulares contínuas, dentro das quais se inscrevem um gancho, motivos fitomórficos de que se reconhecem as folhas e um pequeno rochedo. No reverso como decoração aparecem apenas duas linhas contínuas circulares a demarcar o pé. Medidas máximas: caldeira - 0,3cm de espessura; fundo - 0,43 cm de espessura; pé - 8 cm de diâmetro, 0,35 cm de espessura, 0,45 cm de altura.

19-MS99/S6/[160]/12 - Fragmento de prato



Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. A caldeira apresenta um perfil convexo. O fundo é ligeiramente convexo e, na superfície externa, são visíveis estrias concêntricas e radiais resultantes da acção de rotação do torno. O pé, baixo, é anelar e de secção sub-triangular, inclinando-se ligeiramente para o interior, possuindo algumas concreções arenosas. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. Um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido revestiu toda a peça à excepção da extremidade inferior do pé, onde uma linha alaranjada resultante do contacto directo da pasta com a atmosfera do forno, assinala a sua paragem. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, mais claro para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos o fundo demarcado por duas linhas contínuas circulares, desenvolvendo-se uma decoração fitomórfica, constituída por uma planta de lótus com flor, bem como outros motivos fitomórficos aquáticos de compridos caules e largas folhas. No reverso, a caldeira oferece um motivo, que dado o estado de fragmentação da peça, não foi possível reconhecer. Aparecem a demarcar o pé, duas linhas contínuas e circulares. Medidas máximas: caldeira - 0,3cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura; pé - 12 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura, 0,5 cm de altura.

20-MS 99/ S7/[170]/ 41 - Fragmento de prato



Fragmento de prato. Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. A caldeira apresenta um perfil convexo. O fundo é ligeiramente convexo e, no anverso, são visíveis estrias concêntricas e radiais resultantes da acção de rotação do torno. O pé, baixo, é anelar e de secção subtrianagular, inclinando-se ligeiramente para o interior, possuindo algumas concreções arenosas. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. Um vidrado revestiu toda a peça à excepção da extremidade inferior do pé, onde uma linha alaranjada resultante do contacto directo da pasta com a atmosfera do forno, assinala a sua paragem. É espesso, brilhante e translúcido, aderindo mal em certas zonas da peça, onde se desenvolvem pequenas bolhas de ar. Para decoração da peça foi executada, com traços muito finos, sob o vidrado, no fundo branco da própria pasta, uma pintura de azul de cobalto em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e o mais claro para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos o fundo demarcado por duas linhas contínuas circulares, no interior das quais foi pintada uma paisagem aquática com juncos entre outras espécies desse tipo de flora. No reverso, encontra-se, na caldeira, a extremidade de um motivo fitomórfico, muito possivelmente, uma folha estilizada e aparecem a demarcar o pé, duas linhas contínuas e circulares. Medidas máximas: caldeira - 0,2cm de espessura; fundo - 0,3cm de espessura; pé - 8 cm diâmetro, 0,3 cm de espessura, 0,2 cm de altura.

21-MS99/S4/[130]/39 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo, recortado em forma de chaveta, possui lábio de secção semicircular afilada, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos e linhas que demarcam as diferentes zonas da peça, e outros, mais claros, para preenchimento dos seus interiores. No anverso, encontramos o bordo demarcado por uma linha em forma de chaveta a acompanhar o seu recorte. Na aba está presente uma decoração constituída por ornitomorfo, linhas curvilíneas a representar o solo e três motivos fitomórficos. No reverso, aparece a demarcar o bordo, linha semelhante á do anverso, bem como uma linha circular contínua a demarcar aba da caldeira. Reconhecem-se, na aba, uma folha estilizada, a constituir remate de haste de motivo fitomórfico. Na caldeira foi pintado um motivo que não podemos identificar, devido à fragmentação da peça. Medidas máximas: bordo - 20 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 0,3cm de espessura; caldeira - 0,2cm de espessura.

22-MS99/ PP/[250]/69 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo possui lábio de secção semicircular, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, a traços muito finos, uma pintura de azul de cobalto em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os mais claros para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos a aba demarcada do bordo e caldeira por duas linhas circulares contínuas. Aí reconhecem-se um rochedo rodeado de vários motivos fitomórficos. No reverso, aparece semelhante demarcação da aba, tendo sido aí executada a pintura um ramo de ameixeira como que a nascer do bordo. Medidas máximas: bordo - 19 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 0,25cm de espessura; caldeira - 0,3 cm.

23-MS 99/ S4/[130]/30 - Fragmento de prato

Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo, recortado em forma de chaveta, possui lábio de secção semicircular, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, pouco brilhante mas translúcido. Os seus danos ao nível do bordo e arranque da caldeira, com a sua superfície riscada, atestam uma intensa utilização da peça. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os outros dois, mais claros, para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, encontramos o bordo demarcado por uma linha em forma de chaveta a acompanhar o seu recorte, bem como uma linha contínua e circular a demarcar a aba da caldeira. Na aba foram representados um pagode, rochedos e uma embarcação. No reverso, ambas as linhas que demarcam o bordo e a aba são contínuas e circulares. Na aba foi pintado, de forma estilizada, um dos “Oito Objectos Preciosos”, o losango, rodeado de quatro pequenas contas. A decorar a

caldeira encontramos um motivo fitomórfico, que, dado o estado de fragmentação da peça, não é possível identifica. Medidas máximas: bordo - 20 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 0,4cm de espessura; caldeira - 0,4cm de espessura.

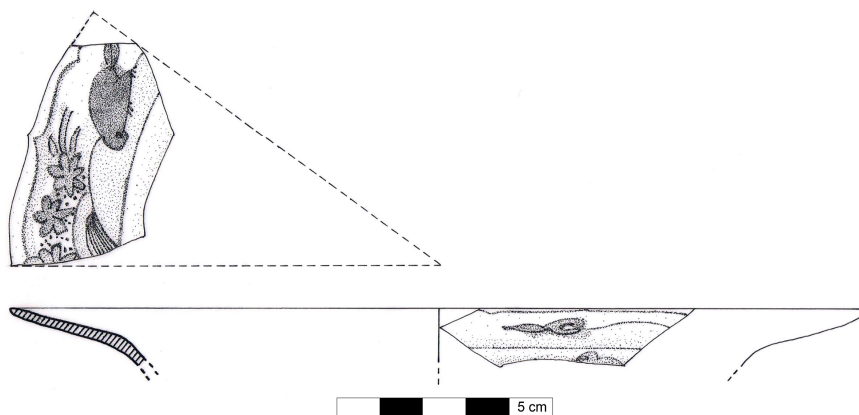
24- MS99/S10/[210]/ 36-Fragmento de prato

Apresenta porção caldeira, fundo e pé. A caldeira apresenta um perfil convexo. O fundo é plano. O pé, baixo, anelar, tem perfil afilado e inclina-se para o interior. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a quase totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, pouco aderente, pouco brilhante e pouco translúcido, com muitas pequenas bolhas de ar, bem como riscos resultantes da sua utilização. Na extremidade do pé, com muitas concreções arenosas, não foi aplicado vidrado, pelo que tomou uma coloração alaranjada resultante do contacto directo entre a pasta e a atmosfera do forno. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto acinzentado em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os mais claros para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam o fundo. Essa função, têm, no anverso, duas linhas circulares e concêntricas. No fundo, encontramos o segundo plano de uma paisagem, representado o seu horizonte, onde se avistam uma montanha com pinheiros, bem como um pagode. No reverso, demarcam o pé semicírculos encadeados entre duas linhas contínuas e circulares. Medidas máximas: caldeira - 0,8 cm de espessura; fundo 0,7cm de espessura; pé - 11 cm de diâmetro, 0,9cm de altura, 0,7 cm de espessura.

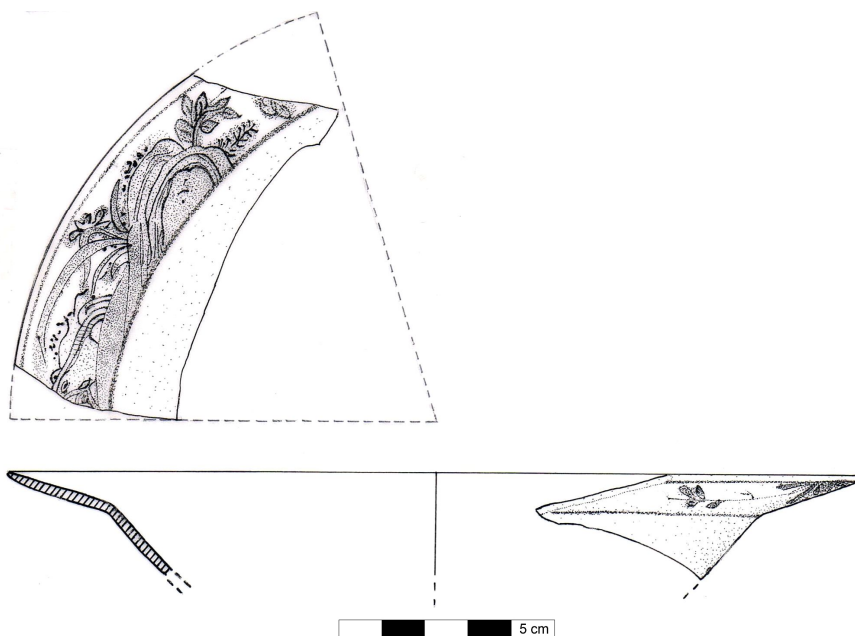
25-MS99/RS/[230]/2 - Fragmento de taça ou prato

Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. A caldeira tem um perfil convexo. O fundo apresenta ligeira convexidade. Na superfície externa do fundo são visíveis estrias radiais resultantes da acção de rotação do torno. O pé é baixo e delgado, anelar e ligeiramente inclinado para o interior. A pasta muito fina e depurada apresenta uma cor muito branca. Um vidrado espesso, aderente, brilhante, translúcido e ligeiramente azulado revestiu a peça à excepção da extremidade do pé, onde uma linha alaranjada muito ténue assinala a sua paragem e o contacto da pasta com a atmosfera do forno. No anverso na zona do fundo, o vidrado encontra-se um pouco riscado atestando utilização. A decorar esta peça foi executada directamente sobre a pasta, cuja cor branca serve de fundo, uma pintura de azul de cobalto em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os mais claros para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam as diferentes partes da peça. No anverso, vamos encontrar o fundo demarcado por duas linhas circulares contínuas, dentro das quais se inscrevem um pagode e um motivo que não conseguimos identificar dado o estado de fragmentação da peça. No reverso como decoração aparecem apenas duas linhas contínuas circulares a demarcar o pé. Medidas máximas: caldeira - 0,6cm de espessura; fundo - 0,4 cm de espessura; pé - 9 cm de diâmetro, 0,45 cm de espessura, 0,8 cm de altura.

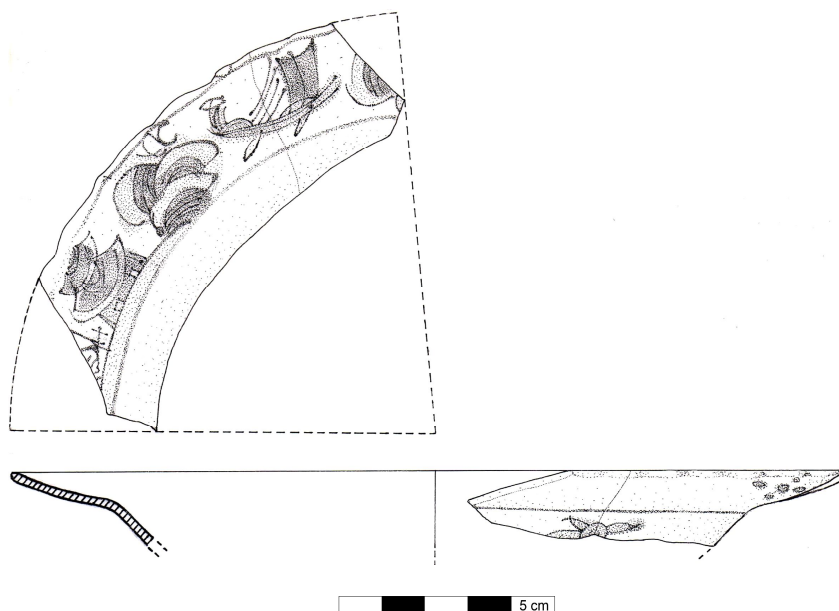
21-MS99/S4/[130]/39 - Fragmento de prato



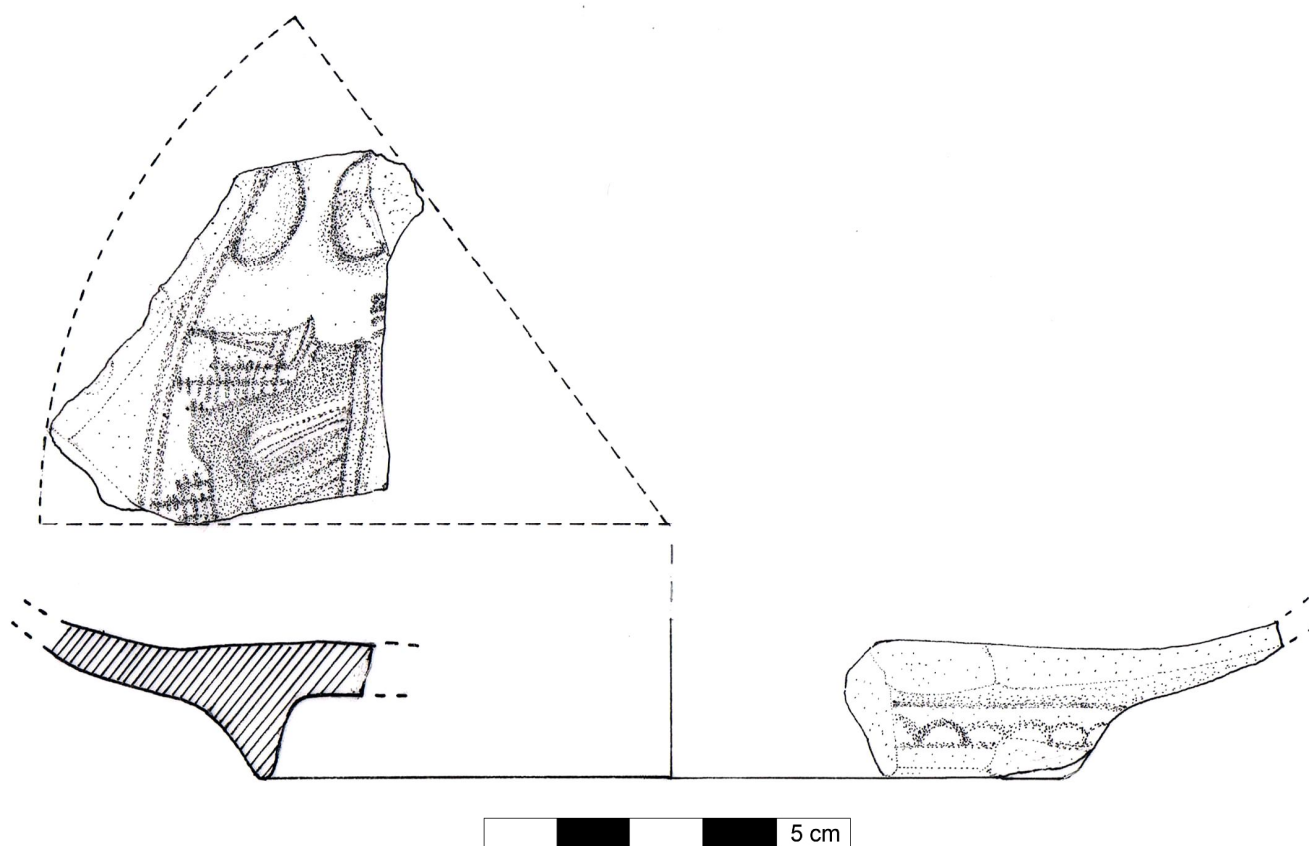
22-MS 99/ PP/[250]/ 69 - Fragmento de prato



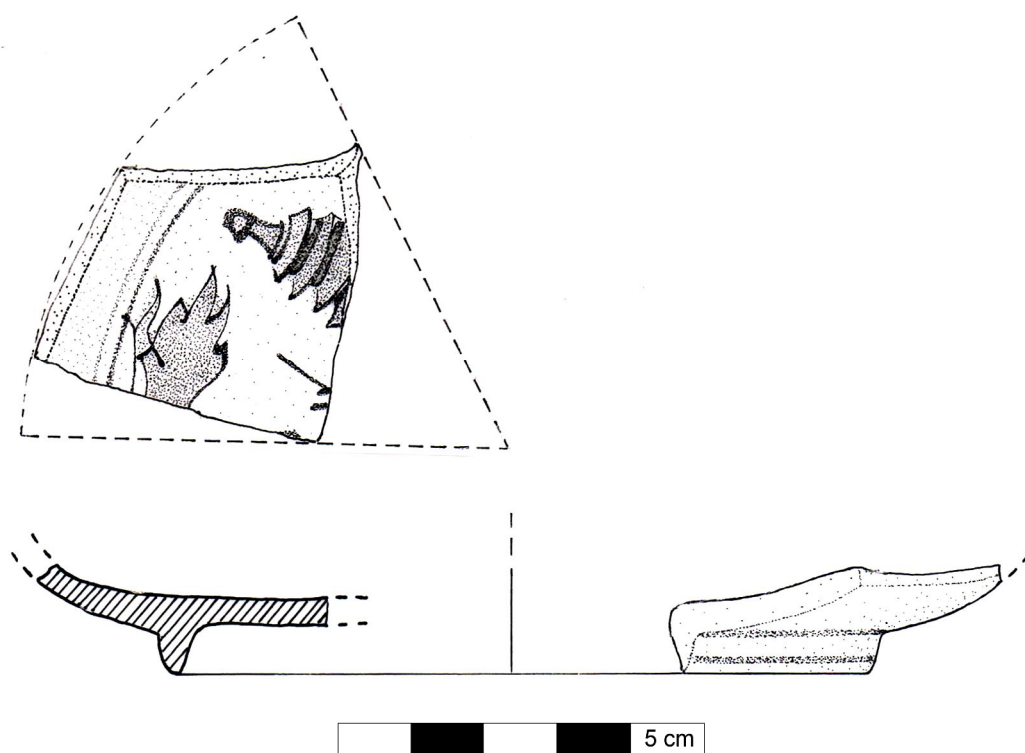
23-MS 99/ S4/[130]/30 - Fragmento de prato



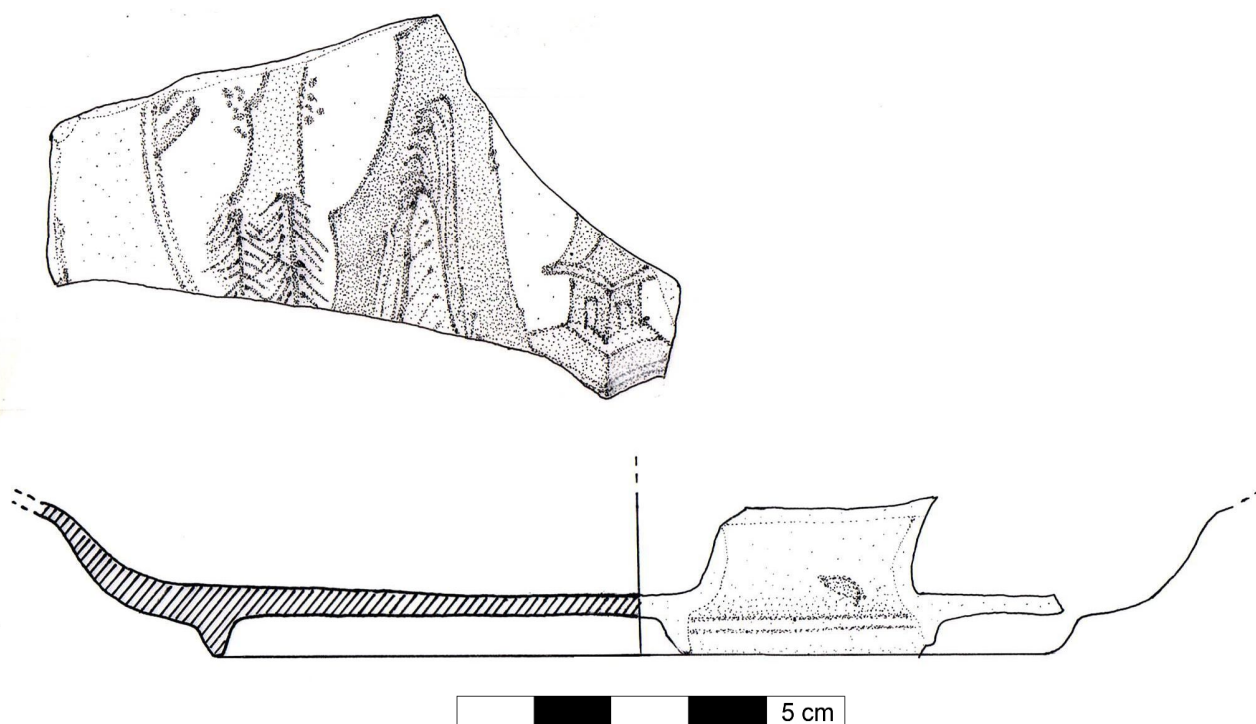
24- MS99/S10/[210]/36-Fragmento de prato



25-MS99/RS/[230]/2 - Fragmento de taça ou prato

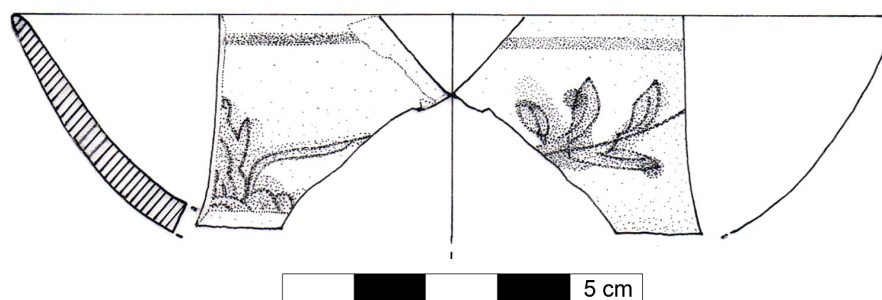


26-MS99/PP/[250]/64 - Fragmento de prato



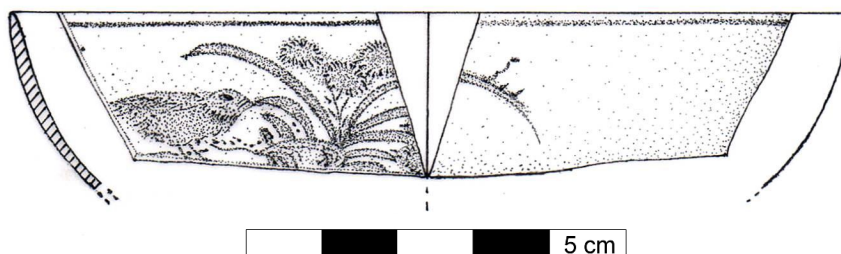
Apresenta porção de aba, caldeira, fundo e pé. Da aba regista-se apenas o seu arranque. A caldeira apresenta um perfil convexo. O fundo é ligeiramente plano e, na superfície externa, são visíveis estrias concêntricas e radiais resultantes da acção de rotação do torno. O pé, baixo, é anelar e de perfil afilado, inclinando-se ligeiramente para o interior. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. Um vidrado revestiu toda a peça à excepção da extremidade inferior do pé. É espesso, aderente, e translúcido, tendo perdido o brilho devido à intensa utilização a que a peça foi submetida, como atesta a superfície riscada no fundo, em contraste com outras zonas da peça, mais recônditas que ainda conservam o seu brilho original. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os tons mais claros para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam o fundo. No anverso, encontramos o fundo demarcado por duas linhas contínuas circulares. O centro do prato é preenchido com a representação de uma paisagem onde se reconhecem uma montanha, dois pinheiros e um pagode. No reverso, aparece a demarcar a aba uma linha contínua e circular. Na caldeira foi executada uma conta. Demarcam pé, duas linhas contínuas e circulares. Medidas máximas: aba - 0,3 cm de espessura; caldeira - 0,3cm de espessura; fundo 0,5 cm de espessura; pé - 11 cm de diâmetro, 0,4 cm de espessura; 0,5 cm de altura.

27- MS99/S2/[78]/6 - Fragmento de taça



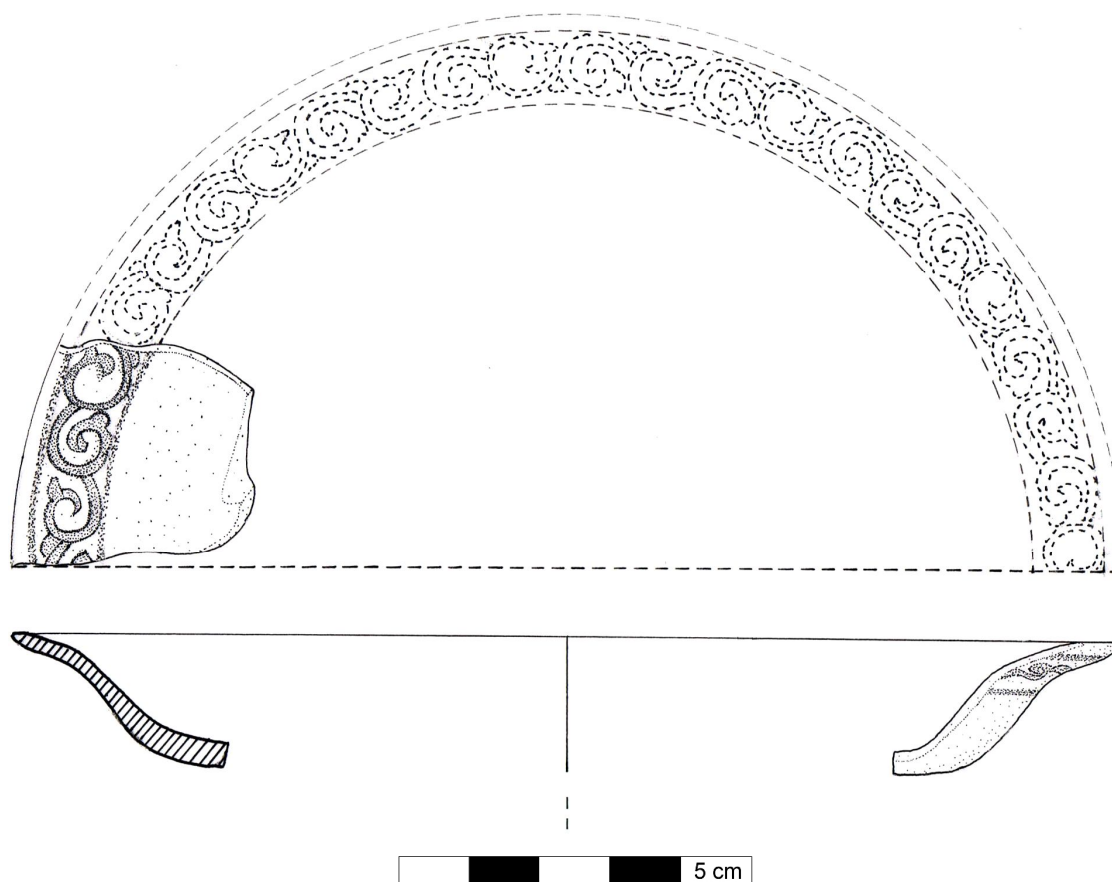
Apresenta porção de bordo e parede. O bordo é de secção semicircular. A caldeira tem um perfil sub-hemisférico. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente e translúcido. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, a traços muito finos, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto, em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, mais claro para preenchimento dos seus interiores e para a linha que demarca o bordo. As pinceladas, rápidas fizeram com que o preenchimento extravasasse os contornos. Na superfície interna, sob uma linha circular contínua que demarca o bordo, encontramos parte de um motivo fitomórfico. Na superfície externa, o bordo apresenta linha semelhante e na parede reconhece-se um outro motivo fitomórfico. Medidas máximas: bordo 12,5 cm de diâmetro, 0,3 cm de espessura.

28-MS99/S10/[210]/200 - Fragmento de taça



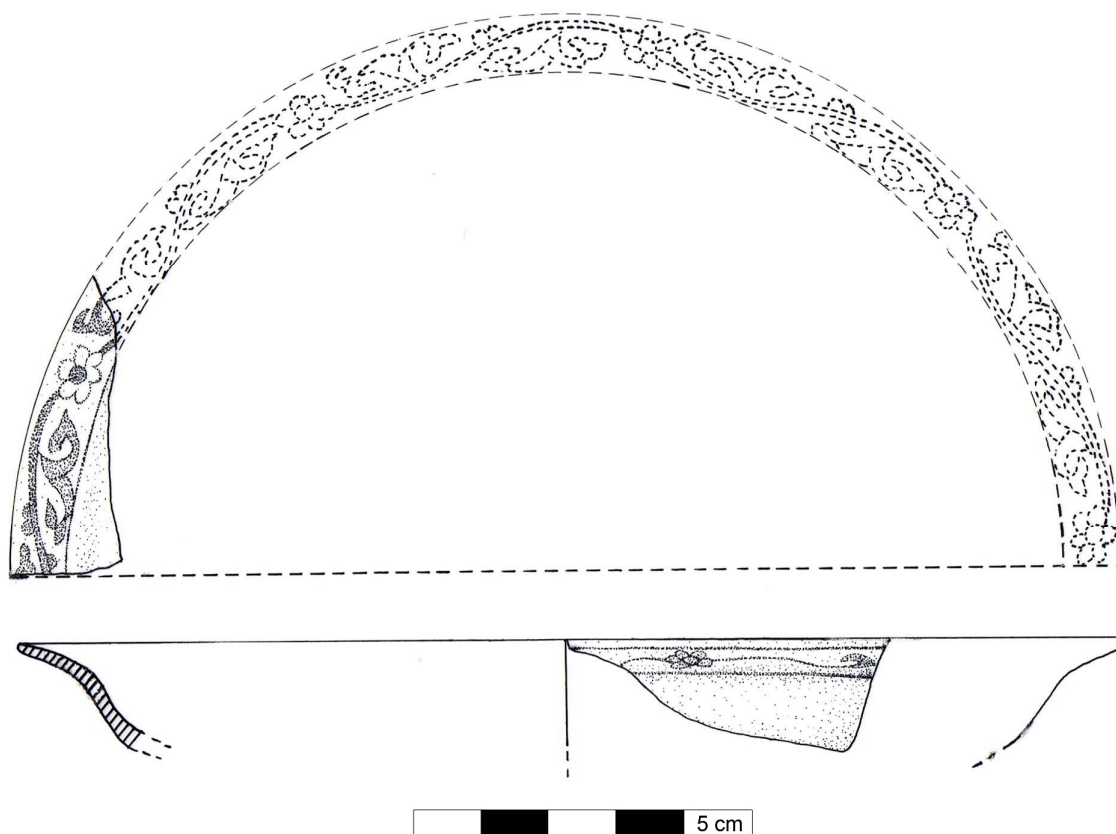
Apresenta porção de bordo e parede. O bordo é vertical, de secção semicircular. A caldeira tem um perfil sub-hemisférico. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente e translúcido. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, a traços muito finos, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto, em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, mais claro para preenchimento dos seus interiores e para as linhas que demarcam o bordo. As pinceladas, rápidas fizeram com o preenchimento, por vezes, extravasasse os contornos. Na superfície interna, sob uma linha circular contínua que demarca o bordo, encontramos parte de uma cercadura, onde se encontram um motivo ornitomórfico, bem como motivos fitomórficos, compostos por flores e folhas alongadas e ainda um rochedo. Na superfície externa reconhece-se um ramo seco. Medidas máximas: bordo - 11 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura.

29- MS99/S10/[210]/202-Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo possui lábio de secção semicircular afilada, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, translúcido e aderente. A decorar a peça foi executada uma pintura de directamente sobre a pasta e sob o vidrado, em azul de cobalto. Os contornos dos motivos foram elaborados com um traço muito fino, de tom azul muito escuro, enquanto que o seu interior foi preenchido com uma aguada, mais clara, aplicada em pinceladas rápidas que chega a ultrapassar os contornos. No anverso, na aba, encontramos uma cercadura inscrita entre duas linhas que a demarcam do bordo e da caldeira composta por um enrolamento fitomórfico estilizado. No reverso, aparece semelhante esquema de demarcação da aba, onde se reconhece uma haste curvilínea rematada por folha estilizada. Medidas máximas: bordo - 14 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 0,3cm de espessura; caldeira - 0,3 cm de espessura.

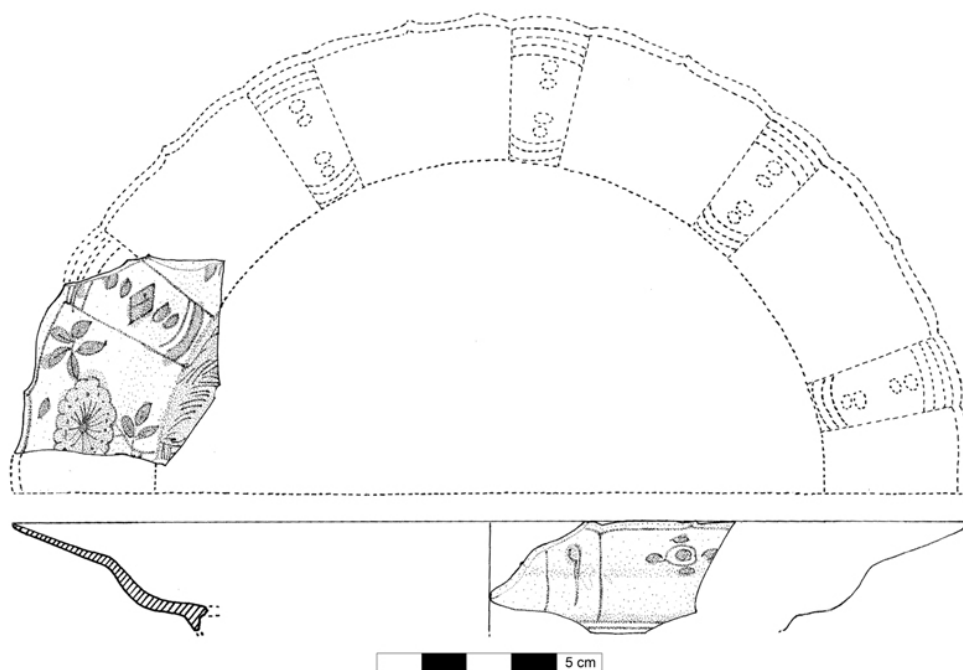
30-MS99/PP/[250]/65 - Fragmento de prato



Apresenta porção de bordo, aba e caldeira. O bordo possui lábio de secção semicircular afilada, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, translúcido e aderente. A decorar a peça foi executada uma pintura de directamente sobre a pasta e sob o vidrado, em azul de cobalto. Os contornos dos motivos foram elaborados com um traço muito fino, de tom azul muito escuro, enquanto que o seu interior foi preenchido com uma aguada, mais clara. No anverso, na aba, encontramos uma cercadura inscrita entre duas linhas que a demarcam do bordo e da caldeira composta por um enrolamento fitomórfico estilizado, no qual se encontra uma flor de cinco pétalas. No reverso, aparece semelhante esquema de demarcação da aba, onde se reconhece o mesmo tema decorativo, numa versão mais simples. Medidas máximas: bordo - 15,6 cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 0,25cm; caldeira - 0,25 cm de espessura.

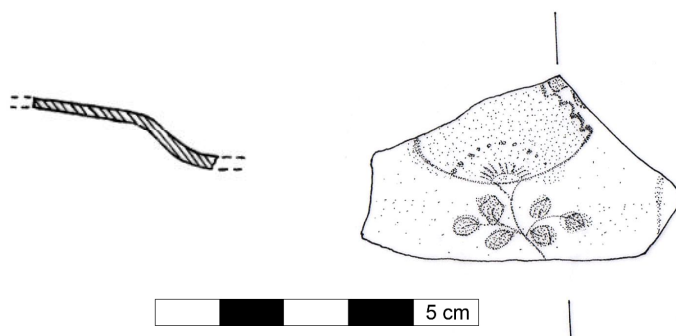
3.4 – Dinastia Ming, reinado de Wan Li (1572-1619)

31-MS99/S10/[210]/18 - Fragmento de prato



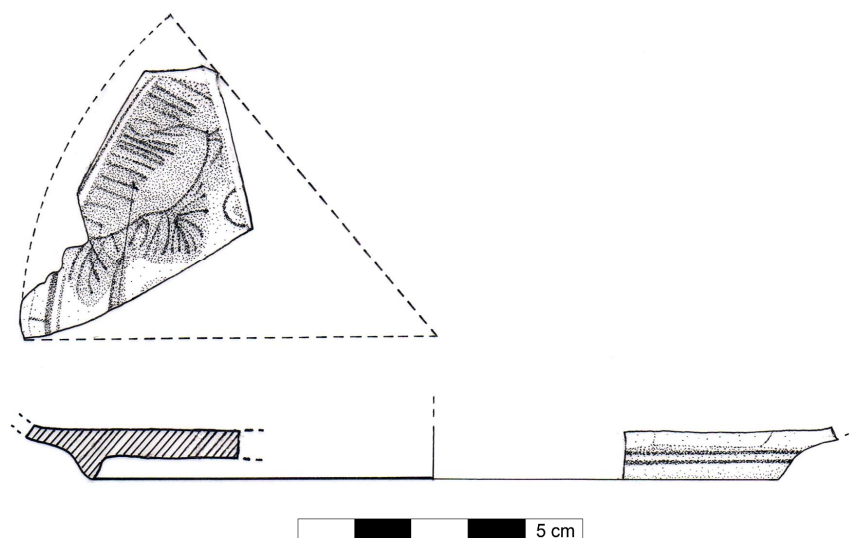
Apresenta porção de bordo, aba, caldeira, fundo e pé. O bordo, recortado em forma de chave, possui lábio de secção semicircular, sendo a aba sub-horizontal. A caldeira apresenta um perfil convexo. O fundo é plano. O pé, baixo, anelar, é de perfil afilado e ligeiramente inclinado para o interior. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vitrado espesso, aderente, brilhante e translúcido, com reduzidíssimas marcas de uso. Para decoração da peça foi executada, sob o vitrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, mais claro para preenchimento dos seus interiores. No anverso, encontramos a aba e a caldeira decoradas constituindo unidade compartimentada num painel grande e numa banda, mais estreita. No painel encontramos uma flor, a “glória da manhã” e folhas. Na banda, encontramos um dos “Oito Objectos Preciosos”, o losango no meio de quatro contas dispostas verticalmente. O fundo é demarcado por linha circular contínua, e é preenchido por aquilo que parece ser o solo numa representação de paisagem. No reverso, o mesmo esquema de compartimentação é usado. Assim, no painel maior, encontramos a pérola, “Um dos Oitos Objectos Preciosos”, rodeada por quatro contas, de forma bastante esquemática, enquanto que na banda foi representado de forma esquemática e alongada um cogumelo sagrado, o *lingzhi*. O pé é demarcado por duas linhas circulares, contínuas. Medidas máximas: bordo - 23 cm de diâmetro externo; 0,2 cm de espessura; aba - 0,3cm; caldeira - 0,3cm; fundo - 0,3 cm de espessura; pé - 9cm de diâmetro, 0,4cm de altura, 0,7 cm de espessura.

32- MS99/S3/[105]/195 - Fragmento de prato



Apresenta porção de aba e caldeira. A aba é ligeiramente inclinada e a caldeira apresenta um perfil convexo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em três tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, mais claro para preenchimento dos seus interiores. No anverso, encontramos a aba e a caldeira decoradas, constituindo unidade compartimentada num painel grande e numa banda, mais estreita, da qual apenas temos pequena porção. No painel encontramos uma flor, com pé e folhas. No reverso, o mesmo esquema de compartimentação é usado. Assim, no painel maior, encontramos a pérola, “Um dos Oitos Objectos Preciosos”, rodeada por quatro contas, de forma bastante esquemática. Medidas máximas: aba - 0,2 cm de espessura; caldeira - 0,3cm de espessura

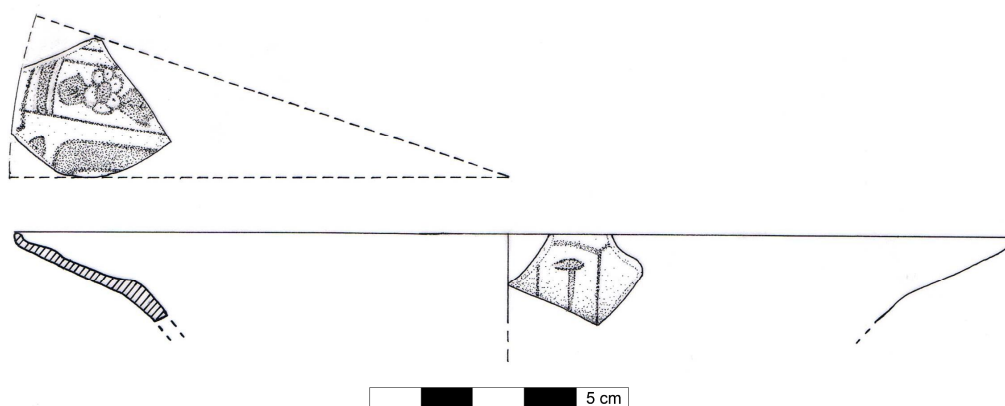
33-MS99/ S4/[130]/29 - Fragmento de prato



Apresenta porção de caldeira, fundo e pé. A caldeira apresenta um perfil convexo. O fundo é plano. O pé, baixo, é anelar e de secção subtriangular, inclinando-se ligeiramente para o interior, possuindo algumas concreções arenosas. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. Um vidrado azulado espesso, aderente, brilhante, mas pouco translúcido revestiu toda a peça à excepção da extremidade inferior do pé, onde uma linha alaranjada resultante do contacto directo da pasta com a atmosfera do forno, assinala a sua paragem. Para decoração da peça

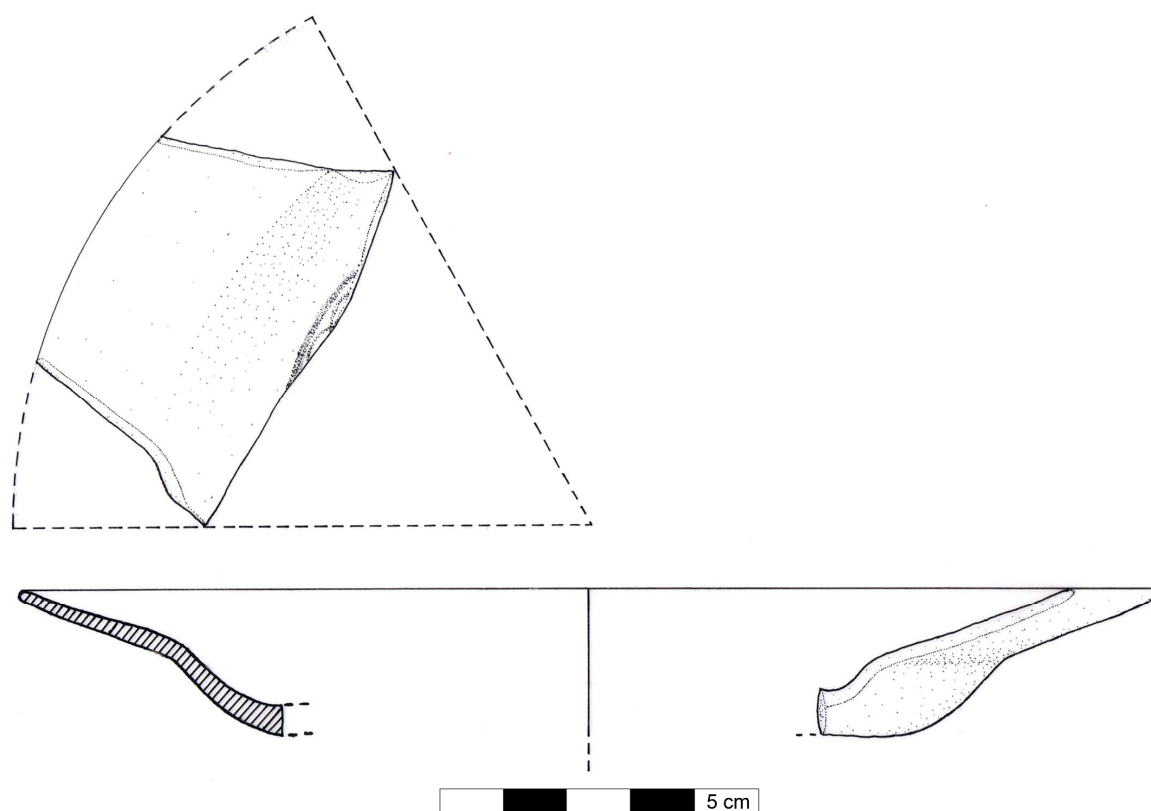
encontramos uma pintura de traços finos, ultrapassando-se os contornos dos motivos. Foi executada directamente sobre a pasta e sob o vidrado, em azul de cobalto em fundo branco, com tons acinzentados sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos demarcação das diferentes zonas da peça, e o mais claro para preenchimento dos seus interiores. No anverso, encontramos na caldeira, muito residual, vestígios de painel de compartimentação da decoração desta zona e da aba. O fundo demarca-se por uma linha contínua circular, reconhecendo-se uma decoração fitomórfica e um rochedo. No reverso, aparecem a demarcar o pé, duas linhas contínuas e circulares. Medidas máximas: caldeira - 0,3cm de espessura; fundo - 0,5 cm de espessura; pé 12 cm de diâmetro, 0,5 cm de espessura, 0,5 cm de altura.

34-M99/S4/[130]/354 - Fragmento de prato



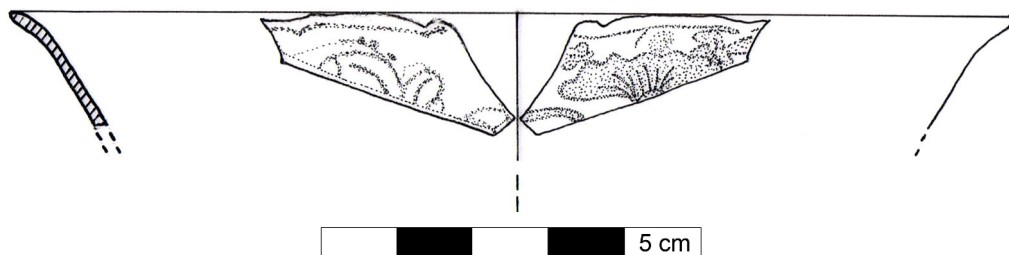
Apresenta porção de bordo, aba e arranque de caldeira. O bordo possui lábio de secção semicircular e eleva-se acima da aba, sendo esta sub-horizontal com caneluras verticais largas e pouco acentuadas. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. A decorar a peça foi executada uma pintura cuidada em azul de cobalto, directamente sobre a pasta cuja cor branca lhe serve de fundo, e sob o vidrado. Para as linhas de demarcação das diferentes zonas da peça e os contornos dos motivos decorativos, usou-se um tom azul-escuro aplicado em traços finos, enquanto que o seu interior foi preenchido com uma aguada que chega a ultrapassar os contornos, que varia entre um tom mais escuro, e outro, mais claro próximo do violeta. No anverso reconhecem-se partes de dois grandes painéis intercalados por um outro mais pequeno. Num dos grandes painéis encontra-se uma faixa vertical larga que constitui a delimitação de um painel mais pequeno inserido no seu anterior. No painel intermédio foram pintadas duas faixas semicirculares, uma a azul, outra a branco, bem como uma flor de cinco pétalas associada a duas folhas. No reverso, encontramos um cogumelo sagrado, o *lingzhi*, representado de forma esquemática. Medidas máximas: bordo - 19cm de diâmetro; 0,2 cm de espessura; caldeira - 0,4cm de espessura.

35-MS00/S3A/[105]/73 - Fragmento de prato



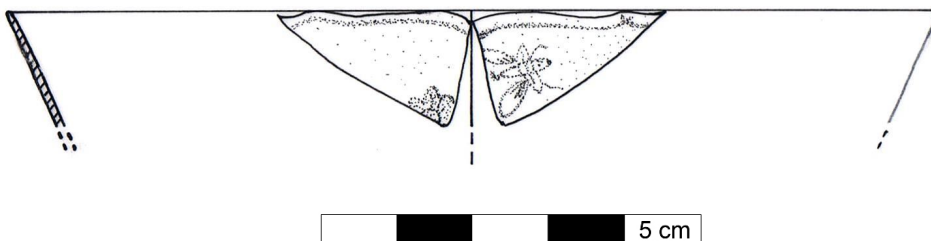
Apresenta porção de bordo, aba, caldeira e fundo. O bordo possui lábio de secção semicircular e a aba é sub-horizontal. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. A decorar a peça foi executada uma pintura em azul de cobalto, directamente sobre a pasta e sob o vidrado. A porção da peça que possuímos foi deixada em branco, reconhecendo-se parte de uma cercadura que delimitaria o fundo composta por uma linha circular contínua e um possível enrolamento geométrico. Medidas máximas: bordo - 17,8cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; aba - 0,3cm de espessura; caldeira - 0,5 cm de espessura; fundo - 0,6cm de espessura.

36-MS00/S3/[105]/68-Fragmento de taça



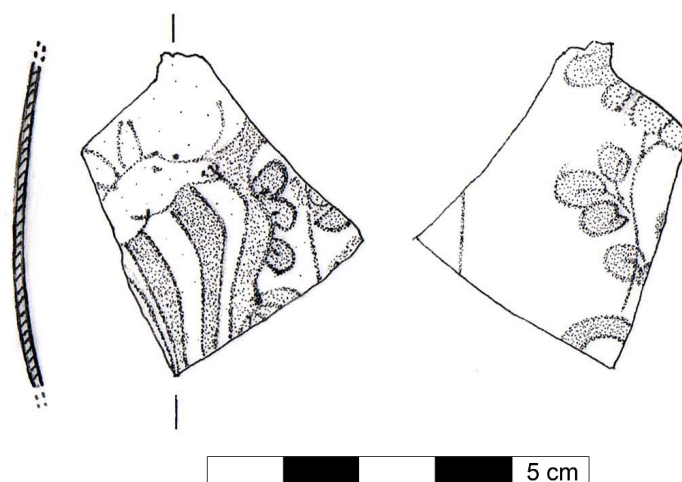
De perfil troncocónico, apresenta bordo e parede. O bordo é oblíquo, extrovertido, recortado em chaveta, de secção semicircular. A pasta, de porcelana, é fina, depurada e muito branca. Revestiu toda a peça um vidrado espesso, brilhante e translúcido e aderente. A decorar a peça foi executada uma pintura directamente sobre a pasta, cuja cor branca lhe serviu de fundo, e sob o vidrado, em azul de cobalto. Os contornos dos motivos foram elaborados com um traço fino, de tom azul-escuro, enquanto que o seu interior foi preenchido com uma aguada mais clara, que por vezes extravasa os contornos, também usada na execução das linhas que demarcam o bordo. Quer na superfície interna, quer na superfície externa, sob as linhas que demarcam o bordo, acompanhando o seu recorte, encontramos motivos fitomórficos, constituídos por pequenas folhas, flores e hastes. Medidas máximas: bordo - 13 cm de diâmetro; 0,2 cm de espessura; parede - 0,2cm de espessura.

37-MS00/S3A/[105]/69-Fragmento de taça



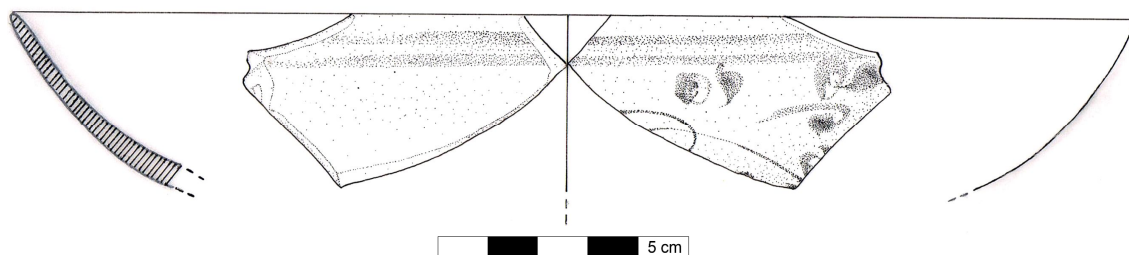
De perfil troncocónico, apresenta bordo e parede. O bordo é oblíquo, recortado em chaveta, de secção semicircular. A pasta, de porcelana, é fina, depurada e muito branca. Revestiu toda a peça um vidrado espesso, brilhante e translúcido e aderente. A decorar a peça foi executada uma pintura directamente sobre a pasta, cuja cor branca lhe serviu de fundo, e sob o vidrado, em azul de cobalto. Os contornos dos motivos foram elaborados com um traço fino, de tom azul-escuro, enquanto que o seu interior foi preenchido com uma aguada mais clara, que por vezes extravasa os contornos, também usada na execução das linhas que demarcam o bordo. Na superfície interna, sob a linha que demarca o bordo acompanhando o seu recorte, encontra-se um motivo fitomórfico com pequenas folhas não identificado, dado o estado de fragmentação da peça. Na superfície externa, sob linha semelhante, representou-se um pequeno insecto. Medidas máximas: 12cm de diâmetro, 0,2 cm de espessura; parede - 0,2cm de espessura.

38-MS99/ S7A/[197]/61-Fragmento de taça



Apresenta porção de parede de perfil convexo. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. Para decoração da peça foi executada, sob o vidrado, em fundo branco, uma pintura de azul de cobalto em dois tons, sendo o mais escuro reservado para os contornos dos motivos decorativos, e os mais claros para preenchimento dos seus interiores. Na superfície interna encontramos um ramo de pessegueiro inscrito em painel. Na superfície externa foi pintado um gamo deixado em branco associado a ramos de pessegueiro, bem como a listas azuis e brancas. Medidas máximas: 0,3 cm de espessura.

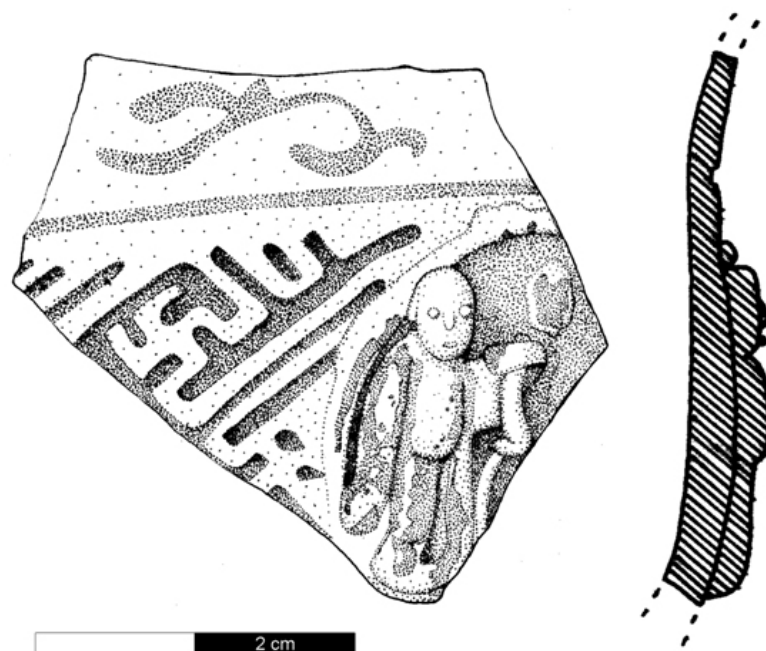
39-MS00/S3A/[105]/80 - Fragmento de taça



De perfil sub-hemisférico, apresenta bordo e parede. O bordo é simples e de secção semicircular. A pasta, em grés porcelânico, é espessa. Revestiu toda a peça um vidrado espesso, baço e aderente. A decorar a peça foi executada uma pintura em azul de cobalto acinzentado, sem contornos, a traços espessos, directamente sobre a pasta, sob um vidrado azulado. Na superfície externa, duas linhas demarcam o bordo, observando-se na caldeira motivos fitomórficos estilizados. A superfície interna apresenta as mesmas linhas a demarcar o bordo. Medidas máximas: bordo - 22 cm de diâmetro, 0,35cm de espessura; parede - 0,47cm de espessura.

3.5 – Últimos Ming: reinado de Wan Li (1572-1619), Taichang (1620), Tianqui (1621-1627), Chongzhen (1628-1644)

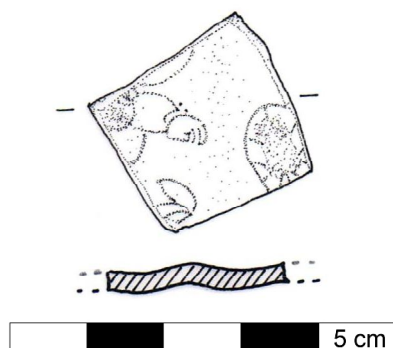
40- MS99/PP/[250]- Fragmento de taça



De perfil sub-hemisférico, apresenta bordo e parede. O bordo é extrovertido. A pasta, de porcelana, é fina, depurada e muito branca. Revestiu toda a peça um vidrado fino, brilhante e aderente. A decoração da superfície externa do bordo consiste num enrolamento fitomórfico estilizado executado em coroplastos do mesmo tipo de pasta, não vidrados, que entretanto se descolaram da peça, deixando uma mancha como vestígio. Na superfície externa da caldeira encontramos um esquema de cruzes suásticas e linhas encadeadas que foram desenhadas em alto relevo, por excisão da pasta antes da cozedura. O elemento marcante da decoração desta peça é o medalhão circular com figurinha coroplástica. O medalhão é delimitado por cartela circular que apresenta vestígios de tinta de cor vermelha. O seu interior foi deixado sem vidrado, tendo sido adicionada uma figurinha antropomórfica fabricada na mesma pasta, não vidrada e com vestígios da mesma tinta vermelha. Da figurinha, muito esquemática e algo andrógina, resta-nos a cabeça com os olhos, boca e nariz assinalados por quatro pequenos pedaços de pasta de forma ovóide, bem como o tronco e os quatro membros, envergando uma túnica pintada de cor vermelha que cobre mãos e pés. A figura segura o que resta de um objecto que poderá ser interpretado como um cesto ou uma flor de lótus, atributos que nos remetem para a identidade da personagem representada. Trata-se de um dos “Oito Imortais Taoistas”, podendo a personagem ser interpretada como *Lan Zaihe*, o patrono dos floristas, carregando o cesto, ou como *He Xiangnu*, a única personagem feminina do grupo, tida como uma sábia do século VII a.D. padroeira do lar e do casamento, que traz consigo a flor de lótus, símbolo de pureza, sabedora, felicidade conjugal. Esta figura seria acompanhada de outra no mesmo medalhão e a taça teria mais três medalhões com mais três pares das personagens dos “Oito Imortais Taoistas”. Medidas máximas: As bordo - 0,2 cm de espessura; parede - 0,3 cm de espessura; figura - 2 cm de altura, 1cm de largura, 0,4cm de espessura.

3.6 – Dinastia Qing, reinado de Kangxi (1672-1722)

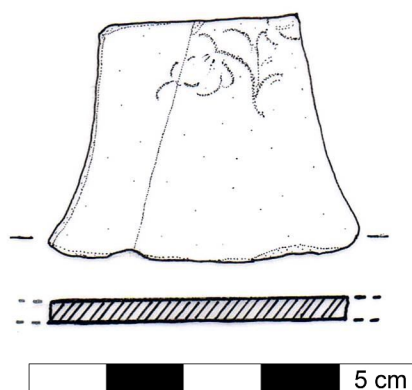
41- MS00/S10/[210] – Fragmento de peça indeterminada



Apresenta porção de parede com caneluras. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. A decorar a peça foi executada uma pintura, de que reconhece o braço e mão de uma figurinha antropomórfica infantil, entre motivos fitomórficos, com os contornos em vermelho e o interior preenchido na mesma cor, verde e dourado aplicado sobre o vidrado. Medidas máximas: 0,3cm de espessura.

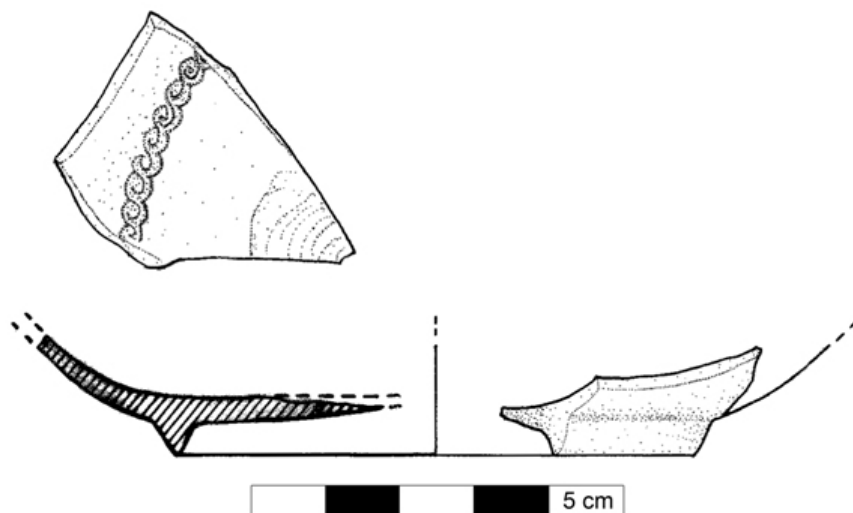
3.7 – Dinastia Qing, reinado de Qianlong (1736-1795)

42- MS99/S7/[170]/7179;MS99/S10/[210]/59 – Fragmento de prato



Apresenta porção de fundo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. A decorar a peça foi executada um pé de flor com os contornos pintados em vermelho e o interior preenchido a dourado, aplicado sobre o vidrado e que ainda se detecta por minúsculos vestígios. Medidas máximas: 0,3 cm de espessura.

43-MS00/S1C/[40]/4 – Fragmento de prato



Apresenta porção de caldeira convexa e fundo ligeiramente côncavo. A pasta é muito fina e depurada e apresenta uma cor muito branca. A revestir a totalidade do fragmento, encontramos um vidrado espesso, aderente, brilhante e translúcido. A decorar a peça foi executada uma cercadura de enrolamentos em espiral com os contornos pintados em vermelho e o interior preenchido a dourado, tendo sido este aplicado sobre o vidrado. Medidas máximas: caldeira - 0,3 cm de espessura; fundo - 0,5cm de espessura; pé - 7cm de diâmetro, 0,4cm de altura, 0,5 de espessura.

ANEXO II - LISTAGENS

1. População conventual

1.1- Religiosas

Séculos XV / XVI

1- Soror Dona Catarina de Castro, Condessa de Loulé

Referência cronológica: 1471, 1494, 1495, 1498

Nota biográfica: Filha de D. Fernando I (1403-1478), 2º Duque de Bragança e de D. Joana de Castro (1410-1479). ^{(1) (2) (3) (4) (5)} Seria a filha mais nova, devendo ter nascido a partir de 1450. Casada ou prometida em casamento a D. João Coutinho (1450-1471), Conde de Loulé e Marialva, sendo este morto na tomada de Arzila em 24 de Agosto de 1471, acompanhando D. Afonso V. ^{(1) (2) (3) (4) (6)} Viúva ou assim se assumindo, sem filhos e não desejando mais casar, envereda por uma vida de virtude e despojamento material, aproximando-se da Ordem de São Domingos. O destino trágico dos seus irmãos poderá ter acentuado o desejo de afastamento do mundo, tendo sido executado o seu irmão D. Fernando II (1430-1483), 3º Duque de Bragança, a 20 de Junho de 1483 e se exilado os outros irmãos e sobrinhos. ⁽⁵⁾ Decide fundar um convento sob a sua Observância, escolhendo Leiria para o fundar. Compra a propriedade de Lopo Peixoto e Isabel de Lemos e aí manda edificar o Convento de Santana. Toma posse da casa em 1493 e esta é oficialmente fundada em 1494, após o Breve do Papa Alexandre V. O convento é habitado em Março de 1498, na companhia de cinco religiosas do Mosteiro de Jesus de Aveiro: Inês Anes, Isabel Vaz, Maria Dinis, Maria Pessoa, Teresa Fernandes de Albuquerque, bem como de três escravas suas, a quem tinha especial afeição. ^{(1) (2) (3) (4)} Dotou o convento de muitos bens seus durante a sua vida e depois da sua morte este foi o seu único herdeiro, tanto de bens móveis como de raiz. ^{(2) (3) (4)} Sepultou-se no convento e à comunidade pediu que rezasse por sua alma e fidelidade aos bons costumes da casa. ⁽⁴⁾

“Que o Mosteiro foi fundado por D. Catharina Condeça de Lolé Viuva De D. João Coutinho Conde de Marialva” ⁽¹⁾

“As fundadoras deste convento forão a Exma Senhora D. Catherina condeça / de Loulé, filha Do Excelentissimo Senhor D. Fernando, segundo Duque de Bargança, que foi cazada com / o Excelentissimo Senhor D. João Coutinho, que foi morto pelos inimigos na Guerra de Arzila” ⁽²⁾

[D. João Coutinho] *“Foy desposado por palavras de presente hũ livro diz q se não receberão E assim foi com D. Catherina de Castro”* ⁽⁶⁾

“D. Catharina de Castro, filha de D. Fernando I. do nome e II. Duque de Bragança, & de D. Ioanna de Castro, que estão promettida em casamento a D. Ioão Coutinho, Conde de Loulé, & Marialua, morrendo ele na tomada de Arzila, não quis mais casar, & desprezãdo os atauios das dōzellas, tomou outro differente traje, no qual toda a vida se portou com opinião de muito virtuosa. Esta Senhora pois por ser mui affecta à Ordem de S. Domingos edificou o conuento de Leiria, em vida dandolhe muitas possessões, & por morte fazendoo herdeiro de toda sua fazenda.” ⁽³⁾

Testamento:

“Deixo, e faço meus herdeiros minha alma, e o Mosteiro de Sancta Anna de Leiria, pera cuja fabrica, fazimento, e soportamento das Religiosas, que n'elle viverem, e servirem a

Nosso Senhor, deixo toda minha fazenda, e bens, assi moveis, como raiz, segundo a mim pertencem, e de direito devem pertencer, e inteiramente lhe sejam entregues, e hajão, e possuão pera sempre pera o que dito he: porque de todo faço doação livre, e izenta à dita Casa; porque n'ella haja continua obrigação, e lembrança de mim, e roguem a Deos por minha alma. Polo qual lhes peço sempre especial memoria, e a Casa seja de Freiras de S. Domingos da Observancia. Todo o assento do Mosteiro de Sancta Anna, e quanto se contem do cerco para dentro, e a vinha que está fóra d'elle, tudo he meu proprio: e eu o comprei, e paguei a metade a Lopo Peixoto, e a outra a Isabel de Lemos sua molher, e a quinta da Barrosa com todo // o que lhe pertence, e outras muitas terras e olivaeas. Todo o movel, todos os ornamentos, cruces, calices, e toda a prata, que tenho ordenada pera a Capella, panos de armar, tapeçaria, nada d'isto se venda, ou troque, nem dê nem desbarate. Porque minha vontade he tudo assi ficar pera o dito Mosteiro, no qual me enterrarão dentro no Capitulo, ou na Capella mór, se inda não for feito. Peço por mercê a todos de minha geração, que polo de Deos, e por meu respeito hajão sempre esta casa de Sancta Anna em sua encomenda, e no que poderem, a amparem, e ajudem, quando forem requeridos, e não consintão lhe ser feito nenhum agravo, nem sem razão. E nisto farão o que ante Deos, e a cerca do mundo d'elles se espera, e a mim farão muita mercê, por ser cousa que mais dezejo. Deixo por meu testamenteiro ao Frei João de Braga Prior de Aveiro, e meu Confessor."⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 6, 17/10/1829 ⁽¹⁾; 24-C-1-Requerimentos, Doc. 4, (posterior a 1810) ⁽²⁾; CARDOSO (1652), p. 289 ⁽³⁾; SOUSA (1866), p. 474-476 ⁽⁴⁾; ZUQUETE (1943), p. 313-314 ⁽⁵⁾; MORAIS (1945), p. 302 (primeira edição de 1670) ⁽⁶⁾

2. Soror Inês Anes

Referência cronológica: 1494, 1495, 1498

Nota biográfica: Religiosa do Mosteiro de Jesus de Aveiro, que integrou o primeiro grupo de fundadoras de Santana de Leiria, juntamente com D. Catarina de Castro (1), Isabel Vaz (3), Maria Dinis (4), Maria Pessoa (5) e Teresa Fernandes de Albuquerque (6).

Fonte: SOUSA (1866), p. 475

3. Soror Isabel Vaz

Referência cronológica: 1494, 1495, 1498, 1513

Nota biográfica: Religiosa do Mosteiro de Jesus de Aveiro, que integrou o primeiro grupo de fundadoras de Santana de Leiria, juntamente com D. Catarina de Castro (1), Inês Anes (2), Maria Dinis (4), Maria Pessoa (5) e Teresa Fernandes de Albuquerque (6). Toma posse da casa em 1493, habitando-a desde 1498. Abandona a comunidade de Santana, juntamente com mais duas religiosas para integrar a primeira comunidade do Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo, fundado em 06/05/1513, sendo a sua primeira priora. Terceira **Priora**, na história da Casa.

Fonte: SANTA MARIA, (1744), p. 28; SOUSA (1866), p. 475

4. Soror Maria Dinis

Referência cronológica: 1494, 1495, 1498, 1517

Nota biográfica:

Religiosa do Mosteiro de Jesus de Aveiro, que integrou o primeiro grupo de fundadoras de Santana de Leiria, juntamente com D. Catarina de Castro (1), Inês Anes (2), Isabel

Vaz (3), Maria Pessoa (5) e Teresa Fernandes de Albuquerque (6). Falece em 1517. Primeira **Prioressa** na história da casa.

"Quinze annos viveo, e governou a primeira Prioressa Sor Maria Diz [Dinis?], com grande louvor de estreita observância."

Fonte: SOUSA (1866), p. 475, 476

5. Soror Maria Pessoa

Referência cronológica: 1494, 1495, 1498

Nota biográfica: Religiosa do Mosteiro de Jesus de Aveiro, que integrou o primeiro grupo de fundadoras de Santana de Leiria, juntamente com D. Catarina de Castro (1), Inês Anes (2), Isabel Vaz (3), Maria Dinis (4) e Teresa Fernandes de Albuquerque (6).

Fonte: SOUSA (1866), p. 475

6. Soror Teresa Fernandes de Albuquerque

Referência cronológica: 1494, 1495, 1498

Nota biográfica: Religiosa do Mosteiro de Jesus de Aveiro, que integrou o primeiro grupo de fundadoras de Santana de Leiria, juntamente com D. Catarina de Castro (1), Inês Anes (2), Isabel Vaz (3), Maria Dinis (4) e Maria Pessoa (5). Segunda **Prioressa**, na história da Casa.

Fonte: SOUSA (1866), p. 475

7. Soror Isabel Ferreira

Referência cronológica: 1498 (?), 1500 (?)

Nota biográfica: Uma das primeiras noviças da comunidade. Professa aos 16 anos e vive somente até aos 18 anos de idade, depois de prolongada agonia. Na literatura hagiográfica, é tida como religiosa virtuosa exemplar na vida e na morte. Depois de uma curta vida marcada pela pureza de corpo e alma, observância do modelo da vida religiosa, ausência de culpas mortais, recebe na hora do falecimento a recompensa com a presença de música angelical, ouvida por quase todas as religiosas. A sua virtude estendeu-se para além desta hora, fazendo com que a sepultura exalasse uma fragrância floral sobrenatural, que durou por vários anos. A terra da sua sepultura seria usada como relíquia a que são atribuídos milagres como a cura de enfermos.

"No segundo anno depois da profissão foi gozar o premio d'ella a Madre Sor Isabel Ferreira. Conta-se que foi das primeiras Noviças, que povoarão a casa, e soube-se tambem aproveitar da doutrina de suas Mestras, e Fundadoras, que nos dezoito annos de idade, em que falleceo, era havida por hum espelho de toda a virtude: e com isto escusamos particularizar as excellancias, que tinha em cada huma. Derão testemunho d'ellas seus Confessores, que affirmão não lhe ouvirem nunca culpa mortal. Derão testemunhos Anjos com musica de vozes, e instrumentos, que foi ouvida de muitas Religiosas, que a acompanharão em seu felice transito. Emfim testemunhou a terra em que foi sepultada tanto em favor da pureza, que em seu gremio recebia, que des dahi que a tocou, ficou aquelle pó transformados em flores: porque não sahia d'elle menos, que se estiverão juntos, muitos ramalhetes de boninas cheirosas e particularmente violas. E ainda hoje ha quem affirme, que lança de si o mesmo cheiro: e tambem se diz, que sararão alguns enfermos da Cidade com a terra, que mandarão levar da cova. " ⁽³⁾

"Em Leiria, no conuento de S. Anna da mesma Ordem, Sór Isabel Ferreira, que no segundo anno de religião (consummada em virtudes) passou desta presente vida para (no celeste thalamo celebrar eternos desposorios com Christo, seu diuino esposo. Desta

perfeita religiosa testemunharão seus Confessores, que nunca lhe ouvirão culpa mortal; & os Anjos em seu ditoso transito com descantes de varios instrumentos, & celestiaes musicas a pureza, sanctidade, & gloria de sua alma; finalmente a terra de sua sepultura depois que recebeo o precioso cadauer, ficou exalando suauissimo cheiro a flores, o qual affirmão, que inda hoje perseuera, & que applicada a enfermos serão co ella de diuersas enfermidades.” ⁽¹⁾

“Entre as primeyras Noviças, que recebérão o habito no nosso Mosteyro de S. Anna de Leyria, foy hum Sor Isabel Ferreyra, a qual despresando o mundo, & todas as suas pompas, se adiantou tanto na virtude, que foy hum espelho da regular observancia. Especialmente foy tão grande a sua pureza de corpo, & alma, que como testificarão seus Confessores, já mais commetteo culpa mortal: conservando até á morte, com a flor da castidade, a primeyra, gala da graça, que recebeo no bautismo. Foy brevissima a sua vida; porque só dous annos viveo depois de profesa. Dezoyto contava de idade, quando deyxando as prizoões do corpo, entregou a bemdita alma nas mãos do Divino Esposo, para gozar de sua vista no Palacio da Gloria, como piamête se cré; & como na terra tinha feyto hũa vida Angelica, mereceo que no seu transito viessem assistirlhe os Anjos, festejando com musicos instrumentos, & suaves melodias, o desposorio, que por sua morte celebrava com Christo. As taes musicas forão ouvidas de quasi todas as Religiosas daquelle Mosteyro, & durarão por todo o tẽpo, que a serva de Deos esteve em agonia cessando na mesma hora, em que espirou. O seu castissimo corpo comunicou com o contacto tal suavidade à terra, em que foy sepultado, que parecia o lugar da sepultura hum jardim de rosas, & assucenas. Durou por largos annos esta fragancia. Muytos enfermos forão livres de varias enfermidades pelos merecimẽtos da serva de Deos, valendose da terra de seu sepulchro.” ⁽²⁾

Fonte: CARDOSO (1652), p. 284 ⁽¹⁾; LIMA (1709), pp. 186-187 ⁽²⁾; SOUSA (1866), p. 477-478 ⁽³⁾

8. Soror Isabel Lopes / Lobo (?)

Referência cronológica: 1498, 1550

Nota biográfica: Uma das primeiras noviças do convento, estando presente desde 1498. Religiosa exemplar, segundo a literatura hagiográfica. Fora Dama da Rainha D. Leonor, esposa de D. João II. Educada na corte, e tida como uma mulher de particular beleza, chega ao convento com uma atitude de despojamento por remição da mundanidade da vida anterior. Cultivava uma aparência modesta e entregava-se à penitência pela mortificação do corpo, na imitação da Paixão Cristo e fazendo jejuns. São-lhe atribuídos vários episódios com aura miraculosa em vida e depois da sua morte. No intuito de fazer uma oração nocturna por uma amiga defunta colocou arrobe em vez de azeite no candeeiro por distracção e miraculosamente deu luz, em atenção aos pios e devotos intentos da religiosa. À hora da morte, ouviram-se estrondos atribuídos à raiva do Demónio por perder aquela alma para o Céu. A terra da sua sepultura seria relíquia ou talvez mesmo ingrediente para a cura de doenças, afamado quer entre religiosas, quer entre fiéis leirienses que acorriam ao convento. Terá tido uma vida longa, pois falece em 11/2/1550 de “extema velhice”. ⁽¹⁾⁽³⁾

"Entre as primeiras Noviças achamos contada Sor Isabel Lopes: fora criada em casa da Rainha D. Leonor: e trouxera da vida do Paço, conhecer quanto mais certo emprego he o que se faz no serviço de Deus, que no dos Principes da terra; (...) assi vivia com hum estranho cuidado de agradar a Deos não faltando até o dia, que acabou, que foi por extrema velhice em nenhuma as obrigações da Regra, ajuntando apertados jejuns,

aos ordinarios, e duras penitencias às quotidianas da Ordem, com huma entranhavel devoção à sagrada Paixão. Outras muitas cousas se vião n'ella, que a fazião venerar, e haver por sancta: porqie erão espantosas, e fóra do curso natural: mas ficando assi em grosso esta tradição, perdeu-se a memoria das particularidades, ficando só de huma, que com ser em materia de pouca importancia, todavia faz maravilha. Quiz rezar de noite hum Psalterio, por huuma antiga defuncta, foi a prover o candieiro de azeite, e a caso lançou mão de hum vaso em que tinha arrobe, e encheo d'elle o candieiro, sem cair no que fazia. E foi assi, que o licor da vide, como se fora de Oliveira, alimentou a candeia com tão boa luz, e claridade, que sem lhe sentir diferença rezou, e fez outros serviços, e durou tanto no candieiro, que o virão no dia seguinte, e festejarão o descuido com riso; mas o sucesso com espanto. Veio a acabar esta Madre com huma morte muito bem assombrada, e semelhante á vida, morte de sancta. Desatou-se, e separou-se por si a companhia d'aquelle corpo, e alma, mais com força de antiguidade e velhice, que de doença. Ella se foi rindo; Satanaz ficou chorando, quero dizer raivando, e dando bramidos de dôr; disformes e medonhos, pola que recebe de nosso bem, que forão ouvidos por todas as Madres com assaz pavor, e por algumas pessoas de fóra, e julgados infernais. Tal opinião se tinha de sua sanctidade, que não duvidarão seria odiosa sua morte ao Demonio: e polo mesmo caso quando alguma adoecia, se valia confiadamente da terra de sua sepultura: e o mesmo fazião os seculares da Cidade; e huns, e outros affimavão, que achavão remedio em tal mezinha."⁽³⁾

"No conuento de S. Anna de Leiria da propria Ordem, o vital remate de D. Isabel Lobo, que (posta de parte sua fermosura, nobreza & gallas com que em palacio se criara Dama da Rainha D. Leonor, mulher del Rei D. João II vindo á religião, fez Angelica vida, servindo em abatidos ministerios, vestindo habitos pobres, & desalinhados, em penitencia da curiosidade com que no seculo se trajara, & para ser desestimada; trattandose com extraordinario rigor, por representar, & sentir em si ao vivo as dores da sagrada Paxão: a cujo fim encaminhava suas acções, observantes jujuns, dilatadas vigalias, asperas penitencias, em que perseverou até morte, que foi santissima; ouuindose nella tam medonhos gritos, & alaridos de demonios, que a visinhança ficou admirada. Por ventura que raiuosos de ficarem vencidos na serua de Deos, & de inueja de ir ella occupar as soberanas cadeiras, que elles por sua soberba perderão. Em testemunho desta verdade obrou o ceo em breue grandes marauilhas por meio da terra de sua sepultura, na qual as religiosas achauão certo remedio de suas necessidades, & tambem os seculares trazendoa em nominas com fé & deuoção. (...) nobre no seculo, & por suas singulares virtudes muito mais na religião; pois querendo hum dia rezar o Psalterio por hua amiga defuncta, cuidando deitava azeite no candieiro, lançar arrobe, por serem ambos os vasos semelhantes, com elle rezou, & por muitas horas esteue aceso; o que sabdo das religiosas o seguinte dia, o defenido foi festejado com risom mas o marauilhoso successo com espanto, pelo q an. 1550 acabou com bemaumentada morte"⁽¹⁾

"Trouxe da vida do Paço hum cabal conhecimento de quanto mais util, seguro, & acertado he servir à Magestade Divina, que à humana. Affectava vestir pobre, & desalinhadamente, para castigar a louçania passada, & nimia coriosidade. O seu total empenho foy fazerse hũa possivel representação da Payxão de Christo: para o que se despedaçava com açoytes, se affligia com amarguras, & excogitava novas & desusadas penitencias. Entre varios casos, que a fazião venerar por Santa, porque erão sobre extraordinarios, espantosos, se refere este, que ficou mais lembrado. Quiz rezar hũa noyte o Psalterio por huma amiga defunta; hindo a prover o candieyro, em lugar de

azeyte, lhe deytou arrobe, sem advertir no que fazia. O certo he que a luz esteve tão viva, & perfeyta, que Sor Isabel rezou, o que intentava, fez outros serviços de igual dilação; & no outro dia, reconhecendo as Religiosas a troca, celebrarão o descuydo com riso, mas o successo com assombro. Teve hum morte muyto bem assombrada, desatandose, ou dusunindose a alma do corpo mais por força da velhice, que da enfermidade. Foyse para o Ceo rindo; & Satanás se mostrou rayvando: porque com fortes bramidos, & horriveis lamentos, foy ouvido de toda a Comunidade, & visinhança: sem duvida mostrando quanto sentia ver occupado de hũa humildade despegada, o que elle perdera pela sua ambiciosa soberba. Confirmou o Ceo esta consideração: pois a terra de sua sepultura, regada com enternecidas supplicas, brotou mil maravilhas. Em adoecendo alguma Religiosa, a sepultura de Sor Isabel era o mineral da saude. O mesmo experimentarão, os seculares da Cidade, trazendo a mesma terra em nominas com fé, & devoção.”⁽²⁾

Fonte: CARDOSO (1652), p. 407, 412, 413⁽¹⁾; LIMA (1709), pp. 186-187⁽²⁾; SOUSA (1866), p. 476-477⁽³⁾

9. Soror Mécia, “a primeira”

Referência cronológica: 1498 (?)

Nota biográfica: Religiosa de memória muito apagada pelo tempo, não se sabendo o seu nome de família, é-lhe, no entanto, atribuída origem nobre. Na literatura hagiográfica, é tida como religiosa virtuosa exemplar que se entregava à fervorosa contemplação mística, diante do altar da Senhora da Piedade. Da tradição da casa consta um episódio em que a imagem de Cristo saiu dos braços de Nossa Senhora e veio pousar nos seus.

"Na Madre Sor Mecia, de quem as memorias antigas nos não dão sobrenome, apontando só, que era nobre, quiz mostrar o Senhor quanto o agrada, em que quem o serve o cuidado da oração, contemplação. Tinha muitas virtudes; mas sobre todas, todo seu emprego, e todo seu gosto era n'estas. Esquecia-se de tudo o da vida na hora, que se achava diante de hum devota Senhora da Piedade, que na casa havia de vulto, sentada ao pé da Cruz com o defuncto Jesus nos braços. Dezejava sentir com ella os fios da espada, que n'aquelle passao atravessavão sua afligidissima alma. Chorava com vivas lagrimas as magoas da mãe, e as dores, e morte do filho, e os peccados do mundo, que de tudo forão causa; e este era seu pão quotidiano. Hum dia estando toda embebida, e como transportada n'esta consideração, acompanhando-a com entranhavel sentimento; eis que subitamente vê posto em seus braços o bom Jesus, assi ferido, e chagado, e morto, como estava nos braços da Mãe Sagrada. Grande misericordia, soberano favor. Consta-nos do sucesso com certeza; porque se verificou por via, em que não havia engano; mas não ficou em memoria, como se houve n'elle a humildade, e contemplativa Madre.”⁽²⁾

“Entre as muytas virtudes, & devoções, era especial, a com que se postrava diante de hum devota Senhora da Piedade, sentada ao pé da Cruz, com o deffunto Filho nos braços. Desejava acompanhar a affligidissima Mãe, sentindo a mesma espada, que naquelle passo lhe trespassou o coração; chorava com vivas lagrimas tão tormentosas penas; & este era o seu pão quotidiano. Hũ dia estando toda transportada nesta contemplação, deyx a o Cadaver Santissimo os braços da Mãe, & apparece nos da devota serva: o mais fica à consideração do Leytor.”⁽¹⁾

Fonte: LIMA (1709), pp. 337⁽¹⁾; SOUSA (1866), p. 479-480⁽²⁾

10. Soror Mécia, “a segunda”

Referência cronológica: 1498, 9/10/1550.

Nota biográfica: Ocupou o cargo de **Prioressa**. Na literatura hagiográfica, é tida como religiosa virtuosa exemplar, na vida e na morte relatando-se a audição de música celestial, aquando da sua morte. Falecida a 9/10/1550.

"Doutra Madre do mesmo nome, e tambem sem declaração de apelido, mas com certeza de que foi igualmente nobre, e Prioressa n'essa Casa, nos dizem caso estranho as relações antigas. Affirmão, que na sua morte foi ouvida celestial musica; e com isto escusamos especificar as partes da virtude, e espirito, que tanta honra lhe renderão; porque todas ficão como cifradas n'ella. Nas Religiosas dobrou as saudades, vendo que perdião ellas o mesmo, em que o Ceo polos sinais mostrava ganhar muito."⁽³⁾

"Grande Prelada: & de quem se affirma que na sua morte fora ouvida hũa celestial musica. Basta esta clausula para recopilação, & expressão da mais ajustada vida: porque se regula o merecimento, pela qualidade do premio."⁽¹⁾

"no Mosteiro de Santa Anna da Cidade de Leiria, da mesma Familia Dominica, a Madre Sor Mecia, de vida tão ajustada com a regular Observancia do Estatuto, que professara, que mereceo ser na morte acompanhada de Angelica armonia, deixando este patente favpr do Ceo, mais vivas as saudades das suas Comopañheiras, vendo a Gloria que aquella ditosa alma estava gozando. (...) Não temos mais notiias de Sor Mecia, do que as referidas no Texto, tão succintas, que nem do appellido achamos memoria, mas sim que era de nobrte geração, e que havia sido Prioressa deste Mosteiro, onde a nomeaõ por segunda deste nome, e viveo pelos annos de 1498."⁽²⁾

Fonte: LIMA (1712), p. 107⁽¹⁾; SOUSA (1744), p.242⁽²⁾; SOUSA (1866), p. 480⁽³⁾

Século XVI

11. Soror Helena da Granja

Referência cronológica: 28/05/1511, 31/01/1513

Nota biográfica: No século, fora casada com Martim Neto, servidor da toalha d' El Rei. Após a morte do marido professa no Convento de Santana de Leiria. Recebera 60 mil reis de casamento por alvará régio em, em 28/05/1511, requer, através do seu procurador, o bacharel Álvaro Fernandes, a metade que lhe cabe, vindo a receber 30 mil reis, que passam a pertencer ao convento.

Fonte: ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, Mç. 27, Doc. 16; Mç 36, Doc. 305

12. Soror Catarina de Góis

Referência cronológica: 06/05/1513

Nota biográfica: Acompanhou Soror Isabel Vaz **(3)** e Soror Catarina da Soagem **(13)** na fundação do Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação em 06/05/1513.

Fonte: SOUSA (1866), p, 481

13. Soror Catarina da Soagem

Referência cronológica: 06/05/1513

Nota biográfica: Acompanhou Soror Isabel Vaz **(3)** e Soror Catarina de Góis **(12)** na fundação do Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação em 6/5/1513.

Fonte: SOUSA (1866), p, 481

14. Soror Isabel Coelho (?)

Referência cronológica: 25/01/1520

Nota biográfica: Em 25/01/1520, ocupava o cargo de **Prioressa**.

Fonte: ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, Mç. 87, Doc. 50

15. Soror Isabel Ferreira

Referência cronológica: 20/08/1531

Nota biográfica: Recebia uma tença de 5 mil reis pelo Almoxarifado de Leiria, que deixa ao convento, sendo esta esmola autorizada por D. João III em 20/08/1531. Terá falecido c. 1531.

Fonte: ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv.9, fl. 85-85v

16. Soror Joana Santos

Referência cronológica: 03/08/1540

Nota biográfica: Religiosa do Mosteiro de Aveiro. Exerceu o cargo de **Prioressa** em Santana. Deixou a comunidade para integrar a de Santa Catarina de Évora, onde também foi Prioressa. Falece em 03/08/1540.

“Sor Joanna dos Santos, professa no Mosteiro de Aveiro, donde foy levada por Prioressa para o de Santa Anna de Leiria, e depois para o de Santa Catharina de évora: em ambas as partes se portou com tal exemplo, que recolhendo-se a sua Casa, duas vezes a elegerão Prelada, e o seria perpetua, se não o repugnarão as suas leys. ”

Fonte: SOUSA (1744), p.413, 417

17. Soror Catarina de Andrade

Referência cronológica: 30/09/1554, 06/02/1581, 09/05/1592

Nota biográfica: Filha de Lopo Botelho. Irmã de Soror Guiomar Botelha (39). ⁽¹⁾ Em 30/09/1554, adquiriu em conjunto com Soror Guiomar Botelha um padrão de juro de 12 800 reais de tença anual recebida pelo Almoxarifado de Leiria⁽¹⁾, que deixou ao convento por sua morte, c. de 1592 ⁽²⁾.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl. 144-146; ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 135-138 ⁽¹⁾; D. Filipe I (comum), Liv. 13, fl. 426-426v, 09/05/1592

18. Soror Catarina Nunes

Referência cronológica: 03/03/1580

Nota biográfica: Outra religiosa exemplar, segundo a literatura hagiográfica. Consagrou a sua vida à oração e à penitência, pela mortificação do corpo. Praticava a oração mental e rezava todas as noites o Psaltério de David. Não dormia em cama, mas no chão e andava sempre descalça. Entregou-se a uma vida de intença e disciplinada autoflagelação, açoitando-se com cordas de nós ou de rosetas de ferro até abrir sangrentas feridas na carne. Tal acontecia diariamente, e com sessões especialmente intenções às Quartas e Sextas-feiras, na imitação de São Domingos. Apresentava sintomas da doença de Addison, segundo análise de Afonso Zúquete ao relato de Frei Luís de Sousa, perdendo a sua cor natural de pele, ganhando uma tez negra e queimada.^{(3) (4)} A sua natural fraca condição física e a dura flagelação a que se submeteu deixaram-na muito debilitada, conduzindo-a rapidamente à morte. Terá falecido ainda muito jovem em 03/03/1580.

"A Madre Sor Catherina Nunes fez huma vida tão penitente, que para homem robustissimo, e criado no deserto, fora incomportavel. Não se passava dia sem tomar disciplina, e á quarta, e sexta feiras tomava tres à imitação do nosso Padre S. Domingos: e porque os cordeis só porque por asperos, que sejão passados os primeiros golpes, ficão pouco penosos; depois que com elles se castigava bom espaço, começava hum castigo com disciplina de rosetas, que dando sobre a carne moida, á primeira, fazião correr o sangue em rios. Depois de professa nunca dormio em cama, e sempre andou descalça. Assi veio a perder a cor natural, fez-se-lhe a tez do rosto negra, de pisado, e queimado, e não parecia mulher branca. Ajuntava-se andar unida com Deos em perpetua oração mental, e na vocal ser tão continua, além das horas do Choro, porque todas as noite rezava hum Psalteyro, e n'estes exercicios nunca interpollados acabou ditosamente a vida." ⁽³⁾

"Sór Catharina Nunez, que, vestindo o Dominicano habito, logo se deixou ver, que o caminho certo de melhorar a vida, he o excellente exercicio da oração mental, que continuou todo o tempo que viueo: ajuntandolhe tam rara penitencia, que se considerára as forças, que Deos dá a quem elle he seruido levar por este caminho, não pudera continuar a vida, que começou, porq excedia a delicadeza de hua reglada dōzella. Com hua corda chea de nós se açoutaua todos os dias, & depois com disciplinas rematadas em rodícios de ferro, i erão taes os golpes, que soauão nas abobadas do dormitorio, com tanta abundancia de sangue, que deixaua o chão banhado: mas às quartas, sextas feiras (seguindo o estylo de seu P. S. Domingos) acrescentaua terceira muito mais rigurosa, desapieadada. Sobre tudo quer estivesse sãa, quer enferma, nunca se calçaua, rezaua todas as noites infalliuamente o Psalterio de Dauid, & a dura terra lhe seruia de cama. Estes penosos exercios tinham tam debilitada aquella fraca natureza, que sem dor alguma, com grande alegria, & serenidade exalou o spiritu, conhecendose em breue sua intercesção para cō Deos, conseguindo felices despachos os que a inuocarão em suas necessidades. (...) O transito de Sór Catharina Nunez, foi an. 1580" ⁽²⁾

"de tal sorte se entregou á penitencia, que mas são para admirar as muytas que fez, do que para imitar. Não parecia o valor com que as emprendia de huma donzella fraca; mas do mais robusto, & forte Anacoreta. Depois de professa se accendeo muyto mais no amor das virtudes, principalmente na da oração, que he a mãy de todas ellas. Nesta tinha posto todos os seus regalos, com esta recebia crescidas enchentes de misericordias, & favores das liberaes mãos de seu Esposo; & destes favores lhe nascia humilhar-se muyto, desejando padecer muytos trabalhos pelo seu amor: desta virtude lhe vinha o aborrecimento, que tinha a si mesmo, para fazer as raras penitencias que te rifiro, & deste tempo se começou a affligir mais; porque nunca dormio em cama, sempre andou deslcalça, todos os dias se disciplinava; & em cada hũa das segundas, quartas, & sextas feiras tomava tres rigorosas disciplinas; mostrando nestes rigores o quanto imitava o seu glorioso Pay São Domingos; & para que as disciplinas fossem mais asperas, depois de se ter bem moido com as de cordel, tomava outras de rosetas, & com ellas feria tam cruelmente a sua carne, que lançava de si copiosos rios de sangue." ⁽²⁾

Fonte: CARDOSO (1657), p. 28, 29, 33 ⁽¹⁾; SANTA MARIA (1713), pp. 234-235 ⁽²⁾; SOUSA (1866), p. 478 ⁽³⁾; ZUQUETE (1943), p. 314 ⁽⁴⁾

19. Soror Beatriz Aranha

Referência cronológica: 07/05/1580

Nota biográfica: Natural de Leiria. Ocupou por duas vezes o cargo de **Prioressa**. Religiosa exemplar, segundo a literatura hagiográfica, que se entregava incessantemente à oração no coro e cela, à autoflagelação com correias de ferro e aos jejuns, na imitação de São Domingos. Viria a falecer em 07/05/1580, enfraquecida pela aspereza da penitência a que se entregava e que consagraram-na em religiosa virtuosa, o que, depois da morte, terá sido recompensado com um sobrenatural aroma a rosas exalado da terra da sua sepultura.

"Dous triennios achamos, que foi Prioressa a Madre Sor Brites Aranha, e muitos annos Mestra de Noviças: e tal foi a doutrina, que em todo o tempo deu, que o seu exemplo era prégção viva, a sua oração e as suas penitencias fallavão por ella, de sorte, que não tinham as discipullas e subditas, pera que ouvir seus capitulos, senão só olhar pera ella. Huma primeira cousa, em que mais vigilancia mostrava, era na guarda das Constituições: que de balde encomendará observancia quem não for observante, e não só levemente, senão com rigor. As quaresmas levava inteiras a pão, e agoa: e assi as sextas feiras por toda a roda do anno. Cama não teve nunca, tanto por se mortificar, como porque o tempo, que d'ella se havia de servir, gastava em oração no Choro, onde era mais moradora, que no leito, nem da cella. A oração acompanhava sempre com lagrimas, e com muitas disciplinas de sangue: que, porque o não podia dar a Deos por via de martyrio, como erão seus desejos, contentava-se com lh'o offereer por suas mãos derramado. Mostrou o Senhor, que lhe chegava o Ceo o cheiro de tal sacrificio, e pagou-lh'o com permitir, que a terra, em que foi sepultada, sendo depois a caso tomada nas mãos, cheirasse a rosas, e ficasse muito tempo n'ella esta qualidade experimentada, e provada por todas as Religiosas com espanto." ⁽²⁾

"Madre Beatriz Aranha, que duas vezes serviu de Prioressa, com grande satisfação, gastando o mais do tempo na estancia do choro de em diuinos lououres, & na cella, onde era achada a toda a hora em Oração. Dizem della, que nũa teue cama para repouzar, imittando nisto a seu Santo Patriarcha, i em se açoutar frequentemente com cadeas de ferro, ate banhar a terra de sangue, & assim mesmo de agoa, que corria em fio de seus olhos. Jejuauua a maior parte do anno a pão seco, & as Quaresmas inteiras, sem já mais dispensar nas festas que nellas occorrê. Estas penitencias, & abstinencias a reduzirão a tal estado, que andaua de fraqueza acabando em pê, & no auge della, alentada com os vitaes Sacramentos, se desfez aquelle antigo comercio de alma & corpo, cada qual para sua parte, subindo eça a regalar-se no ethereo firmamêto cõ seu Esposo, & decdo elle ao horrido, & funesto de hu sepulchro, cuja terra honrou Deos, por muito tempo com suaues perfumes (...) foi o tranzito da Madre Beatriz Aranha, no Dominicano Conueto de Leiria, patria sua, cujos paes callão os Escritores da sua vida." ⁽¹⁾

Fonte: CARDOSO (1666), p.110, 116 ⁽¹⁾; SOUSA (1866), p. 478-479 ⁽²⁾

20. Soror Dona Catarina do Evangelista (?)

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

21. Soror Filipa Casoa

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

22. Soror Filipa Mendes

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

23. Soror Filipa das Povoas

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

24. Soror Francisca de Vasconcelos

Referência cronológica: 06/02/1581

Nota biográfica: Em 06/2/1581, ocupava o cargo de **Porteira**

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

25. Soror Helena de Andrade

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

26. Soror Inês de Góis

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

27. Soror Isabel da Conceição

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

28. Soror Leonor de Barros

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

29. Soror Maria de Jesus (?)

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

30. Soror Dona Mécia de Castro

Referência cronológica: 06/02/1581

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl. 144-146

31. Soror Filipa Pereira

Referência cronológica: 06/02/1581, 24/10/1581

Nota biográfica: Em 06/02/1581, ocupava o cargo de **Porteira**. Em 24/10/1581, ocupava o cargo de **Precuradeira**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 1; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-1, fl.140v-143v, 6/2/1581; fl. 144-146

32. Soror Joana de Faria

Referência cronológica: 06/02/1581, 24/10/1581

Nota biográfica: No período de 06/2/1581 a 24/10/1581, ocupava o cargo de **Rodeira**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 1; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

33. Soror Catarina do Evangelista

Referência cronológica: 06/02/1581, 24/10/1581, 02/01/1582

Nota biográfica: No período de 06/02/1581 a 02/01/1582 ocupava o cargo de **Prioresa**. Poderá ser a mesma religiosa a que alude Frei Luís de Sousa. Religiosa exemplar e virtuosa, a sua morte foi dita como acompanhada de manifestações diabólicas. ⁽¹⁾

"Esta Religiosa, sendo subdita, e depois Prelada do Convento, procedeo sempre com grande cuidado de sua alma: e foi em toda a vida tão verdadeira filha de S. Domingos, que não havia quem lhe achasse nem huma minima tacha nos costumes, nem em seu trato. Quando veio a fallecer ouvirão-se por toda a casa outros rancos temerosos, como na morte de Sor Isabel, com significação horrenda de sentimento; e as Madres cahindo bem na conta do que ouvião, dizião com alegria, que erão effeitos, da magoa, e despeito, com que Deos permitia serem de novo os Demonios atormentados, vendo, que huma fraca mulher em virtude do sangue de Christo alcançava com valor, e humildade, o que elles sendo tão valentes perderão por soberba. " ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2; 24-B-2, Escrituras, Doc. 1; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-1; fl. 144-146; SOUSA (1866), p. 477 ⁽¹⁾

34. Soror Guiomar Coelho

Referência cronológica: 06/02/1581, 24/10/1581, 02/01/1582

Nota biográfica: Em 2/1/1582, ocupava o cargo de **Porteira**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2 ⁽¹⁾; 24-B-2, Escrituras, Doc. 1 ⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146

35. Soror Joana do Rego

Referência cronológica: 06/02/1581, 02/01/1582

Nota biográfica: Em 2/1/1582, ocupava o cargo de **Porteira**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2 ⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-1, fl. 144-146

36. Soror Constança de São Francisco

Referência cronológica: 30/06/1592

Nota biográfica: Filha de Francisco da Rocha. Recebia 30 mil reis de um padrão e juro de que renuncia a favor do convento, em 30/06/1592.

Fonte: ANTT, Chancelarias Régias, D. Filipe I (Comuns), Liv. 13, fl. 246v-247

37. Soror Antónia de Teive

Referência cronológica: século XVI?

Nota biográfica: Tida como religiosa exemplar e virtuosa, durante a sua vida, bem como depois da morte. A sua sepultura foi aberta para o enterramento de outra religiosa, tendo sido recuperado um pequeno osso, que depois foi usado como na cura de enfermos.

"Temos na Madre Sor Antonia de Teive outra maravilha como a dos ossos de Eliseu; que despos de morto fizerão seus ossos effeitos de Profeta vivo. Era havida por muito sancta em vida, mostrou sel-o ao certo despois de morta. Succedeo ao cabo de muitos annos abrir-se a sua cova pera servir a outra Religiosa defuncta: ao cerrar como he ordinario, sobejou terra; e ficou n'ella hum ossinho dos mais meudos do corpo humano. Era presente uma Madre velha, que conhecera a defuncta antiga, lançou mão d'elle com tanto alvoroço, como se achara huma pedra preciosa: e não se enganou: porque mandando-o a alguns enfermos, se provou, e soube de certo, que fizera em todos obra milagrosa."

Fonte: SOUSA (1866), p. 479

38. Soror Maria de Góis

Referência cronológica: século XVI?

Nota biográfica: Outra religiosa exemplar. Destacou-se pela sua devoção a Santa Ana. Muito amada entre a comunidade. Falece já muito idosa, rodeada de muitas companheiras. A sua morte terá sido acompanhada e de uma sobrenatural, música de órgão, sem que mãos humanas tocassem o do convento, o que foi testemunhado por Soror Madalena de Jesus (54) e Briolanja das Chagas (56), que a velavam.

"Com semelhantes penhores de gloria vio este Mosteiro partir da vida a Madre Sor Maria de Goes. Foi esta Religiosa hum dos raros espiritos em pureza de consciencia, e na guarda do que tinha professado, que na Ordem de S. Domingos se criarão: e como era unica em tudo o que de huma essencial Religiosa se póde, e deve esperar, paixão os que d'ella tratão polo particular de suas virtudes, e assaz nos deixarão n'esta generalidade. Só ajuntão que era com encarecimento devota da gloriosa Sancta Anna: e que era tanto extremo respeitada, que passava o respeito a veneração. Vindo a fallsecer em grande velhice, estava cercada de todas, e todas muito sentidas de haverem de ficar privadas da que tinham por mãi na idade, e amparo na virtude. Eis que lhes foi ás orelhas hum som de órgãos tão acordado, e suave, que grandemente deleitava; mas polo mesmo caso, por ser em tal conjunção escandalizou: e ficarão em lembrança os nomes de duas Madres, que com sentimento se levantarão, e forão correndo ao Choro, pera reprenderem quem em ponto , que se devião desconsoladas lagrimas, tinham mãos pera instrumentos de alegria. Chamavão-se Sor Madalena de Jesus, e Sor Briolanja das Chagas ; porém tornarão mais admiradas, do que forão sentidas; porque acharão em tudo só, e sem rasto de se haver aberto o orgão. Assentarão-se com as irmãs, que acompnhavão a sancta Vella: e não erão bem assnentadas, quando torna a soar a mesma armonia, não cessou, até, que despedindo-se a bemdita alma do corpo, e voando pera o Ceo a levou consigo."

Fonte: SOUSA (1866), p. 480

39. Guiomar Botelha

Referência cronológica: 30/09/1554, 06/02/1581, 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 16/11/1610, 05/06/1627

Nota biográfica: Filha de Lopo Botelho. Irmã de Soror Catarina de Andrade (17).⁽¹⁾ Em 30/09/1554, adquiriu em conjunto com Soror Catarina de Andrade um padrão de juro de 12 800 reais de tença anual recebida pelo Almojarifado de Leiria⁽¹⁾, que deixa ao convento por sua morte, c. 1627.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl. 144-146; 59-D-6, fl. 13-15; 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138; ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 135-138⁽¹⁾; D. Filipe III (Comuns), Liv. 13, fl. 313-315, 05/06/1627

40. Soror Jerónima da Silva

Referência cronológica: 06/02/1581, 02/01/1582, 05/07/1602, 11/09/1602

Nota biográfica: Em 02/01/1582, ocupava o cargo de **Subpriora**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146; 59-D-6, fl. 105-106

41. Soror Maria Caldeira

Referência cronológica: 06/02/1581, 02/01/1582, 05/07/1602, 11/09/1602

Nota biográfica: Em 06/02/1581 ocupava o cargo de **Precuradeira**.⁽¹⁾ Em 02/01/1582, ocupava o cargo de **Rodeira**.⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146; 59-D-6, fl. 105-106

42. Soror Úrsula da Conceição

Referência cronológica: 06/02/1581, 05/07/1602, 11/09/1602; 8/11/1607

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146; 59-D-6, fl 13-15; fl. 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70

43. Soror Maria de Santa Ana

Referência cronológica: 06/02/1581, 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 16/11/1610

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146; 59-D-6, fl 13-15; fl. 105- 106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138

44. Soror Inês da Fonseca / Soror Inês de Jesus

Referência cronológica: 06/02/1581, 1598-1602, 5/7/1602, 11/09/1602, 8/11/1607, 31/5/1608, 16/11/1610, 29/04/1630

Nota biográfica: No período de 08/11/1607 a 31/05/1608, ocupava o cargo de **Priora**.⁽¹⁾ Testemunhou o episódio de peste ocorrido em Leiria entre 1598-1602, dando testemunho a favor do Barbeiro André Rodrigues em como este tinha ajudado as religiosas na enfermaria do convento a assintir a população doente:

“Dona Vicencia Pereira. Freira em Santa Anna, Ines da Afonsequa e as mais religiosas que assistirão no Convento no tempo da peste / p ara o serviço que fés na peste e cura”⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2 ⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146; 59-D-6, fl 13-15; fl. 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70 ⁽¹⁾; 59-D-10, fl.134-138; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. Nº 879, fl. 100 ⁽²⁾

45. Soror Mécia Brandoa

Referência cronológica: 06/02/1581, 24/10/1581, 1626

Nota biográfica: No período de 6/2/1581 a 24/10/1581, ocupava o cargo de **Subpriora**. Ocupou também o cargo de **Priora**. Grande conhecedora da história da sua casa, sendo depositária da sua tradição oral, que transmitia às habitantes mais novas. Do seu testemunho valeu-se Frei Luís de Sousa para a redacção de *História de São Domingos*, editada em 1626, tendo sido a sua principal informadora para a história da Santana, na ausência de documentos escritos.

“e o que temos dito colhemos pola mór parte de algumas Madres muito velhas, que com zelo da Religião conservarão com firme memoria as obras, e exemplos sanctos, que tinham visto, e ouvido em longos annos: entre as quais devemos lembrança à Madre Mecia Brandoa, que depois que hum vez foi Priora, ficou logrando muito tempo em vida quieta, e simples, com grande opinião de virtude, e todas as vezes, que se offerencia occasião, animava as moças, com o muito, que n'esta Casa vira, e ouvira.”

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 1; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146; SOUSA (1866), p. 481

46. Soror Bautista de Pina / Bautista da Ascensão

Referência cronológica: 06/02/1581, 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 16/11/1610, 27/03/1628, 27/06/1628

Nota biográfica: Em 06/02/1581 ocupava o cargo de **Celeireira**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146 ⁽¹⁾; 59-D-6, fl 13-15; fl. 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138; 59-D-16, fl 20v-22; fl. 111v-113v

47. Soror Beatriz de Andrade

Referência cronológica: 06/02/1581, 24/10/1581, 02/01/1582, 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 16/11/1610, 27/03/1628, 09/05/1628, 10/05/1628, 27/06/1628, 28/06/1628, 04/09/1631

Nota biográfica: Soror Vicência Pereira (50) poderá ser sua familiar. ⁽²⁾ No período de 24/10/1581 a 2/1/1582, ocupava o cargo de **Celeireira**. ⁽¹⁾ No período de 5/7/1602 a 11/9/1602 e no de 27/6/1628 a 28/6/1628, ocupava o cargo de **Priora**. ⁽²⁾ Em, 1628, possuía fazenda pessoal, não especificada, partilhada com Soror Vicência Pereira, nomeando procuradores arrendá-la, aforá-la e dela cobrar dívidas. Os seus negócios estariam na região de Leiria, Lisboa e Elvas, tendo em conta a morada dos procuradores, o que poderá ser um indicador da proveniência geográfica da religiosa e da sua família. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2 ⁽¹⁾; 24-B-2, Escrituras, Doc. 1 ⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146; 59-D-6, fl 13-15 ⁽²⁾; fl. 105- 106 ⁽²⁾; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138; 59-D-16, fl 20v-22; fl.69-70 ⁽²⁾; fl. 111v-113v ⁽²⁾; fl. 113v-114v ⁽²⁾; fl.71v-72 ⁽³⁾; 59-D-17, fl. 70-71v; fl.71v-73

48. Soror Maria de Alvarenga / Maria das Chagas

Referência cronológica: 06/02/1581, 05/07/1602, 11/09/1602, 16/11/1610, 27/03/1628, 27/06/1628, 04/09/1631, 19/11/1632, 25/12/1632, 08/04/1633, 03/04/1634

Nota biográfica: Em 16/11/1610 ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v; fl. 144-146; 59-D-6, fl 13-15; fl. 105-106; 59-D-10, fl. 134-138⁽¹⁾; 59-D-16, fl 20v-22; fl. 111v-113v; 59-D-17, fl. 70-71v; fl.71v- 73; 59-D-18, fl 21-23v; fl. 52-53; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13

49. Soror Úrsula Bernardes

Referência cronológica: 06/02/1581, 02/01/1582, 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 16/11/1610, 27/03/1628, 27/06/1628, 28/06/1628, 04/09/1631, 19/11/1632, 25/12/1632, 08/04/1633, 03/04/1634

Nota biográfica: Em 02/01/1582, ocupava o cargo de **Procuradeira**.⁽¹⁾ No período de 05/07/1602 a 16/11/1610, ocupou o cargo de **Subprioressa**.⁽²⁾ Em 28/6/1628, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽³⁾ Em 04/09/1631, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143; fl. 144-146; 59-D-6, fl. 105-106⁽²⁾; fl. 13-15,⁽²⁾; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138; 59-D-16, fl 20v-22; fl. 111v-113v; fl. 113v-114v,⁽³⁾; 59-D-17, fl. 70-71v,⁽⁴⁾; fl.71v-73⁽⁴⁾; 59-D-18, fl 21-23v; fl. 52-53; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13

50. Soror Dona Soror Vicência Pereira

Referência cronológica: 1598, 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 09/05/1628, 10/05/1628, 27/06/1628, 29/04/1630, 19/11/1632, 25/12/1632, 08/04/1633, 12/05/1633

Nota biográfica: Soror Beatriz de Andrade (47) poderá ser sua familiar.⁽¹⁾ Testemunhou o episódio de peste ocorrido em Leiria entre 1598-1602, dando testemunho a favor do Barbeiro André Rodrigues em como este tinha ajudado as religiosas na enfermaria do convento a assistir a população doente:

“Dona Vicencia Pereira. Freira em Santa Anna, Ines da Afonsequa e as mais religiosas que assistirão no Convento no tempo da peste / p ara o serviço que fés na peste e cura”⁽³⁾

Em 1628, possui fazenda pessoal, não especificada, partilhada com Soror Beatriz de Andrade, nomeando procuradores arrendá-la, aforá-la e dela cobrar dívidas. Possui uma herdade na vila de Olivença. Além de Olivença, os seus negócios estariam na região de Leiria, Lisboa e Elvas, tendo em conta a morada dos procuradores, o que poderá ser um indicador da proveniência geográfica da religiosa e da sua família.⁽¹⁾ Em 1630, herda uma terceira parte de uma nota de (?) a Fernão Correia de Sousa, seu primo, encontrando-se pela mesma em litígio com João de Matos; este e sua mãe, Beatriz de Matos devem-lhe 12 500 reis de uma renda anual paga a dia de Nossa Senhora de Agosto. Em 12/05/1633, nomeia procurador o Padre Frei Mestre António da Natividade para requerer sua justiça e cobrar a dívida.⁽²⁾ Poderá ser Soror Vicência da Trindade.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl 13-15; fl. 105- 106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-16, fl. 111v-113v; fl.69-70⁽¹⁾; fl.71v-72,⁽¹⁾; 59-D-18, fl 21-23v; fl. 52-53; fl. 146v-148; fl.160-170,⁽²⁾; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. Nº 879, fl. 100⁽³⁾

51. Soror Ana Brandoa

Referência cronológica: fins século XVI / século XVII

Nota biográfica: Religiosa exemplar, destacando-se pela sua devoção a São Domingos e São Francisco. Soror Catarina do Evangelista era já falecida aquando da sua morte, que foi acompanhada de semelhantes manifestações diabólicas, segundo a tradição da casa.

"Da Madre Sor Anna Brandoa se teve por certo, e sem duvida em toda a Comunidade, que foi visitada na hora da morte de nossos Padres S. Domingos, e S. Francisco. Foi sinal antecipado d'esta honra além de outros huma vida toda entregue a Deos, sem nunca desviar pera coisas do mundo, grande devoção com estes Sanctos. Foi o segundo o que derão os Demonios com terremotos, e medos, que na mesma hora se fizeram em casa, como esbravejando com ira e enveja, ao modo que tinham feito na morte das Madres Sor Isabel Lopez, e Sor Catherina do Evangelista."

Fonte: SOUSA (1866), p. 480-481

52. Soror Clara Botelho ou Clara Cassoa

Referência cronológica: fins século XVI / século XVII

Nota biográfica: Filha de Diogo Botelho da Silveira e de Brites Cassoa. Neta de António Botelho da Silveira (dado como Fidalgo da Casa Real e Alcaide-mor de Alfeizerão em 1577, mestre escola da Sé de Leiria) e de Antónia de Ataíde. Irmã de Soror Violante Botelho / Cassoa (55). De possível origem de uma rica e poderosa família cristã-nova pelo lado da mãe.

Fonte: QUEIROZ (2010), p. 203-204; POUSÃO-SMITH (2008), p. 176, 209, 210

53. Soror Helena da Cunha

Referência cronológica: fins século XVI / século XVII

Nota biográfica: Ocupou o cargo de **Prioressa**. Religiosa exemplar que se destacou pela vida de penitência na imitação da Paixão de Cristo. Sofria de uma doença, que se manifestava por uma ferida aberta no peito, referida no texto como cancro, o que não a impedia de se entregar a pesadas disciplinas.

"Merece memória n'estes escritos a Madre Sor Elena da Cunha por particular louvor, que teve de grande penitente, porque padecendo grandes miserias, e immenso trabalho com him Cancro aberto, que lhe comia os peitos, não podia acabar consigo deixar da mão a disciplina, e fazer penitencias de grande aspereza. Dizia que, o Cancro era mal das naturezas e doença forçada; e por tanto não desobrigava de lhe juntar penitencia voluntaria. Era devotissima da Paixão, considerava as dores dos pes e mãos do Bemdito Jesus. Tudo quanto padecia e fazia, lhe parecia pouco à vista da Cruz. Como tinha espirito pera soffrer tanto, quiz a Comunidade, que provasse também o trabalho de governar; derão-lhe o de Prelada, que administrou com satisfação, que de sua virtude se tinhamo promettido."

Fonte: SOUSA (1866), p. 481

54. Soror Madalena de Jesus

Referência cronológica: fins século XVI / século XVII

Nota biográfica: Referida na crónica de Frei Luís de Sousa, sendo já falecida antes da sua edição em 1626, sendo contemporânea de Soror Briolanja das Chagas (56). ⁽¹⁾ É uma das religiosas que assistiu a Maria de Góis (38) na morte, tendo testemunhado a

sobrenatural música. A memória do seu nome estava ainda bem presente à data da redacção da crónica.⁽¹⁾

Eis que lhes foi ás orelhas hum som de órgãos tão acordado, e suave, que grandemente deleitava; mas polo mesmo caso, por ser em tal conjunção escandalizou: e ficarão em lembrança os nomes de duas Madres, que com sentimento se levantarão, e forão correndo ao Choro, pera reprenderem quem em ponto, que se devião desconsoladas lagrimas, tinham mãos pera instrumentos de alegria. Chamavão-se Sor Madalena de Jesus, e Sor Briolanja das Chagas; porém tornarão mais admiradas, do que forão sentidas; porque acharão em tudo só, e sem rasto de se haver aberto o órgão. Assentarão-se com as irmãs, que acompanhavão a sancta Vella: e não erão bem assnentadas, quando torna a soar a mesma armonia, não cessou, até, que despedindo-se a bemdita alma do corpo, e voando pera o Ceo a levou consigo."⁽¹⁾

Fonte: SOUSA (1866), p. 480

55. Soror Violante Botelho ou Violante Cassoa

Referência cronológica: fins século XVI / século XVII

Nota biográfica: Filha de Diogo Botelho da Silveira e de Brites Cassoa. Neta de António Botelho da Silveira (dado como Fidalgo da Casa Real e Alcaide-mor de Alfeizarão em 1577, mestre escola da Sé de Leiria) e de Antónia de Ataíde. Irmã de Clara Botelho / Cassoa (52). De possível origem de uma rica e poderosa família cristã-nova pelo lado da mãe.

Fonte: QUEIROZ (2010), p. 203-204; POUSÃO-SMITH (2008), p. 176, 209, 210

Século XVII

56. Soror Briolanja

Referência cronológica: 11/09/1602

Nota biográfica: Poderá ser Soror Briolanja das Chagas, referida na crónica de Frei Luís de Sousa, sendo já falecida antes da sua edição em 1626.⁽¹⁾ É uma das religiosas que assistiu a Maria de Góis (38) na morte, tendo testemunhado a sobrenatural música. A memória do seu nome estava ainda bem presente à data da redacção da crónica.⁽¹⁾

Eis que lhes foi ás orelhas hum som de órgãos tão acordado, e suave, que grandemente deleitava; mas polo mesmo caso, por ser em tal conjunção escandalizou: e ficarão em lembrança os nomes de duas Madres, que com sentimento se levantarão, e forão correndo ao Choro, pera reprenderem quem em ponto, que se devião desconsoladas lagrimas, tinham mãos pera instrumentos de alegria. Chamavão-se Sor Madalena de Jesus, e Sor Briolanja das Chagas; porém tornarão mais admiradas, do que forão sentidas; porque acharão em tudo só, e sem rasto de se haver aberto o órgão. Assentarão-se com as irmãs, que acompanhavão a sancta Vella: e não erão bem assnentadas, quando torna a soar a mesma armonia, não cessou, até, que despedindo-se a bemdita alma do corpo, e voando pera o Ceo a levou consigo."⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 105-106; SOUSA (1866), p. 480⁽¹⁾

57. Catarina de Lemos

Referência cronológica: 11/09/1602

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de João de Lemos, morador em Lisboa, dotador. Inicia o noviciado em 1602 e terá professado em 1603, no mínimo. Entrou no convento com redução do dote para 50 mil reis, 20 mil pagos no acto da escritura, e 30 mil no dia da profissão, e ainda as habituais roupa do seu uso e cama para a enfermaria. A redução deveu-se aos seus dotes musicais, como instrumentista e cantora. Deverá ensinar música no convento e para isso traz os seus instrumentos:

“ a aceitavão // sem mais dote per sua ciêncã e ser iminente / em tanger e cantar e pra isso trazia os stromentos / necesarios e com comdicam que ella caterina / de llemos ade tanger no coro cantar e issinar / as madres que lhe mandare ensinar e com / estas condicoins disse elle vigario e prioreza e / mais madres que aceitavam a dita caterina / de llemos por freyra ”

“e de/ clarou elle Joan de llemos que allem das / arpas e manicordio e roupa de seu uso e / [...?] da entrada mais hua cama pera a ê/fermarja como he costume”.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 105-106

58. Soror Dona Joana da Silva

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/09/1602

Nota biográfica: Poderá ser Soror Joana (75).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15; fl. 105-106

59. Soror Maria

Referência cronológica: 11/09/1602

Nota biográfica: Poderá ser Maria d' Alvarenga, Maria de Santa Ana ou uma terceira pessoa. Aquelas são referenciadas pelo tabelião, mas não assinam, somente aparecendo uma única assinatura de uma religiosa de nome Maria.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 105-106

60. Soror Francisca de Jesus

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/9/1602, 08/11/1607

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 105- 106; fl. 13-15; 59-D-9, fl. 67v-70

61. Soror Antónia dos Anjos

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 16/11/1610

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. fl 13-15; 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138

62. Soror Isabel da Assunção

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 16/11/1610

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. fl 13-15; 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138

63. Soror Isabel dos Reis

Referência cronológica: 05/07/1602, 16/11/1610

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl 13-15; 59-D-10, fl. 134-138

64. Soror Eugénia do Rego

Referência cronológica: 05/07/1602, 27/03/1628, 27/06/1628

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de Rui Dias Evangelho (defunto) e de Ana do Rego, moradores na Vila do Chão do Couce. Sobrinha de Rui Dias Evangelho, padre, irmão da mãe, capelão de D. Brites de Lara, filha do 5º Marquês de Vila Real, D. Manuel de Meneses e irmã de Soror Dona Filipa de Meneses (67) e de Soror Dona Maria de Lara (109) ⁽²⁾. A sua mãe foi a sua dotadora e, depois de já ter pago as ordinárias, pagou 200 mil reis no acto da escritura de quitação em 1602, que foram entregues pelo seu tio, tendo como fiador António Monteiro, de Leiria. Os restantes 100 mil seriam pagos no primeiro quartel de 1603, do juro que Dona Brites de Lara, recolhida do Mosteiro de Aveiro, tinha no almoxarifado da cidade de Leiria. ⁽¹⁾⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl 13-15, ⁽¹⁾; 59-D-16, fl 20v-22; fl. 111v-113v; POUSAO-SMITH (2008), p. 267 ⁽²⁾; WAGNER (2007), p. 51-54 ⁽³⁾

65. Soror Dona Violante de Melo

Referência cronológica: 05/07/1602, 08/11/1607, 16/11/1610, 27/06/1628

Nota biográfica: Poderá ser Violante do Rosário (86).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl 13-15; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138; 59-D-16, fl. 111v-113v

66. Soror Ana Coelha Trigueiros

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/9/1602, 04/09/1631, 19/11/1632, 20/11/1632, 03/03/1633, 08/04/1633, 04/05/1633, 03/04/1634, 04/11/1634, 12/1/1640, 15/03/1640, 03/04/1640

Nota biográfica: Em 04/09/1631, ocupava o cargo de **Subprioressa**. ⁽¹⁾ No período de 20/11/1632 a 04/05/1633 ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾ No período de 12/01/1640 a 03/04/1640 ocupava o cargo de **Prioressa**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 105- 106; fl 13-15; 59-D-17, fl. 70-71v ⁽¹⁾; fl.71v- 73 ⁽¹⁾; 59-D-18, fl 21-23v; fl.23v-24v, ⁽²⁾; fl. 111-112v; fl. 146v-148, ⁽²⁾; fl. 167v-168v, ⁽²⁾; 59-D-19, fl. 11v-13; fl.150v-151v,; 59-D-20, fl. 94v-96v, ⁽³⁾; fl. 129-131, ⁽³⁾; fl. 148-149v ⁽³⁾

67. Soror Dona Filipa de Meneses (ou de Lara)

Referência cronológica: 11/09/1602; 18/09/1631; 19/11/1632, 25/12/1632, 08/04/1633, 03/04/1634, 03/04/1640, 16/08/1644

Nota biográfica: Filha de D. Manuel de Meneses (5º Marquês de Vila Real, 1º Duque de Vila Real) e de Dona Maria da Silva, Marquesa de Vila Real, ex-dama da Rainha D. Catarina. Irmã de Soror D. Maria de Lara (109) e de Brites de Lara, recolhida no Mosteiro de Aveiro, e que apoiou Eugénia do Rego ⁽²⁾⁽⁴⁾ Maria carreira era sua criada particular. ⁽¹⁾ Possuía locutório particular, tendo em conta que a procuração passada pela sua criada teve lugar “*grades do raro da senhora donna fellipa de Menezes*”. ⁽¹⁾ Faleceu em 16/08/1644, tendo sido enterrada no capítulo com a seguinte inscrição:

“Sepultura da Ill.ma Snr^a D. Fillippa / de Menezes, filha do Marquez Duque / de Villa Real. Faleceo a 16 de Agosto de 1644.” ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 105-106; 59-D-17, fl. 104-104v ⁽¹⁾ 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 52-53; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 148-149v; CASTRO (1697), p. 304 ⁽²⁾; ZÚQUETE (1943), p. 316 ⁽³⁾; WAGNER (2007), p. 51-55 ⁽⁴⁾

68. Soror Lourença de São Domingos

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 27/3/1628, 27/06/1628, 04/09/1631, 19/11/1632, 20/11/1632, 25/12/1632, 03/03/1633, 08/04/1633, 04/05/1633, 03/04/1634, 16/10/1634, 18/10/1634, 04/11/1634, 12/01/1640, 15/03/1640

Nota biográfica: No período de 20/11/1632 a 4/5/1633, e no de 12/1/1640 a 15/3/1640 ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15; fl. 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-16, fl. 20v-22; fl. 111v-113v; 59-D-17, fl. 70-71v; fl. 71v-73, 4/9/1631; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 23v-24v ⁽¹⁾; fl. 52-53; fl. 111-112v; fl. 146v-148; fl. 167v-168v, ⁽¹⁾; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v, ⁽²⁾; fl. 131-132; fl. 150v-151v; 59-D-20, fl. 94v-96v ⁽¹⁾; fl. 129-131 ⁽¹⁾

69. Soror Mariana da Azambuja

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 04/09/1631, 03/04/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 03/04/1640

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15; fl. 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-17, fl. 70-71v; fl. 71v-73; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; fl. 148-149v

70. Soror Isabel de Lemos / Isabel da Ressurreição

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 27/03/1628, 28/06/1628, 27/06/1628, 04/09/1631, 19/11/1632, 20/11/1632, 03/03/1633, 08/04/1633, 04/05/1633, 03/04/1634, 16/10/1634, 18/10/1634, 04/11/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 02/10/1653, 12/11/1653

Nota biográfica: Natural de Leiria. ⁽³⁾ Entrou para o convento em “*tenra idade*”. ⁽³⁾ No período de 27/06/1628 a 28/06/1628 ocupava o cargo de **Subpriora**. ⁽¹⁾ No período de 19/11/1632 a 04/11/1634 ocupava o cargo de **Priora**. ⁽²⁾ Herda de D. Isabel de Lencastre, Duquesa de Caminha, um livro de São João Evangelista, que deveria, por sua vez deixar a Soror Luísa do Evangelista (83). ⁽³⁾ Religiosa exemplar, que pelo exemplo da sua virtude e vigilância imprimiu uma disciplina renovada no costumes da casa. ⁽⁴⁾ À sua morte são atribuídas circunstâncias sobrenaturais, com manifestações diabólicas.

"Foi esta a Madre Sor Isabel de Lemos, que também como Sor Isabel de Mesquita, foi natural da mesma Cidade de Leiria, não menos venturosa por dar a taes filhas berço, como o Mosteiro de lh'o oferecer melhorado. Tão tenra foi a idade em que ambas se recolherão n'elle! Cresceo Sor Isabel, e avultou mais depressa em virtudes, que em annos, porque não tinha ainda muitos, quando a sua capacidade a poz no lugar de Prelada, em que se deveo a refórma da Casa tanto á sua vigilancia, como ao exemplo de sua vida. Foi ella larga, assim cheia de trabalhos, e miserias. Poz-se da parte d'ellas o inimigo das virtudes, e dispoz-lhe algumas ciladas, que vio zombadas, e descobertas com grande sentimento seu, porque no dia em que a boa velha, chegada ás portas da morte, se confessou geralmente, se virão no Mosteiro dous effeitos, que bem o parecião de raiva, e imapciencia da serpente venenosa, como foi o encher-se a cella da moribunda, e os Dormitorios, de hum cheiro agudo, e insupportavel de enxofre, que examinado, se lhe não achou principio; e ouvirem-se ao mesmo tempo no Pomar,

defronte da mesma cella, huns gemidos, que em tal lugar e a taes horas não podiam ser humanos. Entendeo-se melhor quem alterava com estas novidades o socego das Religiosas, quando algumas virão, que antes de fazer a moribunda o ultimo termo, miudando-se-lhe, e alterando-se-lhe o gesto, desembaraçou huma mão da roupa, dando com ella duas figas para uma parte da cella, sinal sem duvida de que deixava o inimigo não só sem triunfo, mas com vituperio. Entrou logo em hum grance socego, e d'elle passou a gozar o eterno."⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15; fl. 105-106; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-16, fl. 20v-22; fl. 111v-113v⁽¹⁾; fl. 113v-114v⁽¹⁾; 59-D-17, fl. 70-71 v; fl. 71v-73, 4/9/1631; 59-D-18, fl. 21-23v⁽²⁾; fl. 23v-24v⁽²⁾; fl. 111-112v⁽²⁾; fl. 146v-148⁽²⁾; fl. 167v-168v⁽²⁾; 59-D-19, fl. 11v-13⁽²⁾; fl. 127-128v⁽²⁾; fl. 131-132⁽²⁾; fl. 150v-151v⁽²⁾; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211; MARTINS (2000), p. 19; SANTA CATARINA (1866), p. 354-365⁽⁴⁾

71. Soror Madalena de Jesus

Referência cronológica: 05/07/1602, 08/11/1607, 27/03/1628, 27/06/1628, 19/11/1632, 25/12/1632, 08/04/1633, 03/04/1634, 02/10/1653, 12/11/1653

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15; 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-16, fl. 20v-22; fl. 111v-113v; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 52-53; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211

72. Soror Jerónima de Lemos / Jerónima da Coluna

Referência cronológica: 05/07/1602, 27/03/1628, 27/06/1628, 04/09/1631, 19/11/1632, 25/12/1632, 3/3/1633, 8/4/1633, 3/4/1634, 18/10/1634, 12/1/1640, 15/3/1640, 3/4/1640, 2/10/1653, 2/10/1663

Nota biográfica: No período de 12/01/1640 a 03/04/1640, ocupava o cargo de **Subprioresa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15; 59-D-16, fl. 20v-22; fl. 111v-113v; 59-D-17, fl. 70-71v; fl. 71v-73; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 52-53; fl. 111-112v; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 131-132; 59-D-20, fl. 94v-96v⁽¹⁾; fl. 129-131⁽¹⁾; fl. 148-149v⁽¹⁾; 59-D-24, fl. 151-153v; 59-D-27, fl. 220v-222v

73. Soror Juliana de Mendonça / Juliana de São Jacinto

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/09/1602, 08/11/1607, 16/11/1610, 27/03/1628, 28/6/1628, 04/09/1631, 19/11/1632, 20/11/1632, 25/12/1632, 03/03/1633, 08/04/1633, 03/04/1634, 16/10/1634, 18/10/1634, 04/11/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 22/09/1650, 24/09/1650, 26/09/1650, 13/10/1650, 02/11/1650, 02/10/1653, 12/11/1653, 02/10/1663

Nota biográfica: Em 28/06/1628 ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾ No período de 19/11/1632 a 04/11/1634, ocupava o cargo de **Subprioresa**.⁽²⁾ No período de 22/09/1650 a 02/11/1650 ocupava o cargo de **Prioresa**.⁽³⁾ Em 22/09/1650, compra por 7 mil reais brancos, a Maria Lopes, viúva de Domingos Luís, moradora no lugar da Lagoa, um foro a retro aberto de 7 alqueires de trigo pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento em 1651.⁽⁴⁾ Em 26/09/1650, compra por, 5 mil reis, a Luís Lopes e Catarina Lopes, moradores no lugar de Pedrome, um foro a retro aberto de 5 alqueires de trigo pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento em 1651.⁽⁵⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15; fl. 105-106, 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138; 59-D-16, fl. 20v-22; fl. 113v-114v⁽¹⁾; 59-D-17, fl. 70-71v; fl. 71v-73; 59-D-18, fl. 21-23v⁽²⁾; fl. 23v-24v⁽²⁾; fl. 52-53⁽²⁾; fl. 111-112v⁽²⁾; fl. 146v-148⁽²⁾; 59-D-19, fl. 11v-13⁽²⁾; fl. 127-128v⁽²⁾; fl. 131-132⁽²⁾;

fl.150v-151v ⁽²⁾; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; 50-D-21, fl. 22-24 ^{(3) (4)}; fl.26v-27v ⁽³⁾; fl. 27v-28 ⁽³⁾; fl. 28v-30v ^{(3) (5)}; fl. 31v-33v ⁽³⁾; fl. 61v ⁽³⁾; fl. 86v-88; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211; 59-D-27, fl. 220v-222v

74. Soror Filipa Correia

Referência cronológica: 08/11/1607

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 67v-70

75. Soror Joana

Referência cronológica: 08/11/1607

Nota biográfica: Poderá ser Soror Joana da Silva (58).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 67v-70

76. Soror Ana da Encarnação

Referência cronológica: 08/11/1607, 27/03/1628, 27/06/1628

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-16, fl. 20v-22; 59-D-16, fl. 111v-113v

77. Soror Brásia Dantas

Referência cronológica: 08/11/1607, 16/11/1610, 04/09/1631, 19/11/1632, 03/03/1633, 03/04/1634

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138; 59-D-17, fl. 70-71v; fl.71v-73; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 111-112v; 59-D-19, fl. 11v-13

78. Soror Dona Beatriz Teixeira / Soror Beatriz da Madalena

Referência cronológica: 08/11/1607, 16/11/1610, 27/6/1628, 04/09/1631, 19/11/1632, 25/12/1632, 03/03/1633, 03/04/1634, 16/10/1634, 04/11/1634

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-10, fl. 134-138; 59-D-16, fl. 111v-113v; 59-D-17, fl. 70-71v; fl.71v-73; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 52-53; fl. 111-112v; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; fl.150v-151v

79. Soror Beatriz da Costa / Soror Beatriz das Chagas

Referência cronológica: 08/11/1607, 04/09/1631, 19/11/1632, 25/12/1632, 03/03/1633, 03/04/1634, 18/10/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 03/04/1640, 24/09/1650

Nota biográfica: Em 24/09/1650 ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 67v-70; 59-D-17, fl. 70-71v; fl.71v-73; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 52-53; fl. 111-112v; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 131-132; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; fl. 148-149v; 59-D-21, fl.26v-27v⁽¹⁾; fl. 27v-28 ⁽¹⁾

80. Soror Isabel Coelho

Referência cronológica: 16/11/1610

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-10, fl. 134-138

81. Soror Dona Maria de Mendonça

Referência cronológica: 16/11/1610

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-10, fl. 134-138

82. Soror Joana do Deserto

Referência cronológica: 16/11/1610, 27/03/1628, 04/09/1631, 19/11/1632, 03/03/1633, 03/04/1634, 16/10/1634, 18/10/1634, 15/03/1640, 03/04/1640

Nota biográfica: Poderá ser Soror Dona Joana **(102)**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-10, fl. 134-138; 59-D-16, fl. 20v-22; 59-D-17, fl. 70-71v; fl. 71v- 73; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 111-112v; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; fl. 131-132; 59-D-20, fl. 129-131; fl. 148-149v

83. Soror Luísa de Vasconcelos e Silva / Luísa do Evangelista

Referência cronológica: 30/10/1615, 22/10/1623, 27/03/1628, 19/11/1632, 03/04/1634, 16/10/1634, 12/01/1640, 15/3/1640, 03/04/1640, 10/12/1650, 02/10/1653

Nota biográfica: Em 12/01/1640 ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽¹⁾ Em 10/12/1650, adquire a Mateus Fernandes e Maria Tomásia, moradores no lugar da Brigueira, termo da cidade de Leiria, 4 alqueires de trigo de foro a retro aberto, por 4 mil reis brancos. Foro pago anualmente por dia de nossa senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento em 1651. O foro é pago à religiosa, em sua vida e após a sua morte os direitos passam a pertencer ao convento. ⁽¹⁾ Por testamento de 30/10/1615 e respectiva adenda de 22/10/1623, herda de D. Isabel de Lencastre, uma tença anual de trinta mil reis, paga pela capela que instituiu. A Duquesa determina que esta tença beneficiaria esta e outra religiosa não nomeada e que começaria a ser paga 20 anos após a sua morte, durante a vida das religiosas. Recebe da mesma Duquesa duas tenças de 4 mil e 6 mil reis, como herança imediata à sua morte, perfazendo 10 mil reis. Por morte da religiosa, 5 mil reis desta tença seriam para o convento e outros 5 mil reis para Soror Aldonça da Silva **(84)**. A adenda ao testamento, datada de 22/10/1623, vem retirar este direito a Soror Aldonça, sendo o Convento o sucessor de Soror Luísa. Herdaria da mesma Duquesa o seu livro de São João Evangelista, sucedendo a Soror Isabel de Lemos **(70)** por sua morte, devendo, por sua vez, deixá-lo a outra religiosa “*grande Evangelista do proprio Convento*”. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 20v-22; 59-D-18, fl. 21-23v; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; 59-D-20, fl. 94v-96v ⁽¹⁾; fl. 129-131; fl. 148-149v; 59-D-21, fl. 121v-122v ⁽²⁾; 59-D-24, fl. 151-153v; MARTINS (2000), p. 10, 19, 20, 24, 26, 27 ⁽³⁾

84. Soror Aldonça do Espírito Santo

Referência cronológica: 30/10/1615, 22/10/1623, 23/05/1690

Nota biográfica: Poderá ser Aldonça da Silva referida no testamento de D. Isabel de Lencastre, em 30/10/1615. Segundo o mesmo documento, herdaria uma tença de 5 mil reis anuais por morte de Soror Luísa do Evangelista **(83)**, herdeira da mesma Duquesa. A adenda ao testamento, datada de 22/10/1623, vem retirar este direito a Soror Aldonça, sendo o Convento o sucessor de Soror Luísa.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-13, fl. 35-26; MARTINS (2000), p. 24

85. Soror Úrsula da Purificação

Referência cronológica: 27/03/1628

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 20v-22

86. Soror Violante do Rosário

Referência cronológica: 27/03/1628

Nota biográfica: Poderá ser Violante de Melo **(65)**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 20v-22

87. Soror Antónia Danta

Referência cronológica: 27/03/1628, 27/6/1628, 19/11/1632

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 20v-22; fl. 111v-113v; 59-D-18, fl. 21-23v

88. Soror Maria de Nazaré

Referência cronológica: 27/06/1628, 28/06/1628, 03/01/1633

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de Gil Antunes (defunto) e de Maria Carreira, moradores no Telheiro, termo da cidade de Leiria. Irmã de António Carreira, tutor morador no Telheiro. Foi recolhida (2) até 1628. Inicia o noviciado em 1628 e terá professado em 1629. O dotador foi Manuel Ribeiro da Costa, seu parente de Leiria, que empresta metade do dote, 150 mil reis a serem pagos aos dez meses de noviciado, bem como as ordinárias, a saber: 5 mil reis para o jantar da entrada; 3 mil reis para uma arroba de cera, ao tomar o hábito; 6 mil reis para uma cama e roupa para a enfermaria; 20 alqueires de trigo para os alimentos do ano de noviciado; 10 mil reis ao receber o hábito; 10 mil reis para o jantar da profissão; 3 mil reis para outra arroba de cera, estas duas ultimas por altura da profissão. Os pagamentos referentes ao tempo do noviciado já tinham sido pagos. A noviça fica obrigada a pagar-lhe o empréstimo por seus bens e fazenda, que inclui a herança do pai. Se não tiver fazenda suficiente para lhe pagar, ele dá o restante, se a profissão tiver efeito. As religiosas obrigam-se a não pedirem a *legitima* (herança) do pai da noviça até se pagar o que se deve ao dotador. Referida como *orfaã donzella / e virtuosa e parentta* do dotador e que a ela é *provei/tozo e onrozo o estado que quer tomar de freira*. Não sabe assinar. ⁽¹⁾ Em 03/01/1633, compra, por 5 mil reis, a Domingos Cunha e Beatriz Jorge, um foro a retro aberto de 5 alqueires de trigo pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento nesse ano. Os direitos são da religiosa e dos seus herdeiros e sucessores. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 111v-113v; fl. 113v-114v ⁽¹⁾; fl. 54v-56 ⁽²⁾

89. Soror Eugénia dos Serafins

Referência cronológica: 27/03/1628, 19/11/1632, 08/04/1633, 03/04/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 03/04/1640

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 20v-22; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; fl. 148-149v

90. Soror Filipa de Santo António

Referência cronológica: 27/03/1628, 03/04/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 03/04/1640

Nota biográfica: No período de 12/01/1640 a 03/04/1640, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾ Poderá ser Soror Dona Filipa de Ataíde (101).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 20v-22; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 94v-96v ⁽¹⁾; fl. 129-131 ⁽¹⁾; fl. 148-149v ⁽¹⁾

91. Soror Antónia do Evangelista

Referência cronológica: 27/03/1628, 03/04/1634, 15/03/1640, 02/10/1653, 12/11/1653

Nota biográfica: Poderá ser Soror Antónia de Ataíde (100). No período de 2/10/1653 a 12/11/1653, ocupava o cargo de **Prioressa**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl 20v-22; 59-D-19; fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 129-131; 59-D-24, fl. 151-153v ⁽¹⁾; fl. 209v-211 ⁽¹⁾

92. Soror Dona Mariana / Soror Mariana do Rosário

Referência cronológica: 27/03/1628, 19/11/1632, 08/04/1633, 16/10/1634, 03/04/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 03/04/1640, 02/10/1653, 02/10/1663

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl 20v-22; 59-D-18, fl 21-23v; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 127-128v; fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; fl. 148-149v; 59-D-24, fl. 151-153v; 59-D-27, fl. 220v-222v

93. Soror Filipa dos Mártires

Referência cronológica: 27/03/1628, 19/11/1632, 03/04/1634, 02/10/1653, 30/03/1672

Nota biográfica: Poderá ser Soror Filipa Salazar (121).

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl 20v-22; 59-D-18, fl 21-23v; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-24, fl. 151-153v; 59-D-27, fl. 220v-222v

94. Soror Maria da Graça

Referência cronológica: 27/03/1628, 19/11/1632, 03/04/1634, 02/10/1653, 12/11/1653, 02/10/1663, 30/03/1672

Nota biográfica: No período de 02/10/1653 a 12/11/1653, ocupava o cargo de **Subprioressa**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl 20v-22; 59-D-18, fl 21-23v; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-24, fl. 151-153v ⁽¹⁾; fl. 209v-211, ⁽¹⁾; 59-D-27, fl. 220v-222v

95. Soror Catarina de Sena

Referência cronológica: 27/03/1628, 19/11/1632, 03/03/1633, 08/04/1633, 03/04/1634, 16/10/1634, 18/10/1634, 04/11/1634, 30/03/1672, 16/09/1678

Nota biográfica: Em 30/03/1672, ocupava o cargo de **Suprioressa**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4, ⁽³⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl 20v-22; 59-D-18, fl 21-23v; fl. 111-112v; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; fl. 131-132; fl.150v-151v; 59-D-30, fl. 145v-148

96. Soror Maria de São José

Referência cronológica: 27/03/1628, 19/11/1632, 03/04/1634, 12/01/1640, 2/10/1653, 12/11/1653, 2/10/1663, 16/09/1678

Nota biográfica: No período de 2/10/1653 a 12/11/1653, e em 30/3/1672 ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4, 30/3/1672 ⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl 20v-22; 59-D-18, fl 21-23v ⁽²⁾; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 94v-96v; 59-D-24, fl. 151-153v ⁽¹⁾; fl. 209v-211 ⁽¹⁾; 59-D-27, fl. 220v-222v; 59-D-30, fl. 145v-148

97. Soror Maria de Santiago

Referência cronológica: 04/09/1631, 20/11/1632, 03/04/1634, 16/10/1634, 18/10/1634, 4/11/1634, 03/04/1640, 02/10/1653, 12/11/1653, 02/10/1663, 30/03/1672

Nota biográfica: Filha de Jerónima Pereira, viúva, moradora em Leiria. A mãe foi a sua dotadora que pagou os alimentos e propinas ordinarias. Aos dez meses de noviciado, por altura da profissão, tendo já tomado os votos, paga mil cruzados de dote, na qual quantia entram 60 alqueires de trigo de foro a retro. Apresenta como fiador, principal pagador e depositário João Marinho, morador em Leiria ⁽¹⁾ Inicia o noviciado em 1631 terá professado em 1632. Em 20/11/1632 já tinha mais de dez meses de noviciado, procedendo-se ao pagamento do dote. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl.71v- 73 ⁽¹⁾; 59-D-18, fl. 24v-25v ⁽²⁾; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; fl. 131-132; fl.150v-151v; 59-D-20, fl. 148-149v; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211; 59-D-27, fl. 220v-222v

98. Soror Mariana da Encarnação

Referência cronológica: 04/09/1631, 19/11/1632, 03/04/1634, 12/01/1640, 15/3/1640, 02/10/1653, 12/11/1653, 2/10/1663, 30/3/1672

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 70-71v; fl.71v- 73; 59-D-18, fl. 21-23v; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211; 59-D-27, fl. 220v-222v

99. Soror Vitória de Jesus

Referência cronológica: 04/09/1631, 20/11/1632, 03/04/1634, 16/10/1634, 15/03/1640, 03/04/1640, 02/10/1653, 02/10/1663, 06/10/1668, 16/9/1678

Nota biográfica: Filha do licenciado Nicolau de Miranda, físico do convento. O pai foi o seu dotador que pagou a *entrada* e o *jantar* do ano de noviciado. Aos dez meses de noviciado, por altura da profissão, tendo já tomado os votos, paga 320 mil reis de dote, na qual quantia entra 60 alqueires de trigo de foro a retro, além das ordinárias e propinas. Apresenta como fiador, principal pagador e depositário João Marinho, morador em Leiria. ⁽¹⁾ Inicia o noviciado em 1631 terá professado em 1632. Em 20/11/1632, já tinha mais de dez meses de noviciado, procedendo-se ao pagamento do dote. ⁽²⁾ Em 6/10/1668, ocupava o cargo de **Prioressa**. ⁽³⁾ Em 16/9/1678, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3 ⁽³⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 70-71v ⁽¹⁾; 59-D-18, fl.23v-24v ⁽²⁾; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; 59-D-20, fl. 129-131; fl. 148-149v; 59-D-24, fl. 151-153v; 59-D-27, fl. 220v-222v; 59-D-30, fl. 145v-148 ⁽⁴⁾

100. Soror Dona Antónia de Ataíde

Referência cronológica: 19/11/1632

Nota biográfica: Poderá ser Soror Antónia do Evangelista (**91**). Poderá ser irmã de Filipa de Ataíde (**101**) e a mesma que assistiu na sua morte. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; SANTA CATARINA (1866), p. 367 ⁽¹⁾

101. Soror Dona Filipa de Ataíde

Referência cronológica: 19/11/1632

Nota biográfica: Poderá ser Soror Filipa de Santo António (**90**). Poderá ser irmã de Dona Antónia de Ataíde (**100**). ⁽¹⁾ Religiosa exemplar, que se destacou pelo zelo na observância da regra, pela sua assiduidade no Coro (onde provou os seus dotes como

cantora), pela constante entrega à oração e humildade. ⁽¹⁾ Detentora de uma tença avultada. ⁽¹⁾ Sofria de algumas debilidades físicas, tendo sido vítima de uma grave febre que culminou na sua morte. ⁽¹⁾ Nesta foi assistida por uma irmã, que poderá ser Dona Antónia de Ataíde. Às portas da morte, diz-se que teve a visão de uma antepassada sua também freira em Santana, que dava pelo nome de Dona Violante ⁽¹⁾. Esta poderá tratar-se de Violante Botelho (55), sua prima, ou tia, tendo em conta as relações familiares entre os Ataíde e os Botelho.

"a Madre Sor Filippa de Athaide, illustre por nascimento, mas mais conhecida por um zelo ardente, e huma resolução livre, com que reprehendia as mais leves quebras da observancia. Na do Coro tão continua, que como se os achaques (que padecia muitos e intoleráveis) a respeitasse, recolhida áquelle Sagrado, era a primeira que a todas as horas junto á estante dava alma áquella sagrada melodia como huma voz clara e chea, de que era dotada. Acabadas as horas e Missa, ficava em oração até à mesa; occupação que repetia assim de dia, como de noite a toda a hora, que tinha livre, e o mesmo era levantar a Deos o espirito, que começarem a cahir de seus olhos tão copiosas e continuadas lagrimas, que entrarão as Religiosas no reparo de que não seria só compunção o motivo d'ellas. Fez-lhe a pergunta huma que tinha mais familiaridade com ella; a que respondeo com singeleza: "Madre, como não heide chorar? Orar não sei eu; sei que em me pondo diante de Deos, vejo o braço de sua justiça, levantando huma espada para castigar minhas culpas; e se ellas são tantas, como serão as lagrimas poucas? Pobre e humilde edificava a quem a via, e a tratava; porque sendo tão bem nascida, e tendo huma tença grossa, não usava do que tinha, nem tinha outro conceito do que era, mais que o da mais abatida servente da Casa; huma e outra coisa se via no trato de sua pessoa. Contava muitos annos n'este estylo de vida, quando a assaltou huma febre aguda; recebeo logo com grande consolação de espírito os Sacramentos, e a ultima noite que teve de vida, virão as Religiosas que lhe assistião, que mudando-se-lhe o semblante (entre accidente de fermosura e alegria) sorrindo-se estendia os braços, como que queria receber a alguem n'elles. Assistia-lhe huma irmã sua à cabeceira, e perguntou-lhe admirada, que novidade era aquella; ao que disse, não como resposta, mas como quem acabaca de entender o que via: "Sim, sim, a parenta que me vem buscar." E d'alli a pouco espirou, continuando-se-lhe tal alegria no semblante, como se desconhecera os horrores da morte. Entenderão logo as Religiosas, que a parenta de que dizia vinha busca-la, era huma Religiosa parenta sua, fallecida havia muitos annos na mesma Casa; não ficou d'ella mais que esta memoria, e a de que se chamava Dona Violante, mas as circunstancias com que parece a via, e fallou n'ella a moribunda, a seguravão digna de occupar esta escritura com maior noticia." ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl 21-23v; SANTA CATARINA (1866), p. 366-367 ⁽¹⁾

102. Soror Dona Joana

Referência cronológica: 19/11/1632

Nota biográfica: Poderá ser Soror Joana do Deserto (82).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl 21-23v

103. Soror Madalena de Sampaio

Referência cronológica: 25/12/1632

Nota biográfica: Dama de Dona Brites de Lara e Meneses, que foi sua dotadora. Esta recolheu-se no Mosteiro de Aveiro, depois de repudiada por seu marido Pedro de Medici, Pricípe da Toscana, e esta sua dama seguiu-lhe o exemplo com o seu patrocínio.

⁽¹⁾ A dotadora paga o dote no valor de mil cruzados, entregues depois de dez meses de noviciado por altura da profissão. Paga no acto da escritura as “*ordinarias costumadas*”, a saber 10 mil reis do jantar das freiras, 10 mil reis da cama da enfermaria, uma arroba de cera, ou 3200 reis por ela, 40 alqueires de trigo para os seus alimentos do ano do noviciado, ou 8 mil reis por eles, e ainda mais 10 mil reis de alimentos para esse mesmo ano, num total de 41 200 reis. Apresenta como fiador António Monteiro de Abreu e Luís do Quental Abreu, e como abonador destes, Manuel Francisco Banha, todos moradores em Leiria. Terá iniciado o seu noviciado em 1632 e professado em 1633. Poderá ser Soror Madalena do Sepulcro **(117)**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 52-53; WAGNER (2007), p. 51-54 ⁽¹⁾

104. Soror Ana do Paraíso

Referência cronológica: 19/11/1632, 03/04/1634

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; 59-D-19, 11v-13

105. Soror Isabel Bautista

Referência cronológica: 19/11/1632, 03/04/1634

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; 59-D-19, 11v-13

106. Soror Dona Inês / Inês de Cristo

Referência cronológica: 19/11/1632, 25/12/1632, 3/4/1634, 15/3/1640

Nota biográfica: Poderá ser Inês de Vera **(158)**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 52-53; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 129-131

107. Soror Isabel de Mesquita / Soror Isabel da Encarnação

Referência cronológica: 19/11/1632, 03/04/1634, 04/11/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 03/04/1640 02/10/1653, 12/11/1653, 02/10/1663

Nota biográfica: Natural de Leiria. Filha de Diogo Correia Alcoforado e de Isabel Vera de Mesquita, estes descendentes, respectivamente, de Sebastião Correia Alcoforado e Manuel de Mesquita, criados do 5º Marquês de Vila Real, D. Manuel de Meneses. Irmã de Inês de Vera **(1)**, que faleceu como recolhida no convento sem chegar a professor. ⁽¹⁾

⁽²⁾ ⁽³⁾ Entrou para o convento ainda em “*tenra idade*”. ⁽¹⁾ Ocupou os cargos de **Porteira**, **Procuradora** e **Dispenseira**. ⁽¹⁾ Ficou cedo com a família reduzida a um sobrinho a quem sustentava, depois de morto o seu pai e irmãos. Tia e sobrinho, desapossados de bens, vivem com muitas dificuldades financeiras. ⁽¹⁾ A religiosa costumava mendigar pelo convento para fazer face às suas dificuldades económicas e para prover às obras de caridade que fazia junto dos pobres que a procuravam, ou mesmo de companheiras, sendo essa a virtude que nela se destacou, e pela qual, foi celestialemente recompensada, segundo a tradição da casa. ⁽¹⁾ Um acidente com tronco de madeira caído sobre a sua cabeça, deixa-a surda e incapacitada de ocupar cargos de chefia e gestão. ⁽¹⁾ Faleceu idosa, vítima de doença grave. ⁽¹⁾ Foi seu confessor Frei Manuel de Torres **(3)**. ⁽¹⁾

"Foi esta Madre muito nobre, e sendo a sua família igualmente abastada, dispoz a Providência de Deos, que em breve tempo se vio desamparada d'ella, mortos seu pai, e irmãos, e reduzido hum unico sobrinho (que ficou de toda a Casa) a tão extrema

miseria, que ella o sustentava da pobre reção, com ser limitada para sua muita parcimonia, mas sempre com rosto alegre, e animo igual, dando graças ao Senhor pelo exame, que fazia da sua tolerancia não desconhecendo as coroas d'ella. Entre esta, e outras virtudes soube Sor Isabel de Mesquita mais singelamente escolher a melhor parte, porque a caridade foi o maior amigo do seu espirito. Pellas officinas do Mosteiro, e cellas das Religiosas, mendigava para soccorer a pobreza, estimando a occupação de Porteira, que teve grande parte de sua vida, para ser não só sua procuradora, mas ainda sus dispenseira. Assim o era de tudo o que tinha, que todo o seu possuir era dispendar; mas não ficou sem premio, ainda na terra, esta santa prodigalidade. Achava-se necessitada certa Religiosa, entrou-lhe na cella, vio-lhe algum dinheiro; pediu-lh'o para remediar-se; respondeu-lhe Sor Isabel que o tinha para pagar a huma pobre, mas que o levasse, se entendia, que seria maior sua necessidade; e sem duvida o seria, porque a Religiosa levou o dinheiro. Não se passarão muitas horas, quando chegando à Roda do Mosteiro huma mulher desconhecida, e pondo n'ella a mesma quantia, disse, que aquelle dinheiro se entregasse à Madre Sor Isabel, e sem dar resposta a alguma pergunta, que se lhe fez, desapareceu. Favoreceu mais o successo para o reparo a resistencia, que fez a Madre ao entregar-se-lhe o dinheiro, defendendo-se com constancia, que se lhe não devia, e que de ninguem o esperava. Cahio em fim na conta, que era o Ceo o que lh'o restituia. Não lhe devião menos de velo as necessidades do espirito, meditando continuamente as que padecerião os que gemem no rigoroso carcere do Purgatorio. Assim não havia acção penosa, que lhe não offerecesse para resgate. Ao romper da manhã corria os Claustros, lançando agua benta pelas sepulturas das Religiosas falecidas; passava d'alli ao Coro, detendo-se na oração por suas almas; e seria sem duvida cautela para a sua, o que era compaixão para as outras. Desejavão as Religiosas (com quem estes, como outros exercicios a tinham posto em reputação) ve-la no lugar de Prelada. Teve esta noticia; affligio-se, escusou-se, tendo por tão pezado o officio, que teve por leve o desastre, que a livrou d'elle, como o foi o cahir-lhe hum lenho sobre a cabeça, que deixou totalmente surda, e incapaz da occupação, que a ameaçava. Não duvidarão muitas Religiosas, que fosse o caso negociado com Deos por supplicas. Tanta foi a tolerancia com que soffreo o golpe! Tanto o gosto de ficar inhabil! Parece, que se podia entender assim, porque chegando no dia á Portaria hum Religioso de grande opinião, que importunado das Religiosas, fez o sinal da Cruz sobre a cabeça de algumas, chamando todas a Sor Isabel, para que o Padre lhe fizesse o mesmo, nos ouvidos, disse com socego, que a deixassem, que não queria ouvir, pois o Ceo assim o queria. E na verdade conselho pareceo superior, sendo a mais proveitosa cautela para o socego da vida religiosa, donde facilita o caminho para o commercio do Ceo o fechar-se alguma porta aos da terra. Entrada em annos, e estando na Enfermaria, sangrada de doença perigosa, se lhe soltou de noite huma sangria, acodindo-lhe tão tarde, que a tiverão por morta, e acordando de hum largo desmaio, disse: "Não se assustem, que eu não hei-de ir d'esta." Mas não tardou muito outra, de que logo seguiu, que seria última. Foi assim. Recebeo os Sacramentos, e já sem poder articular a voz, succedeo o que bastou a fazer notavel sua morte, e deixar acreditada sua vida. Fora n'ella devotissima de huma Imagem da Senhora da Piedade, que antigamente estivera no Coro debaixo, (...) Conhecião as Religiosas a devoção extremosa, e desvelada que Sor Isabel tinha com a Senhora, e rompeu-se no Mosteiro, (sem saber o princípio) que a mesma Senhora lhe fallara, ajudando-o a praticar o verem, que a imagem tinha agora a boca como entre aberta, assentando o commum reparo das mais antigas da Casa, que a virão primeiro sem aquella circumstancia. Era grande a modestia de Sor Isabel, não se atreverão a averiguar a duvida com ella. Agora que por instantes espirava, assitia-lhe o seu

Confessor o Padre Frei Manoel de Torres, e porque tinha noticia das duvidas em que andavão as Religiosas, parece, que intentava tira-las d'ellas, e disse para a moribunda: "Madre, Vossa Reverencia está na hora da sua ventura, de-me licença para que possa fallar agora." Ao que ella acodio com pressa, (como se já não tivera embaraço no ouvir) e levando a mão á boca, a tapou como que não dava licença. Assim espirou placidamente, entendendo-se do que se não disse, a verdade do que dizia, e muitas, que poderiam auctorizar sua vida, como inferir-se a ditosa, a que pasava." ⁽¹⁾

Fonte: de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 150v-151v; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; fl. 148-149v; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211; 59-D-27, fl. 220v-222v; SANTA CATARINA (1866), p. 362-364 ⁽¹⁾; QUEIROZ (2010), p. 272-273 ⁽²⁾; POUSÃO-SMITH (2008), p. 189 ⁽³⁾

108. Soror Dona Juliana / Juliana do Sacramento

Referência cronológica: 19/11/1632, 03/04/1634, 12/01/1640, 15/03/1640, 02/10/1653, 12/11/1653, 02/10/1663

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 94v-96v; fl. 129-131; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211; 59-D-27, fl. 220v-222v

109. Soror Dona Maria de Lara

Referência cronológica: 19/11/1632, 25/12/1632, 08/04/1633, 03/04/1634, 03/04/1640, 02/10/1663

Nota biográfica: Filha de D. Manuel de Meneses (5º Marquês de Vila Real, 1º Duque de Vila Real) e de Dona Maria da Silva, Marquesa de Vila Real, ex-dama da Rainha D. Catarina. Irmã de D. Filipa de Meneses (67) e de Beatriz de Lara, recolhida no Mosteiro de Aveiro, repudiada por seu marido Pedro de Medici, Príncipe da Toscana, e que apoiou Eugénia do Rego e Madalena de Sampaio (102). ^{(1) (2)}

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 52-53; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 148-149v; 59-D-27, fl. 220v-222v; CASTRO (1697), p.304 ⁽¹⁾; WAGNER (2007), p. 51-55 ⁽²⁾

110. Soror Dona Francisca / Soror Dona Francisca do Espírito Santo

Referência cronológica: 19/11/1632, 25/12/1632, 03/04/1634, 12/01/1640, 02/10/1653, 06/10/1668

Nota biográfica: Em 06/10/1668, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3, ⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 52-53; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-20, fl. 94v-96v; 59-D-24, fl. 151-153v

111. Soror Vicência da Trindade

Referência cronológica: 03/03/1633

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 111-112v

112. Soror Ana de Andrade

Referência cronológica: 04/05/1633

Nota biográfica: Filha de Manuel de Andrade Vasconcelos, cônego prebendado na Sé de Lisboa. Fez-se escritura de dote a 30/04/1632 (referida neste documento, mas não encontrada). Terá iniciado o noviciado na ou em data próxima à da escritura de dote, e já era freira professa em 04/05/1633. Antes noviciado, terá sido recolhida (5), uma vez que se faz referência aos alimentos que o pai tem de pagar pelos anos anteriores à

profissão, desde que estava no convento. O dotador pagou 200 mil reis, que estavam por pagar do dote, no valor de 400 mil reis. Entra também no seu dote um foro a retro de um moio de trigo *pera ella comer em sua via, e por sua morte ficar ao di/tto cōvento*. Paga também o *ordinário* da profissão, a saber, o 10 mil reis do jantar as freiras, 10 mil reis da cama da enfermaria, e uma arroba de cera, e ainda os alimentos referentes aos anos anteriores à profissão, desde que entrara no convento. Poderá ser Soror Ana da Cruz (116).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 167v-168v

113. Soror Catarina Raposa

Referência cronológica: 08/04/1633, 15/03/1640

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de Francisco da Costa Homem e de Maria Cabral, moradores na Vila de Chão do Couce. O seu dotador foi Francisco da Mota Madureira, fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, apresentando como seu procurador o Abade António Tavares Monteiro, Manuel Lopes Cosme, morador em Leiria, como seu fiador, e António Vaz de Castelo Branco, morador em Leiria como abonador. Dote no valor de mil cruzados pagos depois de dez meses de noviciado e *tomados os últimos votos pera/ co' efeito professar*. À entrada no convento como noviça, pagam-se 10 mil reis para o jantar das freiras, 10 mil reis para a cama da enfermaria, uma arroba de cera ou 3200 reis por ela 40 alqueires de trigo ou 8 mil reis por eles e, ainda, 10 mil reis para alimentos da noviça. Terá iniciado o noviciado em 1633 e professado em 1634. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 146v-148, ⁽¹⁾; 59-D-20, fl. 129-131

114. Soror Antónia da Madre de Deus

Referência cronológica: 03/04/1634

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 11v-13

115. Soror Catarina de Sena

Referência cronológica: 03/04/1634

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 11v-13

116. Soror Ana da Cruz

Referência cronológica: 03/04/1634, 16/10/1634, 04/11/1634, 03/04/1640

Nota biográfica: Poderá ser Ana de Andrade (112).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 11v-13, 3/4/1634; fl. 127-128v; fl.150v-151v; 59-D-20, fl. 148-149v

117. Soror Madalena do Sepulcro

Referência cronológica: 03/04/1634, 16/10/1634, 04/11/1634, 03/04/1640

Nota biográfica: Poderá ser Soror Madalena de Sampaio (103).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; fl.150v-151v; 59-D-20, fl. 148-149v

118. Soror Teresa de Jesus

Referência cronológica: 03/04/1634, 16/10/1634, 18/10/1634; 04/11/1634, 03/04/1640

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; fl. 131-132; fl.150v-151v; 59-D-20, fl. 148-149v

119. Soror Catarina da Anunciação

Referência cronológica: 04/11/1634, 02/10/1663, 06/10/1668

Nota biográfica: Em 2/10/1663 e 6/10/1668, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl.150v-151v; 59-D-27, fl. 220v-222v⁽¹⁾

120. Soror Maria Madalena

Referência cronológica: 16/10/1634, 18/10/1634, 04/11/1634, 02/10/1663, 12/11/1653, 06/10/1668, 30/3/1672, 16/09/1678

Nota biográfica: Em 02/10/1663, em 06/10/1668 e em 16/9/1678, ocupava o cargo de **Subprioressa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Doc.3,⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 127-128v; fl. 131-132, fl.150v-151v; 59-D-24, fl. 209v-211; 59-D-27, fl. 220v-222v,⁽¹⁾; 59-D-30, fl. 145v-148

121. Soror Filipa Salazar

Referência cronológica: 12/01/1640

Nota biográfica: Poderá ser Soror Filipa dos Mártires **(93)**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20, fl. 94v-96v

122. Soror Isabel da Madre de Deus

Referência cronológica: 15/03/1640

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20, fl. 129-131

123. Madalena de Andrade

Referência cronológica: 03/04/1640

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de Estêvão da Costa e de Beatriz Pacheca, moradores no Arrabalde da Ponte, termo da Leiria. O pai é o dotador que paga mil cruzados de dote, bem como 10 mil reis e 40 alqueires de trigo, ao tempo da profissão depois de tomados os últimos votos. Paga à entrada no noviciado as ordinárias e propinas. Apresenta como seu fiador Paulo Pinheiro Botelho, morador na mesma localidade. O contrato de dote tem uma cláusula que impede que o convento herde bens herdados pela religiosa, a não ser que os mesmos sejam transmitidos pelos pais, tendo os seus irmãos prioridade nessa partilha. Terá iniciado o noviciado em 1640 e professado em 1641.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20, fl. 148-149v

124. Maria da Encarnação

Referência cronológica: 15/03/1640, 12/11/1653

Nota biográfica: Filha adoptiva de Rafael de Meneses, fidalgo, morador em Leiria e de Dona Madalena, defunta. O dote e ordinárias são pagos ao convento, pelo pai adoptivo, com uma quinta na Ponte do Sirol, que a religiosa herda em metade da sua mãe adoptiva. A quinta é composta por “*caza vinha orta pumar olival / olival terra de pam logradouroiros entradas e çaidas*”. Por esta doação as religiosas do convento comprometem-se a “*dizenrem-lhe por / sua alma do dito Rafael de Menezes e pela da dita sua / primeira molher dona madanella em cada hum anno // pera todo o sempre hum officio de nove licois com sua minsa / que comstara da feitura desta em diante pello oita/vario de todos os santos.*” Luís da Silva, morador em Leiria, é também

dotador da religiosa pagando 200 mil reis por conta do dote. 30 mil reis já tinham sido pagos, outros 30 mil reis são pagos no acto da escritura de dote e os restantes 140 mil reis são pagos a prestações de 20 mil reis, de seis em seis meses “*por não dispor de o dito dinheiro loguo iuntamente*”. Terá iniciado o noviciado em 1640 e professado em 1641. ⁽¹⁾ Em 12/11/1653 ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20, fl. 129-131 ⁽¹⁾; 59-D-24, fl. 209v-211 ⁽²⁾

125. Soror Maria Clemência de Castelo-Branco (ou da Silva)

Referência cronológica: 03/09/1647, 1665

Nota biográfica: Nascida em Leiria às 23 horas do dia 03/09/1647. Baptizada na Sé de Leiria. Filha de Heitor Vaz de Castelo-Branco (5º Senhor do prazo de Lagar D’El Rei e de Luísa Maria da Silva Arnaut. Sobrinha de Soror Joana de Santa Teresa (140). Tia de de Soror Beatriz de Sousa (156), Clemência Maria da Soledade (212) e de Joana Vicência de Santa Teresa (228). Dada como religiosa em Santana em 1665. Ocupou o cargo de **Prioressa** por várias vezes.

Fonte: QUEIROZ (2010), p. 461-462

126. Soror Isabel do Sodré

Referência cronológica: 24/09/1650

Nota biográfica: Filha de Manuel do Quental de Vasconcelos, morador em Leiria, escrivão da Câmara Municipal ⁽²⁾. Até 24/9/1650, a religiosa, ou o convento em seu nome, recebia 7 alqueires de trigo de uma escritura de foro a retro aberto por conta do seu dote, dados pelo seu pai. Este herdara essa escritura de Catarina de Espindola, defunta. O foro deixou de ser pago porque os pagadores, desistem das propriedades sobre as quais o mesmo incidia. ⁽¹⁾ Poderá ser Soror Isabel da Silva (149).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl. 27v-28 ⁽¹⁾; POUSÃO-SMITH (2008), p. 268 ⁽²⁾

127. Soror Mariana do Espírito Santo

Referência cronológica: 02/11/1650

Nota biográfica: Em 02/11/1650, adquire 6 alqueires de trigo de foro a retro aberto, por 6 mil reis brancos a Francisco Fernandes e Marta Ribeiro, moradores no Alqueidão do Sirol, pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento em 1651. Em sua vida seriam sua propriedade individual e após a sua morte seriam do convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl. 85-86v

128. Soror Ana Maria

Referência cronológica: 24/09/1650, 12/11/1653, 02/10/1663

Nota biográfica: Em 24/09/1650 ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽¹⁾ Poderá ser Soror Ana Maria do Sacramento (154).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl. 26v-27v ⁽¹⁾; fl. 27v-28 ⁽¹⁾; 59-D-24, fl. 209v-211; 59-D-27, fl. 220v-222v

129. Soror Antónia do Apocalipse

Referência cronológica: 12/11/1653

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 209v-211

130. Soror Beatriz da Madre de Deus

Referência cronológica: 12/11/1653

Nota biográfica: Poderá ser Beatriz de Sousa (156).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 209v-211

131. Soror Francisca da Apresentação

Referência cronológica: 12/11/1653

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 209v-211

132. Soror Maria Madalena

Referência cronológica: 12/11/1653

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 209v-211

133. Soror Maria dos Serafins

Referência cronológica: 12/11/1653

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 209v-211

134. Soror Bernarda de São Miguel

Referência cronológica: 12/11/1653, 15/03/1662, 20/03/1662, 30/03/1672

Nota biográfica: Em 15/03/1662, compra a António Fernandes e Maria Domingues, moradores no Casal dos Claros, termo de Leiria, por 10 mil reis, 10 alqueires de trigo de foro a retro aberto pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento no presente ano. Em 20/03/1662, compra a Pedro Francisco e Isabel Dias, moradores em Regueira de Pontes, termo de Leiria, por 5 mil reis, 5 alqueires de trigo de foro a retro aberto pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento no presente ano.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 209v-211; 59-D-26, fl. 11v-13; fl.18v-20

135. Soror Jacinta dos Reis

Referência cronológica: 2/10/1653, 30/03/1672

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 151-153v

136. Soror Mariana das Chagas

Referência cronológica: 12/11/1653, 30/03/1672, 16/09/1678, 23/5/1690

Nota biográfica: Em 19/9/1678, ocupava o cargo de **Prioresa**. ⁽¹⁾ Em 23/5/1690, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 209v-211; 59-D-30, fl. 145v-148 ⁽¹⁾; 59-E-13, fl. 35-26 ⁽²⁾

137. Soror Josefa Maria da Silva

Referência cronológica: 1658, 02/10/1663

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de Domingos Pires, defunto e de Maria Gomes da Rosa e enteada de Inácio Ribeiro. Entra no convento em 1658 como recolhida (7) “*por popilla*”e, depois de proposta a votos e aceite, inicia o noviciado em 1663, e terá vindo a professar em 1664, como freira do coro, ocupando “*hum dos lugares do*

numero”. Os dotadores são a mãe e o padrasto, que pagam dote no valor de mil cruzados, 20 mil reis da propina do jantar da entrada, 10 mil reis para a cama da enfermaria, 40 mil reis para a propina do jantar do dia da profissão e duas arrobas de cera, por altura da profissão, depois de tomados os últimos votos. À entrada no noviciado pagam-se as propinas e mais obrigações costumadas, a saber, 40 alqueires de trigo e 10 mil reis para os alimentos do ano de noviciado. A religiosa não provém de uma família abastada, porque, além destes pagamentos, as religiosas do convento “*não que/rião dos dottadores mais couza algũa que pertença ou po/sse por algũa via vir a pertensser a ditta Josepha Maria da Sil/va por serem sabedoras que ella do seo pai não tinha legi/tima Bastantte com que pudesse ser freira*”. O seu padrasto tinha emprestado 200 mil reis ao convento, que se compromete a descontá-los no valor do dote, caso os não pague antes da altura indicada.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v

138. Soror Dona Mariana de Mendonça

Referência cronológica: 24/05/1662

Nota biográfica: Filha de Rui Correia Alardo, Senhor da Quinta do Valboco (falecido em 1601) e de Violante de Mendonça (falecida em 1629). Irmã de Inês de Vera (158). Em 24/05/1662 compra a Pedro Alves e Maria Dias, para a confraria de São Pedro, no convento Santana de Leiria, por 7 mil reis brancos, 7 alqueires de trigo de foro a retro aberto pagos anualmente por dia Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento no presente ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-26 fl. 49-50v; QUEIROZ (2010), p. 429

139. Soror Juliana de São Domingos

Referência cronológica: 02/10/1663, 30/3/1672

Nota biográfica: Irmã de Soror Estefânia de São José (144) e do Padre Disidério da Fonseca, defunto. ⁽¹⁾ Tia de Soror Mariana Flores (143). Tia de Soror Maria de Brito (141), e de Soror Maria de Brito (142). Herda do seu irmão um olival junto à ermida de são Miguel perto de Leiria, um olival na parte de fora do mesmo sítio, um olival perto do Seixal e um Olival com nove oliveiras na estrada que vai de Leiria às Cortes. Estes bens passam para o Convento. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4 ⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v

140. Soror Joana de Valadares (ou Joana da Silva) / Joana de Santa Teresa

Referência cronológica: 02/10/1663, 30/03/1672, 16/09/1678, 1712

Nota biográfica: Filha de António Vaz de Castelo Branco (4º Senhor de Lagar D’El Rei, apaniguado do Marquês de Vila-Real, Vereador da Câmara Municipal de Leiria, entre outros cargos) e de Maria Rebelo da Silva. Neta de Gaspar Rebelo, vereador da mesma Câmara. Sobrinha de D. Pedro Vieira da Silva, Bispo de Leiria. Tia de D. Frei José de Sousa Castelo Branco, bispo do Funchal. Tia de Soror Maria Clemência de Castelo-Branco (125). Tia avó de Soror Clemência Maria da Soledade (212) e de Joana Vicência de Santa Teresa (228). ⁽³⁾ Viúva, sem geração, do seu primo Félix da Silva de Sousa de Curutelo, senhor do Guardão, que faleceu estando para tomar posse do cargo de Guarda Mor da Torre do Tombo, para o qual tinha sido nomeado por D. João IV pelo

seu serviço na Guerra da Restauração ⁽⁴⁾. Em 02/10/1663 ocupava o cargo de **Prioressa**.
⁽¹⁾ Em 30/03/1672 e 16/09/1678, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4 ⁽²⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v ⁽¹⁾; 59-D-30, fl. 145v-148 ⁽²⁾; QUEIROZ (2010), p. 449-450; 464-465 ⁽³⁾; Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa* (1712) cit em GOMES (2009), p. 310

141. Soror Maria de Brito

Referência cronológica: 06/10/1668

Nota biográfica: Filha de Luís Ribeiro Cabral, morador na sua Quinta de São Tomé, termo da vila de Soure. Sobrinha do Licenciado Simão Lobo de Brito, pior da Igreja de Santa Maria de Torres Novas. Sobrinha de Soror Dona Mariana Flores (143). Prima de Soror Maria de Brito (141). Sobrinha da recolhida Mara Loba Corte Real (13). O seu pai foi o dotador, e o seu tio o fiador, entregando um dote no valor de mil cruzados e propinas costumadas. Professou a 7/10/1688.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3

142. Soror Maria de Brito

Referência cronológica: 06/10/1668

Nota biográfica: Filha de Jerónimo Lobo de Brito, defunto, e da recolhida Maria Loba Corte Real (13), morador na sua Quinta da Boa Vista, termo da vila de Abiúl. Sobrinha de Luís Ribeiro Cabral e do Licenciado Simão Lobo de Brito, pior da Igreja de Santa Maria de Torres Novas. Sobrinha de Soror Dona Mariana Flores (143). Prima de Maria de Brito (140). Luís Ribeiro Cabral foi o dotador, e o outro seu tio, o fiador, entregando um dote no valor de mil cruzados e propinas costumadas. Professou a 07/10/1688.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3

143. Soror Mariana Flores

Referência cronológica: 06/10/1668, 30/03/1672

Nota biográfica: Filha de Simão da Mata Fonseca, morador em Leiria. Irmã do Licenciado Simão Lobo de Brito, pior da Igreja de Santa Maria de Torres Novas. Sobrinha de Juliana de São Domingos (139) e de Soror Estefânia de São José (144). Tia de Soror Maria de Brito (141) e de Maria de Brito (142). Cunhada da recolhida Maria Loba Corte Real (13). Entrou no noviciado em 20/09/1661. Os 200 mil reis que o pai pediu de empréstimo para pagamento de dote foram distratados pelo seu tio em 06/10/1668.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3; Doc.4

144. Soror Estefânia de São José

Referência cronológica: 30/03/1672

Nota biográfica: Irmã de Soror Juliana de São Domingos e do Padre Disidério da Fonseca, defunto. Tia de Soror Mariana Flores (143), de Soror Maria de Brito (140) e de Soror Maria de Brito (141). ⁽¹⁾ Ocupou o cargo de **Mestra de Noviças**. ⁽²⁾ Religiosa exemplar, que consagrou a sua vida à oração constante na cela e no coro, à devoção a uma Imagem de Nossa Senhora da Encarnação e à penitência pela autoflagelação. ⁽²⁾ Herda do seu irmão um olival junto à ermida de São Miguel perto de Leiria, um olival

na parte de fora do mesmo sítio, um olival perto do Seixal e um Olival com nove oliveiras na estrada que vai de Leiria às Cortes. Estes bens passam para o Convento.⁽¹⁾ Contrai uma doença mortal que a leva em poucos dias. O momento da sua morte foi imediatamente antecedido de um sonho protagonizado pela Nossa Senhora da sua devoção, interpretado pela tradição da casa, como experiência mística.⁽²⁾

"a Madre Sor Estefania de S. Joseph, rara no retiro, e recolhimento, e assistencia do Coro, gastando o que lhe restava, assim do dia, como da noite, em oração, com tanta suavidade n'ella, que derretendo-se-lhe o coração pelos olhos, se esquecia do descanso, ou mostrava, que não queria outro. Sua grande reforma, e observancia, a fez Mestra de Noviças; com ellas era affavel, e branda, comsigo austera esquiva, mostravão-n'o muitas vezes as paredes da sua cella nos sinaes mal dissimulados de rigorosa disciplina. Levava-lhe suavemente os cuidados, e os affectos da alma huma Imagem da Senhora da Encarnação. Obrigou-se a Senhora dos sinceros desejos de sua devota, porque entrada em dias, e cahindo de huma mortal doença, lhe deu a entender a mesma Senhora os avanços com que a servira. Esperva já sacramentada, e contrita a ultima hora, quando a tomou hum sono pezado. Assistia-lhe huma Religiosa de sua confinança acordou-a, parecendo-lhe, antes lethargo, que repouso. Abrio a moribunda os olhos, e esforçando a voz, lhe disse: " Ai, Madre! para que me acordastes? Sonhava eu agora, que caihira em hum grande, e immundo lago, e que chegando a minha Senhora, e tirando-me d'elle pela mão, dizia: Não te desconsolles, que ficarás limpa; assim o vi logo, e que minha Senhora não me largando da mão, me levava a hum dilatado e feroso campo." Calou aqui Sor Estefania, e suspendendo-se hum pouco, disse como alcançada do que dissera: "Madre, não creais nada do que vos digo, que isto he sonho"; e em breves horas, com sinaes de grande consolação, passou (como se póde entender com piedosa conjectura) ao campo, a que a levava sua soberana Advogada."⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4⁽¹⁾; SANTA CATARINA (1866), p. 365⁽²⁾

145. Soror Isabel Rebelo

Referência cronológica: 30/03/1672

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4

146. Soror Francisca dos Santos

Referência cronológica: 30/03/1672, 16/09/1678, 23/05/1684, 18/02/1686

Nota biográfica: No período de 23/05/1684 a 08/02/1686, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽¹⁾ Em 23/05/1684, nomeia seu procurador Sebastião Dias Trigueiros, morador na vila de Abrantes, para que, em seu nome, possa assinar uma escritura de desistência de uma tença de 20 mil reis anuais que a sua irmã, Maria de Sousa, lhe deixou em testamento, que por sua vez herdara do seu defunto marido António Machado, morador em Abrantes. Francisca dos Santos desiste da mesma trespassando-a a Maria da Graça, noviça no convento de Nossa Senhora da Esperança de Abrantes, sua sobrinha-neta, filha da sua sobrinha Leonor Alves, para que a mesma possa professar no mesmo convento.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-10, fl. 121v-122⁽¹⁾; 59-E-8, fl. 12v-13v⁽¹⁾

147. Soror Estefânia Pereira de Melo

Referência cronológica: 16/07/1677 ?, 1712, 1721

Nota biográfica: Filha de Tomé da Silva Pereira, senhor da Quinta de Caldelas e de Isabel Faria de Castelo Branco. Viúva, de Jerónimo Osório que alegadamente faleceu a 16/7/1677, sem dele ter descendência, o que a levou a passar a sua casa e senhorio à família dos Sousa Castelo Branco e a professor ⁽¹⁾ ⁽³⁾. Irmã de Sebastião Pereira da Silva ⁽²⁾. **Fonte:** Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa* (1712) transcrito em GOMES (2009), p. 312 ⁽¹⁾; *Notícia da Cidade e Bispado de Leiria enviada por Brás Raposo da Fonseca, provedor da Comarca, à Academia Real da História* (1721) transcrito em GOMES (2009), p. 380 ⁽²⁾; QUEIROZ (2010), p. 372 ⁽³⁾

148. Soror Inês da Rosa

Referência cronológica: 16/09/1678

Nota biográfica: Filha de Inácio Ribeiro, escrivão contratado pelo convento para elaborar o seu tombo e de Maria Inês da Rosa, ambos moradores em Leiria. Estava no convento “*recolhida por popilla*” (11), querendo ser freira professa do coro. O seu dote foi pago pelo serviço do pai, que tinha um custo de mil cruzados, ou seja o valor do dote praticado, à época pelo convento. Este não tinha possibilidade económica de pagar o serviço, pelo que aceitou o contrato nestes termos. Inácio Ribeiro paga apenas as propinas da entrada e da profissão. Terá iniciado o noviciado em 1678 e professado em 1679.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148

149. Soror Isabel da Silva

Referência cronológica: 16/09/1678

Nota biográfica: Poderá ser Soror Isabel do Sodré (126).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148

150. Soror Mariana de Andrade

Referência cronológica: 04/05/1682

Nota biográfica: Em 04/05/1682, adquire a Domingos Dias e sua mulher, moradores no lugar do Vale do Sumo, termo de Leiria, por 27 mil reis brancos, 9 alqueires de azeite de foro a retro aberto, pagos anualmente por dia de Natal, sendo o primeiro pagamento nesse ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-1, fl. 106v-110

151. Soror Catarina Pereira / Catarina do Evangelista

Referência cronológica: 18/02/1686

Nota biográfica: Filha de Bartolomeu Ribeiro, sobrinha do Capitão João Pereira Mourinho, defunto, morador em Leiria, irmã do Doutor Miguel Ribeiro da Fonseca, provedor da cidade de Mazagão. Do seu tio herdou bens e benefícios (“*serviços*”) que o rei lhe tinha concedido em vida, “*por servir muitos annos a sua magestade que / Deus Guarde sem dos serviços ter satisfação e lhe ficar a ella / como sua erdeira.*” Renuncia os ditos “*serviços*” a favor do seu irmão que “*os podera pedir de mercee a sua maggestade*”.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-8, fl. 12v-13v

152. Soror Ana Joaquina da Paixão

Referência cronológica: 23/05/1690

Nota biográfica: Em 23/05/1690, ocupava o cargo de **Subprioresa**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-13, fl. 35-26

153. Soror Gerarda de Sousa Castelo Branco / Gerarda da Fé

Referência cronológica: 23/05/1690

Nota biográfica: Filha de Luís Cabral de Mendonça e de Catarina Josefa de Sotomaior.

⁽¹⁾ Sobrinha de Soror Beatriz de Sousa (156).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-13, fl. 35-26; QUEIROZ (2010), p. 445

154. Soror Ana Maria do Sacramento

Referência cronológica: 10/05/1700

Nota biográfica: Poderá ser Soror Ana Maria (127).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 182v-184

155. Soror Francisca de Santo António

Referência cronológica: 18/03/1700

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 161-163

156. Soror Beatriz de Sousa

Referência cronológica: século XVII

Nota biográfica: Poderá ser Beatriz da Madre de Deus (130). Filha de Manuel Esteves Serrão (Feitor das madeiras de Sua Magestade, Sargento-mor de Leiria) e de Ana Valadares e Castelo-Branco, casados cerca de 1598, pelo que esta religiosa terá vivido no século XVII.

Fonte: QUEIROZ (2010), p. 444-445

157. Soror Francisca Pimentel

Referência cronológica: século XVII

Nota biográfica: Poderá ser identidade própria ou ser uma destas religiosas: Dona Francisca do Espírito Santo (110), Francisca da Perciúncula (168), Francisca Teodósia (169), Francisca dos Santos (145) ou Francisca de Santo António (155). Terá habitado o convento desde o século XVII. Religiosa exemplar, que se destacou pela sua virtude e entrega à oração pelas almas, o que, segundo a tradição da casa, lhe terá valido a sua sobrenatural manifestação em forma de canto, como reconhecimento.

"Repetia esta [oração] a Madre Sor Francisca com entranhavel ancia pelas Almas, e parece, que se lhe quizerão mostrar agradecidas, porque entrada em artigo de morte, para que se dispoz com grande resignação, e conformidade, assistindo-lhe a Comunidade, como he costume, ouvirão algumas serventes, que na Casa tinham bom nome, que no Coro se cantava. Estranharão-n'o como falta de caridade, por lhe parecer seriam Religiosas, que faltavam n'aquella hora a tão precisa assistencia, e passando a examinar o Coro, advertio huma, que entre as vozes, que se ouvião, conhecia a de huma Religiosa, que falecera com boa opinião na Casa. Mas chegando todas, virão as cadeiras vazias, nem trouxeram mais noticia, que de ser o estylo da musica do Officio de defuntos. Fizerão as Religiosas conjectura, que seriam as Almas, que vinhão assitir, e acompanhar a sua bemfeitora, que na mesma hora passou, e seria a receber o premio de o ter sido."

Fonte: SANTA CATARINA (1866), p. 365-366

158. Soror Inês de Vera

Referência cronológica: século XVII

Nota biográfica: Poderá ser Soror Dona Inês de Cristo (106). Filha de Rui Correia Alardo, Senhor da Quinta do Valboco (falecido em 1601) e de Violante de Mendonça (falecida em 1629). Irmã de Soror Mariana de Mendonça (138). Terá vivido desde o século XVII.

Fonte: QUEIROZ (2010), p. 427-428

159. Soror Josefa Maria

Referência cronológica: século XVII

Nota biográfica: Poderá ser Josefa Maria da Silva (137). Religiosa exemplar, que se destacou pela sua virtude e entraga à oração e que, na hora da morte, terá tido um combate com o Demónio seguido de música celestial.

"Não foi menos venurosa a morte da Madre Sor Josefa (ainda que lhe precedesse conflicto, sahindo d'elle com triunfo) porque dous dias antes que falecesse, entrando em grandes agonias e sem dar atenção ao que lhe perguntavão algumas Religiosas, levantou a mão, e descarrgou hum grande golpe em a face; pediu logo que lhe lançassem agoa benta para hum lado da cama, e ficando só com huma Religiosa, de que se fiava, lhe disse: "Madre, como me deixou só, que tive hum grande trabalho com o inimigo, mas acodio-me o Senhor. "D'este instante até o que e espirou, se lhe não ouvio mais que dar-lhe graças, passando a entoa-las com os Coros do Anjos."

Fonte: SANTA CATARINA (1866), p. 365-366

Século XVII / XVIII

160. Soror Mariana da Conceição

Referência cronológica: 27/3/1628, 19/11/1632, 03/03/1633, 02/10/1653, 12/11/1653, 30/3/1672, 16/9/1678, 15/10/1703

Nota biográfica: Em 27/03/1628, ocupava os cargos de **Subpriora**, **vigaria** e **governadora**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 20v-22; 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 111-112v; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211; 59-D-27, fl. 220v-222v, 2/10/1663; 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-28, fl. 158-159v

161. Soror Maria de Jesus

Referência cronológica: 04/09/1631, 04/09/1631, 19/11/1632, 08/04/1633, 03/04/1634, 24/09/1650, 02/10/1653, 12/11/1653, 30/03/1672, 18/03/1700, 16/08/1701

Nota biográfica: No período de 24/09/1650 a 12/11/1653 ocupava o cargo de **Depositária**.⁽²⁾ Poderá chamar-se Maria da Silva ou Dona Maria da Silveira, não sendo possível corresponder a assinatura de Maria de Jesus com os dois nomes enunciados pelo tabelião.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 70-71v; fl.71v- 73; 59-D-18, fl. 21-23v, 19/11/1632⁽¹⁾; fl. 146v-148; 59-D-19, fl. 11v-13; 59-D-21, fl.26v-27v⁽²⁾; fl. 27v-28⁽²⁾; 59-D-24, fl. 151-153v; fl. 209v-211,⁽²⁾; 59-E-17, fl. 161-163; 59-E-24, fl. 128v-131

162. Soror Margarida das Chagas

Referência cronológica: 20/9/1650, 2/10/1663, 30/3/1672, 16/9/1678, 23/5/1690, 18/3/1700, 10/5/1700, 16/8/1701, 15/10/1703; 04/10/1712

Nota biográfica: Em 2/10/1663, e no período de 16/8/1701 a 10/15/1703, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽²⁾ Em 30/3/1672, 23/5/1690, e no período de 18/03/1700 a 10/5/1700, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽³⁾ Em 20/9/1650, compra um foro a retro aberto de 7 alqueires de trigo por 7 mil reais brancos, a Pedro Francisco, morador no lugar de A-do-Barbas, termo de Leiria. Foro pago anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento em 1651.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4,⁽³⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl. 19-21⁽¹⁾; 59-D-27, fl. 220v-222v,⁽²⁾; 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-13, fl. 35-26,⁽³⁾; 59-E-17, fl. 161-163,⁽³⁾; fl. 182v-184,⁽³⁾; 59-E-24, fl. 128v-131⁽²⁾; 59-E-28, fl. 158-159v⁽²⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

163. Soror Maria do Céu

Referência cronológica: 02/10/1663, 16/9/1678, 23/05/1690, 18/03/1700, 10/05/1700, 16/08/1701, 15/10/1703, 04/10/1712

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v; 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-13, fl. 35-26; 59-E-17, fl. 161-163; fl. 182v-184; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-28, fl. 158-159v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

164. Soror Catarina de São Francisco da Prisão

Referência cronológica: 02/10/1663, 16/09/1678, 18/03/1700, 10/05/1700, 16/08/1701, 15/11/1702, 04/10/1712, 14/02/1715

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v; 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-17, fl. 161-163; fl. 182v-184; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-32, fl. 118-120v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

165. Soror Madalena de Santo Agostinho

Referência cronológica: 02/10/1663, 10/5/1700, 15/11/1702, 04/10/1712, 14/02/1715, 05/09/1719, 06/11/1719

Nota biográfica: Em 04/10/1712, ocupava o cargo de **Subprioressa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-17, fl. 182v-184; 59-E-32, fl. 118-120v; 59-E-38, fl. 5-6-v; 59-E-38, fl. 79-72v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v⁽¹⁾

166. Soror Maria Baptista de Santo António

Referência cronológica: 16/09/1678, 23/05/1690, 18/03/1700, 16/08/1701

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-13, fl. 35-26; 59-E-17, fl. 161-163; 59-E-24, fl. 128v-131

167. Soror Micaela Maria do Sacramento

Referência cronológica: 16/9/1678, 16/08/1701, 15/11/1702, 15/10/1703

Nota biográfica: No período de 16/08/1701 a 15/11/1702, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-24, fl. 128v-131 ⁽¹⁾; 59-E-26, fl. 65v-67, ⁽¹⁾; 59-E-28, fl. 158-159v ⁽¹⁾

168. Soror Francisca da Perciúncula

Referência cronológica: 16/09/1678, 15/11/1702, 06/11/1719

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-38, fl. 79-72v

169. Soror Francisca Teodósia

Referência cronológica: 16/09/1678, 16/08/1701, 04/10/1712, 14/02/1715, 05/09/1719, 06/11/1719

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-32, fl. 118-120v; 59-E-38, fl. 5-6-v; fl. 79-72v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

170. Soror Mariana do Sacramento

Referência cronológica: 16/9/1678, 18/3/1700, 10/5/1700, 20/6/1701, 16/8/1701, 15/11/1702, 15/10/1703, 04/10/1712, 06/11/1719, 03/01/1725

Nota biográfica: No período de 18/03/1700 a 15/10/1703, e em 04/10/1712, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾ No período de 15/11/1702 a 15/10/1703, ocupava o cargo de **Subprioresa**.⁽²⁾ Em 20/6/1701, Maria de Almeida, viúva de Manuel de Sousa trespassa à religiosa, por 3 500 reis brancos, uma escritura de 3 alqueires e meio de milho grosso pagos anualmente por Manuel Brás, da Gândara dos Olivais. Os direitos do foro são da religiosa e seus herdeiros. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-17, fl. 161-163 ⁽¹⁾; fl. 182v-184 ⁽¹⁾; 59-E-24, fl. 74-76; 59-E-24, fl. 128v-13 ⁽¹⁾; 59-E-26, fl. 65v-67 ^{(1) (2)}; 59-E-28, fl. 158-159v ^{(1) (2)}; 59-E-38, fl. 79-72v; – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v ⁽¹⁾

171. Soror Mariana da Encarnação

Referência cronológica: 16/9/1678, 18/3/1700, 10/5/1700, 16/8/1701, 15/11/1702, 04/10/1712, 6/11/1719, 23/12/1727, 09/01/1731, 19/03/1731

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-17, fl. 161-163; fl. 182v-184; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-38, fl. 79-72v; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-12, fl. 171-172v; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 93-95v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

172. Soror Catarina dos Serafins

Referência cronológica: 23/5/1690, 18/3/1700, 10/5/1700, 16/8/1701

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-13, fl. 35-26; 59-E-17, fl. 161-163; 59-E-17, fl. 182v-184; 59-E-24, fl. 128v-131

173. Soror Mariana do Salvador

Referência cronológica: 23/05/1690, 18/03/1700, 10/05/1700, 16/8/1701, 15/11/1702, 15/10/1703, 04/10/1712

Nota biográfica: No período de 18/3/1700 a 10/5/1700, ocupava o cargo de **Subprioresa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-13, fl. 35-26; 59-E-17, fl. 161-163 ⁽¹⁾; fl. 182v-184 ⁽¹⁾; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-28, fl. 158-159v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

174. Soror Maria Clemência do Santíssimo Sacramento

Referência cronológica: 23/5/1690, 16/8/1701, 04/10/1712, 29/12/1719, 07/07/1723

Nota biográfica: Em 23/05/1690, ocupava o cargo de **Depositária** ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-13, fl. 35-26, ⁽¹⁾; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-38, fl. 174-177; 60-A-2, fl. 46v-49v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

175. Clara Maria de Santa Rosa

Referência cronológica: 23/5/1690, 16/08/1701, 02/02/1712, 04/10/1712, 14/02/1715, 05/09/1719, 06/11/1719, 03/01/1725, 23/03/1726, 17/08/1726, 16/11/1727, 23/12/1727

Nota biográfica: No período de 02/02/1712 a 14/02/1715, e no de 03/01/1725 a 17/08/1726, ocupava o cargo de **Prioressa**. ⁽¹⁾ No período de 16/11/1727 a 23/12/1727, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-13, fl. 35-26; 59-E-24, fl. 128v-131; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-6, fl. 123-124 ⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 59-E-32, fl. 118-120v ⁽¹⁾; 59-E-38, fl. 5-6-v; fl. 79-72v, 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v, ⁽¹⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-9, fl. 167-168v ⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v ⁽¹⁾; 60-A-7, fl. 130-132 ⁽²⁾; 60-A-8, fl. 23-26 ⁽²⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v ⁽¹⁾

176. Soror Dona Mariana Teresa de Sousa / Soror Mariana Teresa da Anunciação

Referência cronológica: 07/05/1694, 16/08/1701, 04/10/1712, 05/09/1719, 06/11/1719, 29/12/1719, 22/03/1720, 19/11/1720, 07/07/1723, 17/08/1726

Nota biográfica: Nascida c. 1669 (referida em 1694 como maior de vinte e cinco anos). Filha de Diogo Soares de Sousa e de Dona Catarina de Andrade Leitão, defuntos, moradores no Arrabalde da Ponte, irmã de Sebastião Soares de Sousa. Recolhida (15) e educada desde infância no convento. Deseja professar e para isso, faz uma “*doação cauza mortis*” dos seus bens móveis e de raiz, que tem e que haveria de receber em herança dos seus pais, ao seu irmão, “*porquanto pella profissão que esperava fazer ficava / morrendo para o mundo.*” ⁽¹⁾ Terá professado c. de 1695. Em 16/08/1701, seria já professa, porque surge o nome de Soror Mariana Teresa da Anunciação, que lhe poderá corresponder. ⁽²⁾ Em 04/10/1712, ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽³⁾ No período de 05/09/1719 a 07/07/1723, ocupava o cargo de **Prioressa**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 33 ⁽⁴⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-19, fl. 152 ⁽¹⁾; 59-E-24, fl. 128v-131 ⁽²⁾; 59-E-38, fl. 5-6-v, ⁽⁴⁾; fl. 79-72v, ⁽⁴⁾; fl. 174-177, ⁽⁴⁾; 59-E-39, fl. 43v-45, ⁽⁴⁾; 60-A-2, fl. 46v-49v, ⁽⁴⁾; 60-A-5, fl. 111-112v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v ⁽³⁾

177. Soror Mariana de Santa Rosa

Referência cronológica: 10/5/1700, 16/8/1701

Nota biográfica: Em 16/8/1701, ocupava o cargo de **Subprioressa**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 182v-184; 59-E-24, fl. 128v-131, ⁽¹⁾

178. Soror Mariana de Jesus

Referência cronológica: 10/05/1700, 02/02/1712, 14/02/1715, 05/09/1719, 06/11/1719, 29/12/1719, 19/11/1720, 23/12/1727, 29/1/1728

Nota biográfica: Irmã de Soror Ana Maria de São Francisco (188) e de outra religiosa de nome não mencionado. ^{(2) (3)} Em 10/0/1700, em 14/02/1715 e no período de 5/9/1719 a 19/11/1720 ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾ Possui patrimônio familiar partilhado com as irmãs. ^{(2) (3)} Em 2/2/1712, nomeia procuradores para a defenderem juntamente com Soror Ana Maria de São Francisco num caso de dívida a seu favor. ⁽²⁾ Em 23/12/1727, ela e sua irmã de nome não mencionado eram já defuntas, tendo a deixado dívidas a Soror Ana Maria de São Francisco, que se viu obrigada a vender patrimônio familiar para as poder pagar e também dizer missas por suas almas. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 182v-184 ⁽¹⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-6, fl. 123-124 ⁽²⁾; 1º Ofício, Dep. V, 59-E-32, fl. 118-120v ⁽¹⁾; 59-E-38, fl. 5-6-v ⁽¹⁾; fl. 79-72v ⁽¹⁾; fl. 174-177 ⁽¹⁾; 59-E-39, fl. 43v-45 ⁽¹⁾; 60-A-8, fl. 23-26 ⁽³⁾; fl. 96-98v ⁽³⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

179. Soror Catarina Teresa de Melo / Catarina Teresa da Encarnação

Referência cronológica: 18/03/1700, 16/08/1701, 15/11/1702, 04/12/1712, 13/11/1717, 6/11/1719, 19/11/1720, 03/01/1725, 19/12/1729, 30/12/1729, 09/01/1731, 19/03/1731, 08/06/1731

Nota biográfica: No período de 19/12/1729 a 08/06/1731, ocupava o cargo de **Subprioressa**. ⁽²⁾ Encabeça, em nome do convento, a posse de uma capela instituída por Maria Franco Palhana da vila de Peniche. Em 13/11/1717, por autorização régia, é trocada a metade de um Casal na Atouguia da Baleia por uma terra no sítio e Vale do Medo, termo da cidade de Leiria, como bem vinculado à capela, por ser esta mais próxima e mais rentável. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 161-163; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-38, fl. 79-72v, ⁽¹⁾; 59-E-39, fl. 43v-45; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v; 60-A-11, fl. 85v-87v, ⁽²⁾; fl. 87v-89v ⁽²⁾; fl. 99-101v, ⁽²⁾; 60-A-12, fl. 171-172v ⁽²⁾; 60-A-13, fl. 88-90v ⁽²⁾; fl. 91-92 ⁽²⁾; fl. 93-95v ⁽²⁾; fl. 176v-178 ⁽²⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v; ANTT, Chancelarias Régias, D. João V (Mercês), Livro 51, fl. 174-174v ⁽¹⁾

180. Soror Madalena Maria

Referência cronológica: 18/03/1700, 10/5/1700, 16/08/1701, 15/11/1702, 04/10/1712, 03/1/1725, 23/03/1726, 17/08/1726, 19/12/1729, 30/12/1729, 08/06/1731

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 161-163; fl. 182v-184; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-26, fl. 65v-67; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-11, fl. 85v-87v; fl. 87v-89; fl. 99-101v; 60-A-13, fl. 176v-178; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

181. Soror Josefa Caetana de Castro / Josefa Caetana do Evangelista

Referência cronológica: 18/3/1700, 16/8/1701, 14/2/1715, 29/12/1719, 19/11/1720, 03/01/1725, 17/08/1726, 23/12/1727, 08/06/1731, 05/05/1732, 15/09/1734, 10/11/1734, 26/04/1741, 13/01/1742, 14/01/1742, 01/02/1743, 08/03/1743, 29/10/1743, 08/02/1745, 11/02/1745, 12/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 05/02/1746, 27/05/1746, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 21/10/1749, 16/03/1750

Nota biográfica: Em 17/08/1726, ocupava o cargo de **Subpriora**.⁽¹⁾ No período de 5/5/1732 a 10/11/1734, e no período de 08/02/1745 a 17/04/1747, ocupava o cargo de **Priora**.⁽²⁾ No período de 21/10/1749 a 16/03/1750, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 161-163; 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-32, fl. 118-120v; 59-E-38, fl. 174-177; 59-E-39, fl. 43v-45; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v⁽¹⁾; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-13, fl. 176v-178; 60-A-15, fl. 39v-40v,⁽²⁾; fl. 40v-42v⁽²⁾; 60-A-16, fl. 49v-51v⁽²⁾; fl. 132v-134,⁽²⁾; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-A-31, fl.44v-45v ; fl.45v-47; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-2, fl. 170-173; 60-B-3, fl. 164v-167⁽²⁾; fl. 167v-171v⁽²⁾; fl. 174-176v,⁽²⁾; fl. 180-182v,⁽²⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v,⁽²⁾; fl. 54-57⁽²⁾; fl. 119-121,⁽²⁾; 60-B-5, fl. 23v-26v,⁽²⁾; fl.104-106,⁽²⁾; 60-B-6, fl. 46v-50v,⁽²⁾; fl. 72v-76,⁽²⁾; fl. 77v-78v,⁽²⁾; 60-B-8, fl. 89-90v,⁽²⁾; 60-B-9, fl.149-151,⁽²⁾; 60-B-10, fl. 111-114,⁽²⁾; 60-B-12, fl. 56-57v⁽²⁾; fl. 63-64v⁽²⁾; fl. 65-66⁽²⁾; 60-B-16, fl. 94-96⁽³⁾; 60-B-17, fl. 56-58⁽³⁾

182. Soror Maria Francisca da Prisão

Referência cronológica: 18/3/1700, 15/11/1702, 15/10/1703, 129/12/1719, 19/11/1720, 17/8/1726, 16/11/1727, 23/12/1727, 30/12/1729, 19/3/1731, 04/06/1732, 26/4/1741, 13/1/1742, 14/01/1742, 01/02/1743, 08/03/1743, 29/10/1743, 30/6/1746, 21/10/1749, 16/3/1750, 01/07/1751,

Nota biográfica: Em 15/10/1703 ocupava o cargo de **Escrivã**.⁽¹⁾ Em 19/11/1720, no período de 16/11/1727 a 23/12/1727, em 30/6/1746, e em 01/07/1751, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽²⁾ No período de 26/4/1741 a 29/10/1743, ocupava o cargo de **Priora**.⁽³⁾ Recebe por testamento da recolhida Ana de Miranda (**21**), os rendimentos (“*reditos*”) de uma escritura de 40 mil reis deixada ao sobrinho da mesma recolhida.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39⁽³⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 161-163; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-28, fl. 158-159v⁽¹⁾; 59-E-38, fl. 174-177; 59-E-39, fl. 43v-45,⁽²⁾; 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-7, fl. 130-132⁽²⁾; 60-A-8, fl. 23-26⁽²⁾; 60-A-11, fl. 99-101v; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 93-95v; 60-A-15, fl. 87-88; 60-A-30, fl. 105v-108⁽³⁾; 60-A-31, fl.44v-45v⁽³⁾; fl.45v-47⁽³⁾; 60-B-1, fl. 22-23⁽³⁾; 60-B-2, fl. 170-173⁽³⁾; 60-B-9, fl.176-179v⁽²⁾; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 107-108⁽²⁾

Século XVIII

183. Soror Madalena de São Tiago

Referência cronológica: 16/08/1701

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131

184. Soror Margarida Josefa

Referência cronológica: 16/08/1701

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131

185. Jacinta dos Serafins

Referência cronológica: 16/8/1701, 15/11/1702, 14/2/1715, 06/11/1719

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-32, fl. 118-120v; 58-E-38, fl. 79-72v

186. Soror Úrsula Marcelina / Soror Úrsula da Glória

Referência cronológica: 16/08/1701, 14/02/1715, 04/12/1763, 05/09/1719, 03/01/1725, 23/03/1726

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-32, fl. 118-120v; 59-E-38, fl. 5-6-v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

187. Soror Serafina de São Domingos

Referência cronológica: 16/8/1701, 04/10/1712, 23/12/1727

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 60-A-8, fl. 23-26; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

188. Soror Ana Maria de São Francisco

Referência cronológica: 15/11/1702, 02/02/1712, 04/10/1712, 14/02/1715, 29/12/1719, 23/03/1726, 23/12/1727, 29/1/1728, 30/12/1729, 19/03/1731

Nota biográfica: Irmã de Soror Mariana de Jesus (178) e de outra religiosa de nome não mencionado. Possui património familiar partilhado com as irmãs. Em 02/02/1712, nomeia procuradores para a defenderem juntamente com Soror Mariana de Jesus num caso de dívida a seu favor. ⁽¹⁾ Em 23/12/1727, vende, por 75 mil reis brancos, ao Capitão José da Guarda Fragoso, morador no lugar das Cortes, termo da cidade de Leiria e sua mulher, um pomar com todas as suas árvores, pertenças e serventias e logradouros, na várzea do lugar das Cortes, no sítio do Quintozo. ⁽²⁾ Em 29/01/1728, vende, por 40 mil reis brancos, a Manuel Nunes de Meneses, morador no lugar do Vidigal, termo de Leiria, as seguintes propriedades: um olival que está no sítio dos Barracões, no Vidigal; outro olival no sítio do Vidigal de cima; outro olival no sítio da Raposeira; outro olival no mesmo sítio da Raposeira; duas oliveiras no sítio das Barrocas dos Azambujos em terra de Dona Petronilha Josefa, viúva de Sebastião Soares de Sousa Evangelho, de Leiria; uma oliveira no sítio dos Azambujos em terra de Morgado; outra oliveira no cabo de baixo da Raposeira entre os caminhos; mais três oliveiras que estão no sítio Barracões em terra que ficou de Manoel Francisco Quinteiro. ⁽³⁾ As vendas efectuaram-se sob autorização da comunidade e do Provincial da Ordem dos Pregadores, que a religiosa solicitara, segundo documentos trasladados. ⁽²⁾ As vendas de 1727 e 1728 motivam-se pela idade, estado de saúde e dívidas criadas pela religiosa e herdadas das suas irmãs (Soror Mariana de Jesus e outra de nome não mencionado), ambas religiosas no convento e já defuntas:

“Como / me acho com mais de setenta annos e id.e e com bastantes achaques que são propri/os aos meus annos, e com grande cuidado em me ver tão individada e / com empenhos antigos que eu não fis, e ficarão de minhas Irmaãs Relli/giozas que forão em este convento (...) e pera tudo satisfazer me he preçizo vender algumas das pro-priedades que ainda pesuo e bastem para todo o dezempenho: o que não / poso fazer sem expresa licença de vosa Reverendisima e com-/centimento desta comonidade”. ⁽²⁾

Dívidas herdadas das irmãs: 53 600 reis de jugados de uns moinhos que a religiosa possuía em conjunto com elas, vencidos entre 1700 e 1710. ⁽²⁾ Dívidas da religiosa: esmolos de missas por alma das irmãs. ⁽²⁾ Depois de pagas as dívidas, os restantes bens da religiosa são herdados pelo convento. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-26, fl. 65v-67; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-6, fl. 123-124 ⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 59-E-32, fl. 118-120v, 59-E-38, fl. 174-177; 2º Ofício, Dep. V 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl.

23-26 ⁽²⁾; fl.96-98v ⁽²⁾ ⁽³⁾; 60-A-11, fl. 99-101v; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 93-95v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

189. Soror Maria Josefa

Referência cronológica: 16/08/1701, 23/03/1726, 23/12/1727, 30/12/1729, 19/03/1731

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 2º Ofício, Dep. V 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-11, fl. 99-101v; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 93-95v

190. Soror Leonor Maria

Referência cronológica: 16/08/1701, 04/10/1712, 03/01/1725, 23/03/1726, 17/08/1726, 23/12/1727, 19/12/1729, 30/12/1729, 19/03/1731, 08/06/1731, 05/05/1732

Nota biográfica: Em 07/07/1723, ocupava o cargo de **Subpriora**. ⁽¹⁾ Em 01/09/1724, empresta a António Lopes e sua mulher Isabel Francisca, moradores na Abadia, 20 mil reis, à razão de juro anual de 6,25%. ⁽²⁾ Em 08/07/1732, empresta a Manuel Francisco, e a Isabel Rodrigues, sua mulher, moradores no Ribeiro do Prado, 40 mil reis à razão de juro anual de 6,25%. ⁽³⁾ Em 16/07/1732, empresta aos religiosos do Mosteiro da Batalha, 240 mil reis razão de juro anual de 5%. O valor (“*principal*”) e os rendimentos (“*reditos*”) serão pagos a ela ou os seus herdeiros, no caso do seu falecimento, por serem rendimentos do seu dinheiro. ⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v ⁽¹⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-9, fl. 167-168v ⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v ⁽¹⁾; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-11, fl. 85v-87v ⁽¹⁾; fl. 87v-89v ⁽¹⁾; fl. 99-101v ⁽¹⁾; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 176v-178 ⁽¹⁾; 60-A-15, fl. 39v-40v ⁽¹⁾; fl. 40v-42v ⁽¹⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

191. Soror Teresa de Jesus Maria

Referência cronológica: 16/08/1701, 04/10/1712, 03/01/1725, 23/03/1726, 17/08/1726, 23/12/1727, 19/12/1729, 30/12/1729, 19/03/1731, 08/06/1731, 05/05/1732

Nota biográfica: Em 04/10/1712, no período de 03/01/1725 a 17/08/1726, 19/12/1729 a 30/12/1729, e no período de 08/06/1731 a 05/05/1732, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v ⁽¹⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-9, fl. 167-168v, ⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v ⁽¹⁾; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-11, fl. 85v-87v ⁽¹⁾; fl. 87v-89v ⁽¹⁾; fl. 99-101v ⁽¹⁾; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 176v-178 ⁽¹⁾; 60-A-15, fl. 39v-40v ⁽¹⁾; fl. 40v-42v ⁽¹⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v ⁽¹⁾

192. Soror Helena Constantina

Referência cronológica: 16/8/1701, 14/2/1715, 19/11/1720, 23/12/1727, 19/12/1729, 30/12/1729, 19/3/1731, 5/5/1732, 15/09/1734, 10/11/1734

Nota biográfica: Em 14/2/1715 e em 19/11/1720, ocupa o cargo de **Subpriora**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-32, fl. 118-120v ⁽¹⁾; 59-E-39, fl. 43v-45 ⁽¹⁾; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-11, fl. 85v-87v; fl. 87v-89; fl. 99-101v; 60-A-13, fl. 88-90v, fl. 91-92; fl. 93-95v; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134

193. Soror Cecília de São José

Referência cronológica: 16/08/1701, 15/10/1703, 04/12/1712, 06/11/1719, 07/07/1723, 03/01/1725, 19/12/1729, 30/12/1729; 09/01/1731, 19/03/1731, 08/06/1731, 26/11/1731, 13/1/1742, 14/1/1742, 1/2/1743, 29/10/1743

Nota biográfica: No período de 19/12/1729 a 26/11/1731, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 3; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-28, fl. 158-159v; 59-E-38, fl. 79-72v; 60-A-2, fl. 46v-49v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132, 16/11/1727; 60-A-11, fl. 85v-87v,⁽¹⁾; fl. 87v-89v; fl. 99-101v⁽¹⁾; 60-A-12, fl. 171-172v⁽¹⁾; 60-A-13, fl. 88-90v⁽¹⁾; fl. 91-92,⁽¹⁾; fl. 93-95v⁽¹⁾; fl. 176v-178⁽¹⁾; 60-A-14, fl. 47-49⁽¹⁾; 60-A-31, fl.44v-45v, 13/1/1742; fl.45v-47; 60-B-2, fl. 170-173; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

194. Soror Jacinta da Conceição

Referência cronológica: 16/8/1701, 15/11/1702, 15/11/1702, 04/10/1712, 14/02/1715, 05/09/1719, 29/12/1719, 07/07/1723, 03/01/1725, 23/03/1726, 23/12/1727, 09/01/1731, 08/06/1731, 05/05/1732, 03/11/1736, 01/02/1743, 08/03/1743, 29/10/1743, 23/10/1745, 11/05/1751

Nota biográfica: No período de 05/09/1719 a 07/07/1723, em 09/01/1731, no período de 01/02/1743 a 29/10/1743 e no período de 11/05/1751 a 13/08/1752, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾ Em 03/11/1736, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39⁽¹⁾; Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6,⁽²⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131; 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-32, fl. 118-120v; 59-E-38, fl. 5-6-v,⁽¹⁾; fl. 174-177,⁽¹⁾; 60-A-2, fl. 46v-49v,⁽¹⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-12, fl. 171-172v⁽¹⁾; 60-A-13, fl. 176v-178; 60-A-15, fl. 39v-40v; 60-B-1, fl. 22-23⁽¹⁾; 60-B-2, fl. 170-173⁽¹⁾; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-19, fl. 36-36v⁽¹⁾ fl.107-108⁽¹⁾; 60-B-20, fl. 184v-185⁽¹⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

195. Soror Iria de Santo António

Referência cronológica: 15/11/1702

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-26, fl. 65v-67

196. Soror Lúcia Josefa de Santa Maria

Referência cronológica: 15/11/1702

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-26, fl. 65v-67

197. Soror Joana Teresa

Referência cronológica: 15/10/1703; 04/10/1712

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-28, fl. 158-159v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

198. Soror Mariana da Trindade

Referência cronológica: 15/10/1703, 03/01/1725, 17/08/1726, 23/12/1727, 30/12/1729

Nota biográfica: Em 03/01/1725, ocupa o cargo de **Subprioressa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-28, fl. 158-159v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-11, fl. 99-101v

199. Soror Antónia Angélica da Encarnação

Referência cronológica: 25/08/1703

Nota biográfica: Sobrinha do Capitão Domingos Dias, do lugar do Sumo, freguesia das Freixiandas, da comarca de Ourém.⁽¹⁾ O tio da religiosa foi o seu dotador. Refere-se que *“vivía muito obrigado a sua sobrinha a Madre Soror Antonia / Engellica da Encarnação Religioza no Convento de Santa Anna desta cidade a qual / metera Religioza a sua custa pelo muito amor que lhe tinha.”*⁽¹⁾ A religiosa era *“muito doente”* e necessitava de criada particular para a auxiliar, pelo que o seu tio *“lhe alcançara breve para ter mossa que a servixe”*. Para a *“Congrua e sustentação da criada que tiver e a servir,”* o tio oferece-lhe uma tença anual de 20 mil reis, entregues *“na mão da dita Religioza”*, enquanto a mesma for viva., paga por ele e pelos seus herdeiros.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-4, fl. 216v-217

200. Soror Josefa Maria de Santa Rosa / Josefina Maria de Santa Rosa

Referência cronológica: 05/06/1712, 5/9/1719, 29/12/1719, 19/11/1720

Nota biográfica: Referida pelo notário como Josefina Maria de Santa Rosa⁽¹⁾, mas a religiosa vem assinar outros documentos como Josefa Maria de Santa Rosa.⁽²⁾ Poderá ter sido lapso do primeiro. Filha de António Carreira e de Isabel dos Reis, moradores na Casa da Matoeira, do lugar da Matoeira, termo de Leiria. Sobrinha do Padre Manuel Carreira Matoso, Vigário da Freguesia de São Galhos, defunto.⁽³⁾ Possui fazenda própria, recebendo ternças da família, para complemento do seu sustento no convento: *“para melhor compensasam do estado / de Relligioza lhe era ter tença para com ella / melhor se poder sustentar no dito mosteiro”*. Do seu tio herda uma tença de 10 mil reis, e dos seus pais recebe uma tença de 10 alqueires de trigo e dois cântaros de azeite, tudo pago anualmente enquanto for viva.⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-30, fl.46-47,⁽¹⁾ 59-E-38, fl. 5-6-v⁽²⁾; fl. 174-177⁽²⁾; 59-E-39, fl. 43v-45

201. Soror Aldonça Pereira do Amaral / Aldonça de Santo António

Referência cronológica: 04/10/1712, 14/02/1715, 05/09/1719, 06/11/1719, 29/12/1719, 19/11/1720, 07/07/1723, 17/06/1724, 03/01/1725, 23/03/1726, 22/10/1727, 16/11/1727, 23/12/1727

Nota biográfica: No período de 05/09/1719 a 29/12/1719, ocupa o cargo de **Subprioressa**.⁽¹⁾ No período de 22/10/1727 a 23/12/1727, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽³⁾ Em 17/6/1724, empresta a António Ferreira e sua mulher Mariana da Conceição, moradores no lugar de Alcolgulhe de Baixo, termo da cidade de Leiria, 20 mil reis à razão de juro anual de 6,25 %.⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-32, fl. 118-120v; 59-E-38, fl. 5-6-v,⁽¹⁾; fl. 79-72v⁽¹⁾; fl. 174-177⁽¹⁾; 59-E-39, fl. 43v-45; 60-A-2, fl. 46v-49v, 60-A-3, fl.141-143⁽²⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132⁽³⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.144-145⁽³⁾; 60-A-8, fl. 23-26; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

202. Soror Teresa Joaquina da Nazaré

Referência cronológica: 04/10/1712, 19/11/1720, 07/07/1723, 03/01/1725, 23/12/1727, 19/12/1729, 30/12/1729, 09/01/1731, 19/03/1731, 08/06/1731

Nota biográfica: Em 07/07/1723, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 174-177, 29/12/1719; 59-E-39, fl. 43v-45; 60-A-2, fl. 46v-49v⁽¹⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-11, fl. 85v-87v; fl. 87v-89; fl. 99-101v; 60-A-12, fl. 171-172v; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 93-95v; fl. 176v-178; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

203. Soror Catarina Micaela do Sacramento

Referência cronológica: 04/10/1712, 05/09/1719, 03/01/1725, 23/03/1726, 23/12/1727, 05/05/1732, 26/04/1741, 04/03/1745, 31/05/1745, 23/10/1745, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 11/05/1751, 13/08/1752, 20/10/1752, 12/12/1756

Nota biográfica: No período de 13/08/1752 a 20/10/1752, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6v; 59-E-39, fl. 43v-45, 19/11/1720; – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-15, fl. 40v-42v; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 54-57; 60-B-5, fl. 23v-26v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-20, fl. 184v-185⁽¹⁾; fl. 231v-232v⁽¹⁾; 60-B-23, fl. 193-194; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v

204. Soror Luísa Teresa do Espírito Santo

Referência cronológica: 04/10/1712, 03/01/1725, 23/03/1726, 16/11/1727, 23/12/1727, 19/12/1729, 05/05/1732, 15/09/1734, 10/11/1734, 17/08/1726 03/11/1736, 26/04/1741, 13/01/1742, 04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 30/06/1746, 21/10/1749, 16/03/1750, 11/05/1751, 13/08/1752, 22/04/1755, 29/04/1755, 12/12/1756, 10/07/1763, 22/12/1763; 25/01/1764, 09/11/1765, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781

Nota biográfica: No período de 3/1/1725 a 23/3/1726, e no período de 22/04/1755 a 29/04/1755 ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾ No período de 16/11/1727 a 23/12/1727, ocupava o cargo de **Subpriora**.⁽²⁾ Em 30/6/1746 e em 21/10/1749, ocupava o cargo de **Priora**.⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 6; Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v,⁽¹⁾; 62-B-9, fl. 167-168v,⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-7, fl. 130-132,⁽²⁾; 60-A-8, fl. 23-26⁽²⁾; 60-A-11, fl. 85v-87v; 60-A-15, 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-A-31, fl. 44v-45v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl. 104-106; 60-B-6, fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl. 149-151; fl. 176-179v⁽³⁾; 60-B-16, fl. 94-96⁽³⁾; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-20, fl. 184v-185; 60-B-22, 77v-78v⁽¹⁾; fl. 86v-87v⁽¹⁾; 60-B-23, fl. 193-194; 60-B-28, fl. 200-202v; fl. 333v-335v; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-3, fl. 44v-47; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; Casa do infantado, Dep. VI, 26-C-5, Escrituras, Doc. 1, fl. 108-112v; 26-D-2, fl. 1-2v;

205. Soror Joana Maria da Piedade

Referência cronológica: 14/02/1715, 05/09/1719, 06/11/1719, 03/01/1725, 23/12/1727, 19/12/1729, 30/12/1729, 19/3/1731, 3/11/1736, 01/02/1743, 29/10/1743, 08/02/1745,

04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746

Nota biográfica: Em 03/11/1733 e no período de 08/02/1745 a 27/05/1746, ocupava o cargo de **Subprioressa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39; Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-32, fl. 118-120v; 59-E-38, fl. 5-6-v; fl. 79-72v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-11, fl. 85v-87v; fl. 85v-87v; fl. 99-101v; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; 60-B-2, fl. 170-173; 60-B-3, fl. 164v-167,⁽¹⁾ fl. 167v-171v⁽¹⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v,⁽¹⁾ fl. 54-57⁽¹⁾; fl. 119-121⁽¹⁾; 60-B-5, fl. 23v-26v⁽¹⁾; fl.104-106⁽¹⁾; 60-B-6, fl. 46v-50v⁽¹⁾; fl. 72v-76⁽¹⁾; fl. 77v-78v⁽¹⁾; 60-B-9, fl.149-151⁽²⁾

206. Soror Ângela Francisca

Referência cronológica: 05/09/1719

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38 fl. 5-6-v

207. Soror Damiana Francisca Unhão de Castelo Branco

Referência cronológica: 05/09/1719, 03/01/1725, 21/01/1764

Nota biográfica: Filha do desembargador Jerónimo da Costa Almeida.⁽¹⁾ Irmã de Mariana Maurícia Unhão de Castelo Branco, recolhida **(25)**, de Soror Maria Teodora Unhão de Castelo Branco **(219)**, e de Madalena Caetana Unhão de Castelo Branco **(217)**, religiosas.⁽¹⁾ Herdara de seu pai, juntamente com as suas irmãs religiosas, dois olivais no sítio de Alcolgulhe, no sítio de Vale do Orto, que vendem a Luís António Pereira de Moura e sua mulher D. Maria Luísa de Seabra Jaques, por 160 mil reis brancos, em 21/01/1764.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6-v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 60-B-28, fl. 328-329v⁽¹⁾

208. Soror Ana de Jesus Maria

Referência cronológica: 06/11/1719, 23/12/1727, 19/3/1731

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 79-72v; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92

209. Soror Maria Madalena de Santa Rosa

Referência cronológica: 06/11/1719, 19/03/1731, 08/06/1731

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 79-72v; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 93-95v; fl. 176v-178

210. Soror Luísa Micaela

Referência cronológica: 6/11/1719, 29/12/1719, 17/8/1726, 30/12/1729, 5/5/1732, 26/4/1741, 13/1/1742, 20/10/1752

Nota biográfica: Em 13/01/1742 e 14/01/1742, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 79-72v; fl. 174-177; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-11, fl. 99-101v; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-A-31, fl.44v-45v,⁽¹⁾ fl.45v-47⁽¹⁾; fl. 231v-232v⁽¹⁾

211. Soror Maria Tomásia

Referência cronológica: 06/11/1719, 03/01/1725, 23/12/1727, 08/02/1745, 09/06/1745, 11/05/1751

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 79-72v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-5, fl.104-106; 60-B-19, fl. 36-36v

212. Soror Clemência Josefa Ângela de Ataíde (ou de Vasconcelos) / Soror Clemência Maria da Soledade

Referência cronológica: 06/11/1719, 07/07/1723, 23/03/1726, 17/08/1726, 16/11/1727, 23/12/1727, 19/12/1729, 30/12/1729, 24/06/1731, 26/11/1731, 05/05/1732, 15/09/1734, 10/11/1734, 26/04/1741, 04/03/1745, 23/10/1745, 17/04/1747, 11/05/1751, 22/12/1763

Nota biográfica: Filha do Dr. António Vaz de Castelo Branco (6º Senhor do prazo de Lagar D’El Rei) e de Maria Clara Antónia Pereira de Vasconcelos. Sobrinha de Miguel Luís da Silva Ataíde, Guarda-Mor dos pinhais de Leiria e fábricas de madeira, de Sua Magestade e de Maria Isabel Teles de Menezes. Sobrinha de D. Frei José de Sousa Castelo Branco, Bispo do Funchal. Irmã de Joana Vicência de Santa Teresa (228). Sobrinha de Maria Clemência de Castelo Branco (125). Sobrinha neta de Joana de Valadares (140). ⁽³⁾ ⁽⁵⁾ No período de 06/10/1719 a 07/07/1723, ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽¹⁾ Nos períodos de 19/12/1729 a 30/12/1729, 15/09/1734 a 10/11/1734 e 31/05/1745 a 23/10/1745, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾ Em 24/6/1731 é remetida ao Santo Ofício uma carta da religiosa denunciando um crime de solicitação de que tinha sido vítima pelo Vigário Frei Francisco de Melo (24), que, à data, já não exercia o cargo. Este fora seu confessor e a assediara verbalmente em confessional. Uma vez disse-lhe que tinha um bilhete que lhe entregaria por intermediária nos seus aposentos, noutra, quando estava para deixar de exercer funções no convento, disse-lhe que tinha pena de nunca ter tido uma grade onde estivesse à vontade para lhe falar. Nas palavras da religiosa:

“o Padre Frei Francisco de mello / Religiozo que foi aqui prellado e nesse tempo meo Confessor / acabando de me Absolver tinha comigo no Lugar do Confeciona/rio praticas alheias a tall Lugar por cerem algũas palla/vras suas por modo de me atrahir como forão as de me dizer / que ainda que eu não quizece avia de vir a querer, que mandase / ao Lugar adonde aestia hũa portadora por hum escrito que / para mim trazia em a algibeira, que não queria que o tratase / ce não com confiansa, que por meo Respeito ce lhe não dava de /cahir em precipicios, e em hũa ocazião emtendendo que o ma/ndavão ele ce despedia me dice que a pena que tinha era não ter / tido comigo hũa grade em que me fallase a sua vontade; tu/do foi no mesmo Lugar do Confecionario e se he nesesario / eu o afirmo assim pello abito que profeso”. ⁽⁴⁾

Em 26/11/1731, pede emprestados 70 mil reis à razão de juro anual de 6,25%, por prazo de um ano, a Sebastião Ferreira, para “pagamentos das suas dividas particulares que tem contrahido”. O pagamento da dívida será feito da sua tença anual de 40 mil reis, e para sua maior segurança, empenha uma cruz de diamantes esmaltada de azul de 120 mil reis de valor, emprestada pelos seus tios. Para o pedido de empréstimo tem autorização da comunidade na pessoa da Priora e do Vigário. ⁽³⁾ O seu tio D. Frei José de Sousa Castelo Branco deixa em testamento datado de 1737 a si e à sua irmã religiosa duas salvas de prata lisas que andavam no serviço de sua mesa. ⁽⁵⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-38, fl. 79-72v⁽¹⁾; 60-A-2, fl. 46v-49v,⁽¹⁾; 2º Ofício, Dep. V 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-7, fl. 144-145; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-11, fl. 85v-87v⁽²⁾; fl. 99-101v⁽²⁾; 60-A-14, fl. 47-49⁽³⁾; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134⁽²⁾; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-B-4, fl. 4/3/1745; 60-B-5, fl. 23v-26v, 31/5/1745⁽²⁾; 60-B-6, fl. 46v-50v, 23/10/1745⁽²⁾; 60-B-12, fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-19, fl. 36-36v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 760, Caderno 22º dos Solicitantes, fl. 28⁽⁴⁾; QUEIROZ (2010), p. 466, 490⁽⁵⁾

213. Soror Eugénia Luísa

Referência cronológica: 05/09/1719, 29/12/1719, 17/08/1726, 16/11/1727, 30/12/1729, 29/10/1743, 16/4/1747, 11/05/1751, 01/07/1751, 13/08/1752, 20/10/1752, 22/04/1755, 12/12/1756, 10/07/1763, 25/01/1764, 09/11/1765

Nota biográfica: No período de 13/08/1752 a 20/10/1752 e no de 10/07/1763 a 25/01/1764, ocupava o cargo de **Suprioresa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 39, (traslado de escritura de 1/2/1743), 10/12/1818; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6-v; fl. 174-177; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-7, fl. 130-132; 60-A-11, fl. 99-101v; 60-B-2, fl. 170-173; 60-B-12, fl. 56-57v; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 107-108; 60-B-20, fl. 184v-185⁽¹⁾; fl. 231v-232v⁽¹⁾; 60-B-22, fl. 77v-78v; 60-B-23, fl. 193-194; 60-B-28, fl. 200-202v⁽¹⁾; fl. 333v-335v⁽¹⁾; 60-B-30, fl. 212-214v

214. Soror Violante Josefa

Referência cronológica: 29/12/1719, 23/03/1726, 17/08/1726, 23/12/1727, 08/06/1731, 05/05/1732, 15/09/1734, 10/11/1734, 14/01/1742, 01/02/1743, 29/10/1743, 08/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 11/05/1751, 21/07/1751, 20/10/1752, 12/12/1756, 22/12/1763, 28/04/1768

Nota biográfica: Em 10/11/1734, no período de 8/2/1745 a 12/4/1745 e em 12/12/1756, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾ Em 23/10/1745, ocupava o cargo de **Escrivã**.⁽²⁾ Em 21/07/1751, pede emprestados à Santa Casa da Misericórdia de Leiria 25 000 reis à razão de juro de 6,25 % ao ano que “*lhes herão necessários para serto negocio que com elles queria fa/zer*”. Para segurança da dívida, religiosa apresenta Manuel de Pina e Neves e sua mulher Maria Bárbara e hipoteca e lhes dá em penhor peças de ouro e prata, de que apresenta com certidão de ourives, tudo no valor de 36 400 reis: uma salva de prata “*go/mada em redondo*” no valor e seis mil reis; uma colher prata lisa e uns palitos lavrados no valor de 15 tostões; 3 anéis de diamantes, um dos quais com uma esmeralda verde no meio, tudo no valor de 4 moedas de ouro. O padre e sacristão do convento Francisco da Costa (3) foi seu procurador.⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Doc. 39; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 174-177; 2º Ofício, Dep. V 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5 fl. 111-112v; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-13, fl. 176v-178; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134,⁽¹⁾; 60-A-31, 45v-47; 60-B-2, fl. 170-173; 60-B-3, fl. 164v-167,⁽¹⁾; fl. 167v-171v, 8/2/1745⁽¹⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v⁽¹⁾; fl. 54-57⁽¹⁾; fl. 119-121,⁽¹⁾; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl. 104-106; 60-B-6, fl. 46v-50v⁽²⁾; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 127-128v⁽³⁾; 60-B-20, fl. 231v-232v; 60-B-23, fl. 193-194⁽¹⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

215. Soror Genoveva Micaela do Nascimento / Genoveva Micaela de Vasconcelos

Referência cronológica: 06/11/1719, 09/07/1723, 05/05/1732, 03/11/1736, 09/03/1741, 25/06/1742, 08/02/1745, 01/04/1748

Nota biográfica: Em 9/7/1723, empresta “*em nome da comonidade e com consentimento della*” Gabriel Martins da Fonseca e a sua mulher Engrácia Maria, moradores em Leiria, 153 600 reis à razão de juro anual de 6,25%. A religiosa é usufrutuária dos rendimentos (“*reditos*”), e do valor emprestado (o “*proprio*”) enquanto for viva, dando conta do seu gasto aos prelados, e por sua morte o convento herda o dinheiro, devendo o mesmo ser aplicado na sacristia para serviço do Santíssimo Sacramento. ⁽¹⁾ Em 9/3/1741, empresta a António Gomes, lavrador e a sua mulher, moradores na Gândara dos Olivais, termo da cidade de Leiria, 42 mil reis à razão de juro anual de 6,25%. ⁽²⁾ Em 25/6/1742, empresta a Manuel Domingues da Costa, 38 400 reis à razão de juro anual de 6,25%. ⁽³⁾ Em 01/04/1748, empresta a Francisco Ferreira, feireiro e sua mulher Isabel Ferreira, moradores no lugar de Valongo, termo da cidade de Leiria, 16 mil reis à razão de juro anual de 6,25%. ⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 79-72v; 60-A-2, fl. 74-76 ⁽¹⁾; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-A-30, fl. 22-23v ⁽²⁾; 60-A-32, fl. 121v-122 ⁽³⁾; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v, 8/2/1745; 60-B-15, fl. 164-165v ⁽⁴⁾

216. Soror Isabel Margarida de Santa Ana

Referência cronológica: 5/9/1719, 23/3/1726, 30/12/1729, 9/1/1731, 19/3/1731, 26/4/1741, 13/1/1742, 4/3/1745, 12/4/1745, 23/10/1745, 16/3/1750, 11/05/1751, 01/07/1751, 13/08/1752, 02/03/1762, 10/ 07/1763, 22/12/1763, 09/11/1765, 28/04/1768, 18/10/1779, 22/10/1781

Nota biográfica: No período de 9/1/1731 a 19/3/1731, em 11/05/1751, 02/03/1762, 09/11/1765, 28/04/1768, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7 ⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6-v; 2º Ofício, Dep. V 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 99-101v; 60-A-12, fl. 171-172v, ⁽¹⁾; 60-A-13, fl. 88-90v, ⁽¹⁾; fl. 91-92 ⁽¹⁾; fl. 93-95v ⁽¹⁾; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-A-31, fl.44v-45v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 36-36v ⁽¹⁾; fl. 107-108; 60-B-20, fl. 184v-185; 60-B-27, fl. 59v-63 ⁽¹⁾; 60-B-28, fl. 200-202v; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

217. Soror Madalena Caetana Unhão de Castelo Branco / Madalena Caetana do Evangelista

Referência cronológica: 05/09/1719, 17/08/1726, 05/05/1732, 26/04/1741, 29/01/1742, 04/03/1745, 23/10/1745, 30/06/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 21/10/1749, 16/03/1750, 24/10/1750, 11/05/1751, 31/05/1751, 11/05/1751, 31/05/1751, 01/07/1751, 29/08/1751, 13/08/1752, 20/10/1752, 15/01/1757, 19/09/1762, 16/02/1763, 10/07/1763, 22/12/1763, 21/01/1764, 25/01/1764, 09/11/1765, 28/04/1768, 20/10/1768

Nota biográfica: Filha do desembargador Jerónimo da Costa Almeida. Irmã de Mariana Maurícia Unhão de Castelo Branco, recolhida (25), de Soror Maria Teodora Unhão de Castelo Branco (219), e de Damiana Francisca Unhão de Castelo Branco (207). ⁽¹⁾ ⁽⁴⁾ ⁽⁵⁾ Possui património familiar partilhado com a irmã Mariana Maurícia Unhão de Castelo Branco. Em 29/1/1742, nomeiam Frei Luís de Santa Rosa, Procurador-geral da Província de São Domingos, para cobrar o que lhes pertencer por falecimento do pai e depositar tudo junto da mãe, que poderá vender os bens. ⁽¹⁾ Possui

uma tença de 20 mil reis paga pela Alfândega do Porto e juntamente com a irmã Soror Maria Teodora Unhão de Castelo Branco, nomeia procuradores para cobrar valores vencidos desde 1746: em 24/10/1750 nomeiam o Doutor Manuel António Cabral, em 31/05/1751, nomeiam Domingos Tavares Ferreira, em 29/08/1751, nomeiam novamente o Doutor Manuel António Cabral, em 15/01/1757 e 19/09/1762, nomeiam Pedro do Rosário Ribeiro, Sargento Mor João de Sousa Mello e António José de Oliveira Sampaio, e em 16/02/1763, nomeiam Bento Rodrigues de Macedo, mercador, morador em Coimbra. ⁽⁴⁾ Herdara de seu pai, juntamente com as suas irmãs religiosas, dois olivais no sítio de Alcolgulhe, no sítio de Vale do Orto, que vendem a Luís António Pereira de Moura e sua mulher D. Maria Luísa de Seabra Jaques, por 160 mil reis brancos, em 21/01/1764. ⁽⁵⁾ Em 30/6/1746 e 22/10/1763, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾ No período de 16/3/1750 a 20/10/1752, ocupava o cargo de **Prioressa**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6-v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; fl. 40v-42v; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-A-31, fl. 76v-78 ⁽¹⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-9, fl. 176-179v ⁽²⁾; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-17, fl. 56-58, ⁽³⁾; 60-B-18, fl. 191v-192, ⁽⁴⁾; 60-B-19, fl. 36-36v ⁽³⁾; fl. 53v-54 ⁽³⁾ ⁽⁴⁾; fl. 107-108 ⁽³⁾; fl. 180-180v ⁽⁴⁾; 60-B-20, fl. 184v-185; fl. 231v-232v ⁽³⁾; 60-B-23, fl. 231v-232 ⁽⁴⁾; 60-B-27, fl. 195-195v ⁽⁴⁾; 60-B-28, fl. 72v ⁽⁴⁾; 60-B-28, fl. 200-202v; 60-B-28, fl. 328-329v ⁽⁵⁾; fl. 333v-335v; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-3, fl. 44v-47; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v ⁽²⁾

218. Soror Maria Inácia do Evangelista

Referência cronológica: 06/11/1719, 03/01/1725, 17/8/1726, 23/12/1727, 19/03/1731, 05/05/1732, 15/09/1734, 10/11/1734, 26/04/1741, 13/01/1742, 14/01/1742, 01/02/1743, 08/03/1743, 08/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/5/1746, 16/4/1747, 17/04/1747, 16/03/1750, 01/07/1751, 11/05/1751, 13/08/1752, 20/10/1752, 22/04/1755, 29/04/1755

Nota biográfica: No período de 15/09/1734 a 10/11/1734, e em 13/1/1742, 14/1/1742, 16/4/1747, 17/4/1747, ocupava o cargo de **Subprioressa**. ⁽¹⁾ Em 26/4/1741, no período de 1/2/1743 a 8/3/1743 e no período de 22/04/1755 a 29/04/1755, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 39 ⁽²⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 79-72v; – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl. 68v-70v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; 60-A-15, fl. 39v-40v; 60-A-16, fl. 49v-51v, ⁽¹⁾; fl. 132v-134 ⁽¹⁾; 60-A-30, fl. 105v-108 ⁽²⁾; 60-A-31, fl. 44v-45v ⁽¹⁾; fl. 45v-47 ⁽¹⁾; 60-B-1, fl. 22-23, ⁽²⁾; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 54-57; fl. 119-121; 60-B-6, fl. 46v-50v; fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl. 149-151; 60-B-12, fl. 56-57v ⁽¹⁾; fl. 63-64v ⁽¹⁾; fl. 65-66 ⁽¹⁾; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 107-108; 60-B-20, fl. 184v-185; fl. 321v-232v; 60-B-22, 77v-78v ⁽²⁾; fl. 86v-87v ⁽²⁾

219. Soror Maria Teodora Unhão de Castelo Branco / Maria Teodora da Soledade

Referência cronológica: 05/09/1719, 19/11/1720, 03/01/1725, 23/03/1726, 17/08/1726, 22/10/1727, 16/11/1727, 23/12/1727, 19/03/1731, 14/01/1742, 04/03/1745, 23/10/1745, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 21/10/1749, 16/03/1750, 24/10/1750, 31/05/1751, 29/08/1751, 20/10/1752, 15/01/1757, 19/09/1762, 16/02/1763, 10/07/1763, 22/12/1763, 21/01/1764, 25/01/1764, 09/11/1765, 18/10/1779, 22/10/1781, 14/11/1786

Nota biográfica: Filha do desembargador Jerónimo da Costa Almeida. Irmã de Mariana Maurícia Unhão de Castelo Branco, recolhida (25), de Soror Madalena Caetana

Unhão de Castelo Branco (217), e de Damiana Francisca Unhão de Castelo Branco, religiosas (207). ⁽³⁾ ⁽⁴⁾ No período de 22/10/1727 a 23/12/1727, ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽¹⁾ No período de 24/9/1746 a 16/03/1750 e em 10/07/1763 e 25/01/1764, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾ Possui uma tença de 20 mil reis paga pela Alfândega do Porto e juntamente com a irmã Soror Maria Teodora Unhão de Castelo Branco, nomeia procuradores para cobrar valores vencidos desde 1746: em 24/10/1750 nomeiam o Doutor Manuel António Cabral, em 31/05/1751, nomeiam Domingos Tavares Ferreira, em 29/08/1751, nomeiam novamente o Doutor Manuel António Cabral, em 15/01/1757 e 19/09/1762, nomeiam Pedro do Rosário Ribeiro, Sargento Mor João de Sousa Mello e António José de Oliveira Sampaio, e em 16/02/1763, nomeiam Bento Rodrigues de Macedo, mercador, morador em Coimbra. ⁽³⁾ Herdara de seu pai, juntamente com as suas irmãs religiosas, dois olivais no sítio de Alcolgulhe, no sítio de Vale do Orto, que vendem a Luís António Pereira de Moura e sua mulher D. Maria Luísa de Seabra Jaques, por 160 mil reis brancos em 21/01/1764. ⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6-v; 59-E-39, fl. 43v-45; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132 ⁽¹⁾; 60-A-7, fl.130-132; 60-A-8, fl. 23-26 ⁽¹⁾; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 93-95v; 60-A-31, fl.45v-47; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-10, fl. 111-114 ⁽²⁾; 60-B-12, fl. 56-57v ⁽²⁾; fl. 63-64v ⁽²⁾; fl. 65-66 ⁽²⁾; 60-B-16, fl. 94-96 ⁽²⁾; 60-B-17, fl. 56-58 ⁽²⁾; 60-B-18, fl. 191v-192 ⁽³⁾; 60-B-19, fl. 53v-54 ⁽³⁾; fl. 180-180v ⁽³⁾; 60-B-20, fl. 231v-232v; 60-B-23, fl. 231v-232 ⁽³⁾; 60-B-27, fl. 195-195v ⁽³⁾; 60-B-28, fl. 72v; 60-B-28, fl. 200-202v ⁽²⁾; 60-B-28, fl. 328-329v ⁽⁴⁾; fl. 333v-335v ⁽²⁾; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

220. Soror Madalena Clara

Referência cronológica: 19/11/1720

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-39, fl. 43v-45

221. Soror Teresa Clara Corte Real / Teresa Clara de Santa Ana

Referência cronológica: 19/11/1720, 03/01/1725, 23/03/1726, 17/08/1726, 23/12/1727, 19/3/1731, 08/06/1731, 05/05/1732, 14/01/1742, 01/02/1743, 08/03/1743, 29/10/1743, 12/02/1745, 04/03/1745, 16/04/1747, 21/10/1749, 16/03/1750, 12/09/1751, 06/05/1752, 27/07/1754, 29/06/1759, 04/07/1760, 19/09/1762, 16/02/1763, 28/04/1768

Nota biográfica: No período de 08/06/1731 a 05/05/1732, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾ Em 12/2/1745, empresta a Luís da Silva e Isabel Maria, do Vidigal de Cima, termo da cidade de Leiria, 40 mil reis à razão de juro anual de 6,25 %. ⁽²⁾ Recebe tenças de 10 mil reis e 48 mil reis, pela Alfândega do Porto, pelo que nomeia o Doutor José Pedro Virgolino Arcipreste na Sé Catedral do Porto, António José de Oliveira Sampaio, o Sargento Mor João de Sousa Melo, Pedro do Rosário Ribeiro e Manuel José Teixeira de Sampaio, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, como sucessivos procuradores para cobrar valores vencidos. ⁽³⁾ Herda da irmã, Dona Joana Batista da Mota, moradora na cidade de Lisboa, um legado de duzentos mil reis, para cuja cobrança nomeia procurador o seu primo Padre D. Frei José Monteiro Salgado, morador na corte e cidade de Lisboa, em 06/05/1752. ⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Doc. 39; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-39, fl. 43v-45; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-13, fl. 91-92; fl. 93-95v; fl. 176v-178 ⁽¹⁾;

60-A-15, fl. 39v-40v ⁽¹⁾; fl. 40v-42v ⁽¹⁾; 60-A-31, fl.45v-47; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-2, fl. 170-173; 60-B-3, fl. 180-182v ⁽²⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-12, fl. 56-57v; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 192-192v ⁽³⁾; 60-B-20, fl. 84v ⁽⁴⁾; 60-B-21, fl.125v-126 ⁽³⁾; 60-B-24, fl. 99-99v ⁽³⁾; 60-B-25, fl.147-147v ⁽³⁾; 60-B-27, fl. 194v-195 ⁽³⁾; 60-B-28, fl. 72 ⁽³⁾

222. Soror Mariana de São Francisco

Referência cronológica: 07/07/1723

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-2, fl. 46v-49v

223. Soror Maria Gabriela da Encarnação

Referência cronológica: 03/01/1725, 23/12/1727, 26/04/1741

Nota biográfica: Em 26/04/1741 era já falecida. Vendeu a Bernardo Soares de Carvalho, por 80 mil reis, uns talhos de terra e vinha situados no sítio da Pevide, na vilha de Porto de Mós. A religiosa realizou a venda pouco tempo antes do seu falecimento, recebendo a quantia, mas não tendo a licença do provincial. Depois de falecer, encontrou-se, entre o seu espólio, uma declaração determinando que as suas propriedades revertssem para o convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-30, fl. 105v-108

224. Soror Mónica Dionísia de Vasconcelos

Referência cronológica: 03/01/1725, 23/03/1726, 05/05/1732, 03/11/1736, 13/01/1742, 26/04/1741, 08/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 16/04/1747, 11/05/1751, 01/07/1751, 22/12/1763

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de João Francisco Cortes e de Joana de Vasconcelos. Os pais foram seus dotadores, pagando dote no valor de 600 mil reis, mais as propinas costumadas da entrada e a profissão, como a cama para a enfermaria e cera, e ainda 30 mil reis para alimentos do ano de noviciado. Por conta do dote, os pais emprestaram ao convento 400 mil reis à razão de juro anual de 5 %, tendo de pagar os restantes 200 mil reis por altura da profissão. Os alimentos do ano de noviciado são pagos pelos rendimentos (“*reditos*”), o que a 5% de 400 mil reis vem a ser 20 mil reis, tendo apenas os pais de pagar os restates 10 mil reis. ⁽¹⁾ Terá iniciado o noviciado em 1725 e em 23/3/1726 era já freira professa. ⁽²⁾ Em 3/11/1736 e em 26/4/1741, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6 ⁽³⁾; Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v ⁽¹⁾; 62-B-9, fl. 167-168v ⁽²⁾; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-A-30, fl. 105v-108 ⁽³⁾; 60-A-31, fl. 44v-45v; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-5, fl. 23v-26v; 60-B-12, fl. 56-57v; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 107-108; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

225. Soror Ana Luísa Joaquina do Sacramento

Referência cronológica: 03/01/1725, 23/03/1726, 16/11/1727, 05/05/1732, 08/02/1745, 4/3/1745, 12/4/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 30/06/1746, 16/04/1747, 21/10/1749, 16/03/1750, 11/05/1751, 29/04/1755, 29/04/1755, 12/12/1756, 02/03/1762, 09/11/1765

Nota biográfica: Em 30/6/1746, ocupava o cargo de **Subprioressa**. ⁽¹⁾ No período de 29/04/1755 a 29/04/1755, e em 09/11/1765, ocupava o cargo de **Prioressa**. ⁽²⁾ Em 12/12/1756, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; 60-A-7, fl.130-132; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-B-3, 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-6, fl. 46v-50v; fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl.149-151; fl.176-179v⁽¹⁾; 60-B-12, fl. 56-57v; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-22, 77v-78v⁽²⁾; fl. 86v-87v⁽²⁾; 60-B-23, fl. 193-194⁽³⁾; 60-B-27, fl. 59v-63; 60-B-30, fl. 212-214v⁽²⁾

226. Soror Isabel Joana de Castelo Branco

Referência cronológica: 03/01/1725, 23/03/1726, 23/12/1727, 15/09/1734, 10/11/1734, 26/04/1741, 13/01/1742, 14/01/1742, 08/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 23/10/1745, 24/9/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 21/10/1749, 16/03/1750, 01/07/1751, 22/04/1755, 29/04/1755

Nota biográfica: No período de 08/02/1745 a 24/09/1746, e em 17/04/1747, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾ No período de 21/10/1749 a 16/3/1750, ocupava o cargo de **Subprioressa**.⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-A-31, fl.44v-45v; fl.45v-47; 60-B-3, fl. 164v-167⁽¹⁾; fl. 167v-171v⁽¹⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v⁽¹⁾; fl. 54-57⁽¹⁾; fl. 119-121⁽¹⁾; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-10, fl. 111-114⁽¹⁾; 60-B-12, fl. 56-57v⁽¹⁾; fl. 65-66⁽¹⁾; 60-B-16, fl. 94-96⁽²⁾; 60-B-17, fl. 56-58⁽²⁾; 60-B-19, fl. 107-108; 60-B-22, fl.77v-78v; 86v-87v

227. Soror Josefa Teresa de Santa Ana

Referência cronológica: 03/01/1725, 23/12/1727, 04/03/1745, 23/10/1745, 16/04/1747, 16/03/1750

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-12, fl. 56-57v; 60-B-17, fl. 56-58

228. Soror Joana de Vasconcelos / Soror Joana Vicência de Santa Teresa

Referência cronológica: 17/8/1726, 19/12/1729, 30/12/1729, 16/11/1727, 23/12/1727, 05/05/1732, 04/03/1745, 23/10/1745, 20/10/1752, 22/12/1763, 18/10/1779

Nota biográfica: Freira de véu preto e do Coro. Filha do Dr. António Vaz de Castelo Branco (6º Senhor do prazo de Lagar D'El Rei) e de Maria Clara Antónia Pereira de Vasconcelos. Sobrinha de Miguel Luís da Silva Ataíde, Guarda-Mor dos pinhais e fábricas de madeira, de Sua Magestade e de Maria Isabel Teles de Menezes. Sobrinha de D. Frei José de Sousa Castelo Branco, Bispo do Funchal. Irmã de Clemência Maria da Soledade **(212)**. Sobrinha de Maria Clemência de Castelo Branco **(125)**. Sobrinha neta de Joana de Valadares **(140)**.⁽¹⁾⁽³⁾ O seu dotador é Pedro de Sousa Castelo Branco, seu cunhado, fidalgo da Casa Real, senhor do Concelho da Guarda e Coronel da Armada Real, morador em Lisboa, que apresenta como seu fiador Miguel Luís da Silva Ataíde, morador na cidade de Leiria, para maior segurança dos pagamentos. O dotador paga dote no valor de 600 mil reis, mais propinas da entrada, entregando estas e metade do dote ao assinar da escritura e os restantes 300 mil dois meses antes da profissão⁽¹⁾ Iniciou o noviciado em 1726. Em 16/11/1727 continua como noviça e já se encontrava paga a totalidade do dote⁽²⁾. Conforme acordado, o pagamento efectuou-se dois meses antes da profissão, pelo que a religiosa terá professado, como “*freira de veu preto*” ou em Dezembro de 1727 ou Janeiro de 1728. As religiosas desistem, a favor de Pedro de Sousa Castelo Branco, de toda e qualquer “*Legitima ou Legitimas, heransa ou heranças / que pertença e posão pertenser a dita Relligioza Soror Joanna / de Santa*

Thereza”, possuindo para tal licença do Provincial da Ordem de 5/11/1727. Em compensação, a religiosa recebe do seu cunhado uma tença anual de 40 mil reis, enquanto for viva. ⁽²⁾ O seu tio D. Frei José de Sousa Castelo Branco deixa em testamento datado de 1737 a si e à sua irmã religiosa duas salvas de prata lisas que andavam no serviço de sua mesa. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v, ⁽¹⁾; 60-A-7, fl.130-132, ⁽²⁾; 60-A-8, 23-26; 60-A-11, fl. 85v-87v; fl. 85v-87v; fl. 99-101v; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-20, fl. 231v-232v; 60-C-14, fl. 11-13; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v; QUEIROZ (2010), p. 464, 490 ⁽³⁾

229. Soror Jerónima Maria Rosa

Referência cronológica: 16/11/1727, 19/12/1729, 30/12/1729, 08/03/1743, 08/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/5/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 11/05/1751, 01/07/1751, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781, 21/01/1787

Nota biográfica: Sebastião Ferreira e de Manuel Ferreira, escrivão da porta dos celeiros do Rei, ambos de Leiria ⁽¹⁾ Os tios foram seus dotadores, pagando dote no valor de 600 mil reis, mais as propinas costumadas da entrada e a profissão, como a cama para a enfermaria e cera, e ainda 30 mil reis para alimentos do ano de noviciado. ⁽¹⁾ Por conta do dote, os tios emprestaram ao convento 300 mil reis à razão de juro anual de 5 %, tendo de pagar os restantes 300 mil reis por altura da profissão. Os alimentos do ano de noviciado são pagos pelos rendimentos (“*reditos*”), o que a 5% de 300 mil reis vem a ser 15 mil reis, tendo apenas os tios de pagar os restantes 15 mil reis. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-9, fl. 167-168v, 23/3/1726; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132; 60-A-11, fl. 85v-87v; fl. 99-101v; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 54-57; fl. 119-121; 60-B-6, fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl.149-151; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 107-108; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, 60-B-21, fl.14-15v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

230. Soror Helena Vicência Rosa

Referência cronológica: 23/12/1727

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26

231. Soror Ana Madalena

Referência cronológica: 16/11/1727, 05/05/1732

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132; 60-A-8, fl. 23-26, 23/12/1727; 60-A-15, fl. 39v-40v

232. Soror Genoveva de Santa Ana

Referência cronológica: 08/11/1728, 07/02/1741

Nota biográfica: Em 08/11/1728, emprestou a Manuel Dias Ferreira 15 moedas de ouro, no valor de 4800 reis cada uma, num total de 72 mil reis. Em 7/2/1741, o devedor dá nova fiança.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-29, fl. 145-145v

233. Soror Teodora Maria

Referência cronológica: 30/12/1729

Nota biográfica: Freira conversa. Filha de Alferes Manuel Francisco ds Silva e de Maria Teresa, moradores na sua Quinta da Fonte do Leiro, na Ribeira do Sirol, termo da

cidade de Leiria. Irmã de Soror Teresa Josefa (234). Os seus pais são os seus dotadores pagando dote no valor de 300 mil reis, mais propinas da entrada e profissão. Como não têm possibilidade de efectuar os pagamentos à data da escritura de dote, tomam o valor do mesmo de empréstimo. Para maior segurança do pagamento obrigam-se por bens de raiz, revelando-se, assim, como proprietários rurais: a quinta onde vivem que consta de moinhos, e mais fazendas; uma propriedade por baixo da Figueira do Outeiro, que consta de vinha e terra de pão; uma vinha no sítio da Fronteira; dois olivais no sítio dos Moinhos do Portello; um olival na venda dos Machados; um olival no sítio do Reconco; uma quinta chamada “das Freiras” que consta de várias vinhas, terras de pão, olivais, três moradas de casas, que fica nas Quintas do Sirol, aforada ao Convento e de que lhe pagam foro anual de 21 alqueires de trigo, 5 de milho, 5 de cevada, uma carrada de palha e um alqueire de azeite a safra. Inicia o noviciado em 1729, e terá professado em 1730.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 99-101v

234. Soror Teresa Josefa

Referência cronológica: 30/12/1729

Nota biográfica: Freira de véu preto e do coro. Filha de Alferes Manuel Francisco ds Silva e de Maria Teresa, moradores na sua Quinta da Fonte do Leiro, na Ribeira do Sirol, termo da cidade de Leiria. Irmã de Soror Teodora Maria (233). Os seus pais são os seus dotadores pagando dote no valor de 600 mil reis, mais propinas da entrada e profissão. Como não têm possibilidade de efectuar os pagamentos à data da escritura de dote, tomam o valor do mesmo de empréstimo. Para maior segurança do pagamento obrigam-se por bens de raiz, revelando-se, assim, como proprietários rurais: a quinta onde vivem que consta de moinhos, e mais fazendas; uma propriedade por baixo da Figueira do Outeiro, que consta de vinha e terra de pão; uma vinha no sítio da Fronteira; dois olivais no sítio dos Moinhos do Portello; um olival na venda dos Machados; um olival no sítio do Reconco; uma quinta chamada “das Freiras” que consta de várias vinhas, terras de pão, olivais, três moradas de casas, que fica nas Quintas do Sirol, aforada ao Convento e de que lhe pagam foro anual de 21 alqueires de trigo, 5 de milho 5 de cevada, uma carrada de palha e um alqueire de azeite a safra. Inicia o noviciado em 1729, e terá professado em 1730.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 99-101v

235. Soror Jerónima Teresa

Referência cronológica: 30/12/1729, 19/3/1731, 05/05/1732

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 99-101v; 60-A-13, fl. 88-90v; fl. 91-92; fl. 93-95v; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v

236. Soror Francisca Baptista / Francisca Maurícia do Sacramento

Referência cronológica: 19/3/1731, 05/05/1732

Nota biográfica: Freira professa da terceira ordem. Filha de João Baptista Branco e de Teresa Ferreira. Tem como tutor Custódio Rodrigues Lima, Guarda-mor do Tabaco.⁽¹⁾ O seu tutor é o seu dotador, que paga 400 mil reis de dote. À entrada paga 200 mil reis e 5/5/1732, paga a outra metade do dote.⁽²⁾ Para a celebração deste contraro apresenta como seus procuradores os seus filhos, Frei Custódio do Sacramento e Lima, religioso do Carmo calçado da Província da Baía e Francisco Rebelo Lopes, homem de negócios, moradores em Lisboa.⁽¹⁾ Entrou como noviça c. de 04/07/1731, e terá professado 05/07/1732, dois meses depois de se ter acabado de pagar o dote.⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 91-92 ⁽¹⁾; 60-A-15, fl. 39v-40v ⁽²⁾

237. Ângela de Jesus Pamplona / Ângela Joaquina de São José

Referência cronológica: 19/03/1731, 05/05/1732, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781

Nota biográfica: Filha de Francisco Dias Rocha, morador na cidade de São Salvador da Baía e de Catarina de São João Pamplona. ⁽¹⁾ O seu pai é o seu dotador e para celebração do contrato de dote, num qualquer dos conventos do Reino, apresenta como procuradores, Frei Custódio do Sacramento e Lima, religioso do Carmo calçado da Província da Baía e Francisco Rebelo Lopes, homem de negócios, Marçal Nunes Pereira e Pedro Lopes Távora moradores em Lisboa. Paga 800 mil reis de dote, dos quais receberá tença abaixo indicada, e nos quais entram propinas e despesas de entrada e profissão. ⁽¹⁾ À data da escritura de dote, tinha já entregue metade, sendo que a outra é paga em 05/05/1732 ⁽²⁾. Durante o ano de noviciado, gozará por isso apenas metade da sua tença anual. ⁽¹⁾ Inicia o noviciado c. de 19/3/1731, juntamente com Teodora Bernarda de Lima **(241)** e Teresa Maria de Santa Clara **(242)**, terá professado c. de 20/03/1732, ou seja, “*dentro de anno e dia*”, da “*provasam*” ⁽¹⁾ Em 05/05/1732 era já professa, pois surge como uma das assinantes de um contrato. ⁽³⁾ Tal como as religiosas que entraram com ela, recebe do convento, uma tença anual de 6250 reis, dos 800 mil reis que paga de dote, “*a qual tença hade ser conçignada nas Rendas / ou juros Reais*” do convento, “*podendo ellas por sy ou por sues Procuradores / cobrarem emquanto vivas, e por fallecimento de hum a ou de / qualquer dellas hiram pasando as mais athe ultima*”. ⁽¹⁾ Com a religiosa, entraram as escravas Antónia **(4)**, Inácia **(6)**, Joana **(7)** e Teresa **(9)**. As três primeiras são suas e das religiosas que entraram no convento juntamente consigo, passando para a comunidade após o falecimento da última religiosa. A última escrava é, desde logo, incorporada na comunidade. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 93-95v, ⁽¹⁾; 60-A-15, fl. 39v-40v ⁽²⁾; fl. 40v-42v ⁽³⁾; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

238. Soror Jerónima de Santa Engrácia

Referência cronológica: 19/03/1731, 26/04/1741, 04/03/1745, 18/10/1779, 22/10/1781, 14/11/1786, 21/01/1787

Nota biográfica: Freira do Coro e da primeira graduação. Filha de Josefa da Perciúncula. ⁽¹⁾ No período de 14/11/1786 a 21/01/1787, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽²⁾ O seu dotador foi o Doutor Jerónimo Rodrigues Garcia, morador na cidade da Baía, Brasil, que apresentou como procuradores para este contrato Manuel Pereira de Almeida e Gonçalo Ferreira Guimarães, mercadores, moradores na Rua Nova, em Lisboa. Dote pago no valor de 400 mil reis, num total de 4 mil cruzados (800 mil reis) pagos pelo dotador por duas religiosas. ⁽¹⁾ Entra como noviça do coro em 19/03/1731, e terá professado como “*freyra de veo preto e da primeyra graduação*” em 20/03/1732, juntamente com Josefa Maria da Encarnação **(240)**, conforme expresso no documento: “*diseram ellas ditas Reverendas Madres Prioreza e mais co/monidade (...) se obrigavam (...) a Receber nelle pera novisas do / choro as ditas duas futuras Relligiozas e com effeyto, den/tro de anno e dia profesar solennemente na forma custu/mada*”. ⁽¹⁾ Com a religiosa, entraram as escravas Custódia **(5)** e Luísa **(8)**, as quais seriam dela e de Josefa Maria da Encarnação **(240)** “*In solidam emquanto / vivas forem e por fallecimento da ultima ficarão a comonida/de*”. ⁽¹⁾ Tal como Josefa Maria da Encarnação, recebe do Convento uma tença anual de 6250 reis “*que lhe comiguavam e ha/viam por asentada desde o dia da entrada, nos juros Reais do / mesmo Mosteyro,*

nesta mesma cidade”. As tenças serão pagas “em quanto vivas forem de maneyra que per fallecimento de qual-/quer dellas haverá a cobrar a que viva ficar tambem a tença / da que fallezer, e somente por fallecimento de ambas vagaram as / tais tenças pera o Mosteyro”.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 88-90v⁽¹⁾; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-C-14, fl. 11-13; 60-C-20, fl. 90-90v⁽²⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-B-21, fl.14-15v⁽²⁾

239. Soror Joana Inês Rita da Piedade

Referência cronológica: 19/03/1731, 03/11/1736, 08/03/1743, 04/03/1745, 12/04/1745, 09/06/1745, 05/02/1746, 20/10/1752, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 01/07/1783, 07/08/1783

Nota biográfica: Filha de João da Costa Couto e de Rosa Maria de Lima. Sobrinha de Teodora Bernarda de Lima (241), e prima de Teresa Maria de Santa Clara / Teresa Antónia do Sacramento (242), entrando juntamente com estas para o convento. Neta de Custódio Rodrigues de Lima, Guarda-mor do Tabaco e de sua mulher Maria da Assunção Jardim. Sobrinha de António Rodrigues Lima, Arcediago na Sé da Baía, desembargador da Relação Eclesiástica do Arcebispado, comissário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, de Frei Custódio do Sacramento e Lima, religioso do Carmo calçado da Província da Baía e Francisco Rebelo Lopes, homem de negócios, moradores em Lisboa.⁽¹⁾ Paga 800 mil reis de dote, dos quais receberá tença abaixo indicada, e nos quais entram propinas e despesas de entrada e profissão.⁽¹⁾ À entrada, faltavam 100 mil reis do dote, que são pagos em 05/05/1732.⁽²⁾ Inicia o noviciado c. 19/03/1731, juntamente com Teodora Bernarda de Lima e Teresa Maria de Santa Clara, não professando ao mesmo tempo que elas por ainda não ter 16 anos, a idade mínima para professar: “*Joanna Ignês Rita da Piedade entra a esperar idade para / fazer sua profiçam, porem logo entra no seu lugar do nu/mero*”.⁽¹⁾ Tal como as religiosas que entraram com ela, recebe do convento, uma tença anual de 6250 reis, dos 800 mil reis que paga de dote, “*a qual tença hade ser conçignada nas Rendas / ou juros Reais*” do convento, “*podendo ellas por sy ou por seuss Procuradores / cobrarem emquanto vivas, e por fallecimento de huma ou de / qualquer dellas hiram pasando as mais athe ultima*”.⁽¹⁾ Com a religiosa, entraram as escravas Antónia (4), Inácia (6), Joana (7), e Teresa (9). As três primeiras são suas e das religiosas que entraram no convento juntamente consigo, passando para a comunidade após o falecimento da última religiosa. A última escrava é, desde logo, incorporada na comunidade.⁽¹⁾ Herda 100 mil reis do tio António Rodrigues de Lima, falecido na Baía. Em conjunto com as religiosas suas familiares, nomeia como procuradores Frei Luís de Santa Rosa, Frei Constantino de são José, Cónego Teodósio Marques da Rocha, Francisco Gonçalves de Oliveira, mestre escola e João de oliveira Guimarães, moradores na Baía, para cobrarem esta herança bem como tudo o mais que lhes pertencer declarado no seu testamento, e que tudo “*Remetam Nos Cofres da Nao ou Naos de Guerra que / se ofereserem para a cidade de Lixboa*”.⁽³⁾ No período de 01/07/1783 a 07/08/1783, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6; Doc. 45⁽⁴⁾; Doc. 46⁽⁴⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl.88-90v,⁽¹⁾; 60-A-15, fl. 39v-40v, 5/5/1732⁽²⁾; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-5, fl.104-106; 60-B-8, fl. 89-90v⁽³⁾; 60-B-20, fl.231v-233; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

240. Soror Josefa Maria da Encarnação

Referência cronológica: 19/3/1731, 05/05/1732, 08/03/1743, 08/02/1745, 11/2/1745, 04/03/1745, 09/06/1745, 24/09/1746 16/07/1751, 12/12/1756, 22/12/1763, 25/01/1764, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 01/07/1783, 07/08/1783

Nota biográfica: Freira de véu preto da primeira graduação. Filha legítima de Manuel Pessanha e de Isabel Rodrigues Garcia. ⁽¹⁾ O seu dotador foi o Doutor Jerónimo Rodrigues Garcia, morador na cidade da Baía, Brasil, que apresentou como procuradores para este contrato Manuel Pereira de Almeida e Gonçalo Ferreira Guimarães, mercadores, moradores na Rua Nova, em Lisboa. Dote pago no valor de 800 mil reis, num total de 4 mil cruzados (1 milhão e 600 mil reis) pagos pelo dotador por duas religiosas. ⁽¹⁾ Entra como noviça do coro em 19/03/1731, e terá professado como “*freyra de veo preto e da primeyra graduação*” em 20/03/1732, juntamente com Jerónima de Santa Engrácia (238), conforme expresso no documento: “*diseram ellas ditas Reverendas Madres Prioreza e mais co/monidade (...) se obrigavam (...) a Receber nelle pera novisas do / choro as ditas duas futuras Relligiozas e com effeyto, den/tro de anno e dia profesar solennemente na forma custu/mada*”. ⁽¹⁾ Em 05/05/1732 era já professa, surgindo como uma das assinantes de um contrato. ⁽²⁾ Com a religiosa, entraram as escravas Custódia (5), e Luísa (8), as quais serem dela e de Jerónima de Santa Engrácia “*In solidam emquanto / vivas forem e por fallecimento da ultima ficarão a comonida/de*”. ⁽¹⁾ Tal como Jerónima de Santa Engrácia, recebe do Convento uma tença anual de 6250 reis “*que lhe comiguavam e ha/viam por asentada desde o dia da entrada, nos juros Reais do / mesmo Mosteyro, nesta mesma cidade*”. As tenças serão pagas “*em quanto vivas forem de maneyra que per fallecimento de qual-/quer dellas haverá a cobrar a que viva ficar tambem a tença / da que fallezer, e somente por fallecimento de ambas vagaram as / tais tenças pera o Mosteyro*”. ⁽¹⁾ Em 11/02/1745, empresta 100 mil reis à razão de juro anual de 6, 25%, a Manuela Francisca da Mota Brandão, recolhida (26) no mesmo convento. Os réditos do empréstimo serão aplicados na sua tença e sustento. Metade da quantia principal fica para “*bens de fe e alma*” e outra para a comunidade. ⁽³⁾ Em 16/07/1751, empresta 100 mil reis à razão de juro anual de 6, 25%, a João Lopes e Isabel Ferreira, e a seu filho e nora, Manuel Ferreira e Isabel Francisca, todos moradores no lugar dos Pinheiros, termo da cidade de Leiria. ⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. Vi, 24-B-2, Doc. 45; Doc. 46; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl.88-90v ⁽¹⁾; fl. 40v-42v ⁽²⁾; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; fl. 174-176v ⁽³⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-5, fl.104-106; 60-B-10, 111-114; 60-B-19, fl. 120v-122 ⁽⁴⁾; 60-B-23, fl. 193-194; 60-B-28, fl. 333v-335v; 60-C-3, fl. 44v-47; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

241. Soror Teodora de Lima Jardim / Teodora Bernarda de Lima

Referência cronológica: 19/3/1731, 05/05/1732, 04/03/1745, 23/10/1745, 05/02/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 20/10/1752

Nota biográfica: Filha de Custódio Rodrigues de Lima, Guarda-mor do Tabaco e de Maria da Assunção Jardim. Irmã de António Rodrigues Lima, Arcediago na Sé da Baía, desembargador da Relação Eclesiástica do Arcebispado, comissário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, de Frei Custódio do Sacramento e Lima, religioso do Carmo calçado da Província da Baía e de Francisco Rebelo Lopes, homem de negócios, moradores em Lisboa. Mãe de Soror Teresa Maria de Santa Clara / Teresa Antónia do Sacramento (242), com quem entra para o convento. Viúva (?) do Capitão Constantino Azevedo Pereira, pai da sua filha. Irmã de Rosa Maria de Lima. Tia de Joana Inês Rita da Piedade (239), com quem entra para o convento. ⁽¹⁾ O seu irmão, António Rodrigues

de Lima é o seu dotador e para celebração do contrato de dote, num qualquer dos conventos do Reino, apresenta como procuradores, Frei Custódio do Sacramento e Lima, Francisco Rebelo Lopes, seus irmãos e Marçal Nunes Pereira e Pedro Lopes Távora, moradores em Lisboa. Paga 800 mil reis de dote, dos quais receberá tença abaixo indicada, e nos quais entram propinas e despesas de entrada e profissão. ⁽¹⁾ Inicia o noviciado c. de 19/3/1731, juntamente com Ângela Joaquina de São José (237), Joana Inês Rita da Piedade (239) e Teresa Maria de Santa Clara / Teresa Antónia do Sacramento (242) e terá professado c. de 20/03/1731, ou seja, “*dentro de anno e dia*”, da “*provasam*” que terá acontecido em tempo próximo à celebração do contrato de dote. ⁽¹⁾ Em 5/5/1732 era já professa, figurando entre as assinantes de um contrato. ⁽²⁾ Tal como as religiosas que entraram com ela, recebe do convento, uma tença anual de 6250 reis, dos 800 mil reis que paga de dote, “*a qual tença hade ser conçignada nas Rendas / ou juros Reais*” do convento, “*podendo ellas por sy ou por sues Procuradores / cobrarem emquanto vivas, e por fallecimento de huma ou de / qualquer dellas hiram pasando as mais athe ultima*”. ⁽¹⁾ Com a religiosa, entraram as escravas Antónia (4), Inácia (6), Joana (7) e Teresa (9). As três primeiras são suas e das religiosas que entraram no convento juntamente consigo, passando para a comunidade após o falecimento da última religiosa. A última escrava é, desde logo, incorporada na comunidade. ⁽¹⁾ Herda 100 mil reis do tio António Rodrigues de Lima, falecido na Baía. Em conjunto com as religiosas suas familiares, nomeia como procuradores Frei Luís de Santa Rosa, Frei Constantino de São José, Cónego Teodósio Marques da Rocha, Francisco Gonçalves de Oliveira, mestre escola e João de oliveira Guimarães, moradores na Baía, para cobrarem esta herança bem como tudo o mais que lhes pertencer declarado no seu testamento, e que tudo “*Remetam Nos Cofres da Nao ou Naos de Guerra que / se ofererem para a cidade de Lixboa*”. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 93-95v ⁽¹⁾; fl. 40v-42v, ⁽²⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-8, fl. 89-90v ⁽³⁾; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-20, fl. 231v-233

242. Soror Teresa Maria de Santa Clara / Teresa Antónia do Sacramento

Referência cronológica: 19/3/1731, 05/05/1732, 03/11/1736, 04/03/1745, 05/02/1746, 30/06/1746, 17/04/1747, 11/05/1751, 20/10/1752, 22/04/1755, 02/03/1762, 22 /12/1763, 09/11/1765, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781

Nota biográfica: Neta de Custódio Rodrigues de Lima, Guarda-mor do Tabaco. Filha do Capitão Constantino de Azevedo Pereira (defunto?) e de Soror Teodora Bernarda de Lima (241), com quem entra para o convento. Sobrinha de António Rodrigues Lima, Arcediago na Sé da Baía, desembargador da Relação Eclesiástica do Arcebispado, comissário do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, de Frei Custódio do Sacramento e Lima, religioso do Carmo calçado da Província da Baía e de Francisco Rebelo Lopes, homem de negócios, moradores em Lisboa e de Rosa Maria de Lima. Prima de Joana Inês Rita da Piedade (239), com quem entra para o convento. ⁽¹⁾ O seu tio, António Rodrigues Lima é o seu dotador e para celebração do contrato de dote, num qualquer dos conventos do Reino, apresenta como procuradores, Frei Custódio do Sacramento e Lima, Francisco Rebelo Lopes, seus tios, Marçal Nunes Pereira e Pedro Lopes Távora moradores em Lisboa. Paga 800 mil reis de dote, dos quais receberá tença abaixo indicada, e nos quais entram propinas e despesas de entrada e profissão. ⁽¹⁾ Inicia o noviciado c. de 19/3/1731, juntamente com Ângela Joaquina de São José, Joana Inês Rita da Piedade e Teodora Bernarda de Lima e terá professado c. de 20/3/1732, ou seja, “*dentro de anno e dia*”, da “*provasam*” que terá acontecido em tempo próximo à celebração do contrato de dote. ⁽¹⁾ Tal como as religiosas que entraram com ela, recebe

do convento, uma tença anual de 6250 reis, dos 800 mil reis que paga de dote, “*a qual tença hade ser conçignada nas Rendas / ou juros Reais*” do convento, “*podendo ellas por sy ou por sues Procuradores / cobrarem emquanto vivas, e por fallecimento de huma ou de / qualquer dellas hiram pasando as mais athe ultima*”. ⁽¹⁾ Com a religiosa, entraram as escravas Antónia (4), Inácia (6), Joana (7), e Teresa (9). As três primeiras são suas e das religiosas que entraram no convento juntamente consigo, passando para a comunidade após o falecimento da última religiosa. A última escrava é, desde logo, incorporada na comunidade. ⁽¹⁾ Herda 100 mil reis do tio António Rodrigues de Lima, falecido na Baía. Em conjunto com as religiosas suas familiares, nomeia como procuradores Frei Luís de Santa Rosa, Frei Constantino de São José, Cónego Teodósio Marques da Rocha, Francisco Gonçalves de Oliveira, mestre escola e João de oliveira Guimarães, moradores na Baía, para cobrarem esta herança bem como tudo o mais que lhes pertencer declarado no seu testamento, e que tudo “*Remetam Nos Cofres da Nao ou Naos de Guerra que / se offereserem para a cidade de Lixboa*”. ⁽²⁾ Em 02/03/1762, 09/11/1765 e 20/10/1768, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 93-95v, ⁽¹⁾; 60-A-15, fl. 40v-42v; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-8, fl. 89-90v ⁽²⁾; 60-B-9, fl.176-179v; 60-B-12, fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-20, fl. 231v-232v; 60-B-22, fl.77v-78v; 60-B-27, fl. 59v-63 ⁽³⁾; 60-B-30, fl. 212-214v ⁽³⁾; 60-C-3, fl. 44v-47; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

243. Soror Helena Margarida

Referência cronológica: 08/06/1731, 15/09/1734, 10/11/1734, 13/01/1742, 04/03/1745, 12/04/1745, 09/06/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 21/10/1749, 16/03/1750, 11/05/1751 01/07/1751, 13/08/1752, 29/04/1755, 29/04/1755, 12/12/1756, 02/03/1762, 22/12/1763, 09/11/1765, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 01/07/1783, 07/08/1783

Nota biográfica: Em 08/06/1731, ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽¹⁾ Em 11/05/1751, no período de 29/04/1755 a 29/04/1755, 20/10/1768 e no período de 22/10/1781 a 17/12/1781, ocupava o cargo de **Subpriora**. ⁽²⁾ Em 18/10/1779, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Doc. 45; Doc. 46; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 176v-178 ⁽¹⁾; 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134; 60-A-31, fl. 44v-45v; 60-B-4, fl. 54-57; fl. 119-121; fl.104-106; 60-B-6, fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl.149-151; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 36-36v ⁽²⁾; fl. 107-108; 60-B-20, fl. 184v-185; 60-B-22, 77v-78v ⁽²⁾; fl. 86v-87v ⁽¹⁾; 60-B-23, fl. 193-194; 60-B-27, fl. 59v-63; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-3, fl. 44v-47 ⁽²⁾; 60-C-14, fl. 11-13 ⁽³⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7 ⁽²⁾; fl. 41-42v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

244. Soror Joana da Rosa

Referência cronológica: 05/05/1732, 18/10/1779

Nota biográfica: Religiosa terceira / religiosa leiga. Filha de António Gonçalves Galvão, morador em Lisboa. O seu pai é o dotador, que paga 2 mil cruzados (800 mil reis) de dote. À entrada entrega 500 mil reis e por altura da profissão, os restantes 300 mil reis. Paga esta valor porque entra como “*Relligioza terseira*” e pretende professar como “*Relligioza Lejga*”, o que terá de ser votado e aceite pela comunidade, ficando já

as despesas da eventual mudança asseguradas com o valor acordado. Inicia noviciado c. 05/05/1732, e terá professado c. 06/06/1733.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 40v-42v; 60-C-14, fl. 11-13

245. Soror Caetana Luísa

Referência cronológica: 05/05/1732, 11/05/1751, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 39v-40v; 60-B-19, fl. 36-36v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

246. Soror Eulália Maria Custódia das Neves

Referência cronológica: 05/05/1732, 22/06/1742, 09/02/1743, 08/02/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 24/10/1750, 11/05/1751, 01/07/1751, 23/02/1752, 13/08/1752, 22/04/1755, 27/05/1759, 02/05/1762, 10/07/1763, 22/12/1763, 28/04/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 14/11/1786

Nota biográfica: Filha do Capitão Manuel das Neves, sendo órfã do mesmo. Irmã de Inocência Maria Teodora das Neves (248) e Joana Custódia das Neves (255) freiras professoras no mesmo convento. ⁽¹⁾ ⁽²⁾ Possui tença anual de 27 mil reis paga pela Alfândega do Porto, nomeando procuradores para a cobrar: o pai, José de Paiva e Sousa e Carlos Luís de Magalhães em 22/6/1742 e 24/10/1750, bem como Domingues Tavares Fernandes em 23/2/1752, em 27/05/1759, nomeia o Mestre Frei Manuel do Sacramento e em 02/05/1762, nomeia o padre Frei José do Rosário, prior mor do Convento de S. Domingos do Porto e Frei José de Santa Catarina, assistente no mesmo. ⁽¹⁾ No período de 31/5/1745 a 27/5/1746, ocupava o cargo de **Depositária**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; 60-A-32, fl. 119-119v ⁽¹⁾; 60-A-33, fl. 148-148v ⁽¹⁾; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-5, fl. 23v-26v ⁽²⁾; fl. 104-106 ⁽²⁾; 60-B-6, fl. 46v-50v ⁽²⁾; fl. 72v-76 ⁽²⁾; fl. 77v-78v ⁽²⁾; 60-B-9, fl. 149-151 ⁽²⁾; 60-B-18, fl. 192-192v ⁽¹⁾; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 107-108; 60-B-20, fl. 15-15v ⁽¹⁾; 60-B-20, fl. 184v-185; 60-B-22, fl. 77v-78v; 60-B-24, fl. 57v-58 ⁽¹⁾; 60-B-27, fl. 110-110v ⁽¹⁾; fl. 110v-111 ⁽¹⁾; 60-B-28, fl. 200-202v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 90-90v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

247. Soror Micaela Teodora

Referência cronológica: 15/09/1734, 10/11/1734, 03/11/1736, 14/01/1742, 01/02/1743, 08/03/1743, 04/03/1745, 12/04/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 16/4/1747, 20/10/1752, 22/12/1763, 20/10/1768, 18/10/1779

Nota biográfica: Em 20/10/1768, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 39; Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 6; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134; 60-A-32, fl. 45v-47; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-5, fl. 104-106; 60-B-6, fl. 46v-50v; fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl. 149-151; 60-B-12, fl. 56-57v; 60-B-20, fl. 231v-232v; 60-C-3, fl. 44v-47 ⁽¹⁾; 60-C-14, fl. 11-13; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

248. Soror Inocência Maria Teodora das Neves

Referência cronológica: 15/09/1734, 10/11/1734, 22/06/1742, 01/02/1743, 09/02/1743, 29/10/1743, 04/03/1745, 31/05/1745, 23/10/1745, 24/10/1750, 11/05/1751, 23/02/1752, 27/05/1759, 02/05/1762, 22/12/1763

Nota biográfica: Filha do Capitão Manuel das Neves, sendo órfã do mesmo. Irmã de Eulália Maria Custódia das Neves (246) e Joana Custódia das Neves (255) freiras professoras no mesmo convento. ⁽¹⁾ Possui tença anual de 27 mil reis paga pela Alfândega do Porto, nomeando procuradores para a cobrar: o pai, José de Paiva e Sousa e Carlos Luís de Magalhães em 22/6/1742 e 24/10/1750, bem como Domingues Tavares Fernandes em 23/2/1752, em 27/05/1759, nomeia o Mestre Frei Manuel do Sacramento e em 02/05/1762, nomeia o mestre Frei José de Santa Catarina, assistente no mesmo. ⁽¹⁾ Não pode comparecer à escritura de procuração de 27/05/1759, “*por constar estar gravemente mal*”. ⁽³⁾ No período de 01/02/1743 a 29/10/1743, ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39 ⁽²⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134; 60-A-32, fl. 119-119v ⁽¹⁾; 60-A-32, fl. 148-148v ⁽¹⁾; 60-B-2, fl. 170-173 ⁽²⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-5, fl. 23v-26v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-18, fl. 192-192v ⁽¹⁾; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-20, fl. 15-15v ⁽¹⁾; 60-B-24, fl. 57v-58 ⁽¹⁾ ⁽³⁾; 60-B-27, fl. 110v-111 ⁽¹⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

249. Teresa Marcelina de São Joaquim

Referência cronológica: 1736, 16/3/1750, 22/04/1755, 29/04/1755

Nota biográfica: Nascida c. 1736. ⁽¹⁾ Filha de António Baptista de Maria Josefa, do lugar de Boleiros. Sobrinha do Doutor Patrício Peireira, Cónego magistral da cidade de Leiria e de Marcelino Pereira Cleto, secretário do arcebispo de Braga. ⁽¹⁾ Em 16/3/1750 tinha 14 anos não tendo ainda idade para poder iniciar um noviciado de um ano para professar aos 16, mas ficou reservado para si um lugar no convento. ⁽¹⁾ O seu dotador é o tio, Doutor Patrício Pereira, que paga um dote no valor de 600 mil reis. Dá metade no acto da escritura e outra metade no dia da entrada ou do aniversário dos seus 15 anos. No dia da entrada e no da profissão paga propinas. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-17, fl. 56-58 ⁽¹⁾; 60-B-22, fl. 77v-78v; fl. 86v-87v

250. Soror Antónia Angélica

Referência cronológica: 03/11/1736, 08/03/1743, 04/03/1745, 12/04/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 24/09/1746, 16/04/1747, 11/05/1751, 01/07/1751, 13/08/1752, 02/03/1762, 10/07/1763, 10/07/1763, 09/11/1765, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 01/07/1783, 07/08/1783, 14/11/1786, 03/03/1789

Nota biográfica: Em 02/03/1762, 09/11/1765, 18/10/1779 e 03/03/1789 ocupava o cargo de **Suprioresa**. ⁽¹⁾ Em 14/11/1786, doa ao convento 100 mil reis para se porem a render com obrigação de dar-se mensalmente, e para sempre, meio alqueire de azeite para a lâmpada da capela de Nossa Senhora do Rosário, no interior do mesmo convento. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6; Doc. 45; Doc. 46; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-4, fl. 46v-50v; fl. 54-57; fl. 119-121; 60-B-6, fl. 72v-76, fl. 77v-78v; 60-B-9, fl. 149-151; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v, 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 107-108; 60-B-20, fl. 184v-185; 60-B-27, fl. 59v-63 ⁽²⁾; 60-B-28, fl. 200-202v; 60-B-

30, fl. 212-214v ⁽²⁾; 60-C-14, fl. 11-13 ⁽²⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 90-90v ⁽³⁾; 60-C-24, fl. 87-85 ⁽²⁾

251. Soror Catarina Teresa de Melo / Catarina Teresa da Encarnação

Referência cronológica: 23/1/1739, 26/4/1741, 1/2/1743, 08/03/1743, 29/10/1743, 04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 01/07/1751

Nota biográfica: Filha de Plácido Vaz Maldonado, morador em Braga, assistente em Leiria, possuidor de um moinho junto à ponte da Fonte Grande, em Leiria ⁽¹⁾. Em 23/1/1739 era noviça no convento. Enquanto noviça, faz uma escritura de doação “*causa mortis pro ingressu Religiozis*”, renunciando a heranças e direitos sobre bens, a favor do seu irmão João, “*na concideração e certeza de que pella profiçãõ que detrimina fazer morre para / o mundo*”. Como compensação, o seu pai obriga-se a pagar-lhe uma tença anual de 20 mil reis, “*para suprir suas nessecidades mona/chaes*”, que lhe será entregue desde o dia da sua profissão ao dia da sua morte, e assegurada pelos seus herdeiro e sucessores. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-25, fl. 77-77v ⁽²⁾; 60-A-30, fl. 105v-108; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-2, fl. 170-173; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl.104-106; 60-B-6, fl. 46v-50v; l. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl.149-151; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-19, fl. 107-108; POUSÃO-SMITH (2008), p. 158 ⁽¹⁾

252. Soror Luísa Josefa da Conceição

Referência cronológica: 26/04/1741, 08/03/1743, 31/05/1745, 23/10/1745, 16/04/1747, 17/04/1747, 21/10/1749, 01/07/1751, 13/08/1752, 12/12/1756, 02/03/1762, 10/07/1763, 22/12/1763, 25/01/1764, 09/11/1765, 28/04/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 14/11/1786, 21/01/1787

Nota biográfica: Em 01/07/1751, ocupava o cargo de **Suprioresa**. ⁽¹⁾ Em 12/12/1756, ocupava o cargo de **Prioresa**. ⁽²⁾ Em 22/12/1763 e no período de 22/10/1781 a 17/12/1781, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-30, fl. 105v-108; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-5, fl. 23v-26v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-19, fl. 36-36v, 11/05/1751; fl. 107-108; fl. 107-108 ⁽¹⁾; 60-B-20, fl. 184v-185; 60-B-23, fl. 193-194 ⁽²⁾; 60-B-27, fl. 59v-63; 60-B-28, fl. 200-202v; fl. 333v-335v; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7 ⁽³⁾; fl. 41-42v ⁽³⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl.90-90v; 60-B-21, fl.14-15v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v ⁽³⁾

253. Soror Hilária Tomásia

Referência cronológica: 13/1/1742

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-31, fl.44v-45v

254. Soror Teresa Caetana Frota de São José

Referência cronológica: 12/2/1742

Nota biográfica: Irmã de Bernardino Frota Pacheco, que morou em Pernambuco. Sobrinha de José Gomes Cachado, morador no lugar de São Mamede, termo da vila de Óbidos, tendo este, também morado no Brasil. Em 12/2/1742 era noviça no convento. O

irmão e o tio financiam o seu dote com duas letras de risco no valor de 890 mil reis a serem repartidas pelos dois.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-31, fl. 109v-111v

255. Soror Joana Custódia Eufrásia das Neves

Referência cronológica: 22/06/1742, 09/02/1743, 04/03/1745, 23/10/1745, 11/08/1747, 24/10/1750, 29/08/1751, 23/02/1752, 27/05/1759, 02/05/1762

Nota biográfica: Filha do Capitão Manuel das Neves, sendo órfã do mesmo. Irmã de Eulália Maria Custódia das Neves (246) e Inocência Maria Teodora das Neves (248), freiras professas no mesmo convento. ⁽¹⁾ Possui tença anual de 27 mil reis paga pela Alfândega do Porto, nomeando procuradores para a cobrar: o pai, José de Paiva e Sousa e Carlos Luís de Magalhães em 22/6/1742 e 24/10/1750, bem como Domingues Tavares Fernandes em 23/2/1752, em 27/05/1759, nomeia o Mestre Frei Manuel do Sacramento e em 02/05/1762, nomeia o padre Frei José do Rosário, prior mor do Convento de S. Domingos do Porto e Frei José de Santa Catarina, assistente no mesmo. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-32, fl. 119-119v ⁽¹⁾; 60-A-32, fl. 148-148v ⁽¹⁾; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-14, fl. 84 ⁽¹⁾; 60-B-18, fl. 192-192v, ⁽¹⁾; 60-B-19, fl. 180v-181 ⁽¹⁾; 60-B-20, fl. 15-15v ⁽¹⁾; 60-B-24, fl. 57v-58v; 60-B-27, fl. 181-181v ⁽¹⁾

256. Soror Maria Margarida

Referência cronológica: 13/01/1742, 09/11/1765, 22/12/1763, 20/10/1768

Nota biográfica: Em 13/01/1742, ocupava o cargo de **Depositária**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-31, fl. 44v-45v; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-3, fl. 44v-47; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

257. Soror Micaela Clara

Referência cronológica: 29/10/1743

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-2, fl. 170-173

258. Soror Ana Clara

Referência cronológica: 08/03/1743, 08/02/1745, 04/03/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 16/04/1747, 17/04/1747

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl. 104-106; 60-B-6, fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl. 149-151; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66

259. Soror Maria Madalena do Senhor dos Passos

Referência cronológica: 01/02/1743, 08/03/1743, 29/10/1743, 13/08/1752, 20/10/1752

Nota biográfica: No período de 01/02/1743 a 29/10/1743, ocupava o cargo de **Suprioresa**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-2, fl. 170-173; 60-B-20, fl. 184v-185; fl. 231v-232v

260. Soror Francisca Madalena

Referência cronológica: 08/03/1743, 08/02/1745, 04/03/1745, 31/05/1745, 24/09/1746, 17/04/1747, 16/03/1750

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-5, fl. 23v-26v; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 65-66; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-20, fl. 184v-185; 60-B-22, fl. 77v-78v

261. Soror Dona Bernarda Umbelina Serrão

Referência cronológica: 08/03/1743, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 17/04/1747, 16/03/1750, 11/05/1751, 13/08/1752, 20/10/1752, 22/12/1763, 25/01/1764, 09/11/1765, 28/04/1768 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781

Nota biográfica: Freira de véu preto e do Coro. Filha do Doutor Manuel Rodrigues Saraiva e de Dona Vicência Serrão, moradores em Pombal (defuntos?) Neta de António Serrão de Carvalho. Sobrinha de José Serra de Avelar. Irmã de uma religiosa do convento, não nomeada. Natural de Pombal. Viveu como recolhida ou pupila no convento junto da sua irmã, tendo aí nascido a sua vocação ⁽¹⁾:

“a muitos tempos se achava o dito convento em companhia / de sua Irmã Religioza no mesmo convento e sempre / com o ânimo constante de ser no dito convento religioza / de veu preto e fazer sua solene profissam a seu tempo / como as mães Religiozas delle cujos bons intentos lhes / bee dezia seu Avo Antonio Serrão de carvalho da dita vila de / Pombal como tambem seu Tio Jozeph serra de Ave/llar.” ⁽¹⁾

O seu dotador foi o seu avô, pagando 600 mil reis de dote no acto da escritura, por conta da herança da religiosa, a receber dos seus pais. Ao tempo da profissão, paga as propinas. Terá iniciado o noviciado em 1743 e terá professado em 1744. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-1, fl. 22-23 ⁽¹⁾; 60-B-6, fl. 46v-50v; fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl. 149-151; fl. 176-179v, 30/6/1746; 60-B-12, fl. 56-57v, 16/4/1747; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-20, fl. 184v-185; 60-B-20, fl. 231v-233; 60-B-28, fl. 333v-335v; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

262. Soror Joaquina Caetana

Referência cronológica: 31/05/1745

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-5, fl. 23v-26v

263. Soror Francisca Margarida

Referência cronológica: 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-6, fl. 72v-76; que fl. 77v-78v; 60-B-9, fl. 149-151

264. Soror Ana Micaela

Referência cronológica: 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745, 27/05/1746, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-5, fl. 23v-26v; fl. 104-106; 60-B-6, fl. 46v-50v; fl. 72v-76; fl. 77v-78v; 60-B-9, fl. 149-151; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 65-66

265. Soror Ana Joaquina de São José

Referência cronológica: 08/02/1745, 04/03/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 16/04/1747, 16/03/1750, 01/07/1751, 15/01/1757, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781

Nota biográfica: Irmã de Soror Inácia Caetana de São José (293). ⁽¹⁾ Possui uma tença de 25 mil reis que lhe paga a Alfândega do Porto. Em 15/01/1757, nomeia Pedro do Rosário Ribeiro, Sargento-mor João de Sousa Mello e António José de Oliveira Sampaio, como procuradores para que possam cobrar valores vencidos desde 1750. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 54-57; 60-B-5, fl. 23v-26v; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl.104-106; 60-B-12, fl. 56-57v; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 107-108; 60-B-23, fl. 231v-232; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

266. Soror Brígida Joaquina Rita

Referência cronológica: 08/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 16/04/1747, 17/04/1747, 21/10/1749, 20/10/1752, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781

Nota biográfica: Em 22/12/1763 exerceu o cargo de **Subpriora**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 65-66; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-20, fl.231v-233; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v ⁽¹⁾

267. Soror Maria Bárbara

Referência cronológica: 30/06/1746, 22/12/1763, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 14/11/1786

Nota biográfica: No período de 22/10/1781 a 17/12/1781, ocupava o cargo de **Depositária**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-9, fl.176-179v; 60-C-3, fl. 44v-47; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7 ⁽¹⁾; fl. 41-42v⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

268. Soror Eugénia Bernarda de Santa Rosa

Referência cronológica: 16/04/1747

Nota biográfica: Religiosa de véu preto e do Coro. Sobrinha do Padre Jorge Pereira, do Casal do Salgueiro. A religiosa era tida como muito desejosa de entrar para o convento, tendo o apoio dos pais e tios:

“tinha animo constante e muito dezejo de ser no dito Convento Relegioza / de Véu preto e do coro e fazer sua sulene profiçam a seu tempo como as maiz / Religiozas delle cujo intento elle dito Reverendo outorgante com tâobem seuz / Paiz e tios lhe favoreciam o mesmo dezejo”

O seu tio foi o seu dotador, pagando 600 mil reis de dote, bem como as propinas. O dote seria entregue fraccionadamente: 200 mil reis à data da escritura, 100 mil reis à entrada e 300 mil reis no dia da profissão. Não entrou à data da escritura porque *“se não achava em termos da Entrada para o dito Comvento / e nuviassiado purem com brevidade faria a dita Entrada.”* A religiosa renunciou do direito à herança dos seus pais. Terá iniciado o noviciado em 1747, e terá professado como *“Relegioza / de Véu preto e do coro”* em 1748.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-12, fl. 56-57v

269. Soror Anastácia

Referência cronológica: 17/04/1747

Nota biográfica: Filha de José da Veiga. Irmã de Soror Beatriz (270). O seu pai é o dotador, pagando 600 mil reis de dote, bem como “*as propinas emxuval e vestidos na forma que se cuz/tumam dar a semelhantes pesoaz*”. Metade do valor do dote é pago no acto da escritura e a outra metade no dia da profissão. Renunciou ao direito de herança dos pais, a favor do seu irmão Filipe Nora. Era já noviça em 17/04/1747 e terá professado como freira de véu preto e do coro entre 1747 e 1748.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-12, fl. 63-64v

270. Soror Beatriz

Referência cronológica: 17/04/1747

Nota biográfica: Filha de José da Veiga. Irmã de Anastácia (269). O seu pai é o dotador, pagando 600 mil reis de dote, bem como “*as propinas emxuval e vestidos na forma que se cuz/tumam dar a semelhantes pesoaz*”. Metade do valor do dote é pago no acto da escritura e a outra metade no dia da profissão. Renunciou ao direito de herança dos pais, a favor do seu irmão Filipe Nora. Era já noviça em 17/04/1747 e terá professado como freira de véu preto e do coro entre 1747 e 1748.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-12, fl. 63-64v

271. Soror Helena

Referência cronológica: 17/04/1747

Nota biográfica: Filha de Manuel Barbosa de Lira. O seu pai é o dotador, pagando 600 mil reis de dote, bem como as propinas, enxoval e vestidos Metade do valor do dote é pago no acto da escritura e a outra metade no dia da profissão. Renunciou ao direito de herança dos pais, a favor do seu irmão José. Em 17/04/1747 era já noviça, e terá professado como freira de véu preto e do coro entre 1747 e 1748.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-12, fl. 65-66

272. Soror Maria Joaquina

Referência cronológica: 01/07/1751

Nota biográfica: Freira de véu preto e do Coro. Filha de André da Silva e Sousa, morador em Lisboa. A religiosa, antes de entrar para o convento, seria muito provavelmente, moradora em Lisboa, tendo para Leiria de propósito: “*e que para esse efeito estava a dita sua filha já nes /ta cidade para entrar no dito Convento*” O seu pai foi o dotador, para “*satisfazer a grande vontade e desejo que sempre teve sua filha Dona / Maria Joachina de ser freyra*” O dote tem o valor de 600 mil reis, mais as propinas costumadas. Metade do dote é pago no acto da escritura e outra metade quando a noviça professar. Inicia o noviciado em 1751 e terá professado em 1752.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-19, fl.107-108

273. Soror Gracia Teresa

Referência cronológica: 11/05/1751, 28/04/1768

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-19, fl. 36-36v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7

274. Soror Vitória Josefa

Referência cronológica: 11/05/1751, 13/08/1752, 20/10/1752, 09/11/1765, 18/10/1779, 22/10/1781

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-20, fl. 184v-185; fl.231v-233; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7

275. Soror Ana Luísa de Miranda

Referência cronológica: 13/08/1752

Nota biográfica: Sobrinha do Padre Luís Simões de Miranda, da Melroceira termo da Vila de Torres Vedras. O tio é o seu dotador, pagando 600 mil reis de dote e as propinas costumadas. 300 mil reis são pagos no acto da escritura e os restantes por altura da profissão. Terá iniciado o noviciado em 1752 e professado em 1753.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 184v-185

276. Soror Maria Leonor

Referência cronológica: 13/08/1752, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 184v-185; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

277. Soror Eufrásia Maria

Referência cronológica: 20/10/1752, 10/07/1763, 25/01/1764

Nota biográfica: Em 10/07/1763, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 231v-232; 60-B-28, fl. 200-202v⁽¹⁾; fl. 333v-335v

278. Soror Rosa Maria

Referência cronológica: 20/10/1752, 22/04/1755, 29/04/1755, 12/12/1756, 10/07/1763, 22/12/1763, 28/04/1768

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 231v-232; 60-B-22, fl.77v-78v; fl. 86v-87v; 60-B-23, fl. 193-194; 60-B-28, fl. 200-202v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

279. Soror Maria Rosa

Referência cronológica: 20/10/1752, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781, 05/09/1786

Nota biográfica: Em 05/09/1786, ocupava o cargo de **Escrivã**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-B-1, Certidões, Doc. 1⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 231v-232; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. VI, 62-B-15, fl. 5v-7; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

280. Soror Caetana Maria Angélica

Referência cronológica: 22/04/1755, 29/04/1755, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-22, fl.77v-78v; fl. 86v-87v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v

281. Soror Maria Joana do Sacramento

Referência cronológica: 22/04/1755, 22/12/1763, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781

Nota biográfica: Filha de Manuel Dias e sua mulher Teresa Fernandes, moradores no Caniço, couto do Lourical. Sobrinha do padre Francisco Xavier Dias. O tio foi o

dotador, pagando 600 mil reis de dote mais as propinas costumadas. 100 mil reis são pagos no acto da escritura e os restantes por altura da profissão.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-22, fl.77v-78v; 60-C-3, fl. 44v-47; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v

282. Soror Caetana Felícia

Referência cronológica: 22/12/1763

Fonte: ADLRA, Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, Termo de reconhecimento, fl. 1-2v

283. Soror Maria Lúcia da Encarnação

Referência cronológica: 18/10/1779

Nota biográfica: Sobrinha do Padre Francisco Xavier de Figueiredo, Deão e Vigário Capitular da Sé de Leiria. Prima ou irmã de Ana Xavier de Figueiredo (284). Prima de Ana de São Joaquim (301). Em 18/10/1779 encontrava-se como educanda no convento, não tendo ainda idade suficiente para iniciar o noviciado e professar. O tio foi o dotador, pagando 600 mil reis de dote no acto da escritura. O seu sustento ficaria a cargo do convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-14, fl. 11-13

284. Ana Xavier de Figueiredo

Referência cronológica: 22/10/1781

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de Inácio Xavier de Figueiredo. Sobrinha do Padre Francisco Xavier de Figueiredo, Deão e Vigário Capitular da Sé de Leiria. Prima ou irmã de Maria Lúcia da Encarnação (284). O tio foi o dotador, pagando 600 mil reis de dote no acto da escritura e as propinas costumadas por altura da profissão. Terá iniciado o noviciado em 1781 e professado em 1782, tendo, para isso, “*as qualidades nesesarias / que Requeria o Sagrado Consillio Tridentino e Constituisoins / de sua Religiam*”.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7

285. Soror Leonor Vicência

Referência cronológica: 22/10/1781

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7

285. Soror Maria Brígida

Referência cronológica: 07/08/1783

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, Escrituras, Doc. 45

286. Soror Maria Cândida

Referência cronológica: 21/01/1787, 03/03/1789

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-21, 14-15v; 60-C-24, fl. 85-87

Século XVIII / XIX

288. Soror Petronilha Angélica

Referência cronológica: 03/11/1736, 23/10/1745, 3/11/1745, 17/4/1747, 16/3/1750, 11/05/1751, 20/10/1752, 02/03/1762, 10/07/1763, 22/12/1763; 21/01/1764, 25/01/1764, 09/11/1765, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 28/07/1801, 17/04/1803, 08/10/1805, 25/09/1806

Nota biográfica: Em 02/03/1762 e 25/01/1764, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽¹⁾ No período de 28/07/1801 a 25/09/1806, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6.; Doc. 9⁽²⁾; Doc. 10⁽²⁾; Doc. 11⁽²⁾; Doc. 12⁽²⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-6, fl. 46v-50v; fl. 72v-76; 60-B-12, fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-20, fl. 231v-232v; 60-B-27, fl. 59v-63⁽¹⁾; 60-B-28, fl. 200-202v⁽¹⁾; fl. 328-329v⁽¹⁾; fl. 333v-335v⁽¹⁾; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-33, fl.185⁽²⁾; 60-C-35, fl. 176v-177v⁽²⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

289. Soror Catarina Felícia

Referência cronológica: 29/10/1743, 04/03/1745, 31/5/1745, 24/9/1746, 17/4/1747, 21/10/1749, 16/3/1750, 01/07/1751, 12/12/1756, 28/04/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 01/07/1783, 07/08/1783, 14/11/1786, 21/01/1787, 03/03/1789, 28/07/1801

Nota biográfica: Em 28/04/1768, ocupava o cargo de **Subprioressa**.⁽¹⁾ Em 03/03/1789, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽²⁾ Em 28/07/1801, é referida como *ex prioressa*, pelo que terá ocupado o cargo em época próxima anterior.⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7⁽¹⁾; Doc. 9⁽³⁾; Doc.39; Doc. 45; Doc. 46; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-2, fl. 170-173; 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-5, fl. 23v-26v; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 107-108; 60-B-23, fl. 193-194; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v; 60-B-21, fl.14-15v; 60-C-24, fl. 87-85⁽²⁾; 60-C-33, fl.185⁽³⁾

290. Soror Maria Clara de Santa Rosa

Referência cronológica: 08/02/1745, 22/10/1781, 01/07/1783, 07/08/1783, 28/07/1801

Nota biográfica: No período de 01/07/1783 a 07/08/1783, ocupava o cargo de **Subprioressa**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, Escrituras, Doc. 9; Doc. 45⁽¹⁾; Doc. 46⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-33, fl.185

291. Soror Joaquina Bárbara

Referência cronológica: 08/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 14/11/1786, 28/07/1801, 17/04/1803

Nota biográfica: Em 17/04/1803, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, Escrituras, Doc. 9; Doc. 10⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 54-57; fl. 119-121; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl. 104-106; 60-B-

6, fl. 46v-50v; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v; 60-C-33, fl.185; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

292. Soror Ana Jacinta de Santa Teresa

Referência cronológica: 04/03/1745, 31/05/1745, 23/10/1745, 21/10/1749, 11/05/1751, 01/07/1751, 22/12/1763 28/04/1768, 20/10/1768, 23/09/1774, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 01/07/1783, 07/08/1783, 14/11/1786, 21/01/1787, 03/03/1789, 28/07/1801, 17/04/1803, 08/10/1805, 25/09/1806

Nota biográfica: Em 21/10/1749, ocupava o cargo de **Escrivã**.⁽¹⁾ No período de 22/12/1763, 28/04/1768 a 20/10/1768, 23/09/1774, 18/10/1779 a 17/12/1781, 01/07/1783 a 07/08/1783, 14/11/1786 a 03/03/1789 e em 17/04/1803, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽²⁾ No período de 28/07/1801 a 25/09/1806 ocupava o cargo de **Depositária**.⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 1⁽²⁾; Certidões, Doc. 1⁽²⁾; Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7⁽²⁾; Doc. 9⁽²⁾; Doc. 10; Doc. 11⁽³⁾; Doc. 12⁽³⁾; Doc. 45⁽²⁾; Doc. 46⁽²⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-5, fl. 23v-26v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-16, fl. 94-96⁽¹⁾; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 107-108; 60-C-3, fl. 44v-47⁽²⁾; 60-C-14, fl. 11-13 18/10/1779⁽²⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7⁽²⁾; fl. 41-42v⁽²⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 90-90v⁽²⁾; 60-B-21, fl.14-15v⁽²⁾; 60-C-24, fl. 87-85⁽²⁾; 60-C-33, fl.185⁽³⁾; 60-C-35, fl. 176v-177v; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v⁽²⁾

293. Soror Inácia Caetana de São José

Referência cronológica: 04/03/1745, 23/10/1745, 24/09/1746, 17/04/1747, 21/10/1749, 11/05/1751, 15/01/1757, 22/12/1763, 18/10/1779, 22/10/1781, 14/11/1786, 28/07/1801, 17/04/1803, 08/10/1805, 25/09/1806, 30/05/1811

Nota biográfica: Irmã de Soror Ana Joaquina de São José (265).⁽¹⁾ Possui uma tença de 30 mil reis que lhe paga a Alfândega do Porto. Em 15/01/1757, nomeia Pedro do Rosário Ribeiro, Sargento Mor João de Sousa Mello e António José de Oliveira Sampaio, como procuradores para que possam cobrar valores vencidos desde 1750.⁽¹⁾ Em, 30/05/1811, encontrava-se refugiada no Convento de Santa Joana, em Lisboa, tendo fugido às invasões francesas.⁽⁴⁾ Em 28/07/1801, ocupava o cargo de **Prioressa**.⁽²⁾ No período de 08/10/1805 a 25/09/1806, ocupava o cargo de **Subprioressa**.⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9⁽²⁾; Doc. 10; Doc. 11⁽³⁾; Doc. 12⁽³⁾; Doc. 14⁽⁴⁾; Doc. 15⁽⁴⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-4, fl. 7v-10v; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-B-23, fl. 231v-232⁽¹⁾; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v; 60-C-33, fl. 185⁽²⁾; 60-C-35, fl. 176v-177v⁽³⁾

294. Soror Brites Eugénia

Referência cronológica: 30/6/1746, 11/05/1751, 22/12/1763, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 01/07/1783, 07/08/1783, 14/11/1786, 21/01/1787, 28/07/1801

Nota biográfica: No período de 01/07/1783 a 07/08/1783 e no de 14/11/1786 a 21/01/1787, ocupava o cargo de **Depositária**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, Escrituras, Doc. 9; Doc. 45⁽¹⁾; Doc. 46⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-9, fl.176-179v; 60-B-19, fl. 36-36v; 60-C-3, fl. 44v-47; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15,

fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v ⁽¹⁾; 60-B-21, fl.14-15v ⁽¹⁾; 60-C-33, fl.185; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

295. Helena Inácia da Cunha

Referência cronológica: 30/06/1746, 07/10/1746, 16/03/1750, 11/05/1751, 01/07/1751, 29/04/1755, 15/04/1758, 22/12/1763, 28/04/1768, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 07/08/1783, 21/01/1787, 17/04/1803

Nota biográfica: Natural da freguesia da Barosa, pertencente à família dos Cunha ⁽³⁾. Filha do Capitão Manuel Barbosa de Lira ⁽¹⁾. Irmã de Gregório da Cunha “*huns dizem que hera Capitam de Mar e Guerra, e outros que hera Capitam dos Auxiliares*” e de José da Cunha, aparentemente já falecidos em 15/04/1758, possuindo duas irmãs solteiras vivas à mesma data, de nome Dona Maior e D. Leonor. Seria família com alguma antiguidade na freguesia, uma vez que já nesta data se encontravam as suas casas em ruína. ⁽³⁾. Terá iniciado o noviciado em 1746 e professado em 1747. No desejo de professar no convento faz uma “*Doasam Cauza Mortis por ingresso Religiozis*”, de todos os seus bens e heranças a favor do seu irmão José. Este fica obrigado a dar-lhe uma tença anual de 4800 reis enquanto ela for viva, para “*se puder prover de abito e Rou/pas*”. Reserva para si os frutos de um olival no Vale de São Miguel, devendo os mesmos ser-lhe entregues no convento. No período de 18/10/1779 a 22/10/1781, ocupava o cargo de **Escrivã** ⁽²⁾.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Doc. 10; Doc. 45; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-9, fl.176-179v ⁽¹⁾; 60-B-10, fl.127-127v; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 107-108; 60-B-22, fl. 86v-87v; 60-C-3, fl. 44v-47; 60-C-14, fl. 11-13 ⁽²⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7 ⁽²⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-B-21, fl.14-15v; *Memória Paroquial de S. Mateus da Barosa*, transcrita e GOMES (2009), p. 165 ⁽³⁾; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

296. Soror Eugénia Felícia

Referência cronológica: 16/03/1750, 22/12/1763, 28/04/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/04/1803

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Doc. 10; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-17, fl. 56-58; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

297. Soror Ana Maria

Referência cronológica: 20/10/1752, 02/03/1762, 22/12/1763, 28/04/1768, 20/10/1768, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 14/11/1786, 21/01/1787, 28/07/1801

Nota biográfica: Natural do Brasil. Órfã, filha de pai incógnito e mãe defunta. O seu dotador foi Manuel de Lima, entregando um dote com o valor dotal de 1 milhão e 20 mil reis. Metade é paga no acto da escritura e outra metade por altura da profissão. O dotador coloca-a no convento como forma de resolver a sua situação de desamparo, “*ficando livre dos incomodos a que ficaria sujeita no / Secullo sendo orpha e dezamparada sem ter de que se sustente por lhe fazer / esta esmolla e sem ter obrigação laguma mais do que por mera caridade e o/bra pia*”. Entra para o convento em idade que não lhe permite professar dentro de um ano, através de Breve do Núncio papal. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Doc. 9; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 231v-232 ⁽¹⁾; 60-

B-27, fl. 59v-63; 60-C-3, fl. 44v-47; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v; 60-C-21, fl.14-15v; 60-C-33, fl.185; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

298. Soror Mónica Bernarda

Referência cronológica: 22/12/1763, 09/11/1765, 18/10/1779, 22/10/1781, 17/12/1781, 14/11/1786, 21/01/1787, 28/07/1801, 17/04/1803

Nota biográfica: No período de 14/11/1786 a 21/01/1787 e em 17/04/1803, ocupava o cargo de **Subpriora**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9; Doc. 10⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-30, fl. 212-214v; ; 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 90-90v⁽¹⁾; 60-B-21, fl.14-15v⁽¹⁾; 60-C-33, fl.185; Casa do infantado, Dep. VI, 26-D-2, fl. 1-2v

299. Soror Ana Leonor Baptista

Referência cronológica: 18/10/1779, 22/10/1781, 03/03/1789, 28/07/1801, 17/04/1803, 30/05/1811

Nota biográfica: Em 30/05/1811, encontrava-se refugiada no Convento de Santa Joana, em Lisboa, tendo fugido às invasões francesas.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2; Escrituras, Doc. 9; Doc. 10; Doc. 14⁽¹⁾; Doc. 15⁽¹⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-30, fl. 212-214v, 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-24, fl. 85-87; 60-C-33, fl.185

300. Soror Eugénia Maria de São José

Referência cronológica: 18/10/1779, 22/10/1781, 01/07/1783, 07/08/1783, 14/11/1786, 03/03/1789,28/07/1801, 17/04/1803, 30/05/1811

Nota biográfica: Em 30/05/1811, encontrava-se refugiada no Convento de Santa Joana, em Lisboa, tendo fugido às invasões francesas.^{(1) (2)} Em 28/07/1801, ocupava o cargo de **Subpriora**.⁽³⁾

Fonte: Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9⁽³⁾; Doc. 10; Doc. 14⁽¹⁾; Doc. 15⁽¹⁾; Doc. 45; Doc. 46; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-30, fl. 212-214v, 60-C-14, fl. 11-13; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v; 60-C-24, fl. 85-87; 60-B-33, fl. 185⁽¹⁾

301. Soror Ana de São Joaquim

Referência cronológica: 17/12/1781, 02/11/1786, 28/07/1801, 17/04/1803

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de Diogo Lopes de Brito. Irmã de Antónia de Santa Rosa (303)⁽¹⁾ e de Bárbara Joaquina do Sacramento, recolhida (38).⁽²⁾ O pai desejava dar o estado de religiosa a si a sua irmã “*por em/tender e conhecer que era o que convinha para melhor / comservasam de seo Respeito, e juntamente para melhor / servirem a Deos*”. O pai foi o dotador, pagando pelos dotes um padrão de juro de um conto de reis assentados das folhas dos juros do Tesouro da Casa de Bragança e 200 mil reis em dinheiro no acto da escritura. As propinas seriam pagas por altura da profissão.⁽¹⁾ Terá iniciado o noviciado em 1781 e professado em 1782.⁽¹⁾ Recebia, em conjunto com as suas irmãs, uma tença anual no valor de 50 mil reis pela intendência dos armazéns da Fazenda Real.⁽²⁾ Possuía criadas particulares, a título de eduandas que sustentava à sua custa. Em 02/11/1786, em conjunto com a sua irmã, alcança licença por

breve apostólica para admitir como criadas particulares do serviço de ambas, Joana Maria (6) e Joaquina Maria (7), a título de educandas:

Por via de Petição justificativa dizem / as impetrantes Soror Ana de São Joaquim e Soror Antonia de Santa Roza e se cumprir Provaram que ellas im/petrantes Sam as proprias conteudas / e declaradas nos dous Breves de Licença / de que se trata que alcançaram da / Nunciatura Apostolica deste Reino/ para poderem ter duas creadas comuas / que a qual quer delas a titulo de / Educandas lhes assistam e sirvão em / suas necessidades dentro da clausura e / no Convento de Santa Anna da ordem / de Sam Domingos nesta cidade / de Leiria apnde as Impetrantes sam // Sam relegiozas professoras, e que / nam estam encursas em / censuras /Provaram que ellas empetrantes não / tem creadas, e necessitam de duas que / lhe aseitem e sirvam em suas necessida/des dentro do dito Convento. ⁽³⁾

Em 12/09/1799, admite Quitéria do Sacramento (16) como criada do seu serviço particular. ⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9; Doc. 10; 24-B-4, Foros, Doc. 1, fl.28v ⁽²⁾; 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl. 1v ⁽⁴⁾; Sentenças, Doc. 1 ⁽³⁾; Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 41-42v ⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90V; 60-C-33, fl.185

302. Soror Maria do Lado

Referência cronológica:

Nota biográfica: 22/10/1781, 28/07/1801, 17/04/1803

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9; Doc. 10; Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. VI, 62-B-15

303. Soror Antónia de Santa Rosa

Referência cronológica: 17/12/1781, 01/07/1783, 07/08/1783, 05/09/1786, 02/11/1786, 08/10/1805, 25/09/1806, 10/1810, 30/05/1811, 06/04/1813

Nota biográfica: Freira do Coro. Filha de Diogo Lopes de Brito. Irmã de Soror Ana de São Joaquim (301) ⁽¹⁾ e da recolhida Bárbara Joaquina do Sacramento (38). ⁽²⁾ O pai desejava dar o estado de religiosa a si a sua irmã “por em/tender e conhecer que era o que convinha para melhor / comservasam de seo Respeito, e juntamente para melhor / servirem a Deos”. ⁽¹⁾ O pai foi o dotador, pagando pelos dotes um padrão de juro de um conto de reis assentados das folhas dos juros do Tesouro da Casa de Bragança e 200 mil reis em dinheiro no acto da escritura. As propinas seriam pagas por altura da profissão.

⁽¹⁾ Terá iniciado o noviciado em 1781 e professado em 1782. Recebia, em conjunto com as suas irmãs, uma tença anual no valor de 50 mil reis pela intendência dos armazéns da Fazend Real. ⁽²⁾ Possuía criadas particulares, a título de educandas que sustentava à sua custa. Em 05/09/1786, admitia como criada particular Joaquina de Jesus (5), a título de educanda. ⁽³⁾ Em 02/11/1786, em conjunto com a sua irmã, alcança licença por breve apostólica para admitir como criadas particulares do serviço de ambas, Joaquina Maria (6) e Joana Maria (7), a título de educandas:

Por via de Petição justificativa dizem / as impetrantes Soror Ana de São Joaquim e Soror Antonia de Santa Roza e se cumprir Provaram que ellas im/petrantes Sam as proprias conteudas / e declaradas nos dous Breves de Licença / de que se trata que alcançaram da / Nunciatura Apostolica deste Reino/ para poderem ter duas creadas comuas / que a qual quer delas a titulo de / Educandas lhes assistam e sirvão em / suas

necessidades dentro da clausura e / no Convento de Santa Anna da ordem / de Sam Domingos nesta cidade / de Leiria aonde as Impetrantes sam // Sam relegiozas professas, e que / nam estam encursas em / censuras /Provaram que ellas empetrantes não / tem creadas, e necessitam de duas que / lhe aseitem e sirvam em suas necessida/des dentro do dito Convento. ⁽⁵⁾

Entre 6/10/1810 e 6/4/ 1813, encontrava-se refugiada no Convento de Santa Joana, em Lisboa, tendo fugido às invasões francesas e abdicado do cargo de priora a favor da prelada anfitriã, Soror Ana Matilde. ^{(6) (7)} No período de 08/10/1805 a 15/01/1806, ocupava o cargo de **Priora**. ^{(4) (7)}

A priora que enfrentou os franceses aquando da primeira invasão:

“A officialidade francesa quis fazer o mesmo ao convento das freiras de Santa Ana; mas a abadessa lhe apareceu à portaria à frente da comunidade, e dispondo-se a sair com a cruz alçada, lhes impôs respeito.” ⁽⁷⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Certidões, Doc. 1⁽³⁾; 24-B-2, Escrituras, Doc. 11⁽⁴⁾; Doc. 12⁽⁴⁾; Doc. 14⁽⁶⁾; Doc. 15⁽⁶⁾; Doc. 45; Doc. 46; Declarações, Doc2⁽⁷⁾; 24-B-4, Foros, Doc. 1, fl.28v⁽²⁾; 24-C-1, Sentenças, Doc. 1⁽⁵⁾; Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 41-42v⁽¹⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-35, fl. 176v-177v⁽⁴⁾; FERNANDES (2008), p.15

304. Soror Maria Luísa de Santa Clara

Referência cronológica: 01/07/1783, 07/08/1783, 28/07/1801, 17/04/1803, 08/10/1805, 25/09/1806

Nota biográfica: No período de 28/07/1801 a 25/09/1806, ocupava o cargo de **Escrivã**. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9⁽¹⁾; Doc. 10; Doc. 11⁽¹⁾; Doc. 12⁽¹⁾; Doc. 45; Doc. 46; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-33, fl. 185; 60-C-35, fl. 176v-177v⁽¹⁾

305. Soror Feliciana Jacinta

Referência cronológica: 14/11/1786, 21/01/1787, 03/03/1789, 28/07/1801

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, 90-90v; 60-B-21, fl.14-15v; 60-C-24, fl. 85-87; 60-B-33, fl. 185

306. Soror Ana Bárbara

Referência cronológica: 03/03/1789, 28/07/1801, 17/04/1803

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9; Doc. 10; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-24, fl. 85-87

309. Soror Maria Clemência

Referência cronológica: 03/03/1789, 28/07/1801

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 9; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-24, fl. 85-87; 60-B-33, fl. 185

1.2- Recolhidas

Século XVII

1. Inês de Vera

Referência cronológica: primeira metade do século XVII?

Nota biográfica: Natural de Leiria. Filha de Diogo Correia Alcoforado e de Isabel Vera de Mesquita. Irmã de Isabel de Mesquita **(107)** Terá entrado no convento como pupila, e aí faleceu sem que chegasse a professar.

Fonte: QUEIROZ (2010), p. 272-273

2. Maria de Nazaré

Referência cronológica: 27/06/1628, 28/06/1628

Nota biográfica: Recolhida no convento até 1628, ano em que inicia o noviciado. Trata-se de Soror Maria de Nazaré **(88)**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 111v-113v; fl. 113v-114v

3. Catarina Batista

Referência cronológica: 09/09/1631; 25/11/1632

Nota biográfica: Filha de Maria Rodrigues e irmã de João Rodrigues, sapateiro, ambos moradores em Leiria. Órfã de pai? ⁽¹⁾ Em 09/09/1632, compra a Francisco Dias e Maria João, sua mulher, por oito mil reis, oito alqueires de trigo de foro a retro aberto pagos anualmente ate dia de nossa senhora de Agosto, entregues no convento ou na casa que a compradora ordenar. ⁽²⁾ Possui fazenda e negócios, pelo que nomeia procuradores para cobrança de dívidas. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 79v-81 ⁽²⁾; 59-D-18, fl. 35-35v ⁽¹⁾

4. Maria Carreira

Referência cronológica: 18/09/1631

Nota biográfica: Filha de Domingos Dias, espingardeiro e de Catarina Gomes. É criada de Soror Dona Filipa de Meneses **(67)**. Possui um total de 19 alqueires de trigo de foro a retro aberto pagos por moradores no termo da cidade de Leiria.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 104-104v, 18/9/1631

5. Ana de Andrade

Referência cronológica: 04/05/1633

Nota biográfica: Filha de Manuel de Andrade Vasconcelos, Cónego Prebendado na Sé de Lisboa. Antes noviciado em 1632, terá sido recolhida uma vez que se faz referência aos alimentos que o pai tem de pagar pelos anos anteriores à profissão, desde que estava no convento. Trata-se de Soror Ana de Andrade **(112)**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 167v-168v

6. Dona Luísa

Referência cronológica: 30/03/1651

Nota biográfica: Em 30/03/1651, compra a Pedro Vicente, por 4 mil reis, 4 alqueires de trigo de foro a retro aberto pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento no presente ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-22, fl. 22-24v

7. Josefa Maria da Silva

Referência cronológica: 1658, 02/10/1663

Nota biográfica: Filha de Domingos Pires, defunto e de Maria Gomes da Rosa e enteada de Inácio Ribeiro. Entra no convento em 1658 como recolhida “*por popilla*” e inicia o noviciado em 1663, tendo possivelmente vindo a professar em 1664, como freira do coro, ocupando “*hum dos lugares do numero*”. Trata-se de Soror Josefa Maria da Silva (137).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v

8. Maria Marques

Referência cronológica: 03/04/1662

Nota biográfica: Em 03/04/1662, compra a Domingos da Silva e Maria Carvalha, moradores no lugar da Aselha, na Serra de Serro Ventoso, termo de Porto de Mós, por 5 mil reis, 5 alqueires de trigo de foro a retro aberto pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento no presente ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-26, fl. 31v-32v

9. Maria Pereira

Referência cronológica: 07/03/1662

Nota biográfica: Referida como “*molher donsella*”. Em 07/03/1662, compra a António Rodrigues e Maria Ribeiro, moradores no lugar da Barreira, termo de Leiria, por 8 mil reis brancos, 8 alqueires de trigo de foro a retro aberto, pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento no presente ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-26, fl. 8v-10

10. Antónia da Encarnação

Referência cronológica: 19/01/1663

Nota biográfica: Em 19/01/1663, compra a Simão Rodrigues e Maria Leonor, por 19 mil reis brancos, 10 alqueires de trigo de foro a retro aberto, pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto, sendo o primeiro pagamento no presente ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 61-62v

11. Inês da Rosa

Referência cronológica: 16/09/1678

Nota biográfica: Filha de Inácio Ribeiro, escrivão contratado pelo convento para elaborar o seu tombo. Estava no convento “*recolhida por popilla*”, tendo iniciado o noviciado em 1678. Trata-se de Soror Inês da Rosa (148).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148

12. Maria Baptista

Referência cronológica: 09/02/1683

Nota biográfica: Em 09/02/1683, compra a Manuel Lopes, lavrador e a Isabel Neto, moradores em Leiria, por 12 mil reis, 12 alqueires de milho grosso de foro a retro aberto, pagos anualmente por Dia de Todos os Santos, e entregues na sua casa ou dos seus herdeiros, sendo o primeiro pagamento no presente ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-2, fl. 92-94

13. Maria Loba Corte Real

Referência cronológica: 24/05/1686, 17/06/1686, 06/07/1690

Nota biográfica: Viúva de Jerónimo Lobo de Brito, de Abiúl, mãe de Soror Maria de Brito (142) e do licenciado Miguel (?), vigário da igreja de São Gião de Penalva, defunto. Tia de Soror Maria de Brito (141). Cunhada de Soror Mariana Flores (143). Nomeia procuradores para que tomem posse dos bens que herdou do filho. ⁽¹⁾ Nomeia procurador para que cobre e arrecade todas as dívidas ou parte delas que tenham para com ela. ⁽²⁾ Nomeia procurador para que faça e assine, em seu nome, uma escritura de 2 alqueires de azeite de foro anual que o Conde de Pombal lhe quer fazer por um olival que tem no lugar de Aremela que fica na comenda do mesmo. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-8, fl. 161v-162v ⁽¹⁾; fl. 221v-222v ⁽²⁾; 59-E-13, fl. 88v-89 ⁽³⁾

14. Isabel Cordeira

Referência cronológica: 13/05/1693

Nota biográfica: Em 13/05/1693, compra a Diogo Soares e Maria Jorge, moradores no Casal das Vergias, termo de Leiria, por 20 mil reis brancos, 20 alqueires de milho grosso de foro a retro aberto, pagos anualmente por Dia de Todos os Santos, e entregues na sua casa ou no convento, sendo o primeiro pagamento no presente ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-18, fl. 120-120v

15. Dona Mariana Teresa

Referência cronológica: 1669, 07/05/1694

Nota biográfica: Nascida c. 1669 (referida em 1694 como maior de vinte e cinco anos). Filha de Diogo Soares de Sousa e de Dona Catarina de Andrade Leitão, defuntos, moradores no Arrabalde da Ponte, irmã de Sebastião Soares de Sousa. Recolhida e educada desde infância no convento. Deseja professar e para isso, faz uma “*doação cauza mortis*” dos seus bens móveis e de raiz, que tem e que haveria de receber em herança dos seus pais, ao seu irmão, “*porquanto pella profissão que esperava fazer ficava / morrendo para o mundo.*” ⁽¹⁾ Em 16/08/1701, era já professa, adoptando o nome de Soror Mariana Teresa da Anunciação (176). ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-19, fl. 152 ⁽¹⁾; 59-E-24, fl. 128v-131 ⁽²⁾

16. Maria de Azevedo

Referência cronológica: 15/12/1695

Nota biográfica: Em 15/12/1695, compra ao Padre Manuel Lopes, morador no Vidigal de Cima, termo de Leiria, por 14 400 reis brancos, 8 alqueires de azeite de foro a retro aberto, pagos anualmente por dia de Nossa Senhora de Agosto e entregues na sua casa ou no convento, sendo o primeiro pagamento em 1696.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-20, fl. 5-6

Século XVIII

17. Josefa Ferreira (nome de solteira) / Josefa Botelha (nome de casada)

Referência cronológica: 1706, 23/10/1706

Nota biográfica: Natural de lugar de Roubã, freguesia de se São Simão da Ribeira de Litém, termo da cidade de Leiria. Filha de Manuel Ferreira e Catarina Ferreira, do mesmo lugar. Analfabeta. Entra como recolhida no convento para o serviço de outra recolhida, Dona Josefa Filipa (18), cerca de Abril de 1706. Antes de entrar para o convento foi vítima do crime de solicitação por parte do Padre Feliciano da Silva, cura. O crime é denunciado a 23/10/1706 e o processo arrasta-se, inconclusivo, por 1710.

“em tres confissois continuadas neste anno de 1706 a saber a 1.^a vês antes da quaresma do ditto anno, pegandolhe em a mão dentro da mesma confissão sacramental e perguntandolhe se amava mais a outro / sogeito nomeandolho pello proprio nome ou se o amava / mais a elle ditto confessor . A 2.^a dentro da confissão / sacramental da quaresma do mesmo anno pegandolhe / em a mão, e encaminhandolha para as suas partes pudendas / mas vendo que ella não consentia, ou Lembrado da sua obrigas/são lhe dice que aquillo hera o demónio que o tentava porque / so desejava fosse muito honrada, e não publicace o que lhe tin/nha socedido a pessoa algũa porquanto lhe não sucedera outra / tal em todo o tempo da sua vida. A 3.^a vês na mesma / quaresma, e no mesmo lugar pegandolhe somente em a mão / e dizendolhe que aquillo hera o demónio que o tentava como / já na 2.^a vês lho tinha relatado por isso desejava fosse / honrada e virtuozza, e assim estimava fosse para o mos/teiro para onde detreminava auzentarse porque não tivesse / ocazião de perverterse”

Fonte: ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 760, Caderno 18º de Solicitantes, fl. 212-229

18. Dona Josefa Filipa

Referência cronológica: 1706, 23/10/1706

Nota biográfica: Tinha Josefa Ferreira (17) como criada particular que entra ao seu serviço por volta de Abril de 1706.

Fonte: ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Caderno 18º de Solicitantes, fl. 214, 228, 229

19. Maria de São José

Referência cronológica: 05/09/1719

Nota biográfica: Em 05/09/1719, já tinha falecido, no convento. Por sua morte, deixou ao convento todos os seus bens livres. Era a última possuidora dos bens do morgado e vínculo que instituiu o Padre Fernando Pires, que tinha a obrigação de que último possuidor acrescentaria, por sua morte, a terceira parte dos seus bens livres ou uma das suas melhores propriedades. A recolhida não cumpriu esta cláusula por não lhe agradar e o convento corrigiu a situação, doando ao actual possuidor do morgado, o Reverendo António Gomes de Andrade, uma serrada e moinhos com todas as suas serventias, pertenças e logradouros, em Vale Gracioso, demitindo-se da posse do senhorio.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6-v

20. Isabel Ferreira

Referência cronológica: 04/08/1726

Nota biográfica: Herda de sua tia, Catarina Ferreira uma terra no sítio do Barro de (?), do Moinho da Ponte do Cavaleiro, e um colchão.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 91v-92v

21. Ana de Miranda

Referência cronológica: 04/06/1732

Nota biográfica: Pretende ser sepultada no Convento, “*em o lugar em que [mau estado] determinar pe/las Menistras e Prelladas delle acompanhando seu corpo a mortalha/do como he estillo das semelhantes Recolhidas que falleçem no dito Recolhi-/mento*” e que por sua alma “*farião os officios e sufrágios de que / a mesma comoniade he sabedora e ja determinados e ajustados / com a mesma comonidade* “. Nomeia testamenteiro o seu sobrinho José Moreira Bernardes, deixando-lhe por esse trabalho uma escritura de 40 mil reis. Os réditos da quantia são para a religiosa, Dona Maria Francisca **(182)**, enquanto esta for viva. Não possui muitos recursos económicos, como provam os outros bens deixados; uma escritura de onze tostões de foro, que, juntamente com o valor da venda de duas colheres e dois garfos de prata, que serviriam para dizer missas por sua alma; cama, colchões e roupa que seriam distribuídos por suas sobrinhas. Não sabe assinar, chamando o Padre Francisco da Costa, sacristão **(3)** do Convento, para o fazer por ela.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 87-88

22. Isabel Ferreira

Referência cronológica: 27/10/1734

Nota biográfica: Irmã de Cecília Ferreira, cunhada de Manuel de Oliveira, moradores no Vidigal dos Azambujos. Ela, sua irmã e seu cunhado nomeia João de Lemos da Costa para seu procurador em causas que não foi possível determinar devido ao mau estado de conservação do documento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-16, fl. 110v-111

23. Margarida Josefa

Referência cronológica: 22/09/1734

Nota biográfica: Em 22/09/1734, nomeia António Lopes da Silva, do Casal de São Romão como procurador das suas causas a para cobrar e haver todas as dívidas, bens móveis e de raiz a ela e sua mãe pertencentes por herança ou qualquer outro título.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-16, fl. 58v-59v

24. Maria Catarina

Referência cronológica: 22/12/1737

Nota biográfica: Em 22/12/1737, empresta, a António Vicente da Veiga e sua mulher Clara Eugénia Botelha, 100 mil reis à razão de juro anual de 6,25%.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-23, fl. 4-5

25. Mariana Maurícia Unhão de Castelo Branco

Referência cronológica: 29/01/1742

Nota biográfica: Filha do desembargador Jerónimo da Costa Almeida. Irmã de Soror Madalena Caetana Unhão de Castelo Branco **(217)**, de Soror Maria Teodora Unhão de Castelo Branco **(219)** e de Soror Damiana Francisca Unhão de Castelo Branco **(207)**. Possui património familiar partilhado com a irmã Soror Madalena Caetana Unhão de Castelo Branco. Em 29/01/1742, nomeiam Frei Luís de Santa Rosa, Procurador-geral da Província de São Domingos, para cobrar o que lhes pertencer por falecimento do pai e depositar tudo junto da mãe, que poderá vender os bens.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-31, fl. 76v-78

26. Bernarda Umbelina Serrão

Referência cronológica: 08/03/1743

Nota biográfica: Filha do Doutor Manuel Rodrigues Saraiva e de Dona Vicência Serrão, moradores em Pombal (defuntos?) Neta de António Serrão de Carvalho. Sobrinha de José Serra de Avelar. Irmã de uma religiosa do convento, não nomeada. Natural de Pombal. Viveu como recolhida ou pupila no convento junto da sua irmã, tendo aí nascido a sua vocação:

“a muitos tempos se achava o dito convento em companhia / de sua Irmã Religioza no mesmo convento e sempre / com o ânimo constante de ser no dito convento religioza / de veio preto e fazer sua solene profissam a seu tempo / como as mães Religiozas delle cujos bons intentos lhes / bee dezia seu Avo Antonio Serrão de carvalho da dita vila de / Pombal como tambem seu Tio Jozeph serra de Ave/llar.”

Terá iniciado o noviciado em 1743 e terá professado como “*freira de veio preto (...) e do / coro delle*” em 1744. Trata-se de Soror Dona Bernarda Umbelina Serrão **(261)**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-1, fl. 22-23

27. Dona Manuela Francisca da Mota Brandão

Referência cronológica: 11/02/1745

Nota biográfica: Em 11/02/1745, pede emprestados 100 mil reis à razão de juro anual de 6,25%, a Soror Josefa Maria da Encarnação **(240)**. Para segurança do empréstimo, obriga-se por bens seus: duas metades de dois olivais e um olival, no sítio das Ataígas, em Aljubarrota.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 174-176v

28. Bernarda da Silva de Macedo

Referência cronológica: 12/04/1745

Nota biográfica: Entra como recolhida para alcançar o descanso de uma vida devotada ao serviço a deus e a salvação da sua alma depois da morte:

“ella tinha muito grande desejo e devosam de se recolher no dito Mosteiro para melhor alcansar a salvasam para sua Alma e melhor servir a Deus no descansso de sua vida”.

Faz uma “*doasam Remuneratoria entre vivos valledoura*” ao Convento todos os seus bens móveis e de raiz, “*havidos e por haver*”, ficando com usufruto dos mesmos enquanto for viva “*para melhor poder pasar no dito convento*”. Reserva 10 mil reis para que as religiosas do Convento mandem dizer cem missas por altura do seu falecimento, bem como duas missas anuais, pelo oitavário dos Santos a título perpétuo:

“E outrosim Reserva / mais por estar a hora de seu falesimento dez mil reis, e que /outrosim como obrigasam das ditas Religiozas / e Convento lhe mandar diser por sua alma cem / misas Rezadas e ditas por huma so vês como tam/bem lhe mandarião diser todos os annos em quanto o mun/do durar duas misas Rezadas em cada hum anno / pelo outavario dos santos”.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-4, fl. 119-121

29. Felizarda Maria

Referência cronológica: 01/08/1747, 08/08/1747, 11/08/1747, 13/08/1747

Nota biográfica: Filha de José Rodrigues Resende. Solteira. Possui fazenda própria, chegando a emprestar dinheiro a juros. Em 01/08/1747, empresta a Luís Manuel e Maria

Teresa, moradores no Sobral, termo da cidade de Leiria, 32 mil reis à razão de juro anual de 6,25 %. ⁽¹⁾ Em 08/08/1747, empresta Manuel Francisco Bedueiro e sua mulher Isabel Francisca, moradores no Casal do Monte, freguesia das Colmeias, termo da cidade de Leiria, 25 mil reis à razão de juro anual de 6,25%. ⁽²⁾ Em 11/08/1747, empresta a João da Silva e sua mulher Maria Marques, moradores no lugar da Vespária, 45 mil reis à razão de juro anual de 6,25 %. ⁽³⁾ Em 13/08/1747, empresta a António Gaspar e sua mulher Domingas Francisca moradores na Lameira, termo da cidade de Leiria, 32 mil reis à razão de juro anual de 6,25% ⁽⁴⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-14, fl. 62-63v⁽¹⁾; fl. 74-76, 8/8/1747 ⁽²⁾; fl. 24-26 ⁽³⁾; fl. 88-90v⁽⁴⁾

30. Dona Maria Felícia

Referência cronológica: 06/07/1752

Nota biográfica: *Faz seu procurador Manuel Alves, da vila de Pombal, para que junto do Juízo de Pombal “demarque o que lhe pertence de umas casas que foram do seu Pai”, estando em litígio com António Gameiro do lugar de Vale da Eira, termo da vila de Pombal.*

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 145-145v

31. Joana de Jesus

Referência cronológica: 09/05/1756

Nota biográfica: Em 09/05/1756, empresta a Rosa Maria Correia, moradora na sua Quinta do Carmo, concelho de Tibães, 130 mil reis a razão de juro de 5 % anuais.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-23, fl. 13-14

32. Damiana Teresa

Referência cronológica: 13/01/1779, 24/04/1781, 14/04/1782, 05/04/1800, 09/10/1800

Nota biográfica: Em 13/01/1779, empresta a José Lopes Moreira e Maria Ferreira 30 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹⁾ Em 24/04/1781, empresta a José António e Teresa Maria, do Souto do Sirol, 30 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽²⁾ Em 14/04/1782, empresta a Manuel Duarte, da Moita da Roda, termo da cidade de Leiria, 16 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽³⁾ Em 05/04/1800, empresta a Remígio José e a Teodora de Jesus, da Moita da Roda, termo da cidade de Leiria, 30 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽⁴⁾ Em 09/10/1800, empresta a Manuel Francisco André e sua mulher Teresa de Jesus, do lugar da Lameira, termo da cidade de Leiria, 25 mil reis à razão de juro de 5%. ⁽⁵⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-12, fl. 79v-81 ⁽¹⁾; 60-C-16, fl. 92-92 ⁽²⁾; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 120v-122 ⁽³⁾; 60-C-32, fl. 102 ⁽⁴⁾; 60-C-33, fl. 32 ⁽⁵⁾

33. Maria Clemência de São José

Referência cronológica: 05/07/1782

Nota biográfica: Vende a Francisco Xavier de Figueiredo (tio de Ana de São Joaquim, Ana Xavier de Figueiredo, Maria Lúcia da Encarnação), quatro olivais no lugar das Morães por 150 mil reis.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 178v-180

34. Clara Teodora de São José

Referência cronológica: 07/09/1786

Nota biográfica: Empréstimo a José de oliveira Neto e sua mulher Quitéria Maria da Encarnação, moradores na cidade de Leiria, 48 mil reis à razão de juro de 5% ao ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 24v-25v

35. Maria de Santa Ana

Referência cronológica: 01/09/1787

Nota biográfica: Empréstimo a Luísa Domingues viúva de Manuel Álvares, do lugar da Passagem, freguesia da Vieira, termo da cidade de Leiria, 20 mil reis à razão de juro de 5% ao ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-21, fl. 195v-196v

36. Marta Joaquina

Referência cronológica: 06/07/1788, 02/12/1794

Nota biográfica: Empréstimo a Manuel Diamante, do Outeiro do Brejo, freguesia do Senhor dos Milagres termo da cidade de Leiria, 15 mil reis à razão de juro de 5% ao ano. ⁽¹⁾ Empréstimo a Manuel Antunes da Silva e sua mulher Maria Inácia, do Vale do Pereiro da Ribeira de São Silvestre termo da cidade de Leiria, 15 mil reis à razão de juro de 5% ao ano. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-23, fl. 26v-27v ⁽¹⁾; 60-C-28, fl. 61v-62 ⁽²⁾

37. Maria Caetana

Referência cronológica: 15/08/1793

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-26, fl. 247-248

Século XVIII/ XIX

38. Bárbara Joaquina do Sacramento

Referência cronológica: 26/05/1785, 29/05/1785, 03/06/1785, 05/06/1785, 20/06/1785, 01/07/1785, 13/07/1794, 05/08/1794, 04/09/1794, 25/03/1795, 01/04/1795, 06/09/1806, 21/09/1806, 13/11/1806

Nota biográfica: Filha de Diogo Lopes de Brito e irmã de Soror Ana de São Joaquim (301) e Soror Antónia de Santa Rosa (303). ⁽¹⁾ Recebia, em conjunto com as suas irmãs, uma tença anual no valor de 50 mil reis pela intendência dos armazéns da Fazenda Real.

⁽¹⁾ É muito frequente a rentabilização do seu capital a juros. Em 26/05/1785, empréstimo a Luísa Domingues, do Lugar da Vieira, termo da cidade de Leiria, 130 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽²⁾ Em 29/05/1785, empréstimo a Joaquim Gomes de Meneses e sua mulher Maria Clara, do Casal da Malta, junto ao lugar dos Galhetes, termo da cidade de Leiria, 20 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽³⁾ Em 29/05/1785, empréstimo a Isabel Francisca do lugar do Alqueidão do Sirol, freguesia dos Pousos, termo da cidade de Leiria, 16 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽⁴⁾ Em 03/06/1785, empréstimo a João Gonçalves e sua mulher Maria Joaquina do lugar da Caranguejeira, termo da cidade de Leiria, 60 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽⁵⁾ Em 03/06/1785, empréstimo a Francisco Afonso e sua mulher Mariana Dinis do lugar de Moinhos de Carvide, termo da cidade de Leiria, 60 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽⁶⁾ Em 03/06/1785, empréstimo a António Gil, alfaiate, e sua mulher Maria Duarte do lugar da Gândara termo

da cidade de Leiria, 25 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽⁷⁾ Em 03/06/1785, empresta a João de Oliveira e sua mulher Bernardina de São José do lugar da Serra de Porto de Urso, termo da cidade de Leiria, 25 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽⁸⁾ Em 05/06/1785, empresta a Manuel André e sua mulher Josefa Maria, do lugar da Serra de Porto de Urso, termo da cidade de Leiria, 18 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽⁹⁾ Em 05/06/1785, empresta a Manuel Álvares, do lugar da Serra de Porto de Urso, termo da cidade de Leiria, 30 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹⁰⁾ Em 05/06/1785, empresta a António Pereira e a sua mulher Maria Domingues, moradores no Outeiro da Fonte, freguesia de Carvide, termo da cidade de Leiria, 26 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹¹⁾ Em 05/06/1785, empresta a Luís João e a sua mulher Maria Joaquina, moradores no Casal da Carrasca, freguesia de Carvide, termo da cidade de Leiria, 20 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹²⁾ Em 05/06/1785, empresta a Manuel Domingues e a sua mulher Maria Josefa, moradores no lugar das Gândaras de Carvide, termo da cidade de Leiria, 24 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹³⁾ Em 05/06/1785, empresta a João Coelho e a sua mulher Maria Josefa, moradores no lugar da Gândara D'aquém de Carvide, termo da cidade de Leiria, 25 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹⁴⁾ Em 05/06/1785, empresta a José Dias e a sua mulher Josefa Maria, moradores no lugar da Cachieira, freguesia dos Pousos, termo da cidade de Leiria, 30 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹⁵⁾ Em 05/06/1785, empresta a José Faria Mendes e Josefa Maria, do lugar do Longra, termo da cidade de Leiria, 40 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. Sem que alguma vez tenha pago o principal e réditos, é aberto processo contra José Mendes em 05/08/1794. Os seus bens, uma casa e uma terra são penhorados em 04/09/1794. Em 25 de Março de 1795, a quantia em dívida ascende a 63 619 reis, entre o principal, os réditos e as custas da sentença, sem que as propriedades do réu tenham sido vendidas. Para saldar a dívida, Joaquina Bárbara toma passe de uma delas, uma terra de pão e vinha no sítio do Portinho, limite do lugar da Longra, em 01/04/1795. ⁽¹⁶⁾ Em 20/06/1785, empresta a José Estevães e a sua mulher Josefa Inácia, moradores no lugar de Carvide, termo da cidade de Leiria, 40 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹⁷⁾ Em 01/07/1785, empresta a Manuel Francisco Frade e sua mulher Maria Josefa, moradores no lugar do Casal Novo, Freguesia dos Pousos, termo da cidade de Leiria, 10 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹⁸⁾ Em 13/07/1794, empresta a Alexandre Ferreira e sua mulher Teresa Maria moradores no lugar da Serra de Porto do Urso, termo da cidade de Leiria, 30 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽¹⁹⁾ Em 16/09/1806, eram seus devedores Manuel da Silva e sua mulher Maria de São José do lugar da Assanha, do Souto da Carpalhosa da quantia de 50 mil reis à razão de juro de 5 % anuais. Ao presente não a podiam distratar e por isso pedem que deixe ficar a quantia por mais um ano. ⁽²⁰⁾ Em 21/09/1806, empresta a João de Oliveira e a sua mulher Josefa de Jesus da Mouta da Roda, 40 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽²¹⁾ Em 13/11/1806, empresta a Luis Francisco e a sua mulher Conceição de Jesus da Moita da Roda, termo da cidade de Leiria, 40 mil reis à razão de juro de 5 % ao ano. ⁽²²⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Foros, Doc.1, fl. 28v ⁽¹⁾; 24-C-1, Sentenças, Doc. 2 ⁽¹⁶⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-19, fl. 33-34 ⁽²⁾; fl. 35v-36v ⁽³⁾; fl. 36v-37v ⁽⁴⁾; fl. 41- 42 ⁽⁵⁾; fl. 42v-43v ⁽⁶⁾; fl. 43v-44v ⁽⁷⁾; fl. 45-46 ⁽⁸⁾; fl. 48v-49 ⁽⁹⁾; fl. 50-51 ⁽¹⁰⁾; fl. 51-52 ⁽¹¹⁾; fl. 52v-53v ⁽¹²⁾; fl. 53v-54v ⁽¹³⁾; fl. 55-56 ⁽¹⁴⁾; fl. 57v-58v ⁽¹⁵⁾; fl. 64v-65v ⁽¹⁷⁾; fl. 83-84 ⁽¹⁸⁾; 60-C-29, fl. 26-28 ⁽¹⁹⁾; 60-C-35, fl. 168v-169 ⁽²⁰⁾; fl. 172v ⁽²¹⁾; fl.205v-206 ⁽²²⁾

39. Maria Peregrina

Referência cronológica: 19/03/1806, 24/05/1806

Nota biográfica: Filha do Doutor António da Silveira Pinheiro Botelho e de Bárbara

Luísa Benedita de Mendonça, do Arrabalde da Ponte, termo da cidade de Leiria. Irmã de Matias Pinheiro Botelho da Silveira. Nomeia o irmão como seu procurador para cobrar dívidas e receber dinheiros de legados e heranças, entre os quais uma quantia de quarenta e seis mil duzentos e setenta e sete reis e um quarto, porção que lhe pertence por herança do seu Pai que estava no Depósito do Cofre dos Defuntos e Ausentes, vinda do Piauí.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-35, fl. 74v-75; fl. 120

40. Josefa de Jesus

Referência cronológica: 30/09/1806

Nota biográfica: Em 30/09/1806, empresta a Joaquim de Oliveira Borges e a sua mulher Maria Inácia do lugar da Fonte de Oleiro, termo da cidade de Leiria, 34 mil reis à razão de juro de 5% ao ano.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-35, fl. fl. 178-178v

1.3- Serviçais

1.3.1-Criadas

1. Luísa Carreira

Referência cronológica: século XVII

Nota biográfica: Referida como mais antiga que Margarida dos Anjos (3), falecida em 1686. Contemporânea de Maria das Chagas (2). Segundo a tradição da casa, terá tido em conjunto com a esta, a visão de uma Santa Bárbara na figura de menina a passear pelo Claustro.

"Tinha-se mandado do Mosteiro fazer huma Imagem de Santa Barbara, appetecida da devoção das Religiosas, como perseguidas n'aquelle sitio, e suas visinhanças de medonhas trevoadas. Por este tempo se achavão huma madrugada as duas serventes, de que fallamos, no Claustro, a que descerão para serviço de huma officina, quando virão, que por elle passava huma menina de rara fermosura, e estranha, como rica gala. Suspenderão-se como as que sabião, que não havia d'aquella idade secular alguma na Casa, menos quem áquellas horas passeasse por ella. Parou a menina, e detendo-se pouco espaço desapareceu, obsevando ellas o lugar. Chegou ao seguinte dia a Imagem da Santa, e vista por ellas com a memoria fresca, testemunharão, que era a aquella a menina, que tinham visto no lugar do Claustro; n'elle se lhe abriu hum nicho, em que a Imagem se poz, e he veneranda, conservando-se n'ella esta memoria. Chamavão-se as serventes Luíza Carreira, e Maria das Chagas."

Fonte: SANTA CATARINA (1866), p. 369-370

2. Maria das Chagas

Referência cronológica: século XVII

Nota biográfica: Referida como mais antiga que Margarida dos Anjos (3), falecida em 1686. Contemporânea de Luísa Carreira (1). Segundo a tradição da casa, terá tido em conjunto com esta, a visão de uma Santa Bárbara na figura de menina a passear pelo Claustro.

Fonte: SANTA CATARINA (1866), p. 369-370

3.Margarida dos Anjos

Referência cronológica: 17/02/1686

Nota biográfica: Originária de uma família popular, pobre. Tinha o desejo de entrar no convento como freira conversa, para o qual contava com o apoio de alguém para o pagamento do dote, que acaba por lhe faltar. Sem o apoio de ninguém, nem mesmo dos pais, que se opunham a tal intento, querendo leva-la para casa, no desejo de viver mais perto de Deus, decide entrar à mesma, segundo as suas possibilidades, acabando por ficar como criada da enfermaria e, mais tarde, quando as forças lhe faltaram como criada das religiosas. Tinha uma conduta que se aproximava muito da das religiosas, praticando as suas funções de servente com caridade, entregando-se à penitência, à oração, muito em particular no coro em na devoção de uma imagem do Menino Jesus, e, chegando mesmo a ter experiências místicas como uma visão de Cristo com o madeiro aos ombros, ou, ainda, o assalto constante de figuras diabólicas, segundo a tradição da casa. Contrai uma doença mortal, e na hora da morte, terá tido uma celestial assistência, vindo a falecer em 17/02/1686.

"Margarida dos Anjos, que entrando n'esta Casa com esperanças de Freira Conversa, faltando a poucos mezes de sua entrada quem lh'o promettera, se via importunada de seus pais, que intentavão leva-la para casa; mas tinha já lançado grandes raízes em sua alma e resolução de pizar aquelle caminho, que via tão trilhado das cultivadoras da virtude, e não era já só com desejo, mas passava a exercicio. Esquivou-se a promessas e a diligencias, escolhendo antes viver na Casa de Deos com abatimento, que abrir os braços e os ouvidos ás esperanças com que a chamava o Mundo. Dizia que Deos era melhor o verdadeiro Pai e que os que querião ser verdadeiros filhos devião erguer os olhos só a sua Providencia, que nunca soubera faltar á bem fundada confiança. Com este animo ficou no Mosteiro, servindo na Enfermaria d'elle com huma tão extremosa caridade, que só o tempo que se furtava ao somno, para dar a Deos, podia chamar seu, porque não havia hora, em que as enfermas, a não achassem á cabeceira, assim para o regalo, como para a mesinha. Nesta occupação lhe cançarão as forças; deu o logar a quem as tivesse mais robustas, por não consentir as enfermas mal servidas, e sogeitou-se a assistir a algumas Religiosas, com o lucro de que sendo menos o trabalho, lhe sobejasse mais tempo para fervorosos exercicios assim de penitencia, como de oração. Esta a levava antes de amanhecer para o Coro. Sua mais extremosa devoção era com a Imagem de hum Menino Jesus, a que (em podendo) assitia occupada; não o largava da lembrança; n'elle era toda sua pratica. Entrou-se hum dia meditação do que aquelle Senhor padecera, (passava acaso pela casa, que chamão do Rosário) eis que se lhe representa, que via passar o Senhor com o madeiro aos hombros, cubertos e banhados os olhos, e o rosto em sangue, desfallecido e attenuado, como se a cada passo o desamparara o espirito. Perguntavão-lhe despois algumas Religiosas, que a virão n'aquella occasião parar e suspender-se como extatica, qual fora o motivo e ella o declarava com huma grande sinceridade e singeleza. Não sofria o inimigo d'ella, como pai do engno, e da astucia, que huma mulher rude, e simples lh'a deixasse frustrada. Não havia caminho por donde não intentasse atalhar-lhe o que pizava a sua perseverança: atemorizava-a com entrondos, ameaçava-a com precipicios, finalmente apparecia-lhe horrivel, e formidavel para diverti-la de seus exercicio santos. Succedeo assim em huma madrugada, porque indo n'ella (como costumava) para o Coro, ao atravessar a casa do Rosario, vio, que de huma e outra parte lhe occupavão, e cobrião as paredes homens armados, que com aspectos medonhos, e indignados a ameaçavão, se intentasse passar. Deixou a serva de Deos de

atemorizada o caminho, e tomando outro, foi ter sua oração em huma Capellinha retirada de maior commercio, adonde a continuou algum tempo, até que mais esquecida do sucesso, tornou ao Coro. Occupados, e bem gastos muitos annos em semelhantes exercicios, chaio de huma doença mortal. Levarão-na as Religiosas para a Enfermaria, assistindo-lhe todas com grande caridade, chamadas da boa opinião de sua virtude. Cresceo o mal, e huma noite em que se achava só, advertio huma Religiosa, que estava na mesma Enfermaria, que ella com voz, e respiração cansada se queixava de que morria sem Sacramentos, e desamparada das suas Religiosas. A esta queixa (como ouvio a mesma Religiosa decumbente) se seguiu huma voz, que claramente dizia: "Não te desconsoles, que não morrerás sem as tuas Freiras." Então se encheo toda a Enfermaria de huma claridade tão estranha, que excedia a luz do dia; percebendo-se hum rumor como de pessoas, que se hião movendo a compasso e como sem estrondo de calçado. Atemorizou-se a Religiosa, deu vozes, que lhe acodissem, e quando chegarão a ella, a acharão entada em hum desmaio, que passado, contou o que havia visto, e ouvido. Passarão a examinar a mesma Margarida, e perguntando-lhe, que tinha visto, ou com quem tinha fallado, respondeo, com hum semblante cheio de hum novo vigor, e alegria: "Que nem vira, nem sabia de nada." Era reposta mui repetida de sua modestia. Recebeo os Sacramentos entre effeitos de compunção, e alvoroço, e passou a lograr a felicidade, que se lhe conjecturava n'elle. Foi sua morte em hum Domingo 17 de Fevereiro de 1686."

Fonte: SANTA CATARINA (1866), p. 369-370

4. Maria Francisca

Referência cronológica: 02/10/1736, 09/01/1737

Nota biográfica: Viúva, natural do lugar da Brigueira, termo da cidade de Leiria, assistente no pátio do convento. Criada da porta do convento. Não sabe assinar. Em 02/10/1736, vende a Manuel Francisco e sua mulher Josefa da Encarnação, moradores no Alqueidão do Sirol, termo da cidade de Leiria, umas casas no lugar da Brigueira, pelo preço de 15 mil reis brancos. Em 09/01/1737 tencionava efectuar compra de casas no Bairro dos Anjos, em Leiria, por 30 mil reis, que não teve efeito.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-13, fl. 29-30; fl. 156-157

5. Joaquina de Jesus

Referência cronológica: 05/09/1786

Nota biográfica: Criada do serviço particular de Soror Antónia de Santa Rosa (303), admitida em 05/09/1786, por votos secretos da comunidade, a título de educanda, tendo os seus aposentos separados dos das religiosas.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-B-1, Certidões, Doc. 1

6. Joana Maria

Referência cronológica: 02/11/1786

Nota biográfica: Admitida após votos secretos da comunidade e breve apostólico, em 02/11/1786, em conjunto com Joaquina Maria (7) como criada particular comum a Soror Ana de São Joaquim (301) e Antónia de Santa Rosa (303), a título de educanda. É condição para a admissão uma conduta e costumes irrepreensíveis, a que parece corresponder. É sustentada à custa das religiosas, serve-as na clausura e tem os seus aposentos separados destas.

“que o seo susten/to pertence as Relegiozas a quem ser/vem e assistem sem que para isso com/corra do dito convento nam lhe servindo estes de ónus, ou detrimento nesta parte/ e que para ellas pernoutarem ha no mes/mo Convento Lugar ou Recolleta / com separacam do das Relegiozas / Alvitrase que as Creadas de que se acha / feita a Eleição pelas impetrantes / que sam Joaquina Maria e Joana / Maria sam honestas de boa vida e / costumes todas Reputadas por don/zellas sem fama ou Rumor em Contra/rio, cuja Eleição se mostra ser ad/mittida e aprovada em junta Capitu/lar”

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1

7. Joaquina Maria

Referência cronológica: 02/11/1786

Nota biográfica: Admitida após votos secretos da comunidade e breve apostólico, em 02/11/1786, em conjunto com Joana Maria (6) como criada particular comum a Soror Ana de São Joaquim (301) e Antónia de Santa Rosa (303), a título de educanda. É condição para a admissão uma conduta e costumes irrepreensíveis, a que parece corresponder. É sustentada à custa das religiosas, serve-as na clausura e tem os seus aposentos separados destas.

“que o seo susten/to pertence as Relegiozas a quem ser/vem e assistem sem que para isso com/corra do dito convento nam lhe servindo estes de ónus, ou detrimento nesta parte/ e que para ellas pernoutarem ha no mes/mo Convento Lugar ou Recolleta / com separacam do das Relegiozas / Alvitrase que as Creadas de que se acha / feita a Eleição pelas impetrantes / que sam Joaquina Maria e Joana / Maria sam honestas de boa vida e / costumes todas Reputadas por don/zellas sem fama ou Rumor em Contra/rio, cuja Eleição se mostra ser ad/mittida e aprovada em junta Capitu/lar”

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1

8. Maria Angélica da Nazaré

Referência cronológica: 08/02/1788

Nota biográfica: Admitida por licença de 08/02/1788, para o serviço de religiosas não identificadas.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl.1

9. Maria da Nazaré

Referência cronológica: 22/06/1788

Nota biográfica: Admitida por licença de 22/06/1788, para o serviço de uma religiosa não identificada.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl.1

10. Catarina da Encarnação

Referência cronológica: 28/04/1789

Nota biográfica: Admitida em conjunto com Joana Maria (11) por licença de 28/04/1789, para o serviço de religiosas não identificadas.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl.1

11. Joana Maria

Referência cronológica: 28/04/1789

Nota biográfica: Admitida em conjunto com Catarina da Encarnação por licença de 28/04/1789, para o serviço de religiosas não identificadas.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl.1

12. Casimira do Carmo

Referência cronológica: 08/04/1790

Nota biográfica: Admitida por licença de 08/04/1790, para o serviço de uma religiosa não identificada.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl.1

13. Maria da Nazaré

Referência cronológica: 08/10/1791

Nota biográfica: Admitida por licença de 08/10/1791, para o serviço de uma religiosa não identificada.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl. 1v

14. Maria Angélica

Referência cronológica: 14/07/1792

Nota biográfica: Admitida por licença de 14/07/1792, para o serviço de uma religiosa não identificada.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl. 1v

15. Rosa do Paraíso

Referência cronológica: 12/04/1798

Nota biográfica: Admitida por licença 12/04/1798, para o serviço de uma religiosa não identificada.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl. 1v

16. Quitéria do Sacramento

Referência cronológica: 12/09/1799

Nota biográfica: Admitida por licença 12/09/1799, para o serviço de Soror Ana de são Joaquim.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep VI, 24-C-1, Relações, Doc. 4, fl. 1v

1.3.2- Escravas

1. Nome desconhecido

Referência cronológica: 1498

Nota biográfica: Uma das três escravas de D. Catarina de Castro (1) admitidas à clausura “*por consolação da Condessa, que as amava*” e as deixou à comunidade “*pera que as Religiosas entendessem somente no essencial da Religião, e serem servidas pelas escravas.*”

Fonte: SOUSA (1866), p. 475

2. Nome desconhecido

Referência cronológica: 1498

Nota biográfica: Uma das três escravas de D. Catarina de Castro (1) admitidas à clausura “*por consolação da Condessa, que as amava*” e as deixou à comunidade “*pera que as Religiosas entendessem somente no essencial da Religião, e serem servidas pelas escravas.*”

Fonte: SOUSA (1866), p. 475

3. Nome desconhecido

Referência cronológica: 1498

Nota biográfica: Uma das três escravas de D. Catarina de Castro (1) admitidas à clausura “*por consolação da Condessa, que as amava*” e as deixou à comunidade “*pera que as Religiosas entendessem somente no essencial da Religião, e serem servidas pelas escravas.*”

Fonte: SOUSA (1866), p. 475

4. Antónia

Referência cronológica: 19/03/1731

Nota biográfica: Entrou para o convento em 19/03/1731, juntamente com as escravas Joana (7), Inácia (6) e Teresa (9), sendo propriedade de Ângela Joaquina de São José (237), Joana Inês Rita da Piedade (239), Teodora Bernarda de Lima (241) e Teresa Maria de Santa Clara (242). Incorpora a comunidade após o falecimento da última destas religiosas.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 93-95v

5. Custódia

Referência cronológica: 19/03/1731

Nota biográfica: Entrou para o convento em 19/03/1731, juntamente com a escrava Luísa (8) como propriedade de Jerónima de Santa Engrácia (238) e Josefa Maria da Encarnação (240), “*In solidam emquanto / vivas forem e por fallecimento da ultima ficarão a comonida/de*”.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl.88-90v

6. Inácia

Referência cronológica: 19/03/1731

Nota biográfica: Entrou para o convento em 19/03/1731, juntamente com as escravas Antónia (4), Joana (7) e Teresa (9), sendo propriedade de Ângela Joaquina de São José (237), Joana Inês Rita da Piedade (239), Teodora Bernarda de Lima (241) e Teresa Maria de Santa Clara (242). Incorpora a comunidade após o falecimento da última destas religiosas.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 93-95v

7. Joana

Referência cronológica: 19/03/1731

Nota biográfica: Entrou para o convento em 19/03/1731, juntamente com as escravas Antónia (4), Inácia (6) e Teresa, sendo propriedade de Ângela Joaquina de São José (237), Joana Inês Rita da Piedade (239), Teodora Bernarda de Lima (241) e Teresa Maria de Santa Clara (242). Incorpora a comunidade após o falecimento da última destas religiosas.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 93-95v,

8. Luísa

Referência cronológica: 19/03/1731

Nota biográfica: Entrou para o convento em 19/03/1731, juntamente com a escrava Custódia, como propriedade de Jerónima de Santa Engrácia (238) e Josefa Maria da Encarnação (240), *“In solidam enquanto / vivas forem e por fallecimento da ultima ficarão a comonida/de”*.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 88-90v,

9. Teresa

Referência cronológica: 19/03/1731

Nota biográfica: Entrou para o convento em 19/03/1731, juntamente com as escravas Antónia (4), Inácia (6) e Joana (7), sendo propriedade de Ângela Joaquina de São José (237), Joana Inês Rita da Piedade (239), Teodora Bernarda de Lima (241) e Teresa Maria de Santa Clara (242). Incorpora a comunidade após o falecimento da última destas religiosas.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 93-95v

1.3.3- Criados e outros serventes masculinos

1. Luís

Referência cronológica: 02/01/1582

Nota biográfica: Solteiro. Criado da casa do convento.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2

2. Miguel

Referência cronológica: 08/11/1607

Nota biográfica: Criado do vigário Frei Miguel Pacheco (2).

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 67v-70

3. Gaspar

Referência cronológica: 04/11/1634

Nota biográfica: Filho de João da Cruz, defunto. Criado do convento. Não sabe assinar.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 150v-151v

4. João Fernandes

Referência cronológica: 18/10/1634

Nota biográfica: Criado do convento. Morador em Leiria.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 131-132

5. Manuel Domingues

Referência cronológica: 04/11/1634

Nota biográfica: Criado do convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl.150v-151v

6. Diogo da Cruz

Referência cronológica: 12/01/1640, 23/02/1640, 24/02/1640, 03/04/1640

Nota biográfica: Criado do convento.⁽¹⁾ Criado dos padres do convento.⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20, fl. 94v-96v⁽¹⁾; fl. 124-126⁽¹⁾; fl. 126-127v⁽¹⁾; fl. 148-149v⁽²⁾

7. Manuel Rodrigues

Referência cronológica: 24/09/1650

Nota biográfica: Criado do Convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl.26v-27v; fl. 27v-28

8. Francisco Cordeiro

Referência cronológica: 16/09/1678, 24/05/1686, 17/06/1686

Nota biográfica: Azemel do convento. Natural do Arrabalde da Ponte.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148; 59-E-8, fl. 161v-162v; fl. 221v-222v

9. Francisco Rodrigues

Referência cronológica: 16/09/1678

Nota biográfica: Criado do convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148

10. José Pereira

Referência cronológica: 18/02/1686

Nota biográfica: Moço da sacristia do convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-8, fl. 12v-13v

11. António Francisco

Referência cronológica: 24/05/1686, 17/06/1686, 06/07/1690

Nota biográfica: Criado do convento.⁽¹⁾ Hortelão do convento.⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-8, fl. 161v-162v⁽¹⁾; fl. 221v-222v⁽¹⁾; 59-E-13, fl. 88v-89⁽²⁾

12. João de Carvalho

Referência cronológica: 02/02/1712

Nota biográfica: Hortelão do Convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-6, fl. 123-124

13. António Carreira

Referência cronológica: 20/7/1718, 07/07/1723, 22/10/1727

Nota biográfica: Criado do convento.⁽¹⁾ Também referido como familiar e carreiro do Convento.⁽²⁾ Solteiro.⁽³⁾ Não sabe assinar. Recebe perdão de José Ferreira, por uma

ferida que lhe causara “*dezatentadamente*”. Referido como “*homem pobre*” e “*homem quieto / e bom chistam*”. ⁽¹⁾ Em 22/10/1727, compra, por 75 mil reis brancos, a posse de um prazo cujas senhorias são as religiosas do convento, que consta propriedades na zona das Olhalvas junto à Ponte dos Caniços, de que paga foro anual de 11 mil reis às religiosas e 500 reis à Casa do Infantado. Além dos serviços que presta ao convento, vive da exploração agrícola, como forma complementar de rendimentos, escolhendo, para isso terras perto da sua residência, no convento. ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-35 ⁽¹⁾; 60-A-2, fl. 46v-49v ⁽²⁾; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132 ⁽³⁾

14. Manuel Simões

Referência cronológica: 05/09/1719, 08/06/1731

Nota biográfica: Azemel do convento. ⁽¹⁾ Criado do convento. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6-v ⁽¹⁾; 60-A-13, fl. 176v-178 ⁽²⁾

15. Manuel Francisco

Referência cronológica: 07/07/1723, 04/11/1745, 06/07/1752, 29/04/1755, 09/11/1765, 20/10/1768

Nota biográfica: Natural do lugar dos Pousos, termo da cidade de Leiria. Familiar do convento. ⁽¹⁾ Hortelão do convento. Não sabe assinar.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-2, fl. 46v-49v ⁽¹⁾; 60-B-6, fl. 77v-78v; 60-B-20, fl.145-145v; 60-B-22, fl. 86v-87v; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-3, fl. 44v-47

16. Manuel Ferreira

Referência cronológica: 15/09/1734, 10/11/1734

Nota biográfica: Carreiro do convento. Pai de Manuel Ferreira, assistente no convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-16, fl. 49v-51v, 15/09/1734; fl. 132v-134, 10/11/1734

17. Manuel Ferreira

Referência cronológica: 15/09/1734, 10/11/1734

Nota biográfica: Assistente no convento. Filho de Manuel Ferreira.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134

18. Jorge Francisco

Referência cronológica: 02/10/1736

Nota biográfica: Hortelão do convento.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-13, fl. 29-30

19. Joaquim António

Referência cronológica: 26/04/1741

Nota biográfica: Referido como da casa do convento. Criado?

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-30, fl. 105v-108

20. José Francisco

Referência cronológica: 26/04/1741, 29/01/1742

Nota biográfica: Azemel do Convento. ⁽¹⁾ Moço do Convento. ⁽²⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-30, fl. 105v-108⁽¹⁾; 60-A-31, fl. 76v-78⁽²⁾

21. José Ribeiro

Referência cronológica: 13/1/1742, 14/1/1742, 3/11/1745, 4/11/1745, 30/6/1746, 01/07/1751, 29/04/1755, 02/03/1762, 02/05/1762, 21/01/1764

Nota biográfica: Morador no lugar das Cortes, termo da cidade de Leiria. Azemel do Convento. Criado do Convento.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-31, fl.44v-45v,; fl.45v-47; 60-B-6, , fl. 72v-76,; fl. 77v-78v; 60-B-10, fl.176-179v; 60-B-19, fl. 107-108⁽¹⁾; 60-B-22, fl. 86v-87v; 60-B-27, fl. 59v-63; 60-B-27, fl. 181-181v; 60-B-28, fl. 328-329v

22. Matias de Amorim

Referência cronológica: 04/03/1745, 12/04/1745, 27/05/1746, 30/6/1746, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 16/3/1750, 24/10/1750, 11/05/1751, 31/05/1751, 29/08/1751, 12/09/1751, 15/01/1757, 02/11/1786

Nota biográfica: Sobrinho do Padre Francisco da Costa, sacristão do convento. Estudante e assistente na vigararia do convento até, pelo menos, a 12/09/1751.⁽¹⁾ Poderá ter desempenhado um papel semelhante a José Pereira, moço da sacristia, enquanto estudante. Em 15/01/1757, tinha sido já ordenado padre, seguindo as pisadas do seu tio.⁽²⁾ Em 02/11/1786, ocupava o cargo de sacristão do convento, sucedendo ao tio.⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1⁽³⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-4, fl. 54-57; fl. 119-121; 60-B-9, fl.149-151⁽¹⁾; 60-B-10, fl.176-179v; fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-18, fl. 191v-192; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 53v-54; fl. 180-180v; fl. 192-192v⁽¹⁾; 60-B-23, fl. 231v-232⁽²⁾; 60-B-24, fl. 57v-58

23. Francisco Cláudio da Silva

Referência cronológica: 27/05/1759

Nota biográfica: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-24, fl. 57v-58

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-24, fl. 57v-58

24. José da Fonseca

Referência cronológica: 31/05/1784

Nota biográfica: Azemel do Convento

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-18, fl. 110v-111v

1.4 - Tutores

1.4.1- Vigários

1. Frei Tomé do Espírito Santo

Referência cronológica: 05/07/1602, 11/09/1602

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15l, fl. 105-106

2. Frei Miguel Pacheco

Referência cronológica: 26/09/1607, 08/11/1607

Nota biográfica: Tinha Miguel (2) como criado. ⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 25-27, fl. 67v-70 ⁽¹⁾

3. Frei Luís de São Paulo

Referência cronológica: 16/11/1610

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-10, fl. 134-138, 16/11/1610

4. Frei Manuel da Conceição

Referência cronológica: 27/03/1628

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 20v-22

5. Frei Cosme do Rosário

Referência cronológica: 28/06/1628

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 111v-113v, 27/6/1628; fl. 113v-114v

6. Frei Pedro de Santo Tomás

Referência cronológica: 04/09/1631

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 70-71v, 4/9/1631; fl. 71v-73

7. Frei António dos Anjos

Referência cronológica: 19/11/1632, 20/11/1632, 25/12/1632, 03/03/1633, 08/04/1633, 04/05/1633

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 21-23v; fl. 23v-24v; fl. 24v-25v; fl. 52-53; fl. 111-112v; fl. 146v-148; fl. 167v-168v

8. Frei Gaspar do Prado

Referência cronológica: 03/04/1634, 16/10/1634, 18/10/1634, 04/11/1634

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 11v-13; fl. 127-128v; fl. 131-132; fl. 150v-151v

9. Frei João da Cruz

Referência cronológica: 12/01/1640, 03/04/1640

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20, fl. 94v-96v; 59-D-20, fl. 148-149v

10. Frei Jorge de Moreira

Referência cronológica: 02/10/1653

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 151-153v

11. Frei António da Ascensão

Referência cronológica: 02/10/1653

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 151-153v

12. Frei Paulo de Castro

Referência cronológica: 06/10/1668

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3

13. Frei Diogo do Crato

Referência cronológica: 30/03/1672

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4

14. Frei Estêvão de Osório (?)

Referência cronológica: 16/09/1678

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148

15. Frei João de Castro

Referência cronológica: 18/02/1686

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-8, fl. 12v-13v

16. Frei Domingos da Encarnação

Referência cronológica: 1665, 1696 (?)

Nota biográfica: Filho de Pedro Barreto e Domingas Álvares.

Professou em 5/2/1655. Colegial de Santo Tomás em 8/3/1665. Opositor às Cadeiras de Artes e lente de moral do Colégio de N. Sra. da Escada. Terá exercido funções no convento entre 1665 e 1696. Prior do Mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha. Comissário Geral e Visitador da sua Província no ano de 1696. Deputado da Inquisição de Évora em 12/6/1697. Falece a 13/05/1713.

Fonte: SILVA, (1723), p. 103

17. Frei Jerónimo Pereira

Referência cronológica: 16/08/1701

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131

18. Frei Jacinto da Encarnação

Referência cronológica: 15/11/1702

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com de **Pregador geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-26, fl. 65v-67

19. Frei João de São Domingos

Referência cronológica: 19/7/1710, 02/02/1712

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-6, fl. 123-124; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 760, Caderno 18º de Solicitantes, fl. 221v

20. Frei Silvestre Teixeira

Referência cronológica: 14/2/1715, 22/3/1720, 19/11/1720

Nota biográfica: Ocupava o cargo juntamente com de **Pregador geral**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.33; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-32, fl. 118-120v.; 59-E-39, fl. 43v-45

21. Frei António das Chagas

Referência cronológica: 05/09/1719

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 5-6-v

22. Frei António de São Tiago

Referência cronológica: 03/01/1725, 23/03/1726, 17/8/1726

Nota biográfica: Ocupava o cargo juntamente com de **Pregador geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v; 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v

23. Frei Francisco de Azevedo

Referência cronológica: 16/11/1727

Nota biográfica: Ocupava o cargo juntamente com de **Pregador geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132, 16/11/1727

24. Frei Francisco de Melo

Referência cronológica: 19/12/1729, 9/1/1731, 19/3/1731

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Pregador geral**. Referido como assistente nas casas da hospedaria do convento. ⁽¹⁾ Em 24/6/1731, não exercendo já funções, foi acusado do crime de solicitação por parte da vítima, Soror Clemência Maria da Soledade **(212)** de quem era confessor e que remeteu ao Santo Ofício uma carta de denúncia.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 85v-87v; fl. 87v-89, 19/12/1729; 60-A-12, fl. 171-172v ⁽¹⁾; 60-A-13, fl. 88-90v ⁽¹⁾; fl. 91-92 ⁽¹⁾; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 760, Caderno 22º dos Solicitantes, fl. 28 ⁽²⁾

25. Frei António de São Paulo

Referência cronológica: 08/06/1731, 26/11/1731, 5/5/1732, 16/7/1732

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com os de **Pregador geral** e **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 176v-178; 60-A-14, fl. 47-49; 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; fl. 140-141v

26. Frei José do Rosário

Referência cronológica: 10/11/1734, 03/11/1736

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Pregador geral**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-16, fl. 49v-51v; fl.132v-134

27. Frei Sebastião de São José

Referência cronológica: 08/03/1743

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-1, fl. 22-23

28. Frei Matias de São José

Referência cronológica: 08/02/1745, 11/02/1745, 12/2/1745, 4/3/1745, 12/4/1745, 31/5/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 27/5/1746, 30/6/1746, 24/9/1746, 16/4/1747, 17/4/1747

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Pregador geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; fl. 174-176v; 60-B-3, fl. 180-182v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 54-57; fl. 119-121; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl.104-106; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-9, fl.149-151; fl.176-179v; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66

29. Frei Félix de São Tomás

Referência cronológica: 04/11/1745

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-6, fl. 72v-76, 3/11/1745; fl. 77v-78v

30. Frei Bernardo de Noronha

Referência cronológica: 16/03/1750

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-17, fl. 56-58

31. Frei António da Assunção

Referência cronológica: 01/07/1751, 13/08/1752, 20/10/1752, 22/04/1755, 29/04/1755

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-19, fl. 107-108; 60-B-20, fl. 184v-185; fl. 231v-232v; 60-B-22, 77v-78v; fl. 86v-87v

32. Frei José de Santa Helena

Referência cronológica: 12/12/1756

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **pregador geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-23, fl. 193-194

33. Frei Francisco de São José

Referência cronológica: 02/03/1762

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **pregador geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-27, fl. 59v-63

34. Frei António de São José

Referência cronológica: 10/07/1763, 25/01/1764, 09/11/1765, 28/04/1768, 20/10/1768

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com os de **pregador geral** e **confessor**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-28, fl 200-202v; fl- fl. 333v-335v; 60-B-30, fl. 212-214v; 60-C-3, fl. 44v-47

35. Frei Pedro Soriano Bravo

Referência cronológica: 17/12/1781, 01/07/1783, 07/08/1783, 14/11/1786, 21/01/1787, 08/02/1788, 22/06/1788, 28/04/1789

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 45; Doc. 46; 24-C-1, Relações, Doc.4, fl. 1; Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício,

Dep. V, 62-B-15, fl. 41-42v; 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 90-90v; 60-B-21, fl. 14-15v

36. Frei José de Nossa Senhora do Deserto

Referência cronológica: 03/03/1789

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-24, fl. 87-85

37. Frei Manuel José de Santa Teresa

Referência cronológica: 08/04/1790, 08/10/1791, 14/07/1792

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc.4, fl. 1-1v

38. Frei Francisco Luís de Nossa Senhora

Referência cronológica: 12 /04/1798

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc.4, fl. 1v

39. Frei Manuel de São Bernardo

Referência cronológica: 12/09/1799

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc.4, fl. 1v

40. Frei António de Santo Tomás

Referência cronológica: 21/09/1806, 13/11/1806, 20/12/1806, 05/03/1807

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 13; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-35, fl. 172v; fl.205v-206; fl. 224v

1.4.2- Capelães

1. Frei Manuel de São José

Referência cronológica: 24/09/1650, 13/10/1650, 02/11/1650

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl.26v-27v; fl. 27v-28; fl. 61v; fl. 85-86v

2. Frei Jorge de Moreira

Referência cronológica: 02/11/1653

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 151-153v

3. Frei Manuel Torres

Referência cronológica: 02/10/1663

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**. Confessor de Soror Isabel de Mesquita **(107)**.⁽¹⁾

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v; SANTA CATARINA (1866), p. 363⁽¹⁾

4. Frei Gonçalo Cardoso

Referência cronológica: 06/10/1668

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3

5. Frei Inácio do Sacramento

Referência cronológica: 30/03/1672

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.4

6. Frei João de São Jacinto

Referência cronológica: 16/09/1678

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-30, fl. 145v-148

7. Frei Luís do Espírito Santo

Referência cronológica: 18/03/1700, 18/05/1700, 16/08/1701

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 161-163; fl. 182v-184; 59-E-24, fl. 128v-131

8. Frei José Teixeira

Referência cronológica: 15/11/1702, 15/10/1703, 19/07/1710, 14/02/1715, 05/09/1719, 19/11/1720, 07/07/1723, 09/07/1723

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.33; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-26, fl. 65v-67; 59-E-28, fl. 158-159v; 59-E-32, fl. 118-120v; 59-E-38, fl. 5-6-v; fl. 174-177; 59-E-39, fl. 43v-45; 60-A-2, fl. 46v-49v; fl. 74-76; ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livro 760, Caderno 18º de Solicitantes, fl. 221v

9. Frei João de Macedo

Referência cronológica: 23/03/1726, 17/08/1726, 16/11/1727, 19/12/1729, 09/01/1731, 19/03/1731

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132; 60-A-11, fl. 85v-87v; fl. 85v-87v; 60-A-12, fl. 171-172v; 60-A-13, l. 88-90v; fl. 91-92

10. Frei Francisco do Rosário

Referência cronológica: 08/06/1731

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 176v-178

11. Frei José da Encarnação

Referência cronológica: 05/05/1732, 15/05/1732, 04/06/1732, 16/07/1732, 15/09/1734, 10/11/1734, 03/11/1736,

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 39v-40v; fl. 40v-42v; fl. 63-64v; fl. 87-88; fl. 140-141v; 60-A-16, fl. 49v-51v; fl. 132v-134

12. Frei Francisco Xavier de Santa Catarina

Referência cronológica: 13/01/1742, 14/01/1742, 10/02/1743, 08/03/1743, 29/10/1743

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-31, fl.44v-45v; fl.45v-47; 60-B-1, fl. 22-23; 60-B-2, fl. 170-173,

13. Frei Luís de São Policarpo

Referência cronológica: 08/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 03/11/1745, 04/11/1745

Nota biográfica: Irmão de Policarpo Máxima Florinda, foreira do convento. Ocupava o cargo juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 164v-167; fl. 167v-171v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 54-57; fl. 119-121; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl.104-106; 60-B-6, fl. 46v-50v; fl. 72v-76,; fl. 77v-78v

13. Frei Manuel da Piedade

Referência cronológica: 13/01/1779, 30/06/1779, 18/10/1779, 24/04/1781, 22/10/1781, 17/12/1781, 14/04/1782, 05/07/1782, 01/07/1783, 07/08/1783, 30/03/1784, 09/05/1784, 31/05/1784, 19/04/1785, 26/05/1785, 29/05/1785, 03/06/1785, 05/06/1785, 20/06/1785, 01/07/1785, 29/09/1786, 13/10/1786, 07/11/1786, 14/11/1786, 16/01/1787, 21/01/1787, 26/03/1787, 01/09/1787, 26/01/1788, 18/05/1788, 01/06/1788, 06/07/1788, 26/12/1788, 25/01/1789, 12/04/1791, 19/02/1794, 13/05/1794, 08/07/1794, 13/07/1794, 04/08/1794, 02/12/1794, 22/04/1798, 20/01/1799, 05/04/1800, 09/10/1800, 03/12/1800, 28/07/1801, 17/04/1803

Nota biográfica: Ocupava o cargo, juntamente com o de **Procurador-geral**.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 8; Doc. 9; Doc. 10; Doc. 45; Doc. 46; 24-B-3, Doc. 134; 185; Cartório Notarial de Leiria, 1º Ofício, Dep. V, 60-C-12, fl. 79v-81; 60-C-13, fl. 83-84; 60-C-14, fl. 11-13; 60-C-16, fl. 92-92; 2º Ofício, Dep. VI, 62-B-15, fl. 5v-7; fl. 41-42v; fl. 120v-122; fl. 178v-180; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-18, fl. 55-56; fl. 86v-87v; fl. 94v-95v; fl. 110v-111v; 60-C-19, fl. 3v-4v; fl. 31v-32; , fl. 33-34; fl. 35v-36v; fl. 36v-37v; fl. 38-39; fl. 41- 42; fl. 42v-43v; fl. 43v-44v; fl. 45-46; fl. 48v-49v; fl. 50-51; fl. 51-52; fl. 52v-53v; fl. 53v-54v; fl. 55-56; fl. 57v-58v; fl. 64v-65v; fl. 83-84; 60-C-20, fl. 44v-45v; fl.57v-58v; fl.84v-85v; 90-90v; 60-C-21, fl.7v-8v; 14-15v; fl.76v-78; fl. 190v-191v; fl. 195v-196v; 2º Ofício, Dep. V, 60-B-16, fl. 204- 205v; 1º Ofício, Dep. V, 60-C-23, fl. 5-6; fl. 18v-19v; fl. 26v-27v; 60-C-24, fl. 11-12; fl. 47v-48v; 85-87; 60-C-25, fl. 127v-128v; 60-C-27, fl. 95-95v; 60-C-28, fl. 61v-62; 60-C-29, fl. 25v-26; fl.26-28; fl. 46v-47; 60-C-31, fl. 117; 60-C-32, fl. 102; 60-C-33; fl. 32; fl. 55; fl. 185

1.4.3- Procuradores

1. Padre Diogo Monteiro

Referência cronológica: 02/01/1582

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc.2

2. Frei Manuel Godinho

Referência cronológica: 19/09/1631, 03/03/1633, 04/05/1633

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 104v-106; 59-D-18, fl. 111-112v; fl. 167v-168v

3. Frei Luís Beltrão

Referência cronológica: 12/11/1653

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 209v-211

4. Frei José de São Vicente

Referência cronológica: 03/01/1725

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v

5. Frei Manuel da Piedade

Referência cronológica: 13/03/1738

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 86,

6. Frei João Ferreira

Referência cronológica: 26/04/1741

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-30, fl. 105v-108

7. Frei António de Santo Tomás

Referência cronológica: 27/05/1746, 30/06/1746, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 21/10/1749, 02/03/1762, 10/ 07/1763

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-9, fl.149-151; fl.176-179v,; 60-B-10, fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v,; fl. 65-66; 60-B-16, fl. 94-96; 60-B-27, fl. 59v-63; 60-B-28, fl. 200-202v

8. Frei Bernardo do Sacramento

Referência cronológica: 01/07/1751, 16/07/1751

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-19, fl. 107-108; fl. 120v-122

9. Frei João dos Anjos

Referência cronológica: 13/08/1752, 20/10/1752, 29/04/1755, 29/04/1755, 03/05/1755, 28/04/1768, 20/10/1768

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 184v-185; fl. 231v-232v; 60-B-22, 77v-78v; fl. 86v-87v; fl. 96-97v; 60-C-3, fl. 44v-47

10. Frei Veríssimo de São José

Referência cronológica: 12/12/1756

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-23, fl. 193-194

11. Frei José da Piedade Ferreira

Referência cronológica: 30/05/1811, 07/09/1811, 12/10/1811

Nota biográfica: Nomeado em 30/05/1811, estando a comunidade de religiosas refugiadas das Invasões Francesas no Convento de Santa Joana em Lisboa. Possui um papel de grande importância no restabelecimento dos negócios da casa no período pós Invasões.

Fonte: ALDRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, Escrituras, Doc. 14; Doc. 15

1.4.4- Sacristães

1. Manuel Antunes

Referência cronológica: 23/05/1684, 23/05/1690, 06/07/1690

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-10, fl. 121v-122; 59-E-13, fl. 35-26; fl. 88v-89

2. João Pinheiro

Referência cronológica: 18/03/1700

Fonte: ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 161-163

3. Padre Francisco da Costa

Referência cronológica: 14/02/1715, 23/03/1726, 08/06/1731, 10/05/1731, 15/05/1732, 04/06/1732, 16/07/1732, 02/10/1736, 29/01/1742, 01/02/1743, 12/02/1745, 04/03/1745, 12/04/1745, 31/05/1745, 09/06/1745, 23/10/1745, 05/02/1746, 27/05/1746, 30/06/1746, 24/09/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 24/10/1750, 11/05/1751, 31/05/1751, 21/07/1751, 29/08/1751, 12/09/1751, 23/02/1752, 06/05/1752, 09/05/1756, 15/01/1757, 02/03/1762

Nota biográfica: Natural de São Martinho Escaris, arcebispado de Braga. Filho de Rafael Maia e de Ana Velha. ⁽¹⁾ Tio de Matias de Amorim, moço de sacristia **(22)** e sacristão **(4)**. No desejo de ser clérigo, em 31/05/1731, nomeia como procuradores, José de Brito e Francisco Pereira para o dotarem e tratarem do processo. ⁽¹⁾ Em 15/05/1732 tinha já sido ordenado Padre, assinando como tal um contrato de que foi testemunha. ⁽²⁾ Procurador de Soror Violante Josefa **(213)** num contrato de empréstimo em 21/07/1751. ⁽³⁾ Seria falecido em 02/11/1786, pois nesta data ocupa o cargo de sacristão o seu sobrinho, que lhe terá sucedido directamente.

Fonte: ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-32, fl. 118-120v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-9, fl. 167-168v; 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 163-163v ⁽¹⁾; fl. 176v-178; 60-A-15, fl. 63-64v ⁽²⁾; fl. 87-88; fl. 140-141v; 2º Ofício, Dep. V, 62-B-13, fl. 29-30; 60-A-31, fl. 76v-78; 60-B-3, fl. 180-182v; 60-B-4, fl. 7v-10v; fl. 119-121; 60-B-5, fl. 23v-26v; fl.104-106; 60-B-6, fl. 46v-50v; 60-B-8, fl. 89-90v; 60-B-9, fl.149-151; 60-B-10, fl.176-179v; fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-18, fl. 191v-192; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 53v-54; fl.127-128v ⁽³⁾; fl.180-180v, fl. 180v-181; fl. 192-192v; 60-B-20, fl.15-15v; fl. 84v; 60-B-23, fl. 13-14; fl. 231v-232; 60-B-27, fl. 59v-63

4. Padre Matias de Amorim

Referência cronológica: 04/03/1745, 12/04/1745, 27/05/1746, 30/6/1746, 16/04/1747, 17/04/1747, 16/03/1750, 24/10/1750, 11/05/1751, 31/05/1751, 29/08/1751, 12/09/1751, 15/01/1757, 27/05/1759, 02/11/1786

Nota biográfica: Sobrinho do Padre Francisco da Costa (3), sacristão do convento. Estudante e assistente na vigararia do convento até, pelo menos, 12/09/1751. ⁽¹⁾ Em 15/01/1757, tinha sido já ordenado padre, seguindo as pisadas do seu tio. ⁽²⁾ Poderá ter desempenhado um papel semelhante a José Pereira, moço da sacristia, até ser sacristão. Em 02/11/1786, ocupava o cargo de sacristão do convento, sucedendo ao tio ⁽³⁾

Fonte: ADLRA, Mosnásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Sentenças, Doc. 1 ⁽³⁾; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-4, fl. 54-57; fl. 119-121; 60-B-9, fl.149-151 ⁽¹⁾; 60-B-10, fl.176-179v; fl. 111-114; 60-B-12, fl. 56-57v; fl. 63-64v; fl. 65-66; 60-B-17, fl. 56-58; 60-B-18, fl. 191v-192; 60-B-19, fl. 36-36v; fl. 53v-54; fl. 180-180v; fl. 192-192v ⁽¹⁾; 60-B-23, fl. 231v-232 ⁽²⁾; 60-B-24, fl. 57v-58

2- Cargos de Religiosas

2.1-Prioressas

- 1- Soror Maria Dinis **(4)** - 1498-1513
- 2- Soror Teresa Fernandes de Albuquerque **(6)** – 1513
- 3- Soror Isabel Vaz **(3)** - ?
- 4- Soror Mécia, “a segunda” **(10)** - ?
- 5- Soror Isabel Coelho **(14)** - 25/01/1520
- 6- Soror Joana Santos **(16)** - ?
- 7- Soror Beatriz Aranha **(19)** – ? (ocupou duas vezes o cargo)
- 8- Soror Mécia Brandoa **(45)** - fins do século XVI
- 9- Soror Catarina do Evangelista **(33)** - 06/02/1581 - 02/01/1582
- 10- Helena da Cunha **(53)** - ?
- 11- Soror Beatriz de Andrade **(47)** - 05/07/1602 - 11/09/1602
- 12- Soror Úrsula Bernardes **(49)** – 04/09/1631
- 13- Soror Isabel de Lemos / Isabel da Ressurreição **(70)** - 19/11/1632 - 04/11/1634
- 14- Soror Ana Coelho Trigueiros **(66)** - 12/01/1640 - 03/04/1640
- 15- Soror Juliana de Mendonça / Juliana de São Jacinto **(73)** - 22/09/1650 - 02/11/1650
- 16- Soror Antónia do Evangelista **(91)** - 02/10/1653 - 12/11/1653
- 17- Soror Joana de Valadares (ou Joana da Silva) / Joana de Santa Teresa **(140)** - 02/10/1663
- 18- Soror Vitória de Jesus **(99)** - 06/10/1668
- 19- Soror Margarida das Chagas **(162)** - 30/03/1672; 23/05/1690; 18/3/1700-10/5/1700
- 20- Soror Mariana das Chagas **(136)** - 19/09/1678
- 21- Soror Francisca dos Santos **(146)** - 23/05/1684 - 08/02/1686
- 22- Soror Maria Clemência de Castelo-Branco (ou da Silva) **(125)** - ?
- 23- Soror Micaela Maria do Sacramento **(167)** - 16/08/1701 - 15/11/1702
- 24- Soror Clara Maria de Santa Rosa **(175)** - 02/02/1712 -14/02/1715; 03/01/1725 - 17/8/1726
- 25 – Soror Dona Mariana Teresa de Sousa / Soror Mariana Teresa da Anunciação **(176)** - 05/09/1719 - 07/07/1723

- 26- Soror Aldonça Pereira do Amaral / Aldonça de Santo António **(201)** - 22/10/1727 - 23/12/1727
- 27- Soror Cecília de São José **(193)** - 19/12/1729 - 26/11/1731
- 28- Soror Josefa Caetana de Castro / Josefa Caetana do Evangelista **(181)** - 05/05/1732 - 10/11/1734; 08/02/1745 - 17/04/1747
- 29- Soror Jacinta da Conceição **(194)** - 03/11/1736
- 30- Soror Maria Francisca da Prisão **(182)** - 26/04/1741 - 29/10/1743
- 31- Soror Luísa Teresa do Espírito Santo **(227)** - 30/06/1746; 21/10/1749
- 32- Soror Madalena Caetana Unhão de Castelo Branco / Madalena Caetana do Evangelista **(216)** - 16/03/1750 - 20/10/1752
- 33- Soror Ana Luísa Joaquina do Sacramento **(224)** - 29/04/1755 - 29/04/1755; 09/11/1765
- 34- Soror Luísa Josefa da Conceição **(252)** - 12/12/1756
- 35 - Soror Petronilha Angélica **(288)** - 02/03/1762, 25/01/1764
- 36- Soror Ana Jacinta de Santa Teresa **(292)** – 22/12/1763; 28/04/1768 - 20/10/1768; 23/09/1774; 18/10/1779 - 17/12/1781; 01/07/1783 - 07/08/1783; 14/11/1786 - 03/03/1789; 17/04/1803
- 37- Soror Inácia Caetana de São José **(293)** - 28/07/1801
- 38- Soror Antónia de Santa Rosa **(303)** - 08/10/1805 - 25/09/1806

2.2- Vigaria e Governadora

- 1- Soror Mariana da Conceição **(160)** - 27/03/1628

2.3- Subpriorias

- 1- Soror Mécia Brandoa **(45)** - 06/02/1581 - 24/10/1581
- 2- Soror Jerónima da Silva **(40)** - 02/01/1582
- 3- Soror Úrsula Bernardes **(49)** - 05/07/1602 - 16/11/1610
- 4- Soror Mariana da Conceição **(160)** - 27/03/1628
- 5- Soror Isabel de Lemos / Isabel da Ressurreição **(70)** - 27/06/1628 - 28/06/1628
- 6- Soror Ana Coelho Trigueiros **(66)** - 04/09/1631
- 7- Soror Juliana de Mendonça / Juliana de São Jacinto **(73)** - 19/11/1632 - 04/11/1634
- 8 - Soror Jerónima de Lemos / Jerónima da Coluna **(72)** - 12 /01/1640 - 03/04/1640
- 9- Soror Maria da Graça **(94)** - 02/10/1653 - 12/11/1653
- 10- Soror Maria Madalena **(120)** - 02/10/1663; 06/10/1668

- 11- Soror Catarina de Sena **(95)** - 30/03/1672
- 12- Soror Maria Madalena **(120)** - 16/9/1678
- 13- Soror Ana Joaquina da Paixão **(152)** - 23/05/1690
- 14- Soror Mariana do Salvador **(173)**- 18/03/1700 - 10/05/1700
- 15- Soror Mariana de Santa Rosa **(177)** - 16/08/1701
- 16- Soror Mariana do Sacramento **(170)** - 15/11/1702 - 15/10/1703
- 17- Soror Madalena de Santo Agostinho **(165)** - 04/10/1712
- 18 - Soror Helena Constantina **(192)** - 14/02/1715; 19/11/1720
- 19 - Soror Aldonça Pereira do Amaral / Aldonça de Santo António **(201)** – 05/09/1719 - 29/12/1719
- 20- Soror Leonor Maria **(190)** - 07/07/1723
- 21 - Soror Mariana da Trindade **(198)** - 03/01/1725
- 22- Soror Josefa Caetana de Castro / Josefa Caetana do Evangelista **(181)** - 17/08/1726
- 23- Soror Luísa Teresa do Espírito Santo **(227)** - 16/11/1727 - 23/12/1727
- 24- Soror Catarina Teresa de Melo **(179)** - 19/12/1729 - 08/06/1731
- 25- Soror Joana Maria da Piedade **(202)** - 03/11/1733; 08/02/1745 - 27/05/1746
- 26- Soror Maria Inácia do Evangelista **(217)** - 15/09/1734 - 10/11/1734; 13/01/1742- 14/01/1742; 16/04/1747, 17/04/1747
- 27 - Soror Maria Madalena do Senhor dos Passos **(259)** - 01/02/1743 - 29/10/1743
- 28- Soror Ana Luísa Joaquina do Sacramento **(224)** - 30/06/1746
- 29- *Soror Isabel Joana de Castelo Branco* **(225)** - 21/10/1749 - 16/3/1750
- 30- Soror Luísa Josefa da Conceição **(251)** - 01/07/1751
- 31- Soror Helena Margarida **(243)** - 11/05/1751; 29/04/1755 - 29/04/1755; 20/10/1768; 22/10/1781 - 17/12/1781
- 32 - Soror Eugénia Luísa **(212)** - 13/08/1752 - 20/10/1752; 10/07/1763 - 25/01/1764
- 34- Soror Brígida Joaquina Rita **(266)** – 22/12/1763
- 35- Soror Catarina Felícia **(289)** - 28/04/1768
- 36- Soror Maria Clara de Santa Rosa **(290)** - 01/07/1783 - 07/08/1783
- 37 - Soror Mónica Bernarda **(298)** - 14/11/1786 - 21/01/1787; 17/04/1803
- 38- Soror Eugénia Maria de São José **(300)** - 28/07/1801
- 39- Soror Inácia Caetana de São José **(293)** - 08/10/1805 - 25/09/1806

2.4- Depositárias

- 1- Soror Juliana de Mendonça / Juliana de São Jacinto **(73)** - 28/06/1628
- 2- Soror Úrsula Bernardes **(49)** - 28/06/1628
- 3- Soror Ana Coelho Trigueiros **(66)** - 20/11/1632 - 04/05/1633
- 4- Soror Lourença de São Domingos **(68)** - 20/11/1632 - 04/05/1633; 12/01/1640 a 15/03/1640
- 5- Soror Filipa de Santo António **(90)** - 12/01/1640 - 03/04/1640
- 6- Soror Beatriz da Costa / Soror Beatriz das Chagas **(79)** - 24/09/1650
- 7- Soror Maria de Jesus **(161)** - 24/09/1650- 12/11/1653
- 8- Soror Maria de São José **(95)** - 02/10/1653 - 12/11/1653
- 9- Soror Margarida das Chagas **(162)**- 02/10/1663; 16/08/1701 - 10/15/1703
- 10- Soror Catarina da Anunciação **(119)** - 02/10/1663 - 06/10/1668
- 11- Soror Dona Francisca / Soror Dona Francisca do Espírito Santo **(110)** - 06/10/1668
- 12- Soror Joana de Valadares (ou Joana da Silva) / Joana de Santa Teresa **(140)** - 30/03/1672 - 16/09/1678
- 13- Soror Maria de São José **(96)**- 30/03/1672
- 14- Soror Vitória de Jesus **(99)** - 16/09/1678
- 15 - Soror Mariana das Chagas **(136)** - 23/05/1690
- 16 - Soror Maria Clemência do Santíssimo Sacramento **(174)** - 23/05/1690
- 17 - Maria Clemência de Castelo-Branco (ou da Silva) **(124)** - ? (varas vezes)
- 18- Soror Mariana de Jesus **(178)** - 10/5/1700; 14/02/1715; 05/09/1719 - 19/11/1720
- 19 - Soror Mariana do Sacramento **(170)** - 18/03/1700 - 15/10/1703; 04/10/1712
- 20- Soror Teresa de Jesus Maria **(191)** - 04/10/1712; 03/01/1725 - 17/08/1726; 08/06/1731 - 05/05/1732
- 21- Soror Jacinta da Conceição **(194)** - 05/09/1719; 07/07/1723; 09/01/1731; 01/2/1743 a 29/10/1743; 11/05/1751 - 13/08/1752
- 22- Soror Maria Francisca da Prisão **(182)** - 19/11/1720; 30/06/1746; 01/07/1751
- 23- Soror Teresa Joaquina da Nazaré **(207)** - 07/07/1723
- 24- Soror Luísa Teresa do Espírito Santo **(227)** - 03/01/1725 - 23/03/1726; 22/04/1755 - 29/04/1755
- 25- Soror Clemência Josefa Ângela de Ataíde (ou de Vasconcelos) / Soror Clemência Maria da Soledade **(211)** - 19/12/1729 - 30/12/1729; 15/09/1734 - 10/11/1734; 31/05/1745 - 23/10/1745

- 26- Soror Isabel Margarida de Santa Ana **(215)** - 09/01/1731 - 19/03/1731; 11/05/1751; 02/03/1762; 09/11/1765; 28/04/1768
- 27- Soror Teresa Clara Corte Real / Teresa Clara de Santa Ana **(220)** - 08/06/1731 a 05/05/1732
- 28- Soror Violante Josefa **(213)** - 10/11/1734; 08/02/1745 - 12/04/1745; 12/12/1756
- 29- Soror Mónica Dionísia de Vasconcelos **(223)** - 3/11/1736; 26/4/1741
- 30- Soror Maria Inácia do Evangelista **(217)** - 26/04/1741; 01/02/1743 - 08/03/1743; 22/04/1755 - 29/04/1755
- 31 - Soror Maria Margarida **(256)** - 13/01/1742
- 32 - Soror Luísa Micaela **(208)** - 13/01/1742 - 14/01/1742
- 33- Soror Eulália Maria Custódia das Neves **(246)** - 31/05/1745 - 27/05/1746
- 34- Soror Isabel Joana de Castelo Branco **(225)** - 08/02/1745 - 24/09/1746; 17/04/1747
- 35 - Soror Maria Teodora Unhão de Castelo Branco / Maria Teodora da Soledade **(218)**- 24/09/1746 - 16/03/1750
- 36- Soror Madalena Caetana Unhão de Castelo Branco / Madalena Caetana do Evangelista **(216)** - 30/06/1746; 22/12/1763
- 37- Soror Josefa Caetana de Castro / Josefa Caetana do Evangelista **(181)** - 21/10/1749 - 16/03/1750
- 38- Soror Catarina Micaela do Sacramento **(210)** - 13/08/1752 - 20/10/1752
- 39- Soror Ana Luísa Joaquina do Sacramento **(224)** - 12/12/1756
- 40- Soror Teresa Maria de Santa Clara / Teresa Antónia do Sacramento **(242)** - 02/03/1762; 09/11/1765; 20/10/1768
- 41- Soror Eufrásia Maria **(277)** - 10/07/1763
- 42- Soror Luísa Josefa da Conceição **(252)** – 22/12/1763; 22/10/1781 - 17/12/1781
- 43- Soror Maria Teodora Unhão de Castelo Branco / Maria Teodora da Soledade **(218)** - 10/07/1763; 25/01/1764
- 44 - Soror Micaela Teodora **(247)** - 20/10/1768
- 45- Soror Helena Margarida **(243)** - 18/10/1779
- 46- Soror Brites Eugénia **(294)** - 01/07/1783 - 07/08/1783, 14/11/1786 - 21/01/1787
- 47- Soror Joana Inês Rita da Piedade **(239)** - 01/07/1783 - 07/08/1783
- 48- Soror Jerónima de Santa Engrácia **(229)** - 14/11/1786 - 21/01/1787
- 49- Soror Catarina Felícia **(289)** - 03/03/1789
- 50 - Soror Joaquina Bárbara **(291)** - 17/04/1803
- 51 - Soror Petronilha Angélica **(288)** - 28/07/1801 - 25/09/1806

53 - Soror Ana Jacinta de Santa Teresa **(292)** - 28/07/1801 - 25/09/1806

2.5- Escrivãs

- 1- Soror Luísa de Vasconcelos e Silva / Luísa do Evangelista **(83)** - 12/01/1640
- 2- Soror Ana Maria **(128)** - 24/09/1650
- 3- Soror Maria da Encarnação **(124)** - 12/11/1653
- 4- Soror Maria Francisca da Prisão **(182)** - 15/10/1703
- 5- Soror Dona Mariana Teresa de Sousa / Soror Mariana Teresa da Anunciação **(176)** - 04/10/1712
- 6- Soror Clemência Josefa Ângela de Ataíde (ou de Vasconcelos) / Soror Clemência Maria da Soledade **(218)** - 06/10/1719 - 07/07/1723; 22/10/1727 -23/12/1727
- 7- Soror Helena Margarida **(243)** - 08/06/1731
- 8- Soror Inocência Maria Teodora das Neves **(248)** - 1/2/1743 - 29/10/1743
- 9- Soror Ana Jacinta de Santa Teresa **(293)** - 21/10/1749
- 10- Soror Violante Josefa **(213)** - 23/10/1745
- 11- Soror Maria Rosa **(279)** - 05/09/1786
- 12- Soror Maria Luísa de Santa Clara **(305)** - 28/07/1801 - 25/09/1806

2.6. Celeireiras

- 1- Soror Bautista de Pina / Bautista da Ascensão **(46)** - 06/02/1581
- 2- Soror Beatriz de Andrade **(47)** - 24/10/1581 - 02/01/1582

2.7- Dispenseira

- 1- Soror Isabel de Mesquita / Soror Isabel da Encarnação **(107)** - século XVII

2.8- Procuradeiras

- 1- Soror Maria Caldeira **(41)** - 06/02/1581
- 2- Soror Filipa Pereira **(31)** - 24/10/1581
- 3- Soror Úrsula Bernardes **(49)** - 02/01/1582
- 4 - Soror Isabel de Mesquita / Soror Isabel da Encarnação **(107)** - século XVII

2.9- Mestra de noviças

- 1- Soror Estefânia de São José **(144)** – século XVII

2.10 - Porteiras

- 1- Soror Francisca de Vasconcelos **(24)** - 06/02/1581
- 2- Soror Filipa Pereira **(31)** - 06 /02/1581
- 3- Soror Guiomar Coelho **(34)** - 02/01/1582
- 4- Soror Joana do Rego **(35)** - 02/01/1582
- 5- Soror Isabel de Mesquita / Soror Isabel da Encarnação **(107)** - século XVII

2.11- Rodeiras

- 1- Soror Joana de Faria **(32)** - 06/02/1581 - 24/10/1581
- 2- Soror Maria Caldeira **(41)** - 02/01/1582

3- Unidades estratigráficas que forneceram o material em estudo

3.1– Sondagem 1

Revelou as traseiras da ala Sul do edifício central do convento, estando dividido em 6 sectores (A, B, C, D, E e F), sendo apenas aqui apresentados os que forneceram o material em estudo.

A)

U.E. [2] - nível de barros vermelhos, correspondente ao aterro da zona de implantação do mercado

U.E. [8] - nível de entulho resultante do desmantelamento do convento, de terras mais escuras

U.E. [10] – nível de derrube constituído por telha, lajes de calcário, azulejo hispano-mourisco, tijoleira e argamassas queimadas que constituem evidências de incêndio

U.E. [15] – subdivisão da [16], constituída por barros cremes, estando situado no lado Sul

U.E. [16] - nível de lixo acumulado após a desactivação do convento, composto por materiais de construção do convento

B)

U.E. [29] – nível de incêndio, abaixo de nível de entulho, localizado no interior de um compartimento

C)

U.E. [40] – nível de entulho, localizado no interior de um compartimento constituído por argamassas, calça, estuque e cerâmicas de construção muito residuais.

D)

U.E. [46] - terras escuras, superficiais, de quintal, onde os materiais aparecem muito fragmentados, estando situado nas traseiras do convento, junto do contraforte central.

E)

U.E. [49] - nível de barros vermelhos e esverdeados e terras escuras, correspondente ao aterro da zona de implantação do mercado

U.E. [60] – nível de carvões entre as estruturas do convento

U.E. [61] - nível de terras barrentas queimadas, abaixo da [60]

U.E. [62] - nível de terras escuras, no exterior do convento, junto a um lance de escadas situado a Este

3.2- Sondagem 2

Revelou um anexo do convento e das suas imediações, nas quais se inclui um acesso ao mesmo e área de horta.

U.E. [77] – nível de terras escuras agrícolas, correspondente ao aterro da zona de implantação do mercado.

U.E.[78] – nível de barros vermelhos, correspondente ao aterro da zona de implantação mercado.

U.E. [90] – nível de depósito, constituído por barros cinzentos, com muito material cerâmico e algum material metálico, localizado no interior do anexo

U.E.[95] – nível de depósito de terras agrícolas provenientes da vala fundacional do mercado.

3.3- Sondagem 3

Revelou as traseiras da ala Oeste, durante o acompanhamento da obra, em fase posterior á escavação, havendo evidências de dois compartimentos, A e B, apresentando-se apenas o que forneceu o material em estudo.

(A)

U.E. [105] – nível de barros vermelhos e entulhos aterrados para implantação do mercado na zona do 1º arco

3.4- Sondagem 4

Corresponde à zona agrícola do convento.

U. E. [130] – recolha de superfície

U. E. [131] - nível de barros vermelhos, correspondente ao aterro da zona de implantação mercado

U. E. [133] – nível de depósito de terras cinzentas com muitos materiais orgânicos, com fragmentos de média dimensão

U. E. [135] – nível de depósito de argilas vermelhas misturadas com terras cinzentas e terras escuras

U. E. [137] - nível de depósito de terras cinzentas com bastantes componentes artefatuais e osteológicas

U. E. [138] – nível interfacial de terras escuras com muita matéria orgânica, situado abaixo do cinzeiro

U. E. [139] – nível de depósito de barros vermelhos misturados com argamassa de construção

U. E. [140] – nível de depósito, de terra soltas barrentas com muitos materiais na base

U. E. [141] - nível de depósito, de terras castanhas com bastantes materiais cerâmicos e faunísticos

3.5- Sondagem 6

Corresponde à zona agrícola do convento.

U.E. [160] - recolha geral

U.E. [161] – nível de barros verdes correspondentes ao aterro da zona de implantação do mercado

U.E. [165] - nível de terras escuras agrícolas

3.6- Sondagem 7

Corresponde á zona agrícola do convento, nas proximidades do anexo, onde foi escavada uma fossa, posteriormente coberta com bastante material cerâmico e osteológico, na sua maioria, bem como algum material de construção.

A)

U.E. [170] – vala aberta por retro-escavadora, misturando-se várias camadas

U.E. [173] – nível de enchimento de vala para implantação de canalizações posterior à época de construção do mercado constituído por terras de horta e terras barrentas provenientes do meio da encosta

U. E. [188] – nível de terras escuras com bastante material cerâmico, nas proximidades do anexo do convento

U. E. [190] - nível de mistura de terras escuras com terras barrentas

U. E. [191] - nível de entulho, de terras barrentas, com algum material cerâmico e faunístico

U. E. [192] - nível de lixeira

U.E. [193] – nível de depósito de detritos no topo da fossa, com muitos materiais cerâmicos e faunísticos de calibre médio

U.E. [194]- nível de barros vermelhos correspondentes ao aterro na zona de implantação do mercado

U.E. [197] – nível de depósito de detritos na base da fossa, com muitos materiais cerâmicos e faunísticos

3.7- Sondagem 10

Corresponde à zona agrícola do convento.

U. E. [210] – nível superficial, escavado com retroescavadora

3.8- Gerais

U.E. [230]- nível escavado a retroescavadora entre as sondagens **6** e **10**, estando situado no exterior do convento, correspondente à parte rústica aterrada para nivelamento para a construção do mercado

U.E. [250] - material da área exterior do convento, recuperado das terras retiradas com retroescavadora ulteriormente depositadas no aterro de Ponte da Pedra.

ANEXO III - QUADROS

1. População por anos de referência

Ano	Religiosas	Recolhidas	Criadas	Criados e outros serviçais masculinos	Escravas	Vigários	Capelães	Procuradores	Sacristães	Total
1494	6									6
1495	6									6
1496	6									6
1497	6									6
1498	10				3					13
1499	5									5
1500	5									5
1501	4									4
1502	4									4
1503	4									4
1504	4									4
1505	4									4
1506	4									4
1507	4									4
1508	4									4
1509	4									4
1510	4									4
1511	5									5
1512	5									5
1513	7									7
1514	3									3
1515	3									3
1516	3									3
1517	3									3
1518	2									2
1519	2									2
1520	3									3
1521	2									2
1522	2									2
1523	2									2
1524	2									2
1525	2									2
1526	2									2
1527	2									2
1528	2									2
1529	2									2
1530	2									2
1531	3									3
1532	2									2
1533	2									2
1534	2									2
1535	2									2
1536	2									2
1537	2									2
1538	2									2

Ano	Religiosas	Recolhidas	Criadas	Criados e outros serviçais masculinos	Escravas	Vigários	Capelães	Procuradores	Sacristães	Total
1539	2									2
1540	3									3
1541	2									2
1542	2									2
1543	2									2
1544	2									2
1545	2									2
1546	2									2
1547	2									2
1548	2									2
1549	2									2
1550	2									2
1551										
1552										
1553										
1554	2									2
1555	2									2
1556	2									2
1557	2									2
1558	2									2
1559	2									2
1560	2									2
1561	2									2
1562	2									2
1563	2									2
1564	2									2
1565	2									2
1566	2									2
1567	2									2
1568	2									2
1569	2									2
1570	2									2
1571	2									2
1572	2									2
1573	2									2
1574	2									2
1575	2									2
1576	2									2
1577	2									2
1578	2									2
1579	2									2
1580	4									4
1581	27									27
1582	15							1		16
1583	12			1						13
1584	12									12
1585	12									12
1586	12									12
1587	12									12

Ano	Religiosas	Recolhidas	Criadas	Criados e outros serviçais masculinos	Escravas	Vigários	Capelães	Procuradores	Sacristães	Total
1588	12									12
1589	12									12
1590	12									12
1591	12									12
1592	13									13
1593	11									11
1594	11									11
1595	11									11
1596	11									11
1597	11									11
1598	12									12
1599	12									12
1600	12									12
1601	12									12
1602	30					1				31
1603	24									24
1604	24									24
1605	24									24
1606	24									24
1607	30			1		1				32
1608	26									26
1609	26									26
1610	29					1				30
1611	22									22
1612	22									22
1613	22									22
1614	22									22
1615	22									22
1616	22									22
1617	22									22
1618	22									22
1619	22									22
1620	22									22
1621	22									22
1622	22									22
1623	22									22
1624	22									22
1625	22									22
1626	22									22
1627	21									21
1628	34	1				2				37
1629	28									28
1630	28									28
1631	32	1				1		1		35
1632	44	1				1		1		47
1633	42	1				1		1		45
1634	42			3		1				46
1635	36					1				37
1636	36									36

Ano	Religiosas	Recolhidas	Criadas	Criados e outros serviçais masculinos	Escravas	Vigários	Capelães	Procuradores	Sacristães	Total
1637	36									36
1638	36									36
1639	36									36
1640	40			1		1				42
1641	25									25
1642	25									25
1643	25									25
1644	25									25
1645	22									22
1646	22									22
1647	22									22
1648	22									22
1649	22									22
1650	28			1			1			30
1651	25	1								26
1652	25									25
1653	33					2	1	1		37
1654	22									22
1655	23									23
1656	22									22
1657	22									22
1658	22	1								23
1659	22	1								23
1660	22	1								23
1661	22	1								23
1662	23	3								26
1663	28	2					1			31
1664	21									21
1665	21									21
1666	21									21
1667	21									21
1668	22					1	1			24
1669	20									20
1670	20									20
1671	20									20
1672	21					1	1			23
1673	13									13
1674	13									13
1675	13									13
1676	13									13
1677	14									14
1678	24	1		2		1	1			29
1679	15			1						16
1680	15			1						16
1681	15			1						16
1682	15			1						16
1683	15	1		1						17
1684	15			1					1	17
1685	15			1					1	17

Ano	Religiosas	Recolhidas	Criadas	Criados e outros serviçais masculinos	Escravas	Vigários	Capelães	Procuradores	Sacristães	Total
1686	15	1	1	3		1			1	22
1687	15	1		1					1	18
1688	15	1		1					1	18
1689	15	1		1					1	18
1690	20	1		1					1	23
1691	16									16
1692	16									16
1693	16	1								17
1694	17	1								18
1695	17	1								18
1696	17									17
1697	17									17
1698	17									17
1699	17									17
1700	25								1	26
1701	35					1	1			37
1702	32					1	1			34
1703	33						1			34
1704	28						1			29
1705	28						1			29
1706	28	2					1			31
1707	28						1			29
1708	28						1			29
1709	28						1			29
1710	28					1	1			30
1711	28					1	1			30
1712	34			1		1	1			37
1713	32						1			33
1714	32						1			33
1715	33					1	1		1	36
1716	32						1		1	34
1717	32						1		1	34
1718	32			1			1		1	35
1719	45	1		2		1	1		1	51
1720	43			2		1	1		1	48
1721	40			2			1		1	44
1722	40			2			1		1	44
1723	41			3			1		1	46
1724	39			3					1	43
1725	44			3		1		1	1	50
1726	45	1		3		1	1		1	52
1727	45			3		1	1		1	51
1728	42			2			1		1	46
1729	45			2			1		1	49
1730	41			2			1		1	45
1731	50			2	6	1	2		1	62
1732	45	1		1		2	1		1	51
1733	39			1			1		1	42
1734	41	2		3		1	1		1	49

Ano	Religiosas	Recolhidas	Criadas	Criados e outros serviçais masculinos	Escravas	Vigários	Capelães	Procuradores	Sacristães	Total
1735	40			1		1	1		1	44
1736	41		1	2		1	1		1	47
1737	41	1	1	1					1	45
1738	41			1				1	1	44
1739	42			1					1	44
1740	42			1					1	44
1741	43			3				1	1	48
1742	45	1		3			1		1	51
1743	48			3		1	1		1	54
1744	47			2					1	50
1745	56	2		3		2	1		1	65
1746	58			3		1		1	1	64
1747	60	1		3		1		1	1	67
1748	56			3				1	1	61
1749	54			3				1	1	59
1750	55			3		1			1	60
1751	55			3		1			1	60
1752	57	1		2		1		1	1	63
1753	53			2				1	1	57
1754	52			2				1	1	56
1755	54			2		1		1	1	59
1756	52	1		2		1		1	1	58
1757	50			2					1	53
1758	50			2					1	53
1759	50			3					1	54
1760	50			2					1	53
1761	50			2					1	53
1762	50			2		1		1	1	55
1763	50			2		1		1		54
1764	47			2		1				50
1765	45			1						46
1766	43			1						44
1767	43			1						44
1768	43			1		1		1		46
1769	37									37
1770	37									37
1771	37									37
1772	37									37
1773	37									37
1774	37									37
1775	37									37
1776	37									37
1777	37									37
1778	37									37
1779	39	1					1			41
1780	36	1					1			38
1781	41	1				1	1			44
1782	27	2				1	1			31
1783	29	1				1	1			32

Ano	Religiosas	Recolhidas	Criadas	Criados e outros serviçais masculinos	Escravas	Vigários	Capelães	Procuradores	Sacristães	Total
1784	24	1		1			1			27
1785	24	2					1			27
1786	25	3	3			1	1		1	34
1787	22	3				1	1			27
1788	19	3	2			1	1			26
1789	21	3	2			2	1			29
1790	19	3	1			1	1			25
1791	19	3	1			1	1			25
1792	19	3	1			1	1			25
1793	19	4					1			24
1794	19	3					1			23
1795	19	2					1			22
1796	19	2					1			22
1797	19	2					1			22
1798	19	2	1			1	1			24
1799	19	2	1			1	1			24
1800	19	2					1			22
1801	19	1					1			21
1802	13	1					1			15
1803	13	1					1			15
1804	8	1								9
1805	8	1								9
1806	8	3				1				12
1807	5					1				6
1808	5									5
1809	5									5
1810	5									5
1811	5							1		6

2. Dotes de religiosas

Ano	Valor	Lugar	Fonte
1602	50 mil reis (valor reduzido pelos dotes musicais da noviça)	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 105-106, 11/09/1602
1602	300 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 13-15, 05/07/1602
1628	300 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, fl. 111v-113v, 27/06/1628
1631	400 mil reis (inclui um moio de trigo a retro aberto)	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 71v-73, 04/09/1631
1631	320 mil reis (inclui propinas e um moio de trigo a retro aberto)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 70-71v, 04/09/1631
1633	400 mil reis (inclui um moio de trigo a retro aberto)	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 146v-148, 08/04/1633
1663	400 mil reis		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v, 02/10/1663
1725	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. VI, 62-B-8, fl. 68v-70v, 03/01/1725
1726	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-5, fl. 111-112v, 17/08/1726
1729	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 99-101v, 30/12/1729
1729	300 mil reis	Freira Conversa	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 99-101v, 30/12/1729

1731	800 mil reis (inclui propinas, despesas de entrada e profissão e tem obrigação de pagamento de 6500 reis de tença anual)	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 93-95v, 19/03/1731
1732	400 mil reis	Freira professa da terceira ordem	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 91-92, 19/03/1731
1732	800 mil reis	Religiosa leiga	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 40v-42v, 05/05/1732
1743	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-1, fl. 22-23, 08/03/1743
1747	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-12, fl. 56-57v, 16/04/1747; fl. 63-64v, 17/04/1747
1750	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-17, fl. 56-58, 16/03/1750
1751	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-19, fl. 107-108, 01/07/1751
1752	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 184v-185, 13/08/1752
1752	1 milhão e 200 mil reis (inclui propinas e mais despesas)	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-20, fl. 231v-232 20/10/1752
1755	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-22, fl. 77v-78v 22/04/1755
1779	600 mil reis	Freira do Coro	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-14, fl. 11-13 18/10/1779
1781	600 mil reis		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-15, fl. 5v-7 22/10/1781

3. Foros de propriedades agrícolas

Concelho e freguesia onde se situa a propriedade (actuais)	Foreiro	Propriedade aforada	Valor do foro	Periodicidade do pagamento	Prazo	Datas de pagamentos referência	Nota	Fonte
Batalha (Batalha)	Diogo Dias (Ribeira dos Sachos)	Umas terras abaixo da Canoeira Uma terra no sítio do Covão.	4 alqueires e meio de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1/1635 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl.150v-151v, 04/11/1634
	Rosa Maria e Manuel Moreira (Forneiros)	Uma terra no lugar da Trusinha, junto a Porto Ribeiro, freguesia da Batalha.	5 alqueires de trigo e uma galinha	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1763 (primeiro)	Rosa Maria tinha falecido e Manuel Moreira quer fazer novo empenhamento.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-28, fl. 200-202v, 10/07/1763
	Manuel Moreira (Forneiros)		5 alqueires de trigo, uma galinha ou 200 reis por ela e um frango ou 50 reis por ele.				Revisão do valor do foro.	
	Eugénio José	Várias propriedades do Casal do Marra. Por efeito da divisão, fica com o domínio útil de um talho de terra e mato no sítio do Pereirinho; um talho de mato no sítio da Tapada; um talho de mato no sítio do Salgueiral; uma terra com seu mato no sítio do Salgueiral; um talho de terra no sítio de Porto da Mata; uma sorte de mato no sítio do Pardieiro; uma terra no mesmo sítio; uma						ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 11, 08/10/1805
	Manuel Gameiro (Casal do Marra)		45 alqueires de trigo e 6 de cevada, passa a pagar 22,5 alqueires de trigo e	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1806 (primeiro)	Até à data tinha o domínio útil da totalidade do prazo por compra do mesmo a Eugénio José Faz divisão e novo aforamento do prazo com Maria, solteira, filha desse.	

Batalha (Batalha)		terra no sítio do Lavadouro; uma terra no sítio do Pinhal; dois talhos de terra no sítio da Marra; um talho de terra no sítio da Eira da Marra; uma terra no sítio da Lameiras; um talho de terra no sítio da Figueirinha; uma terra no sítio dos Choupos; uma sorte de terra no sítio do Olheirão com seu mato; um talho de mato no sítio das Roçadas; uma sorte de terra em Santa Iria; um talho de mato no sítio da Figueirinha; uma sorte de mato no sítio da Ventosa; uma sorte de mato no sítio do Outeiro dos Corvos; um talho de mato no sítio das Roçadas; um talho de mato no sítio da Folguereira; um talho de mato no sítio da Morzeleiria; um talho de terra no mesmo sítio; um talho de arneiro no sítio da Gaveira com carvalhos.	2,5 de cevada					
	Maria (Roubã)	Um talho de terra no sítio do Pereirinho; um talho de mato no sítio da Tapada ; um talho de mato no sítio do Salgueiral; duas sortes de terra com sua testada de mato no sítio do Salgueiral; um talho de terra no sítio do Porto da Mata; um talho de mato no sítio do Pardieiro; uma terra no mesmo sítio; uma sorte de terra no sítio do Lavadouro, com sua tapada de mato; três talhos de terra no mesmo sítio diante da	22,5 alqueires de trigo e 2,5 de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1806 (primeiro)	Passa a ser detentora de terras que faziam parte do prazo anterior.	

Batalha (Batalha)		Porta; uma terra no sítio da Figueirinha, com sua tapada de mato; um talho de terra no sítio dos Arneiros; uma terra no sítio do Penedo; uma sorte de terra no sítio da Salgueira; uma sorte de terra no sítio do Olheirão com sua tapada de mato; uma sorte de mato no sítio das Roçadas; um talho de mato no sítio de Santa Iria; uma sorte de mato no sítio da Figueirinha; um talho de terra dentro na serrada; uma sorte de mato no sítio da Fonte; uma sorte de mato no mesmo sítio; uma sorte de mato no sítio dos Barreiros da Murzeleira; um talho de mato no sítio da Murzeleira; um talho de terra no sítio da Fontinha da Morzeleira; uma sorte de terra pegada à Quinta da Graveira com suas árvores de fruto.						
	António Ferreira	Prazo no Outeiro das Brancas	10 alqueires de trigo, meio alqueire de azeite	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 5, fl. 56, 1819
	Manuel Ferreira (Outeiro das Brancas)							
Batalha (Golpilheira)	Manuel Baptista (Golpilheira)	Uma terra no limite de São Bento, no lugar da Golpilheira			Três vidas		Última “vida” do prazo.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-12, fl. 171-172v, 09/01/1731
	Manuel Baptista		2 alqueires de trigo e “huma	Anual, por Agosto		Agosto de 1731 (primeiro)	Sucedo ao anterior.	

			<i>franga de pitansa</i>					
Batalha (Reguengo do Fetal)	António Rodrigues (Torre)	Várias terras no sítio da Confraria e outros sítios	20 alqueires de trigo	Anual	Três vidas		Escritura de 14/06/1741	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 16, (sem data, século XIX)
	Manuel Rodrigues (Torre)	Várias propriedades no lugar da Torre: uma serrada na Fonte da Bica com suas árvores de fruto e sem fruto; um talho de Vinha no sítio da Pega; um talho de terra no sítio do Maicoteiro; um olival no sítio do Vale da Torre; uma vinha no sítio da Confraria; três carvalhos no lugar da Rodela; um pousio no sítio do Algorome; uma terra no sítio dos Cavalinhos; um talho de terra no sítio do Covão do Calvo; um talho de terra no sítio do Vale da Pedreira.					Terceira vida do prazo. Poderá ser o neto de António Rodrigues. Acabadas as vidas, é nomeada sucessora Maria Caetana.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 14, 07/09/1811
	Maria Caetana (Torre)	Uma vinha no sítio da Confraria; três carvalhos no lugar da Rodela; um pousio no sítio do Algorome; uma terra no sítio dos Cavalinhos; um talho de terra no sítio do Covão do Calvo; um talho de terra no sítio do Vale da Pedreira.				15/08/1812 (primeiro)		
	Manuel Lopes e Maria Carreira (Garruchas)	Uma terra no sitio de Vale Sanguinho, um talho de terra nas Garruchas e um talho de terra no sitio da Pitança.	26 alqueires de trigo meado	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1745 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-4, fl. 54-57, 04/03/1745
	José Carreira e Maria Gomes (Perulhal)	Terras de pão e oliveiras, figueiras e mais árvores no sítio da Quintinha; um bocado de vinha no sítio dos Campos de São Brito; uma oliveira no Vale da Sangoinha; duas oliveiras no sitio de Rio Seco	10 alqueires de trigo	Anual, por dia de Todos os Santos	Três vidas	01/11/1768 (primeiro)		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Monásticos, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 7, 28/04/1768

	Herdeiros de João Sousa	Um prazo na Faniqueira	4 alqueires de azeite a safra	Anual		Pago até 1811.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 10, fl.2, 1812
Leiria (Amor)	Manuel Francisco	Prazo em Barreiros de Amor	15 alqueires de milho				Por escritura de 17/02/1807, Manuel Francisco nomeia os sucessores.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Monásticos, Dep. VI, 24-B-5, Inventários, Liv.1, Bens. Convento de Santa Ana, fl.110, 1819
Leiria (Arrabal)	Joana Maria e Manuel Rodrigues	Um casal no lugar do Soutocico, constituído por casas, terras de pão, com árvores de fruto e sem fruto, e ainda uma terra pertencente ao mesmo casal, no lugar do sítio do Loural.	22 alqueires e meio de trigo, uma galinha e uma carrada de palha	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1654 (primeiro)	O prazo ia na segunda vida e Maria Fernandes, desiste do mesmo, a favor do filho António Afonso, renovando-o por mais três vidas.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-24, fl. 151-153v, 02/10/1653
	Maria Fernandes (Soutocico)							
	António Afonso (Soutocico)	A mesma propriedade acima designada, desenvolvendo-se a descrição das parcelas anexas, por maior detalhe ou porque a propriedade cresceu. As parcelas são estas: um chouso que esta junto a Soutocico, por baixo da fonte; um talho de terra com suas oliveiras junto ao mesmo lugar; um serrado a que chamam a Manga Sobreira, no Loural, junto ao lugar do Soutocico; uma serrada tapada sobre si na Leiria; umas casas térreas com seus quintais no mesmo lugar; um serradinho tapado sobre si que esta pegado as casas de Manuel	24 alqueires de trigo, 2 galinhas e 2 mil reis pela palha que antes se pagava	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1769 (primeiro)	José de Oliveira trespassa o prazo a seu sobrinho José.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-3, fl. 44v-47, 20/10/1768
	José Oliveira (Soutocico)							
	José Pereira (Soutocico)							

Leiria (Arrabal)		Antunes; uma terra de arneiro nas Oliveirinhas pegada a serrada da Leira; uma <i>preza</i> com todas as testadas de matos e baldios que lhe pertencerem que está onde chama o Vale da Bouça; uma terra com suas testadas nos Barrocais; uma terra na Terra da Cova.						
	Manuel de Oliveira (Soutocico)	Uma terra no Vale de Eira com oliveiras; um pinhal bravo no Casal das Freiras; uma vinha no sítio da Rocha; um pedaço de terra no sítio do Arrabalde com três pés de oliveira.	3 alqueires de trigo e 3 de milho grosso	Anual, por dia de Todos os Santos	Três vidas	01/11/1737 (primeiro)		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.6, 03/11/1736
	Manuel Rodrigues Francisco e Catarina Rodrigues Neiva (Opeia, Caranguejeira)	Um olival e seu chão e um pedaço de mato com seu pinhal e águas no sítio da Lapa, no lugar de Martinela, termo da cidade de Leiria.	3 alqueires de azeite e 6 a safra	Anual, por dia de Natal	Três vidas	25/12/1745 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 164v-167, 08/02/1745
	José Pereira e Petronilha Ferreira (Porqueira, Arrabal)	Um pousio no sítio da Porqueira, onde chamam o Vale do Silvado	160 reis	Anual, por dia de Natal	Três vidas	25/12/1803 (primeiro)		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 10, 17/04/1803
Leiria (Arrabal/ Santa Catarina da Serra)	Marcelino Pereira	Um talho de terra na Várzea do Freixial, uma porção de terra em Vale Maior; um pedaço de baldio no Chão da Telha.	2 alqueires de trigo				Escritura de 05/03/1743	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-C-1, Relações, Doc. 16 (século XIX)
Leiria (Azóia)	João Francisco (Azóia)	Uma terra no sítio da Azóia chamada a Redonda; uma terra nos Carvalhais; um pousio; uma sarradinha no Vale do Horto.	25 alqueires de milho e 2 galinhas				Escritura de 08/03/1720	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-C-1, Relações, Doc. 16 (século XIX)

Leiria (Barreira)	Isabel João e Mateus João, defunto (Casal da Mourã)	Um casal na Mourã, termo de Leiria	68 alqueires de trigo, 33 alqueires de cevada, um porco de dois anos ou 2 mil reis por ele, um carneiro e duas galinhas	Anual			Desiste do prazo	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl.26v-27v, 24/09/1650
	João Antunes (Comeira do Paço)	Dois olivais no lugar da Comeira do Paço, sendo um deles no sítio da Barreira.	1300 reis	Anual, por dia de Natal	Três vidas	25/12/1787 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-21, 14-15V, 21/01/1787
Leiria (Boavista)	Dona Henriqueta Mariana e tutor, Cónego Brito	Casas, lagar de vinho com suas alpenduradas, forno, vinhas, árvores de fruto, nogueira e carvalhos, matos e pinhal, tudo pegado, um baldio com seu olival, uma grande terra com seu bocado de vinha, um olival com seu bocado de pinhal no Alqueidão, mais outro olival no sítio da Confraria Velha.	24 alqueires de trigo, 6 alqueires de milho, 6 alqueires de cevada, 1 carrada de palha, 1 galinha, 1 carneiro, 1 alqueire de azeite a safra	Anual, por dia de Natal		Pagou até à invasão francesa de 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 4, fl. 13, 1819; Relações, Doc. 17, fl.12 (século XIX)

Leiria (Caranguejeira)	Isabel Gil	Casal no Souto do Sirol Um casal e suas pertenças, serventias e logradouros em Grinde. Um prazo em Leiria	30 alqueires de trigo e uma galinha	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto			Isabel Gil trespassa prazo a Luís Álvares (genro) em 08/11/1607	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59- D-9, fl. 67v-70, 08/11/1607
	Luís Álvares (Sirol)				Três vidas	15/08/1608 (primeiro)		
	Capitão Agostinho de Azevedo		74 alqueires de pão meados de trigo e cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas		Comprou o prazo a António Lopes Nunes, segundo escritura de 05/01/1674	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 33, 23/02/1818 (traslado da escritura de 22/03/1720)
	Doutor Manuel de Azevedo (Leiria)						Sucedeu ao Capitão Agostinho de Azevedo na terceira vida do prazo. Defunto em 1720.	
	Dona Clara Josefa da Câmara (Arrabalde da Ponte)						Viúva do Doutor Manuel de Azevedo, última vida do prazo, constituindo novo.	
	Silvério da Silva e Dona Maria Cândida, sua mulher		85 alqueires e quarta de pão meados de trigo e cevada				Novo emprazamento	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-5, Inventários, Liv. 1, fl. 21, 1819
	Dona Maria Cândida		42 alqueires e meio de trigo, 18 alqueires e meio de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Dividas até 1810, inclusive.	Novo emprazamento com renegociação do valor do foro por eventual viuvez (?).	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 4, fl. 9v, 1819

Leiria (Caranguejeira)	Maria Ribeiro, viúva de Manuel Ribeiro (Casal Vermelho)	Umas casas térreas e terras de pão, mais oliveiras e arvores de fruto e sem fruto e serrado, atrás das casas, que ficam na direcção da Regueira e um talho de chão aos Arneiros, tudo no Casal Vermelho, termo da cidade de Leiria.	5 alqueires de trigo macho; 4 de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1735 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60- A-16, fl. 132v-134, 10/11/1734
	Teodora Maria (Amieira, Caranguejeira)	Várias casas e propriedades na Ribeira do Sirol	24 alqueires de trigo macho, 6 alqueires de cevada ou milho, uma galinha, um anaco ou 100 reis por ele, um alqueire de azeite a safra e uma carrada de palha	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1755 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60- B-21, fl. 86v-87v, 29/04/1755
	Manuel Ferreira (Longra)	Um prazo na Longra	5 alqueires de azeite a safra			Pago até 1807		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 3, 1818
Leiria (Colmeias)	João Francisco (Vale Bulido ou Touco das Colmeias)	Uma terra chamada de Copeiro, no sítio de Vale Bulido; uma terra no sítio da Madeira, que entre outras parte do sul com um	7 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1703 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59- E-26, fl. 65v-67, 15/11/1702

Leiria (Colmeias)		casal com suas oliveiras, que pertence ao convento; uma terra com seus carvalhos que está da “banda de allem do rio”; um bocado de terra no sítio da Fontanheira contíguo à terra do Copeiro.						
	José Antunes (Casal do Monte)	Um casal no sitio do Touco, termo da cidade de Leiria que consta de: uma terra ao Lagar velho com oliveiras; uma terra onde chamam Pomares com sua testada de mato; uma terra no Casal da Lagoinha com oliveiras e testada de Mato; outra terra no Fojo com oliveiras e testada de mato; um talho em São Martinho com uma oliveira e sua testada; um talho a Caeira com 3 carvalhos; um pedaço de serrado com testada de mato e um carvalho e duas oliveiras.	8 alqueires de trigo, 8 de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1766 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-30, fl. 212-214v, 09/11/1765
Leiria (Cortes)	Simão Lourenço (Leiria)	Uma serrada, no sítio de Pé da Serra.	15 alqueires de trigo e uma galinha	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1581 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl.140v-143v, de 06/02/1581
	Francisco José e Micaela Teresa (Alqueidão das Cortes)	Uma propriedade e outras anexas, no limite do Alqueidão das Cortes, termo de Leiria, que consta de: uns moinhos a que chamam os moinhos do Rouco, com seus logradouros e mais pretensas; uma vinha com sua terra e oliveiras; uma terra que	24 mil reis	12 mil reis em cada seis meses	Três vidas		Trespasam o prazo porque não conseguem tomar conta das terras.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-27, fl. 59v-63, 02/03/1762
	Padre Manuel dos Reis (Abadia)					02/09/1762 (primeiro)	Obriga-se a marcar todas as ditas fazendas com as	

Leiria (Cortes)		esta junta aos ditos moinhos a que chamam a Ladeira.					letras <i>Santa Anna</i> .	
	Manuel de Oliveira, ferreiro (Abadia)	Uma terra de pão com suas árvores de fruto e sem fruto no sítio da Abadia; um talho de vinha com suas árvores de fruto no sítio dos Morouços; um pousio com seus carvalhos no sítio do Casal da Abadia; um serrado no sítio da Abadia; um olival no sítio da Azambujeira.	12 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1807 (primeiro)	Renovação de prazo	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 12; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-35, fl. 176v-177v, 25/09/1806
Leiria (Leiria)	João Gonçalves (Leiria)	Terras a Santa Cristina, Leiria	15 alqueires de trigo e frutos das oliveiras	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1581 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V. 59-D-1, fl. 144-146, de 06/02/1581
	João Lopes	3 terras e um pedaço de terra no sítio de Santa Cristina, termo da cidade de Leiria, todas com árvores de fruto e sem fruto	20 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas		O prazo fica vago e o genro, Manuel Ribeiro adquire-o em 03/03/1633, constituindo novo aforamento e emprazamento.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl. 111-112v, 03/03/1633
	Manuel Ribeiro de Brito e sua mulher Iria Neta.(Leiria)					15/08/1634 (primeiro)		
	José António Pereira, armador, e sua mulher (Leiria)	Um prazo em Santa Cristina	9 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1764 (primeiro)	Possui o domínio útil do prazo desde c. 1760. Pede para baixar o valor do foro, porque o prazo não tem tido utilidade alguma, tendo perdido mais de 65 mil reis e	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-28, fl. 333v-335v, 25/01/1764
			6 alqueires de trigo					

Leiria (Leiria)		Uma serrada de pão e uma terra junto à Portela					investido 300 mil reis na mudança de cultura.	
	Manuel da Silva Troia							ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-4, Foros, Doc. 4, fl. 12v, 1819
	António Mateus (Portela)		5 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1611 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-10. 134-138, 16/11/1610
	Manuel Ferreira de Sousa, inquiridor e contador do juízo de Leiria		1500 reis	Anual			Paga este foro por esta propriedade e outra no mesmo sítio. Vende o prazo da serrada a Francisco Pereira e sua mulher.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-2, fl. 46v-49v, 07/07/1723
	Francisco Pereira e sua mulher (Leiria)		400 reis	Anual por dia de Natal		25/12/1723 (primeiro)	Compra o prazo a Manuel Ferreira de Sousa, pagando ao convento o laudémio da venda de 10 reis e 1 real.	
	João Bernardes Preto	Um pousio com 13 pés de oliveira, no limite da cidade de Leiria, junto ao Lagar d'el Rei	480 reis	Anual, por dia de Natal	Três vidas	25/12/1730 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 87v-89v, 19/12/1729
	Domingos Osório Ribeiro e Isabel de Oliveira (Portela)	Um pousio no Lagar d'el Rei	Meio alqueire de milho grosso	Anual, por dia de Todos os Santos	Três vidas	15/08/1746 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-10, fl. 176-179v, 30/06/1746
	António Coelho	Uma terra com seu olival, junto à Ponte os Caniços no principio das Olhalvas; uma outra olhalva	11 mil reis	Anual por dia de Natal	Três vidas	25/12/1693 (primeiro)	Trata-se de uma subenfiteuse, sendo que a propriedade	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria, 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl. 130-132, 22/10/1727

Leiria (Leiria)	Manuel Carreira e Maria Ferreira (Santo António do Carrascal)	que esta mística com outra olhalva, a que chamam a Olhalva Redonda; outra olhalva mais acima; uma serrada com seu olival e árvores de fruto, que está na entrada das Olhalvas que parte da estrada que vai da Ponte dos Caniços para Santo António do Carrascal.					pertence à Casa do Infantado, a quem o convento paga 500 reis anuais.	
	António Carreira (Convento de Santana)						Escritura de Agosto de 1693, pelo tabelião Francisco Pereira Alves, conforme citada no documento. Sucedeu no prazo Manuel Carreira e Maria Ferreira na segunda ou terceira vida, que vendem e trespasam o prazo a António Carreira, por 75 mil reis brancos.	
	André Carreira						Sucedeu a Manuel Carreira.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-6, fl.72v-76, 03/11/1745
	Padre Manoel Ferrão Parracho						Sucede a André Carreira	
	Josefa da Encarnação						Nomeada Sucessora por Padre Manoel Ferrão Parracho.	
	Maurícia Maria de Mello (Soure)	Dois olivais no sitio da Guimarota.	2 alqueires de Azeite e uma carrada de palha	Por cada ano de safra	Três vidas			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.39, 10/12/1818 (traslado do original de 01/02/1743)

Leiria (Leiria)	Joaquim António Caralinda	Um casal na Guimarota.	22 canadas de azeite	Anual		Pago até 1806		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 3, 1818
	José de Vasconcelos (Leiria)	Um quintalão em Leiria.	4 mil reis	Anual, por dia de Natal		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 3, 1818
	Joaquim da Rosa	Um bocado de chão com suas oliveiras no sítio da Baralha.	250 reis	Anual, por dia de Natal		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 5, fl. 14v, 1819
	José de Vasconcelos Pessoa	Um prazo em Leiria.	16 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 5, fl. 19, 1819
	Capitão José Cardoso Moreira	Um prazo em Leiria, chamado a Terra da Faia.	10 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 5, fl. 21v, 1819
	Jacinto de Matos	Um prazo em Leiria	9 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 5, fl. 22, 1819
	Maria Cândida	Um prazo em Leiria	42 alqueires e meio de trigo, 18 alqueires e meio de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Dividas até 1810, inclusive.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 4, fl. 9v, 1819
	Joaquim Gomes Midões (Leiria)	Um prazo em Leiria	46 alqueires e meio de trigo, 48 alqueires e	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810	Escritura de 25/11/1803	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 4, fl. 11, 1819; 24-B-5, Inventários, Doc. 8, fl. 25, 1819

Leiria (Leiria)		Um prazo em Leiria	meio e quarta de milho, 1 carrada de palha					
	Herdeiros de José de Sousa Castelo Branco		6 alqueires de azeite a safra	Anual		Pago até 1811		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Monásticos, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 10, fl.4v, 1819
Leiria (Maceira)	Luís Simões (Casal Novo, Maceira)	Uma terra no Vale Grande, ao pé de Alcogulhe de Cima, com seus matos.	2 alqueires de milho				Escritura de 26/11/1735.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-C-1, Relações, Doc. 16 (século XIX)
	Policarpa Máxima Florinda (Lisboa)	Um olival e seu chão e matos no sitio do Rego Travesso, no Telheiro.	5 mil reis	Anual, por dia de Natal	Três vidas	25/12/1745 (primeiro)	Na primeira escritura ficou acordado um foro anual de 15 mil reis, mas a inclina pede para o mesmo ser baixado para 5 mil reis, alegando a sua injustiça, face ao investimento que já tinha feito na propriedade:, bem como “ <i>outras galanterias</i> ”, como o empréstimo de capital (Anexo III.4)	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-4, fl. 7v-10v, 4/3/1745; 60-B-6, fl. 46v-50v, 23/10/1745
	João dos Santos, Mestre caldeireiro (Lisboa)	Uma terra, com seus matos, no Vale Grande do Seixeiro, freguesia da Maceira.	2 alqueires de milho grosso	Anual, por dia de Todos-os-Santos	Perpétuo	01/11/1789 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-24, fl. 85-87, 03/03/1789
	José Coelho (A-do-Barbas)	Dois talhos de terra no sítio do Vale da Fonte, um quintalinho com um carvalho e outro bocado de terra no meio do lugar, um	1 alqueire de trigo			Pagou até 1812		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 5, fl. 62v, 1819; 24-B-5, Inventários, Liv.

Leiria (Maceira)		talhinho de Pinhal bravo no sítio do Pinhal.						1, fl. 105, 1819
	José da Silva	Um prazo nas Pocarissas.	2 alqueires e quarta de milho	Anual		Pagou até 1811		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Monásticos, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 10, fl.3v, 1819
	António Ribeiro	Um prazo no Arnal.	2 alqueires de trigo	Anual		Pago até 1811		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Monásticos, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 10, fl.3v, 1819
Leiria (Marrazes / Regueira de Pontes)	João Pires (Gândara)	Um Casal na Gândara, que parte com um olival pertencente ao Convento, uma terra nas Chãs, uma terra da Lezíria de São Pedro, e uma terra entre os Rios.	86 alqueires de pão, sendo 43 de trigo macho, 20 de centeio, 15 de milho e 8 de cevada; uma carrada de palha	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1583 (primeiro)	<p>A propriedade estava aforada ao seu pai, pelo que em 1582, o convento recebe o pagamento por sua conta.</p> <p>Uma das cláusulas deste contrato determina que o inclino e seus sucessores no prazo, devem bianualmente lavrar e limpar um olival do convento no sítio chamado de As mós. Anualmente devem arar uma geira numa terra que o convento tem ao pé da Ponte do Arco, bem como dois dias de debulha com os bois, na mesma terra.</p>	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2, 21/2/1824 (traslado de escritura 362, de 02/01/1582)

Leiria (Marrazes)	Sebastião Francisco, caseiro do Casal e Maria Gaspar (Gândara)	Um Casal na Gândara	74 alqueires de pão, sendo 35 de trigo, 25 de centeio, 14 de milho				Os primitivos foreiros vendem a posse do prazo a Gaspar Dias Branco, por 40 mil reis.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 2, 21/2/1824 (traslado de escritura 367, de 31/05/1608)
	Gaspar Dias Branco Leiria							
	João Félix de Brito Pegado	Um casal chamado da Rachida, no lugar da Gândara dos olivais, com várias propriedades anexas: uma terra da banda de baixo da estrada pública no mesmo sítio da Gândara; outra terra no mesmo sítio; uma terra no Campo de São Pedro do Leste; duas terras no sítio da Ponte Figueira.					Domínio útil vendido por João Félix Pegado a Domingos Gomes Midões em 23/09/1774.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc. 1, fl. 2v-20v (traslado de escritura de 23/09/1774)
	Domingos Gomes Midões (Leiria)							
	Joaquim Gomes Midões (Leiria)		8 alqueires e meio de azeite a safra			Pago até 1783		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 3,1818
	José Ferreira	Um prazo na Gândara	15 alqueires de milho				Pagou até à invasão francesa de 1810.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc. 5, fl.65v, 1819
	Apolinária Rosa da Encarnação Malheiros de Vasconcelos	Uma terra nos subúrbios da cidade no sítio das Almoinhas e cerca pegada às casas da Rua da Água, em Leiria.	16 alqueires de trigo pela terra e 4000 mil reis pela cerca	Anual			A escritura do prazo é, no mínimo, anterior a 1810. Por ter a mesma sido destruída pelas invasões, a foreira faz um auto de conciliação com valor de documento legal.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc.6, 10/03/1843

Leiria (Memória)	Francisco Adão e Maria Moreira (Farraposa)	Uma terra no sítio do Centeiro (?) no limite do lugar da Farraposa; uma terra na Vala, limite do mesmo lugar.	Alqueire e meio de trigo, uma galinha ou 240 reis por ela.	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1750 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-16, fl. 94-96, 21/10/1749
	Manuel Gonçalves (Couções)	Um prazo nos Couções	40 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 3, 1818
	José dos Santos (Portela)	Um prazo no lugar da Portela	18 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 3, 1818
	José de Oliveira (Zaborreira)	Um casal na Zaborreira	60 alqueires de trigo, 5 de cevada			Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 5, fl. 22v, 1818
Leiria (Milagres)	Manuel Francisco (Outeiro das Figueiras)	Uma terra atrás das eiras; uma terra no sítio do Porto; uma terra por cima do Porto dos Copos.	2 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1700 (primeiro)	O prazo encontrava-se na terceira vida, e Manuel Francisco renova-o por mais três vidas.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 161-163, 18/03/1700
Leiria (Ortigosa)	António Brás e Teresa Dias (Ortigosa)	Um casal na Ortigosa, constituído pelas seguintes propriedades: uma serrada chamada da eira com suas casas; uma sarrada, chamada Ada ribeira tapada, uma serrada no sítio da Marmeleira; uma terra a que chamam a Serradinha; uma serrada no sítio da Eirinha; uma serrada a que chamam da Galega; uma terra no sítio de Trás dos Valados; uma serrada no sítio do Lameiro; um talho de	88 alqueires de pão meado de trigo e cevada e um carneiro	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas		Teresa Dias é a última possuidora do prazo, na terceira vida, que passa o prazo ao seu filho Manuel Domingues Brás.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 167v-171v, 08/02/1745
	Manuel Domingues Brás e Mariana Teresa (Ortigosa)		55 alqueires de trigo, 55 alqueires			15/08/1745 (primeiro)		

Leiria (Ortigosa)		terra no sítio do Carregal; um barro onde chamam o Vale do Feio; um serradinho no sítio da Cavaleira; um arneiro no sítio do Casal do Salgueiro; duas vinhas no sítio das Caniçadas; uma vinha no sítio do Valinho; uma vinha no sítio do Lameiro; uma vinha no sítio da Vinha Longa; um pinhal no sítio da Ameixoeira; um pinhal no sítio do Sobreirinho; uma vinha no sítio do Penedo.	de cevada e um carneiro					
	José Francisco (Souto)	Uma vinha com seu chão no sítio da Serradeira, um serrado com suas figueiras no sítio da Ortigosa, uma Olga de terra aonde chamam o serrado longo.	6 alqueires de trigo	Anual, por dia de Todos-os-Santos	Três vidas		Escritura de 02/01/1768.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Inventários, Liv. 1, fl. 114, 1819
	José da Costa	Um casal na Ortigosa, tapado sobre si que consta de casas, pátios, eira, terra de pão em redor, figueiras, uma sarrada chamada a Sarrada Grande da Aldeia, um arneiro com sua testada de barro e oliveiras, uma vinha no lugar das Covas com sua estrumeira, um arneiro com seu pinhal no lugar do Cardal, uma terra chamada a Serrada do Rio, outra no mesmo sítio chamada de Acento do Rio, uma terra chamada de a Cavadeira, uma terra chamada de a Fonte Velha, uma terra chamada de a Pedrulha, um pinhal, uma estrumeira grande no sítio do	40 alqueires de trigo, 20 alqueires de feijão, 1 carneiro			Pagou até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Monásticos, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc.10, fl.3, 1819; Doc. 20, 1814
	Joaquim Ferreira Costa							

Leiria (Ortigosa)		Repelão, duas courelas de pinhal manso no sítio do Vale da Amieira, limite da Ortigosa.						
Leiria (Parceiros)	Manuel Pedro (Leiria)	Uma terra no sítio da Barcaria.					Documento incompleto.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 5, 27/01/1727
Leiria (Pousos)	Sebastião Dinis (Leiria)	Uma vinha no lugar de Mocho junto a Leiria.	150 reis	Anual, por dia de Páscoa	Três vidas	1582 (primeiro)		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 1, 24/10/1581
	Domingos Fernandes, lavrador (Bregieira)	Uma terra no sítio das Lapas, termo de Leiria.	2 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1635 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 131-132, 18/10/1634
Leiria (Santa Catarina da Serra)	António Jorge (Loureira)	Uma terra tapada sobre si que está no limite do lugar da Loureira; um pedaço de mato aí junto; um outro talho no sitio da Lagoinha	3 alqueires de trigo macho	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1730 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 85v-87v, 19/12/1729
	Antónia Monteiro Pereira, viúva de Mateus João da Silva (Lisboa)	Várias terras, olivais, carvalhos e matos nos lugares da Barreira, Vale do Sumo, Cercal e Vale Maior.	10 alqueires de trigo macho e 6 de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas		O prazo ia na primeira vida. Trespasa o prazo a João Alves e Maria Teresa, porque não cultivava grande parte das terras.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-22, fl. 193-194, 12/12/1756
	João Alves e Maria Teresa (Lagoa do Arrabal, Leiria)					15/08/1757 (primeiro)	Compram o prazo a Antónia Monteiro porque esta não cultivava grande parte das terras e o casal pretende reduzi-las a cultura e fazerem-lhe <i>benfeitorias</i> .	

Leiria (Santa Catarina da Serra)	Joaquina Maria, viúva de Manuel Ferreira	Praço no lugar da Pinheira.	Meio alqueire de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 3, 1818
	João Pereira Ferreira	Praço no lugar da Barraria.	4 alqueires de trigo, 4 alqueires de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 5, fl. 27, 1819
Leiria (Santa Eufémia)	Alferes Manuel Francisco da Silva e Maria Teresa (Fonte do Oleiro, Boavista, Leiria)	Uma quinta chamada “das Freiras” que consta de várias vinhas, terras de pão, olivais, três moradas de casas, que fica nas Quintas do Sirol.	21 alqueires de trigo, 5 de milho, 5 de cevada, uma carrada de palha e um alqueire de azeite a safra.	Anual			Poderá ser a mesma quinta dada por Rafael de Meneses pelo dote de Soror Maria da Encarnação (Anexo III, 1, 124) em 15/03/1640.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 99-101v, 30/12/1729
Ourém (Olival)	António Joaquim Ribeiro	Um prazo no lugar de Aldeia Nova	5 alqueires de Azeite e duas galinhas	Anual			Escritura de 20/08/1762	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Inventários, Doc. 8, fl.19, 1880
	Manuel Castelão	Dois olivais no lugar da Aldeia Nova, um a São Miguel, em Vale do Sabro outro, à Cruz de São João.	4 alqueires e meio de azeite	Anual		Pago parcialmente até 1774		ADLRA, Monásticos. Convento de Santa Ana de Leiria, Dep. VI, 24-B-4, Foros, Doc. 1, 1814; 24-C-1, Relações, Doc. 7, fl.22, 1819
Ourém (Olival)	Manuel Lopes	Um prazo na Ribeira do Olival	4 alqueires de milho	Anual			Escritura de 07/04/1804	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Inventários, Doc. 8, fl.26v, 1880

Pombal (Abiúl)	Manuel Marques (Brinços); Domingos Ferreira (Abiul); Pedro Gomes (Casal dos Marnotos)	Quinta da Boa Vista, ao pé da vila de Abiul com todos os seus olivais , carvalhos e mais árvores de fruto e sem ele, terras de pão , palheiros, e mais pertenças anexas.	Cada um paga de renda 35 mil reis e seis galinhas	Anual, por dia de Natal	9 anos, iniciados em dia de São Miguel Arcanjo	24/12/1702 (primeiro)	Além das rendas, as religiosas reservam o azeite dos olivais da quinta, do presente ano para o convento. Os outorgantes têm a obrigação de proceder à manutenção e reparos da quinta no prazo de 3 anos.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-24, fl. 128v-131, 16/08/1701
	José Joaquim Simões Rato		7 alqueires de trigo e 6 alqueires de azeite	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou o azeite até 1791 e o trigo até 1806.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Relações, Doc. 7, fl. 11v, 1819; Doc. 17, fl. 14v (século XIX)
Pombal (Santiago de Litem)	Manuel (Rocio)	Casal no lugar do Rocio termo de Pombal, com árvores de fruto e sem fruto	18 alqueires e meio de trigo e 9 alqueires de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto			Manuel falece e o seu enteado António João Macedo adquire o prazo vago em 16/10/1634, constituindo-se novo aforamento e emprazamento.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-19, fl. 127-128v, 16/10/1634
	António João Macedo (Rocio)		18 alqueires e meio de trigo, 9 alqueires de cevada, duas galinhas ou um tostão por uma delas e um frango					

Pombal (Santiago de Lítém)	Manuel Pereira e Maria Gameiro (Junqueira)	Moinhos e seus anexos, da Junqueira, na Ribeira de Lítém, termo de Santiago de Lítém.	34 alqueires de pão “meados” de trigo e cevada, duas galinhas “Boas e / gordas” e uma marrã	Anual, por dia de Todos os Santos	Três vidas	01/11/1720 (primeiro)	A propriedade encontrava-se-lhes arrendada e passa a estar aforada pelo prazo de três vidas	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-38, fl. 174-177, 29/12/1719
	Francisco Gameiro e Antónia de São José António Gameiro e Joaquina Maria	Mesma propriedade acima designada, com desenvolvimento da descrição das parcelas anexas. Uma propriedade que consta de casas com suas pedras de moinho, na Ribeira de Litem, chamado o “Moinho das freiras” com sua fazenda da parte de cima dos moinhos, e da parte de baixo com sua tapada de mato por cima do caminho que chega ao pé do Carvalho Redondo. Um casal chamado “da Junqueira”, da Ribeira do Litem que consta de casas, currais, mata de carvalhos e sobreiros, e seus matos e baldios.	10 alqueires de trigo, 10 alqueires de milho	Anual, por dia de Todos os Santos	Três vidas	01/11/1783 (primeiro)		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 45, 07/08/1783
			27,5 alqueires de trigo, 27,5 alqueires de cevada, 2 mil reis	Anual, por dia de Natal	Três vidas	15/08/1783 (primeiro)		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 46, 01/07/1783
	António Gameiro e Joaquina Maria (Moita, Ourém)	Mesmo conjunto de propriedades dos foreiros acima designados.		Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1812 (primeiro)	Novo emprazamento por descendente dos Gameiro.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Doc. 15, 1810/1811
	José Francisco e herdeiros (Trás-os-	Um casal em Trás-os-Matos.	40 alqueires de trigo,	Anual, por dia de Nossa Senhora de		Pago até 1812		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 3, 1818

Pombal (Santiago de Lítém)	Matos)		15 alqueires de cevada, 4 galinhas, 3 alqueires de azeite ou 6 à safra	Agosto				
Pombal (São Simão de Lítém)	Domingos Fernandes (Brejo)	Um arneiro no Casal Velho; outro arneiro no Brejo; um terra no Brejo, no sítio dos Serrados; uma terra no Brejo no sítio da Fonte Nova.	9 alqueires de milho grosso	Anual, por dia de Todos os Santos	Três vidas	01/11/1700 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-17, fl. 182v-184, 10/05/1700
	Manuel Francisco Xaniço (Barreiros)	Mesma propriedade acima designada com algumas variações toponímicas:	15 alqueires de milho				Escritura de 22/12/1750.	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Doc. 44, 17/02/1807
	Joana Maria e Manuel Rodrigues	Um prazo chamado de “o Brejo”, no lugar dos Barreiros que consta de uma serrada à Fonte do Barqueiro; uma terra no sito das Serradas; uma terra no sítio dos Arneiros altos; uma terra no sítio do Casal Velho.					Manuel Francisco Xaniço nomeia a filha Joana Maria e o genro Manuel Rodrigues como sucessores.	
	Manuel Jorge (Roubã)	Propriedades no Casal da Roubã, constituídas por terras de pão, olivais, carvalhos e árvores de fruto, a saber: duas serradas, um serradinho e uma terra na Ponte do Rego.	40 alqueires de trigo e 20 alqueires de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas		Manuel Jorge é avô de Manuel Jorge velho, que lhe sucedeu no prazo como terceira vida.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-2, fl. 170-173, 29/10/1743
	Manuel Jorge Velho (Ranha de Baixo)							

Pombal (São Simão de Lítém)	Carlos Jorge (Ranha de Baixo)	Um olival no Casal do Gaio com seus carvalhos, sobreiros e mais arvores de fruto e sem fruto; uma terra na Suruía; uma terra nas Quebradas; uma terra na Cova; uma terra de mato na Xaruada.	45 alqueires de trigo e 23 alqueires de cevada			15/08/1744 (primeiro)	Nomeado sucessor pelo pai, Manuel Jorge Velho para que faça novo aforamento a três vidas.	
	João Francisco e Mariana Rodrigues (Casal do Gaio)		60 alqueires de trigo macho, 7 alqueires de milho grosso e 2 frangos grandes	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1747 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-10, fl. 111-114, 24/09/1746
	Luís António (Felgueira)		1 alqueire e meio de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 3, 1818
Pombal (Vermoíl)	Manuel Ferreira, estudante (Ranha de São João)	Uma terra no limite do lugar da Ranha de São João, onde chamam o Vale da Sobreira.	1 alqueire de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/8/1731 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-13, fl. 176v-178, 08/06/1731
	José Ferreira (Lagoa de Vermoíl)	Praço na Lagoa de Vermoíl.	60 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810..		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 3, 1818
Porto de Mós (Pedreiras / São Bento)	João da Silva Romano (Carrasqueira, Pombal)	Uma terra no sítio dos Espinheiros termo da vila de Porto de Mós; uma terra no sítio das Fontainhas; duas terras no sítio do Outeiro das Perdizes; uma terra no sítio do Falpadrão; uma terra na Cruz dos Fiéis de Deus.	6 alqueires de trigo, 7 de cevada	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1735 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-16, fl. 49v-51v, 15/09/1734

Porto de Mós (São João Batista)	Francisco Coelho e Luísa de Matos (Rio Alcaide)	Uns moinhos com muitas e varias terras anexas a eles que estão no sitio do Rio Alcaide, com seus logradouros, que lhes pertencerem: uma terra no Catadouro; uma terra na Ribeira; uma terra acima da Calçada dos Lemos; uma terra em Santa Luzia; uma terra no casal de Luís Lopes, limite do Lourical da Ribeira de Baixo; uma terra junto à Ponte do Freixal; um pedaço de terra no Freixo com 3 pés de oliveiras; uma terra no Rio Seco; uma terra no limite da Pragosa.	85 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	Três vidas	15/08/1745 (primeiro)		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60- B-5, fl. 23v-26v, 31/05/1745
	Álvaro Bernardes (Juncal)	Moinhos no Catadouro e suas pertenças	30 alqueires de trigo, 2 galinhas	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto		Pagou até à invasão francesa de 1810.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-4, Foros Doc. 5, fl. 35, 1819

4. Rendimentos de capitais a juros

Devedor	Credor	Valor	Juro anual	Nota	Data do contrato	Fonte
Simão da Mata da Fonseca	Comunidade	200 000 reis		Distrate de valor pedido de empréstimo para satisfazer o dote de Soror Mariana Flores (Anexo II- 1.1: 143)	06/10/1668	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc.3
Santa Casa da Misericórdia	Comunidade	1000 Cruzados (400 000 reis)	5 %	Para obras da Igreja.	14/02/1715	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-32, fl. 118-120v
Gabriel Martins da Fonseca e a sua mulher Engrácia Maria, (Leiria)	Soror Genoveva Micaela (Anexo II- 1.1: 215)	153 600 reis	6,25%	A religiosa é usufrutuária dos rendimentos e do valor emprestado enquanto for viva, dando conta do seu gasto aos prelados, e por sua morte, o convento herda o dinheiro, devendo o mesmo ser aplicado na sacristia para serviço do Santíssimo Sacramento.	09/07/1723	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria - 1º Ofício, Dep. V, 60-A-2, fl. 74-76
António Ferreira e sua mulher Mariana da Conceição, (Alcogulhe de Baixo, Azóia, Leiria)	Soror Aldonça Pereira do Amaral (Anexo II- 1.1: 201)	20 000 reis	6,25 %	Direitos dos valores, da religiosa e seus herdeiros.	17/06/1724	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-2, fl.141-143
António Lopes e sua mulher Isabel Francisca (Abadia, Cortes Leiria)	Soror Leonor Maria (Anexo II- 1.1: 190)	20 000 reis	6,25%	Direitos dos valores, da religiosa e seus herdeiros.	01/09/1724	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V , 60-A-2, fl.45v-46v,
Manuel Dias Ferreira	Soror Genoveva de Santa Ana (Anexo II- 1.1: 232)	72 000 reis)		Nova fiança em 07/02/1741.	08/11/1728	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-29, fl. 145-145v
Alferes Manuel Francisco da Silva e Maria Teresa (Ribeira do Sirol, Caranguejeira, Leiria)	Comunidade	900 000 reis	5%	Os 900 000 reis são referentes ao somatório dos dotes das suas filhas Teodora Maria e Teresa Josefa (Anexo II- 1.1: 233, 234). Como não têm possibilidade de satisfazer o pagamento dos mesmos e das restantes propinas e alimentos à data da escritura de dote, tomam, os 900 000 reis de empréstimo a 5 anos a contar do dia em que as filhas entram no convento.	30/12/1729	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-11, fl. 99-101v

Domingos Fernandes (Lagoa, Caranguejeira, Leiria)	Comunidade	40 000 reis	5%	Réditos pagos até 1809.	17/02/1730	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Religiosos do Mosteiro da Batalha	Comunidade	2 400 000 reis		Na hipoteca consta a obrigação do pagamento das tenças de 6250 reis a Ângela Joaquina de São José, Joana Inês Rita da Piedade e Teresa Antónia do Sacramento (Anexo II- 1.1: 237, 239, 242)	05/05/1732	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 39v-40v
Doutor Jacinto da Costa Vasconcelos (Quinta de São Tomé, Soure)	Comunidade	200 000 reis	5%	Réditos pagos até 1814.	15/05/1732	Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 63-64v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 24v
Manuel Francisco e Isabel Rodrigues, sua mulher (Ribeiro do Prado)	Soror Leonor Maria (Anexo II- 1.1: 190)	40 000 reis	6,25%		08/07/1732	Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 127-129
Religiosos do Mosteiro da Batalha	Soror Leonor Maria (Anexo II- 1.1: 190)	240 000 reis	5%	O dinheiro seria aplicado “ <i>para suas vestia/rias lhe serem pagos por se não poderem vender os fruto que Recolhi/dos tem, nem cobrando outros dinheiros</i> ”, segundo licença dada pelo Provincial da Ordem dos Pregadores de 04/06/1730, trasladada no documento.	16/07/1732	Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 140-141v
Antonio José (Touco, Colmeias, Leiria)	Comunidade	60 000 reis	5%		13/03/1738	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 86
António Gomes e mulher (Gândara dos Olivais, Marrazes, Leiria)	Soror Genoveva Micaela do Nascimento (Anexo II- 1.1: 215)	42 000 reis	6,25%		09/03/1741	Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-30, fl. 22-23v
Manuel Domingues da Costa	Soror Genoveva Micaela do Nascimento (Anexo II- 1.1: 215)	38 400 reis	6,25%		25/06/1742	Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-32, Juro de Dona Genoveva Micaela, fl. 121v-122

Dona Manuela Francisca da Mota Brandão	Soror Josefa Maria da Encarnação (Anexo II- 1.1: 240)	100 000 reis	6,25%		11/02/1745	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 174-176v
Luís da Silva e Isabel Maria (Vidigal de Cima, Pousos, Leiria)	Soror Teresa Clara Corte Real (Anexo II- 1.1: 221)	40 000 reis	6,25%		12/02/1745	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-3, fl. 180-182v
Francisco Ferreira, e sua mulher Isabel Ferreira (Valongo, Colmeias, Leiria)	Soror Genoveva Micaela do Nascimento (Anexo II- 1.1: 215)	16 000 reis	6,25%		01/04/1748	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-15, fl. 164-165v
João Lopes e Isabel Ferreira, e a seu filho e nora, Manuel Ferreira e Isabel Francisca (Pinheiros, Marrazes, Leiria)	Soror Josefa Maria da Encarnação	100 000 reis	6,25%		16/07/1751	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-19, fl. 120v-122
Luísa Domingues, viúva de Manuel Domingues (Carreira, Leiria)	Comunidade	200 000 reis	6,25%		03/05/1755	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-22, fl. 96-97v
José Rodrigues (Souto, Caranguejeira, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1809	24/02/1762	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Liv. 1, fl. 45v
José Gomes de Oliveira, (Outeiro da Gândara, Marrazes, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5 %	Pagou renditos até 1810.	30/06/1779	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-13, fl. 83-84; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
José António (Souto do Sirol, Caranguejeira, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1809	24/04/1782	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Liv. 2, fl. 22
Manuel de Oliveira (Couções, Memória, Leiria)	Comunidade	14 000 reis	5%	Renditos pagos até 1810.	22/12/1782	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1

Manuel Pereira e herdeiros (Casal Novo, Amor, Leiria)	Comunidade	50 000 reis	5%	Réditos pagos até 1810.	25/05/1783	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 11
José Gomes de Oliveira (Gândara, Carvide, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Réditos pagos até 1810.	01/08/1783	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1, 1819
Manuel Francisco (Serra de Santa Margarida, Memória, Leiria)	Comunidade	70 000 reis	5%	Réditos pagos até 1809.	01/08/1783	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Manuel de Sousa Novo (Janardo, Marrazes, Leiria)	Comunidade	60 000 reis	5%	Pagou réditos até 1812.	19/08/1783	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Luís Ferreira (Outeiro das Quintas, Milagres, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Réditos pagos até 1810.	12/10/1783	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Luís de Sousa Novo (Janardo, Marrazes, Leiria)	Comunidade	43 000 reis	5%	Pagou réditos até 1810.	23/12/1783	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1, 1819
Francisco Pereira e sua mulher Maria Josefa (Amor, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1809.	30/03/1784	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-18, fl. 55-56; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
José de Sousa, morador no lugar do (Arneiro, Maceira, Leiria)	Comunidade	40 000 reis	5 %		30/03/1784	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-18, fl. 86v-87v
Luís Cordeiro e sua mulher Luísa Maria (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1809.	09/05/1784	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-18, fl. 94v-95v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Manuel da Fonseca e sua mulher Inácia Maria (Janardo, Marrazes, Leiria)	Comunidade	60 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1812.	31/05/1784	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-18, fl. 110v-111v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
José Ferreira e sua mulher Maria Rosa (Machados, Boavista, Leiria)	Comunidade	36 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1812.	19/04/1785	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-19, fl. 3v-4v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 17

Manuel de Oliveira e sua mulher Jacinta Maria, (Boavista, Pousos Leiria) e Manuel António (Janardo, Marrzes, Leiria)	Comunidade	25 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1818.	26/05/1785	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-19, fl. 31v-32v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
João Francisco Lopes e sua mulher Eugénia Maria (Barreiros, Amor, Leiria) e Manuel Francisco Pires e sua mulher Isabel Maria	Comunidade	46 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1809.	29/05/1785	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-19, fl. 38-39; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Simão Ferreira e Isabel Maria (Pousos, Leiria)	Comunidade	12 000 reis	5 %		29/09/1786	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 44v-45v
Manuel Antunes e Mariana Lopes (Ruge Água, S. Simão de Litem, Pombal)	Comunidade	30 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1813.	13/10/1786	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 57v-58v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 24
José Domingues Heleno e Maria Dinis do (Outeiro da Fonte, Carvide, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1818.	07/11/1786	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 84v-85v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
António da Silva e Josefa Maria (Serra de Porto de Urso, Monte Real, Leiria)	Comunidade	44 000 reis	5 %	Trespassei 20 000 reis do juro para José Gaspar. Réditos pagos até 1810	16/01/1787	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-21, fl. 7v-8v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Germano da Silva e Teresa Rosa (Janardo, Marrazes, Leiria)	Comunidade	50 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1810.	26/03/1787	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-21, fl. 76v-78; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Roque Pereira e Joana Maria, (Chã da Laranjeira, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	34 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1818.	26/03/1787	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-21, fl. 190v-191v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1

José de Sousa e Inácia Maria, (Andrinos, Pousos, Leiria)	Comunidade	100 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1817.	26/01/1788	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-16, fl. 204-205v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Luís Duarte e Clara Maria, (Segodim, Monte Real, Leiria)	Comunidade	15 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1815.	18/05/1788	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-23, fl. 5-6; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
João de Matos, do lugar dos (Conqueiros, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5 %	Pagou reditos até 1810.	01/06/1788	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-23, fl. 18v-19v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Maria Teresa, viúva de Luís (Carril, Regueira de Pontes, Leiria)	Comunidade	20 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1810.	17/12/1788	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Joaquim José e Mariana Josefa, (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	25 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1809.	26/12/1788	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-24, fl. 11-12; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Manuel Alves e mulher Eugénia Maria (Casal dos Claros, Amor, Leiria)	Comunidade	21 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1810.	25/01/1789	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-24, fl. 47v-48v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Jacinto António (Boavista, Leiria)	Comunidade	36 000 reis	5 %		19/04/1789	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Liv. 2
Damásio Dias e sua Maria Josefa (Valongo, Colmeias, Leiria)	Comunidade	16 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1809.	19/02/1794	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-3, Doc. 185; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1

Paulino Francisco e Maria Duarte (Carvide, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1818.	12/04/1791	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-25, fl. 127v-128v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Inácio da Silva, (Machados, Boavista, Leiria)	Comunidade	50 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1818.	13/05/1794	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-27, fl. 95-95v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Manuel Francisco e Maria Inácia (Regueira de Pontes, Leiria)	Comunidade	35 000 reis	5 %		08/07/1794	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-29, fl. 25v-26
João António Jorge e Josefa Maria (Vale do Pereiro, Milagres, Leiria)	Comunidade	25 000 reis	5 %		04/08/1794	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-29, fl. 46v-47
António José, do Touco das Colmeias	Comunidade	60 000 reis	5%	Pagou réditos até 1809.	13/03/1798	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
José Sousa e Inácia (Barreiros, Amor, Leiria)	Comunidade	26 000 reis	5 %		22/04/1798	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-3, Doc. 134
José de Lima, (Barreiros, Amor, Leiria)	Comunidade	30 000 reis			22/04/1798	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Inventários Doc.8, fl.13, 1880
José Lopes Moreira (Casal das Hortas, Golpilheira, Batalha)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou réditos até 1818.	13/01/1799	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 26
António Ferreira Amaro e Francisca de Nossa Senhora (Touco, Amor, Leiria)	Comunidade	26 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1809.	20/01/1799	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-31, fl. 117; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1

Joaquim José de Oliveira (Andrinos, Pousos, Leiria)	Comunidade	50 000 reis	5%	Pagou réditos até 1818.	10/03/1799	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl, 13
Remígio José (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1811	24/04/1800	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl, 11
José Ribeiro (Alqueidão do Sirol, Boavista, Leiria)	Comunidade	25 000 reis	5%	Pagou réditos até 1817.	25/05/1800	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Manuel Francisco André (Lameira, Ortigosa, Leiria)	Comunidade	25 000 reis	5%	Réditos pagos até 1810.	19/10/1800	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
José Coelho e Ana Maria (Outeiro da Fonte, Carvide, Leiria)	Comunidade	40 000 reis	5 %	Pagou réditos até 1818.	03/12/1800	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-33, fl. 55; Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 4
Manuel Francisco Crespo e Teresa Gaspar (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	50 000 reis	5 %	Réditos pagos parcialmente até 1813.	10/06/1806	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 8v
Leonardo da Silva e Luiza Maria (Fonte de Oleiro, Boavista, Leiria)	Comunidade	50 000 reis	5 %	Distratado em 1815	20/12/1806	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-35, fl. 224v; Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 22v
Luís António e mulher (Machados, Boavista, Leiria)	Comunidade	20 000 reis	5 %	O juro original era de 40 000 reis, feito pelo pai, que distratou metade. Pagou réditos até 1814.	05/03/1807	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 13; 24-C-1, Relações, Doc.36, fl.9v
Jacinto de Sousa (Casal dos Milagres, Milagres, Leiria)	Comunidade	20 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1809		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Luís Francisco Crespo (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	50 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1809		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1

Manuel Duarte (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	16 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1809		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Joaquim Ferreira Loureiro (Moinhos de Carvide, Carvide, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou os réditos até 1809.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 6, fl. 11v
José Mendes e filho, António Mendes (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	15 000 reis	5%	Pagou os réditos até 1809.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 6, fl. 12v
António Alves, do Bairro dos Anjos, Leiria	Comunidade	20 000 reis	5%	Pagou os réditos até 1809.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Relações, Doc. 9, fl. 6
José Lopes (Carvide, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Distratou em 1815.	Escritura anterior a 1810	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 5v
Luísa Maria, viúva de Manuel do Nascimento (Bregieira, Pousos, Leiria)	Comunidade	14 000 reis	5%	Escritura anterior a 1810. Réditos pagos até 1819.		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 12
António Coelho (Serra de Porto de Urso, Monte Real, Leiria)	Comunidade	20 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Manuel Gameiro (Boavista, Leiria)	Comunidade	15 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
José Francisco (Bregieira, Pousos, Leiria)	Soror Antónia de Santa Rosa	20 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 12
Josefa Pereira (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Manuel Francisco Barreirinhos (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
Maria Joaquina, viúva de António da Silva (Carvide, Leiria)	Comunidade	12 000 reis	5%	Pagou os reditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1

Francisco Dias (Carvide, Leiria)	Comunidade	40 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl.5
Manuel Fernandes (Carvide, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl.5v
António Coelho (Pedrulheira, Carvide, Leiria)	Comunidade	30 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 7
Alberto Carreira e herdeiros (São Miguel, Souto da Carpalhosa, Leiria)	Comunidade	40 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 8v
Manuel de Gouveia (Boavista, Leiria)	Comunidade	12 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1810		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 18v
Jacinto António (Boavista, Leiria)	Comunidade	15 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1811		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 1
João António (Boavista, Leiria)	Soror Antónia de Santa Rosa	22 000 reis	5%	Pagou os renditos até 1811		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Juros, Doc. 2, fl. 18v

5. Pedidos de empréstimo

Nome	Valor	Juro anual	Nota	Fonte
Manuel Ribeiro	150 000 reis		Empréstimo que faz ao convento por conta do dote de Maria da Narazé (Anexo II- 1.1: 88), para “ <i>aumentasam / conservasam</i> ” do dito mosteiro por tempo de dez meses, no fim dos quais serão obrigadas a lhe pagar os mesmos 150 000 reis. O convento obriga-se por seus bens e rendas.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-16, , fl. 113v-114v, 28/06/1628
Inácio Ribeiro	200 000 reis		Empresta o valor ao convento, que se compromete a descontá-los no valor do dote da sua enteada Josefa Maria da Silva (Anexo II- 1.1: 137), caso o não pague antes da altura indicada.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-27, fl. 220v-222v, 02/10/1663
Tomé Pereira de Mesquita, (Batalha)	300 000 reis	5%	Possuem licença do Provincial DA Ordem dos Pregadores, Frei Manuel de São José de 16/3/1720, trasladada no documento.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-E-39, fl. 43v-45, 19/11/1720
João Francisco Cortes e Joana de Vasconcelos.	400 000 reis	5%	Por conta do dote da sua filha Mónica Dionísia Vasconcelos (Anexo II- 1.1: 224), o convento pede emprestados 400 000 reis à razão de juro de 5 %, “ <i>pa/ra empregarem em alguñs rendimentos para ajuda das despezas de sua / comunidade e acudirem mais algumas couzas nesesarias</i> ”. O convento desconta os rendimentos desse juro, no valor de 20 000 reis, nos alimentos do noviciado.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-8, fl.68v-70v, 03/01/1725
Sebastião Ferreira e Manuel Ferreira, escrivão da porta dos celeiros do Rei (Leiria)	300 000 reis	5%	Por conta do dote da sua sobrinha Jerónima Maria Rosa (Anexo II- 1.1: 229), o convento pede emprestados 300 000 reis à razão de juro de 5 %. O convento desconta os rendimentos desse juro, no valor de 15 000 reis, nos alimentos do noviciado.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-9, fl. 167-168v, 23/03/1726
Capitão Manuel das Neves (Leiria)	60 000 reis	5%		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-31, fl.44v-45v, 13/01/1742; fl.45v-47, 14/01/1742
José Serrão de Avelar, cavaleiro professo da Ordem de Cristo (Pombal)	60 000 reis	4,5%	As religiosas pedem esta quantia emprestada para distrate de quantia semelhante devida ao Capitão Manuel das Neves de Leiria, à razão de 5% de juro anual.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-31, fl.44v-45v, 13/1/1742; fl.45v-47, 14/01/1742
Polícarpa Máxima Florinda (Lisboa)	250 000 reis	5%	O motivo do pedido de empréstimo é a satisfação de outros credores.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-5, fl.104-106, 9/6/1745

Nicolau Cardoso Ramalho	250 000 reis	5%	O motivo do pedido de empréstimo é a satisfação de quantia igual que o convento deve (poderá ser a pedida a Policarpa Máxima Florinda).	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-B-9, fl.149-151, 27/5/1746
Diogo Carreira Mendes (Reguengo do Fetal, Batalha)	400 000 reis	5%		ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Escrituras, Doc. 9; Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-33, fl.185, 28/07/1801

6. Aquisições de foros a retro aberto

Vendedor	Valor da venda	Valor do foro	Periodicidade do pagamento	Data do primeiro pagamento	Nota	Fonte
Mateus Fernandes, lavrador, e Isabel Dias (Porqueira, Arrabal, Leiria)	8 000 cruzeiros	8 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	15/08/1608		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-9, fl. 25-27, 26/09/1607
António Cordeiro e Isabel Francisca (Casal Vermelho, Caranguejeira, Leiria)	7 000 reis	7 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	15/08/1632		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl. 104v-106, 19/09/1631
? Dias (Leiria)		7 alqueires de trigo			Escrituras trespasadas em nome do convento por Nicolau de Miranda que incluía 60 alqueires de trigo no dote de Vitória de Jesus (Anexo II- 1.1: 99)	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, fl.23v-24v, 20/11/1632
Mateus Fernandes (Arrabalde, Arrabal, Leiria)		12 alqueires de trigo				
João Dias (Touria, Pousos, Leiria)		3 alqueires de trigo				
João Afonso (Arrabal, Leiria)		16 alqueires de trigo				
Afonso (Arrabal, Leiria)		8 alqueires de trigo				
Antónia dias (Arrabal, Leiria)		4 alqueires de trigo				
Miguel Fernandes (Soutocico, Arrabal, Leiria)		4 alqueires de trigo				
Domingos Fernandes (Torrinhas, Reguengo do Fetal, Batalha)		6 alqueires de trigo				
Jerónima Pereira		1 moio (60 alqueires) de trigo			Inclui trigo de foro a retro aberto como parte do dote de Maria de Santiago (Anexo II- 1.1: 97)	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-17, fl.71v- 73, 4/9/1631; 59-D-18, fl. 24v-25v, 20/11/1632

Francisco Dias e Maria Tomás (Alqueidão do Sirol, Boavista, Leiria)	5 000 reis	5 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	15/08/1640		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20, fl. 124-126, 23/02/1640
António Fernandes e Catarina Gaspar (Apariços, Santa Eufémia Leiria)	5 000 reis	5 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	15/08/1640		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20, fl. 126-127v, 24/02/1640
Simão Antunes Peixe e Maria Francisca (Moita da Roda, Souto da Carpalhosa, Leiria)		7 alqueires de trigo		.	Foro pago por conta do dote de Isabel do Sodré (Anexo II-1.1: 126) até 24/09/1650. O foro deixa de ser pago porque aqueles desistem das suas propriedades	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl. 27v-28, 24/09/1650
Jorge João e Maria Jorge (Pedrome, Santa Catarina da Serra, Leiria)	5 000 reis	5 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	15/08/1651		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl. 31v-33v, 24/09/1650
Manuel Fernandes e Marta Francisca (Casal Vermelho, Caranguejeira, Leiria)	10 000 reis brancos	6 alqueires de trigo e 2 alqueires de azeite	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	15/08/1651		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl. 61v, 13/10/1650
António Fernandes e Isabel Domingues (Leiria)	6 000 reis brancos	6 alqueires de trigo	Anual, por dia de Nossa Senhora de Agosto	15/08/1651		ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-21, fl. 86v-88, 02/11/1650
Juliana Cordeiro (Canoeira, Batalha)	6 000 reis brancos	3 alqueires de azeite			Juliana Cordeiro trespassou o foro a Manuel Francisco.	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 59-E-28, fl. 158-159v, 15/10/1703
Manuel Francisco (Canoeira, Batalha)						

7. Protecção régia

Nº	Privilégio	Doação			Confirmação			
		Rei	Data	Fonte	Rei	Data	Revisão	Fonte
1	<p>Licença para comprar bens de raiz que tenham de rendimento anual 20 moios de trigo, 5 tonéis de vinho e um tonel de azeite</p> <p><i>“... fazemos saber que a condessa dona Catarina nos enviou ora pedir pro / mercee que lhe quisessemos dar luguae e li/cemça per que podesse comprar alguma he/ramça que em cada hum anno remdesse / vinte moyos de trigo. E cinco tonees / de vinho e hum dazeite. E esto pêra despesa / e provimento do moesteiro de samtana / que mandamos fazer em Leiria...”</i></p>	D. João II	12/02/1494	ANTT, Chancelarias Régias, Estremadura, Liv. 1, fl. 6	D. Manuel D. João III	28/12/1498 26/08/1529	D. João III impede que os bens se localizam em reguengos e terras jugadeiras ou arrendadas pela Coroa.	ANTT, Chancelarias Régias, Estremadura, Liv. 1, fl. 6; Manuel I, Liv. 40, fl. 24; D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 21
2	<p>Privilégio dado aos caseiros e lavradores das suas quintas e casais, bem como um procurador, um carpinteiro e um pedreiro que trabalhem nas suas obras, e ainda um moleiro que sirva o convento, que consiste na isenção de : pagamento de peitas, findas, talhas pedidos serviços e empréstimos nos concelhos onde fossem moradores; ir com presos e dinheiros; ser besteiros do contos e acontiadados; dever de aposentadoria nas casas de morada adegas e cavaliças e que lhes tomem pão, vinho, roupa, palha, lenha, galinhas, gado, bestas de sela, albarda outro bem qualquer. Só podem exercer tutorias e curadorias lédimas.</p>	D. Manuel	26/12/1498	ANTT, Chancelarias Régias, Estremadura, Liv. 1, fl. 6v-7; D. Manuel I, Liv. 40, fl. 24v	D. João III	21/08/1529		ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 20v

3	<p>Autorização para que o convento herde e tenha pleno usufruto de todos os bens de raiz que as religiosas herdem de seus pais, irmãos e outros parentes, até ao número do conto de 30 religiosas e desde que não ultrapassem 100 mil reis de renda anual. Sempre que herdem tais bens, são obrigadas a declara-lo ao contador da comarca.</p> <p><i>“... pera melhor guo/vernança e repairo das freiras delle que / todollos beês de raiz que erdarem atee ho / numero e conto de trinta freiras . que daquie em diante no dito mosteiro em/trarem per morte de seus padres e madres / irmãos e tios e doutros parentes ou lhos deixar queiram algumas outras per ho di/to moesteiro os possa teer e lograr pessusir remder dar e doar trocar escamar E fazer dellas e em ellas o que lhe prouver...”</i></p>	D. Manuel	27/12/1498	ANTT, Chancelarias Régias, Estremadura, Liv. 1, fl. 6-6v; D. Manuel I, Liv. 40, fl. 24-24v	D. João III D. Sebastião	28/08/1529 16/03/1577	D. João III impede que os bens se localizam em reguengos.	ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 21v; Confirmações Gerais, Livro 1, fl. 280v-281v
4	Proibição da entrada de qualquer pessoa no convento. A pena seria aplicada em função da condição do individuo, deste modo previa-se para o fidalgo, cavaleiro ou escudeiro, o degredo para o Norte de África e para o peão o açoitamento.	D. Manuel	15/01/1499	ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 42v	D. João III	20/12/1529	O degredo passa a ser para fora da vila seu termo por tempo de um ano e o açoitamento é substituído por dois meses de cadeia e o pagamento de 300 reais para as obras do concelho.	ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 42v
5	Autorização dada ao mordomo-mor e outras pessoas encarregues do abastecimento do convento para terem prioridade na compra de carne, peixe, pão, vinho e outros mantimentos, para o mesmo, nos açougues e praças de Leiria	D. Manuel	30/01/1500	ANTT, Chancelarias Régias, Estremadura, Liv. 2, fl. 78	D. João III D. Filipe II	24/08/1529 25/08/1608		ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (comuns), Liv. 52, fl. 21v; D. Filipe II, Liv. 1, fl. 2v

	A mercê foi pedida pelas religiosas, descontentes por diversas ocasiões em que ficaram mal servidas: <i>“a seu moordomo e pessoas que tem cargo de lhe comprar do / comer nos açougues e praças da dita villa / de leyria se nam dam as carnes e pescados / e quês quer outros mantimentos que o / sam mester salvo derradeiro de todos e atee /oras que ellas receberam grande desconsolação / E ajnda ficam muytas vezes por proveer das / suas necessydades pedinsonos que lho pro/veessemos por esmolla.”</i>							
6	Privilégio dado a quatro pessoas que sirvam nas obras do convento. Semelhante aos dados em 26/12/1498.	D. Manuel	22/02/1500	ANTT, Chancelarias Régias, Estremadura, Liv. 2, fl. 76-76v	D. João III	24/08/1529		ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 20v-21
7	Esmola de 3 moios de trigos dos rendimentos das Jugadas de Santarém do ano de 1511.	D. Manuel	16/09/1511	ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 10, Doc. 102	D. Manuel I	08/07/1518 09/07/1519	Ter-se-á feito correção para 6 moios de trigo como atesta o documento de em que Priora dá conhecimento porque consta receber do Recebedor das Jugadas de Santarém 6 moios de trigo, de 14/12/1511. ⁽¹⁾ Em 1518 ⁽²⁾ e 1519 ⁽³⁾ , repete-se a esmola.	ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 23, Doc. 78 ⁽²⁾ ; Mç. 24, Doc. 107 ⁽³⁾ ; Parte II, Mç. 29, Doc. 175 ⁽¹⁾ ;
8	Esmola anual de 1% do rendimento das sisas dos almoxarifados de Leiria e Óbidos. Valor variável em cada ano e recebido trimestralmente.	D. Manuel	07/03/1514	ANTT, Chancelarias Régias, Estremadura, Liv. 13, fl. 93-93v; D. Manuel (Comuns), Liv. 15, fl. 69v	D. Manuel D. João III D. Sebastião D. Filipe I D. José I	12/05/1515 25/01/1520 30/08/1529 05/01/1540 26/03/1577	A confirmação de 05/01/1540 vem corrigir uma situação de falta de pagamento em 1539. ⁽¹⁾	ANTT, Chancelarias Régias, Estremadura, Liv. 12, fl. 17-17v; D. Manuel (Comuns), Liv. 11, fl. 102; D. João III

	<i>“... E isto / lhe outorgamos e fazemos assim emquanto ho dicto convento estiver em honestidade / e virtude e boa fama e em a obediência da / observança de Sam domingos: porque fa/lleceemdo quallquer destas cousas que nam / esperamos nam he nossa vomtade que mais / aja lugar a esta nossa esmolla ...”</i>					07/05/1596 26/01/1768		(Comuns), Liv. 42, fl. 28-28v; Liv. 72, fl. 180-181; Confirmações Gerais, Liv.1, fl. 279-280v; Liv. 10, fl.5-6v; D. José I, Liv. 61, fl. 170-172; Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 66, Doc. 72 ⁽¹⁾ ; Parte II, Mç. 81, Doc. 96; Mç. 87, Doc. 50
9	Ordem aos Juízes e oficiais de Leiria, para que forneçam oficiais e carreiros e bestas, sempre que a Priora o peça, para efeito de obras no convento.	D. Manuel	17/11/1515	ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 42v	D. João III	09/12/1529		ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 52, fl. 42v
10	Esmola de 30 mil reis, pagos do Almojarifado de Leiria, para obras de reparação do convento. <i>“a Priora e freyras / de santa ana desta vyla trynta mill rrs dos quaes/ lhes faço esmola em nome d’El Rey nosso senhor / para ajuda e reparo das obras das dytas casas/ e mosteyro”</i>	D. Manuel	08/11/1518	ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 78, Doc. 62				
11	Esmola anual de três moios de trigo, das rendas do Cardeal D. Afonso, em Leiria.	D. Manuel	Sem referência	ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 21, fl. 28v	D. João III D. José I	16/02/1536 01/10/1757	Por D. João III, passa a ser pago dos rendimentos do Almojarifado das Lezírias de Vila Franca. Ao tempo de D. José, já estava a ser pago pelo Almojarifado da Malveira.	ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 21, fl. 28v; D. José I, Liv. 47, fl. 70v-71v

12	Autorização para que os 5 mil reis de tença anual que Soror Isabel Ferreira recebia pelo Almoxarifado de Leiria, fiquem para o convento.	D. João III	20/08/1531	ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv.9, fl. 185-185v				
13	Esmola de 8 moios de trigo, dos rendimentos do Almoxarifado de Soure.	D. João III	06/08/1537	ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 59, Doc. 26				
14	Tença de 12 800 reis anuais, recebidos do Almoxarifado de Leiria, por padrão de juro, adquirido por Soror Catarina de Andrade e Guiomar Botelha.	D. João III	30/09/1554	ANTT, Chancelarias Régias, D. João III (Comuns), Liv. 57, fl. 135-138	D. Sebastião D. Filipe I D. Filipe III D. Pedro II D. José	25/11/1564 09/05/1592 05/06/1627 23/07/1675 15/06/1761 18/06/1761	D. Sebastião autoriza que o padrão fique para o convento, após a morte das duas religiosas. Por morte de D. Catarina de Andrade, e de D. Guiomar Botelha, D. Filipe I, e D. Filipe III confirmam, respectivamente, de cada vez, metade, 6400 reis, para o convento, totalizando 12 800 reis. D. Afonso VI emite apostilha de redução do padrão de juro respeitante a Guiomar Botelha para 5120 reis. D. José confirma, por esta ordem, o padrão de juro por Catarina de Andrade, de 6400 reis e o de Guiomar Botelha, 5120 reis.	ANTT, Chancelarias Régias, D. Sebastião e D. Henrique, Liv. 16, fl. 284v-287; D. Filipe I (comuns), Liv. 13, fl. 426-426v; D. Filipe III (Doações), Liv. 13, fl. 313-314; Afonso VI, Livro 14, fl. 241; D. José (Comuns), Liv. 74, fl. 10v-22v

15	Esmola de fruta seca, composta por 3 arrobas de passas, 3 arrobas de figos e 6 alqueires de amêndoa, proveniente do Algarve.	D. Catarina	Sem referência	ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 84 Doc. 10; Mç. 87, Doc. 63	D. Catarina	19/03/1550 18/01/1552	Esmola de 2000 reis para compra da fruta seca, a serem pagos por Álvaro Lopes tesoureiro da Rainha.	ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 84 Doc. 10; Mç. 87, Doc. 63
16	Esmola de 6000 mil reis ao Prior do Convento da Batalha para comprar linho para as religiosas do Convento de Santana de Leiria.	D. Catarina	04/02/1557	ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, Mç. 100, Doc. 92				
17	Autorização de renúncia de tença de 30 mil reis de um padrão de juro a favor do convento, dada a Soror Constança de São Francisco.	D. Filipe I	30/06/1592	ANTT, Chancelarias Régias, D. Filipe I (Comuns), Liv. 13, fl. 246v-247				
18	Por morte de D. Isabel de Lencastre, Duquesa de Caminha, o Convento de Santana, herda a tença anual de um padrão de juro de 320 mil reis do Almoxarifado de Leiria.	D. Filipe III	22/11/1630	ANTT, Chancelarias Régias, D. Filipe III (Doações), Liv. 12, fl. 68v	D. João IV D. Pedro II D. José I	02/12/1642 19/02/1675 24/12/1761	A serem pagos a partir de 01/01/1643. Por apostilha de D. Pedro I, o padrão de juro é reduzido para 256 mil reis, o que é confirmado por salva de D. José I. Segundo foral de 1817, juntava-se a este padrão, outro de 10 400 reis, num total de 266 400 reis.	ANTT, Chancelarias Régias, D. João IV, Liv. 2, fl. 76-80; D. José I, Liv.73, fl. 5-10v; ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc.2, fl.3v, 1817
19	Por morte de D. Isabel de Lencastre, Duquesa de Caminha, o Convento de Santana, herda a tença anual de um padrão de juro de 62 125 reis da Alfândega de Lisboa, pela capela que instituíra no Convento. A sem pagos a partir de 01/01/1632.	D. Filipe III	25/01/1631	ANTT, Chancelarias Régias, D. Filipe III (Doações), Liv.35, fl. 2v-3	D. Filipe III D. Pedro II	04/02/1635 22/06/1679	D. Pedro de Lencastre, viúvo da Duquesa, arremata deste valor para si um padrão de 35 mil reis. D. Pedro II concede um padrão de juro de 27 125 reis, o valor remanescente de 62 125 reis, após a	ANTT, Chancelarias Régias, D. Afonso VI, Liv. 12, fl. 280v-297v

							arrematação do padrão de D. Pedro de Lencastre.	
20	Por morte de D. Isabel de Lencastre, Duquesa de Caminha, o Convento de Santana, herda a tença anual de um padrão de juro de 832 413 reis pela capela que a Duquesa e sua mãe instituíram, dos quais D. Francisco de Lencastre arremata para si 300 mil reis, ficando para o convento um padrão de 532 413 reis. Ordem para que se restitua o valor arrematado ao convento.	D. João IV	25/06/1640	ANTT, Chancelarias Régias, D. João IV, Liv. 11, fl. 313-313v; Liv. 2, fl. 72v-76	D. João IV D. José I	11/12/1642 09/03/1758	Confirmação do padrão de juro de 532 413 reis a serem pagos 208 103 reis na Casa das Carnes, 208 103 reis na Casa dos Vinhos e 116 107 reis na Casa da Portagem, todas de Lisboa, a serem pagos de 01/01/1643 em diante. Não foi possível restituir os 300 mil reis arrematados por D. Francisco de Lencastre porque destes se tinha já feito padrão em 07/03/1638, sem que as religiosas tivessem tomado o padrão com os valores estipulados em testamento, em seu nome.	ANTT, Chancelarias Régias, D. João IV, Liv. 2, fl. 72v-76; ADLRA, Monásticos, Convento de Santana de Leiria, Dep.VI, 24-B-4, Foros, Doc.2, fl.2v, 1817
21	Mercê em resposta de petição das religiosas, dando permissão, que as suas rendas e foros se cobrem executivamente e que o juiz de fora ou corregedor da comarca seja seu juiz executor na cidade de Leiria e seu termo e nas outras vilas da comarca, o juiz e ouvidor que nelas sirva.	D. Pedro II	08/08/1668	ANTT, Chancelarias Régias, D. Afonso VI, Livro 45, fl. 169	D. Pedro II	01/06/1670		ANTT, Chancelarias Régias, D. Afonso VI, Livro 45, fl. 169

22	Tença anual de um padrão de juro de 300 mil reis, pagos pelo no Almojarifado de Leiria.	Sem referência	Sem referência	ANTT, Chancelarias Régias, D. Afonso VI, Livro 14, fl. 241v	D. Pedro II	09/08/1675	Apostilha de redução do padrão de juro para 240 mil reis.	ANTT, Chancelarias Régias, D. Afonso VI, Livro 14, fl. 241v
23	Autorização para a troca da metade de um casal na Atouguia da Baleia por uma terra no sítio e Val do Medo, termo da cidade de Leiria, como bem vinculado à capela instituída por Maria Franco Palhana, de que era sucessora Soror Catarina Teresa de Melo .	D. João V	13/11/1717	ANTT, Chancelarias Régias, D. João V (Mercês), Livro 51, fl. 174-174v				
24	Especiarias dadas anualmente pela Casa da Índia, a partir de 26/04/1782: 15 arráteis de pimenta, 12 arráteis de canela, 6 arráteis de cravo, 6 arráteis de gengibre, 5 arráteis de malagueta.	D. Maria I	07/12/1781	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Certidões, Doc. 3, 10/11/1823				

8. Legados Pios

Nº	Doador	Data da doação	Legado	Obrigações	Fonte
1	D. Catarina de Castro (1)	1494/primeira metade do século XVI	Toda a sua fazenda e bens, tanto móveis como de raiz, incluindo: - terreno onde o convento estava edificado; - uma vinha fora da cerca; - Quinta da Barrosa (São Tiago de Litém, Pombal) , com tudo o que lhe pertence; - terras e olivais; - todo os móveis, ornamentos, cálices e prata, panos de armar, tapeçaria para a capela;	- sepultamento no Capítulo ou na Capela-Mór; - orações por sua alma; - missa aos Domingos por sua alma	SOUSA (1866), p. 475; ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 6, 17/10/1829
2	Isabel de Lemos	Século XVI	Todos os seus bens, incluindo quatro casais, três olivais, três moinhos, uns pinhais, umas casas e <i>muito bom móvel</i> .	- sepultamento na Capela-mor, atrás do altar-mor; - missas por sua alma: Missa Conventual da segunda feira, um ofício de nove lições, com missa cantada no Oitavário dos Santos	SOUSA (1866), p. 482; O Couseiro (1868), p. 295 ; ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 6, 17/10/1829
3	Domingos Dantas (Capela de Santa Margarida do Arrabal)	07/10/1593	- 6 alqueires de azeite anuais para uma lâmpada do Santíssimo Sacramento da Igreja do Convento de Santana; - 500 reis anuais; - 10 tostões anuais para a compra de peixe para as festividades dos Ramos e Semana Santa; - 100 reis anuais; (encargos abolidos por alvará régio de 9 de Setembro de 1796)	- um ofício anual por sufrágio da alma do testador e seu pai; - uma missa no altar da Senhora do Rosário;	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 10, 15/04/1856

4	D. Isabel de Lencastre Duquesa de Caminha (Capela no Convento de Santana instituída por sua Mãe D. Brites de Lencastre e por si concluída)	30/10/1615 22/10/1623	<ul style="list-style-type: none"> - pela sepultura, uma charola e bordo dourada para guardar o Santíssimo Sacramento nas endoenças e se o convento tiver já essa peça, dão-se-lhe cem cruzados ⁽⁶⁾; - remanescentes vestidos para ornamentos, frontais para a capela sua e da mãe, sacristia e Nossa Senhora do Rosário ⁽⁶⁾; - tença de 320 mil reis dados no Almocharifado de Leiria ^{(1) (3)} - padrão de tença de juro de 62125 reis a ser recebido na Alfândega de Lisboa (que passam a ser 27125, em virtude da arrematação de 35 000 reis por D. Pedro de Lencastre em 04/07/1638) ^{(2) (4)} - padrão de tença de juro de a retro de 832 413 reis pagos da Casa dos Vinhos, Casa da Portagem, Casa das Carnes, Casa do Pescado, que passam a ser 532 413, repartidos pelas primeiras três em virtude da arrematação de 300 mil reis por Pedro de Lencastre em 07/03/1638 ⁽⁵⁾ 	<ul style="list-style-type: none"> - sepultamento no coro baixo, diante do altar de Nossa Senhora da Piedade ⁽⁶⁾; - uma missa quotidiana e missas de domingo, missa anual, pela sua alma, seu pai, D. Teodósio de Bragança, sua mãe, D. Brites de Lencastre e seu esposo, D. Miguel de Meneses ⁽⁶⁾; - três lugares perpétuos de freiras e que cada uma tenha dote de trinta mil reis, sendo oito mil reis de tença, e vinte e dois de juro perpetuo com prioridade para criadas suas, ou respectivas filhas e netas, pagos dos 320 mil reis deixados ao convento em 1632, o dote foi dobrado para 60 mil reis ^{(1) (6)} - tença anual de trinta mil reis e outra de dez mil reis para Soror Luísa do Evangelista (83) e após a sua morte esta fica para o convento de Santana, paga dos bens deixados à capela ⁽⁶⁾ - auxílio a criados e criadas, seus filhos e netos, muito em especial para o ingresso religioso ⁽⁶⁾ 	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-18, 1 21-23v, 19/11/1632 ⁽¹⁾ ; 60-B-6, fl. 77v-78v ⁽²⁾ ; ANTT, Chancelarias Régias, D. Filipe III (Doações), Liv. 12, fl. 68v ⁽³⁾ ; Liv.35, fl. 2v-3 ⁽⁴⁾ ; D. João IV, Liv. 2, fl. 72v ⁽⁵⁾ ; MARTINS (2001) ⁽⁶⁾
5	Rafael de Meneses	15/3/1640	- Quinta na Ponte do Sirol, Leiria, pela aceitação da sua filha Soror Maria da Encarnação (124) como religiosa	- ofício anual de nove lições com sua missa, no Oitavário de Todos os Santos, pela sua alma e a da sua falecida mulher Dona Madalena	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-20 fl. 129-131, 15/03/1640
6	Maria Loba , viúva, de Porto de Mós	Século XVII?	- vários bens		<i>O Couseiro</i> (1868), p. 295
7	Soror Ana Maria de São Francisco (188)	23/12/1727; 29/1/1728	- 61 400 reis	- missas pela alma das suas irmãs	Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-8, fl. 23-26, 23/12/1727;fl.96-98v, 29/01/1728

8	Ana de Miranda, recolhida (21)	4/6/1732	- escritura de onze tostões de foro; - duas colheres e dois garfos de prata;	- sepultura no Convento; - ofícios e sufrágios por sua alma;	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-15, fl. 87-88, 4/6/1732
9	Soror Antónia Angélica (250)	14/11/1786	- 100 000 reis para se porem a render para o fundo do convento	- obrigação perpétua de dádiva mensal de meio alqueire de azeite para a lâmpada da capela de Nossa Senhora do Rosário	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 90-90v, 14/11/1786

9. Áreas funcionais do convento

Áreas funcionais	Divisões	Elementos	Referência documental	Fonte
1. Geral			<i>“Convento de Sant’Ana, seus anexos, e cercas situado na Rua de João de Deus, antiga rua de Sant’Ana, freguesia da Sé d’esta cidade, o qual tem a superfície total de dezaseis mil seiscientos oitenta e cinco metros quadrados e cincoenta decímetros e foi assim avaliado : Parte urbana mede: trez mil duseentos quarenta e oito metros quadrados e que se compõe de antiga casa das freiras, com salas, refeitório, celas, cosinhas, despensa, lagar e adega, Igreja e sachristia, páteos cobertos e antigo convento em ruínas, (...) Parte rústica, mede : tres mil trescentos noventa e sete metros quadrados e cincoenta decímetros e que se compõe de terras d’horta e pomar, jardim contíguo à parte urbana e terra de sementeira, esta situada a nascente da estrada nacional numero sessenta e tres, das Caldas a Coimbra, a qual é a travessada por duas serventias municipais que se cruzam”.</i>	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Autos, Doc.16, Autos de avaliação da propriedade denominada Convento de Sant’Ana e anexos, fl. 7-8, 24/09/1912
2. Cerca			<i>“A primeira que é a que fica contigua ao convento consta de horta com algumas arvores de fruta e agua de rega, murada ao Sul e comunicando por uma porta com a segunda parte , que é toda murada em volta e se compõe de pomar e um pequeno talho de vinha”.</i>	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-5, Inventários, Doc. 3, 28/01/1875
		2.1- Ermida de Santo António	<i>“Atemorizou-se a Religiosa, e levantando a voz, correo para huma Ermida de Santo Antonio, que está na Cerca”</i>	SANTA CATARINA (1866), p. 370
3. Igreja	3.1- Coro		<i>“de uma só nave ... com azulejos na capela mor e alguma obra de talha.”</i>	Alberto Pimentel (1849-1925), <i>Extremadura Portuguesa</i> (1908) conforme citado por CABRAL (1993), p. 41
			<i>“passando a examinar o Coro, advertio huma, que entre as vozes, que se ouvião, conhecia a de huma Religiosa, que falecera com boa opinião na Casa. Mas chegando todas, virão as cadeiras vasias”</i>	SANTA CATARINA (1866), p. 365

			<i>“Eis que lhes foi ás orelhas hum som de órgãos tão acordado, e suave, que grandemente deleitava; mas polo mesmo caso, por ser em tal conjunção escandalizou: e ficarão em lembrança os nomes de duas Madres, que com sentimento se levantarão, e forão correndo ao Choro, pera reprenderem quem em ponto, que se devião desconsoladas lagrimas, tinham mãos pera instrumentos de alegria. Chamavão-se Sor Madalena de Jesus, e Sor Briolanja das Chagas; porém tornarão mais admiradas, do que forão sentidas; porque acharão em tudo só, e sem rasto de se haver aberto o órgão”</i>	SOUSA (1866), Vol. III, p. 480
		3.1.1- Altar de Nossa Senhora da Piedade	<i>“Fora n'ella devotissima de hum a Imagem da Senhora da Piedade, que antigamente estivera no Coro debaixo”</i>	SANTA CATARINA (1866), Vol. V, p. 363
			<i>“o altar da senhora da piedade de d. mécia: “Esquecia-se de tudo o da vida na hora, que se achava diante de hum devota Senhora da Piedade, que na casa havia de vulto, sentada ao pé da Cruz com o defuncto Jesus nos braços.”</i>	SOUSA (1866), Vol. III, p. 479
		3.1.2- Sepulturas de D. Brites e D. Isabel de Lencastre	<i>“peço e mando que me enterrem em hũa sepultura raza no coro debaixo do Convento de Sta. Ana (...) diante do altar de nossa sr^a, da piedade abaixo das grades da mesma capela, ou nas ilhargas junto da grade do coro”</i>	MARTINS (2000), p. 4
			<i>“Sepultura da Duquesa de Bragança D. Brites, mulher do Grão-Duque de Bragança D. Theodosio, quinto Duque de Bragança. Falleceo a V. de Junho de M. DC.XXIII “</i>	CONCEIÇÃO (1819), p. 356
			<i>“Sepultura da Senhora D. Izabel de Lancastre, Duquesa de Caminha, mulher do Duque de Caminha D. Miguel de Menezes o primeiro. Falleceo na era de M.DC.XXVI.”</i>	CONCEIÇÃO (1819), p. 357
			<i>“e me farão sepultura a par da sua igual tanto a ella que se não puderem meter dous dedos entre hũa e outra assi seja”.</i>	MARTINS (2000), p. 44
	3.2- Capela-Mor, Altar-Mor, Casa do Capítulo	3.2.1- Sepultura de D. Catarina de Castro	<i>“me enterrarão dentro no Capítulo, ou na Capella mór, se inda não for feito”</i>	SOUSA (1866), Vol. III, p. 476
		3.2.2- Sepultura de Isabel de Lemos	<i>“e mandando-se enterrar na Capella mór, antevio com bom juizo, ou quasi adivinhou, que podia vir tempo em que com ella despejada poderião as Madres ganhar alguma grande herança: e ordenou a este respeito que fosse sua sepultura detraz do Altar mor”</i>	SOUSA (1866), Vol. III, p. 482
		3.2.3 - Sepultura de D. Filipa de Meneses	<i>“Sepultura da Ill.ma Snr^a D. Fillippa / de Menezes, filha do Marquez Duque / de Villa Real. Faleceo a 16 de Agosto de 1644.”</i>	ZÚQUETE (1943), p. 316

	3.3- Casa do Rosário		<i>“tinha doado ao dito cov.to a quantia de cem mil reis para se porem a Render para fundo do mesmo convento com a obrigação dele se dar em cada mez meyo alqueire e azeite para a lâmpada da capella de Nosa Senhora do Ro/zario que fica no interior do mesmo Convento”</i>	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-20, fl. 90-90v, 14/11/1786
			<i>“Succedeo assim em huma madrugada, porque indo n'ella (como costumava) para o Coro, ao atravessar a casa do Rosário”</i>	SANTA CATARINA (1866), p. 368.
	3.4- Sacristia		<i>“os mais vestidos meus se farão em ornamentos, frontais assi da nossa capella para o mesmo convento e sancristia de Sta. Anna.”</i>	MARTINS (2000), p. 46
4. Claustro		4.1 Nicho de Santa Bárbara	<i>“Tinha-se mandado do Mosteiro fazer huma Imagem de Santa Barbara, appetecida da devoção das Religiosas, como perseguidas n'aquelle sitio, e suas visinhanças de medonhas trevoadas. Por este tempo se achavão huma madrugada as duas serventes, de que fallamos, no Claustro, a que descerão para serviço de huma officina, quando virão , que por elle passava huma menina de rara fermosura, e estranha, como rica gala. Suspendirão-se como as que sabião, que não havia d'aquella idade secular alguma na Casa, menos quem áquellas horas passeasse por ella. Parou a menina, e detendo-se pouco espaço desapareceo, obsevando ellas o lugar. Chegou ao seguinte dia a Imagem da Santa, e vista por ellas com a memoria fresca, testemunharão, que era a aquella a menina, que tinham visto no lugar do Claustro; n'elle se lhe abrio hum nicho, em que a Imagem se poz, e he veneranda, conservando-se n'ella esta memoria.”</i>	SANTA CATARINA (1866), p. 369-370
		4.2-Sepulturas de religiosas	<i>“Ao romper da manhã corria os Claustros, lançando agua benta pelas sepulturas das Religiosas falecidas; passava d'alli ao Coro, detendo-se na oração por suas almas”</i>	SANTA CATARINA (1866), p. 363
			<i>"Temos na Madre Sor Antonia de Teive outra maravilha como a dos ossos de Eliseu; que despos de morto fizeram seus ossos effeitos de Profeta vivo. Era havida por muito sancta em vida, mostrou se-lo ao certo despois de morta. Succedeo ao cabo de muitos annos abrir-se a sua cova pera servir a outra Religiosa defuncta: ao cerrar como he ordinario, sobejou terra; e ficou n'ella hum ossinho dos mais meudos do corpo humano. Era presente uma Madre velha, que conhecera a defuncta antiga, lançou mão d'elle com tanto alvoroço, como se achara huma pedra preciosa: e não se enganou: porque mandando-o a alguns enfermos, se provou, e soube de certo, que fizera em todos obra milagrosa."</i>	SOUSA (1866), p. 479

5. Dependências utilitárias	5.1 Dormitórios		<i>“Com hua corda chea de nós se açoutaua todos os dias, & depois com disciplinas rematadas em rodícios de ferro, i erão taes os golpes, que soauão nas abobadas do dormitório.”</i>	CARDOSO (1657), p. 28
			<i>“as barandas que amparavão os dormitórios se achão podres, amiaçando por isso todo / o edeficio huma total Ruína”</i>	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, sem data
		5.1.1- Celas	<i>“foi o encher-se a cella da moribunda, e os Dormitorios, de hum cheiro agudo, e insoportavel de enxofre, que examinado, se lhe não achou principio; e ouvirem-se ao mesmo tempo no Pomar, defronte da mesma cella, huns gemidos, que em tal lugar, e a taes horas não podiam ser humanos”</i>	SANTA CATARINA (1866), p. 364
			<i>“Madre Beatriz Aranha, que duas vezes seruió de Priorressa, com grande satisfação, gastão o mais do tempo na estancia do choro de em diuinos louuores, & na cella, onde era achada a toda a hora em Oração”</i>	CARDOSO (1666), p.110
	5.2- Enfermaria		<i>“hua cama pera a ãfermarja como he costume”</i>	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 59-D-6, fl. 105-106, 11/09/1602
			<i>“Entrada em annos, e estando na Enfermaria, sangrada de doença perigosa, se lhe soltou de noite huma sangria”</i>	SANTA CATARINA (1866), p. 363
	5.3-Botica			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Inventários, Livro 2, 13/7/1827; 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, 21/12/1748
	5.4-Rouparia			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Inventários, Livro 2, 13/7/1827

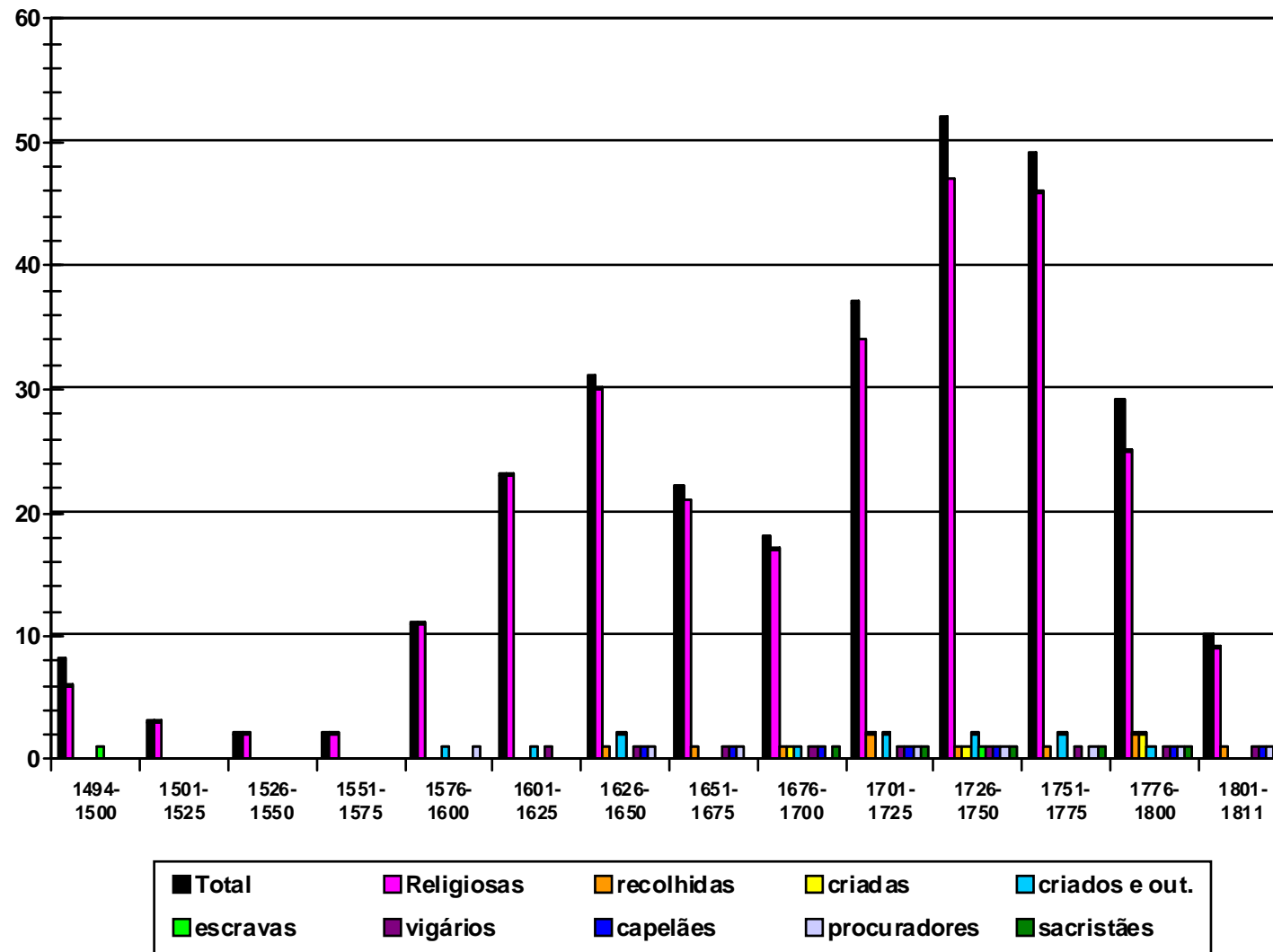
	5.5 Cozinha			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Autos, Doc.16, fl. 7-8, 24/09/1912; 24-B-5, Inventários, Livro 2, 13/7/1827
	5.6-Dispensa			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Autos, Doc.16, fl. 7-8, 24/09/1912
	5.7-Celeiro		<i>“tudo posto medido e entregue no dito Convento e seleiro”</i>	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-C-3, fl. 44v-47, 20/10/1768
	5.8-Adega			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Autos, Doc.16, fl. 7-8, 24/09/1912; 24-B-5, Inventários, Livro 2, 13/7/1827
	5.9-Massaria / Casa do forno			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-5, Inventários, Livro 2, 13/7/1827
			<i>“este qano paça por debaixo da porta da dita Caza e por baicho do Corredor que vai direito a Caza do forno”</i>	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Apontamentos, Doc.1, sem data (séc. XIX?)

	5.10-Lagar			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-B-1, Autos, Doc.16, fl. 7-8, 24/09/1912
	5.11- Hospedaria		<i>“assistente nas casas da hospedaria”</i>	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. VI, 60-A-13, fl. 88-90v, 19/03/1731
	5.12- Noviciaria			ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, 21/12/1748
	5.13- Vigararia		<i>“Vigário Frey Fran cisco de Azevedo, Pregador geral, e o seo muito Reverendo pro/curador geral Frey Joam de Masedo asistentes nas Cazas da Vi/gayraria do dito Mosteiro”</i>	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132, 16/11/1727
	5.14-Casa da grade / locutório		<i>“em o Mosteiro de Santa Anna e caza do lucutorio delle aonde eu tabaliam ao diante nomeado fui ahi da parte de dentro da grade estavam presentes a Reverenda Madre Sor Aldonsa de Santo António Preioreza e Sor Luiza Thereza do sprito santo suprioreza e mais Relligiozas Discretas, depozitarias e Ministras do dito Mosteiro no fim desta escritura asignadas que todas para o prezente acto forão chamadas a som de campa tangida segundo seo bom e virtuozo custume da parte de fora da mesma grade estava o seo muito Reverendo Vigário Frey Fran cisco de Azevedo, Pregador geral, e o seo muito Reverendo pro/curador geral Frey Joam de Masedo asistentes nas Cazas da Vi/gayraria do dito Mosteiro e bem assim estava presente Pedro de Souza de Castello Branco, Coronel do Regimento da Armada Real e morador na Cidade de Lixboa todos pessoas Reconhecidas de mim tabaliam.”</i>	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 1º Ofício, Dep. V, 60-A-7, fl.130-132, 16/11/1727
	5.15- Portaria		<i>“Compra de Maria Francisca veuva Criada da porta das Religiozas de Santa Anna”</i>	ADLRA, Cartório Notarial de Leiria – 2º Ofício, Dep. V, 62-B-13, fl. 156-157, 09/01/1737
	5.16- Roda		<i>“Não se passarão muitas horas, quando chegando à Roda do Mosteiro huma mulher desconhecida, e pondo n'ella a mesma quantia, disse, que aquelle dinheiro se entregasse à Madre Sor Isabel”</i>	SANTA CATARINA (1866), p. 362

	5.17- Mirante		<i>"defronte do miradouro/ das freiras de Sancta Anna diantte e a vista das freiras do dito convento e botou no Rio aos empuxões"</i>	ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Proc. nº 10672, fl. 78, 29/08/1631; POUSÃO-SMITH (2008), p. 138, 222
6. Abastecimento de água			<i>"Exclarecimento das Aguas perdidas da Fonte Grande para ir Regar a Serqa do Rial Convento das Religiozas de Santa Anna Começa o primeiro qano à saída da Porta que da entrada para A mesma Fonte em Altura de cinco Palmos; e Logo em qonprimento de vinte palmos se aicha outro qano que sai de baicho de huma Parede das Cazas de Estalaje do Aires, o qual se vem Qumeniqar com o qano que vem da Fonte em hum pequeno depozito Aonde se ajuntao os dois qanos; este cano sege sempre huma linha Reta athe pela Parte de Fora do adro do Espírito Santo, e sege a mesma Direçao athe pacar cinco Palmos para diante da Caza da Roda; a onde fás hum Qotovelo e vira para dentro do Convento Direito a Caza se mete Aonde se acha huma qelaraboia Aqual do Chão para baicho tem seus Palmos pa o fundo; este qano paça por debaixo da porta da dita Caza e por baicho do Corre/dor que vai direito a Caza do forno aonde foi rroto o mesmo Cano junto o Poial do Forno ao Lado esquerdo ao entrar para dentro para se fazer melhor a obeçervação aonde estava rroto em emqontrou huma pia muito Inundada a qual não podia dar de زمباراço Agua para correr; tem esta mesma pia por estar em Altura de oito Palmos hum qano que tras a Agua acima de baixo do mesmmo Poial aonde volta para o Laranjal. "</i>	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Apontamentos, Doc.1, sem data (séc. XIX?)
			<i>"Lembrança dos canos da Agoa que da Fonte Grande vem pa este Convento A Agoa de beber vem da May da Agoa pella parede e deçe a Terra logo ali corre na distancia de oito palmos direito athe de frente da porta da dita May da Agoa, ali faz hum cotovelo, ou volta para vir para o Convento; e a de regar sai por baixo da ditta porta, e tem huma Pia perto da volta que fás a de beber, correm estes dois canos de sorte que no fim da piquena (...) que esta hindo para a Fonte contado da parede ao cano de regar 4 palmos, deste ao/ de beber 6 e da parede a porta sigunda da caza 8 em cuja distancia se medio: a de beber (...) por baixo das Cázas, e a de regar vem pello Rocio a porta do Convento aonde dizem que entra hum assima do outro. Logo perto da Fonte há calçada e se puserão pedras maiores para mostrarem a direcção dos canos. Clareza por onde vem os canos de Agua da Fonte Grande para o Repucho do claustro Aqui esta a Lembrança por onde são os aquedutos e canos por onde vem ao Convento as Aguas de beber /ao Repucho do claustro e adegas"</i>	ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Apontamentos, Doc.2, sem data (séc. XIX?)

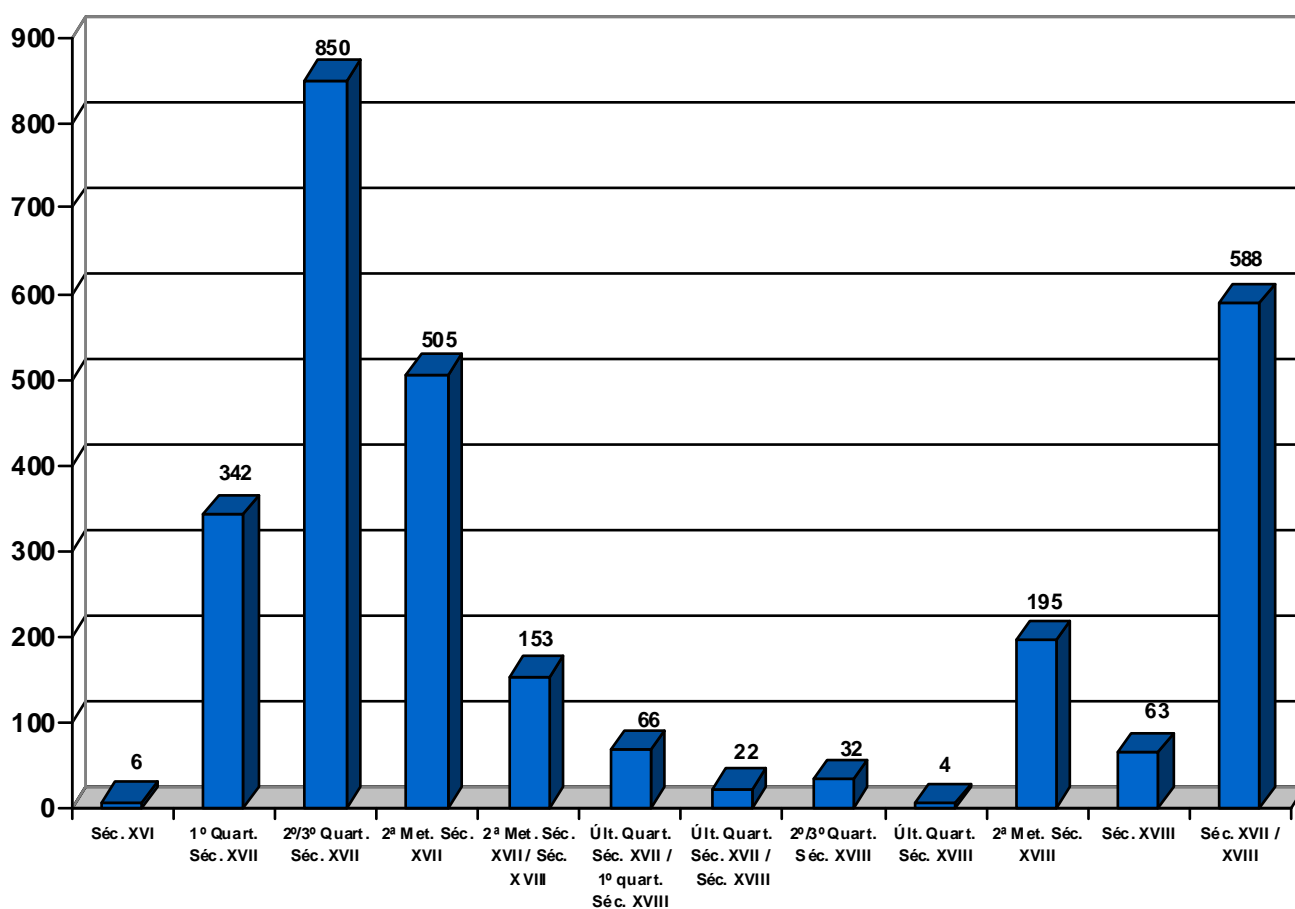
ANEXO IV – GRÁFICOS

1 - População média anual do Convento de Santana de Leiria, por quartéis de século

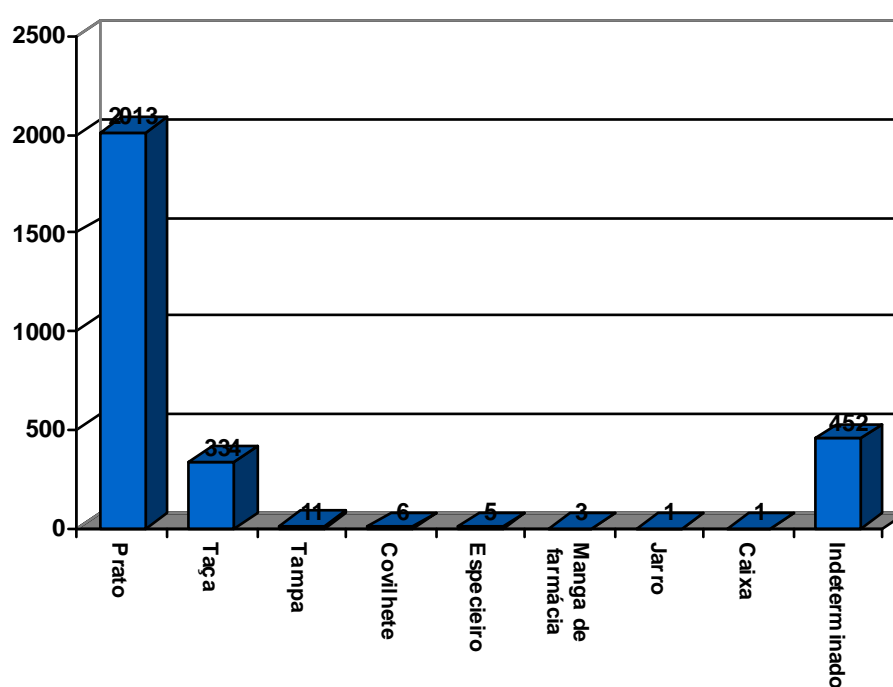


2 - Faiança Portuguesa

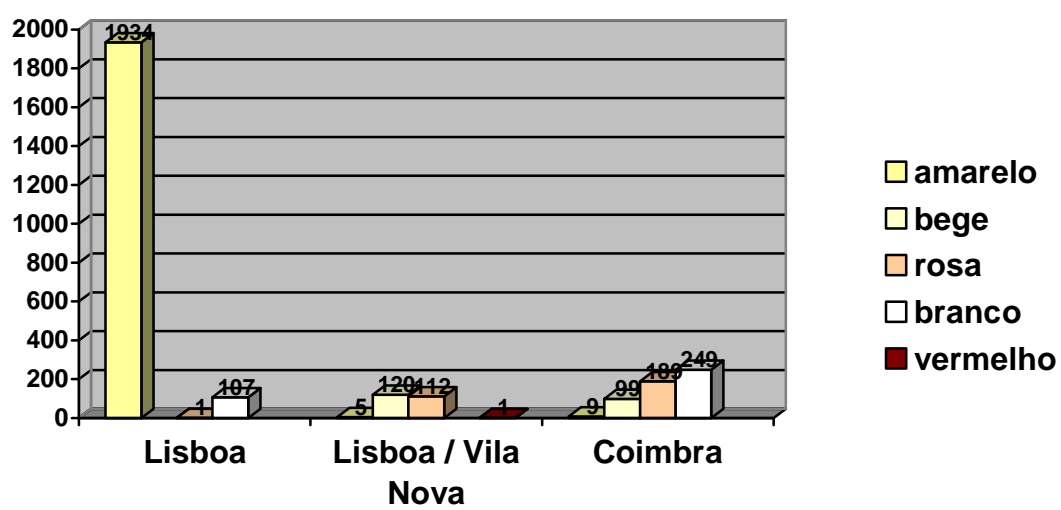
2.1- Cronologias



2.2- Formas

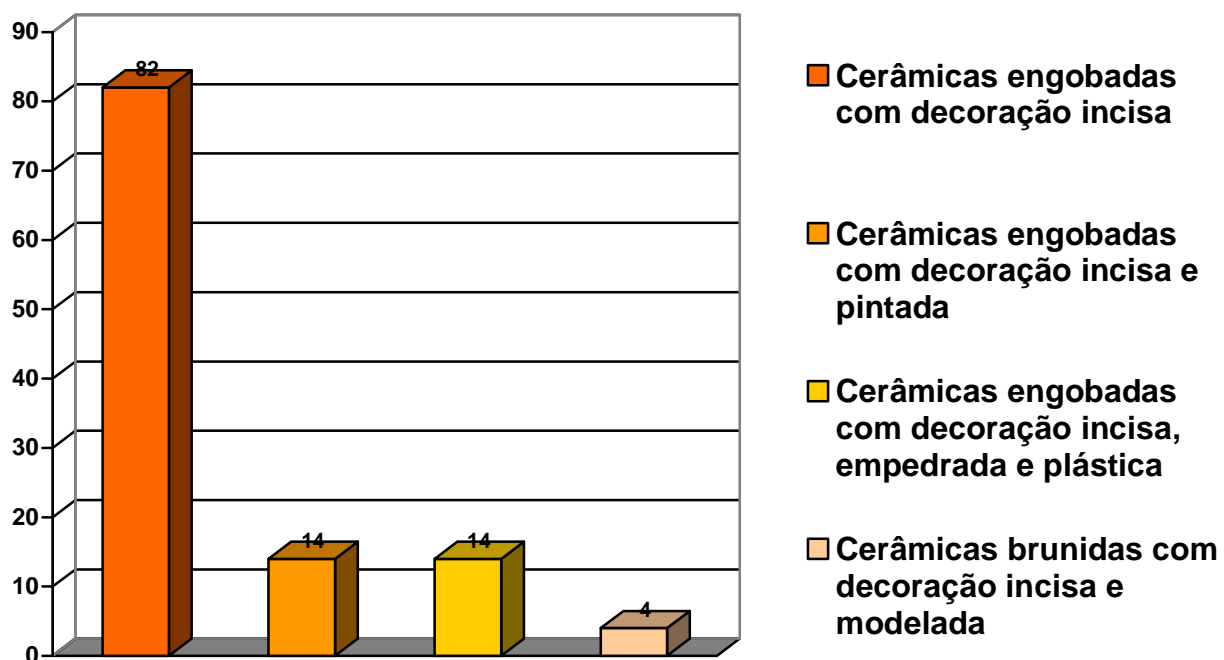


2.3 – Pastas e centros de produção

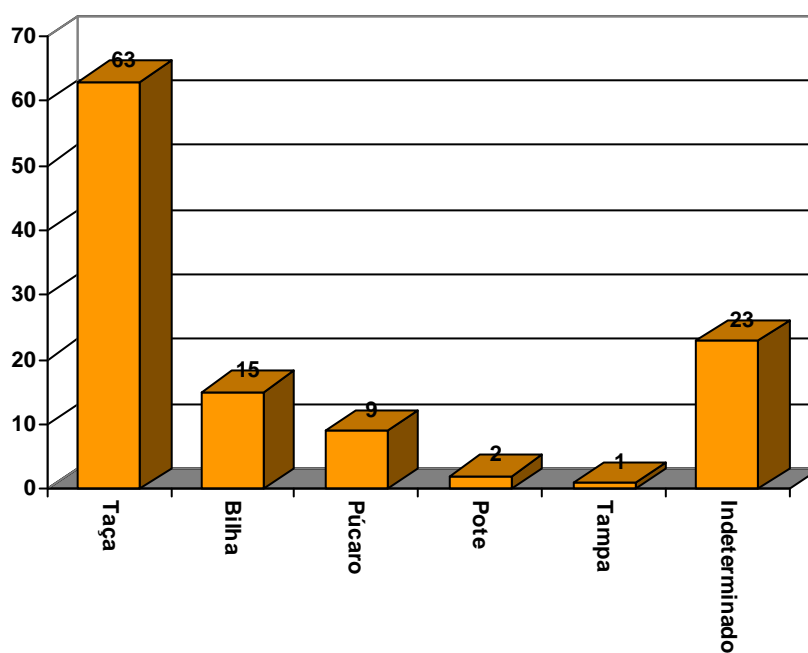


3 - Cerâmica Comum Fina

3.1 – Grupos de fabrico

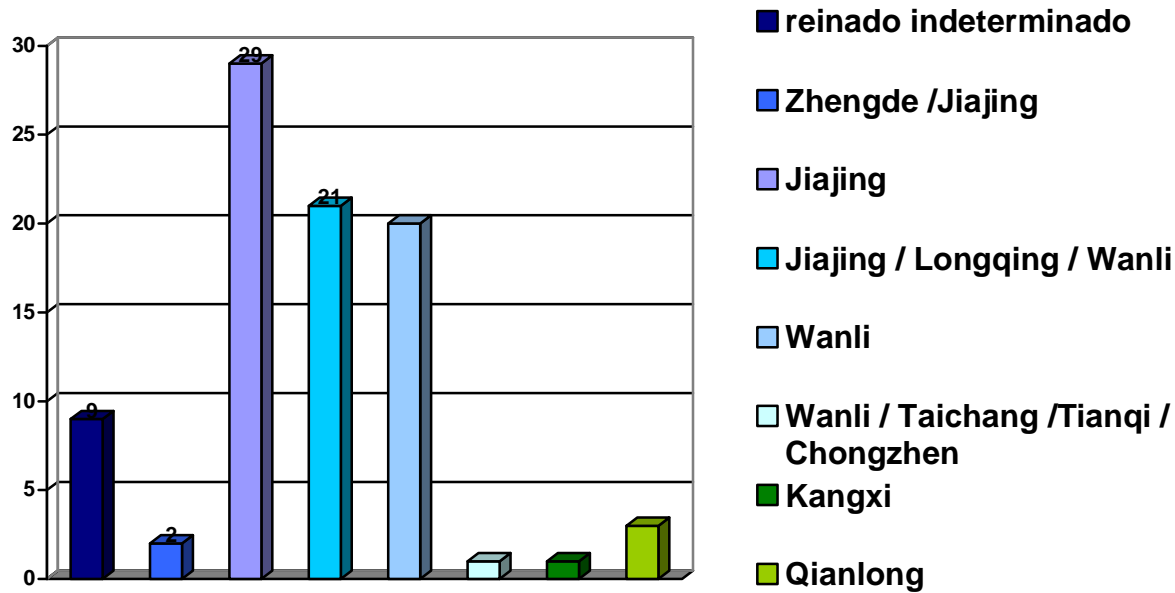


3.2- Formas

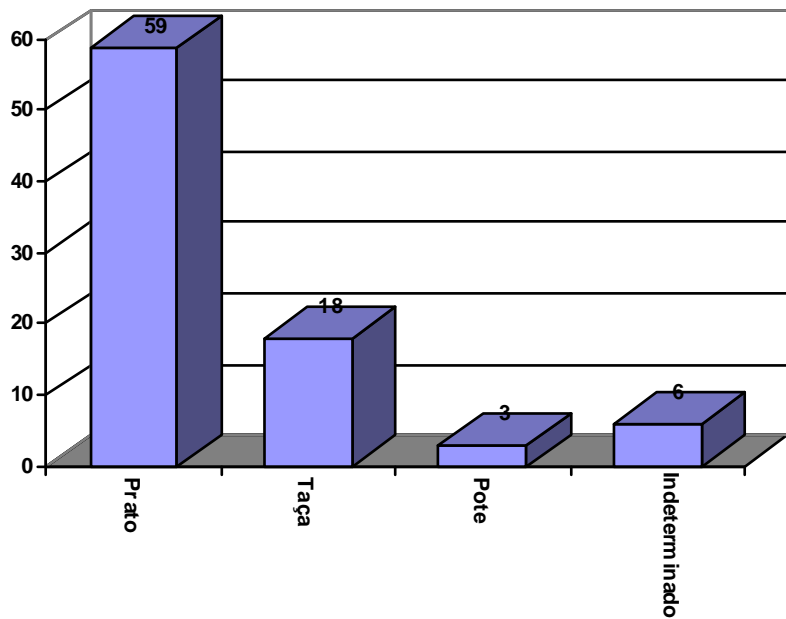


4 - Porcelana Chinesa

4.1- Reinados

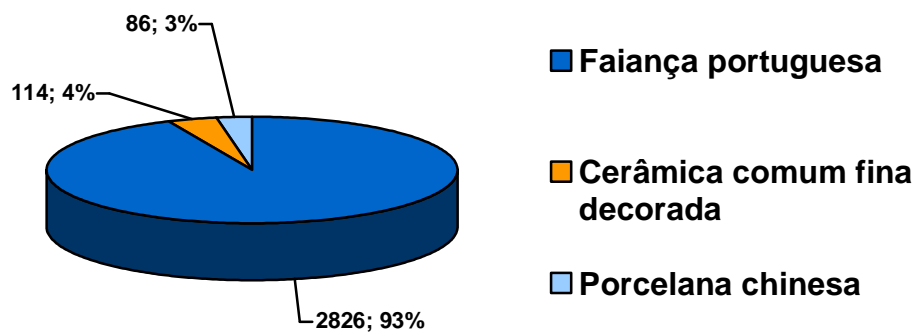


4.2- Formas

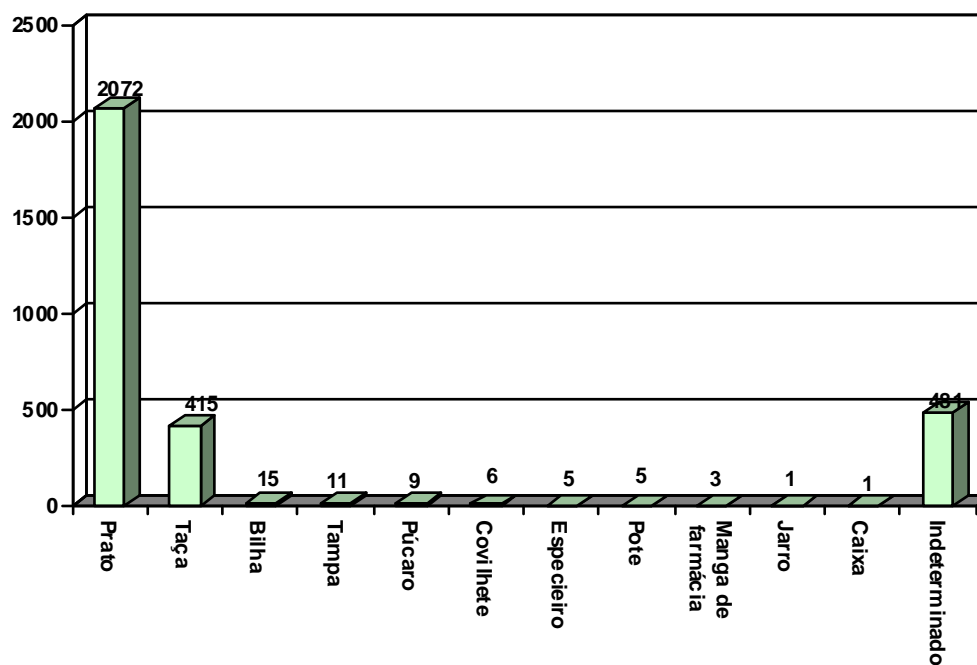


5- Total da cerâmica

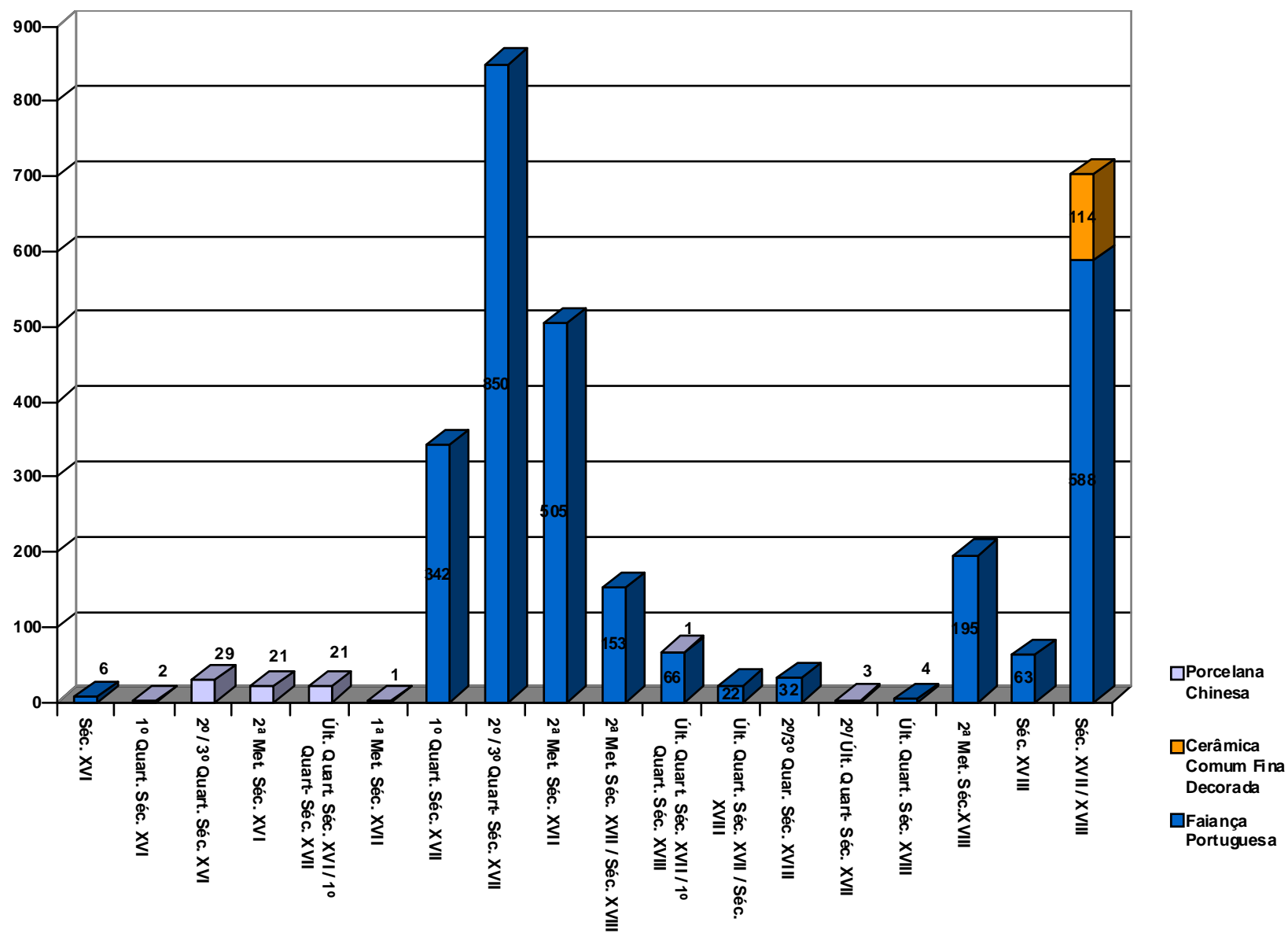
5.1- Total de grupos



5.2- Total de formas

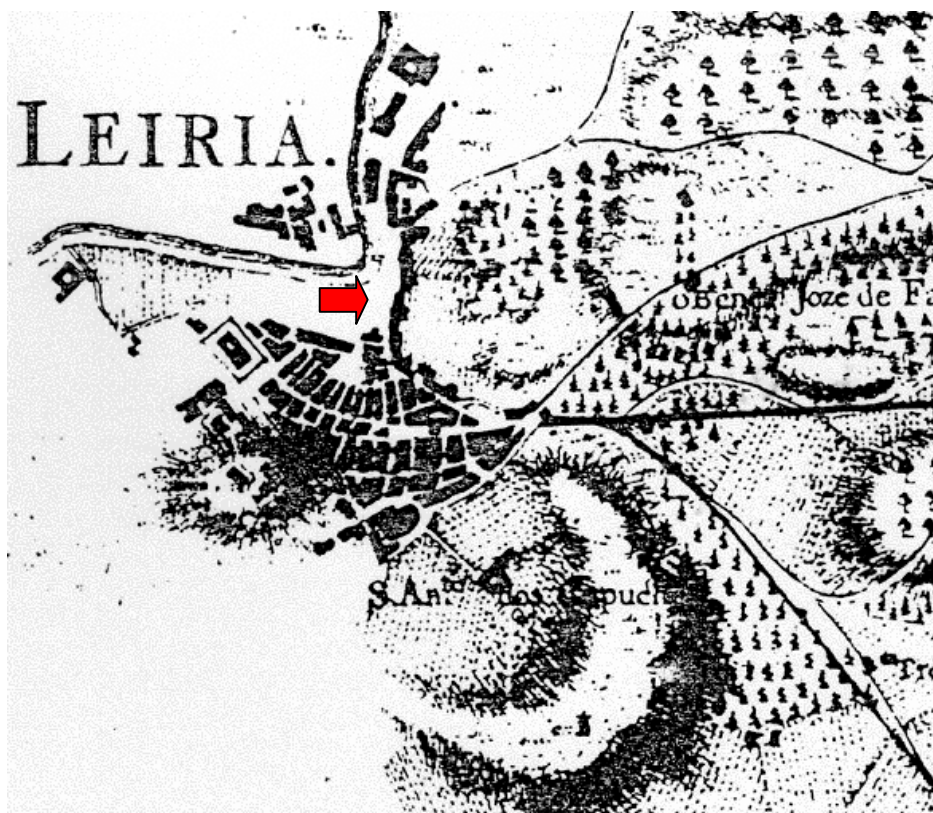


5.3 – Total de períodos

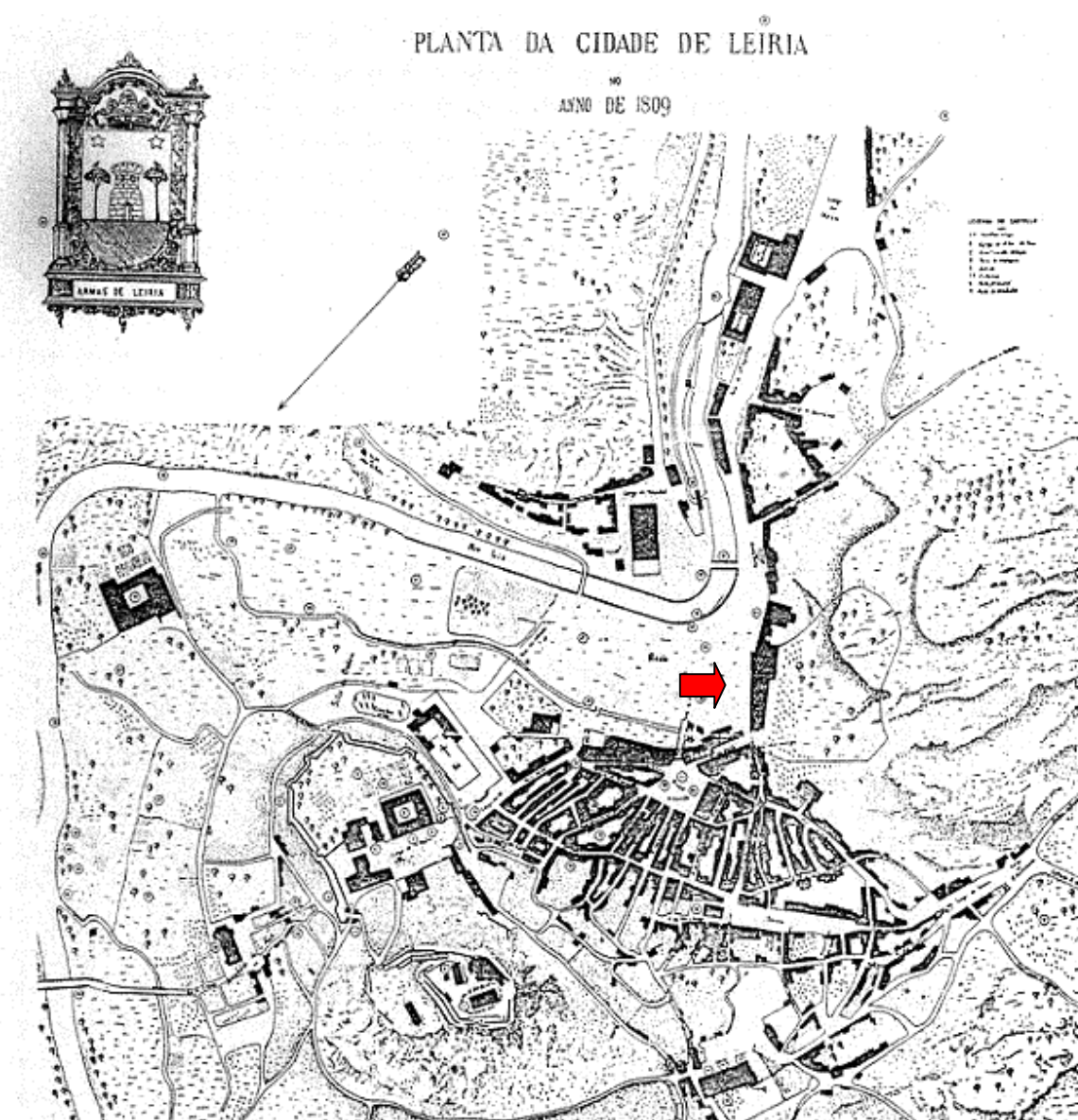


ANEXO V – PLANTAS E CARTOGRAFIA

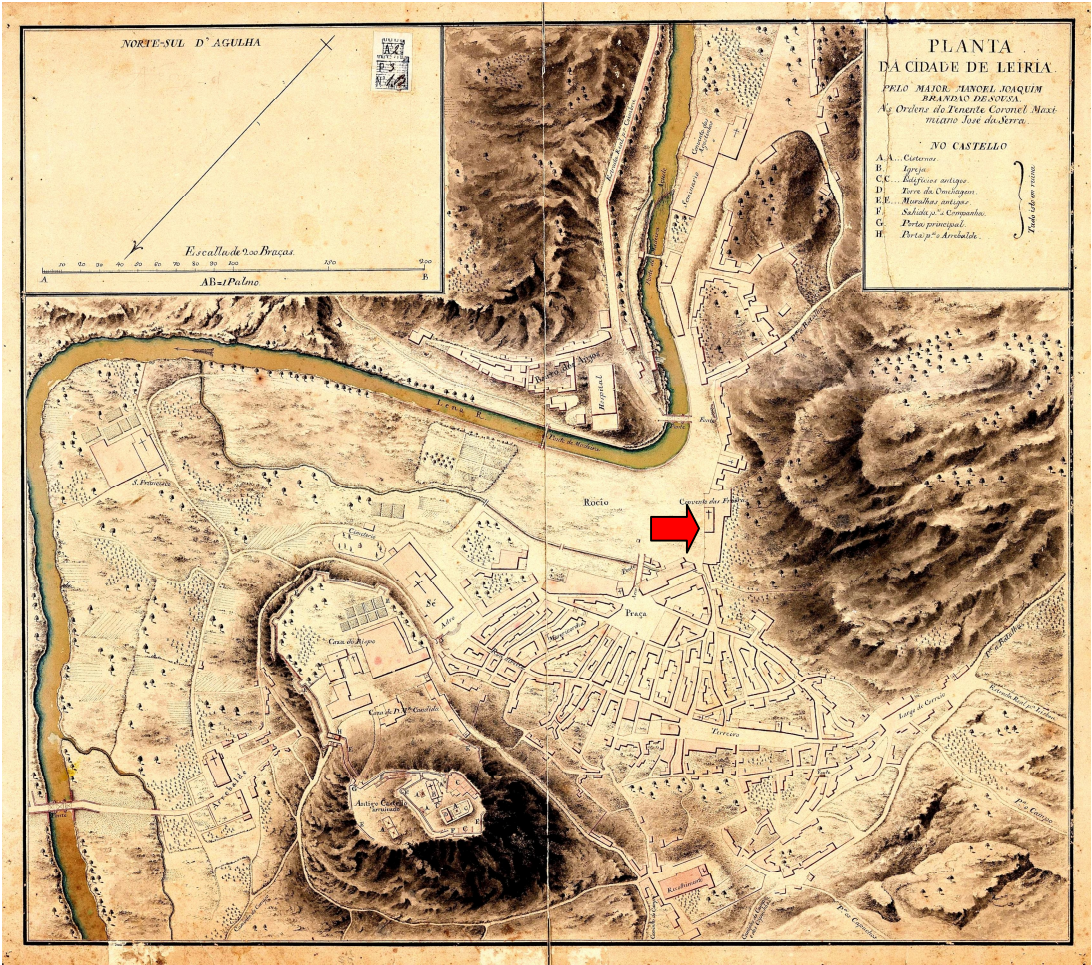
1-Localização do antigo Convento de Santana de Leiria em mapa topográfico da cidade de 1791 (Instituto Geográfico e Cadastral).



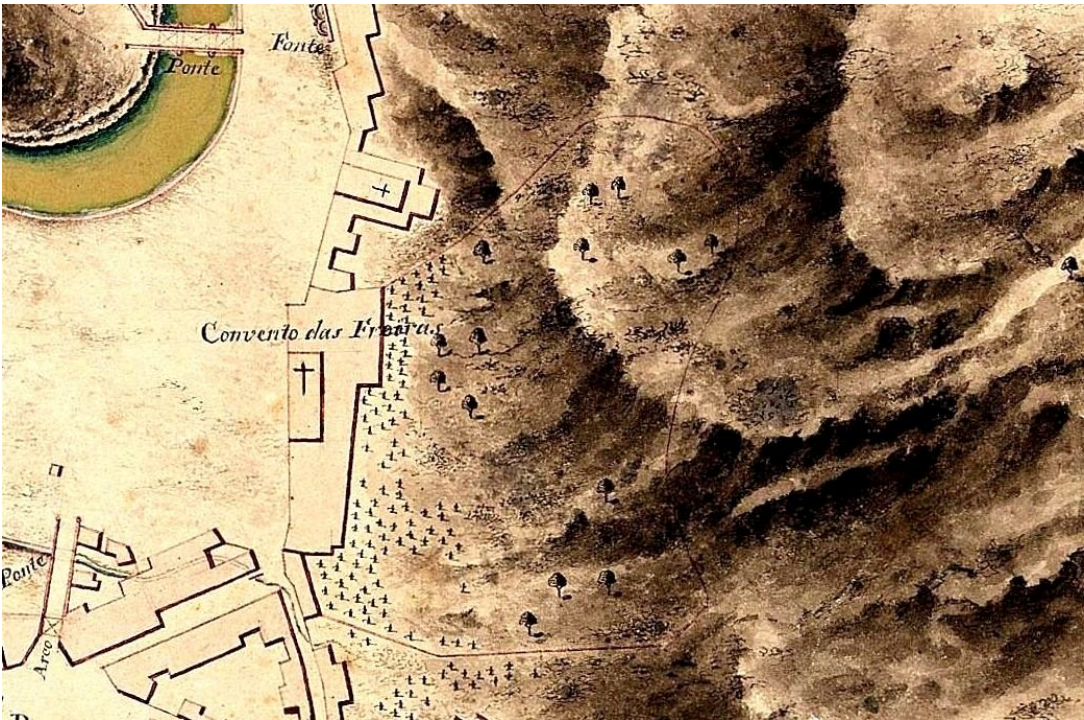
2- Localização do Convento de Santana na *Planta da Cidade de Leiria* 1809
(Arquivo Distrital de Leiria).



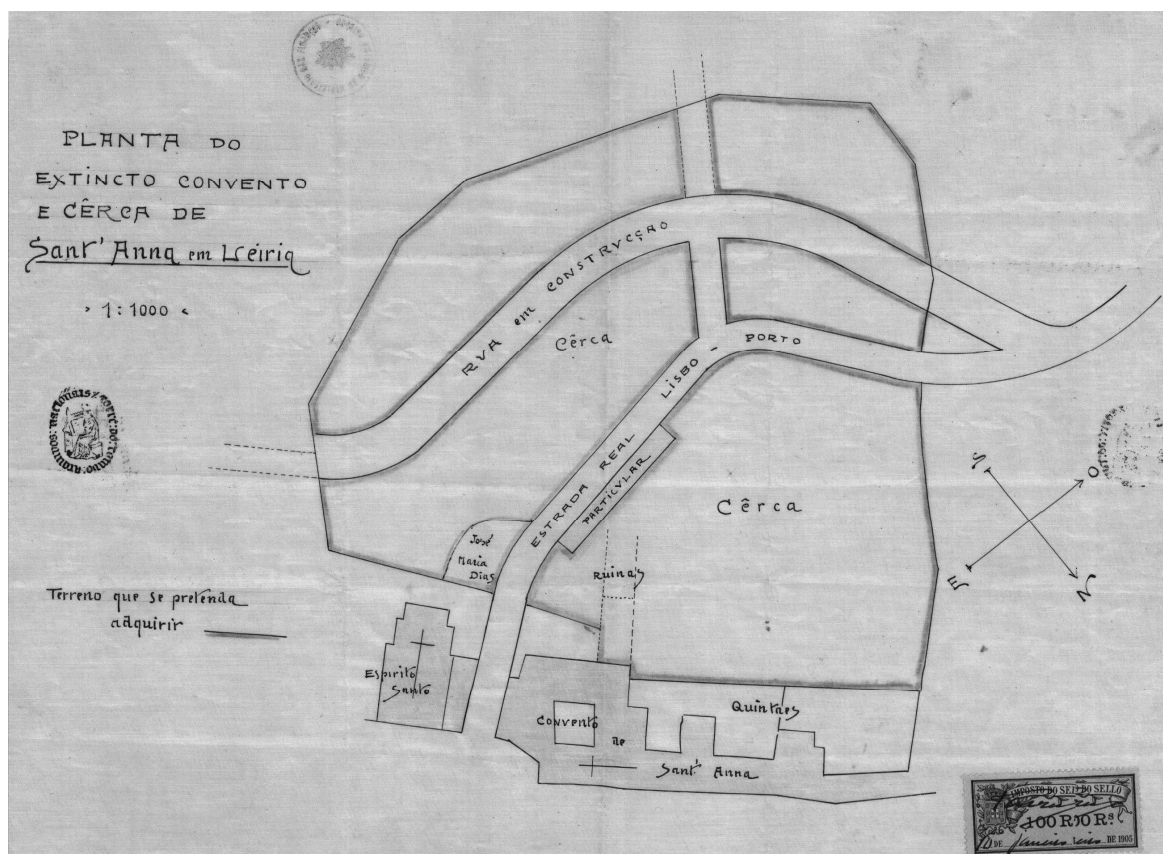
3 – Localização do Convento de Santana em *Planta da Cidade de Leiria* de 1816 (Ministério das Obras Públicas)



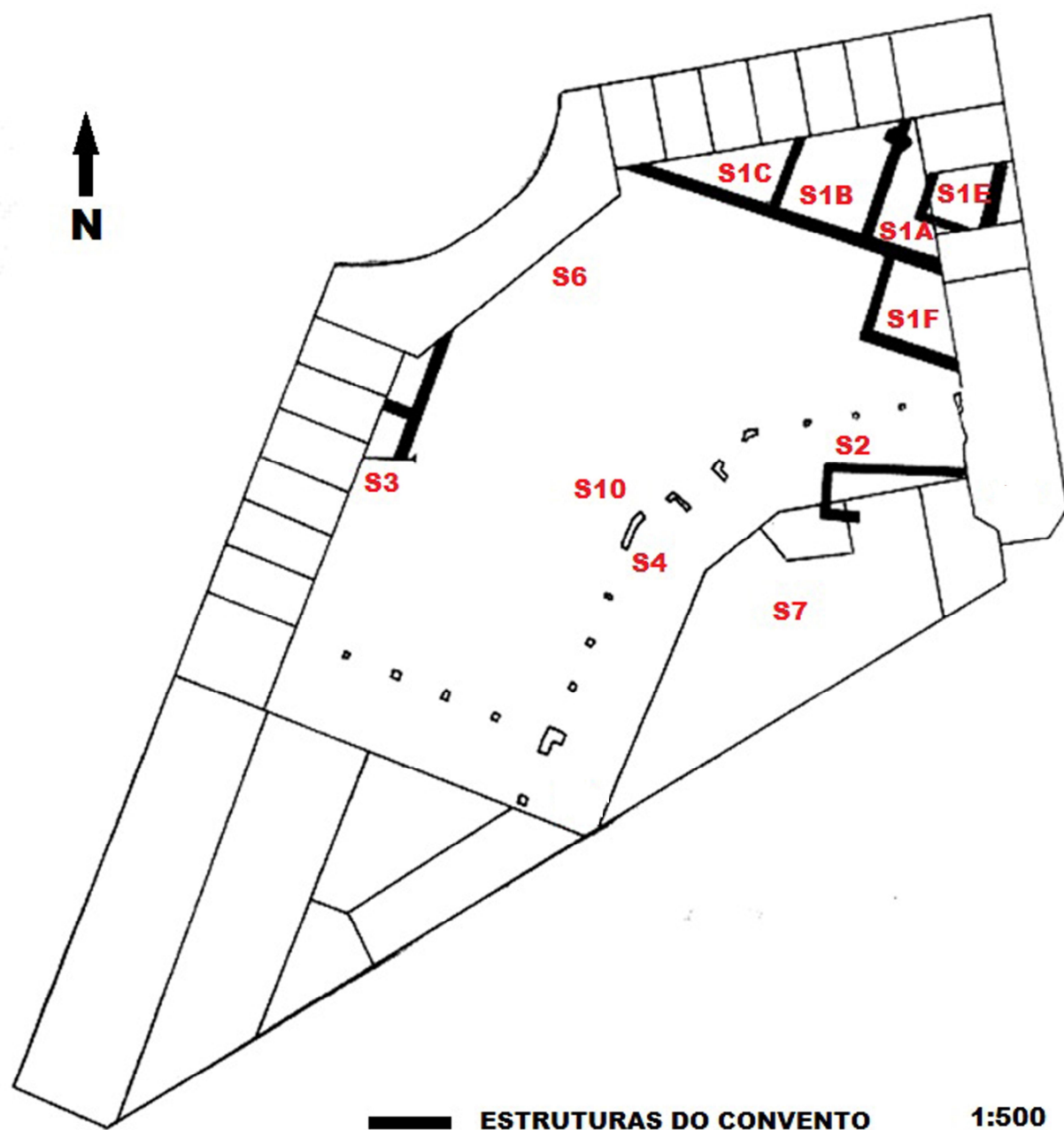
3.1 – Pormenor do Convento de Santana de Leiria.



4 – *Planta do extinto Convento e Cêrca de Sant'Ana em Leiria, de 1903.* (Arquivo Nacional Torre do Tombo). Projecto de construção de ruas enviada pela Câmara Municipal de Leiria à Direcção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, onde figura a Estrada Real



5- Planta do Mercado de Santana e da área de intervenção arqueológica, com indicação das sondagens que forneceram o material em estudo

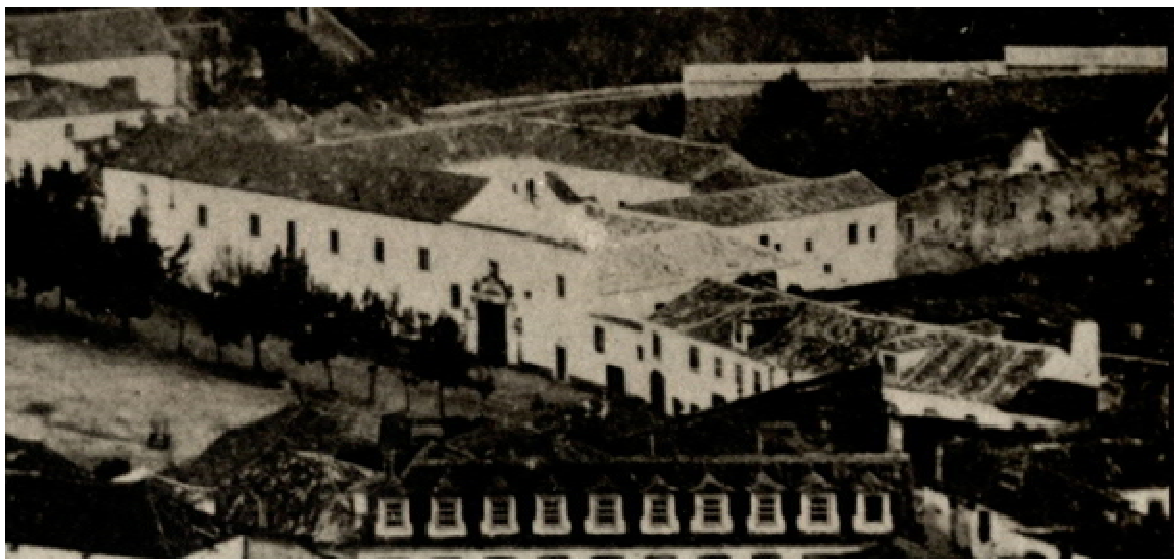


ANEXO VI – FOTOGRAFIA

1- O Convento de Santana em fotografia de c. 1880 (Arquivo Distrital de Leiria)



1.1- Pormenor do Convento de Santana.



2 – O Convento de Santana visto de Sudeste, onde se observa um corpo edificado contíguo ao claustro, em foto de 1902 (Arquivo Distrital de Leiria).



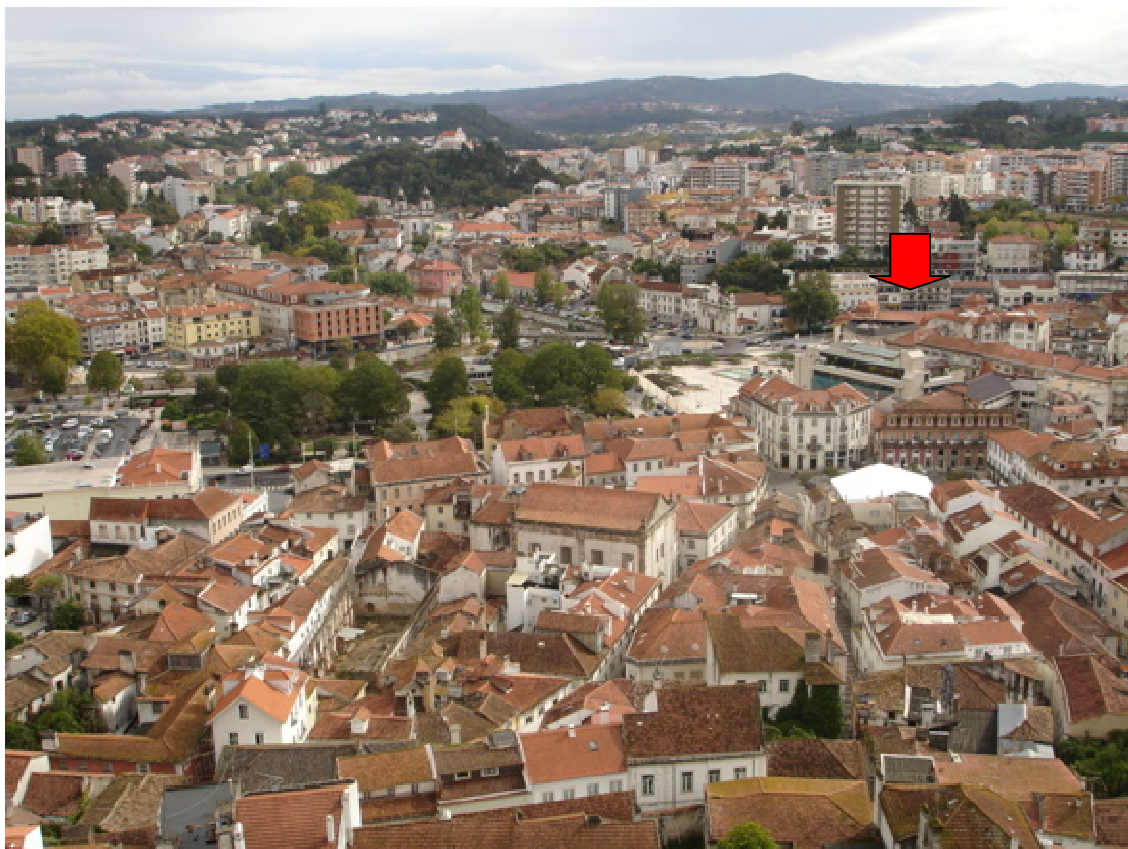
3- Aspecto dos vestígios estruturais do antigo Convento de Santana sob as sapatas do Mercado - Sondagens 1B, 1C (Câmara Municipal de Leiria, 1999)



4- Mercado de Santana de Leiria (Câmara Municipal de Leiria)

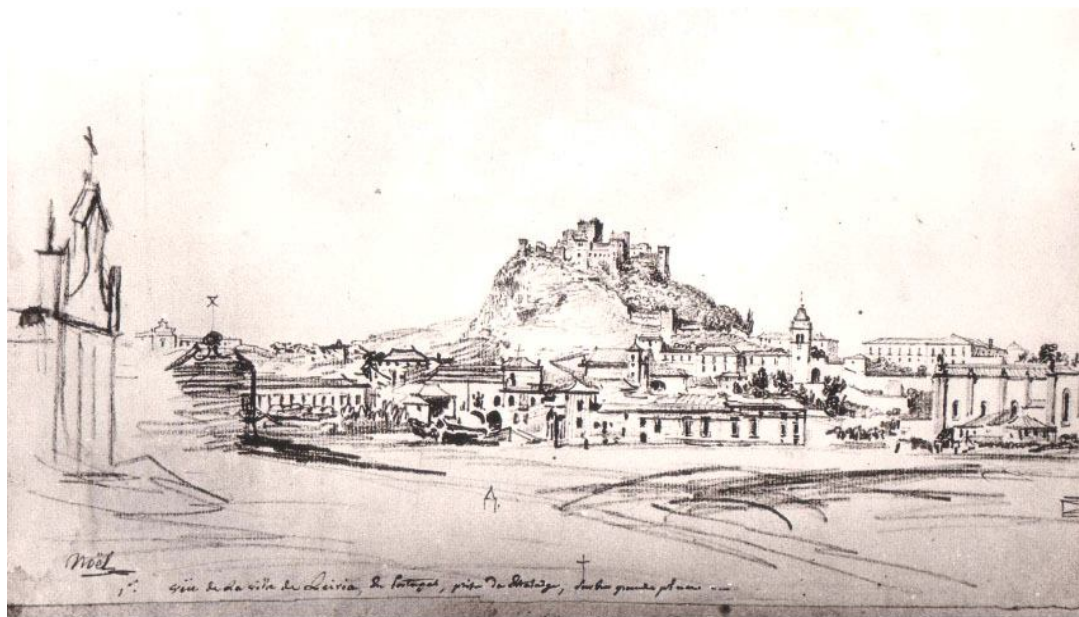


5- Localização do Mercado de Santana de Leiria na malha urbana actual (foto da autora em 2005)



ANEXO VII – ICONOGRAFIA

1-Vista Sul da cidade de Leiria, por Jean Noel, em 1780 , observando-se a ala Sul do Convento no canto inferior esquerdo, a seguir à fachada da Igreja do Espírito Santo. (Museu Nacional de Arte Antiga)



2- Natureza morta: Flores, frutos e legumes, Josefa d'Óbidos, c.1660-1670, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; pormenor de taça, onde podemos ver “rendas” no reverso



3- Ceia de Santa Clara e S. Francisco, Bento Coelho da Silveira, Lisboa, Igreja do Convento da Madre de Deus; pormenor de prato e taça



4- *Sala de Arte*, Frans Francken II, (1636), Kunsthistorisches Museum, Viena; pormenor de taça



5- *Natureza-morta*, Jan Jansz van de Velde, (1647), Rijksmuseum, Amesterdão



6- *Natureza Morta*, Willem Kalf (1662), Museu Thyssen-Bornemisza, Madrid (pormenor)



ANEXO VIII- EXCERTOS DOCUMENTAIS

1- Luxo e cultura material secular de conventos femininos portugueses em Época Moderna

1.1- A cela: artefactos e as suas vivências

1.1.1- O mobiliário luxuoso das celas religiosas

1- BERNARDES, Padre Manuel (1728a), *Últimos fins do Homem, salvação, e condenação eterna*, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

p. 258- “no adorno da mesma cella se está lendo a vaidade secular, e indevoção do espirito, que em taes objectos se deleita”

p. 290- “Porque se ha de consentir, que huma mulher, promette solenemente ser pobre por amor de Christo, edifique cella, que só no tecto se gaste a quantidade de dinheiro, que basta para o seu dote? E a tenha toda alcatifada, e perfumada, e com cortinas, e sanefas de sedas, e rélas, e com banquinhos vestidas de damasco, e com espelhos de vestir de molduragem dourada, e com alminhas, quadros preciosas, e com guardaroupas, onde se depositão, e ostentão toda a variedade de brincos, e com rodapes no estrado prezos a certos intervallos, com rosas de fitas brilhantes?”

2- BERNARDES, Padre Manuel (1728b), *Nova floresta ou silva de apophthegmas, e ditos sentensiosos espirituas, e Moraes; com reflexoens, em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição, assim Divina como humana*, tomo V, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

p. 32- “jarras, ramalhetes, porçolannas, brinquinhos de sangria, figuras de alabastro, ou de geço, frutas escolhidas para coroar as molduras da alcoba, ou dos contadores, perfumes, alambiques, todo o genero de arame para fabrica dos doces, almarios para os recolher, criadas para o ministerio da casa, tecto da cella com taes pausagens, relevos, e pinturas”

3- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 43- “Perguntame v. m, senão sendo capucha, mas dispensada, poderá sem escrupulo ter a sua cella ornada com algumas laminas douradas, louça da India, vidros, e outros dices semelhantes: e se comer na cella, póde fazelo com garfos, e colheres de prata? (...) porém calla se póde uzar de colxas preciosas, de cobertores de seda, de lançoes, e traveceyros com rendas, de cortinas de seda no leyto, nas portas e janellas da cella, de jarro, e prato de prata para lavar as mãos”

p. 313- “Também tenho ouvido que vossas merces quando estão doentes tem travesseyros de renda, e lançoes de olanda, e outras cousas semelhantes”

1.1.2-Comparação entre celas de religiosas e aposentos seculares e igrejas enfeitadas

4- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 46- “Eu não sey donde achará uma Freyra que póde apaynelar a sua cella com laminas preciosas, e douradas, e ornala com vidros de Veneza, loyças da India, e Japão, bandejas, e taboleyros do charão, e couzas semelhantes, fazendo que pareça huma cella religiosa, hum gabinete, ou escaparate secular dos mais preciosos.”

5- BERNARDES, Padre Manuel (1728b), *Nova floresta ou silva de apophthegmas, e ditos sentensiosos espirituas, e Moraes; com reflexoens, em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição, assim Divina como humana*, tomo V, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

p. 31- “Ver huma cella destas, que não são Santa Clara, he ver huma casa de estrado de huma noiva. Laminas, Oratorios, cortinas, sanefas, rodapés, tomados a trechos com rozas de maravalhas, banquinhos de damasco, franjadas de seda, ou de ouro, pias de cristal, guardaroupas de Hollanda, caçoulas, espelhos, craveiros, magerições, ou naturaes ou contrafeitos.”

6- LUÍS, Frei Manuel de S. (1731), *Instrucções Moraes, e Ascéticas Deduzidas da vida, morte e virtudes da Venerável Madre Francisca do Livramento Abbadessa que foy no Mosteiro de N. S. da Esperança da Cidade de Ponta-delgada, Ilha de S. Miguel*. Livro II, Lisboa Oriental, Oficina Augustiniana

p. 432- “as cellas tão ornadas, como se fossem Igrejas, e com muitas cousas supérfluas”

1.1.3- Advertências às religiosas para o uso de objectos mais modestos e a proibição da posse de coisas temporais

7- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 313 - “O seu pucaro ha de ser de barro, e a salva hum pratinho de loyça, e toda esta groceyra da que se faz na nossa terra, porque Genova, e a India estão, e devem estar muyto longe de huma Freyra. O seu candieyro de folha de Flandres. O seu estrado huma esteyra commua sem nenhuma galanteria, servindo em quanto se pode ter: ou huma taboa, ou cortiça”

8- REGRA e Constituições qve professam as freyras da Ordem do glorioso Partriarca são Domingos, como o modo que nella se vsa de deytar o habito, fazer profissão às Freyras, & capitulos. (1611), Lisboa, Pedro Craesbeeck

p. 26- “Da renunciação das cousas temporaes. Todas as Religiosas cada ano hũa vez ou maes se lhe for mādado declarem & entreguem à Priora tudo o que tiverẽ, pera o que ella disse quizer ordenar. Nenhũa apropie a si pucaro ou vaso algũ, ou outra qualquer cousa ainda desta qualidade.”

1.1.4- Os aposentos de Madre Paula, paradigma da cultura freirática

9- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Cod.68//10 [Descrição dos aposentos de Madre Paula no Convento de Odivellas] 175?

“Odivellas. Aposentos de Madre Paula

O quarto de sima, aonde asistem tem oito cazas, todas de / chadrez, e os tectos de entalhados dourados, e de boas pinturas / e todos os materiaes, com a mayor riqueza e perfeição. /

A primeira caza consta de melania com armação de fogo, / com passamanes de fogo de cor de ouro, toda a caza em redondo / com sanefas de entalhado douradas, duas papeleiras toda / de espelhos dourados com relevos, e figuras douradas, e / quatro espelhos cada papeleira, dous bofetes dourados, com / dous espelhos de toda a parede do mesmo modo em cada / bofete suas serpentinas de prata com vellas de tres lumes / cada hũa, huma duzia de Cadeiras de veludo cor de fogo com / galoens de ouro, com os braços e pez das cadeiras de talha miuda / dourada, e nas outras duas paredes oito placas de espelhos / douradas, quatro em cada huma, tudo posto por sima da / armação./

A segunda caza, tem armação de melania / verde, com galloens de seeda crua cor de ouro, com dez / portas com sanefa de talha dourada, em hũa parede dous / espelhos de toda a parede e com mais singularidade dou-/rados, e dous bofetes tambem dourados e milhores, / com duas serpentinas cada hum de prata de tres lumes, / oito placas de espelhos douradas, e hum relógio e pa-/rede, que da horas e tange minuets; hũa duzia / de Cadeiras de veludo verde com galoens de ouro, todas / douradas, e nesta mesma caza tem hũa varanda toda / de vidros cristalinos, o chão de chadrez de pedra, as / paredes de talha dourada, e as colunas toda rodeada / de pinturas, e o tecto de talha dourada, e pinturas, com / cortinas da pobreza branca (?) com galoens de ouro, / e borlas de fio de ouro, como contas todas as cortinas / das [...] bem de riqueza cor de ouro, e a varan-/da tem seis tripesssas, com os pez azuis, e ouro / e asento de veludo cor de fogo com galoens de ouro, / duas bancas de charão cor de fogo, e ouro, dous bofeti-/nhos de charão negros e ouro, e huma banca de veludo // Verde com pez de charão cor de fogo e ouro.

O oratorio tem em baixo hũa tribuna para a Igreja donde / pode ouvir Missa, com cortinas carmesins, bordadas de / ouro, e em sima o oratorio todo de talha dourada, no meyo / N. Senhora da Graça, e nos lados São Bernardo, e São Bento, / e correndoce o painel se ve o Evangelista com hum panno / bordado, e cortinas bordadas de ouro, e borlas de ouro, com / duas serpentinas de prata de trez

Luzes cada huma, com / huns poucos ramos de prata, e Castissaes , hũa almofada / de Tesũ, coberta com hum panno bordado de ouro.

A caza onde comem he toda armada, em redondo / de melania amarela, com passamanes, e frãjas de cor de / Perolas, e todas as mais armaçoens, que tenho dito, as tem da mesma cor dos passamanes, hũa duzia de / tamboretos todos dourados, e os assentos de veludo a/marelo com passamanes de prata, e oito placas espe-/lhos dourados com hum bofete de charão negro, e ouro. /

O Camarim da Irman mais piquena, tem a ar-/mação carmezim com franjas, e passamanes de seeda Crua / cor de ouro , hum leito da moda, com armação da / mesma melania carmezim, e as tres [...] franjas / do mesmo, com huma Lamina de prata a cabiceyra / com hũ folhão de fita de prata, com lançoens de Olanda / com boas rendas, traviceiro da mesma sorte, cobertor / da mesma melania, e o panno de cobrir do mesmo, / quatro Cadeiras de Damasca Carmezim, com franjas / de ouro, e pez dourados duas tripessas do mesmo Ve-/ludo, com os pez negros e ouro, e mesinha de hũ / bofete de charão, dous pratos da Alemanha de prata / dourada , com hum pentiador; e hũa toalha de Cambray / com preciosas rendas bordadas, e hum avental da / mesma sorte e huma arca de lixa encarnada com / pregaria e feicho de prata que serve de guardar os brincos // De toucador, e huma arca de charão dourada, e / em sima hũ espelho com molduras de prata, e muita / quantidade de brincos, e de aviamentos, tudo de prata / dourada que de não tem [...] prato e jarro, escovas, ti-/zoura, salva, pucharos, campainhas e todos os aviamentos / de toucador de prata, e hum espelho de vidros, e dourado / e duas placas, e bispote de prata metido em hũa arca / de cristal dentro em hũa bolça de veludo.

A caza onde dorme Paulla, e Maria da Luz / tem armação de Melania Carmezim, com franjas e Ga-/loens cor de ouro, dous escriptorios de charão negro, e / ouro, grandes, todos com pez, e tapetes de talha maravilho-/za, Sanefa de Talha dourada dous bofetes dourados / maravilhozos, dous espelhos de toda a parede; oito placas / de espelhos, e douradas, hum relógio de parede, que dá ho-/as, e tange minuetes, hũa duzia de Cadeiras Carme/zins, com pez e braços de talha dourada e passamanes / de ouro. A cama de Paula de melania Carmezim, com / o sobreceio todo em tomados, com franjas, e galoens cor / de ouro , O Leito da moda, com hũa Lamina de prata / dourada, abrindoce por tres parte ; e os [...] de ouro / Macisso em relevos, com hum folhão de fita de ouro, os / lançoens de Olanda muy boa, com preciosas rendas , e / traviceiros do mesmo modo, todos crespos, os cobertores / da mesma melania , e o panno de cobrir . A cama / da Irmaã hé deste mesmo modo, mas a Lamina de / prata, hum bofete a cabeseira de charão dourado com / hum panno coberto; em sima hũ prato de prata grande / da Alemanha; e dous bispotes do mesmo, e nas mes-/mas caixas de vidros; e com as mesmas bolças. /

O Gabinete em que se touca Paula hé armado / de Melania Carmezim, com franjas e passamanes cor/ de ouro, duas sanefas de talha dourada, quatro tripessas //

Com pez dourados e azuis, de charão, com assento / de veludo, huma arca de charão azul e ouro, com dous pratos / de prata, hum com penteador, outro com avental e toalha de / boas rendas coberto com hum panno bom, hũa arca de / Lixa negra, toda com pregaria e feicho de prata, hum / espelho, e seis placas de espelho douradas, hum bofete de / charão com hũa cobertura de Cambray com rendas/ de tres palmos de largura com hum espelho com molduras / de prata, com todos os aviamentos de prata, Caixas / prato, jarro, salva, Castiçal, copos, fruteiros, tizouras / campainhas, escovas, e tudo, que se não pode repetir de / prata; e o outro Gabinete de Maria da Luz concer-/tado com a mesma armação com os mesmos ador-/nos; com os mesmos brincos e riqueza, sem diferença / e entre as camas duas pias de prata para água benta. /

A caza de [...] sima que he a ultima, e a mayor de / todas, he toda armada de melania azul, com galoens / e franjas, de seeda crua de cor de ouro, as sanefas de talha / azul cor de ouro, e são doze, dois escriptorios de charão / azul e oiro extraordinariamente bons, e grandes, com pez, / tapetes, e ilharga dourados de muy miúda talha, oito / placas de hũa parte, e oito da outra, todas de vidro, huma / duzia de Cadeiras de veludo azul com mãos douradas com com-/tas e galoens de ouro e prata, e hum relógio de parede / que dá horas e tange minuetes, dous espelhos extraordina-/riamente grandes, com mais perfeição na talha dourada e dous / bofetes dourados com hũas targes azuis, e ouro, duas ser-/pentinas em cada bofete de seis lumes cada huma de /prata , e todos os bofetes tem serpentina de prata , com / pratos e tizouras de prata; pellas escadas e corredores / Lampioens de chrystal metidos na parede, com talha / dourados, em todas as portas por fora reposteiros de panno / [...] bordado de cores //

O Quarto de baixo tem Sette Cazas, hũa grande está com 18 cai-/xoens de Lixa negra com pregaria de prata, e todo cheyo / de prata, com que fez huma Copa, e sobejou muita , por que dizem são / trez baixelas, e muitas arcas de roupa de cheiro, e dizem que são das / fitas, brincos, e vistidos; mas isto ainda se não vio. /

Vierãolhe tres mullatas, e duas criadas, e quatro que tinha / são nove.”

1.1.5- Condenação do espelho

10- VIERA, Padre António, (2001), “Sermão do Demónio Mudo. No convento de Odivelas, Religiosas do Patriarca S. Bernardo. Ano de 1651”, *Sermões* (org. Alcir Pécora), Tomo 2, São Paulo, Hedra

p. 339- “O demónio como espírito, e como espírito soberbo, atrevido, e sem temor nem reverência dos lugares sagrados, entra pelos claustros religiosos, passeia pelos corredores e dormitórios, e por mais fechadas que estejam as celas, sem gazua, com ser ladrão, se mete e mora nelas muito de assento. Por sinal, senhoras, que muitas o deixastes na vossa cela, e o achareis lá quando tornardes (...) nos Conventos e celas de Religiosas o espelho é o diabo mudo.”

p. 348, 349- “E como este apetite de bem parecer, herdado de tão longe, e esta inclinação e estimação, fundada nos ornatos de uma caveira, e no esquecimento dela, é tão natural e tão própria do género feminino, e ainda na adulação do amor-próprio mais enganado, não há gentileza tão perfeita, que não tenha que emendar, nem tão inteira, que não tenha que suprir, nem tão sã, que não tenha que curar, de que o espelho é o Médico: esta é a razão, ou sem razão, da dificuldade e resistência, com que nos mesmos claustros religiosos, e entre as mesmas que professam o desprezo dos olhos humanos, sejam tão raras dentro das quatro paredes as que deixem despegar e sair delas o espelho.”

1.1.6- A cela como lugar de evasão aos actos em comunidade

11- BERNARDES, Padre Manuel (1728a), *Últimos fins do Homem, salvação, e condenação eterna*, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

p. 258- “Que fôrma do rebanho, pôde ser hum Superior, ou Superiora Regular, que não assiste às Comunidades, e se exime da carga das observâncias da Regra, e dentro da sua cella tem a despena, e refeitório, e a cosinha.”

12- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 45 - “Em v. m. me perguntar se quando comer na cella pôde uzar de garfo, e colher de prata, entendo eu que quando comem no refeytorio lhes não deve ser permitido. Responda-me v. m. se he mais Freyra no refeytorio, que na cella, para que possa uzar nella, o que não uza na Comunidade?”

p. 66 - “Coze, ou escreve na sua cella, e não cose na casa do Labor: (...) E outros semelhantes casos que vemos, nos fazem a ajuizar que huma Freyra he relaxada, e pouco amante dos actos communs ”~

1.1.7- A prática da música na cela

13- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 283, 284 - “Que alfaya para hua Cella Religiosa a de huma violla! Apósto eu que se no seu Coro lha mandassem tocar, se desdenhasse v.m. de tangella. (...) E se tanger para cantar, quaes serão as cantigas? Certamente que não serão as de David: que estas devirtião menos, que as do Principe Esquilache e outras semelhantes. (...) Nos Coros de v. merces, onde os instrumentos se permittem, tanja-se a violla (ainda que quanto a mim bastava Orgão) mas não nos toca emendar o mundo, senão agora a Cella de v. m. onde já a violla não ha de entrar, que sem ella poderá cantar, quando estiver triste, ou fervorosa, algumas letrinhas ao divino, se se apurar no tom, senão no affecto; e se forem algumas jaculatórias, ou versiculos tirados dos Psalmos, terão mais espirito (...) v. m. tanger e cantar na sua Cella, será ociosidade”

1.1.8- As sociabilidades nas celas

14- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 64 - “Duas perguntas contem esta carta de v. m. que me parece a mesma razão de v. m. lhe está dando a resposta, sem que a espere de mim. A primeyra se he bastante causa para v. m. faltar sem escrupulo ao Coro, e mais actos da Communidade o estar na sua cella occupada com alguma parenta, ou amiga. que a buscão nella? A segunda se será melhor ter a sua Oração com a Communidade no Coro, ou na cella, experimentando no Coro com a occurrência, e bullicio de tantas, menos socego, e mais distracção e no retiro da cella mais recolhimento, socego, e fruto?”

p. 66- “se hua Religiosa for muyto primorosa, muyto afavel, e cortezaã, e muyto politica com as que lhe vem á cella, mas muyto má assistene no Coro, e mais actos de Communidade, poderse-ha dizer que he boa Religiosa?”

1.1.9- Criadas particulares

15- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 313- “Creada particular não a deve v. m. ter; pois para quem viver como Religiosa bastão as da Communidade. Quando estiver doente terá mais propicia a hua dessas com algum interesse”

1.1.10- Animais de companhia

16- BERNARDES, Padre Manuel (1699), *Armas da Castidade*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes

p. 288- “Daqui se segue que as donzellas, & Religiosas, que crião cachorinhos de fralda, & os penteão, enfeitão, beijão, & agasalhão consigo na cama, obrão mal, & reprehensivelmente, pondo o seu affecto em hua creatura tão vil, & indigna, que devião, pôr sómente em seu Creador, & consumindo em minices, & ridicularias o precioso tempo que lhes he dado, para trabalharem no alcance das virtudes ”

17- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 337, 338- “Reserva-se o amor para o passarinho, para o caõzoinho, para o gatinho, para o papagayo, que por tudo isso se fazem muitos extremos, e se executão muytos excessos: mas por Deos, pela sua graça, nenhuma cousa”

18- BERNARDES, Padre Manuel (1728b), *Nova floresta ou silva de apophthegmas, e ditos sentensiosos espirituas, e Moraes; com reflexoens, em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição, assim Divina como humana*, tomo V, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

p. 32- “passarinhos, cachorrinhos, de manga que se adoecem de puro mimo, se chama o mais perito na arte de os curar ”

1.2- Laves e fabrico de artefactos

1.2.1- Os laves como actividades tipicamente femininas

19- ANDRADE, Diogo de Paiva de (1630), *Casamento Perfeito*, Lisboa, Jorge Rodrigues

p. 185- “assistir nos laves & custuras de suas criadas (...) Passada algũa parte do dia nestes, ou noutros bons exercícios; tornem ao de suas custuras & fiados: que não devem nunca largar de todo, por ser o mais accomodado, & conveniente, que podem usar as molheres casadas, & em que sempre se esmerão tão as mais illustres, qualificadas & perfeytas.”

20- MELO, D. Francisco Manuel de (1820), *Carta de Guia de Casados*, Londres, Oficina de T. C. Hansard (1ª ed. De 1651)

p. 62- *"me parece conviniente deixar cevar (digalolo assí) as mulheres nestas suas curiosidades femeais: serem prezadas de melhor marmelada, boas caçoulas, consoadas pontuaes, labores exquisitos, pano delgado, & cousas semelhantes; que verdadeiramente as que se enfrascão nestes negocios caseiros, não lhe lembrão outros, & este he louvavel. Debaixo da mesma lei compreendo os adornos, & alfaia da casa, julgando a hũa excellente occupação a da senhora, que dellas trata"*

21- BERNARDES, Padre Manuel (1699), *Armas da Castidade*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes
p. 49, 50 - *"As mulheres cozão, bordem, fiem; q he occupação que o Espirito Santo louva na Matrona insigne (...) Bons tempos em que isto fazião as Princezas de Portugal, com se lé da beata Joanna filha del-Rey Dom Afonso Quinto: & na correa de apertar a roca tinha certa sentença de Christo S. N. Aprendeí de mi, que sou manso, & humilde de coração. (...) cuidem dos ministerios particulares & miudos de sua casa"*

1.2.2- Os labores como actividades apropriadas à vida religiosa feminina, quando destinados a fins pios

22-VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 24 - *"para evitar a ociosidade assim póde fiar, cozer as suas roupas, e o seu pano; póde entreterse com fazer flores, e rozas para a sua Igreja, para o seu Coro, e para os seos Santos; pode fazer relicarios, e Agnus Dei, e cousas semelhantes para satisfazer á devoção, ou á obrigação, que tenha a algũas pessoas "*

1.2.3- Quando os labores exprimem desejos e saudades da vida secular

23- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 123 - *"Bemdito seja Deos que livrando a huma Freyra por sua misericordia de lidar com meninas, as faça de trapos para as tocar, e vestir! Que esteja huma Esposa de Christo cozendo, talhando, e guarnecendo casacas, calções e fazendo apazes de trapos para vestirlhes, sem ser com o pensamento no Menino JESUS! Que só a este nunca visti! Que faça cabeleyras, bigodes, chapeos, prados, em que dansem hũas com outra bonecas! Quanta presença de Deos haverá nesta occupação? Como se lembrarão do que devam a Deos, quando fazem Cães, bogios, e cousas semelhantes! Esposas de Jesu Chisto, que pensamentos, e occupaões são as vossas!"*

1.2.4- Criticas aos labores não destinados a fins pios

24- BERNARDES, Padre Manuel (1699), *Armas da Castidade*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes
p. 251, 252- *"Occupe-se em obras proprias do seu estado: porque a ociosidade he mestra da malícia (...) o fazer doces & conservas em notavel quantidade para presentes grandiosos; o gastar quasi todo o tempo, que tem de seu, em fazer curiosidades de mãos tao miudas, & impertinentes que cegão a vista, & desperdição as horas "*

25-VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 118, 119- *"Perguntame v. m. se será contra a perfeção quer v. m. o deseja, o fazer, e vender doces, bonecas, e flores, e ter tratos com Freyras de outros Conventos para trocar hũas cousas por outras. A tal pergunta me occasionou alguma preplexidade, porque duvidava se este trato, ou grangearia, que v. m. me propunha, era para sustentarse com mais decencia, e menos ofensa de Deos, que a com que se grangea o sustento nos escandalosos tratos com seculares: e logo me resolvi a dizer a v. m. que se não*

havia outro modo de sustentarse senão por esses meyoys, fizessemos que fosse do mal o menos. Como sey que v. m. tem sufficiente tença, me parece todas essas occupaçoens indignas, e muyto grandemente escrupulosas em hua Religiosa: porque não podem estas cousas deyxar de trazer comsigo myta distracção, muyto desassocego, muyto pouca fidelidade no vender, comprar e trocar, muytos tratos fóra do Mosteyro, muyto depender de portadores, e portadoras para negociar, muytas correspondencias desnecessarias de huns Conventos a outros, e talvez com pouca Religião de parte a parte, muyta falta de Coro, e dos actos Religiosos, muyto fazer de casa de Deis casa de negociação; e não me póde parecer bem, que esteja a Religião feyta confeytaria, occupando-se as Religiosas Esposas de Chirsto em inventar saynetes á gula dos seculares, gavando-lhes estes os doces, e não as virtudes”

p. 120- “Ainda a mim me escandaliza mais o criarem com muytos custos flores exquisitas, não para divertimento honesto, senão para ornato das seculares, e não das imagens dos Santos, e culto divino. Cria huma Freyra com muyta impertinencia hũs cravos, não para os pés de hum Chirsto, senão para o peyto de hum homem.”

1.3-Trocas de presentes

26-VELHO, Padre Manoel (1730), Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 119- “Confesso-lhe que sendo ainda secular ouvi cousas escandalosas sobre os presentes que davão algumas Freyras a pessoas de fóra suas amigas, e parentas; toucados, módas, pomadas, sinaes, luvas, e leques de ambar.”

p. 140- “a mim não me póde parecer bem esses tratos, e contratos de se andarem trocando huas cousas por outras, de hũs Conventos a outros; porque em ambos se exercita a peste dos contratos, e das ambições, querendo cada huma ficar de ganho no que troca. Dirme-hão que se desfazem do que não necessitão, por outras cousas que hão de mister. Valhame o Ceo: de que me servem a mim os couros de ambar, ou a agoa de cordova; nem a v. m. o vidro, louça da Índia, ou rolo; senão para mandar, ou commerciar em outra parte.”

27- BERNARDES, Padre Manuel (1699), Armas da Castidade, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes

p. 39, 40- “Pelas entranhas de JESU Christo rogo a quem este aviso for necessario, que se resolva a \deixar por seu amor correspõdencias com as suas Esposas. Vilhetes, lenços, pastilhas, caçoulas, ramalhetes, doces, laminas, musicas, versos, primores, finezas & ourtas mil impertinencias deste genero, saiba, & tenha bem entendido que ainda prescindindo do peccado que daqui se póde, & costuma seguir, são mero mundo, carne, & diabo; & que lhe não resultará daqui senão, que pagar no purgatorio, ou no inferno.”

1.4-Vestuário, adornos e cuidados corporais

1.4.1-Secularização do hábito religioso, acessórios, cosméticos e expressão corporal

28- VELHO, Padre Manoel (1730), Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 43- “porém calla se póde uzar de aneis, Cruz no pescoço, contas preciozas, cor, e sinaes, luvas, leques. camiza com rendas, e outras secularidades, que uzão muytas nesses Conventos”

p. 54- “Quanto ao habito, o de v. m. não ha de ter cauda alguma, e so ha de cobrir decentemente a sua pessoa. No mais seja commum, quanto ao modo; e quanto á materia, e cor ”

p. 127- “Pergunta-me v.m. se manddo a Constituição vestir laã, será peccado não usar das tunicas della, por serem já introduzidas, e comuns as camizas de linho?”

p. 313- “A sua roupa de pano de linho muyto commum; de rendas nada. O seu habito da materia que a Regra, e Estatutos lhe ordenão, e o mesmo na fórmula delle, e para isso leya attentamente, e não exceda ao que se prescreve. A sua toalha sem alentos, sem goma, cantos, nem bico, encrespada de pedra, e decentemnte composta ao rosto”

p. 314- “Cor, sinaes, póz, e mais ingredientes; com que o demonio faz mascaradas as Esposas de Chirsto, não se vejam em v.m. (...) essas profanidades escandalozas.”

29- LUÍS, Frei Manuel de S. (1731), *Instrucções Moraes, e Ascéticas Deduzidas da vida, morte e virtudes da Venerável Madre Francisca do Livramento Abbadessa que foy no Mosteiro de N. S. da Esperança da Cidade de Ponta-delgada, Ilha de S. Miguel*. Livro II, Lisboa Oriental, Oficina Augustiniana

p. 57- “*Se se conformará com a Regra de Santa Clara aquella Religiosa , que usa de habito todo preto, de hum cordam todo brincado, de hum toucado curioso, e supérfluo, e de huma cauda no habito tam comprida, que necessita de hum escudeiro, que lha leve pela ponta, para a livrar de alguma queda?*”

p. 64- “*Reparai em huma Religiosa, que nam vive reformada; e vereis, que supposto nam ponha branco na cara; com tudo, com tal estusiade a orna com a toalha, que para lhe ficar o rosto bem parecido, usa de varias invençoens no toucado; e depois disto, chega o veo por varias vezes ao rosto puxando por ele acima, de cima da testa, como dos lados; para que ficando o negro mais próximo do branco, avulte mais o branco à vista do negro: Os olhos de quando em quando revirados, e com varios meneos, a voz he affectada, e melindrosa, o habito junto do peito com pregas, mui junta e iguais: humas vezes emcubriendo-o pescoço de industria, outras vezes de industria descobrindu-o: as caudas, ou rabos do habito mui compridos , os passos requebrados, o corpo ligeiro, o pescoço estendido, e com todas estas affectações podem causar ainda maior danno, que as mulheres do século com seus colares de ouro.*”

30- BERNARDES, Padre Manuel (1728a), *Últimos fins do Homem, salvação, e condenação eterna*, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

p. 290- “*Porque se ha de consentir, que huma Esposa de Christo, que professou viver crucificada ao seculo, com os tres cravos dos seus votos, e amortalhada ao habito do seu Santo Fundador, trage ao bizarro, e ande adamada, e airosa, e com brinquinhos de ouro no peito, e com o rosto de polimento, e com sinaes feitiços, ou caracterizados nelle, e com aranhas contrafetos no toucado, e com alentos, e com ambares até no calçado, e com outras cousas, que até a penna se envergonha de escrevellas?*”

1.4.2- O calçado secularizado das religiosas

31- VELHO, Padre Manoel (1730), *Cartas Directivas e Doutrinaes. Respostas de hua Religiosa Capucha, e reformada, a outra Freira, que mostrava querer reformarse*, Lisboa Ocidental, Oficina de António Pedroso Galvão

p. 54- “*O que digo do habito, quero que faça no calçado, porque sapatos picados, e rocados, ou de seda, ou tesum, são escandalosos em Freyras.*”

p. 314- “*Eu sey que calçado tão summamente escandaloso se usa em alguns Conventos; porque já me cerificarão entrarem para elles sapatos de tessum, com fivellas de prata, acayrellados de franja, ou espeguilha de ouro; e v. m. bem sabe que os taes Conventos se fundarão com sapatas. Já que isso prescrevem (como dizem,) não use de mais calçado, que de sapatos negros de coyro, e feytio commum.*”

1.4.3- Os perfumes e os óleos como cuidado corporal das religiosas

32- CEU, Soror Maria do (1734), *Aves Illustradas em avisos para as religiosas servirem os officios dos seus mosteiros*, Lisboa Ocidental, Oficina de Miguel Rodrigues

p. 157- “*Em os hábitos, e roupa lhe dareis muyto asseyo, e poucos perfumes; não seja que do fumo fação o fogo: cheirar a delicias não he para Religiosas, que quando receyão o olfacto, escandalizão a razão; se a Deos cheirão mal, a quem esperais que cheirem bem? (...) fragâncias de mulheres profanas não dizem com mulheres endoadas*”

p. 159- “*Neste particular fazey muyto, senhora, por persuadir a vossas irmans ao melhor, servi-as muyto prompta para a caridade, muyto alheya para a delicia, e quando insistirem em seus profanos cheiros, se vos pedirem fumos, dizeilhes que os levou o vento; se vos pedirem flores, dizei que estão em os altares; se vos pedirem aromas, dizei que estão em a Índia; se vos pedirem óleos, lembrailhe os da unção; se vos pedirem brazeiro, lembrailhe o do Purgatório; andem muyto continuas ao coro, muyto chegadas à Igreja, muyto devotas às Missas, e assim cheirarão a incenso, que he o mais grave de todos os aromas*”

1.4.4- O travestismo, uso de roupas seculares e máscaras em representações dramáticas e procissões conventuais

33- LUÍS, Frei Manuel de S. (1731), *Instrucções Moraes, e Ascéticas Deduzidas da vida, morte e virtudes da Venerável Madre Francisca do Livramento Abbadessa que foy no Mosteiro de N. S. da Esperança da Cidade de Ponta-delgada, Ilha de S. Miguel*. Livro II, Lisboa Oriental, Oficina Augustiniana

p. 67- “Convem a saber ; quando o homem se veste com vestido de mulher, ou a mulher com vestido de homem, como algumas vezes succede, quando representam no Mosteiro alguns colloquios, valendo-se para isso de vestidos de seculares do mundo, os quaes nam so se escandalizam, mas tambem os que vem ir os taes vestidos para o Mosteiro, como por algumas vezes o tenho ouvido.”

34- BERNARDES, Padre Manuel (1728a), *Últimos fins do Homem, salvação, e condenação eterna*, Lisboa Ocidental, Oficina de José António da Silva

p. 291- “Porque se ha de permitir, que Religiosas nas Proccissoens, fação papel dos Anjos, vestidas ao glorioso com cabelleiras apolvilhadas, e roupas ricas, e tochas na mão? Não está claro que, que tudo isto he invenção do demonio, para que esta Procissão, vindo parar ao Coro debaixo, sejam alli vistos, e contemplados da gente ociosa, que alli se ajunta, os rostos destes maos Anjos, à mesma luz que trazem na mão?”

1.5- Uma cultura material feminina de elite entre o século e o convento

35- CASTRO, Damião de Lemos Faria de (1749), *Politica Moral, e Civil, Aula de Nobreza Lusitana autorizada em todo o genero de erudição sagrada, e profana para a doutrina, e direcção dos principes e mais politicos*, Tomo I. Lisboa, Oficina de Francisco Luís Ameno

p. 193-195- “O mundo todo concorre para os enfeites de huma mulher. Os Reinos do Decão, Bisnagar, e Golocondá contribuem para os diamantes: a Bactria, Seythia, e Egypto, para as esmeraldas: o Pegú, Calecut, e Ceilão com as safiras: o Seyo Persico entre Ormuz, e o Bassorá, Samatra, Borneo, e na Europa, a Escocia, Silesia, Bohemia com as perolas: o Porto de Julfar na Persia com o aljofar: Syene no Egypto, e o mar Thirreno com os coraes: a Suevia, e Lubeca com os alambres: os campos de Pisa, e os montes Alpes com os Crystaes: o Monomotapa, e Zofala com o ouro: o Potosi com a prata: a Alemanha com os camafeos: a Moscovia com as martas, e zebellinas: a Helvecia com os arminhos: o Brasil com os ságuins para os manguitos: Tyro em Fenicia com a purpura: a serra da Arrabida (e tambem neste Algarve a de Tavira) com a grã: Portugal, e Castella com a cor: Veneza, e Hollanda com os espelhos: Provença, e Roma com as pomadas: Cordova, e Hungria com as receitas para as aguras: as Indias de Castella com a almeya, e oleo para as mãos: o Maranhão, e Siará com o ambar: Angola, Guiné, e Cabo verde com algalia: as nossas Indias com o calabaco, e aguilla, e com os canequins, paninhos de coco, e os turibios: Africa com as pennas dos avestruzes para lhes aliviarem as cabeças: a China com os lós, leques, e chitas: Granada com os tafetás: Flandres com as rendas: Cambray com as finiccimas teas do seu nome: Guimaraens com as linhas: Leão de França com as primavreas: Itália, e Modama na Persia com as Télas: a mesma Itália com os Damascos: Florença Genova, e Napoles com os chamalotes: França com as luvas, sinaes, e leques: Inglaterra com as meyas, relóginhos, e fitas: a Arabia com a gema: a Batalha com os azeviches (ou figas) para o quebranto; e o miseravel do marido com o que não tem, nem pode, para que ella possa ter tudo o que quer. Esperay mais hum pouco; porque como ainda ha mais mundo, não se acabão os tributos. Paga-os o mar não só nas ostras, e se se esbulhão as pérolas, mas tambem nas tartarugas, que desarmando as costas lhe armão as cabeças: as baleas empenham as barbas para sahir hum justilho, ou compor hum desarrugado. Outras mais partes contribuem com materas para bucatas, escritorinhos, baús, guardaroupas para recolher nos camarins, e escaparates este mundo abbreviado. São necessarios vidrinhos, garrafinhas, bucatas curiosamente forradas, para toda a pharmacopelia de ingredientes liquidos, e secos, simples, e confeccionados, que servem de estender o dia da formosura, quando já vem cahindo mayores as sombras dos altos montes da annosidade, e de dizer na cara ao desengano que mente”

1.6- As filhas: encargo pesado e fonte de preocupações morais nas casas de família

36- CASTRO, Damião de Lemos Faria de (1749), *Política Moral, e Civil, Aula de Nobreza Lusitana autorizada em todo o genero de erudição sagrada, e profana para a doutrina, e direcção dos principes e mais politicos*, Tomo I. Lisboa, Oficina de Francisco Luís Ameno

p.198- “Com as filhas deve haver mayor cuidado, educando-as em summa honestidade, e modestia. Estas, como se fossem pestes das casas, deitem-se fóra dellas com a mayor brevidade, que for possivel. Vão ser educandas nos Conventos, ou representar o papel de filhas nas casas aonde hão de ser mãys.”

1.7- O celibato e o ingresso religioso forçado das filhas secundogénitas

37- FARIA, Manuel Severim de (1791), *Notícias de Portugal*, Tomo I., Lisboa, na officina de António Gomes (1ª ed. De 1655)

p. 61,62- “porque se vão ajuntado em huma só pessoa muitas Casas, e Morgados, que se estiverão apartados, de força seus possuidores, havião de casar com mulheres de sua qualidade; o que agora acontece pelo contrário. Porque tanto, que por qualquer via se vem a juntar, e unir estes Morgados, o possuidor delles não casa mais, que com huma, e esta quer que tenha outro Morgado, que se lhe ajunte, ou hum dote tão grande, que he necessario se metão Freiras todas as demais filhas, para se poder ajuntar.”

p.65- “Porque a razão de se pedirem grandes dotes, he haver muitas mulheres para casamentos, e poucos homens, por nestes estarem juntos, e unidos ordinariamente muitos Morgados. E daqui vem, que se lhe não querem dar grandes dotes, não querem casar, porque achão muitas mulheres, que pretendem casar com elles.”

2- Convento de Santana de Leiria

2.1- A ausência de uma cultura cronística

1- SOUSA, Frei Luís de Sousa, (1866), *Segunda Parte da História de S. Domingos*, Vol. III, Lisboa, Tipografia do Panorama (1ª ed. de 1632)

p. 481- *"Muitas outras Religiosas deixarão fama de grande sanctidade n'esta Casa: mas como não houve quem d'elas escrevesse, como fizeram as Madres de Jesus de Aveiro, foi o tempo escurecendo seus nomes, e obras: e esta he a causa, porque sendo tão antiga, e fundada na Observancia, que com muito cuidado seguio, achamos d'elle pouco que escrever: e o que temos dito colhemos pola mór parte de algumas Madres muito velhas, que com zelo da Religião conservarão com firme memoria as obras, e exemplos sanctos, que tinham visto, e ouvido em longos annos: entre as quais devemos lembrança à Madre Mecia Brandoa, que depois que hum vez foi Prioressa, ficou logrando muito tempo em vida quieta, e simples, com grande opinião de virtude, e todas as vezes, que se offerecia occasião, animava as moças, com o muito, que n'esta Casa vira, e ouvira. "*

2- SANTA CATARINA, Frei Lucas de (1866), *Quarta Parte da História de S. Domingos*, Vol. V, Lisboa, Tipografia do Panorama (1ª ed. de 1733)

p.370- *"Muitas nos deixara sepultadas a pouca advertencia de recolhe-las. Lamentável herança d'esta Casa, que fundada no rigor da observancia (que então florescia n'esta Provincia) e povoada de espiritos, com que se adiantava hum, e outra, sempre ficou defraudada, e queixosa do muito que se deixou desperdição n'ella, valendo-se sempre assim nosso antecessor, como a nossa delligencia, do remedio da tradição, talvez diminuta "*

2.2- Uma permanente debilidade económica

3- SOUSA, Frei Luís de Sousa (1866), *Segunda Parte da História de S. Domingos*, Vol. III, Lisboa, Tipografia do Panorama (1ª ed. de 1632)

p.482- *"De ordinario se sustentão aqui setenta Religiosas, numero demasiado, porque a renda de dinheiro não chega a cem mil reis: de trigo, e azeite tem boa quantidade; e esta junta com a barateza da terra, faz que possam viver: mas não sem trabalho, e empenhos. Tiverão muitas, e boas propriedades, de que humas se forão perdendo com o tempo, que tudo destrue; outras alienou a liberalidade mal considerada das Preladas, com boa tenção mais que culpa. "*

4- ARAÚJO, Silva (1885), *Um bispo segundo Deus ou memórias para a vida de D. António de Aguiar, 17º bispo de Leiria* Coimbra, Tipografia Reis Lita (reprodução de carta D. Manuel de Aguiar Bispo de Leiria, de 4 Dezembro de 1793)

p. 284- *"Se alguma relaxação e desvio se tem insinuado neste convento à sua pobreza parece-se attribuir-se: por quanto, como as religiosas não vivem na comunidade, nem a casa lhes fornece o necessário para a vida, cada uma busca meios de grangear para si com que possa sustentar-se e passar decentemente. Ora isto não tem dúvida que é uma fonte de toda relaxação, e falta de observância"*

2.3- Incêndios de 1746 e o terramoto de 1755

5- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, Processo da doação de madeiras do Pinhal de Leiria, 07/02/1754

" Que hera certo que o Convento se achava em deplorável Es-tado, não só pelos efeitos do fogo, como tambem pella sua muita / antiguidade por ser fundado no Reinado do Sr. Dom Afonso o 5º¹ / que não tinha o dito Convento Officina que não estivesse amea-çando royna, a que não podia acodir pelas limitadas rendas / que apenas chegavão o sustento, e cotidiano, alem do grande / empenho com que se achavão de sete mil cruzados como cons-ta do livro de suas contas que me foi apresentado pella dita-/Prioriza: o que tudo visto e bem examinado me parece / que sem ajuda do Real braço de Vossa Magestade mal podem entrar / na reedificação de que necitão; e que fazendolhe Vossa Magestade / a

¹ Pensamos tratar-se de um equívoco do redactor.

mercê que pedião devia ser com a clauzula de que as / madeiras se lhe dessem ao passo que se reedificasse qualquer / das Officinas que em muitos annos não conseguirão pelo que / tenho exposto.”

6- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Resoluções, Doc. 1, Doação de madeiras do Pinhal do Rei, 19/6/1754

“sendo patentes / a Sua Magestade os estragos e roynas que padecera o dito convento no ano de mil / e sete centos e quarenta e seis, e que por varias e exactas informações que precederão / cauzadas dos dous incêndios que no referido Convento houverão sendo avali-ados em dezasete para dezouto mil cruzados; constando da mesma sorte ao / mesmo Senhor os empenhos e impossibilidades em que se achavão para a reedi-ficação de muitas Officinas, cazas, e Dormitórios que nas chamas se consu-/mirão, alem de outras muitas cauzas, se dignara a Real grandeza, Zelo,/ e piedade do sobredito senhor de lhe mandar e dar pella sereníssima Caza do / Infantado quatro centos mil reis de esmola para ajuda da sua reedificação / e porque para de algum modo os suprirem necessitavão da Madeira.”

7- ANTT, Chancelarias Régias,D. José I, Liv. 73, fl. 10v, 24/12/1761

“pedindome a dita Prioriza e mais Religiozas / do Mosteiro de Santa Anna da cidade de Leyria que porquanto o / o próprio Padrão nelle incorporado se consumio no incêndio / sucessivo ao Terremoto do primeiro de Novembro de 1755.”

8- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 1, Processo da doação de madeiras do Pinhal de Leiria, sem data (reinado de D. Maria I)

“Athe o prezente dia Senhora não houve meios / para se aproveitarem de huma tão regia e avultada esmola, co-/mo consta da atestação junta, e melhor constará dos livros da / administração do Pinhal que se achão no Real Erário : a Ruína / se tem augmentado de modo, que, as barandas que ampara-/vão os dormitórios se achão podres, amiaçando por isso todo / o edeficio huma total Ruína; Entrão as Supplicants no projecto de / evitala costando para isso pelo próprio sustento afim de pode/rem fazer o indispensavel Reparo: porem como para elle nes-/cessitão, segundo a informação dos Mestres que consultarão, de qua-/tro centros paos de 75 palmos, e trinta cerneiros de 78 pal-/mos; Madeiras que as Supplicants não podem comprar pela sua pobre-/za bem manifesta, e constante na informação que vai junta/ com o rol das Madeiras de que trata a Real Mercê que não teve effeito”

2.4- As Invasões Francesas

9- FERNANDES, Carlos (2008), Invasões Francesas. Leiria 5 de Julho de 1808. O massacre da Portela. 200 anos. Leiria, Textiverso (reprodução de História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino (1810-1811), de José Acúrsio das Neves)

p. 51- *“Profanaram o recolhimento de Santo Estêvão. A officialidade francesa quis fazer o mesmo ao convento das freiras de Santa Ana; mas a abadessa lhe apareceu à portaria à frente da comunidade, e dispondo-se a sair com a cruz alçada, lhes impôs respeito.”*

10- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-2, Declarações, Doc. 2, Declaração da Priorisa sobre dividas ao Convento de Santa Joana, 15/01/1819

“Atestamos aos senhores que a prezente virem em como eu com a minha / comunidade antes que os inimigos Françaes entraçem nesta / cidade pela invazão em Outubro de 1810 nos auzentamos e nos derigi-/mosa Lxa. ao nosso Prelado maior Provincial e este nos fes re-/colher naquela Corte no Convento de Santa Joanna de Religiosas da nos-/sa ordem sendo alimentadas e sustentadas a custa das rendas deste di-/to nosso Real Conven/to de Leiria para o que fizemos Procuração bastante ao / Procurador do dito Convento de Santa Joanna para haver de as Cobrar para o desconto de dois contos setecentos e tantos mil reis emportancia das dispezas / que fizemos em todo o tempo que estivemos naquele Convento de Santa Joanna que foi des seis de Outubro athe seis de Abril de 1813”

11- ALDRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 2, Carta sobre a validade de uma procuração para assinar escrituras de emprazamento, 16/08/1814

“Pela Invação Franceza no anno de 1810 Imigrarão as Relegiozas / do Convento de Santa Anna de leiria e se deregirão a Lisboa a procu/rar o ausilio do seu Prelado maior que he o Provincial este / as mandou recolher em hum Convento de Religiozas da mesma ordem e no mesmo sustentadas de cujas despezas se fes Rol / pa serem pagas pelo rendimentos do Convento de leiria a Prelada de / Leiria foi em lxa absolvida ficando as suas Religiozas sogeitas / a Prelada do d.o Convento de Lixboa Religiozas de leiria nunca per/derão as esperanças de voltar ao seu convento logo que as sercons-/tancias o pormeteçem

logo os Enemigos se retirarão trata-/rão as ditas Relegiozas de leiria em se empenhar para que hum / Relegiozo da mesma ordem viece para Leiria cuidar na retificassão / do seu Convento para o que hera percizo que o dito Procurador trocesse Procura/ção e como a corporação de leiria não tinha naquele tempo ou/tra Prelada se não a do dito Convento de l'ixboa em nome desta se fez a dita / Procuração e se fez a assignar pelas Relegiozas de leiria”

12- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-2, Escrituras, Doc. 14, Afforamento e novo Emprazamento em tres vidas que fazem por seu Procurdor a Madre Prioreza e mais Rellegiozas do Convento de Santa Anna desta cidade a Maria Caetana do Lugar da Torre termo da mesma, 07/09/1811

“Soror Anna Matilde Prioreza deste Real Conven-/to de Santa Joanna desta Corte aonde se / acha por Invazão dos Francezes unida / a Comunidade de Santa [sic] de Leiria = Pela / prezente por nós assinada Constituímos nosso bastante Procurador ao Senhor / Padre Frei José da Piedade Ferreira Relle-/gioso da Nossa Ordem para que por nós / e em nossos nomes como se presentes / fossemos possa Cobrar pagar requerer / alegar assignar Escripturas e para tudo / mais que for a bem de nossa Justiça e // e para que possa tão bem subestabelecer / esta em outro qualquer sugeito Idóneo / lhe damos todos os nossos poderes e auto-/ridade. Lisboa Real Convento de Santa Joanna trinta de Maio de mil outocentos e onze annos.”

13- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Contas, Doc. 1, Livro do Gasto e Recibo do Conven/to de Santa Anna de Leiria que teve o seu principio em o primeiro de Julho de 1811 Fl. 8v- *“Aos tres dias do mes de Maio de 1813, Recolhen-/doce a este Convento de Santa Anna de Leiriaa a Comu-/nidade do mesmo Convento donde se achou Auzente /pela Invazão Franceza desde dois de Outubro / de 1810 ate ao prezente dia em que q entrarão / e tomando contas a este Livro do Recibo e / gasto do Convento o Muito Reverendo Padre Mestre. Frei Fran-/cisco Henriques de Faria Prior do Real Convento da Ba-/talha e vigário deste Convento de Sta. Anna / de Leiria com asistencia da Madre Vi-/garia In Capite e Madres Depositaria a-/charão que o Padre Procurador Frei Joze da Piedade / Ferreira Tinha Recebido desde o primeiro de Julho de 1811 em q veio para Leiria, e tomou conta do Convento hum / conto quatrocentos cincoenta e hum mil / e secenta digo trinta e seis reis e isto ate ao / prezente dia.”*

2.5- A difícil recuperação das Invasões Francesas

14- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Representações, Doc.1, Representação para a conservação do convento no poder das religiosas, 23/10/1839

“mais que por effeito de boa administração / e lemitadas a frugalidade , e pobreza Religioza, puderão desde 1818 / fazer dormitórios, refeitório, e todas as mais casas para offecinas, restan-/do lhe de mais necessidade unicamente a parte da Igreja que ate / agora não sendo necessária, a essa mesma tinham dado principio / desentulhando e cuidando dos aprestes necessários para ser / cu-/berta, afim de satisfazer as instancias e rogos de muitas pessoas / que para commudidade dos povos faltos de Missas assim nos / Conventos extinctos, como na Cathedral, e não podendo conter-se / na pequena Igreja, que até esta epocha servia às Religiozas / principalmente nos dias de preceito, e solenidades em que por / vezes tem acontecido ir celebrar Missa do Convento em outra / Igreja, começarão a offerecer não só serviços mas avultadas es/molas, de que se principiou a fazer uso, para satisfazer / aos votos e necessidade do povo.”

15- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 3, Carta ao Provincial e Definidores, sem data (posterior a 1810)

“deve ser contemplado o estado / digno de Compaixão , e deplorável em q ficou o Conv.to das Religiozas de Leiria pella / Invazão dos Francezes. ,, Não he bem notório ser roubado, e queimado com todas / as suas alfayas = da Igreja, Comunidade O Convento de Santa Anna da Cidade De Leiria / Que somas de dinheiro se não tem consumido para construir não huma Igreja / mas hum pequeno oratório com seu coro para se continuarem os officios Divinos ! / Apesar de maiores despesas estão as Religiozas alojadas na mais simples habi-/tacao. A sua sustentação hé em Meza Redonda commum, faltandolhe / os meios para distribuir diariamente por cada religiozaa, o pão, e viveres proporsiona-/dos como era antes da Invazão”

16- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 6, Resposta que dá a Prioriza do Real Mosteiro d' Santa Anna de Leiria aos Quezitos remetidos pello Reverendissimo Padre Mestre Provincial, 17/10/1829

"As religiosas deste Mosteiro vivem em comum desde a Invazam, e não consta que em outro tempo vivessem / só não vivem em comum quanto ao vistuário por quanto o tempo que resta dos actos da comunidade cada hũa o aplica para o que lhe / hé mais proveitozo, e por isso se reputa melhor do que se a comunidade lhe dese o vistuario, porque então lhe dispunha do tempo e / isso seria o motivo de menos sucego, e menos paz, e comudidade mesmo para cada huma em particular."

17- "Random reminiscences of portugal, by an officer's daughter. no III, A few words about Leiria", The Royal Lady's magazine, and archives of the court of St. James's may 1832, Londres, W. Sams, t. Jame's street; and S. Robinson, Chapter-House passage, St. Paul's

p. 241- *" I made many attempts to gain admittance into the convent of Santa Anna, in the great square, but could never penetrate beyond the gate. The order was miserably poor; but some of the nuns, who all of them conversed freely with me, and even urged me to visit them more frequently, were sensible and courteous women."*

18- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-1, Correspondência, Doc. 6, 6, Resposta que dá a Prioriza do Real Mosteiro d' Santa Anna de Leiria aos Quezitos remetidos pello Reverendissimo Padre Mestre Provincial, 17/10/1829

"Que no estado actual em que se acha o Recibo do Mosteiro não poderá sustentar mais dos que as que tem não trazendo algum rendimento tem o Mosteiro cómodos desentes para 21 não 22 religiosas (...) Despende na Conservação do Mosteiro huns annos pelos outros 40\$ a 50 \$ mil reis, com oito criadas de dentro, duas de fora / e hum ortelão alem da comida 72\$ 400 reis, com o Medico Cirugião, Botica, e hum jornaleiro efectivo 106 \$160 reis"

2.6- A extinção de uma comunidade em decadência

19- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Requerimentos, Doc. 5, Requerimento para a conservação da permanência das religiosas no seu Convento, sem data (posterior a 1834).

"sendo incendiado o seu Convento na ocasião das invasões dos Francezes / contudo lhes restou hũa parte, e a mais saudável delle, aonde / ellas com algumas obras, que se fizerão, se achão arranjadas / sufficientemente, e com os necessarios cómodos, e por isso dezer/jando permanecer no seu Convento, e viver das rendas, que / lhe competem, e isto com maior razão não havendo mais/ entradas de noviças: que a sua mudança para outro Convento / não so seria prejudicial à sua saúde, sendo transferidas / para hũa posiçã nova, a que não estão habituadas, e sendo a maior parte dellas de idade avançada, mas também faria oca-/zião a desordens e à perturbação da pás; e tranquillidade dos de/veres da vida monastica".

20- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-C-1, Representações, Doc. 2, Representação para a conservação dos bens do convento, 19/05/1858

A vida religiosa, e contemplativa é uma necessidade fundada / na organização da nossa natureza miserável e dependente, que / se enche de esperanças e consolaçoens unindo-se em espírito / a esse Ente asmiravel, e eterno, principio e fim de todas as cousas, e único sólido fundamento de esperança e felicidade. / É por isso que a Historia de todos os Povos nos falla da vida / ascética, desde a mais remota antiguidade. Este sentimento, / esta necessidade da Natureza humana torna-se mais sensível / ainda em nosso sexo, por muitas, e poderosas cauzas: - a debili-/dade da nossa natureza, a viveza de nossa imaginação, a força / do sentimento, a dependência de um apoio, que muitas vezes/ falta n'este mundo, e finalmente as inspirações da Graça arre-/batão, não raras vezes, a mulher para a vida solitária, e contem-/plativa de modo irresistível, considerando um Convento como um / delicioso oásis de verdura, no meio dos áridos desertos d'este mundo de desgosto, e privações.(...) São os Conventos os únicos estabelecimentos próprios para a edu-/cação e ensino do nosso sexo, os quaes nunca poderão ser devida-/mente substituídos por Collegios seculares, por que n'estes faltará/ sempre o espírito religioso, primeiro, e principal adorno da mulher. / Nos Conventos ensina-se, a par de todas as prendas do nosso sexo, / a ser modesta, humilde, amável, e religiosa; sem o quem nada pode / saber a mulher que lhe seja útil! São os Conventos altos monumen-/tos de heroísmo e moralidade feminina, que a razão aconselha se

/ conservem no meio da Sociedade, para advertirem o Sexo frágil / de seus melindrosos deveres. (...) São as únicas Cidades de refugio, sempre patentes, / sempre abertas para acolherem dentro de seus muros a mulher / desvalida, a mulher frágil, a mulher penitente, a mulher que o / mundo marcou com o sello da infâmia; porque a charidade // Christã só considera como infame o pecador incorrigivel! Oh! Que / será da mulher diffamada, da órfã innocente, da Esposa abando-/nada se acabão os últimos restos d'estes Santos Azilos!... Quem terá / coração que possa ver seus templos fechados, seus órgãos mudos, seus sinos quebrados, seus muros desunidos, sua existência banida / da Sociedade?!..."

21-ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-5, Inventários, Doc. 2, Extracto do Inventário dos Bens do Convento das Religiozas de Sta. Anna de Leiria, fl.1v, 16/3/1865

"Um Convento, sito ao Súl do rocio, d'esta Cidade, com sua / Igreja o que tudo foi queimado pela Invasão Franceza, e existe / ainda uma parte da Casa em ruínas estando a outra em esta/do soffrível com sua cercaa, que consta de hortas, pomar, e vi/nha velha, achando-se presentemete cortada esta Cerca pela Estrada Real, que conduz de Lisboa a Coimbra /, livre de foro ou encargo algum procedida esta proprieda/de dos Instituidores do Convento, como consta do testamento / da Instituidora D. Catherina, Condessa de Loulé, e doa/ções particulares"

22- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep.VI, 24-B-5, Inventários, Doc. 3, Cópia do Inventario dos bens na posse e administração do Convento de Sant'anna de Leiria Remetido à Direcção Geral do Próprios Nacionaes Em Novembro de 1875. Off. n 426, 28/1/1875

"Um convento com uma igreja e cerca, situ-/ado ao Sul do rocio desta cidade, que par-/tem do Norte com o rocio, quintal da esta-/cão telegraphica e o Major Reformado Braga / do Sul e Poente com Dona Barbara Char-/ters Crespo, viúva, de Leiria, e do Nascente / com estrada real e a dita Dona Barbara / Charters Crespo . O convento foi queimado / pela invasão francesa e depois restaura-/ da a maior parte delle, que ainda hoje / se acha em bom estado de conservação, / e da outra semente existem as paredes (...) A cerca acha-se hoje / dividida em tres partes distinctas. A / primeira que é a que fica contigu/a ao convento consta de horta com algumas / arvores de fruta e agua de rega, murada / ao Sul e comunicando por uma por-/ta com a segunda parte , que é toda mu-/rada em volta e se compõe de pomar e / um pequeno talho de vinha. (...) A segunda e a terceira parte / estavam antigamene unidas, mas acham-/se actualmente cortadas em todo o seu / comprimento pela estrada real, que as se-/para inteiramente uma da outra. – A ter-/ceira Parte que fica ao Nascente da estra-/da é tambem murada e consta de ter-/ra de sementeira que foi vinha, e pomar"

2.7- Depois da extinção

23-LEAL, Augusto de Pinho (1897), Portugal Antigo e Moderno, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão

p.87- "Se os nossos governantes continuarem indifferentes, este edificio cahirá em total ruína. Está quasi despovoado de religiosas professas, tendo apenas religiosas terceiras ou educandas que vão ajudando a agonizante comunidade."

2.8- As qualidades de uma noviça

24- ADLRA, Cartório Notarial de Leria – 1º Officio, Dep. V, 59-D-20, fl. 149, 03/04/1640

"Frei ião da vasconcellos mestre em teologia prior província da / ordem dos pregadores nos Reinos de Portugal dou licença a madre / sor Anna coelha prioressa do nosso mosteiro de santa anna de lei/ria e as mais Relligiozas vogais pera receberem ao abito da no/vissa do coro a madanella de Andrade filha de Estêvão da Costa / e de britis pachequa constando ser limpa de zeração sem Rassa/ de alh'uma nação infecta en tendo a idade que dispon o sagra/do concilio terdentino avendo lugar vago sedo referida por / votos secretos das Religiozas constando poder dar e pagar ao / tempo da proficao o dotte ordinário por inteiro diguo in cheio / e nas entradas fará a madre prioreza a iquidade que melhor/ lhe parecer e pera dando as mais condicois necessárias comfor/me os breves e apostolliquos e declaracois dos cardiaes e nossas / constetuiçois"

2.9- O padroado da Casa do Infantado

25- ADLRA, Casa do Infantado, Dep. VI, 25-C-5, Escrituras, Doc. 1, Registo de hum instrumento que por parte da Prioriza e mais Rellegiozas do Convento de Santa Anna desta Cidade me foi apresentado para aqui o fazer registar, fl. 110v-111, 19/05/1757 (traslado do Decreto de 12/09/1712)

“Pela grande devoção, que tenho ao Glorioso Patriarcha São Domingos, e em satisfação da boa vontade com que as Religiozas do Mosteiro de Santa Anna de Leiria da Ordem do ditto patriarcha me buscão, offerecendome o Padroado perpetuo com dois lugares de Religiozas do ditto Convento também perpétuos para serem de Minha apresentação. Sou servido de fazer-lhes Mercê de aceitar-lhe o ditto Padroado tomando aquelle Convento no Meu Amparo e Proteção, Como seu verdadeiro Padroeiro, fazendo-lhes também Mercê de lhe conceder perpetua, e para sempre a Tença de cento, e vinte e seis mil reis em Dinheiro, e setenta e sinco alqueires de Trigo em cada hum Anno, que por Mercê dos Senhores Reis Meu Avô, Thio, e Pai, que Santa Gloria haja, e pela Minha logração Imposta nas minhas rendas que tenho na Cidade de Leiria”

2.10- O Convento em festa

26- Gazeta de Lisboa Occidental, 1728, Num. 46, Oficina de Pedro Ferreira

p. 368 – *“Quinta feira, Portugal, 11 de Novembro de 1728. Na Cidade de Leyria, fizeram os Religiosos de S. Francisco huma solemne Procissam desde a sua Igreja até o Mosteiro de Santa Anna das Religiosas Dominicãs, para conduzirem a Imagem do glorioso Patiarca S. Domingos , que collocarão no altar mór da parte do Evengelho, por ser assim uso inveterado na Religião Seráfica. A Procissão se compunha da Religião Franciscana, da Comunidade do Real Convento da Batalha, da dos Religiosos Capuchos da Provincia da Arrabida, da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, e da nobre Irmandade do Rosario que levava o andor da Senhora, de doze figuras a cavalo, e outras muitas a pé, todas preciosamente vestidas, concorrendo hum grande numero de gente dos povos circumvisinhos a esta celebridade.”*

2.11- O papel do convento no auxílio a pobres e doentes

27- ADLRA, Monásticos, Convento de Santana, Dep. VI: 24-C-1, Representações, Doc. 1, Representação para a conservação do convento no poder das religiosas, 23/10/1839

“attentas as Religiozas a cumprir não só os encar-/gos de sua proficção, mas o sagrado dever de rogarem inces-/antemente a Deos pela tranquillidade publica e muito par-/ticularmente pela paz, socego, e união de seus bons visinhos, / moradores desta Cidade, a quem será por ventura tão bem / notória a caridade, com que da sua pobreza matão diária-/mente a fome a miseráveis inválidos, sem falar do devêlo // com que a mesma se prestou a procurar o alivio a pessoas e/ familiares particulares, que gemião na amargura e indigencia, princi-/palmente desde 1828, em todas as calamidades publicas se tem pres-/tado de muito boa vontade a tudo ou ainda mais do que podião; / assim o praticarão em 1837 quando foi preciso acudir aos feridos / do dia 28 de Agosto, despojando-se de quanto tinhão , que se lhes/ pediu para acudir a tantos desgraçados em quanto pelo Hospital, / a onde de repente forão conduzidos, se não derão as providencias/ precisas, e bem assim no tempo da Cholera, em que todas a Re-/ligiozas offerecerão roupas, e trabalharão de dia e de noute pa-/ra coadjuvar a Comissão então estabelecida, para atalhar os / estragos d’aquella Epedemia”

3- Cerâmica portuguesa de Época Moderna em descrições coevas

3.1- Cerâmica fina

1- LEÃO, Duarte Nunes de (2003), *Descrição do Reino de Portugal, Lisboa, Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa* (1ª ed. De 1599)

p. 185- “*Alem deste vieiros de pedras que há de diferentes generos, há outros de barro fino, e de excelente cheiro de que se fazem pucaros e outros vasos maiores para beber e ter agoa de muitas feições, e de gentil talho, de que dam o primeiro lugar aos de Lisboa, por o bom cheiro que de si dam a quem delles bebe. Outros sam após estes os de Montemoor-o-Novo, que en cheiro nam lhe dam lugar, porque sam pucaros que nunca saem velhos como os de outras partes: e a razão é, que sam feitos de barro mui cheiroso, e amassados com muitas pedrinhas, que parece que sam tantas as pedras como o barro: dos quaes quando querem usar, os roção primeiro com ãa pedra, assi descobrem outras mais pedras, e fica como novo o barro: e assi cada vez os que querem fazer novos, que tenham o cheiro que tinham quando novos, os tornam a roçar, e começam apparecer outras pedrinhas. Outros pucaros há do Sardoal de barro grosseiro e semeado de alguas peras mais grossas que as dos de Montemoor que para o Veram sam mui frescos: porque reçuma por elles a agoa por serem mui porosos e assi a esfriam mui em breve.*

Há outros da villa de Pombal quasi da mesma feiçam que tambem são mui estimados. Os pucaros de Estremoz nam se deixaram por de menos bondade. Antes sam de grande estima porque sam de um barro tam fino e tam coado e tam liso como se fossem de vidro e de excellente cheiro e sabor quando são novos, e em que se fazem muitas louçainhas por a fineza do barro que o consinte: dentro doa quaes se formão raãs e cobras e outros animais aquaticos, e vam semeados de pedrinhas tam miudas que parecem area que com ãas pedras brancas mais grossas que lhes poem em que se querbra a agoa, são mui appraziveis : porque cada pucaro fica parecendo ãa fonte. Pelo que se podem gabar os portugueses que bebem as melhores agoas e pelos mais apropriados vasos para ellas que todas as outras nações onde os maiores senhores bebem a agoa por vasos de materia e de obra, perque se não dignaria beber um lavrador dos nossos: e assi sam estes vasos taes, que os naturaes da India e de outras partes os mandão pedir a Portugal, e lhos mandão pedir a Portugal, e lhos mandam por mercadoria. E não é de espantar fazerem os Portugueses tanto caso de baxella de simplez barro para beberẽ, porque (como delles escreve Estrabão) sam naturalmente bebedores de agoa, e por isso buscavão vasos da terra para que sempre lhes pareça que bebem na mesma fonte.”

2- MACEDO, António de Sousa de (2003), *Flores de España Excelencias de Portugal, Lisboa, Alcalá* (1ª ed. de 1631)

Fl. 19- “*Doy fina este capitulo com dezir, q es la tierra de Portugal tã buena, q em gran estima lleua para otros Reynos hecha en obra , como es la loça de Lisboa, los barros olorosos de Aveiro, Lisboa, Monte Mayor, y principal mente de Estremoz hechos curiosamente de mil invenciones q en todas las partes son muy estiamados. Como tambien algunas piedras de Portugal se llevan para otras partes para obras de curiosidad, y gradiosas. Finalmente Atheneo, Marineo Siculo, y Roderico Sacio, a habló de la fertilidad de la tierra de Portugal, quando trata generalmente de España.”*

3- COSTA, António Carvalho da (1708), *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, Tomo segundo, Lisboa, Off. de Valentim da Costa Deslandes*

p. 444- “*Da Villa de Estremoz (...)Tem grande trato de pannos, & fabrica de odoriferos pucaros, & vasos de barro feitos de artificiosas, & engenhosas formas muy celebrados em todo o Reyno”*

4- CASTRO, João Baptista de (1762), *Mappa de Portugal Antigo e Moderno, Tomo primeiro, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno*

p. 174-175 – “*Poucas terras levarão vantagem à nossa na producção de Barros finos, aptos para a fabrica de cousas domesticas. Entre todos merece o primeiro lugar o barro vermelho, e o odorifero de Estremoz, de que se fazem preciosos pucaros, os quaes não só tem a galanteria de ficarem prezos, e penurados nos beijos, quando por elles se bebe, as tem a virtude bezoarica, e alexifarmaca, com que se extenuão as qualidades do veneno, pelo que he bem merecida a estimação, que em toda a parte logrão. Em Roma no Museo do Padre Kikker,e Bonani, que se conserva no Collegio dos Padres Jesuitas, os vimos com especial recato, e em muitos gabinetes de Monsenhores e Principes de Italia constotuem não pequeno adorno. Depos destes seguem-se os de Lisboa, chamados pucaros da Maya, ou do Romão, feitos com summa delicadeza, e formusura, especialmente aquelles, a que chamão de aletria, de hum barro também odorifero, com os quaes lá lhe achou huma bella analogia o discreto Camões para comparar as formosas Damas Lisbonenses. Os de Montemor o Novo, Sardoal, Aveiro e Pombal são fabricados e barros igualmente salectos, não sendo para desprezar a louça de barro, que se fabrica na Villa das Caldas.”*